

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 62, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 389/2024****OF 434/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4852, de 18 de setembro de 2019, que renova a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, Estado da Bahia.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 389

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2019, que renova, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Brasília, 25 de junho de 2024.

Brasília, 13 de setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, publicada em 5 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à RÁDIO 91 FM LTDA. (CNPJ nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria nº 199, datada em 27 de outubro de 1983, publicada em 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

PORTARIA Nº 4.852-SEI, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 632/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda., nos termos da Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Brasília, 13 de setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, publicada em 5 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à RÁDIO 91 FM LTDA. (CNPJ nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria nº 199, datada em 27 de outubro de 1983, publicada em 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

PORTARIA Nº 4.852-SEI, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 632/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda., nos termos da Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 434/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2019, que renova, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 26/06/2024, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5849269** e o código CRC **32CA663E** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 43663/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.044858/2013-75.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 12/11/2019, às 17:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4838751** e o código CRC **CF1EF473**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.044858/2013-75**
Interessado: **RADIO 91 FM LTDA**
Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 27 (vinte e sete) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 26/08/2013

ARIAN ASSUNÇÃO SANTOS
Coordenador, Substituto
Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial
SDCOM/GTDE/DEOC/SCE-MC

Excelentíssimo Senhor

Doutor Paulo Bernardo Silva

D.D. Ministro de Estado da Comunicações

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 044858/2013-75

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

25/07/2013-14:51

RÁDIO 91 FM LTDA. (atual denominação social da **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**), pessoa jurídica com sede na Av. Joana Angélica, nº 251, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, neste ato representada por seus sócio administrador Waldemar Marques da Silva, tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, requer que V.S.a se digne a apreciar e submeter à decisão de autoridade competente o presente pedido de renovação, por novo período, da permissão cujo prazo de outorga já foi renovado pelo Decreto Legislativo nº 289, de 23 de agosto de 2001, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salvador, Estado da Bahia.

Salvador, 24 de JULHO de 2013.

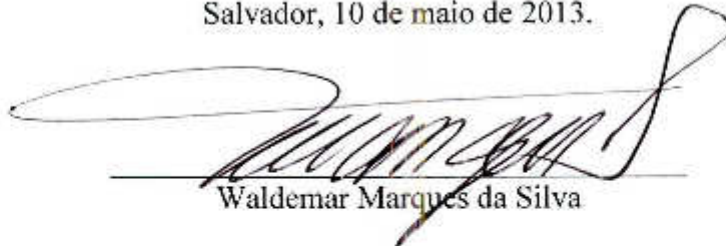

WALDEMAR MARQUES DA SILVA
Sócio Dirigente

DECLARAÇÃO



A **RÁDIO 91 FM LTDA.** (atual denominação social da **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**), pessoa jurídica com sede na Av. Joana Angélica, nº 251, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, neste ato representada por seus sócio administrador Waldemar Marques da Silva, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador - BA, declara para os devidos fins que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo serviço de radiodifusão na localidade objeto da permissão; e, (ii) não excede aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Salvador, 10 de maio de 2013.



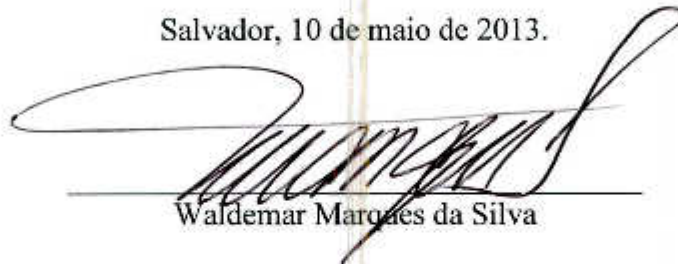
Waldemar Marques da Silva

DECLARAÇÃO



A **RÁDIO 91 FM LTDA.** (atual denominação social da **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**), pessoa jurídica com sede na Av. Joana Angélica, nº 251, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, neste ato representada por seus sócio administrador Waldemar Marques da Silva, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador - BA, declara que somente brasileiros natos exercem os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga.

Salvador, 10 de maio de 2013.



Waldemar Marques da Silva

SERTEB

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TV
E TELEFÔNIA DO ESTADO DA BAHIA



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que a **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.** encontra-se em situação regular perante este Sindicato no que tange ao pagamento de Contribuição Sindical Patronal relativo aos exercícios de 2009 à 2013.

Salvador, 28 de Junho de 2013.

[Handwritten signature]
SERTEB - Sindicato das Empresas de Rádio e TV e Telefonia do Estado da Bahia
PATIMIA REBOUÇAS
Presidente



13º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR-BA
Av. Leovigildo Filgueiras, 112, Garcia - Telefone: Fone: (71) 3036-7500
BELª CRISTINA MARIA ROCHA DE ALMEIDA - TABELIÃ

[Handwritten signature]
AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé.
Salvador-BA 12 de Julho de 2013.
ANGELA CRISTINA ALMEIDA SEIXAS-ESCREVENTE AUTORIZADA
Emolumentos R\$ 3.10



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 726 7474

Vencimento 31/01/2013
Exercício 2012

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA 002021		Código da Entidade Sindical 000.000.000.03936-5	
Endereço LGO DO CANDOMBLE 19A	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 03.226.203/0001-10
Bairro/Distrito FEDERACAO	CEP 40220-060	Cidade/Município SALVADOR	UF BA

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91 FM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13.065.495/0001-69	
Endereço AV JOANA ANGELICA	Número 251	Complemento PRECIO	
CEP 40050-002	Bairro/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 223,15	
Capital Social - Empresa 10.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento 10.000,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		(-) Valor Cobrado	

PRT

104-0 10459.70393 36617.713064 54950.001013 7 55950000022315

Código do Cedente 000.000.000.03936-5	Nosso Número 130654950001	Valor do Documento 223,15	Data Vencimento 31/01/2013	Exercício 2012
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

24/01/2013 17:02:13
5/7/2013/2012
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO
CAIXA ELEIÇÕES FEDERAIS
10459.70393 36617.713064 54950.001013 7 55950000022315
DATA DO PAGAMENTO 24/01/2013
VALOR DO DOCUMENTO 223,15
VALOR COBRADO 223,15
NR. AUTENTICAÇÃO 03.01.2013.0001.0001
LEIA NO VERSO COMO COBRAR O VALOR DO DOCUMENTO
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**

Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
31/01/2013Exercício
2011**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade

SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA 002021

Código da Entidade Sindical

000.000.000.03936-5

Endereço

LGO DO CANDOMBLE 18A

Número

Complemento

CNPJ da Entidade

63.226.203/0001-10

Bairro/Distrito

FEDERACAO

CEP

40220-060

Cidade/Município

SALVADOR

UF

BA

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social

RADIO 91 FM LTDA

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte

13.065.495/0001-89

Endereço

AV JOANA ANGELICA

Número

251

Complemento

PREDIO

CEP

40050-002

Bairro/Distrito

NAZARE

Cidade/Município

SALVADOR

UF

BA

Código Atividade

601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria

☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

10.000,00

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

10.000,00

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(R\$) Valor do Documento

256,00

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

(R\$) Valor Cobrado

PRT

104-0 10499.70393 36617.713064 54950.001013 4 55950000025600

Código do Cedente

000.000.000.03936-5

Nosso Número

130654950001

Valor do Documento

256,00

Data Vencimento

31/01/2013

Exercício

2011

Autenticação Mecânica

24/01/2013 14:07:11 521617554

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499.70393.36617.713064.54950.001013 4 55950000025600
DATA DO PAGAMENTO 24/01/2013
VALOR DO DOCUMENTO 256,00
VALOR COBRADO 256,00HR AUTENTICAÇÃO 14:07:11 24/01/2013
FÉTIMO VERSO COMO COMPROVANTE DE PAGAMENTO
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA 002021		Vencimento 31/01/2010		Exercício 2010	
Endereço LGO DO CANDOMBLE 18A		Número	Complemento	Código da Entidade Sindical 000 000 000 03936-5	
Bairro/Distrito FEDERACAO	CEP 40220-080	Cidade/Município SALVADOR		CNPJ da Entidade 63 226 203/0001-10	
				UF BA	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91 FM LTDA				CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13 065 495/0001-89	
Endereço AV JOANA ANGELICA		Número 251	Complemento		
CEP 40055-002	Bairro/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR		UF BA	Código Atividade 801

Dados de Referência da Contribuição

☒ Patronal/Empregador
 ☐ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa 10 000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Valor do Documento 132,93
Capital Social - Estabelecimento 10 000,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(-) Outras Deduções
		(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70393 36617.713064 54950.001013 4 44990000013293

Código do Cedente 000 000 000 03035-5	Nosso Número 130654950001	Valor do Documento 132,93	Data Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



CAIXA
GR U - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474
Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA		30/01/2009		2009	
Endereço		Número		Complemento	
AV TANCREDO NEVES		274		SL 818 A	
Bairro/Distrito		CEP		CNPJ da Entidade	
CAMINHO DAS AR		41520-020		63.226.203/0001-10	
Cidade/Município		UF			
SALVADOR		BA			

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO 91 FM LTDA		13.055.495/0001-89	
Endereço		Número	
AV JOANA ANGELICA		251	
Complemento		PREDIO	
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
40050-001	NAZARE	SALVADOR	BA
Código Atividade			
601			

Dados de Referência da Contribuição

☐ Patronal/Empregador
 ☐ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa Nº Empregados Contribuintes

10.000,00 0

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

10.000,00 0

Total Empregados - Estabelecimento

0

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(+) Valor do Documento

132,93

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora + Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

104-0

10499.70393 36617.713064 54950.001013 3 41330000013293

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.000.03936-5	130654950001	132,93	30/01/2009	2009

Autenticação Mecânica

104-0 - 10499.70393 36617.713064 54950.001013 3 41330000013293
 130654950001
 132,93
 30/01/2009
 2009

COMPONENTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

104-0 - 10499.70393 36617.713064 54950.001013 3 41330000013293
 130654950001
 132,93
 30/01/2009
 2009

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 726 7474Vencimento
31/01/2013
Exercício
2013**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA 002021			Código da Entidade Sindical 000.000.000.03936-5	
Endereço LGO DO CANDOMBLE 19A	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 03.226.203/0001-10	
Bairro/Distrito FEDERACAO	CEP 40220-050	Cidade/Município SALVADOR	UF BA	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91 FM LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13.065.495/0001-89	
Endereço AV JOANA ANGELICA	Número 251	Complemento PREDIO		
CEP 40050-002	Bairro/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR	UF BA	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa 10.000,00	Nº Empregados Contribuintes
Capital Social - Estabelecimento 10.000,00	Total Remuneração - Contribuintes
	Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento 164,64
(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras Deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor Cobrado

PRT

104-0 10499.70393 36617.713064 54950.001013 1 55950000016464

Código do Cedente 000.000.000.03936-5	Nosso Número 130654950001	Valor do Documento 164,64	Data Vencimento 31/01/2013	Exercício 2013
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

RE-AUTENTICAÇÃO
FOLHA Nº 001/001
FOLHA Nº 002/001
FOLHA Nº 003/001
FOLHA Nº 004/001
FOLHA Nº 005/001
FOLHA Nº 006/001
FOLHA Nº 007/001
FOLHA Nº 008/001
FOLHA Nº 009/001
FOLHA Nº 010/001
FOLHA Nº 011/001
FOLHA Nº 012/001
FOLHA Nº 013/001
FOLHA Nº 014/001
FOLHA Nº 015/001
FOLHA Nº 016/001
FOLHA Nº 017/001
FOLHA Nº 018/001
FOLHA Nº 019/001
FOLHA Nº 020/001
FOLHA Nº 021/001
FOLHA Nº 022/001
FOLHA Nº 023/001
FOLHA Nº 024/001
FOLHA Nº 025/001
FOLHA Nº 026/001
FOLHA Nº 027/001
FOLHA Nº 028/001
FOLHA Nº 029/001
FOLHA Nº 030/001
FOLHA Nº 031/001
FOLHA Nº 032/001
FOLHA Nº 033/001
FOLHA Nº 034/001
FOLHA Nº 035/001
FOLHA Nº 036/001
FOLHA Nº 037/001
FOLHA Nº 038/001
FOLHA Nº 039/001
FOLHA Nº 040/001
FOLHA Nº 041/001
FOLHA Nº 042/001
FOLHA Nº 043/001
FOLHA Nº 044/001
FOLHA Nº 045/001
FOLHA Nº 046/001
FOLHA Nº 047/001
FOLHA Nº 048/001
FOLHA Nº 049/001
FOLHA Nº 050/001
FOLHA Nº 051/001
FOLHA Nº 052/001
FOLHA Nº 053/001
FOLHA Nº 054/001
FOLHA Nº 055/001
FOLHA Nº 056/001
FOLHA Nº 057/001
FOLHA Nº 058/001
FOLHA Nº 059/001
FOLHA Nº 060/001
FOLHA Nº 061/001
FOLHA Nº 062/001
FOLHA Nº 063/001
FOLHA Nº 064/001
FOLHA Nº 065/001
FOLHA Nº 066/001
FOLHA Nº 067/001
FOLHA Nº 068/001
FOLHA Nº 069/001
FOLHA Nº 070/001
FOLHA Nº 071/001
FOLHA Nº 072/001
FOLHA Nº 073/001
FOLHA Nº 074/001
FOLHA Nº 075/001
FOLHA Nº 076/001
FOLHA Nº 077/001
FOLHA Nº 078/001
FOLHA Nº 079/001
FOLHA Nº 080/001
FOLHA Nº 081/001
FOLHA Nº 082/001
FOLHA Nº 083/001
FOLHA Nº 084/001
FOLHA Nº 085/001
FOLHA Nº 086/001
FOLHA Nº 087/001
FOLHA Nº 088/001
FOLHA Nº 089/001
FOLHA Nº 090/001
FOLHA Nº 091/001
FOLHA Nº 092/001
FOLHA Nº 093/001
FOLHA Nº 094/001
FOLHA Nº 095/001
FOLHA Nº 096/001
FOLHA Nº 097/001
FOLHA Nº 098/001
FOLHA Nº 099/001
FOLHA Nº 100/001CAIXA ECONOMICA FEDERAL
14939/000336617713064-0001013155950000016464
DATA DO PAGAMENTO
24/01/2013
VALOR DO DOCUMENTO
164,64
VALOR DEBITADO
164,64

CONFERIR E ASSINAR

31/01/2013
14/01/2013DO
DEBITO

164,64

SINTERP/BA

Sindicato dos Trabalhadores em Rádio,
TV e Publicidade da Bahia

Filiado a Cut e a Fiterf



DECLARAÇÃO

O SINTERP-BA – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RÁDIO, TV ABERTA OU POR ASSINATURA E PUBLICIDADE DA BAHIA, neste ato representado pelo Sr. Everaldo Santos Monteiro, Diretor, declara o que segue:

A empresa RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, CNPJ 13.065.495/0001-89, com sede na AVENIDA JOANA ANGELICA, 251 – NAZARÉ – Salvador / Bahia, Cep: 40050-001, apresentou guia de imposto sindical devidamente paga, referente aos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012

Salvador, 27 de Maio de 2013.

Everaldo S. Monteiro

Diretor



13º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR-BA

Leopoldo Filgueiras, 112, Garcia - Telefone: Fone: (71) 3038-7500

BEL* CRISTINA MARIA ROCHA DE ALMEIDA - TABELIÃ

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fe.

Salvador-BA 12 de Julho de 2013

ANGELA CRISTINA ALMEIDA SEIXAS-ESCREVENTE AUTORIZADA

Emolumentos R\$ 3,10

Salvador/Bahia

E-mail: sinterpba@veloxmail.com.br

Bahia de Todos os Santos- Centro
Telefone: (71) 266-9595/0022



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
30/04/2012Exercício
2012Código da Entidade Sindical
009 019.15144-0CNPJ da Entidade
14.680.367/0001-08CPF/CNPJ/Código do Contribuinte
13 065 495/0001-89Dados da Contribuição
(=) Valor do Documento

(=) Desconto/Abatimento

(=) Outras Deduções

(=) Mora/Multa

(=) Outras Acréscimos

(=) Valor Cobrado

v. 2 B.1

104-0 10499.71516 44617.713068 54950.001013 6 5319000000000000

Código do Contribuinte
009 019.15144-0Número do Documento
130654950001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2012Exercício
2012

Autenticação Mecânica

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SINDOS TRAB EMP RADIODIFUSAO PUBLICIDADE EST DA BAHIAEndereço
AV. SETE DE SETEMBRO SL 503Bairro/Distrito
DOIS DE JULHONúmero
106Complemento
ED. BA DE TODOS SANTCEP
40060-001Cidade/Município
SALVADORUF
BA

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO ITAPARICA FM LTDAEndereço
AVENIDA JOANA ANGELICANúmero
251

Complemento

CEP
40050-001Bairro/Distrito
NAZARECidade/Município
SALVADORUF
BACódigo Atividade
801Dados de Referência da Contribuição
CategoriaPatronal/Empregador ☒ Empregados

Prof. Liberal

Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

CAIXAGRCSU Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 726 7474Vencimento
10/05/2011 Exercício
2011**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIOFUSAO PUBLICIDADE ESTADO DA BAHIA 000061		Código da Entidade Sindical 000 009.019.15144-0	
Endereço AV SETE DE SETEMBRO	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 14 680 367/0001-08
Bairro/Distrito DOIS DE JULHO	CEP 40060-001	Cidade/Município SALVADOR	UF BA

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91 FM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13 065 495/0001-89	
Endereço AV JOANA ANGELICA	Número 251	Complemento PREDIO	
CEP 40050-002	Bairro/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR	UF BA Código Atividade 801

Dados de Referência da Contribuição

☐ Patronal/Empregador
 ☒ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
62,81

Capital Social - Empresa 10.000,00	Nº Empregados Contribuintes 2	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento 10.000,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora / Multa
------------------------------------	------------------------------------	------------------

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.71516 44617.713068 54950.001013 1 49630000006281

Código do Cedente 000 009.019.15144-0	Nosso Número 130654950001	Valor do Documento 62,81	Data Vencimento 10/05/2011	Exercício 2011
------------------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

10/05/2011
10/05/2011

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

COORDENADOR DE TRIBUTAÇÃO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011

10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011 10/05/2011



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
30/04/2011Exercício
2011

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIND DOS TRAB EMP RADIODIFUSAO PUBLICIDADE EST DA BAHIACódigo da Entidade Sindical
009.019.15144-0Endereço
AV. SETE DE SETEMBRO SL 503Número
166Complemento
ED. BA DE TODOS SANTCNPJ da Entidade
14.680.367/0001-08Bairro/Distrito
DOIS DE JULHOCEP
40060-301Cidade/Município
SALVADORUF
BA

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO ITAPARICA FM LTDACPF/CNPJ/Código do Contribuinte
13.065.495/0001-89Endereço
AVENIDA JOANA ANGELICANúmero
251

Complemento

CEP
40050-001Bairro/Distrito
NAZARECidade/Município
SALVADORUF
BACódigo Atividade
601

Dados de Referência da Contribuição

Patronal/Empregador ☒ Empregados

Prof. Liberal

Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(-) Valor do Documento

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora/Multa

(+/-) Outros/Acréscimos

(-) Valor Cobrado

v. 2.7

104-0 10499.71516 44617.713068 54950.001013 1 495300000000000

Código da Cedente
009.019.15144-0Número Número
130654950001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2011Exercício
2011

Autenticação Mecânica

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474Vencimento
11/10/2010
Exercício
2010**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO PUBLICIDADE ESTADO DA BAHIA 000061			Código da Entidade Sindical 000.009.019.15144-0	
Endereço AV SETE DE SETEMBRO	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 14.680.387/0001-08	
Bairro/Distrito DOIS DE JULHO	CEP 40060-001	Cidade/Município SALVADOR	UF BA	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91 FM LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13.055.495/0001-89	
Endereço AV JOANA ANGELICA	Número 251	Complemento		
CEP 40050-002	Bairro/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR	UF BA	Código Atividade 801

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 701,96
Capital Social - Empresa 10.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento 10.000,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
	PRT (=) Valor Cobrado	

104-0

10499.71516 44617.713068 54950.001013 1 47520000070196

Código do Cedente 000.009.019.15144-0	Nosso Número 100004000001	Valor do Documento 701,96	Data Vencimento 11/10/2010	Exercício 2010
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

Radio



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
30/04/2010
Exercício
2010

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIOFUSAO PUBLICIDADE ESTADO DA BAHIA 000061			Código da Entidade Sindical 000.009.019.15144-0	
Endereço AV SETE DE SETEMBRO		Número	Complemento	
CNPJ da Entidade 14.680.367/0001-08				
Bairro/Distrito DOIS DE JULHO	CEP 40060-001	Cidade/Município SALVADOR		UF BA

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 51 FM LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13.065.495/0001-89	
Endereço AV JOANA ANGELICA		Número 251	Complemento PREDIO	
CEP 40050-002	Bairro/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR	UF BA	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos			Dados da Contribuição (+) Valor do Documento 717,46	
Capital Social - Empresa 10.000,00		Nº Empregados Contribuintes 22	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento 10.000,00		Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento 22	(+/-) Mora / Multa	
			(+/-) Outros Acréscimos	
			PR (+) Valor Cobrado	

104-0

10499.71516 44617.713068 54950.001013 4 45880000071746

Código do Cedente 000.009.019.15144-0	Nosso Número 130654250001	Valor do Documento 717,46	Data Vencimento 30/04/2010	Exercício 2010
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA - Contribuição Sindical
GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474
Vencimento 30/04/2010 Exercício 2010
Código do Cedente 000.009.019.15144-0
Nosso Número 130654250001
Valor do Documento 717,46
Data Vencimento 30/04/2010
Exercício 2010
Autenticação Mecânica

CAIXAGRCSU - Junta de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474Vencimento
09/10/2009Exercício
2009**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO PUBLICIDADE ESTADO DA BAHIA 000051			Código da Entidade Sindical 000.009.019.15144-0	
Endereço AV SETE DE SETEMBRO	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 14.660.367/0001-08	
Barrio/Distrito DOIS DE JULHO	CEP 40050-001	Cidade/Município SALVADOR	UF BA	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91 FM LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13.055.495/0001-89	
Endereço AV JOANA ANGELICA	Número 251	Complemento PRÉDIO		
CEP 40050-001	Barrio/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR	UF BA	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 869,03
Capital Social - Empresa 10.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento 10.000,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 0	(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.71516.44617.713068.54950.001013.3.43850000066903

Código do Cedente 000.009.019.15144-0	Nosso Número 130554950001	Valor do Documento 869,03	Data Vencimento 09/10/2009	Exercício 2009
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

Loterias CAIXA

CAIXA

GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101

Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
30/04/2009Exercício
2009Código da Entidade Sindical
009.019.15144-0CNPJ da Entidade
14.660.367/0001-08CPF/CNPJ/Código do Contribuinte
13.065.495/0001-89UF
BA
Código Atividade
601Dados da Contribuição
(=) Valor do Documento

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora/Multa

(+/-) Outros Acréscimos

(-) Valor Cobrado

v. 2.7

104-0 10499.71516 44617.713068 54950.001013 1 42230000000000

Código do Cedente
009.019.15144-0Nosso Número
130654950001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2009Exercício
2009

Autenticação Mecânica

28/04/2009 - BANCO DO BRASIL - 15.23.44
297619900 6272

OUVIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

10499715164461713068549500010131422300000000000

DATA DO PAGAMENTO

30/04/2009

VALOR DO DOCUMENTO

694,55

VALOR CORRIGIDO

694,55

NR AUTENTICAÇÃO

0 014.105 902.207 687

CAIXAGRCSL Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO PUBLICIDADE ESTADO DA BAHIA 000061		Vencimento 31/07/2009		Exercício 2009	
Endereço AV SETE DE SETEMBRO		Número		Código da Entidade Sindical 000 009 019.15144-0	
CNPJ da Entidade 14.680.367/0001-08		Complemento		Cidade/Município SALVADOR	
Bairro/Distrito DOIS DE JULHO		CEP 40060-001		UF BA	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91 FM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13.065.495/0001-89	
Endereço AV JOANA ANGELICA		Número 251	
Complemento		Cidade/Município SALVADOR	
CEP 40050-001	Bairro/Distrito HAZARE	UF BA	Código Atividade 501

Dados de Referência da Contribuição

☐ Patronal/Empregador
 ☐ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa
10.000,00

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento
10.000,00

Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento
0

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
710,17

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(*) Mora / Multa

(*) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.71516 44617.713068 54950.001013 9 43150000071017

Código do Cedente 000.009.019.15144-0	Nosso Número 130654950001	Valor do Documento 710,17	Data Vencimento 31/07/2009	Exercício 2009
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana



1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIN TRAB EMPRESAS RADIOFUSAO SALVADOREndereço
AV 7 DE SETEMBRONúmero
108Complemento
SALA 503Bairro/Distrito
CENTROCEP
40060-001Cidade/Município
SALVADORUF
BADados do Contribuinte
Nome/Razão Social/Denominação Social
RADIO ITAPARICA FM LTDAEndereço
AVENIDA JOANA ANGELICANúmero
251

Complemento

CEP
40050-001Bairro/Distrito
NAZARECidade/Município
SALVADORUF
BACódigo Atividade
601Dados de Referência da Contribuição
CategoriaPatronal/Empregador ☒ Empregados

Prof. Liberal

Autônomos

Capital Social - Empresa

NP Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Dados da Contribuição

(-) Valor do Documento

(-) Desconto/Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora/Multa

(+/-) Outros Acréscimos

(-) Valor Cobrado

578,103

104-0 10499.71516 44617.713068 54950.001013 1 38580000000000

Código do Cedente
009.019.15144-0Nosso Número
130654950001

Valor do Documento

Data Vencimento
30/04/2008Exercício
2008

Autenticação Mecânica



ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE
DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: RADIO ITAPARICA F M LTDA
CNPJ: 13.065.495/0001-89

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:29:57 do dia 03/07/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/08/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 001122013-04001495
Nome: RADIO 91 FM LTDA - EPP
CNPJ: 13.085.495/0001-69



Ressaldado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que verem a ser apuradas, é certificado que constam em seu nome, nesta data, débitos com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), não abrangendo os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, cisão total ou parcial, fusão, incorporação, ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº. 10.408, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de Janeiro de 2010.

Emitida em 18/07/2013.
Válida até 14/01/2014.



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 13065495/0001-89, 13065495/0001-89**Razão Social:** RADIO 91 FM LTDA**Endereço:** QV JOANA ANGELICA 251 PREDIO / NAZARE / SALVADOR / BA / 40050-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/06/2013 a 25/07/2013**Certificação Número:** 2013062613431214959408

Informação obtida em 26/06/2013, às 13:43:12.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **RADIO 91 FM LTDA - EPP**
CNPJ: **13.065.495/0001-89**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:52:16 do dia 04/04/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/10/2013.

Código de controle da certidão: **0B13.A3A0.B1FE.454C**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)



Certidão Nº: 20131080340

RAZÃO SOCIAL	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	13.065.495/0001-89

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 16/07/2013, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



PMS - Prefeitura Municipal do Salvador
Secretaria Municipal da Fazenda
Coordenadoria de Atividades Econômicas
Certidão Verbo Ad Verbum de Débitos Mobiliários
Inscrição Municipal: 050934/001-40
CNPJ: 13065495/0001-89

Contribuinte: RADIO 91 FM LTDA - EPP

Endereço: Avenida Joana Angélica, No 251
CASA
NAZARE

Atividades: Atividades de rádio
Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

Processo nº: 5828/2013

Certifico que a firma da inscrição acima está com a seguinte situação de débito, até a presente data, ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar

POSIÇÃO SEFAZ

• Débito Suspenso

* Consta em nossos registros Auto de infração / Notificação fiscal de lançamento aguardando julgamento no Conselho Municipal de Contribuintes:

- Auto de Infração: 880070/2010 - Notificação Fiscal: 851/2010

Emitida às horas do dia 19/07/2013.

Esta Certidão tem os mesmos efeitos de Certidão Negativa, conforme o art. 279, da Lei 7.186/2006.

Válida até dia 18/08/2013

Código de Controle da Certidão: 928B80AC300984AAFAA2EA842D8E0317

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle da certidão acima.

Excelentíssimo Senhor

Doutor Paulo Bernardo Silva

D.D. Ministro de Estado da Comunicações

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF

53000 046474/2013-97

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

01/03/2013-17:40

SDCOM

2 ILHA

*Renovações
puxa o cadastro
Radio*

Ref.: Processo n.º 53000.044858/2013

SDCOM



RÁDIO 91 FM LTDA. (atual denominação social da **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**), pessoa jurídica com sede na Av. Joana Angélica, nº 251, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, vem, perante Vossa Excelência, por seus representantes legais abaixo assinados, conforme instrumento de procuração em anexo, solicitar a JUNTADA do comprovante de pagamento da contribuição sindical do empregados de empresas de radiodifusão ref. ao exercício de 2013, bem como nova CND ref. ao FGTS, todos anexos ao presente requerimento, ao Processo em epígrafe.

Salvador, 31 de julho de 2013.

LS12

RÁDIO 91 FM LTDA.

João Carlos Carvalho Gomes/Maurício Rollemberg da Fonseca Filho

PROCURAÇÃO



RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica com sede na Av. Joana Angélica, n.º 251, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.065.495/0001-89, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o n.º 29.200.448.514, na data de 14 de Junho de 1982, neste ato representada por seu Administrador, **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, portador de Cédula de Identidade RG n.º 445.967 SSP/BA, inscrito no CPF sob o n.º 021.780.795-04, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Rua Monte do Conselho, n.º 623, apt.º 101, Rio Vermelho, CEP 41.940-370, nomeia e constitui seus bastante procuradores **João Carlos Carvalho Gomes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade número 2469183-65 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o número 548.239.435-20, residente e domiciliado na Rua Emílio Odebrecht, n.º 281, apt. 903, Pituba, Salvador, Bahia; **Maurício Rollemberg da Fonseca Filho**, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade número 3.114.712-77 SSSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o número 295.633.645-20, residente e domiciliado nesta Capital; e, **Paulo Augusto Leite Sobral**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade número 1.316.042-79 SSP/BA inscrito no CPF/MF sob o número 164.137.175-72, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominados **Outorgados**, para, sempre em conjunto de 02 (duas) assinaturas, independentemente da ordem de nomeação, representá-la



Rua Ari Barreto, nº 5 - Chácara-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.155-000
Tel: (71) 3034-5200
E-mail: ivan@varistacartorio.org.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 31 de Julho de 2013

Em testº da verdade

ALESSANDRIA MARTINS LOPES - ESCRIVENTE

Emp. R\$200,00 - P. Fisc. R\$1,10 - Total R\$201,10



perante o Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), podendo requerer vistas, solicitar certidões e informações de qualquer natureza, extrair cópias, assinar requerimentos, ofícios, prestar declarações, bem como praticar os atos necessários para o fiel cumprimento deste mandato, sendo vedado o substabelecimento desses poderes.

A presente procuração tem validade por 3 (três) anos a contar da presente data.

Salvador, 01 de fevereiro de 2013.


RÁDIO 91 FM LTDA.
Waldemar Marques da Silva



IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 13065495/0001-89, 13065495/0001-89**Razão Social:** RADIO 91 FM LTDA**Endereço:** QV JOANA ANGELICA 251 PREDIO / NAZARE / SALVADOR / BA / 40050-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/07/2013 a 22/08/2013**Certificação Número:** 2013072410332576569862

Informação obtida em 24/07/2013, às 10:34:39.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Bradesco | Net Empresa

Comprovante Pag-For
Boloto de Cobrança

Pagador:	RADIO ITAPARICA FM LTDA	
Agência de Débito:	2864-9	Conta de Débito: 26240-4
Favorecido:	SINTERP SIND TRAB EMP RADIO, T	
Nº de Identificação:	10499715144617713065495000101900000000057192	
Banco:	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
Data do Vencimento:	30/04/2013	Data do Pagamento: 30/04/2013
Valor R\$:	571,92	
Número do Pagamento:	0065768620130430	
Número Nota Fiscal/Fatura:	657686	Número Documento: 657686

A Transação acima foi efetivada a crédito do favorecido por meio do Pag-For Bradesco.
A contabilização dos créditos através de Títulos de Cobrança de outros Bancos, fica condicionada ao aceite e processamento por parte do Banco Destinatário.

Nº de Controle: **685346877484636774**

Banco Bradesco S.A.

AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA:

www.bradesco.com.br

BRADESCO201304303100006576869715144617713065495000101000000000057192PAGO**Alô Bradesco****SAC - Serviço de Apoio ao Cliente**Cancelamento, Reclamações e Informações - **0800 704 8383****Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099**

Atendimento 24h, 7 dias por semana

Duvidaria - 0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados



Rua Art. Barros, nº 5 - Chamo-Clamo - Salvador - BA - CEP: 40.157-100
Tel: (71) 3034-5240
E-mail: hanielavarelaartoro@ig.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original a mim apresentado

Salvador, 29 de Julho de 2013

Em test. *Guidonia* da verdade.**GUIDONIA BARBOSA BARROS - ESCRIVENTE**

Emol: R\$2,00 - Tx.Fisc: R\$1,10 - Total: R\$3,10



Pag-For Bradesco - Pagamento Escritural a Fornecedores

Nº PAGAMENTO: 0062276220120430	TIPO DE DOCUMENTO: Nota Fiscal/Fatura	COMPROVANTE DE PAGAMENTO: Título de Cobrança
Nº NF/FAT/DUP: 0000622762	Uso da Empresa:	

		104	10499.71516 44617.713472 68330.001022 9 53190000375235				
Local de						Vencimento 30/04/2012	Pagamento 30/04/2012
Fornecedor SINTERP SIND TRAB EMP RADIO T						Agência/Conta Cedente 00000-0 / 00000000000000-00	
Data do documento	Nº do documento 622762	Carteira	Moeda	Nosso Número 000000000000	[=] Valor do documento 3,752.35		
[=] Desconto 0.00	Desconto até	Valor acréscimo 0.00	[+] Desconto 0.00				
						[=] Valor cobrado 3,752.35	
Sacado TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA						013.476.833/0001-75	
Sacado/Avalista							
							
BRADSC030042012316227629715144617/134768330001023752.1500 - PAGO							

Fornecedores autorizados por TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA a efetivarmos o pagamento acima pelo nosso sistema de Pagamento Escritural a Fornecedores.

Observação: A contabilização dos créditos através de DDC - Documento de crédito e título de cobrança de outros bancos, fica condicionada ao aceite e processamento por parte do Banco destinatário dos mesmos.

Atô Bradesco SAC - Serviço de Apoio ao Cliente, Cancelamento, Reclamações e Informações - 0800 704 8383, Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099 Atendimento 24h, 7 dias por semana. Ouvidoria - 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.



13º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR-BA

Av. Leovigildo Filgueiras, 112, Garcia - Telefone: Fone: (71) 3036-7500
BELA CRISTINA MARIA ROCHA DE ALMEIDA - TABELIÃ

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fe
Salvador-BA 29 de Julho de 2013.

ANGELA CRISTINA ALMEIDA SEIXAS-ESCREVENTE AUTORIZADA
Emolumentos R\$ 3,10

Pag-For Bradesco - Pagamento Escritural a Fornecedores

Nº PAGAMENTO: 0058558020110502	TIPO DE DOCUMENTO: Nota Fiscal/Fatura	COMPROVANTE DE PAGAMENTO: Título de Cobrança
Nº NF/FAT/DUP: 0000585580	Uso da Empresa:	

 Bradesco	104	10499.71516 44617.713472 68330.001022 1 49530000320167	
Local de		Vencimento 30/04/2011	Pagamento 02/05/2011
Fornecedor SINTERP SIND TRAB EMP RADIO T		Agência/Conta Cedente 00000-0 / 00000000000000-00	
Data do documento	Nº do documento 585580	Carteira	Moeda
		Nosso Número	(=) Valor do documento 3,201.67
		000000000000	
(-) Desconto	Desconto até	Valor acréscimo	(-) Desconto 0.00
0.00		0.00	
			(=) Valor cobrado 3,201.67
Sacado TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA		013.476.833/0001-75	
Sacado/Avalista			
			
BRADESCO020520113158558097151446177134768330001023201.6700 PAGO			

Os autorizados por TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA a efetivarmos o pagamento acima pelo nosso sistema de Pagamento Escritural a Fornecedores.

A contabilização dos créditos através de DOC - Documento de crédito e título de cobrança de outros bancos, fica condicionada ao aceite e processamento por parte do Banco destinatário dos mesmos.

Até Bradesco SAC - Serviço de Apoio ao Cliente. Cancelamento, Reclamações e Informações- 0800 704 8383. Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099 Atendimento 24h, 7 dias por semana. Ouvidoria - 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.



13º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR-BA

Av. Leovigildo Filgueiras, 112, Garcia - Telefone: Fone: (71) 3036-7500
BELª CRISTINA MARIA ROCHA DE ALMEIDA - TABELIÃ

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé.
Salvador-BA 29 de Julho de 2013.

ANGELA CRISTINA ALMEIDA SEIXAS-ESCRIVENTE AUTORIZADA
Emolumentos R\$ 3.10

Pag-For Bradesco - Pagamento Escritural a Fornecedores

Nº PAGAMENTO:
0054969520100430TIPO DE DOCUMENTO:
Nota Fiscal/FaturaCOMPROVANTE DE PAGAMENTO:
Título de CobrançaNº NF/FAT/DUP:
0000549695

Uso da Empresa:



104

10499.71516 44617.713472 68330.001022 3 45880000332784

Local de

Vencimento
30/04/2010Pagamento
30/04/2010

Fornecedor

SINTERP SIND TRAB EMP RADIO T

Agência/Conta Cedente

00000-0 / 00000000000000-00

Data do documento

Nº do documento

549695

Carteira

Moeda

Nosso Número

000000000000

(R) Valor do documento

3,327.84

(-) Desconto

0.00

Desconto até

Valor acréscimo

0.00

(-) Desconto

0.00

(R) Valor cobrado

3,327.84

Sacado TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA

013.476.833/0001-75

Sacado/Avallista



BRADESCO300420103154969597151446177134768330001023327.8400- PAGO

F. Autorizados por TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA a efetivarmos o pagamento acima pelo nosso sistema de Pagamento Escritural a Fornecedores.

C. A contabilização dos créditos através de DOC - Documento de crédito e título de cobrança de outros bancos, fica condicionada ao aceite e processamento por parte do Banco destinatário dos mesmos.

Atô Bradesco SAC - Serviço de Apoio ao Cliente. Cancelamento, Reclamações e Informações- 0800 704 8383. Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099 Atendimento 24h, 7 dias por semana. Ouvidoria - 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.



13ª TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR-BA

Av. Leovigildo Filgueiras, 112, Garcia - Telefone: Fone: (71) 3036-7500

BELA CRISTINA MARIA ROCHA DE ALMEIDA - TABELIÃ

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé
Salvador-BA 29 de Julho de 2013.ANGELA CRISTINA ALMEIDA SEIXAS-ESCREVENTE AUTORIZADA
Emolumentos R\$ 3.10

Pag-For Bradesco - Pagamento Escritural a Fornecedores

Nº PAGAMENTO: 0051324720090430		TIPO DE DOCUMENTO: Nota Fiscal/Fatura		COMPROVANTE DE PAGAMENTO: Título de Cobrança	
Nº NF/FAT/DUP: 0000513247		Uso da Empresa:			
		104	10499.71516 44617.713472 68330.001022 6 42230000218114		
Local de			Vencimento: 30/04/2009	Pagamento: 30/04/2009	
Fornecedor: SINTERP SIND TRAB EMP RADIO T			Agência/Conta Cedente: 00000.0 / 00000000000000.00		
Data do documento	Nº do documento 513247	Carteira	Moeda	Nosso Número 000000000000	(=) Valor do documento 2,181.11
(-) Desconto 0.00	Desconto até	Valor acréscimo 0.00		(-) Desconto	0.00
				(=) Valor cobrado	2,181.11
Sacado: TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA			013.476.833/0001-75		
Sacado/Avalista					
					

Firmos autorizados por TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA a efetivarmos o pagamento acima pelo nosso sistema de Pagamento Escritural a Fornecedores.

A contabilização dos créditos através de DOC - Documento de crédito e título de cobrança de outros bancos, fica condicionada ao aceite e processamento por parte do Banco destinatário dos mesmos.

Atô Bradesco SAC - Serviço de Apoio ao Cliente. Cancelamento, Reclamações e Informações- 0800 704 8383. Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099 Atendimento 24h, 7 dias por semana. Ouvidoria - 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.



13º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR-BA
 Av. Leovigildo Figueiras, 112, Galpão 3 - Telefone: Fone: (71) 3036-7500
BELª CRISTINA MARIA ROCHA DE ALMEIDA - TABELIÃ

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé
 Salvador-BA 29 de Julho de 2013
ANGELA CRISTINA ALMEIDA SEIXAS-ESCREVENTE AUTORIZADA
 Emolumentos R\$ 3,10



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 05 de fevereiro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nivel**, em 05/02/2015, às 10:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0359965** e o código CRC **2FE9C077**.



EXP – 023/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

At.: Gilson Bretas dos Santos

Coordenador do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais.

Assunto: Exigências para Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – Rádio FM Bahia Sol

Resposta ao Ofício nº 6997/2018/SEI-MCTIC

Ref. Processo nº 53900.039832/2016-12.

A **RÁDIO BAHIA FM SOL LTDA**, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 04.436.460/0001-18, com endereço na Rua Aristides Novis, n.º123, Bairro: Federação, CEP:40210-630, na localidade de Salvador - Bahia, apresenta em anexo resposta ao Ofício n.º 6997/2018/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 4040/2018/SEI-MCTIC, que trata de exigências para Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada da Radio Bahia FM SOL LTDA, na localidade de Salvador, estado da Bahia.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento pelo telefone 71-3203-1270.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Salvador, 28 de fevereiro de 2018.

RÁDIO BAHIA FM SOL LTDA

RENATA DE MAGALHÃES CORREIA e LUÍS EDUARDO MARON DE MAGALHÃES FILHO

CPF: 565.834.195-72

CPF: 798.490.245-34

Rua Professor Aristides Novis, nº 123 - Federação - Salvador-BA
CEP: 40.210-630 Tel: (71) 3203-1270



Ligada em voz

Rua Professor Aristides Novis, nº 123 - Federação - Salvador-BA

CEP: 40.210-630 Tel: (71) 3203-1270

DECLARAÇÃO DA ENTIDADE

Na qualidade de representante legal da **Rádio FM Bahia Sol Ltda**, declaro que o Sr. Celso Hipólito Cruz esteve nesta cidade de Salvador, no estado da Bahia, no dia 25 de abril de 2016, vistoriando as instalações de nossa emissora de FM.

Salvador/BA, 28 de fevereiro de 2018.



RÁDIO BAHIA FM SOL LTDA
RENATA DE MAGALHÃES CORREIA e LUÍS EDUARDO MARON DE MAGALHÃES FILHO
CPF: 565.834.195-72 CPF: 798.490.245-34

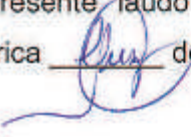


Ligada em você

Rua Professor Aristides Novis, nº 123 - Federação - Salvador-BA

CEP: 40.210-630 Tel: (71) 3203-1270

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da **Rádio FM Bahia Sol Ltda**, localizada na cidade de Salvador, no estado da Bahia, no dia 25 de abril de 2016. O presente laudo consta de 04 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica  de que faço uso.

Salvador/BA, 28 de fevereiro de 2018.

Assinatura.....:

Nome do Engenheiro...: **CELSO HIPOLITO CRUZ**

Nº REGISTRO CREA-BA: N° 050656680-3

Ilustríssimo Senhor

Doutor Altair de Santana Pereira

M.D. Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Referência: Ofício n.º23716/2015/SEI-MC

Processo n.º 53900.017941/2014.

A **Rádio 91 FM Ltda.**, executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Salvador, Estado da Bahia, com sede na mesma cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o número 13.065.495/0001-89 ("Sociedade"), vem, perante V.S.^a, em atendimento ao referido ofício, requerer a juntada aos autos dos documentos complementares solicitados, bem como dos novos documentos atualizados.

Salvador, 29 de setembro de 2015.

MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO

BOA TARDE
ERICA NASCIMENTO PINHEIROSistemas
Interativos

Menu Principal ▼

BOLETO >>> **Nada Consta** | menu ajuda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO 91 FM LTDA
CNPJ: 13.065.495/0001-89

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:21:49 do dia 29/09/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/10/2015.

Certidão expedida gratuitamente.





Nº 550657

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS (REGIONAL)
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções **cíveis e criminais** mantidos na Seção Judiciária do Estado da Bahia, que

CONSTA(M)

contra **MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO** ou contra o **CPF: 295.633.645-20**, os seguintes processos:

Processo	Vara	Classe
6604- 49.2013.4.01.3300	24ª	EXEC FISCAL / OUTRAS

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária da Justiça Federal e que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**), informando o número de controle acima descrito.

Emitida em: 28/09/2015, às 11h13, por BA0069PS - JOSENICE DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO.

Data da última atualização do banco de dados: 28/09/2015, 11h13.

Página 1 de 1

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631, Sussuarana
Fone: (71) 3421-6146 NAJ Fax: (71) 3617-2621 Sede E-mail: secer.ba@trf1.jus.br



JUSTIÇA FEDERAL
24.ª VARA FEDERAL

C E R T I D ã O

PROCESSO N. 6604-49.2013.4.01.3300

CERTIFICO, para os devidos fins e a requerimento da parte interessada que consultando os autos da execução fiscal n. 6604-49.2013.4.01.3300, em que figura como exequente a **AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-ANVISA** e como executados **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA**, CNPJ nº13.065.495/0001-89 **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, CPF nº 295.633.645-20 E **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**, CPF nº 021.780.795-04, referente à CDA nº 2760, número do débito 11441, número do processo administrativo: 25351-054065/2005, verifiquei que a pessoa jurídica executada restou citada por edital e que houve determinação de citação, penhora e avaliação de bens dos coexecutados para garantia da execução.

Certifico, também, que não consta dos autos penhora de bem imóvel ou de qualquer outro bem para garantia da execução.

Salvador/BA, em 28 de setembro de 2015.


Andréia Nabuco

Analista Judiciário-Mat. 2000610



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Nº 3058316

- 2ª edição

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que

N A D A C O N S T A

contra **MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO** nem contra o **CPF: 295.633.645-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 10/09/2015, às 14h34.

Data da última atualização do banco de dados: 10/09/2015, 14h34.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



23/09/2015

001763036

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 001763036**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela Internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 23/09/2015, verifiquei CONSTAR a distribuição abaixo relacionada em nome de:

MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG: 311471277, CPF: 295.633.645-20, filho de Mauricio Rollemberg Fonseca e Ana Maria Tourinho da Fonseca, natural de Salvador - BA, nascido aos 14/01/1964, residente na rua professor aristides novis, n 123, federação, federação, CEP: 40210-630, Salvador - BA. *****

SALVADOR

» 6ª Vara de Relações de Consumo. Processo: 0092802-58.2007.8.05.0001 (01547106-1/2007). Ação: Execução. Data: 05/06/2007. Autor: Banco do Brasil Sa. *

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual e busca no banco de dados pelo período de 10 (dez) anos.

Certifico finalmente que o valor de R\$ 12,72 foi pago através do DAJ (Documento de Arrecadação Judiciária).

Esta certidão foi emitida pela Internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 24 de setembro de 2015.

PEDIDO Nº:**001763036**

Artur da Conceição Costa Neto
Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão



10/09/2015

001748423

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO: 001748423

CERTIDÃO Nº: 001748423**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 10/09/2015, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG: 311471277, CPF: 295.633.645-20, filho de Mauricio Rollemberg da Fonseca e Ana Maria Tourinho da Fonseca, natural de Salvador - BA, nascido aos 14/01/1964, residente na RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS, 123, FEDERAÇÃO, CEP: 40210-230, Salvador - BA. *****

Esta certidão abrange as Varas Criminais Comuns, Varas Criminais Especializadas, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas do Júri, Varas de Execuções Penais e Medidas Alternativas e Vara de Auditoria Militar e busca no banco de dados pelo período de 10 (dez) anos. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 10 de setembro de 2015.

PEDIDO Nº:**001748423**

Artur da Conceição Costa Neto
Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**
Inscrição: **097675660507** Zona: 1 Seção: 102
Município: 38490 - SALVADOR UF: BA
Data de Nascimento: 14/01/1964 Domiciliado desde: 14/04/1999
Filiação: ANA MARIA TOURINHO DA FONSECA
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA

Certidão emitida às 18:04 de 28/09/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **WL2T.PN1U.3B2H.C7CF**



JUSTIÇA ELEITORAL
1ª ZONA ELEITORAL DE SALVADOR - BA
1 AVENIDA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 150 Telefone 71 33737251

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor: MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO
Inscrição: 097675660507 Zona: 1 Seção: 102
Município: 38490 - SALVADOR UF: BA
Data de nascimento: 14/01/1964 Domiciliado desde: 14/04/1999
Filiação: ANA MARIA TOURINHO DA FONSECA
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA

Em 29 de setembro de 2015.


LILIAN RIBEIRO PONDE DE ROCHA
ANALISTA JUDICIÁRIO

Lilian Ribeiro Ponde de Rocha
Analista Judiciário
Mat.309.4-1204

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



**TABELIONATO
DE PROTESTO
DE TÍTULOS**

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 124143/2015

Daje: 1561-002.079644

Nome: MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO

Documento: CPF 295.633.645-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, documento de identificação CPF 295.633.645-20, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

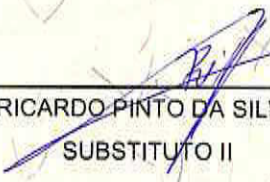
O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Ricardo Pinto da Silva, Substituto II, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 18 de Setembro de 2015


RICARDO PINTO DA SILVA
SUBSTITUTO II

TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS 1º OFÍCIO
Rua Pará, Edif. Empresarial Amazonas, nº 271
Sala 201-Pituba Salvador - BA - CEP: 41.830-070

tel. RICARDO PINTO DA SILVA
SUBSTITUTO 03

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$6,50	R\$4,68	R\$1,99	R\$0,17	R\$13,34

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1561.AB049417-3
8EHQP42XZF
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

18/09/2015 15:17:28

1/1



TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 160605/2015

Daje: 1562-002.068077

Nome: MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO

Documento: CPF 295.633.645-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, documento de identificação **CPF 295.633.645-20**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Bárbara Reis Calhau da Silva, Sub-Tabelliã, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 18 de Setembro de 2015

BÁRBARA REIS CALHAU DA SILVA
SUB-TABELIÃ

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$6,50	R\$4,68	R\$1,99	R\$0,17	R\$13,34

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1562.AB047898-4
IP78JCDQT7
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

18/09/2015 15:13:33

1/1



**3º OFÍCIO
TABELIONATO
DE PROTESTO
DE TÍTULOS**

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 124885/2015

Data: 1563-002.078935

Nome: MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO

Documento: CPF 295.633.645-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, documento de identificação CPF 295.633.645-20, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Karla Carvalho, Sub. Tabeliã, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 18 de Setembro de 2015

Karla Carvalho

KARLA CARVALHO

SUB. TABELIÃ

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$6,50	R\$4,68	R\$1,99	R\$0,17	R\$13,34

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1563.AB049999-0
LNPQ2LNNOC
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS 3º OFÍCIO
R. Pará Edif. Amazonas Empresarial, nº 778,
Sala 01 - Pituba - Salvador - BA - CEP: 41.830-070
Bela. KARLA MACEDO DE CARVALHO
SUBSTITUTA

18/09/2015 15:10:13

1/1



4º TABELIONATO
DE PROTESTOS
E TÍTULOS

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 128761/2015

Data: 1564-002.068935

Nome: MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO

Documento: CPF 295.633.645-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, documento de identificação CPF 295.633.645-20, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Danilo Miranda da Fonseca, SUBSTITUTO(A) 03, efetuei a busca

TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS 4º OFÍCIO
Rua Pará, Edif. Empresarial Amazonas, nº 278 sala 102 e 103-Pituba
Salvador - BA - CEP: 41.830-380

Belª. MARIA DAS GRAÇAS AMARAL UZEDA - TABELIA
Belª. CRISTIANE UZEDA DOVAL VILLAS BOAS - SUBSTITUTO 01
Belª. CAMILA PIRES CASTRO PASTORI - SUBSTITUTO 02
BEL. DANILLO MIRANDA DA FONSECA - SUBSTITUTO 03
BEL. RAFAEL BRITO SILVA - SUBSTITUTO 04

SALVADOR-BA, 18 de Setembro de 2015

DANILO MIRANDA DA FONSECA
SUBSTITUTO(A) 03

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$6,50	R\$4,68	R\$1,99	R\$0,17	R\$13,34

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1564.AB050083-1
PITSZ0L18D
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

18/09/2015 15:13:46

1/1

DECLARAÇÃO

MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA n.º 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o n.º 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Aristides Novis, n.º 123, Federação, Salvador, Bahia, CEP: 40.210-630, declara para os devidos fins que, não é sócio e/ou dirigente de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão no município onde está instalada a estação da Rádio 91 FM Ltda., nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, bem como que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial.

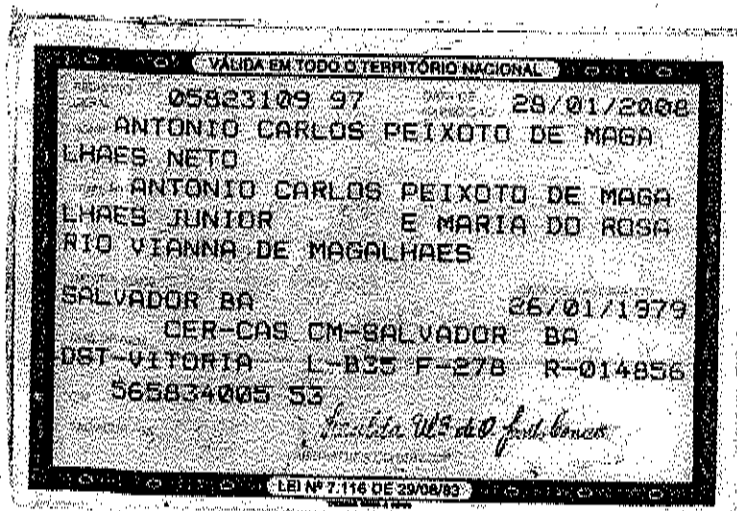
Salvador, 28 de setembro de 2015.



MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO



TABELIONATO DO 6º OFÍCIO DE NOTAS
 Rua Ari Barroso, 5 - Chame Chame - Salvador - BA
AUTENTICAÇÃO
 Confere com o original a mim apresentado.
 Salvador, 29 de Junho de 2012
 Em test. da verdade,
ANDRE LUIS MOREIRA DA SILVA - ESCRIVENTE
 Emolumentos: R\$1,95 - Tx. Fiscalização: R\$1,05 - Total: R\$3,00





PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Nº 103399

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado da Bahia**, que

NADA CONSTA

contra **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO** nem contra o **CPF: 565.834.005-53**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitam no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela Internet em: 15/09/2015, 15h57.

Data da última atualização do banco de dados: 15/09/2015, 15h57.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA.
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS (REGIONAL)
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções **cíveis e criminais** mantidos na Seção Judiciária do Estado da Bahia, que

NADA CONSTA

contra **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO** nem contra o **CPF: 565.834.005-53**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária da Justiça Federal e que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (**www.jfba.jus.br**), informando o número de controle acima descrito.

Emitida em: 28/09/2015, às 11h13, por BA0069PS - JOSENICE DE OLIVEIRA CONCEIÇÃO.

Data da última atualização do banco de dados: 28/09/2015, 11h13.



23/09/2015

001763047

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 001763047**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 23/09/2015, verifiquei CONSTAR as distribuições abaixo relacionadas em nome de:

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO, brasileiro, divorciado, bacharel em direito, portador do RG: 0582310997, CPF: 565.834.005-53, filho de Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Junior e Maria do Rosario Vianna de Magalhães, natural de Salvador - BA, nascido aos 26/01/1979, residente na av sete de setembro, n 2172, apt 2301, ed.mansão , ed.mansão leonor , vitória, CEP: 40130-001, Salvador - BA. ****

SALVADOR

» 6ª Vara de Relações de Consumo. Processo: 0327054-30.2012.8.05.0001. Ação: Procedimento Ordinário. Assunto: DIREITO CIVIL. Data: 04/04/2012. Autor: Everaldo Calasans de Almeida Filho. *****
» 4ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 0505116-24.2014.8.05.0001. Ação: Ação Civil Coletiva. Assunto: Competência Tributária. Data: 07/02/2014. Autor: Alcindo da Anunciação. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual e busca no banco de dados pelo período de 10 (dez) anos.

Certifico finalmente que o valor de R\$ 12,72 foi pago através do DAJ (Documento de Arrecadação Judiciária).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 24 de setembro de 2015.

PEDIDO Nº:**001763047**

Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão



10/09/2015

001748408

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

*certidão em nome de***CERTIDÃO Nº: 001748408****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 10/09/2015, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO, brasileiro, divorciado, bacharel em direito, portador do RG: 0582310997, CPF: 565.834.005-53, filho de Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Junior e Maria do Rosario Vianna Magalhães, natural de Salvador - BA, nascido aos 26/01/1979, residente na ED. BERNARDO BERTOLLUCI, RUA CLEMENTE FRAGA, 198, ONDINA, CEP: 40170-050, Salvador - BA. *****

Esta certidão abrange as Varas Criminais Comuns, Varas Criminais Especializadas, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas do Júri, Varas de Execuções Penais e Medidas Alternativas e Vara de Auditoria Militar e busca no banco de dados pelo período de 10 (dez) anos. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 10 de setembro de 2015.

PEDIDO Nº:

001748408

Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO**
Inscrição: **084522510582** Zona: 1 Seção: 205
Município: 38490 - SALVADOR UF: BA
Data de Nascimento: 26/01/1979 Domiciliado desde: 08/02/1996
Filiação: MARIA DO ROSARIO VIANNA DE MAGALHAES
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES JUNIOR

Certidão emitida às 18:02 de 28/09/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **BNYØ.AFPB.YN2X.2VUP**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO**

Inscrição: **084522510582** Zona: 1 Seção: 205

Município: 38490 - SALVADOR UF: BA

Data de Nascimento: 26/01/1979 Domiciliado desde: 08/02/1996

Filiação: MARIA DO ROSARIO VIANNA DE MAGALHAES

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES JUNIOR

Certidão emitida às 16:04 de 23/09/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

E6/P.F1/R.GQZB.8QPV



**TABELIONATO
DE PROTESTO
DE TÍTULOS**

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 124142/2015

Daje: 1561-002.079640

Nome: ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Documento: CPF 565.834.005-53

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, documento de identificação **CPF 565.834.005-53**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.


O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Ricardo Pinto da Silva, Substituto II, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 18 de Setembro de 2015


RICARDO PINTO DA SILVA
SUBSTITUTO II

TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS 1º OFÍCIO
Rua Pará, Edif. Empresarial Amazonas, nº 278
Sala 201-Pituba Salvador - BA - CEP: 41.830-070

RICARDO PINTO DA SILVA
SUBSTITUTO II

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$6,50	R\$4,68	R\$1,99	R\$0,17	R\$13,34

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1561.AB049416-5
Q6BCALPGRV
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

18/09/2015 15:16:33

1/1



**TABELIONATO
DE PROTESTO
DE TÍTULOS**

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 160606/2015

Data: 1562-002.068075

Nome: ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Documento: CPF 565.834.005-53

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, documento de identificação **CPF 565.834.005-53**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Felipe Ferreira Fraga, Sub-Tabelião, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 18 de Setembro de 2015

FELIPE FERREIRA FRAGA
SUB-TABELIÃO

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$6,50	R\$4,68	R\$1,99	R\$0,17	R\$13,34

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1562.AB047899-2
TUNS2BBPFQ
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

18/09/2015 15:13:41

1/1



**3º OFÍCIO
TABELIONATO
DE PROTESTO
DE TÍTULOS**

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 124884/2015

Daje: 1563-002.078936

Nome: ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO

Documento: CPF 565.834.005-53

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO**, documento de identificação CPF **565.834.005-53**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Karla Carvalho, Sub. Tabeliã, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 18 de Setembro de 2015

Karla Carvalho

KARLA CARVALHO

SUB. TABELIÃ

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$6,50	R\$4,68	R\$1,99	R\$0,17	R\$13,34

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1563.AB049998-1
OP60VAZC0P
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS 3º OFÍCIO
R. Pará Edif. Amazonas Empresarial, nº 278,
Sala 01 - Pituba - Salvador - BA - CEP: 41.830-070
Bela. KARLA MACEDO DE CARVALHO
SUBSTITUTA

18/09/2015 15:09:49

1/1



4º TABELIONATO
DE PROTESTOS
E TÍTULOS

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 128762/2015

Daje: 1564-002.068934

Nome: ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO

Documento: CPF 565.834.005-53

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO**, documento de identificação CPF 565.834.005-53, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Rafael Brito Silva, SUBSTITUTO(A) 04, efetuei a busca.

TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS 4º OFÍCIO
Rua Pará, Edif. Empresarial Amazonas, nº 278 sala 102 e 103-Pituba
Salvador - BA - CEP: 41.830-380

Belª. MARIA DAS GRAÇAS AMARAL UZEDA - TABELIÃ
Belª. CRISTIANE UZEDA DOVAL VILLAS BOAS - SUBSTITUTO 01
BELª. CAMILA PIRES CASTRO PASTORI - SUBSTITUTO 02
BEL. DANILO MIRANDA DA FONSECA - SUBSTITUTO 03
BEL. RAFAEL BRITO SILVA - SUBSTITUTO 04

SALVADOR-BA, 18 de Setembro de 2015


RAFAEL BRITO SILVA
SUBSTITUTO(A) 04

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$6,50	R\$4,68	R\$1,99	R\$0,17	R\$13,34

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1564.AB050084-0
11XFU63ZNO
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

18/09/2015 15:14:07

1/1

DECLARAÇÃO

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, bacharel em direito, portador de Cédula de Identidade RG nº 05.823.109-97 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 565.834.005-53, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Clementino Fraga, n.º 198, apto. 2201, Ondina, Salvador/BA, CEP 40.170-050, declara para os devidos fins que, não é sócio de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão no município onde está instalada a estação da Rádio 91 FM Ltda., nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Salvador, 28 de setembro de 2015.



ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

DECLARAÇÃO

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 15.575.486/0001-63, com sede na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, CEP 13570-380, cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, **declara** para os devidos fins, que não participa, na qualidade de sócia, de outra sociedade no mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

São Carlos, 04 de setembro de 2015.



PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.
Paulo Augusto Alves Brasileiro



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35226507300		14/05/2012	09/05/2012				
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
PAN BT PARTICIPACOES LTDA.						SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J.		ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO		
15.575.486/0001-63		RUA MARIO LUCHESI		45	SALA 03		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL	
JARDIM SAO PAULO	SAO CARLOS		SP	13570-380	R\$	1.100.000,00	

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

SÓCIO				
NOME				
CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA.				
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA REGINA NOGUEIRA		120	SALA 18	
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP
JARDIM SAO GABRIEL	CAMPINAS		SP	13045-290
NIRE	CARGO			QUANTIDADE COTAS
35226425311	SÓCIO			550.000,00

SÓCIO				
NOME				
SFO PARTICIPACOES LTDA.				
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO	
AVENIDA SELMA PARADA		201	CONJ. 01, SAL	
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP
VILA MADALENA	CAMPINAS		SP	13091-904
NIRE	CARGO			QUANTIDADE COTAS
35226425460	SÓCIO			550.000,00

REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR				
NOME				
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO				
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA REGINA NOGUEIRA		120		
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP
				RG

JARDIM SAO GABRIEL	CAMPINAS	SP	13045-290	132784373
CPF 059.238.728-38	CARGO REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS

REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR				
NOME STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA				
ENDEREÇO RUA REGINA NOGUEIRA		NÚMERO 120	COMPLEMENTO	
BARRIO JARDIM SAO GABRIEL	MUNICIPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13045-290	RG 11583956
CPF 212.996.408-77	CARGO REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 11/02/2015	NÚMERO 025.527/15-0	
<p>ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2014. ATA DA REUNIAO DE QUOTISTAS 1. DATA, HORA, E LOCAL: 30 DE ABRIL DE 2014, AS 10:00 HORAS, NA SEDE SOCIAL, LOCALIZADA NA RUA MARIO LUCHESI, N. 45, SALA 03, JARDIM SAO PAULO, CEP 13570-380, CIDADE DE SAO CARLOS, ESTADO DE SAO PAULO.2. CONVOCACAO E PRESENÇA: DISPENSADA A CONVOCACAO, CONFORME O DISPOSTO NO CODIGO CIVIL, ART. 1.072, 2, EM DECORRENCIA DE ESTAREM PRESENTES OS QUOTISTAS REPRESENTANDO A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL. 3. MESA: OS TRABALHOS FORAM PRESIDIDOS POR PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO E SECRETARIADOS POR FELLIPE DANIEL DE MORAIS FERNANDES. 4. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2013 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA COMPANHIA;5. DOCUMENTOS: RELATORIO DA ADMINISTRACAO, BALANCO PATRIMONIAL E DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DISPONIBILIZADOS NOS TERMOS DO ART. 1.078, 1, DO CODIGO CIVIL. 6. DELIBERACOES: (I) APROVAR, POR UNANIMIDADE E SEM RESSALVAS, AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2013;(II) APROVAR AS CONTAS DA ADMINISTRACAO, SEM QUAISQUER RESSALVAS;(III) OS SENHORES QUOTISTAS DEIXAM DE DELIBERAR ACERCA DA DISTRIBUICAO E DA DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DIANTE DO PREJUIZO ACUMULADO NO ANO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2012.ENCERRAMENTO: NADA MAIS HAVENDO A SER TRATADO, O PRESIDENTE DEU POR ENCERRADA A ASSEMBLEIA, DA QUAL SE LAVROU A PRESENTE ATA, QUE FOI APROVADA E ASSINADA.SAO CARLOS, 30 DE ABRIL DE 2014.</p>		

Signature Not Verified

Digitally signed by FLAVIA REGINA BRITTO
Date: 2015.09.29 08:56:27 -03'00'
Reason: Autenticação de Certidão Simplificada
Location: São Paulo

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226507300
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 28/09/2015



Certidão Simplificada emitida para DIEGO LOPES DE OLIVEIRA:38817919810
[Autenticidade: 62994854] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br



17/09/2015

5724969

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8547376**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 15.575.486/0001-63, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

5724969



17/09/2015

5727858

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8547384**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 15.575.486/0001-63, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luís de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

5727858





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150001874233

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: PAN BT PARTICIPACOES LTDA.**, ou vinculado ao **CNPJ de número 15.575.486/0001-63,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 6I68225ZBJDK FCVBNT GGTBNNKX68TTS5E
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 25 de setembro de 2015 às 11h08min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000386110

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **15.575.486/0001-63**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2015, às 17:43.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **d16c8b8f ecba89a8 441c93ce f4a84225 07428571**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Ana Alice da Silva Costa, Chefe de Seção do
Serviço de Informações e Fornecimento de
Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento
processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e
Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do
Estado de São Paulo, em nome de PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no C.N.P.J.
sob o nº 15.575.486/0001-63, verificou-se que NÃO CONSTA processo em andamento neste
Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.-----
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015. -----
Eu,  (Ana Alice da Silva Costa), Chefe de Seção do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi. -----

Valor Recolhido: R\$ 19,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Ana Alice da Silva Costa, Chefe de Seção do
Serviço de Informações e Fornecimento de
Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento
processual de 2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o Serviço de
Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de PAN BT
PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 15.575.486/0001-63, verificou-se que
NÃO CONSTA processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao
pedido. O referido é verdade e dá fé. -----
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015. -----
Eu, [assinatura] (Ana Alice da Silva Costa), Chefe de Seção do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi. -----



17/09/2015

5722894

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 015722894**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 16/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 15.575.486/0001-63, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.17.4 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de setembro de 2015.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:

5722894



**1º CARTÓRIO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
DA COMARCA DE SÃO CARLOS - ESTADO DE SÃO PAULO**

Márcio Campacci

Tabelião

CERTIDÃO

TÍTULOS

O 1º CARTÓRIO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E

CERTIFICA E DA FE

que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO, a pedido de MARCELO HENRIQUE ROMANO, RG 18442440, deles verificou que **NÃO CONSTAM PROTESTOS** no período de **5 ANOS** anteriores à 16 de setembro de 2015, em nome de:

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ 15575486000163

* * * * *

1º CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTO DE SÃO CARLOS - SP

PJ
SP

MARCOS THEODORO MANEITI - ESCRIVENTE - RG 17.037.673

SÃO CARLOS, 17 de setembro de 2015

Requerente: MARCELO HENRIQUE ROMANO Documento: RG 18442440

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOME DIFERENTE, AINDA QUE PRÓXIMO, SEMELHANTE OU RESULTANTE DE ERROS DE GRAFIA

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTICA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
0,36	0,31	0,94	0,13	0,44	0,06	0,12	0,30	10,36

AS DÍVIDAS DEBIDAS (TAXAS E TAXAS POR DIA)

RUA MAJOR JOSÉ BRÁGIO, 2195 - CENTRO - SÃO CARLOS - SP

Nº. PEDIDO: 40.188/15

—Certidão Negativa de Protesto—

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA
COMARCA DE SÃO CARLOS - SP, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA que
pesquisados os índices deste tabelionato, deles verificou NÃO CONSTAR PROTESTO
no período de **5 ANOS** anteriores a **15 de setembro de 2015**, em nome de:

PAN BT PARTICIPACOES LTDA
CNPJ 15575486000163

O referido é verdade e dou fé.
São Carlos, 15 de setembro de 2015.



Solicitante: MARCELO HENRIQUE ROMANO - RG: 18.442.440

Informações importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta.Casa	Imp. Municipal	Ministério Público	Total
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,12	***** 0,30	***** 10,36

Qualquer rasura, adapamento ou carimbo, INVALIDARÁ esta certidão

2º Tabelião de São Carlos - SP
Rua Mal. Deodoro, 2318, centro
São Carlos - SP - CEP 13560-201
com estacionamento 50761/20

Notas e Protesto
Fone (16) 2107-4000
e-mail: 2tabscar@uol.com.br
site: www.cantoriosaocarlos.com



**TABELIONATO DE PROTESTO DA COMARCA DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA CONDE DO PINHAL, 1807 - CENTRO - FONE: (16) 3371-4099

CNPJ(MF) Nº: 51.794.287/0001-00

BEL. ANTONIO CARLOS CARVALHAES
TABELIÃO



CERTIDÃO

O TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, ÓRGÃO DO
FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE SÃO CARLOS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO.

CERTIFICA E DA FÉ.

Nº pedido: 343080 - 17/09/2015

Que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, a pedido de MARCELO HENRIQUE ROMANO, RG 18424440, deles verificou que **NÃO CONSTAM PROTESTOS** no período de **5 anos** anteriores à 17 de setembro de 2015, em nome de:

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ nº 15.575.486/0001-63

Eu, , **KENEDY W. MUNHOZ - Escrevente, subscrevo e assino.**

São Carlos, 17 de setembro de 2015.



TABELIONATO DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS
Kennedy W. Munhoz
Escrevente

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO(S) NOME(S) E AOS NÚMEROS NELA INTEGRALMENTE GRAFADOS. NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AONDE QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA.

AO TABELIÃO	ESTADO	CART. PREVID.	REG. CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	MINIST. PÚBL.	SANTA CASA	ISS	MPTOTAL DAS CUSTAS
6,36	0,12	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,30	10,36

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

Outros (origem externa) Cópia - 53900.050761/2015-10 (1010249)

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 42

DECLARAÇÃO

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado portadora do NIRE 35.226.425.311, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.513.836/0001-62, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290, **declara** para os devidos fins, que não participa, na qualidade de sócia, de outra sociedade no mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Campinas, 04 de setembro de 2015.



CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

Stella Simonsen Paes De A. C. Nogueira

Carla Paes De Almeida Coutinho Nogueira



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35226425311		07/05/2012	25/04/2012				
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA.						SOCIEDADE LIMITADA	
CNPJ		ENDEREÇO		NUMERO	COMPLEMENTO		
15.513.836/0001-67		RUA REGINA NOGUEIRA		120	SALA 18		
BAIRRO		MUNICÍPIO		UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL
JARDIM SAO GABRIEL		CAMPINAS		SP	13045-290	R\$	437.500,00

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME					
CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA					
ENDEREÇO			NUMERO	COMPLEMENTO	
ALAMEDA DAS PALMEIRAS			600	COND. ALTO DA	
BAIRRO		MUNICÍPIO		UF	CEP
GRAMADO		CAMPINAS		SP	13101-676
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS	
213.767.958-25	SÓCIO E ADMINISTRADOR			428.750,00	

ADMINISTRADOR						
NOME						
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO						
ENDEREÇO			NUMERO	COMPLEMENTO		
RUA REGINA NOGUEIRA			120			
BAIRRO		MUNICÍPIO		UF	CEP	RG
JARDIM SAO GABRIEL		CAMPINAS		SP	13045-290	13278437
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS		
059.238.728-38	ADMINISTRADOR					

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME					
STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA					
ENDEREÇO			NUMERO	COMPLEMENTO	
ALAMEDA DAS PALMEIRAS			600	COND. ALTO DA	
BAIRRO		MUNICÍPIO		UF	CEP

GRAMADO	CAMPINAS	SP	13101-676
CNPJ 212.996.408-77	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR	QUANTIDADE COTAS 8.750,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 08/07/2015	NÚMERO 244.088/15-9	
ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2015. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2014 E DELIBERAR SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA SOCIEDADE.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226425311		Signature Not Verified
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 28/09/2015		Digitally signed by FLAVIA REGINA BRITTO Date: 2015.09.29 09:00:07 -03:00 Reason: Autenticação da Certidão Simplificada Location: São Paulo



Certidão Simplificada emitida para DIEGO LOPES DE OLIVEIRA:38817919810
[Autenticidade: 62995191] - Junta Comercial do Estado do São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br

Alexandre Augusto Arcaro
TABELÃO

1º Tabelião de Protesto de Campinas

Lincoln de Carvalho
TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Eng. Carlos Stevenson, 648 - Nova Campinas - Campinas - SP - CEP 13092-132 - Fone/Fax: (19) 3722-8900

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ que, revistos os Livros de registro de protestos lavrados no período de 5 ANOS anteriores a 16/09/2015, deles verificou **NADA CONSTAR** em nome de **CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 15.513.836/0001-67

[illegible]

DATA DA CERTIDÃO: 17 de setembro de 2015

SOLICITANTE DA CERTIDÃO: LARISSA MYWA NAGO CPF 36103263875

A presente certidão abrange as letras e os títulos protestados pelos antigos 1º, 2º e 3º Tabelionatos de Protesto de Letras e Títulos de Campinas até o dia 16 de maio de 2005, tendo em vista que os acervos destas serventias foram recolhidos ao atual 1º Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos no 17 de maio de 2005. (Parecer 67/2001, processo GAJ 120/99 da Corregedoria Geral de Justiça do estado de São Paulo - DOE de 05/02/2001).

Emolumentos:	R\$ 6,36
Estado:	R\$ 1,81
Ipesp:	R\$ 0,94
Sta. Casa:	R\$ 0,06
Sinoreg:	R\$ 0,33
Tribunal:	R\$ 0,44
Imp.Municipal:	R\$ 0,33
M.Público	R\$ 0,30
Total:	R\$ 10,57

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÊ

CAMPINAS., 17 de setembro de 2015.

1º TABELÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE CAMPINAS-SP

PJ
SP

LINCOLN DE CARVALHO - TABELÃO SUBSTITUTO - RG 22.410.685-5

Para confirmar a veracidade desta certidão acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código: 20320027267400056319

Página 2 de 2



Tabelião de Protesto de Campinas

Nº. PEDIDO: 174715/17.288

Avenida José de Souza Campos, 753 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5502 - Fax: (19) 3794-5512

CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, CPF 36103263875, que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

CAP*SORRIA*PARTICIPACOES*LTDA*****

DBQ TPSSJB QBSUJJDJQBDPFT MUEB
ECR UQTTKC RCTVKEKRCEQGU NVFC 76

CNPJ*15513836000167*****

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
no período de 5 ANOS anterior a 15 de setembro de 2015

* * * * *

Pesquisado por ADRIANO JOAQUIM DA SILVA

CAMPINAS., 17 de setembro de 2015

ADRIANO JOAQUIM DA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADO

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia, desde 17 de Maio de 2005, data de instalação da unidade de serviço. Para período anterior, solicitar certidão ao 1º Tabelião de Protesto de Campinas.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 20320017471500056319

EMOLUMENTOS AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,30	***** 10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL



Avenida José de Souza Campos, 753 - Sala 112 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5503 - Fax: (19) 3794-5513

CERTIDÃO

O 3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DÁ FÉ, a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, CPF 36103263875 , que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

CAP*SORRIA*PARTICIPACOES*LTDA*****

DBO TPSSJB OBSUJDJQBDPFT MUEB

ECR UQTTKC RCTVKEKRCEOGU NVFC 76

CNPJ*15513836000167*****

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
no período de 5 ANOS anterior a 15 de setembro de 2015

[illegible]

Pesquisado por SARAH RAZIEL ORLOF DE MARCO

CAMPINAS, 17 de setembro de 2015

~~SARAH RAZIEL ORLOF DE MARCO~~
~~SUBSTITUTA DESIGNADA~~

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 20320017494400056319

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP*	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	**** 0,33	**** 0,30	***** 10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150001874283

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA.**, ou vinculado ao **CNPJ de número 15.513.836/0001-67,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: Y7ELGVHV756H4K6FAP 5NB952119GAWW4K
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 25 de setembro de 2015 às 11h09min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000386114

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **15.513.836/0001-67**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2015, às 17:45.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **2d09e0a9 366e123b 3d7463fb fecada24 a9d426f4**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



17/09/2015

5725033

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8547377**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 15.513.836/0001-67, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº: 5725033



17/09/2015

5727907

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8547385**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 15.513.836/0001-67, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

5727907



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Ana Alice da Silva Costa, Chefe de Seção do
Serviço de Informações e Fornecimento de
Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento
processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e
Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do
Estado de São Paulo, em nome de CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no
C.N.P.J. sob o nº 15.513.836/0001-67, verificou-se que NÃO CONSTA processo em
andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015. -----
Eu, (Ana Alice da Silva Costa), Chefe de Seção do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi. -----

Valor Recolhido: R\$ 19,40



17/09/2015

5722926

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 015722926**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 16/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 15.513.836/0001-67, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.17.4 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de setembro de 2015.

Maurício de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:

5722926





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Ana Alice da Silva Costa, Chefe de Seção do
Serviço de Informações e Fornecimento de
Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento
processual de 2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o Serviço de
Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de
CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 15.513.836/0001-67,
verificou-se que NÃO CONSTA processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com
referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé. -----
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015. -----
Eu, [Assinatura] (Ana Alice da Silva Costa), Chefe de Seção do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi. -----

DECLARAÇÃO

CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade nº 34.998.714-2 SSP/SP e do CPF/MF 213.767.958-25, com endereço comercial na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, **declara** que não participa como sócia de outra sociedade do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Campinas, 04 de setembro de 2015.


CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

DECLARAÇÃO

CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade nº 34.998.714-2 SSP/SP e do CPF/MF 213.767.958-25, com endereço comercial na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, declara para os devidos fins que:

- a) Não participa da direção de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; e
- b) Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo ou função, do qual decorra foro especial.

Campinas, 04 de setembro de 2015.



CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**

Inscrição: **397971580132**

Zona: 423

Seção: 171

Município: 62910 - CAMPINAS

UF: SP

Data de Nascimento: 17/11/1990

Domiciliada desde: 29/04/2010

Filiação: STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA
ANTONIO CARLOS COUTINHO NOGUEIRA

Certidão emitida às 16:14 de 14/09/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

DUIO.N7OR.USZH.DIAM



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**

Inscrição: **397971580132** Zona: 423 Seção: 171

Município: 62910 - CAMPINAS UF: SP

Data de Nascimento: 17/11/1990 Domiciliada desde: 29/04/2010

Filiação: **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO
NOGUEIRA**

ANTONIO CARLOS COUTINHO NOGUEIRA

Certidão emitida às 16:04 de 14/09/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

NWSG.SPQG.MT7S.JDC5



17/09/2015

5727949

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8547386**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, RG: 34.998.714-2, CPF: 213.767.958-25, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:**5727949**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, portador(a) do RG nº 34.998.714-2 e inscrito(a) no CPF/MF sob nº 213.767.958-25, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.....
Eu, (Vânia de Oliveira Reis) (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.....

Valor Recolhido: R\$ 19,40



17/09/2015

5722996

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 015722996**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 16/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, RG: 34.998.714-2, CPF: 213.767.958-25, nascida em 17/11/1990, natural de São Paulo - SP, filha de Antonio Carlos Coutinho Nogueira e Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.17.4 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de setembro de 2015.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:

5722996



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao
Público do Tribunal de Justiça do Estado de
São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de
andamento processual de 2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o
Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,
em nome de **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, portador(a) do RG
nº 34.998.714-2 e inscrito(a) no CPF/MF sob nº 213.767.958-25, verificou-se que
NÃO CONSTA processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao
pedido. O referido é verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.....
Eu, (Vânia de Oliveira Reis) (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.....



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150001874313

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, ou vinculado ao **CPF de número 213.767.958-25**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGVHV8Y6MX9KRHR HJCSUVT57M9Q83D
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 25 de setembro de 2015 às 11h10min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000386117

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **213.767.958-25**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2015, às 17:46.

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente;

b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;

c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;

d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **de1ddc51 c7ed7f1e da8dbc14 6f250567 12cded2b**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP

Alexandre Augusto Arcaro
TABELIÃO

1º Tabelião de Protesto de Campinas

Lincoln de Carvalho
TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Eng. Carlos Stevenson, 648 - Nova Campinas - Campinas - SP - CEP 13092-132 - Fone/Fax: (19) 3722-8900

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ que, revistos os Livros de registro de protestos lavrados no período de 5 ANOS anteriores a 16/09/2015, deles verificou NADA CONSTAR em nome de CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, inscrito no CPF sob nº 213.767.958-25 RG 349987142

[illegible]

DATA DA CERTIDÃO: 17 de setembro de 2015

SOLICITANTE DA CERTIDÃO: LARISSA MYWA NAGO CPF 36103263875

A presente certidão abrange as letras e os títulos protestados pelos antigos 1º, 2º e 3º Tabelionatos de Protesto de Letras e Títulos de Campinas até o dia 16 de maio de 2005, tendo em vista que os acervos destas serventias foram recolhidos ao atual 1º Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos no 17 de maio de 2005. (Parecer 67/2001, processo GAJ 120/99 da Corregedoria Geral de Justiça do estado de São Paulo - DOE de 05/02/2001).

Emolumentos:	R\$ 6,36
Estado:	R\$ 1,8
Ipesp:	R\$ 0,94
Sta. Casa:	R\$ 0,06
Sinoreg:	R\$ 0,33
Tribunal:	R\$ 0,44
Imp.Municipal:	R\$ 0,33
M.Público	R\$ 0,30
Total:	R\$ 10,57

O REFERIDO É VERDADE E DOU FE

CAMPINAS., 17 de setembro de 2015.

1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE CAMPINAS-SP

PJ
SP

LINCOLN DE CARVALHO - TABELÃO SUBSTITUTO - RG 32-410.685-5

Para confirmar a veracidade desta certidão acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código: 26610027267400145983
VALIDA SOMENTE NO ORIGINAL

Página 2 de 2

2º

Tabelião de Protesto de Campinas

Nº. PEDIDO: 174715/17.288

Avenida José de Souza Campos, 753 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5502 - Fax: (19) 3794-5512

CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DÁ FÉ, a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, CPF 36103263875, que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

CARLA*PAES*DE*ALMEIDA*COUTINHO*NOGUEIRA*****

DBSMB QBFT EF BMNFJEB DPVUJOIP OPHVFJSB
ECTNC RCGU FG CNOGKFC EQWVKPJQ PQIWGKTC 92

CPF*21376795825*****RG*349987142**

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
no período de 5 ANOS anterior a 15 de setembro de 2015

* * * * *

Pesquisado por ADRIANO JOAQUIM DA SILVA

CAMPINAS., 17 de setembro de 2015

ADRIANO JOAQUIM DA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADO

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia, desde 17 de Maio de 2005, data de instalação da unidade de serviço. Para período anterior, solicitar certidão ao 1º Tabelião de Protesto de Campinas.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 26610017471500145983

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL									
*****	6,36	*****	1,81	*****	0,94	*****	0,33	*****	0,44	*****	0,06	*****	0,33	*****	0,30	*****	10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

Avenida José de Souza Campos, 753 - Sala 112 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5503 - Fax: (19) 3794-5513

O 3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DÁ FÉ, a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, CPF 36103263875 , que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
no período de **5 ANOS** anterior a 15 de setembro de 2015

[illegible]

Tabelião

TÍTULOS

O 1º CARTÓRIO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E

que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO, a pedido de MARCELO HENRIQUE ROMANO, RG 18424440, deles verificou que **NÃO CONSTAM PROTESTOS** no período de **5 ANOS** anteriores à 16 de setembro de 2015, em nome de:

CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA
CPF 21376795825
RG34998714-2

1º CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTO DE SÃO CARLOS - SP

$\frac{PJ}{SP}$

MARCOS THEODORO MANENTI - ESCRIVENTE - RG 17.037.573

SÃO CARLOS, 17 de setembro de 2015

Requerente: MARCELO HENRIQUE ROMANO Documento: RG 18424440

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOME DIFERENTE, AINDA QUE PRÓXIMO, SEMELHANTE OU RESULTANTE DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO

R\$ MILHÕES									
0,36	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,12	0,30	10,34	
0,36	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,12	0,30	10,34	

Outros (origem externa) Cópia - 35900.050761/2013-10 (1010249) - site: www.cartoriosaoCarlos.com.br SEI 35900.044858/2013-75 / pg. 72

**TABELIONATO DE PROTESTO DA COMARCA DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA CONDE DO PINHAL, 1807 - CENTRO - FONE: (16) 3371-4099

CNPJ(MF) Nº: 51.794.287/0001-00

BEL. ANTONIO CARLOS CARVALHAES
TABELIÃO



CERTIDÃO

O TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, ORGÃO DO
FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE SÃO CARLOS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO.

CERTIFICA E DA FÉ.

Nº pedido: 343086 - 17/09/2015

Que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, a pedido de MARCELO
HENRIQUE ROMANO, RG 18424440, deles verificou que **NÃO CONSTAM PROTESTOS**
no período de 5 anos anteriores à 17 de setembro de 2015, em nome de:

CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

CPF nº 213.767.958-25 RG nº 349987142

Eu, , **KENEDY W. MUNHOZ - Escrevente, subscrevo e assino.**

São Carlos, 17 de setembro de 2015.

TABELIONATO DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS

Kenedy W. Munhoz

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO(S) NOME(S) E
AOS NÚMEROS NELA INTEGRALMENTE
GRAFADOS. NÃO ABRANGENDO NOMES
DIFERENTES, AONDE QUE PRÓXIMOS,
SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE
GRAFIA.

AO TABELIÃO	ESTADO	CART. PREVID.	REG. CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	MINIST. PÚBL.	SANTA CASA	ISS	TOTAL DAS CUSTAS
6,36	0,12	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,30	10,36

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

Outros (origem externa) Cópia - 53900.050761/2015-10 (1010249)

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 73

DECLARAÇÃO

STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, brasileira, casada, economista, portadora da Carteira de Identidade nº 11.583.958 SSP/SP e do CPF/MF 212.996.408-77, com endereço comercial na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, **declara** que não participa como sócia de outra sociedade do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Campinas, 04 de setembro de 2015.


STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

DECLARAÇÃO

STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, brasileira, casada, economista, portadora da Carteira de Identidade nº 11.583.958 SSP/SP e do CPF/MF 212.996.408-77, com endereço comercial na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, declara para os devidos fins que:

- a) Não participa da direção de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; e
- b) Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo ou função, do qual decorra foro especial.

Campinas, 04 de setembro de 2015.


STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150001874326

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, ou vinculado ao **CPF de número 212.996.408-77**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGVHV8Z9MB7MD7Q FBh6JLLZCCTaT9J
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 25 de setembro de 2015 às 11h11min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000386124

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **212.996.408-77**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2015, às 17:48.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **92d2d2d2 9cd5c205 ffc6501f 5f97177c a8a066e2**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**

Inscrição: **109676120124** Zona: 275 Seção: 205

Município: 62910 - CAMPINAS UF: SP

Data de Nascimento: 10/03/1962 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: MARIA LUCILLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA
NILTON PAES DE ALMEIDA FILHO

Certidão emitida às 16:20 de 14/09/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

+POP.ERCW.E01M.IDAJ

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**
Inscrição: **109676120124** Zona: 275 Seção: 205
Município: 62910 - CAMPINAS UF: SP
Data de Nascimento: 10/03/1962 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: MARIA LUCILLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA
NILTON PAES DE ALMEIDA FILHO

Certidão emitida às 16:21 de 14/09/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

BNSU.ULO/.+DSU.04XK



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8548899

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, RG: 11.583.958-6, CPF: 212.996.408-77, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

As seguintes distribuições:*****

CAMPINAS

» Foro de Campinas - 8ª Vara Cível. Processo: 0003087-59.2013.8.26.0114 (0003087-59.2013.8.26.0114). Ação: Procedimento Sumário. Assunto: Honorários Advocatícios. Data: 31/01/2013. Repte: Jose Eduardo Mascaro de Tella.*****

» Foro de Campinas - 9ª Vara Cível. Processo: 1011053-85.2015.8.26.0114. Ação: Cautelar Inominada. Assunto: Liminar. Data: 14/04/2015. Repte: Guilherme de Pádua Vilela e Gouveia.*****

CERTIFICA ainda que, em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal (RG ou CPF) na base de dados do distribuidor, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, não qualificado(a), a distribuição abaixo relacionada, que pode referir-se a homônimo:

CAMPINAS

» Foro de Campinas - 9ª Vara Cível. Processo: 1014677-45.2015.8.26.0114. Ação: Procedimento Ordinário. Assunto: Espécies de Contratos. Data: 14/05/2015. Repte: Guilherme de Pádua Vilela e Gouveia.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

5728518





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
8ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, ., Jd. Santana - CEP
 13088-901, Fone: (19) 3756-3619, Campinas-SP - E-mail:
 campinas8cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº: **0003087-59.2013.8.26.0114**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Honorários Advocatícios**
 Requerente: **Jose Eduardo Mascaro de Tella**
 Requerido: **Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira e outro**

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a r. Sentença de fls. 454/458 transitou em julgado em
 28/11/2014. Nada Mais. Campinas, 16 de março de 2015. Eu, ___, Valéria
 Dantas de Vecchi Alonso, Escrevente Técnico Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
8ª VARA CÍVEL
AVENIDA FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
Campinas - SP - CEP 13088-901

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003087-59.2013.8.26.0114**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Honorários Advocatícios**
 Requerente: **Jose Eduardo Mascaro de Tella**
 Requerido: **Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira e outro**

Autos nº 181/13

Vistos.

JOSÉ EDUARDO MASCARO DE TELLA ajuizou a presente ação de arbitramento judicial de honorários contra STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA e ANTONIO CARLOS COUTINHO NOGUEIRA alegando, em síntese, que foi contratado pelos réus para prestar serviços de advocacia, com vistas à defesa de interesses relativos a imóvel de suas propriedades. Para tal mister, ante a execução promovida pelo Banco Bradesco contra os réus e dado o registro de hipoteca na matrícula do imóvel, afirma o autor ter promovido a defesa naqueles autos e efetuado a oposição de embargos de terceiro com o objetivo de retirar a contrição que recaia sobre o bem. Alegou que, após o julgamento de improcedência do pleito formulado nos embargos de terceiro, os seus clientes, ora réus, celebraram acordos para quitar o débito da execução, incluindo-se o pagamento de honorários dos patronos da parte vencedora, porém, com o término do processo, os réus teriam se recusado a pagar a quantia total referente aos honorários advocatícios devidos ao autor pela prestação de seus serviços. Sustentou a inexistência de prescrição, defendendo, como termos iniciais, as datas dos acordos homologados judicialmente, celebrados em 15/07/2010 e 19/08/2010 considerando-se o prazo de 5 anos do artigo 25 da Lei 8.906/94. Apresentou referenciais para o arbitramento e sustentou que, com os acordos celebrados no importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), os réus teriam lucrado R\$ 1.105.376,10 (um milhão, cento e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais e dez centavos), em razão do valor da dívida

0003087-59.2013.8.26.0114 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
8ª VARA CÍVEL
AVENIDA FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
Campinas - SP - CEP 13088-901

deles cobrada. Assim, pleiteou o arbitramento de seus honorários advocatícios no proporção de 10% (dez por cento) sobre a vantagem econômica auferida pelos réus.

Com a inicial, vieram os documentos de fls. 24/280.

Devidamente citados (fls. 299), os réus apresentaram contestação às fls. 305/316, aduzindo, preliminarmente, a existência de coisa julgada e a falta de interesse processual dos autores. Esclareceram que existia ajuste entre as partes para prestação dos serviços advocatícios, com valor certo e determinado e data para seu vencimento. Afirmaram que, à época, foi pactuado o pagamento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a data de 18/05/2004, sendo que foram pagos apenas R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). Aduziram que o autor já teria movido ação de cobrança para buscar a diferença dos seus honorários advocatícios, a qual foi extinta pelo reconhecimento da prescrição, capítulo da sentença que foi confirmado em segundo grau de jurisdição. Afirmaram que não houve aproveitamento econômico, pois tiveram que desembolsar R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o Bradesco e R\$ 714.755,64 (setecentos e quatorze mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) para a massa falida da construtora do imóvel, além de honorários sucumbenciais de R\$ 15.118,07 (quinze mil, cento e dezoito reais e sete centavos) para o síndico da massa falida e a mesma quantia ao patrono do banco. Requereram o reconhecimento da litigância de má-fé do autor, pela omissão da existência de pacto acerca dos honorários e a utilização da presente demanda para tentar alterar os efeitos de decisão judicial transitada em julgado.

Foi apresentada impugnação ao valor da causa, a qual foi acolhida para alterá-lo de R\$ 1.000,00 (mil reais) para R\$ 110.537,61 (cento e dez mil, quinhentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos).

Houve réplica às fls. 427/438.

Intimadas a especificarem provas, o autor se manifestou às fls. 448/449, e os réus, às fls. 451/452.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra nos termos do artigo 330 do Código de Processo Civil, com fulcro no

0003087-59.2013.8.26.0114 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
8ª VARA CÍVEL
 AVENIDA FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
 Campinas - SP - CEP 13088-901

entendimento do STJ: *"É permitido ao juiz proceder ao julgamento antecipado da lide quando, sendo a questão de direito e de fato, não houver necessidade de produzir provas em audiência"* (STJ, Recurso Especial 252997/SP).

De rigor a extinção da ação sem o julgamento do mérito frente à evidente carência da presente ação de arbitramento de honorários advocatícios pela falta de interesse de agir do autor.

A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários fixados por arbitramento judicial quando estes não foram estipulados ou acordados, na forma do artigo 22, caput e § 2º, da Lei 8.906/94. Entretanto, não se verifica a hipótese de falta de estipulação ou acordo sobre os honorários.

Malgrado o autor tenha omitido em sua inicial o acordo celebrado para a prestação de seus serviços, os réus obtiveram êxito em comprovar a existência de pacto acerca dos honorários advocatícios, contendo valor determinado, além de data para seu vencimento. Tal fato apenas foi explicitado pelo autor em sua manifestação em sede de réplica, na qual informou ter-se valido de medida judicial para receber o saldo de honorários advocatícios, contudo, sem êxito.

Com efeito, é incontroverso que o contrato de prestação de serviços de advocacia foi celebrado pelas partes de forma verbal, sendo que referido pacto tem claramente por objeto a contraprestação pelos serviços relativos à defesa dos interesses dos réus, consoante narrado na inicial.

Abstrai-se da notificação enviada pelo autor aos réus (fls. 406/408) que foram combinados os honorários na quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), porém, apenas foi realizado o pagamento de metade do valor na data de 18/05/2004. Esse fato é corroborado pelo recibo de fls. 422, emitido pelo autor, o qual consta o recebimento da quantia referente a 50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios combinados.

Cumpra observar que o autor já buscou o recebimento de tais valores mediante a propositura de ação de cobrança contra os réus, cuja cópia foi juntada às fls. 323/404, a qual foi julgada extinta pelo reconhecimento da prescrição.

Interposto o cabível recurso naqueles autos, ficou consignado no V. Acórdão (fls. 394/396) que o arbitramento judicial só se faz necessário na falta de estipulação ou de acordo quanto aos honorários advocatícios, sendo que o autor foi taxativo ao afirmar que houve convenção de honorários no importe de R\$ 15.000,00

0003087-59.2013.8.26.0114 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

8ª VARA CÍVEL

AVENIDA FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
Campinas - SP - CEP 13088-901

(quinze mil reais). Foi negado provimento ao recurso e confirmada a ocorrência da prescrição.

Ressalte-se que os honorários advocatícios que o autor pleiteou o arbitramento com a presente demanda são relativos aos mesmos serviços prestados e cuja cobrança dos valores pactuados já fora intentada.

Assim, havendo estipulação de honorários advocatícios entre as partes, não há que se falar em arbitramento. Ausente, portanto, o interesse de agir do autor.

O interesse de agir, segundo o professor VICENTE GRECO FILHO, "surge da necessidade de obter do processo a proteção do interesse substancial; pressupõe, pois, a lesão desse interesse e a idoneidade do provimento pleiteado para protegê-lo e satisfazê-lo. "O interesse processual, portanto, é uma relação de necessidade e uma relação de adequação, porque é inútil a provocação da tutela jurisdicional se ela, em tese, não for apta a produzir a correção da lesão argüida na inicial. Haverá, pois, falta de interesse processual se, descrita determinada situação jurídica, a providência pleiteada não for adequada a essa situação" (Direito Processual Civil Brasileiro, 1º vol., 5a. ed., ed. Saraiva, 1.988, pág. 73). Segundo ainda o mesmo autor, a doutrina dominante exige, quanto ao interesse, também a utilidade, admitindo a provocação do Judiciário "quando o autor tiver necessidade de obter o provimento jurisdicional e, também, quando esse provimento lhe puder trazer utilidade prática" (op. cit., pág. 75).

Entende-se por interesse de agir a necessidade jurídica de obter uma providência do Estado para a satisfação de uma pretensão, ou seja, interesse em que Estado-Juiz se pronuncie a este respeito, bem como adequação da ação ajuizada à prestação jurisdicional buscada.

Sendo assim, a hipótese dos autos revela que inexistente interesse de agir do autor, na modalidade necessidade, porquanto existente estipulação de honorários advocatícios pelos serviços prestados, fato que torna desnecessário o arbitramento.

Em decorrência, determina o artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil que "extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando não concorrer qualquer das condições da ação, como possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual".

0003087-59.2013.8.26.0114 - lauda 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

8ª VARA CÍVEL

**AVENIDA FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
Campinas - SP - CEP 13088-901**

Logo, deve ser reconhecida a carência da ação, sendo patente a falta de interesse de agir necessário do autor, impondo-se a sua extinção sem resolução do mérito.

Por derradeiro, incabível a condenação do autor pela alegação de litigância de má-fé, pois não se vislumbra a prova inequívoca de quaisquer das situações descritas no artigo 17 do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, acolho a preliminar de falta de interesse de agir, e, por consequência, JULGO EXTINTO o processo com fundamento no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Em razão do princípio da causalidade, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa.

P. R. e l.

Campinas, 07 de novembro de 2014.

HERIVELTO ARAUJO GODOY

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

0003087-59.2013.8.26.0114 - lauda 5

Este documento foi assinado digitalmente por HERIVELTO ARAUJO GODOY.
Se impresso, para conferência acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 0003087-59.2013.8.26.0114 e o código 360000004832J.

Dados do Processo

Processo: 1011053-85.2015.8.26.0114
Classe: Cautelar Inominada
Área: Cível
Assunto: Liminar
Outros assuntos: Sustação de Protesto
Distribuição: Livre - 14/04/2015 às 09:28
9ª Vara Cível - Foro de Campinas
Juiz: Carlos Ortiz Gomes
Valor da ação: R\$ 302.538,22

Partes do Processo

Exibindo Somente as principais partes. »Exibir todas as partes.

Reqte: Guilherme de Pádua Vilela e Gouveia
Advogado: Diego Sattin Vilas Boas

Reqdo: Antonio Carlos Coutinho Nogueira

Movimentações

Exibindo 5 últimas. »Listar todas as movimentações.

Data

30/06/2015

Movimento

Certidão de Publicação Expedida

Relação : 0147/2015 Data da Disponibilização: 30/06/2015 Data da Publicação: 01/07/2015
 Número do Diário: 1915 Página: 1380/1417

29/06/2015

Remetido ao DJE

Relação: 0147/2015 Teor do ato: Processo nº. 1011053-85.2015.8.26.0114 Vistos etc. I RELATÓRIO. GUILHERME DE PÁDUA VILELA E GOUVEIA e GUSTAVO DE PÁDUA VILELA E GOUVEIA ajuizaram medida cautelar, contra CRV3 ANTONIO CARLOS COUTINHO NOGUEIRA e STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, visando a sustação do protesto de obrigações decorrentes de compromisso de venda e compra de imóvel, mediante pagamento em parcelas, do qual restou um saldo de R\$ 230.000,00, referente à última parcela, com vencimento em 17 de dezembro de 2014. Alegaram, em suma, que a dívida não é de R\$ 302.538,22, como reclamado. Houve um ajuste entre as partes, um aditivo que postergou o vencimento para 27/02/2015. Mais tarde, os ora autores propuseram o remanejamento da data de vencimento para 18/05/2015, o que foi aceito verbalmente pelo demandado Antônio Carlos Coutinho Nogueira. Assim, como houve dilação do prazo para o pagamento a dívida não é exigível (fls. 1/11). A liminar foi concedida, mediante a regularização da caução oferecida (fls. 41/42). Sem embargo das oportunidades concedidas para a formalização da caução (fls. 50 e 65), não foi ela aperfeiçoada, acarretando a revogação da liminar (fls. 72). II. FUNDAMENTAÇÃO. A extinção do processo é medida que se impõe. A conduta dos autores tange as regras da boa-fé. Ora a dívida relativa à última parcela do compromisso é incontroversa. Já superado o prazo supostamente concedido pelo credor (até 18/05/2015), nem assim há notícia do pagamento, no todo ou em parte. Aliás, a suposta autorização para a última moratória teria sido feita de modo verbal, cuja prova exclusivamente oral é inadmissível, por força do óbice do art. 401 do Código de Processo Civil. Como assentado, os autores não prestaram caução idônea para a garantia da liminar. Como se sabe "Inserir-se na descrição do Juiz a exigência de caução e análise de sua idoneidade para sustação do protesto" (Súmula 16 Tribunal de Justiça de São Paulo). Como é cediço, são requisitos da medida cautelar o periculum in mora e o fumus boni juris (RSTJ 153/207, RT 592/87, 603/203, à p. 204, TJTJESP 84/143, 90/237, 95/165, 106/175) cf. T. Negrão atualizado por José Roberto F. Gouvêa, in "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Ed. Saraiva, S. Paulo, 2008, 40ª ed. P. 947, em nota "2" ao art. 796, do CPC. Como adverte Paulo Afonso Garrido de Paula, "O processo cautelar genuíno repousa em condições especiais que determinam a justeza de seu início e de sua consolidação como instrumento de validação de direitos irrealizados, de modo que o exercício do direito de ação e sua admissibilidade encontram-se subordinados a requisitos peculiares que lhe dão forma e o distingue dos demais processos. Embora acessório, o processo cautelar genuíno exige que o interesse processual, compreendido também com adequação do processo à tutela pretendida, seja marcado pela presença dos elementos fumus boni juris e periculum in mora, estando o primeiro resumido na plausibilidade do direito invocado e o segundo no receio de dano irreparável ou de difícil reparação". In "Código de Processo Civil Interpretado", coordenado por Antonio Carlos Marcato, Ed. Atlas, S. Paulo, 2004, p. 2.220 e 2221. Dessa forma, falece aos autores o interesse de agir, no aspecto adequação da tutela jurisdicional invocada. Conforme o escólio de Liebman, (apud NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS, in "A Técnica de Elaboração da sentença Civil", Ed. Saraiva, São Paulo, 1996), o interesse de agir consiste na "... relação de utilidade entre a afirmada lesão de um direito e o provimento de tutela jurisdicional pedido." E o interesse de agir distingue-se do interesse substancial. O interesse de agir é um interesse processual, secundário e instrumental ao interesse substancial primário tem por objeto o provimento que se pede ao juiz, "como meio para obter a satisfação do interesse primário, lesado pelo comportamento da parte contrária, ou, mais genericamente, pela situação de fato objetivamente existente". Ou na lição de VICENTE GRECO FILHO, "O interesse processual é, portanto, a necessidade de se recorrer ao Judiciário para a obtenção do resultado pretendido, independentemente da legitimidade ou legalidade da pretensão. Para verificar-se se o autor tem interesse processual para a ação deve-se responder afirmativamente à seguinte indagação: para obter o que pretende o autor necessita da providência jurisdicional pleiteada?" (págs. 125/126). Apesar dos sérios

indícios da litigância de má-fé, por parte dos autores, não há prova inequívoca do dolo, de modo que não se aplicam as sanções correspondentes (RSTJ 17/363). III. DISPOSITIVO. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO o processo, sem a resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Condene os autores no pagamento das custas, despesas processuais. Traslade-se cópia desta sentença para os autos principais. Transitada em julgado, e feitas as anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos. Para se evitar contratempos, fica desde logo consignado, que esta sentença não poderá ser alterada por meio de simples embargos declaratórios. Os embargos de declaração não permitem o reexame de aspectos da decisão, para alterar o resultado final do julgamento: "É incabível nos embargos declaratórios, rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento, com inversão, em consequência do resultado final. Nesse caso, há alteração substancial do julgado, o que foge ao disposto no art. 535 e incisos do CPC. Recurso Especial conhecido em parte e assim provido". Rel. Min. NILSON NAVES, 3ª Turma, Resp 9.223-SP, v.u., RSTJ 30/412. Na mesma diretriz, já se decidiu, quanto à inviabilidade de se substituir, no âmbito dos embargos de declaração, uma decisão por outra: "EMBARGOS DECLARATÓRIOS APELO DE INTEGRAÇÃO PRETENSÃO SUBSTITUTIVA. Não pode se receber recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração, não de substituição." EDcl no AgrRg no Agravo de Instrumento nº. 782.114 SP Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS 3ª Turma v.u. j. 07/12/2006. P. R. I. C. Campinas, 24 de junho de 2015. CARLOS ORTIZ GOMES Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível ASSINATURA ELETRÔNICA LEI 11.419/2006 (IMPRESSÃO À MARGEM) - + Valor Singelo do Preparo = R\$ 6.050,76; Valor Corrigido do Preparo = R\$ 6.154,05; Porte de Remessa e Retorno dos Autos ao Tribunal = R\$ 0,00 referentes a 0 volume(s) (R\$ 32,70 por volume de autos) - (Base de Cálculo: 302.538,22) Advogados(s): Diego Sattin Vilas Boas (OAB 159846/SP)

25/06/2015

☐ Ofício Expedido
Ofício - Genérico

24/06/2015

☐ Julgada improcedente a ação
Processo nº. 1011053-85.2015.8.26.0114 Vistos etc. I RELATÓRIO. GUILHERME DE PÁDUA VILELA E GOUVEIA e GUSTAVO DE PÁDUA VILELA E GOUVEIA ajuizaram medida cautelar, contra CRV3 ANTONIO CARLOS COUTINHO NOGUEIRA e STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, visando a sustação do protesto de obrigações decorrentes de compromisso de venda e compra de imóvel, mediante pagamento em parcelas, do qual restou um saldo de R\$ 230.000,00, referente à última parcela, com vencimento em 17 de dezembro de 2014. Alegaram, em suma, que a dívida não é de R\$ 302.538,22, como reclamado. Houve um ajuste entre as partes, um aditivo que postergou o vencimento para 27/02/2015. Mais tarde, os ora autores propuseram o remanejamento da data de vencimento para 18/05/2015, o que foi aceito verbalmente pelo demandado Antônio Carlos Coutinho Nogueira. Assim, como houve dilação do prazo para o pagamento a dívida não é exigível (fls. 1/11). A liminar foi concedida, mediante a regularização da caução oferecida (fls. 41/42). Sem embargo das oportunidades concedidas para a formalização da caução (fls. 50 e 65), não foi ela aperfeiçoada, acarretando a revogação da liminar (fls. 72). II. FUNDAMENTAÇÃO. A extinção do processo é medida que se impõe. A conduta dos autores tange as raízes da boa-fé. Ora a dívida relativa à última parcela do compromisso é incontroversa. Já superado o prazo supostamente concedido pelo credor (até 18/05/2015), nem assim há notícia do pagamento, no todo ou em parte. Aliás, a suposta autorização para a última moratória teria sido feita de modo verbal, cuja prova exclusivamente oral é inadmissível, por força do óbice do art. 401 do Código de Processo Civil. Como assentado, os autores não prestaram caução idônea para a garantia da liminar. Como se sabe "Insere-se na discricção do Juiz a exigência de caução e análise de sua idoneidade para sustação do protesto" (Súmula 16 Tribunal de Justiça de São Paulo). Como é cediço, são requisitos da medida cautelar o periculum in mora e o fumus boni juris (RSTJ 153/207, RT 592/87, 603/203, à p. 204, TJTJESP 84/143, 90/237, 95/165, 106/175) cf. T. Negrão atualizado por José Roberto F. Gouvêa, in "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor", Ed. Saraiva, S. Paulo, 2008, 40ª ed. P. 947, em nota "2" ao art. 296, do CPC. Como adverte Paulo Afonso Garrido de Paula, "O processo cautelar genuíno repousa em condições especiais que determinam a justeza de seu início e de sua consolidação como instrumento de validação de direitos irrealizados, de modo que o exercício do direito de ação e sua admissibilidade encontram-se subordinados a requisitos peculiares que lhe dão forma e o distingue dos demais processos. Embora acessório, o processo cautelar genuíno exige que o interesse processual, compreendido também com adequação do processo à tutela pretendida, seja marcado pela presença dos elementos fumus boni juris e periculum in mora, estando o primeiro resumido na plausibilidade do direito invocado e o segundo no receio de dano irreparável ou de difícil reparação". In "Código de Processo Civil Interpretado", coordenado por Antonio Carlos Marcato, Ed. Atlas, S. Paulo, 2004, p. 2.220 e 2221. Dessa forma, falece aos autores o interesse de agir, no aspecto adequação da tutela jurisdicional invocada. Conforme o escólio de Liebman, (apud NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS, in "A Técnica de Elaboração da sentença Civil", Ed. Saraiva, São Paulo, 1996), o interesse de agir consiste na "... relação de utilidade entre a afirmada lesão de um direito e o provimento de tutela jurisdicional pedido." E o interesse de agir distingue-se do interesse substancial. O interesse de agir é um interesse processual, secundário e instrumental ao interesse substancial primário tem por objeto o provimento que se pede ao juiz, "como meio para obter a satisfação do interesse primário, lesado pelo comportamento da parte contrária, ou, mais genericamente, pela situação de fato objetivamente existente". Ou na lição de VICENTE GRECO FILHO, "O interesse processual é, portanto, a necessidade de se recorrer ao Judiciário para a obtenção do resultado pretendido, independentemente da legitimidade ou legalidade da pretensão. Para verificar-se se o autor tem interesse processual para a ação deve-se responder afirmativamente à seguinte indagação: para obter o que pretende o autor necessita da providência jurisdicional pleiteada?" (págs. 125/126). Apesar dos sérios indícios da litigância de má-fé, por parte dos autores, não há prova inequívoca do dolo, de modo que não se aplicam as sanções correspondentes (RSTJ 17/363). III. DISPOSITIVO. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO o processo, sem a resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo

Civil. Condene os autores no pagamento das custas, despesas processuais. Traslade-se cópia desta sentença para os autos principais. Transitada em julgado, e feitas as anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos. Para se evitar contratempos, fica desde logo consignado, que esta sentença não poderá ser alterada por meio de simples embargos declaratórios. Os embargos de declaração não permitem o reexame de aspectos da decisão, para alterar o resultado final do julgamento: "É incabível nos embargos declaratórios, rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento, com inversão, em consequência do resultado final. Nesse caso, há alteração substancial do julgado, o que foge ao disposto no art. 535 e incisos do CPC. Recurso Especial conhecido em parte e assim provido". Rel. Min. NILSON NAVES, 3ª Turma, Resp 9.223-SP, v.u., RSTJ 30/412. Na mesma diretriz, já se decidiu, quanto à inviabilidade de se substituir, no âmbito dos embargos de declaração, uma decisão por outra: "EMBARGOS DECLARATÓRIOS APELO DE INTEGRAÇÃO PRETENSÃO SUBSTITUTIVA. Não pode se recebido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração, não de substituição." EDcl no AgrRg no Agravo de Instrumento nº. 782.114 SP Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS 3ª Turma v.u. j. 07/12/2006. P. R. I. C. Campinas, 24 de junho de 2015. CARLOS ORTIZ GOMES Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível ASSINATURA ELETRÔNICA LEI 11.419/2006 (IMPRESSÃO À MARGEM) - + Valor Singelo do Preparo = R\$ 6.050,76; Valor Corrigido do Preparo = R\$ 6.154,05; Porte de Remessa e Retorno dos Autos ao Tribunal = R\$ 0,00 referentes a 0 volume(s) (R\$ 32,70 por volume de autos) - (Base de Cálculo: 302.538,22)

24/06/2015

Conclusos para Decisão

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

Petições diversas

Data	Tipo
14/04/2015	Petições Diversas
17/04/2015	Petições Diversas
18/05/2015	Petições Diversas
15/06/2015	Petições Diversas
23/06/2015	Petições Diversas

Audiências

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

9ª VARA CÍVEL

AVENIDA FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, Campinas

- SP - CEP 13089-530

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA - JT

Processo Digital nº: **1014677-45.2015.8.26.0114**

Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**

Requerente: **Guilherme de Pádua Vilela e Gouveia e outro**

Requerido: **Antonio Carlos Coutinho Nogueira e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Ortiz Gomes**

Proc. 986/15

Vistos.

Homologo a desistência formulada pelo autor, motivo pelo qual e, com fundamento no artigo 485, VIII, do Novo Código de Processo Civil [art. 267, VIII do CPC], **julgo extinto** o processo.

Considerando que a ordem de bloqueio foi nos autos da execução - processo 1014677-45.2015, em apenso, e o bloqueio de fls. 42, 50/53 e 54/57 realizado equivocadamente nestes autos, providencie a serventia a juntada das peças mencionadas nos autos da execução, oficiando-se ao banco do Brasil para a transferência dos valores.

Oportunamente, comunique-se a extinção do feito e após, arquivem-se os autos.

P.R.I.

Campinas, 13 de julho de 2015.

CARLOS ORTIZ GOMES
JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 9ª VARA CÍVEL

ASSINATURA ELETRÔNICA - LEI 11.419/2006,
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

1014677-45.2015.8.26.0114 - lauda 1

Este documento foi assinado digitalmente por CARLOS ORTIZ GOMES. Se impresso, para conferência acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1014677-45.2015.8.26.0114 e o código A70E17.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao
Público do Tribunal de Justiça do Estado de
São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de
andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara
Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA
COUTINHO NOGUEIRA**, foi(foram) localizado(s) o(s) seguinte(s) processo(s), porém não
é possível aferir tratar-se da mesma pessoa, em virtude de não constar no cadastro do(s)
processo(s) o RG nº 11.583.958-6 e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 212.996.408-77, verificou
constar o(s) seguinte(s) processo(s): **SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – Apelação:**
9161946-23.2003.8.26.0000 entrado em 24/07/2003. NADA MAIS com referência ao pedido.

O referido é verdade e dá fê.....

São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.....

Eu, (w) (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrivi.....

Valor Recolhido: R\$ 19,40



Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário



CADASTRO | CADASTRO | CONTATO | AJUDA

DIEGO LOPES DE OLIVEIRA (Sair)

Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 2º Grau

▼ MENU

Consulta de Processos do 2º Grau

Dados para Pesquisa

Seção:

Pesquisar por:

☒ Unificado ☐ Outros

Número do Processo:

Dados do Processo

Processo: 9161946-23.2003.8.26.0000 (991.03.052501-3) Retornou dos Sup. Tribunais.

Classe: Apelação

Área: Cível

Assunto: DIREITO CIVIL

Origem: Comarca de São Paulo / Foro Central Cível / 11ª VC

Números de origem: 1999.00042264

Distribuição: 14ª Câmara de Direito Privado

Relator: CARLOS ABRÃO

Revisor: MELO COLOMBI

Volume / Apenso: 19 / 3

Outros números: 1218741-6/00

Valor da ação: 249.910.399,84

Última carga: Origem: Serviço de Processamento de Recursos / SJ 3.2.9 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 2.
Remessa: 20/03/2015
Destino: Foro / Foro Central Cível. Recebimento: 20/03/2015

Apenso / Vinculados

Nº processo	A/V	Volume	Folhas	Classe	Obs.
1999.00042264	A	-	-	Impugnação ao Valor da Causa	-
1999.00042264	A	-	-	Não Identificado	-
1999.00042264	A	-	-	Recursos	-

Números de 1ª Instância

Não há números de 1ª Instância para este processo.

Partes do Processo

Exibindo todas as partes. >>Exibir somente as partes principais.

Apelante: Leo Wallace Cochrane
Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi

Apelante: Leo Wallace Cochrane Junior
Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi

Apelante: Ronald Wallace Simonsen
Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi

Apelante: Jorge Wassace Simonsen Junior
Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi

Apelante: Luiz Vicente Barros Mattos Junior
Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi

Apelante: Liana Barrionuevo Cochrane
Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi

Apelante: Mary Cochrane
Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi




Apelante: Maria Emilia Cochrane
Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi

Apelante:

Mariana Cochrane Mattos
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Sylvia Cochrane Mattos
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Mario Wallace Simonsen Cochrane Junior
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Maria Lucilla S. Paes de Almeida
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Cristiane de Arruda Botelho Simonsen
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Maria May Malta Simonsen
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Mariana Simonsen Porto de Oliveira
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Lucilla Simonsen Paes de Almeida
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Marcia Simonsen Porto de Paula
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Marilia Simonsen Zein
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Monica Simonsen Porto
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Suzana Maria Simonsen Paes de Almeida
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Priscilla Pereira da Silva Simonsen Biancalana
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Vanessa de Arruda Botelho Simonsen
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Marcelo Wallace Simonsen
 Advogado: Carmen Silvia Motta Parkinson
 Advogado: Paulo Benedito Lazzareschi
 Apelante: Beatriz Cochrane Mattos Macedo
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelante: Elizabeth Cochrane
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelante: Lenah Barrionuevo Cochrane Cuait
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelante: Zaira Cochrane Mattos
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelante: Leo Wallace Cochrane Neto
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelante: Patricia Simonsen Paes de Almeida São Thiago
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelante: Roberta Simonsen Paes de Almeida
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelante: Jorge Wallace Simonsen Neto
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelante: Marcos Simonsen Porto
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelante: Ricardo Wallace Simonsen
 Advogado: Manuel Alceu Affonso Ferreira
 Advogado: Afranio Affonso Ferreira Neto
 Apelado: Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes S/c
 Advogado: Sérgio Bermudes
 Advogado: Ricardo Cholbi Tepedino
 Advogado: Marcelo Alexandre Lopes

Movimentações

Data	Movimento
17/03/2015	Recebidos os Autos do STJ pelo Processamento de Recurso
17/03/2015	Remetidos os Autos para Processamento de Recursos aos Trib. Superiores
22/05/2014	Documento <i>Juntado protocolo nº 2014.00199058-1, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90037 - Contra-Razões</i>
01/04/2014	Recebidos os Autos do Advogado
17/03/2014	Entrega em carga/vista
17/02/2014	Documento <i>Juntado protocolo nº 2014.00054770-8, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90034 - Juntada de Substabelecimento</i>
13/02/2014	Recebidos os Autos do Advogado
31/01/2014	Entrega em carga/vista
31/01/2014	Recebidos os Autos do Advogado
31/01/2014	Entrega em carga/vista
16/01/2014	Documento <i>Juntado protocolo nº 2014.00004650-7, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90030 - Recurso Especial Cível (Petição Avulsa)</i>
16/01/2014	Documento <i>Juntado protocolo nº 2013.00983363-7, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90028 - Recurso Especial Cível (Petição Avulsa)</i>
09/12/2013	Recebidos os Autos da Procuradoria Geral da Justiça (Ciência do Acórdão)
14/10/2013	Documento <i>Juntado protocolo nº 2013.01008945-3, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/50012 - Embargos de Declaração</i>
10/10/2013	Documento <i>Protocolo nº 2013.00991830-4 Embargos de Declaração</i>
03/10/2013	Publicado em <i>Disponibilizado em 02/10/2013 Tipo de publicação: Intimação de Acórdão Número do Diário Eletrônico: 1511</i>
01/10/2013	Recebidos os Autos da Procuradoria Geral da Justiça (Ciência do Acórdão)
10/09/2013	Remetidos os Autos para Procuradoria Geral da Justiça (Ciência do Acórdão) <i>Somente 1º Vol.</i>
10/09/2013	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
09/09/2013	Acórdão registrado <i>Acórdão registrado sob nº 20130000513234, com 67 folhas.</i>
06/09/2013	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Devolução ao Cartório <i>com D.V.convergente 25.315</i>
06/09/2013	<input type="checkbox"/> Declaração assinada <i>Modelo de Declaração de Voto</i>
06/09/2013	Recebidos os Autos pelo Magistrado <i>Thiago de Siqueira</i>
04/09/2013	Remetidos os Autos para o Magistrado (Para Declaração de Voto) <i>Somente o 1º Vol.</i>
04/09/2013	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
03/09/2013	Remetidos os Autos para Processamento de Grupos e Câmaras
03/09/2013	<input type="checkbox"/> Declaração assinada <i>Modelo de Declaração de Voto</i>
03/09/2013	Publicado em <i>Disponibilizado em 02/09/2013 Tipo de publicação: Julgados Número do Diário Eletrônico: 1489</i>
02/09/2013	Recebidos os Autos pelo Magistrado <i>Melo Colombi</i>
30/08/2013	Remetidos os Autos para o Magistrado (Para Declaração de Voto)
29/08/2013	<input type="checkbox"/> Acórdão Finalizado <i>Acórdão Carlos Henrique Abrão - 3ª Câmara</i>
28/08/2013	Provimento em Parte
28/08/2013	Julgado <i>Negaram provimento ao Agravo Regimental, não conheceram dos declaratórios e deram parcial provimento ao apelo. V.U. Declaram votos convergentes o Des. Revisor e o 3º Desembargador.</i>
23/08/2013	Publicado em <i>Disponibilizado em 22/08/2013 Tipo de publicação: Próximos Julgados Número do Diário Eletrônico: 1482</i>
22/08/2013	Recebidos os Autos à Mesa
20/08/2013	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - A mesa <i>à mesa - 3º Juiz - v. 25.315</i>
20/08/2013	<input type="checkbox"/> Despacho <i>Voto 25.315 à mesa</i> -> Listar somente as 5 últimas.
20/08/2013	Recebidos os Autos pelo Magistrado <i>Thiago de Siqueira</i>
20/08/2013	Publicado em <i>Disponibilizado em 19/08/2013 Tipo de publicação: Julgados Número do Diário Eletrônico: 1479</i>
20/08/2013	Publicado em <i>Disponibilizado em 19/08/2013 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1479</i>
16/08/2013	Remetidos os Autos para o Magistrado (Adiado)
16/08/2013	Despacho <i>Fls. 5865: J. Indeferir, o processo tramita há mais de década, sendo faculdade do relator o adiamento, cuja motivação é subjetiva. À mesa. Int. SP, 12/08/2013</i>
14/08/2013	Adiado a Pedido <i>Adiado a pauta a pedido do 3º Desembargador, após votos do Des. Relator e do Des. Revisor que negavam provimento ao agravo regimental, não conheciam dos embargos de declaração e davam parcial provimento à apelação. Sustentou oralmente pelo apelado o Dr. Sérgio Bermudes. Próxima pauta: 28/08/2013 10:00</i>

09/08/2013	Publicado em Disponibilizado em 08/08/2013 Tipo de publicação: Próximos Julgados Número do Diário Eletrônico: 1472
06/08/2013	Inclusão em pauta Para 14/08/2013
06/08/2013	Recebidos os Autos à Mesa
06/08/2013	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - A mesa
01/08/2013	Recebidos os Autos pelo Revisor Melo Columbi
30/07/2013	Remetidos os Autos para Magistrado - Revisor com Passagem de Autos v. 7983
23/07/2013	Recebidos os Autos pelo Relator Carlos Abrão
22/07/2013	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
22/07/2013	Documento Juntado protocolo nº 2013.00533195-0, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/50010 - Embargos de Declaração
22/07/2013	Informação Juntada de parecer
22/07/2013	Recebidos os Autos da Procuradoria Geral da Justiça (PGJ)
04/06/2013	Remetidos os Autos para Procuradoria Geral da Justiça (Parecer)
27/05/2013	Publicado em Disponibilizado em 24/05/2013 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1422
21/05/2013	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
20/05/2013	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho
20/05/2013	 Despacho Vistos. 1) Aforada demanda de responsabilidade civil em deslavar de empresa de auditoria interna para dela reaver o prejuízo proveniente de sua culpabilidade, datada e causa do ano de 1999. 2) Os autores, baseados em messe documental, reportam a responsabilidade da ré pelos desmandos perpetrados por ex-administradores do Banco Noroeste, cujo controle fora posteriormente adquirido pelo Santander. 3) Regularmente desenvolvida a demanda, produzida prova técnica, e sentença de 1º grau julgou improcedente a ação. 4) Em grau de apelo, houve parcial provimento, apenas para redução da verba honorária. 5) Subiram os autos ao STJ, o qual anulou a decisão colegiada, sob o pálio do cerceamento havido e da dobra do prazo atinente aos procuradores para fins de sustentação oral. 6) Documentos foram encartados e se pronunciaram as partes, cada qual expondo a sua tese, em torno da culpabilidade ou da impossibilidade de serem detectadas as fraudes na agência do exterior. 7) Advolo agravo interno, cuja prejudicialidade articula competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial para o enfrentamento da lide. 8) Sobredita matéria será examinada pela Câmara, em preliminar, quando do encaminhamento dos autos à mesa. 9) Em razão da peculiaridade do caso e dos documentos acostados, embora já tenha se pronunciado o Ministério Público, para que não haja qualquer alegação de nulidade, determino sejam reencaminhados os autos à Procuradoria de Justiça, dès que, após a anulação do feito pelo STJ, diversas manifestações sobrevieram, inclusive informações sobre procedimentos administrativos, na esfera criminal, trancamento por HC Impetrado e outros relatórios trazidos aos autos. 10) Não se justifica a postergação do julgamento, na medida em que se desenrola a lide há mais de 14 anos, motivo suficiente para fazer incidir a EC nº 45/2004 do tempo razoável de duração do processo, evitando-se, com isso, desencontros atrelados ao descompasso entre a realidade dos fatos e a invocada responsabilidade patrimonial pretendida. 11) Encartem os ex-controladores cópia do contrato de prestação de serviço com a Price. 12) Informem se à época dos fatos o Noroeste era S/A aberta. Dê-se vista dos autos à douta Procuradoria de Justiça, com todos os volumes e seus anexos, para regular pronunciamento, encarecendo-se brevidade, diante do argumento acima exposto. Int. São Paulo, 20 de maio de 2013.
20/05/2013	Recebidos os Autos pelo Relator Carlos Abrão
17/05/2013	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
17/05/2013	Alteração de relator em cumprimento a despacho Magistrado de origem: Vaga - 3 / Ronnie Herbert Barros Soares Área de atuação do magistrado (origem): Ambas Magistrado de destino: Vaga - 3 / Carlos Abrão Área de atuação do magistrado (destino): Ambas Motivo: Cessação de Designação
17/05/2013	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
16/05/2013	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho
16/05/2013	 Despacho Despacho
18/03/2013	Recebidos os Autos pelo Relator Ronnie Herbert Barros Soares
18/03/2013	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
18/03/2013	Alteração de relator em cumprimento a despacho Magistrado de origem: Vaga - 3 / Pedro Abias Área de atuação do magistrado (origem): Ambas Magistrado de destino: Vaga - 3 / Ronnie Herbert Barros Soares Área de atuação do magistrado (destino): Ambas Motivo: aposentadoria
06/02/2013	Documento Juntado protocolo nº 2013.00112239-9, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90023 - Manifestação
10/01/2013	Documento Juntado protocolo nº 2013.00000743-6, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90022 - Manifestação
07/12/2012	Publicado em Disponibilizado em 05/12/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1319
30/11/2012	Documento Juntado protocolo nº 2012.01226571-8, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90021 - Manifestação
30/11/2012	Documento Juntado protocolo nº 2012.01181773-7, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/50008 - Agravo Regimental
29/11/2012	 Despacho Fls. 5773: Aguarde-se o decurso do prazo concedido às fls. 5750. Int. São Paulo, 29 de novembro de 2012.
14/11/2012	Publicado em Disponibilizado em 13/11/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1305
09/11/2012	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
08/11/2012	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho

08/11/2012	Recebidos os Autos pelo Relator Pedro Ables
08/11/2012	<input type="checkbox"/> Despacho <i>Fls. 5.748: Restou determinado no despacho de fls. 5.744 o prazo sucessivo e não comum. Assim, a contar da publicação deste, concedo o prazo de vinte dias para as partes se manifestarem acerca dos documentos novos juntados aos autos, primeiro para os apelantes (quarenta, em observação ao prazo em dobro), iniciando-se o prazo de vinte dias dos apelados a partir do término do prazo concedido aos apelantes. Int. SP, 08/11/2012</i>
08/11/2012	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
08/11/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.01190129-6, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90019 - Presta Informações</i>
06/11/2012	Realizado Cancelamento de Carga
23/10/2012	Publicado em <i>Disponibilizado em 22/10/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1291</i>
23/10/2012	Publicado em <i>Disponibilizado em 22/10/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1291</i>
18/10/2012	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Camaras
17/10/2012	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho
17/10/2012	<input type="checkbox"/> Despacho <i>1. Fls. 5.521/5.529, 5.531/5.534 e 5.536/5.539: A questão da competência desta C. Câmara será analisada por ocasião do julgamento do recurso. 2. Fls. 5.541/5.743: Defiro o prazo sucessivo de 20 (vinte) dias para as partes se manifestarem acerca dos documentos novos juntados aos autos, conforme solicitado, observando-se, em relação aos apelantes, o prazo em dobro, na forma do artigo 191 do Código de Processo Civil. Int. SP, 17/10/12</i>
16/10/2012	Recebidos os Autos pelo Relator Pedro Ables
15/10/2012	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
05/10/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.01099091-6, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90018 - Juntada de Documentos</i>
28/09/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.01066062-5, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90017 - Manifestação</i>
18/09/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.01014253-0, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90016 - Manifestação</i>
10/09/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.00915226-7, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90015 - Solicitação</i>
04/09/2012	Publicado em <i>Disponibilizado em 03/09/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1259</i>
03/09/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.00952296-7, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90014 - Manifestação</i>
30/08/2012	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Camaras
29/08/2012	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho
29/08/2012	<input type="checkbox"/> Despacho <i>Defiro a prorrogação do prazo para a juntada dos documentos por mais 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente. Após a juntada dos documentos será oportunizado às partes se manifestarem sobre a prova acrescida. Int. SP, 29/08/12</i>
29/08/2012	Recebidos os Autos pelo Relator Pedro Ables
29/08/2012	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
23/08/2012	Protocolo Autuado em Apartado <i>Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário</i>
10/08/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.00843906-0, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90012 - Juntada de Substabelecimento</i>
02/08/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.00823446-6, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90011 - Manifestação</i>
31/07/2012	Publicado em <i>Disponibilizado em 30/07/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1234</i>
26/07/2012	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Camaras
25/07/2012	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho
25/07/2012	<input type="checkbox"/> Despacho <i>Fls. 5478: Atenda-se ao requisitado na resposta do ofício, providenciando os apelantes diretamente ao MM. Juízo da 6ª Vara Criminal Federal as peças de interesse dos autos da ação penal. Fls. 5497/5498: Defiro o prazo comum de 30 trinta dias.</i>
25/07/2012	Recebidos os Autos pelo Relator Pedro Ables
25/07/2012	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
25/06/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.00498767-5, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90007 - Juntada de Substabelecimento</i>
18/06/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.00555422-9, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90006 - Presta Informações</i>
18/06/2012	Documento <i>Juntado protocolo nº 2012.00539466-2, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90005 - Manifestação</i>
04/06/2012	Publicado em <i>Disponibilizado em 01/06/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1196</i>
29/05/2012	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Camaras
29/05/2012	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho
29/05/2012	<input type="checkbox"/> Despacho <i>Fls. 5470: Tendo em vista o elevado número de páginas (2.847) constantes do ofício encaminhado pelo Bacen,</i>

deferir o prazo sucessivo de 30 (trinta) dias, conforme solicitado, observando-se, em relação aos apelantes, o prazo em dobro, na forma do artigo 191 do Código de Processo Civil. Int. SP, 28/05/12

28/05/2012	Recebidos os Autos pelo Relator Pedro Abias
25/05/2012	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
25/05/2012	Documento Juntado protocolo nº 2012.00518825-2, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90004 - Solicitação
24/05/2012	Recebidos os Autos do Advogado
15/05/2012	Publicado em Disponibilizado em 14/05/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1182
14/05/2012	Expedido Ofício à 4ª Vara Federal Criminal
11/05/2012	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
09/05/2012	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho
09/05/2012	<input type="checkbox"/> Despacho Tendo em vista o teor da certidão de fls. 5464, reitere-se o ofício ao MM. Juízo da 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo, requisitando-se cópia integral dos autos nº 1999.61.81.004674-7; Após, intemem-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre a resposta do ofício do Bacen (fls. 5462/5463), no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, observando-se, em relação aos apelantes, o prazo em dobro, na forma do artigo 191 do Código de Processo Civil. Ciência aos apelantes sobre a petição e documentos juntados pela apelada Pricewaterhousecoopers (fls. 5393/5460). Int. SP, 09/05/12
08/05/2012	Recebidos os Autos pelo Relator Pedro Abias
04/05/2012	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
04/05/2012	Documento Juntado protocolo nº 2012.00459335-8, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90002 - Presta Informações
14/02/2012	Documento Juntado protocolo nº 2012.00040726-7, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90001 - Manifestação
14/02/2012	Juntada(o) - AR
14/02/2012	Juntada(o) - AR
10/02/2012	Publicado em Disponibilizado em 09/02/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1121
06/02/2012	Expedido Ofício à 4ª Vara Criminal Federal - solicitando cópias
06/02/2012	Expedido Ofício ao Banco Central - solicitando cópias
17/01/2012	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
16/01/2012	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho
16/01/2012	<input type="checkbox"/> Despacho Em cumprimento ao V. Acórdão proferido pelo C. STJ no julgamento do Recurso Especial nº 888.467-SP, que anulou o V. Acórdão de fls. 3104/3109 e determinou o retorno dos autos para novo julgamento da apelação, "com observância das regras processuais pertinentes, inclusive com a superação da questão relativa ao requerimento de requisição de documentos" (fls. 55371), converto o julgamento em diligência para deferir o pedido do Ministério Público (fls. 2866/2874) e dos apelantes Léo Wallace Cochrane e outros (fls. 2879/2880) e determinar: - a intimação do Banco Central do Brasil para que junte aos autos cópia integral dos processos administrativos nºs 9800877832 e 9800877835, movidos pela referida entidade contra os administradores do Banco Noroeste S/A e a apelada Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes; - a expedição de ofício ao MM. Juízo da 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo requisitando-se cópia integral dos autos nº 1999.61.81.004674-7. Int. SP, 11/01/12
19/12/2011	Recebidos os Autos pelo Relator Pedro Abias
19/12/2011	Publicado em Disponibilizado em 16/12/2011 Tipo de publicação: Distribuídos Número do Diário Eletrônico: 1097
19/12/2011	Conclusão ao Relator
16/12/2011	Remetidos os Autos para Relator (Conclusão)
15/12/2011	Redistribuição por Sorteio A redistribuição em cumprimento ao r. despacho retro. Órgão Julgador: 22 - 14ª Câmara de Direito Privado Relator: 13280 - Pedro Abias
13/12/2011	Recebidos os Autos pelo Distribuidor de Recursos
13/12/2011	Remetidos os Autos para Distribuição de Recursos
18/11/2011	Documento Juntado protocolo nº 2011.01189807-2, referente ao processo 9161946-23.2003.8.26.0000/90000 - Manifestação
17/11/2011	Informação devolvido do STJ - nego seguimento dou provimento não conheço dos recursos especiais dou provimento
17/11/2011	Documento Incidentes
17/11/2011	Documento Embargos de Declaração
17/11/2011	Documento Agravo Regimental
17/11/2011	Processo Incluído no SAJ-SG SJ 3.2.9 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 2
11/11/2005	Remessa DTS - Proc de Recursos Originários
11/11/2005	Remessa DTS - Reprodução de Documentos
10/11/2005	Remessa DTS - Proc de Recursos Originários
03/03/2005	Publicação de Intimação de Acórdão
21/02/2005	

	Devolvida 8º Cartório
21/02/2005	Acórdão registrado Acórdão Nº: 458294 Folha(s): 6 Publicado no Diário em: 03/03/2005
21/02/2005	Recebidos os Autos pelo Setor de Digitalização Acórdão
17/02/2005	Recebimento
17/11/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00120042, Objeto: Manifestação
17/11/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00119782, Objeto: Manifestação
11/11/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00119252, Objeto: Manifestação, resumo da sustentação oral
11/11/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00119188, Objeto: Manifestação
10/11/2004	Remetidos os Autos para o Magistrado (Para Acórdão) Juiz Relator
10/11/2004	Julgado Deram provimento em parte ao(s) recurso(s), v.u. Sustentaram oralmente os Advogados Paulo B. Lazzareschi, Manoel Alceu Afonso Ferreira e Sergio Bermudes.
04/11/2004	Inclusão em pauta Data de Julgamento: 10/11/2004
03/11/2004	Recebimento Advogado
03/11/2004	Adiado Adiado por uma sessão
29/10/2004	Entrega em carga/vista Advogado
27/10/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00113042, Objeto: Adiamento
27/10/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00112294, Objeto: Adiamento
27/10/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00112043, Objeto: Vista dos Autos
27/10/2004	Inclusão em pauta Data de Julgamento: 03/11/2004
27/10/2004	Adiado Adiado por uma (1) uma sessão e deferiram vista do processo por cinco (5) dias a partir de 27/10/2004.
25/10/2004	Remessa 8º Cartório
22/10/2004	Remessa DTS - Reprodução de Documentos
20/10/2004	Inclusão em pauta Data de Julgamento: 27/10/2004
08/10/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00103069, Objeto: Agravo Regimental
08/10/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00097862, Objeto: Manifestação
08/10/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00097429, Objeto: Manifestação
06/10/2004	Remessa 8º Cartório
30/09/2004	Remessa DTS - Reprodução de Documentos
29/09/2004	Remessa 8º Cartório
28/09/2004	Remessa DTS - Reprodução de Documentos volumes 11º e 13º.
21/09/2004	Remetidos os Autos para o Magistrado (Conclusão) Devolvido à mesa
20/09/2004	Conclusão Juiz Revisor
20/09/2004	Remetidos os Autos para o Magistrado (Conclusão) Do Relator ao Revisor
14/09/2004	Conclusão Juiz Relator
14/09/2004	Recebidos os Autos da Procuradoria Geral da Justiça (PGJ) Juntada de parecer
16/06/2004	Remessa Procuradoria remetido em 16.06.2004
15/06/2004	Remetidos os Autos para a Procuradoria Geral da Justiça (PGJ) Procuradoria
15/06/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00065432, Objeto: Manifestação
15/06/2004	Juntada Petição Petição Número: 2004.00063050, Objeto: Junt de Substabelecimento
14/06/2004	Recebimento Advogado
07/06/2004	Entrega em carga/vista Advogado

07/06/2004	Publicação
03/06/2004	Remetidos os Autos para o Magistrado (Conclusão) <i>Devolvido com despacho 1. Ciência à parte contrária dos documentos juntados a fls. 2. Após, À Douta Procuradoria de Justiça, em atenção ao requerido pelas apelantes, São Paulo, 26 de maio de 2004, Juiz Franklin Nogueira - Relator - Sala 217.</i>
25/05/2004	Conclusão <i>Juiz Relator</i>
25/05/2004	Juntada <i>Petição Petição Número: 2004.00055585, Objeto: Intimação Adv</i>
25/05/2004	Juntada <i>Petição Petição Número: 2004.00052820, Objeto: Junt de Docs</i>
24/05/2004	Remetidos os Autos para o Magistrado (Conclusão) <i>Devolvido à mesa</i>
20/05/2004	Conclusão <i>Juiz Revisor</i>
20/05/2004	Remetidos os Autos para o Magistrado (Conclusão) <i>Do Relator ao Revisor</i>
29/04/2004	Conclusão <i>Juiz Relator</i>
29/04/2004	Remessa <i>8º Cartório</i>
29/04/2004	Distribuição por Prevenção <i>Prevenção pelo AI nº 904.723-2</i>
31/03/2004	Remessa <i>Distribuição</i>
31/03/2004	Publicação <i>DISTRIBUA-SE</i>
29/03/2004	Remetidos os Autos para o Magistrado (Conclusão) <i>Devolvido com despacho Fls. 2778/2780: Defiro o pedido de prioridade na tramitação do presente feito, nos termos do artigo 71 da Lei nº 10.741/03. Distribua-se. São Paulo, 26 de março de 2004. OSCARLINO MOELLER, Vice-Presidente. Sala 115.</i>
24/03/2004	Conclusão <i>Vice-presidente</i>
24/03/2004	Juntada <i>Petição Petição Número: 2004.00025028, Objeto: Manifestação</i>
09/03/2004	Remessa <i>Distribuição</i>
09/03/2004	Recebimento <i>TACRIM - Resolução 169/04</i>
19/11/2003	Remessa <i>Outros Tribunais enviado ao tacrim em 19/11/2003</i>
19/11/2003	Remessa - Outros Tribunais <i>TACRIM - Resolução 157/03</i>
18/11/2003	Publicação
26/08/2003	Remessa <i>Distribuição</i>
24/07/2003	Publicação <i>Entrada de Autos</i>

Subprocessos e Recursos

Recebido em	Classe
08/10/2004	Agravo Regimental
17/03/2005	Embargos de Declaração
30/11/2005	Agravo de Instrumento em Recurso Especial (0832890-86.2005.8.26.0000)
30/11/2005	Agravo de Instrumento em Recurso Especial (0832891-71.2005.8.26.0000)
30/11/2005	Agravo de Instrumento em Recurso Especial (0832896-93.2005.8.26.0000)
30/11/2005	Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário (0832893-41.2005.8.26.0000)
26/10/2012	Agravo Regimental
29/05/2013	Embargos de Declaração
08/10/2013	Embargos de Declaração
14/10/2013	Embargos de Declaração

Composição do Julgamento

Participação	Magistrado
Relator	Carlos Abrão (7983)
Revisor	Melo Colombi (34887)
3º Juiz	Thiago de Siqueira (25315)

Petições diversas

Data	Tipo
18/11/2011	Manifestação
17/01/2012	Manifestação
04/05/2012	Presta Informações
15/05/2012	Juntada de Substabelecimento
18/05/2012	Solicitação
24/05/2012	Manifestação
28/05/2012	Presta Informações

01/08/2012	Manifestação
07/08/2012	Juntada de Substabelecimento
23/08/2012	Solicitação
30/08/2012	Manifestação
14/09/2012	Manifestação
26/09/2012	Manifestação
04/10/2012	Juntada de Documentos
30/10/2012	Presta Informações
09/11/2012	Manifestação
07/01/2013	Manifestação
04/02/2013	Manifestação
04/10/2013	Recurso Especial Cível (Petição Avulsa)
07/01/2014	Recurso Especial Cível (Petição Avulsa)
31/01/2014	Juntada de Substabelecimento
01/04/2014	Contra-Razões

Julgamentos

Data	Situação do julgamento	Decisão
28/08/2013	Julgado	Negaram provimento ao Agravo Regimental, não conheceram dos declaratórios e deram parcial provimento ao apelo. V.U. Declaram votos convergentes o Des. Revisor e o 3º Desembargador.
14/08/2013	Adiado a pedido do Desembargador	Adiado de pauta a pedido do 3º Desembargador, após votos do Des. Relator e do Des. Revisor que negavam provimento ao agravo regimental, não conheciam dos embargos de declaração e davam parcial provimento à apelação. Sustentou oralmente pelo apelado o Dr. Sérgio Bermudes.
10/11/2004	Julgado	Deram provimento em parte ao(s) recurso(s), v.u. Sustentaram oralmente os Advogados Paulo B. Lazzareschi, Manoel Alceu Affonso Ferreira e Sergio Bermudes.
03/11/2004	Adiado	
27/10/2004	Julgado	Adiado por uma (1) uma sessão e deferiram vista do processo por cinco (5) dias a partir de 27/10/2004.

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8560074

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 18/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, RG: 115839586, CPF: 212.996.408-77, nascido em 10/03/1962, natural de São Paulo - SP, filho de **WILTON PAES DE ALMEIDA FILHO** e **MARIA LUCILLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

Campinas, 21 de setembro de 2015.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº: 3093250





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sê, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao
Público do Tribunal de Justiça do Estado de
São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de
andamento processual de 2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o
Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,
em nome de **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**,
portador(a) do RG nº 11.583.958-6 e inscrito(a) no CPF/MF sob nº 212.996.408-77,
verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com
referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.....

São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.....

Eu, (assinatura) (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.....

ESTA CERTIDÃO SO SE REEFERE AO NOME E NUMEROS NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA.



Tabelião de Protesto de Campinas

Nº. PEDIDO: 174715/17.288

Avenida José de Souza Campos, 753 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5502 - Fax: (19) 3794-5512

CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DÁ FÉ, a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, CPF 36103263875, que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

STELLA*SIMONSEN*PAES*DE*ALMEIDA*COUTINHO*NOGUEIRA*****

TUFMMB TJNPOTFO QBFT EF BMNFJEB DPVUJOIP OPHVFJSB

UVGNNC UKOQPUGP RCGU FG CNOGKFC EQWVKPJQ PQIWGKTC 110

CPF*21299640877*****RG*115839586**

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO

no período de 5 ANOS anterior a 15 de setembro de 2015

* * * * *

Pesquisado por ADRIANO JOAQUIM DA SILVA

CAMPINAS., 17 de setembro de 2015

ADRIANO JOAQUIM DA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADO

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia, desde 17 de Maio de 2005, data de instalação da unidade de serviço. Para período anterior, solicitar certidão ao 1º Tabelião de Protesto de Campinas.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 34110017471500095346

EMOLUMENTOS AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,33	***** 10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

DECLARAÇÃO

SFO PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.513.828/0001-10, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, **declara** para os devidos fins, que não participa, na qualidade de sócia, de outra sociedade no mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Campinas, 04 de setembro de 2015.



SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.
Paulo Augusto Alves Brasileiro



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35226425460		09/05/2012	30/04/2012				
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
SFO PARTICIPACOES LTDA.						SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J.		ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO		
15.513.828/0001-10		AVENIDA SELMA PARADA		201	CONJ. 01, SAL		
BARRIO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MODDA	VALOR CAPITAL		
VILA MADALENA	CAMPINAS	SP	13091-904	R\$	10.000,00		

OBJETO SOCIAL

HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

SÓCIO E ADMINISTRADOR

NOME							
ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA							
ENDEREÇO				NÚMERO	COMPLEMENTO		
AVENIDA SELMA PARADA				201	CONJ. 01, SAL		
BARRIO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG			
VILA MADALENA	CAMPINAS	SP	13091-904	244219114			
CNPJ	CARGO					QUANTIDADE COTAS	
287.712.248-40	SÓCIO E ADMINISTRADOR					9.800,00	

SÓCIO

NOME							
EDSON FIRMINO DE PAULA							
ENDEREÇO				NÚMERO	COMPLEMENTO		
AVENIDA SELMA PARADA				201	CONJ. 01, SAL		
BARRIO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG			
VILA MADALENA	CAMPINAS	SP	13091-904	11442321			
CNPJ	CARGO					QUANTIDADE COTAS	
079.498.888-14	SÓCIO					100,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR

NOME							
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO							
ENDEREÇO				NÚMERO	COMPLEMENTO		
RUA REGINA NOGUEIRA				120			
BARRIO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG			

JARDIM SAO GABRIEL	CAMPINAS	SP	13045-290	132784373
CNPJ 059.238.728-38	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR	QUANTIDADE COTAS 100,00		

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA	NÚMERO	
11/02/2015	025.526/15-7	
<p>ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2014. SFO PARTICIPACOES LTDA. CNPJ/MF N 15.513.828/0001-10NIRE 35.226.425.460ATA DA REUNIAO DE QUOTISTAS 1. DATA, HORA, E LOCAL: 30 DE ABRIL DE 2014, AS 10:00 HORAS, NA SEDE SOCIAL, LOCALIZADA AVENIDA SELMA PARADA, N. 201, CONJUNTO 01, SALA 154-Q, CONDOMINIO GALLERIA OFFICE PARK, VILA MADALENA, CIDADE DE CAMPINAS, ESTADO DE SAO PAULO, CEP 13.091.904.2. CONVOCACAO E PRESENÇA: DISPENSADA A CONVOCACAO, CONFORME O DISPOSTO NO CODIGO CIVIL, ART. 1.072, 2, EM DECORRENCIA DE ESTAREM PRESENTES OS QUOTISTAS REPRESENTANDO A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL. 3. MESA: OS TRABALHOS FORAM PRESIDIDOS POR ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA E SECRETARIADOS POR EDSON FIRMINO DE PAULA. 4. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2013 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA COMPANHIA;5. DOCUMENTOS: RELATORIO DA ADMINISTRACAO, BALANCO PATRIMONIAL E DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DISPONIBILIZADOS NOS TERMOS DO ART. 1.078. 1, DO CODIGO CIVIL. 6. DELIBERACOES: (I) APROVAR, POR UNANIMIDADE E SEM RESSALVAS, AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2013; (II) APROVAR AS CONTAS DA ADMINISTRACAO, SEM QUAISQUER RESSALVAS; (III) OS SENHORES QUOTISTAS DEIXAM DE DELIBERAR ACERCA DA DISTRIBUICAO E DA DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DIANTE DO PREJUIZO ACUMULADO NO ANO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2013.ENCERRAMENTO: NADA MAIS HAVENDO A SER TRATADO, O PRESIDENTE DEU POR ENCERRADA A ASSEMBLEIA, DA QUAL SE LAVROU A PRESENTE ATA, QUE FOI APROVADA E ASSINADA.CAMPINAS, 30 DE ABRIL DE 2014.</p>		

Signature Not Verified

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226425460
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 28/09/2015

Digitally signed by FÉAVIA REGINA BRITO
Date: 2015.09.29 09:26:55 -03:00
Reason: Autenticação de Certidão Simplificada
Location: São Paulo



Certidão Simplificada emitida para DIEGO LOPES DE OLIVEIRA:38817919810
(Autenticidade: 62996952) - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br



17/09/2015

5727998

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8547387**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

SFO PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 15.513.828/0001-10, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº: 5727998



17/09/2015

5725106

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8547378**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

SFO PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 15.513.828/0001-10, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

5725106



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao
Público do Tribunal de Justiça do Estado de
São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento
processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e
Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do
Estado de São Paulo, em nome de **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ
sob nº 15.513.828/0001-10, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste
Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.....
Eu, (Vânia de Oliveira Reis) (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.....

Valor Recolhido: R\$ 19,40



17/09/2015

5723113

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 015723113**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 16/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

SFO PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 15.513.828/0001-10, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.17.4 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de setembro de 2015.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:**5723113**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao
Público do Tribunal de Justiça do Estado de
São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento
processual de 2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o Serviço de
Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de
SFO PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 15.513.828/0001-10,
verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. **NADA MAIS**
com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.....
Eu, VL (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.....



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150001874342

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: SFO PARTICIPACOES LTDA.**, ou vinculado ao **CNPJ de número 15.513.828/0001-10,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: HBh4IRJU9CVTFCU4KJ PhHRXah7aD4J7YD
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 25 de setembro de 2015 às 11h12min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000386129

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **15.513.828/0001-10**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2015, às 17:50.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **df33549a 7233a812 fe4b1e6e d336f7fe d895795a**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



Tabelião de Protesto de Campinas

Nº. PEDIDO: 174715/17.288

Avenida José de Souza Campos, 753 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5502 - Fax: (19) 3794-5512

CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, CPF 36103263875, que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

SFO*PARTICIPACOES*LTDA*****

TGP QBSUJDJQBDFPT MUEB

UHQ RCTVKEKRCEQGU NVFC 64

CNPJ*15513828000110*****

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO

no período de 5 ANOS anterior a 15 de setembro de 2015

* * * * *

Pesquisado por **ADRIANO JOAQUIM DA SILVA**

CAMPINAS., 17 de setembro de 2015

ADRIANO JOAQUIM DA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADO

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia, desde 17 de Maio de 2005, data de instalação da unidade de serviço. Para período anterior, solicitar certidão ao 1º Tabelião de Protesto de Campinas.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código **15560017471500026197**

EMOLUMENTOS AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,33	***** 10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

3º Tabelião de Protesto de Campinas



Avenida José de Souza Campos, 753 - Sala 112 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5503 - Fax: (19) 3794-5513

CERTIDÃO

O 3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DÁ FÉ, a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, CPF 36103263875, que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

SFO*PARTICIPACOES*LTDA*****

TGP QBSUJDDJQBDPFT MUEB

UHQ RCTVKEKRCEQGU NVFC 64

CNPJ*15513828000110*****

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
no período de 5 ANOS anterior a 15 de setembro de 2015

* * * * *

Pesquisado por SARAH RAZIEL ORLOF DE MARCO

CAMPINAS, 17 de setembro de 2015

SARAH RAZIEL ORLOF DE MARCO
SUBSTITUTA DESIGNADA

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 15560017494400026197

EMOLUMENTOS AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,33	***** 10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

DECLARAÇÃO

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA, brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº 24.421.911-4 SSP/SP e do CPF/MF 287.712.248-40, com endereço comercial na Avenida Selma Parada, 201, conjunto 01, sala 154-R, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, declara para os devidos fins que:

- a) Não participa da direção de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; e
- b) Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo ou função, do qual decorra foro especial.

Campinas, 26 de Setembro de 2015.



ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA

DECLARAÇÃO

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA, brasileira, solteira, advogada, portadora da Carteira de Identidade nº 24.421.911-4 SSP/SP e do CPF/MF 287.712.248-40, com endereço comercial na Avenida Selma Parada, 201, conjunto 01, sala 154-R, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, **declara** que não participa como sócia de outra sociedade do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Campinas, 25 de Setembro de 2015.



ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**

Inscrição: **231792160167** Zona: 251 Seção: 283

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 24/11/1975 Domiciliada desde: 22/11/2006

Filiação: BEATRIZ HELENA COUTINHO NOGUEIRA

JOSE BONIFACIO COUTINHO NOGUEIRA FILHO

Certidão emitida às 16:25 de 14/09/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

ØXMI.7+PN.WYOM.H4HR

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**
Inscrição: **231792160167** Zona: 251 Seção: 283
Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP
Data de Nascimento: 24/11/1975 Domiciliada desde: 22/11/2006
Filiação: BEATRIZ HELENA COUTINHO NOGUEIRA
JOSE BONIFACIO COUTINHO NOGUEIRA FILHO

Certidão emitida às 16:28 de 14/09/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

HRPV./QQS.QP6V.FAP9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8547388

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA, RG: 244219114, CPF: 287.712.248-40, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luís de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

5728043





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sê, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**, foi(foram) localizado(s) o(s) seguinte(s) processo(s), porém não é possível aferir tratar-se da mesma pessoa, em virtude de não constar no cadastro do(s) processo(s) o RG nº 244219114 e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 287.712.248-40, verificou constar o(s) seguinte(s) processo(s): **SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – Apelação: 0158785-08.2010.8.26.0100** entrado em 30/09/2011. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.....

São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.....
Eu, V (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.....

Valor Recolhido: R\$ 19,40



Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário



CAIXA POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA



DIEGO LOPES DE OLIVEIRA (Sair)

Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 2º Grau

▼ MENU

Consulta de Processos do 2º Grau

Dados para Pesquisa

Seção:

Pesquisar por:

☒ Unificado ☐ Outros

Número do Processo:

Dados do Processo

Processo: 0158785-08.2010.8.26.0100 Encerrado

Classe: Apelação

Área: Cível

Assunto: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Prestação de Serviços

Origem: Comarca de São Paulo / Foro Central Cível / 5ª Vara Cível

Números de origem: 583.00.2010.158785-5/000000-000

Distribuição: 38ª Câmara de Direito Privado

Relator: EDUARDO SIQUEIRA

Revisor: SPENCER ALMEIDA FERREIRA

Volume / Apenso: 1 / 0

Outros números: 1382/2010

Valor da ação: 1.723,85

Última carga: Origem: Serviço de Processamento de Grupos/Câmaras / SJ 3.2.8.2 - Serv. de Proces. da 38ª Câmara de Dir. Privado, Remessa: 07/05/2012

Destino: Foro / Foro Central Cível, Recebimento: 07/05/2012

Apenso / Vinculados

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

Números de 1ª Instância

Não há números de 1ª instância para este processo.

Partes do Processo

Apelante: Secid Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S/c Limitada
Advogado: Guaraci Rodrigues de Andrade

Apelido: Adriana Coutinho Nogueira
Advogado: Felipe Daniel de Moraes Fernandes

Movimentações

Exibindo todas as movimentações. »Listar somente as 5 últimas.

Data	Movimento
07/05/2012	Remetidos os Autos para Vara de Origem trânsito em julgado em 18/04/2012
03/04/2012	Publicado em Disponibilizado em 02/04/2012 Tipo de publicação: Intimação de Acórdão Número do Diário Eletrônico: 1156
30/03/2012	Publicado em Disponibilizado em 29/03/2012 Tipo de publicação: Julgados Número do Diário Eletrônico: 1154
27/03/2012	Acórdão registrado Acórdão registrado sob nº 20120000121569, com 5 folhas.
27/03/2012	<input checked="" type="checkbox"/> Acórdão Finalizado Acórdão Dr. Eduardo Siqueira
21/03/2012	Não-Provimento
21/03/2012	Julgado Negaram provimento ao recurso. V. U.
15/03/2012	Publicado em Disponibilizado em 14/03/2012 Tipo de publicação: Próximos Julgados Número do Diário Eletrônico: 1143
07/03/2012	Inclusão em pauta Data da pauta em 21/03/2012
06/03/2012	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras

02/03/2012	Remetidos os Autos para Processamento de Grupos e Câmaras <i>Revisor - à mesa</i>
16/02/2012	Recebidos os Autos pelo Revisor <i>Spencer Almeida Ferreira</i>
14/02/2012	Remetidos os Autos para Magistrado - Revisor com Passagem de Autos
18/11/2011	Recebidos os Autos pelo Relator <i>Eduardo Siqueira</i>
17/11/2011	Publicado em <i>Disponibilizado em 16/11/2011 Tipo de publicação: Distribuídos Número do Diário Eletrônico: 1076</i>
16/11/2011	Conclusão ao Relator
11/11/2011	Remetidos os Autos para Relator (Conclusão)
10/11/2011	Distribuição por Sorteio <i>Órgão Julgador: 976 - 38ª Câmara de Direito Privado Relator: 11092 - Eduardo Siqueira</i>
27/10/2011	Recebidos os Autos pelo Distribuidor de Recursos
27/10/2011	Publicado em <i>Disponibilizado em 26/10/2011 Tipo de publicação: Entrados Número do Diário Eletrônico: 1066</i>
25/10/2011	Remetidos os Autos para Distribuição de Recursos
24/10/2011	Processo Cadastrado <i>SJ 2.1.2 - Serviço de Entrada de Autos de Direito Privado 2</i>

Subprocessos e Recursos

Não há subprocessos ou recursos vinculados a este processo.

Composição do Julgamento

Participação	Magistrado
Relator	Eduardo Siqueira (8168)
Revisor	Spencer Almeida Ferreira (6005)
3º Juiz	Fernando Sastre Redondo

Petições diversas

Não há petições diversas vinculadas a este processo.

Julgamentos

Data	Situação do julgamento	Decisão
21/03/2012	Julgado	Negaram provimento ao recurso. V. U.

[Voltar para os resultados da pesquisa](#)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 015723172

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 16/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA, RG: 244219114, CPF: 287.712.248-40, nascida em 24/11/1975, natural de São Paulo - SP, filha de José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho e Beatriz Helena Coutinho Nogueira, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pela SPI 3.17.4 - Serviço de Informações Criminais.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Caso o pesquisado tenha completado 18 anos antes da data de informatização deverá ser solicitada a certidão presencial na Comarca de interesse.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de setembro de 2015.

Mauricio de Almeida
Supervisor de Serviço

PEDIDO Nº:

5723172





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao
Público do Tribunal de Justiça do Estado de
São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de
andamento processual de 2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o
Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,
em nome de **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**, portador(a) do RG
nº 244219114 e inscrito(a) no CPF/MF sob nº 287.712.248-40, verificou-se que
NÃO CONSTA processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao
pedido. O referido é verdade e dá fé.-----
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.-----
Eu, *(assinatura)* (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.-----



CERTIDÃO

NÃO CONSTAR PROTESTO

ADRIANA*COUTINHO*NOGUEIRA*****

CPF*28771224840*****RG*244219144**

[illegible]

CAMPINAS, 17 de setembro de 2015

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 17790017494400119868

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,33	**** 0,30	***** 10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150001874352

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**, ou vinculado ao **CPF de número 287.712.248-40**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.ifsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I68225ZCLCK 4JDFBZ hJCS1ZTa2F8QAYN
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 25 de setembro de 2015 às 11h13min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000386133

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **287.712.248-40**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2015, às 17:52.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **d4bc510c 4a35d999 ea16cc40 6be0939a 6d7feaf0**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP

Primeiro Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

José Carlos Alves
TABELADO

Mário Rezende Florence
SUBSTITUTO DO TABELÃO

Tel: 11 3113.6916 Fax: 11 3113.6933 - cap: 01317-000 / Av. Brigadeiro Luis Antônio, 371, sobreloja - Bela Vista - São Paulo - SP

CERTIDÃO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA E DÁ FÉ,

a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, RG 37887985-6,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no
período de 5 ANOS anterior a 18 de setembro de 2015, deles verificou :

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de

em nome de
ADRIANA*COUTINHO*NOGUEIRA*****

BESJBOB DPVUJOIP OPHVFJSB
CFTKCPC EQWVKPJQ PQIWGKTC 73
CPF*287.712.248-40*****RG*244219114**

[illegible]

Eu, RICARDO ALEXIS C. ALMEIDA conferi.
São Paulo, 22 de setembro de 2015



VALORES COBRADOS		
AO TABELIÃO:	*****	6,36
AO ESTADO:	*****	1,81
AO IPESP:	*****	0,94
AO REGISTRO CIVIL:	*****	0,33
AO TRIBUNAL JUSTIÇA:	*****	0,44
A SANTA CASA:	*****	0,06
IMPOSTO MUNICIPAL:	*****	0,13
MINISTÉRIO PÚBLICO:	*****	0,30
TOTAL:	*****	10,37

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

VERIFIQUE A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO POR MEIO DO SITE www.primeiroprotestosp.com.br DIGITANDO 17790347599800019868

QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.



3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 34 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP: 01005-010 - TELS.: 3107-5033 / 3107-5034 / 3107-5035 / 3107-5036 PABX - SÃO PAULO - SP

CERTIDÃO

Nº. 00583-I/22
Folha(s) 00001

O TERCEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO.

C E R T I F I C A E D A F É

A PEDIDO DE LARISSA MYWA NAGO***CPF -36103263875*****
R.G- 37887985-6*****

QUE REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, DELES VERIFICOU
N ã o C O N S T A R P R O T E S T O

EM NOME DE ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA *****
***** BESJBOB DPVUJOIP OPHVFJSB *****

CPF- 28771224840***** R.G- 244219114*****

No período de 05 ano(s) anterior(es) a 18 de setembro de 2015.*****
Nada mais.

***** Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se *****
***** refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta CERTIDÃO *****

Pesquisado por FABIAN BAPTISTA DA SILVA, Escrevente.*****
Certidão conferida por FABIAN BAPTISTA DA SILVA Escrevente.*****

São Paulo, 22 de setembro de 2015.

Certidão Assinada Digitalmente por :

DALVA BALDAN

Escrevente

3AA083DA644E728627DA9D3999338BFF

Emolumentos	*****6,36
Estado	*****1,81
Carteira Serventia	*****0,94
Registro Civil	*****0,33
Tribunal	*****0,44
Ministério Público	*****0,30
Santa Casa	*****0,06
Imposto ao Município	*****0,13
Total.....	*****10,37

Os valores acima foram cobrados pela certidão.

- 1- VÁLIDO SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2- As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3- Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 4- A presente certidão refere-se a existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite Certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no site: www.protesto.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

Outros (origem externa) Cópia - 53900.050761/2015-10 (1010249)

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 139

Esta certidão só se refere ao(s) nome(s) e aos números nela integralmente grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.

Para conferir o original, acesse o site www.3protesto-sp.com.br e informe o código: 20150922583132

SEO. 3509059

O 4º TABELIAO DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS DA COMARCA DE SAO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DÁ FÉ,
a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, CPF 36103263875 RG 37887985-6,
que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

em nome de :

ADRIANA*COU TINHO*NOGUEIRA*****

BESJBOB DPVUJOIP OPHVFJSB

CFTKCPC EOWVKPJO POIWGKTC 73

CPF*28771224840*****RG*244219114**

no período de **5 ANOS** anterior a 18 de setembro de 2015

Pesquisado por MARTA MARIA PIRES

[illegible]

SAO PAULO, 22 de setembro de 2015

4º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP

PJ SP Sebring

DEBORA MELO MACEDO DO CARMO - ESCRIVENTE AUTORIZADA - RG. 23.957.905-9 SSP/SP

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET: www.protesto.com.br

Para consultar a autenticidade desta, através do código 17790350905900019868, acesse www.quartoprotestosp.com.br

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTICA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTERIO PUBLI.	TOTAL
***** 6.36	***** 1.81	***** 0.94	***** 0.33	***** 0.44	***** 0.06	***** 0.13	0.30	***** 10.37

AS CUSTAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA. ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO RESPECTIVO PEDIDO

5º Tabelião de Protesto

RUA DA GLÓRIA, 162 - SÃO PAULO - CAPITAL

Bel. RUBEM GARCIA
TABELIÃO

000583 - I / 22

*A*01*

CERTIDÃO NEGATIVA

O QUINTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DÁ FÉ

QUE, REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS LAVRADOS NO PERÍODO DE
CINCO ANOS ANTERIORES À 18 DE SETEMBRO DE 2015, DELES VERIFICOU **NÃO CONSTAR**
PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DE:

***** ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA*****

***** BESJBOB DPVUJOIP OPHVFJSB*****

***** CPF -28771224840 ***** RG. -244219114 *****

PARA MAIOR SEGURANÇA, CONFIRA DE CIMA PARA BAIXO CADA LETRA DO NOME CERTIFICADO, COM A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DA LINHA INFERIOR.
ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU
RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

*** NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S) ***

Solicitante: LARISSA MYWA NAGO
RG. 37887985-6

Eu, ROBERTO DE SOUZA

Escrevente autorizado(a), pesquisei e conferi.

Eu, FRANCISCO E. V. FILOMENO

Substituto do Tabelião assino

SAO PAULO, 22 de SETEMBRO de 2015

5º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS-S.PAULO-SP

PJ
SP
FRANCISCO E. V. FILOMENO - SUBSTITUTO DO TABELIÃO - RG 3.569.829

Emolumentos	Ao Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib. Justiça	Min.Público	Santa Casa	ISS	TOTAL RECEBIDO
6,36	1,81	0,94	0,33	0,44	0,30	0,06	0,13	10,37

Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protestosp.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

Outros (origem externa) Cópia - 53900.050761/2015-10 (1010249)

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 141

RUA FRANCISCA MIQUELINA, 325 - SAO PAULO - SP - Tel.: (011) 3104-5463

MARIO BIMBATO
TABELIÃO

CERTIDÃO

NÃO CONSTAR PROTESTO

ADRIANA*COUTINHO*NOGUEIRA*****

CPF*28771224840*****RG*244219114**

[illegible]

Pesquisado por: ANTONINO AP.PORTELLA

São Paulo, 22 de setembro de 2015

6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO - SP



ANTONINO APARECIDO PORTELLA RG 12.618.328-4 - ESCRIVENTE

Verifique a veracidade da certidão através do código:

17790357831400019868
site: www.6protsp.com.br

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6.36	***** 1.81	***** 0.94	***** 0.33	***** 0.44	***** 0.06	***** 0.13	***** 0.30	***** 10.37

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Verifique a sequência alfa do nome certificado.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Qualquer rasura apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, invalidará esta certidão.
- Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.net.br

Certidão Negativa de Protesto

O SÉTIMO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA

DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, por este público instrumento, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anterior a 21 de setembro de 2015, em nome de:

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA

CPF 28771224840 RG 244219114

Pedido formulado por: LARISSA MYWA NAGO - RG 37887985-6

Pesquisado por: MANOEL COSME FIDELIS JUNIOR

São Paulo, 22 de setembro de 2015.

7º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE S. PAULO - SP
PJ
SP
MANOEL COSME FIDELIS JUNIOR - ESCRIVENTE - RG. 28.108.293-8

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto pela Internet no site : www.protesto.com.br

Verifique o código de veracidade: **17790357441600019868** no site: **www.7protsp.com.br**

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta.Casa	Imposto Municipal	Ministerio Publico	Total
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,13	***** 0,30	***** 10,37

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na Internet, **INVALIDARÁ** esta certidão.

8º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

Rua Quinze de Novembro, 331 - Centro - Tel.: (11) 3292-8030 - CEP: 01013-001 - São Paulo-SP

Nº do Pedido: 2015.09.22/I00583

CERTIDÃO

O 8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de LARISSA MYWA NAGO, RG 37887985-6, que pesquisados os Índices de protestos, no período de CINCO ANOS, anterior a 18/09/2015, em nome de:

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA

CPF 28771224840 - RG 244219114



113

NÃO CONSTA PROTESTO

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

Eu, Emilia Kimie Morishita - Auxiliar autorizado(a), conferi.
Eu, Carlos Roberto de Barros Gouvêa - Tabelião Substituto subscrevo e assino.
São Paulo, 22 de Setembro de 2015

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS
TERMOS DA MP Nº 2200-2, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	AO TRIBUNAL JUSTICA	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	A STA.CASA	IMPOSTO MUNICIPAL	TOTAL
6,36	1,81	0,94	0,33	0,44	0,30	0,06	0,13	10,37

CUSTAS RECOLHIDAS POR GUIA

22/09/2015 09:52:34

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pelo site: www.protesto.com.br

Outros (origem externa) Cópia - 53900.050761/2015-10 (1010249)

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 144

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

00583 - 1 / 22

22/09/2015

PRAÇA JOÃO MENDES, 52 - SOBRELOJA - FONE: (11) 3293-3400 - SÃO PAULO - SP

BENEDICTO SILVEIRA FILHO

Tabelião

EDUARDA SILVEIRA

Tabeliã Substituta

Código de Autenticidade: 150233097734822

CERTIDÃO

O 9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, DA COMARCA DE SÃO PAULO, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

CERTIFICA E DA FÉ.

A pedido de LARISSA MYWA NAGO, RG 37887985-6 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 18/09/2015, em nome de:

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**CPF 287.712.248-40 RG 244219114****NÃO CONSTA PROTESTO**

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Eu, Eduarda Silveira - Tabeliã Substituta, Subcrevo e Assino.

Eu, José Geraldo de Oliveira - Escrevente Autorizado, conferi.

SÃO PAULO, 22 DE SETEMBRO DE 2015



EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	ISS	FEDMP	TOTAL
6,36	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,13	0,30	10,37

22/09/2015 09:47:36

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Verifique a autenticidade da certidão em www.nonoprotestosp.com.br através do código de autenticidade acima indicado.
 - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

FOLHA : 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda.

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

Cópia - 53900.050761/2015-10 (1010249)

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 145



10º TABELIÃO DE PROTESTOS DE SÃO PAULO

PRAÇA DOUTOR JOÃO MENDES, 39 - CENTRO - CEP: 01501-001

www.10tpsp.com.br

Nº do Pedido : 2015.09.22/100583

CERTIDÃO

O 10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de LARISSA MYWA NAGO, RG 37887985-6, CPF 36103263875 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 18/09/2015, em nome de:

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA

CPF 287.712.248-40 RG 244219114

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Eu, Adriana Sotto Monteiro - Escrevente Autorizado(a), pesquisei e conferi.

SÃO PAULO, 22 DE SETEMBRO DE 2015

Documento Assinado Digitalmente por

GILSEU BATISTA DOS SANTOS:04166929828

Digitally signed by GILSEU BATISTA DOS SANTOS/MI/ME/BR
Date: 2015.09.22 10:01:17 -03:00
Reason: 10º Tabelião de Protestos de São Paulo
Location: BR/SP/SP

A conferência da autenticidade da assinatura poderá ser consultada no site www.10tpsp.com.br, informando o código: **150922550277**

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTACASA	IMPOSTO MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
6,36	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,13	0,30	10,37

22/09/2015 10:01:17

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 4) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
 - 5) Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

PÁGINA : 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Sicart Informática Ltda.

Tabelião

O 1º CARTÓRIO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E

RG24421911-4

1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42
43	44	45	46	47	48
49	50	51	52	53	54
55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66
67	68	69	70	71	72
73	74	75	76	77	78
79	80	81	82	83	84
85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96
97	98	99	100	101	102
103	104	105	106	107	108
109	110	111	112	113	114
115	116	117	118	119	120
121	122	123	124	125	126
127	128	129	130	131	132
133	134	135	136	137	138
139	140	141	142	143	144
145	146	147	148	149	150
151	152	153	154	155	156
157	158	159	160	161	162
163	164	165	166	167	168
169	170	171	172	173	174
175	176	177	178	179	180
181	182	183	184	185	186
187	188	189	190	191	192
193	194	195	196	197	198
199	200	201	202	203	204
205	206	207	208	209	210
211	212	213	214	215	216
217	218	219	220	221	222
223	224	225	226	227	228
229	230	231	232	233	234
235	236	237	238	239	240
241	242	243	244	245	246
247	248	249	250	251	252
253	254	255	256	257	258
259	260	261	262	263	264
265	266	267	268	269	270
271	272	273	274	275	276
277	278	279	280	281	282
283	284	285	286	287	288
289	290	291	292	293	294
295	296	297	298	299	300
301	302	303	304	305	306
307	308	309	310	311	312
313	314	315	316	317	318
319	320	321	322	323	324
325	326	327	328	329	330
331	332	333	334	335	336
337	338	339	340	341	342
343	344	345	346	347	348
349	350	351	352	353	354
355	356	357	358	359	360
361	362	363	364	365	366
367	368	369	370	371	372
373	374	375	376	377	378
379	380	381	382	383	384
385	386	387	388	389	390
391	392	393	394	395	396
397	398	399	400	401	402
403	404	405	406	407	408
409	410	411	412	413	414
415	416	417	418	419	420
421	422	423	424	425	426
427	428	429	430	431	432
433	434	435	436	437	438
439	440	441	442	443	444
445	446	447	448	449	450
451	452	453	454	455	456
457	458	459	460	461	462
463	464	465	466	467	468
469	470	471	472	473	474
475					

PJ SP Ma

EMPENHAMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTICA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 0,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,12	***** 0,30	***** 10,76

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 147

Outros (origem externa): 00000-090761/2015-10 (1610249) site: www.cartoriosocarlos.com.br SEI 93000-044858/2013-75 / pg. 148

**TABELIONATO DE PROTESTO DA COMARCA DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA CONDE DO PINHAL, 1807 - CENTRO - FONE: (16) 3371-4099
CNPJ(MF) Nº: 51.794.287/0001-00

BEL. ANTONIO CARLOS CARVALHAES
TABELIÃO



CERTIDÃO

O TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, ORGÃO DO
FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE SÃO CARLOS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO.

CERTIFICA E DA FÉ.

Nº pedido: 343087 - 17/09/2015

Que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, a pedido de MARCELO HENRIQUE ROMANO, RG 18424440, deles verificou que **NÃO CONSTAM PROTESTOS** no período de **5 anos** anteriores à 17 de setembro de 2015, em nome de:

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA

CPF nº 287.712.248-40 RG nº 244219114

Eu, , **KENEDY W. MUNHOZ - Escrevente, subscrevo e assino.**

São Carlos, 17 de setembro de 2015.


TABELIONATO DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS
Kenedy W. Munhoz
Escrevente

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO(S) NOME(S) E AOS NÚMEROS NELA INTEGRALMENTE GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AONDE QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA.

AO TABELIÃO	ESTADO	CART. PREVID.	REG. CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	MINIST. PÚBL.	SANTA CASA	ISS	MP	TOTAL DAS CUSTAS
6,36	0,12	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,30		10,36

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

Outros (origem externa) Cópia - 53900.050761/2015-10 (1010249)

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 149

DECLARAÇÃO

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, brasileiro, casado, jornalista, portador da Carteira de Identidade nº 13.278.437-3 e do CPF/MF 059.238.728-38, com endereço comercial na Rua Professora Helena Reis, 81, Centro, Varginha, Estado de Minas Gerais, declara para os devidos fins que:

- a) Não participa da direção de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; e
- b) Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo ou função, do qual decorra foro especial.

Varginha, 04 de setembro de 2015.



PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

DECLARAÇÃO

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, brasileiro, casado, jornalista, portador da Carteira de Identidade nº 13.278.437-3 e do CPF/MF 059.238.728-38, com endereço comercial na Rua Professora Helena Reis, 81, Centro, Varginha, Estado de Minas Gerais, **declara** que não participa como sócio de outra sociedade do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Varginha, 04 de setembro de 2015.



PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**

Inscrição: **066930290141** Zona: 121 Seção: 361

Município: 70793 - SÃO CARLOS UF: SP

Data de Nascimento: 23/01/1964 Domiciliado desde: 07/05/1992

Filiação: MARLI FRANCO BRASILEIRO
ANTONIO ALVES BRASILEIRO

Certidão emitida às 16:29 de 14/09/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

FIRR.HDØJ.DP2/.WXWS

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**
Inscrição: **066930290141** Zona: 121 Seção: 361
Município: 70793 - SÃO CARLOS UF: SP
Data de Nascimento: 23/01/1964 Domiciliado desde: 07/05/1992
Filiação: MARLI FRANCO BRASILEIRO
ANTONIO ALVES BRASILEIRO

Certidão emitida às 16:31 de 14/09/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

ESXH.H1RF.N/TB.8RU+



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8547390

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, RG: 13278437-3, CPF: 059.238.728-38, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

5728551





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8560071

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 18/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, RG: 132784373, CPF: 059.238.728-38, nascido em 23/01/1964, natural de Altinópolis - SP, filho de **ANTONIO ALVES BRASILEIRO** e **MARLI FRANCO BRASILEIRO**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

Campinas, 21 de setembro de 2015.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº:

3093247



Tabelião de Protesto de Campinas



CERTIDÃO

NÃO CONSTAR PROTESTO

PAULO*AUGUSTO*ALVES*BRASILEIRO*****

RCWNQ CWIWUVQ CNXGU DTCUKNGKTO 78

CPF*05923872838*****RG*13278437**

[illegible]

CAMPINAS, 17 de setembro de 2015

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 21600017494400106213

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	**** 0,33	**** 0,30	***** 10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, portador(a) do RG nº 13.278.437-3 e inscrito(a) no CPF/MF sob nº 059.238.728-38, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.....
Eu, (V) (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.....

Valor Recolhido: R\$ 19,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao
Público do Tribunal de Justiça do Estado de
São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de
andamento processual de 2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o
Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,
em nome de **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, portador(a) do RG
nº 13.278.437-3 e inscrito(a) no CPF/MF sob nº 059.238.728-38, verificou-se que
NÃO CONSTA processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao
pedido. O referido é verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 16 dias do mês de setembro de 2015.....

Eu, (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.....



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS

Nºda Certidão 20150001874364

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, ou vinculado ao **CPF de número 059.238.728-38**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I68225ZCMEP hLDXTW hJCQY1h28K6Q96S
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 25 de setembro de 2015 às 11h14min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000386140

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **059.238.728-38**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2015, às 17:53.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **fd333417 b3f0aba2 8cce9097 7c1310ea 5f9e2d78**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8548162

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Comarca de Araraquara, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, RG: 1327843738, CPF: 059.238.728-38, nascido em 23/01/1964, natural de Altinópolis - SP, filho de **ANTONIO ALVES BRASILEIRO** e **MARLI FRANCO BRASILEIRO**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

Araraquara, 18 de setembro de 2015.

Hilda Aparecida de Foggi Carioli
Coordenadora

PEDIDO Nº:

0010094





CERTIDÃO

O 1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
DA COMARCA DE ARARAQUARA - SP, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO.

CERTIFICA E DÁ FÉ

A requerimento de ISABELLA FRACASSI CARVALHO SENE, portador(a) do RG 46.691.907, que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registro de Protestos, no período de 5 (Cinco) anos até 15/09/2015, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
CPF - 059.238.728-38 RG: 13.278.437-3

QBVMF BVHVTUP BMWFT CSBTJMFJSP
RCWNQ CWIWUVQ CNXGU DTCUKNGKTQ

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

Araraquara-SP, 16 de Setembro de 2015

Certidão nº 41753-2015 Pedido nº 60526
Código de Segurança:
010000605260000417530160920151613433503208

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE ARARAQUARA
LUIS EDUARDO BIOLCATTI
TABELIÃO SUBSTITUTO

ESTA CERTIDÃO NÃO SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOME DIFERENTE, ANDA QUE PROXIMO, SEMELHANTE OU RESULTANTE DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO, CUJOS DADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE. (ITEM 40, SEÇÃO VII, CAPÍTULO XV, DO PROVIMENTO CG. Nº 68/99, DE 20/11/99 - NORMAS DE SERVIÇO DA EG. C. G. J. /SP.)

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	T. JUSTIÇA	MIN. PÚBLICO	ISS	TOTAL
R\$ 6,36	R\$ 1,81	R\$ 0,94	R\$ 0,33	R\$ 0,06	R\$ 0,44	R\$ 0,30	R\$ 0,00	R\$ 10,24

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	CART. SERV.	STA. CASAS	REGISTRO CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	TOTAL DAS CUSTAS

RUA SÃO BENTO, 992 - CENTRO - FONE: (16) 3332-9915 - CEP 14801-300 - ARARAQUARA - SP

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA



2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE ARARAQUARA

AV. SÃO PAULO, 508 - CEP 14.801-060 - CENTRO - ARARAQUARA - SP - TEL.: (16) 3333-3136

LUCAS SANDRO RIBEIRO SOARES

TABELIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão nº 40741-2015 - Pedido nº 67288

Código de Segurança: 020000672880000407410160920151640413503208

O 2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS da comarca de ARARAQUARA -SP, por este público instrumento, atendendo a requerimento de ISABELLA FRACASSI CARVALHO SENE, portador(a) do RG 466919074 - CPF 383.650.718-86


CERTIFICA que revendo na serventia a seu cargo, os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO, no período de 5 (Cinco) anos até 15/09/2015, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
QBVMF BVHVTUP BMWFT CSBTJMFJSP
RCWNQ CWIWUVQ CNXGU DTCUKNGKTQ
CPF - 059.238.728-38

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

Nada mais. O referido é verdade e dá fé. Fica esclarecido que o(s) número(s) e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.

ARARAQUARA, 16 de Setembro de 2015

Eu, , subscrevo e assino.
LETÍCIA MACHADO DOS SANTOS SEVES - ESCRIVENTE

Custas:

Tabelião	- R\$ 6,36
Estado	- R\$ 1,81
Ispes	- R\$ 0,94
Sinoreg	- R\$ 0,33
Sta. Casa	- R\$ 0,06
Trib. Justiça	- R\$ 0,44
Ministério Público	- R\$ 0,30
Imp. Municipal	- R\$ 0,00
Total	- R\$ 10,24



3º TABELIAO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
DR. JOSÉ JANONE - TABELIAO TITULAR

Fone: (016)3332-0999

AV DUQUE DE CAXIAS, 260 - ARARAQUARA/SP - CEP: 14801120

CERTIDÃO

O 3º TABELIAO DE NOTAS E PROTESTO DA COMARCA DE ARARAQUARA, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, a pedido de

*** ISABELLA FRACASSI CARVALHO SENE RG: 46.691.907-4 ***

que, revendo no cartório a seu cargo os LIVROS DE REGISTRO DE TERMOS DE PROTESTO deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** de títulos, letras ou documentos, de aceite ou responsabilidade em nome de:

*** PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO ***

*** CPF 059.238.728-38 ***

No período de 5 (CINCO) anos, até **15 de Setembro de 2015**.

ARARAQUARA, 16 de Setembro de 2015 - 16:25:02.

Eu,  MARCO ANTÔNIO EKAWA - ESCRIVENTE AUTORIZADO, conferi, subscrevo e assino.

Cartório	Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib.Juiz	Sta.Casa	Min. Público	Imposto Municipal	TOTAL
6,36	**1,81**	**0,94**	**0,33**	**0,44**	**0,06**	**0,30**	**0,00**	**10,24**

INFORMAÇÕES

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e número(s) nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultante de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade de existência de protesto em períodos anteriores.



1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE
ARARAQUARA - SP

WWW.1RIARARAQUARA.COM.BR AV. BRASIL, 599 - Centro - ARARAQUARA - SP
JOÃO BAPTISTA GALHARDO OFICIAL LUCIANA GALHARDO BACCHI OFICIALA SUBSTITUTA

Nº do Pedido : 2015.09.16/Z00014



CERTIDÃO

1º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE ARARAQUARA - SP, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de ISABELLA FRACASSI CARVALHO SENE, RG 466919074 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS anteriores a 15/09/2015, em nome de :

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

CPF 059.238.728-38



NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Araraquara

ARARAQUARA, 16 DE SETEMBRO DE 2015

Eu, Luiz Botega Filho - Escrevente Autorizado, conferi. Subcrevo e Assino.

EMOLUMENTOS	ESTADO	CART.SERVENTIAS	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	FEDMP	SANTA CASA	TOTAL
6,36	1,81	0,94	0,33	0,44	0,30	0,06	10,24

16/09/2015 16:51:20

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8555434

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de São Carlos, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 18/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, RG: 13278437-3, CPF: 059.238.728-38, nascido em 23/01/1964, natural de Altinópolis - SP, filho de **ANTONIO ALVES BRASILEIRO** e **MARLI FRANCO BRASILEIRO**, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

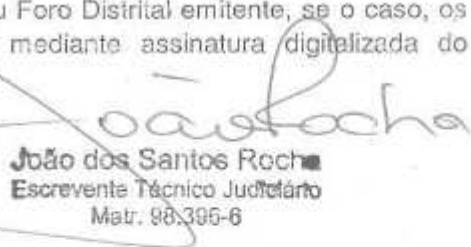
Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado nº 53/2015.


Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.


João dos Santos Rocha
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. 98.395-6

São Carlos, 21 de setembro de 2015.


Maria Aparecida Mazza
Escrivã Judicial I

PEDIDO Nº:

0003890





**1º CARTÓRIO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
DA COMARCA DE SÃO CARLOS - ESTADO DE SÃO PAULO**

Márcio Campacci
Tabelião

CERTIDÃO

TÍTULOS

O 1º CARTÓRIO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E

CERTIFICA E DA FE
que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO, a pedido de MARCELO HENRIQUE ROMANO, RG 18424440, deles verificou que **NÃO CONSTAM PROTESTOS** no período de **5 ANOS** anteriores à 16 de setembro de 2015, em nome de:

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
CPF 05923872838
RG13278437-3

* * * * *

1º CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTO DE SÃO CARLOS - SP
PJ
SP
MARCOS THEODORO MANENTI - ESCRIVENTE - RG. 17.037.673

SÃO CARLOS, 17 de setembro de 2015

Requerente: MARCELO HENRIQUE ROMANO Documento: RG 18424440

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOME DIFERENTE, AINDA QUE PRÓXIMO, SEMELHANTE OU RESULTANTE DE ERROS DE GRAFIA.

ENCOLHIMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
0,36	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,12	0,30	10,36

100% DE VALORES ORÇAMENTAIS POR CIMA

—Certidão Negativa de Protesto—

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA
COMARCA DE SÃO CARLOS - SP, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA que
pesquisados os índices deste tabelionato, deles verificou NÃO CONSTAR PROTESTO
no período de **5 ANOS** anteriores a **15 de setembro de 2015**, em nome de:

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
CPF 05923872838 RG 132784373

O referido é verdade e dou fê.

São Carlos, 15 de setembro de 2015.



Solicitante: MARCELO HENRIQUE ROMANO - RG: 18.424.440

Informações importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta. Casa	Imp. Municipal	Ministério Público	Total
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***** 0,12	***** 0,30	***** 10,36

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, INVALIDARÁ esta certidão

2º Tabelião de São Carlos - SP
Rua Mal. Deodoro, 2318, centro
São Carlos - SP - CEP 13560-201
com estacionamento 050761/2

Notas e Protesto
Fone (16) 2107-4000
e-mail: 2tabscar@uol.com.br
site: www.cartoriosacarlos.com.br



**TABELIONATO DE PROTESTO DA COMARCA DE SÃO CARLOS
ESTADO DE SÃO PAULO**

RUA CONDE DO PINHAL, 1807 - CENTRO - FONE: (16) 3371-4099
CNPJ(MF) Nº: 51.794.287/0001-00

BEL. ANTONIO CARLOS CARVALHAES
TABELIÃO



CERTIDÃO

O TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, ORGÃO DO
FORO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE SÃO CARLOS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO.

CERTIFICA E DA FÉ.

Nº pedido: 343088 - 17/09/2015

Que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, a pedido de MARCELO HENRIQUE ROMANO, RG 18424440, deles verificou que **NÃO CONSTAM PROTESTOS** no período de **5 anos** anteriores à 17 de setembro de 2015, em nome de:

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

CPF nº 059.238.728-38 RG nº 132784373

Eu, , **KENEDY W. MUNHOZ - Escrevente, subscrevo e assino.**

São Carlos, 17 de setembro de 2015.



TABELIONATO DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS
Kenedy W. Munhoz
Escrevente

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO(S) NOME(S) E AOS NÚMEROS NELA INTEGRALMENTE GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AONDE QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA.

AO TABELIÃO	ESTADO	CART. PREVID.	REG. CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	MINIST. PÚBL.	SANTA CASA	ISS	MP	TOTAL DAS CUSTAS
6,36	0,12	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,30		10,36

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

Outros (origem externa) Cópia - 53900.050761/2015-10 (1010249)

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 172



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Tabelionato de Protestos de Varginha

Pç. Getúlio Vargas, 95 - Bairro Centro - Varginha - MG - Tel: (035)3221-2326

SUBSTITUTO - JOÃO NEGRI NETO

TABELIÃO - BENEDITO NEGRI

ESCREVENTE - ARIMÁ ALBUQUERQUE REGINA



CERTIDÃO NEGATIVA - Número: 00042378

Eu, BENEDITO NEGRI, TABELIÃO do Registro de Protestos de Títulos desta comarca, em exercício na forma da lei, etc.

Certifico, a requerimento de pessoa interessada, que neste Tabelionato, nos últimos 5 anos não consta registro algum de título protestado por falta de pagamento, aceite ou devolução figurando como emitente, endossante ou sacado:

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

CPF: 059.238.728-38

O referido é verdade e dou fé.

Varginha, 25 de setembro de 2015 (14:24)


BENEDITO NEGRI - TABELIÃO

Esta certidão apenas se refere ao nome e ao documento de identificação tais como acima grafados, não abrangendo nomes e documentos diferentes, ainda que próximos, invertidos, semelhantes ou resultantes de erro no pedido respectivo.

Emolumentos Certidão Negativa: R\$24,97 Taxa Fiscalização: R\$5,04 Total: R\$30,01

Total Certidão: R\$30,01





Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Varginha

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca de Varginha, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Pessoa Física: PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

CPF: 059.238.728-38

Filiação: Antonio Alves Brasileiro e Marli Franco Brasileiro

Varginha (MG), 25 de Setembro de 2015, às 14:35:22 horas.

Observações:

- a) *Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;*
- b) *a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;*
- c) *ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;*
- d) *esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum e do Juizado Especial.*

Código de Autenticação: B320-2F93-5E56-A5CE

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Fórum Dr. Antônio P. de Oliveira; R Colômbia, 100 - Centro - Varginha - CEP 37.010-650



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Varginha

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICO que, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca de Varginha, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Pessoa Física: PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

CPF: 059.238.728-38

Filiação: Antonio Alves Brasileiro e Marli Franco Brasileiro

Varginha (MG), 25 de Setembro de 2015, às 14:36:00 horas.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum e do Juizado Especial.

Código de Autenticação: A4DE-478E-42B1-74AF

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Fórum Dr. Antônio P. de Oliveira: R Colômbia, 100 - Centro - Varginha - CEP 37.010-650



Nº 3319763

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

NADA CONSTA

contra **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO** nem contra o **CPF: 059.238.728-38**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 29/09/2015, às 10h14.

Data da última atualização do banco de dados: 29/09/2015, 10h14.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

DECLARAÇÃO

EDSON FIRMINO DE PAULA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 11.442.321 SSP/SP e do CPF/MF 079.498.888-14, com endereço comercial na Avenida Selma Parada, 201, bloco 01, sala 154, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, **declara** que não participa como sócio de outra sociedade do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Campinas, 04 de setembro de 2015.



EDSON FIRMINO DE PAULA

DECLARAÇÃO

EDSON FIRMINO DE PAULA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 11.442.321 SSP/SP e do CPF/MF 079.498.888-14, com endereço comercial na Avenida Selma Parada, 201, bloco 01, sala 154, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, declara para os devidos fins que:

- a) Não participa da direção de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; e
- b) Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo ou função, do qual decorra foro especial.

Campinas, 04 de setembro de 2015.



EDSON FIRMINO DE PAULA



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **EDSON FIRMINO DE PAULA**

Inscrição: **107023310183** Zona: 75 Seção: 187

Município: 61743 - HOLAMBRA UF: SP

Data de Nascimento: 14/07/1964 Domiciliado desde: 25/04/2000

Filiação: IRACI MORAES DE PAULA

JAIME FIRMINO DE PAULA

Certidão emitida às 16:34 de 14/09/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

3XWF.8NZW.N4FP.DDTS

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **EDSON FIRMINO DE PAULA**

Inscrição: **107023310183** Zona: 75 Seção: 187

Município: 61743 - HOLAMBRA UF: SP

Data de Nascimento: 14/07/1964 Domiciliado desde: 25/04/2000

Filiação: IRACI MORAES DE PAULA
JAIME FIRMINO DE PAULA

Certidão emitida às 16:35 de 14/09/2015

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

V9MN.YO4G.LGGE.FIOC



17/09/2015

5728623

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8549687**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 17/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

EDSON FIRMINO DE PAULA, RG: 11.442.321-0, CPF: 079.498.888-14, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

CERTIFICA ainda que, em razão da inexistência de elementos de identificação pessoal (RG ou CPF) na base de dados do distribuidor, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de **EDSON FIRMINO DE PAULA**, não qualificado(a), a distribuição abaixo relacionada, que pode referir-se a homônimo:*****

CAMPINAS

» Foro de Campinas - 1ª Vara Cível. Processo: 0069354-23.2007.8.26.0114 (0069354-23.2007.8.26.0114). Ação: Reconvencão. Data: 05/11/2007. Reqte: M. H. Pasinato Me.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da SPI 3.21 - Serviço de Informações Cíveis e de Certidões.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 18 de setembro de 2015.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

5728623



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
1ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 40/41, Jardim Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3650, Campinas-SP - E-mail: campinaslcv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Deny Cristian Trakal, Escrivão do Cartório da 1ª Vara Cível do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0069354-23.2007.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Reconvenção

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 05/11/2007 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 55.433,56

REQUERENTE(S):

M. H. Pasinato Me, CNPJ 07.540.799/0001-58

REQUERIDO(S):

Depaula Cafe Eventos e Comercio Ltda., Edson Firmino de Paula

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Despacho Proferido - 08/11/2007 - Proc. nº 2904/07 1-Apensem-se aos autos nº 2119/07, anotando-se. 2- Nos termos do artigo 4º, inciso I da Lei Estadual nº 11.608/03, providencie o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção, por falta de um dos pressupostos para constituição e validade da reconvenção.

Apensado ao processo nº 2119/07 em 27.11.07

Processo nº 2119/07 - 0050401-11.2007.8.26.0114: 12/08/2013 - Remetidos os Autos para o Arquivo Geral CX 8209/2013

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 03 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$ 19,40

Este documento foi assinado digitalmente por DENY CRISTIAN TRAKAL. Se impresso, para conferência acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>. Informe o processo 0069354-23.2007.8.26.0114 e o código 3600000003Z8EK.



Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário



CADIA POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA

DIEGO LOPES DE OLIVEIRA (Sair)

Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 1º Grau

▼ MENU

Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Algumas unidades dos foros listados abaixo não estão disponíveis para consulta. Para saber quais varas estão disponíveis em cada foro clique aqui.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.

Dados para Pesquisa

Foro:

Pesquisar por:

☒ Unificado ☐ Outros

Número do Processo:

Dados do Processo

Processo: 0069354-23.2007.8.26.0114 (114.01.2007.069354)

Classe: Reconvenção

Área: Cível

Distribuição: Direcionada - 05/11/2007 às 16:26
1ª Vara Cível - Foro de Campinas

Juiz: Renato Siqueira De Pretto

Outros números: 0069354-23.2007.8.26.0114

Valor da ação: R\$ 55.433,56

Partes do Processo

Repte: M. H. Pasinato Me
Advogado: Guilherme Ubinha de Oliveira Pinto

Reqdo: Depaula Cafe Eventos e Comercio Ltda.

Reqdo: Edson Firmino de Paula

Movimentações

Exibindo todas as movimentações. »Listar somente as 5 últimas.

Data	Movimento
04/09/2014	Certidão de Objeto e Pê Expedida Certidão - Objeto e Pê - Cível
27/11/2007	Aguardando Apensamento Apensado ao processo nº 2119/07 em 27.11.07
13/11/2007	Aguardando Apensamento Aguardando Apensamento ao Proc. nº 2119/07
09/11/2007	Aguardando Publicação Aguardando Publicação
09/11/2007	Data da Publicação SIDAP Proc. nº 2904/07 1-Apensem-se aos autos nº 2119/07, anotando-se. 2- Nos termos do artigo 4º, inciso I da Lei Estadual nº 11.608/03, providencie o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção, por falta de um dos pressupostos para constituição e validade da reconvenção.
08/11/2007	Conclusos para Despacho Conclusos para Despacho em 8.11.07
08/11/2007	Despacho Proferido Proc. nº 2904/07 1-Apensem-se aos autos nº 2119/07, anotando-se. 2- Nos termos do artigo 4º, inciso I da Lei Estadual nº 11.608/03, providencie o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção, por falta de um dos pressupostos para constituição e validade da reconvenção.
06/11/2007	Recebimento de Carga Recebimento de Carga sob nº 1598903
05/11/2007	Carga à Vara Interna Carga à Vara Interna sob nº 1598903 - Local Origem: 981-Distribuidor(Fórum de Campinas) Local Destino: 962-1ª, Vara Cível(Fórum de Campinas) Data de Envio: 05/11/2007 Data de Recebimento: 06/11/2007 Previsão de Retorno: Sem prev. retorno Vol.: 1
05/11/2007	Processo Distribuído Processo Distribuído por Dependência p/ 1ª, Vara Cível

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

Petições diversas

Não há petições diversas vinculadas a este processo.

Audiências

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8590401

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro Distrital de Artur Nogueira, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 24/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

EDSON FIRMINO DE PAULA, RG: 11.442.321, CPF: 079.498.888-14, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

Artur Nogueira, 25 de setembro de 2015.

Terume Regina Koyama
Supervisora de Serviço

PEDIDO Nº:

0002076



1

1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

MOGI MIRIM - SP

COMARCA DE MOGI MIRIM - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃ: KARINE MARÇOLA SCANDIUZZI

PAULO JESUS VICTAL DO PRADO
1º Substituto NotarialRAFAEL GUARDIA VICTAL DO PRADO
2º Substituto Notarial**CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO**

Karine Marçola ScandiuZZi, Tabeliã, no uso de suas atribuições legais, a requerimento de JESSICA MAYRA GOES GIANSAnti, portador(a) do RG 591650320-SSP/SP;

C E R T I F I C A, após revisar os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no período de CINCO ANOS (05) até 21/09/2015, deles verificou ***NÃO CONSTAR*** protesto em nome de:

GERSON EDSON FIRMINO DE PAULA * * * * *
RG: 11442321 - SSP/SP CPF: 079.498.888-14 * * * * *

A presente certidão se refere aos nomes e números nela grafados, que foram fornecidos pela pessoa interessada, devendo-se desconsiderar aqueles que por qualquer motivo lhes sejam semelhantes.

NADA MAIS E DOU FÉ.

MOGI-MIRIM, 22 de setembro de 2015.

Eu, , procedi as buscas, extraí a presente.MARCOS VINICIUS DIAS ANTONIO
AUXILIAREu, , subscrevo e assino.RAFAEL GUARDIA VICTAL DO PRADO
2º SUBSTITUTO

Pedido nº 24960



CERTIDÃO Nº 49524

Emitida às: 16:26:08

Discriminação dos Recolhimentos

Tabelião	Estado	Ipmisp	Reg. Civil	Trib. Justiça	Santa Casa	Imp Mun.	Min. Público	Correio	Doutos	TOTAL
6,36	1,81	0,94	0,33	0,44	0,06	0,19	0,30	0,00	0,00	10,43

DESDE 01/03/2001, HÁ DOIS TABELIÃES DE PROTESTO EM MOGI MIRIM

*** A CERTIDÃO NÃO CONTEM RASURA(S), ENTRELINHA(S) OU IMPRESSÃO NO SEU VERSO ***



SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS
E TÍTULOS DA COMARCA DE MOGI MIRIM - SP

JOÃO ROBERTO GUANZINI

TABELIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

O 2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE MOGI MIRIM, por este público instrumento, atendendo a requerimento de JESSICA MAYRA GOES GIANANTI, portador(a) do RG 59.165.032-0-SSP/SP - CPF 067.000.019-19

CERTIFICA que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registro de Protestos, no período de 5 (Cinco) anos até 21/09/2015, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** em nome de:

GERSON EDSON FIRMINO DE PAULA
CPF - 079.498.888-14 RG: 11.442.321 SSP/SP

HFSTPO FETPO GJSNJOP EF QBVMB
IGTUQP GEUQP HKTOKPQ FG RCWNC

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

Nada mais. O referido é verdade e dá fé. Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, (que foram fornecidos pelo interessado), não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos ou resultantes de erros de grafia.

MOGI MIRIM/SP, 22 de Setembro de 2015.

VERA LUCIA TEODORO
ESCREVENTE AUTORIZADA

2º Tabelião de Notas e de Protesto
de Letras e Títulos de Mogi Mirim/SP
Vera Lucia Teodoro
Escrevente

Certidão nº 27011-2015 Pedido nº 48155

Código de Segurança: 020000491560000270110220920151618043530805

TABELIÃO	ESTADO	IPESP	SINOREG	STA CASA	TRIB JUST	MIN. PÚBLICO	IMP. MUNC.	TOTAL
R\$ 6,36	R\$ 1,81	R\$ 0,94	R\$ 0,33	R\$ 0,08	R\$ 0,44	R\$ 0,30	R\$ 0,19	R\$ 10,43

A presente certidão deverá ser complementada por outra a ser expedida pelo 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos desta cidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao
Público do Tribunal de Justiça do Estado de
São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de
andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara
Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de
Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **EDSON FIRMINO DE PAULA**, foi(foram)
localizado(s) o(s) seguinte(s) processo(s), porém não é possível aferir tratar-se da mesma
pessoa, em virtude de não constar no cadastro do(s) processo(s) o RG nº 11.442.321-0 e
inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 079.498.888-14, verificou constar o(s) seguinte(s)
processo(s): **SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO – Apelação: 0050401-11.2007.8.26.0114**
entrado em 09/04/2010. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é
verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 17 dias do mês de setembro de 2015.....
Eu, W (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrivi.....

Valor Recolhido: R\$ 19,40



Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário



CADASTRO POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA

DIEGO LOPES DE OLIVEIRA (Sair)

Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 2º Grau

▼ MENU

Consulta de Processos do 2º Grau

Dados para Pesquisa

Seção:

Pesquisar por:

☒ Unificado ☐ Outros

Número do Processo:

Dados do Processo

Processo: 0050401-11.2007.8.26.0114 (990.10.216561-2) Julgado

Classe: Apelação

Área: Cível

Assunto: DIREITO CIVIL-Coisas-Propriedade

Origem: Comarca de Campinas / Foro de Campinas / 1ª. Vara Cível

Números de origem: 114.01.2007.050401-3/000000-000

Distribuição: 35ª Câmara de Direito Privado

Relator: MENDES GOMES

Revisor: ARTUR MARQUES

Volume / Apenso: 2 / 0

Outros números: 2119/2007

Valor da ação: 60.000,00

Última carga: Origem: Serviço de Processamento de Recursos / SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3.
Remessa: 12/07/2012
Destino: Foro / Fórum de Campinas. Recebimento: 12/07/2012

Apensos / Vinculados

Não há processos apensos ou vinculados para este processo.

Números de 1ª Instância

Não há números de 1ª instância para este processo.

Partes do Processo

Exibindo todas as partes. »Exibir somente as partes principais.

Apelante: Depaula Café Eventos e Comércio Ltda
Advogado: Jose Guilherme de Souza Aguiar



Apelante: Edson Firmino de Paula
Advogado: Jose Guilherme de Souza Aguiar

Apelado: M H Passinato - Me
Advogado: Guilherme Ubinha de Oliveira Pinto

Movimentações

Exibindo todas as movimentações. »Listar somente as 5 últimas.

Data	Movimento
12/12/2011	Documento Juntado protocolo nº 2011.00918220-0, referente ao processo 0050401-11.2007.8.26.0114/90002 - Recurso Extraordinário Cível (Petição Avulsa)
12/12/2011	Documento Juntado protocolo nº 2011.00918217-5, referente ao processo 0050401-11.2007.8.26.0114/90001 - Recurso Especial Cível (Petição Avulsa)
05/12/2011	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
30/11/2011	Remetidos os Autos para Processamento de Grupos e Câmaras Requisitado
30/11/2011	Recebidos os Autos da Vara de Origem pela Entrada de Recursos
30/11/2011	Remetidos os Autos para Entrada de Recursos
06/07/2011	Documento Protocolo nº 2011.00625002-0 Embargos de Declaração
06/06/2011	Publicado em Disponibilizado em 03/06/2011 Tipo de publicação: Intimação de Acórdão Número do Diário Eletrônico: 967
30/05/2011	Recebidos os Autos do Setor de Digitalização

27/05/2011	Remetidos os Autos para Processamento de Grupos e Câmaras
27/05/2011	 Acórdão registrado <i>Acórdão registrado sob nº 0003554968, com 8 folhas.</i>
26/05/2011	Publicado em <i>Disponibilizado em 25/05/2011 Tipo de publicação: Julgados Número do Diário Eletrônico: 960</i>
24/05/2011	Recebidos os Autos com Acórdão pelo Setor de Digitalização
24/05/2011	Remetidos o Acórdão ao Setor de Digitalização
23/05/2011	Não-Provimento
23/05/2011	Julgado <i>rejeitaram a preliminar suscitada e, no mérito, negaram provimento ao apelo. v.u.</i>
17/05/2011	Publicado em <i>Disponibilizado em 16/05/2011 Tipo de publicação: Próximos Julgados Número do Diário Eletrônico: 953</i>
11/05/2011	Inclusão em pauta <i>Data da pauta em 23/05/2011</i>
11/05/2011	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
10/05/2011	Remetidos os Autos para Processamento de Grupos e Câmaras <i>à mesa (como revisor)</i>
10/05/2011	Recebidos os Autos pelo Revisor <i>Artur Marques</i>
09/05/2011	Remetidos os Autos para Magistrado - Revisor com Passagem de Autos <i>à revisão</i>
27/04/2011	Recebidos os Autos pelo Relator <i>Mendes Gomes</i>
26/04/2011	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
26/04/2011	Recebidos os Autos pelo Processamento do Acervo
26/04/2011	Remetidos os Autos ao Serviço de Processamento do Acervo
25/09/2010	Recebidos os Autos pelo Acervo (Ipiranga)
25/09/2010	Remetidos os Autos para Acervo (Ipiranga)
25/09/2010	Recebidos os Autos pelo Processamento do Acervo
22/09/2010	Remetidos os Autos ao Serviço de Processamento do Acervo
22/09/2010	Informação <i>decorreu o prazo sem manifestação da apelada ao r. despacho de fls. 129.</i>
18/08/2010	Publicado em <i>Disponibilizado em 17/08/2010 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 777</i>
06/08/2010	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras
05/08/2010	Remetidos os Autos para Processamento Grupos e Câmaras - Com Despacho <i>despacho</i>
05/08/2010	 Despacho <i>I. A vista da manifestação da parte (fls. 127), e em cumprimento ao Comunicado nº 04/2006 da E. Presidência da Seção de Direito Privado deste Tribunal, intime-se a parte contrária, na pessoa de seu procurador, pela imprensa, para manifestar o seu interesse na conciliação. II. No silêncio; ou na negativa; ou na hipótese de infrutífera conciliação, tornem os autos ao distribuidor, aguardando-se a ordem de remessa a este Relator. (fls. 127 - petição do apelante manifestando interesse na conciliação) São Paulo, 03 de agosto de 2010, Mendes Gomes Relator</i>
03/08/2010	Recebidos os Autos pelo Relator <i>Mendes Gomes</i>
02/08/2010	Remetidos os Autos para o Relator (Conclusão)
31/07/2010	Documento <i>Juntado protocolo nº 2010.00559372-4 Há Interesse de Conciliação</i>
31/07/2010	Recebidos os Autos pelo Processamento do Acervo
31/07/2010	Remetidos os Autos ao Serviço de Processamento do Acervo
31/05/2010	Publicado em <i>Disponibilizado em 28/05/2010 Tipo de publicação: Distribuídos Número do Diário Eletrônico: 723</i>
28/05/2010	Publicado em <i>Disponibilizado em 27/05/2010 Tipo de publicação: Distribuídos Número do Diário Eletrônico: 722</i>
27/05/2010	Conclusão ao Relator
26/05/2010	Recebidos os Autos pelo Acervo (Ipiranga)
26/05/2010	Remetidos os Autos ao Acervo
25/05/2010	Distribuição por Sorteio <i>Órgão Julgador: 54 - 35ª Câmara de Direito Privado Relator: 12133 - Mendes Gomes</i>
14/05/2010	Publicado em <i>Disponibilizado em 13/05/2010 Tipo de publicação: Entrados Número do Diário Eletrônico: 712</i>
13/05/2010	Recebidos os Autos pelo Distribuidor de Recursos
12/05/2010	Remetidos os Autos para Distribuição de Recursos
11/05/2010	Processo Cadastrado <i>SJ 2.1.3 - Serviço de Entrada de Autos de Direito Privado 3</i>

Subprocessos e Recursos

Recebido em	Classe
22/06/2011	Embargos de Declaração

Composição do Julgamento

Participação	Magistrado
Relator	Mendes Gomes (21428)
Revisor	Artur Marques (20561)
3º Juiz	Clóvis Castelo

Petições diversas

Data	Tipo
18/06/2010	Há Interesse de Conciliação
06/09/2011	Recurso Especial Cível (Petição Avulsa)
06/09/2011	Recurso Extraordinário Cível (Petição Avulsa)
21/11/2011	Solicitação

Julgamentos

Data	Situação do julgamento	Decisão
23/05/2011	Julgado	rejeitaram a preliminar suscitada e, no mérito, negaram provimento ao apelo. v.u.

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 8560069

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de Campinas, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 18/09/2015, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

EDSON FIRMINO DE PAULA, RG: 114423210, CPF: 079.498.888-14, nascido em 14/07/1964, natural de Bauru - SP, filho de JAIME FIRMINO DE PAULA e IRACI MORAES DE PAULA, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Distribuidor.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

Campinas, 21 de setembro de 2015.

Alethea Torres Gabrielli
Coordenadora

PEDIDO Nº: 3093244





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3115-4685

CERTIDÃO

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao
Público do Tribunal de Justiça do Estado de
São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de
pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de
andamento processual de 2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o
Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,
em nome de **EDSON FIRMINO DE PAULA**, portador(a) do RG nº 11.442.321-0 e
inscrito(a) no CPF/MF sob nº 079.498.888-14, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em
andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.-
São Paulo, aos 17 dias do mês de setembro de 2015.....
Eu, (Vânia de Oliveira Reis) (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça,
subscrevi.....

Alexandre Augusto Arcaro
TABELIÃO

1º Tabelião de Protesto de Campinas

Lincoln de Carvalho
TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Eng. Carlos Stevenson, 648 - Nova Campinas - Campinas - SP - CEP 13092-132 - Fone/Fax: (19) 3722-8900

CERTIDÃO NEGATIVA DE PROTESTO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ que, revistos os Livros de registro de protestos lavrados no período de 5 ANOS anteriores a 16/09/2015, deles verificou NADA CONSTAR em nome de EDSON FIRMINO DE PAULA, inscrito no CPF sob nº 079.498.888-14 RG 114423210

[illegible]

DATA DA CERTIDÃO: 17 de setembro de 2015

SOLICITANTE DA CERTIDÃO: LARISSA MYWA NAGO CPF 36103263875

A presente certidão abrange as letras e os títulos protestados pelos antigos 1º, 2º e 3º Tabelionatos de Protesto de Letras e Títulos de Campinas até o dia 16 de maio de 2005, tendo em vista que os acervos destas serventias foram recolhidos ao atual 1º Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos no 17 de maio de 2005. (Parecer 67/2001, processo GAJ 120/99 da Corregedoria Geral de Justiça do estado de São Paulo - DOE de 05/02/2001).

Emolumentos:	R\$ 6,36
Estado:	R\$ 1,80
Ipesp:	R\$ 0,94
Sta. Casa:	R\$ 0,06
Sinoreg:	R\$ 0,33
Tribunal:	R\$ 0,44
Imp.Municipal:	R\$ 0,33
M.Público	R\$ 0,30
Total:	R\$ 10,57

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÊ

CAMPINAS., 17 de setembro de 2015.

1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE CAMPINAS-SP

PJ
 SP

LINCOLN DE CARVALHO - TABELIAO SUBSTITUTO - RG 22.410.685-5

Para confirmar a veracidade desta certidão acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código: 15130027267400069766

Nº .PEDIDO:174715/17.288

Avenida José de Souza Campos, 753 - Cambuí - Campinas/SP - CEP 13025-320 - Tel.: (19) 3794-5502 - Fax: (19) 3794-5512

CERTIDÃO

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE CAMPINAS., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DÁ FÉ, a pedido de: LARISSA MYWA NAGO, CPF 36103263875, que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

EDSON*FIRMINO*DE*PAULA*****

FETPO GJSNJOP EF QBVMB

GFUQP HKTOKPQ FG RCWNC 62

CPF*07949888814*****RG*114423210**

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO

no período de 5 ANOS anterior a 15 de setembro de 2015

[illegible]

Pesquisado por ADRIANO JOAQUIM DA SILVA

CAMPINAS., 17 de setembro de 2015

ADRIANO JOAQUIM DA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADO

A presente certidão refere-se a protestos da Comarca de Campinas, que abrange os Municípios de Campinas e Paulínia, desde 17 de Maio de 2005, data de instalação da unidade de serviço. Para período anterior, solicitar certidão ao 1º Tabelião de Protesto de Campinas.

Para confirmar a veracidade desta certidão, acesse www.protestocampinas.com.br e digite o código 15130017471500069766

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	***0,33	***** 0,30	**** 10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL



CERTIDÃO

NÃO CONSTAR PROTESTO

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
no período de **5 ANOS** anterior a 15 de setembro de 2015

[illegible]

CAMPINAS, 17 de setembro de 2015

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 6,36	***** 1,81	***** 0,94	***** 0,33	***** 0,44	***** 0,06	****0,33	*** 0,30	**** 10,57

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20150001874379

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: EDSON FIRMINO DE PAULA**, ou vinculado ao **CPF de número 079.498.888-14**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTaT33KDS BSND9L B4ICDHXB683hhEQ
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 25 de setembro de 2015 às 11h14min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2015.0000386145

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **EDSON FIRMINO DE PAULA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **079.498.888-14**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 11 (onze) dias do mês de setembro de 2015, às 17:54.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **33e1e03d 0eea88be e1660044 712a3e62 2c483696**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP

N.I.R.E.
SINGULAR
MATRIZ ☐
FILIAL ☐

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
0.472.047/12-7



05

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA

14 05 12 CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular,

(A) **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, empresária personificada limitada, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.226.425.311, em sessão de 07 de maio de 2012, com a inscrição no CNPJ/MF sob n.º 15.513.836/0001-67, através das Sócias Administradoras, a senhora **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, casada, economista, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 11.583.958-SSP/SP e do CPF/MF nº 212.996.408-77, e **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 34.998.714-2-SSP./SP e do CPF/MF nº 213.767.958-25, ambas domiciliadas na Cidade de Campinas, SP, na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, CEP 13045-290; e

(B) **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, empresária personificada limitada, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.226.425.460, em sessão de 09 de maio de 2012, com a inscrição no CNPJ/MF sob n.º 15.513.828/0001-10, através do Sócio Administrador, o senhor **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, separado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG 13.278.437-3 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, CEP 13045-290;

têm entre si justo e acordado constituir uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO

A Sociedade girará sob a denominação de **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA SEDE E FILIAIS

A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, CEP 13570-380, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país, mediante deliberação dos sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do Capital Social.



[Assinaturas manuscritas]

JUCESP

05

CLÁUSULA TERCEIRA OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

CLÁUSULA QUARTA PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

- (a) A sócia **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, retro qualificada, possui 25.000 quotas, no valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- (b) A sócia **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, retro qualificada, possui 25.000 quotas, no valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

§1º. A responsabilidade dos sócios quotistas é limitada ao montante total do capital social, responsabilizando-se cada sócio na proporção de sua participação, nos lucros e nas perdas da Sociedade.

§2º. Cada quota dá direito a 1 (um) voto nas deliberações a serem tomadas pelos quotistas.

CLÁUSULA SEXTA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade incumbe ao senhor **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO** e à senhora **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, ambos retro qualificados, designados Administradores não Sócios.

§1º. Nem os Administradores não Sócios, nem qualquer outro indicado pelos sócios quotistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

JUCESP

05

§2º Observado o disposto na Cláusula Nona abaixo, caberá aos Sócios-Administradores, conjuntamente; ou a um dos Sócios-Administradores em conjunto com um procurador por eles nomeado; ou, ainda, a um ou mais procuradores, conforme instrumento de mandato, a prática dos atos necessários à administração da Sociedade, dispondo, para tanto, de todos os poderes necessários para (a) a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, (b) a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, inclusive a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis e imóveis da Sociedade; e (c) a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros.

§3º As procurações outorgadas pela Sociedade o serão pelos Sócios-Administradores, em conjunto e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão conter um período de validade determinado.

§4º Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Sociedade, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

§5º As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por um único sócio administrador, não precisando conter período de validade determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA DIREITO DE PREFERÊNCIA

Nenhum sócio quotista poderá alienar a terceiros estranhos à Sociedade, nem gravar em garantia de dívida, sua respectiva participação societária, sem antes oferecer aos demais, os quais terão o direito de preferência na aquisição, respeitada a proporcionalidade de participação de cada um no capital social e, desde que observado o disposto no Acordo de Quotistas da Sociedade.

CLÁUSULA OITAVA EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao final de cada exercício, e relativamente ao mesmo, será levantado um balanço e serão preparadas as demais demonstrações financeiras.

CLÁUSULA NONA DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Além das matérias previstas em Lei, as matérias abaixo listadas também dependem necessariamente de deliberação dos sócios para serem aprovadas, por resolução aprovada pelo voto afirmativo de sócios que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total da Sociedade, em reunião de sócios a ser regularmente convocada, da qual deverá ser lavrada em ata:



[Handwritten signatures]

JUCESP

05

- (i) alteração do Contrato Social da Sociedade ou de qualquer de suas controladas;
- (ii) aprovação de qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Sociedade ou qualquer de suas controladas;
- (iii) autorização aos administradores da Sociedade ou de qualquer de suas controladas para confessar falência ou entrar com pedido de recuperação judicial;
- (iv) liquidação e dissolução da Sociedade ou de qualquer de suas controladas;
- (v) determinação do voto da Sociedade, renúncia ao direito de preferência, celebração de acordo de acionistas ou quotistas, ou prática de qualquer outro ato como acionista ou quotista das subsidiárias ou de qualquer outra entidade na qual a Sociedade ou as subsidiárias detenham participação societária;
- (vi) a concessão pela Sociedade e/ou qualquer de suas controladas de quaisquer avais, fianças, hipotecas ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, desde que tal concessão também atenda a interesses da própria Sociedade;
- (vii) a constituição de sociedades pela Sociedade, bem como a subscrição, aquisição, alienação ou oneração pela Sociedade de participações societárias no capital social de outras sociedades; e
- (viii) a celebração de contratos ou assunção de quaisquer obrigações em um mesmo exercício social de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos desdobrados ou operações análogas.

CLÁUSULA DÉCIMA EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a maioria do capital social.

§1º. Por decisão de todos os Sócios, poderão também ser levantados balanços intermediários.

§2º. - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.



[Handwritten signatures]

JUCESP

05

§3º. - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço atusar prejuízo.

14 05 12

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade poderá ser liquidada nos casos previstos em lei, ou por resolução dos sócios que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. Em caso de liquidação da Sociedade, ao sócio então detentor da maioria do capital social caberá indicar o liquidante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

A retirada ou a insolvência de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com o sócio remanescente, a menos que este resolva liquidá-la.

§ único. A morte de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, devendo o sócio falecido ser substituído por seus herdeiros ou sucessores, os quais receberão as quotas detidas pelo sócio falecido.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA LEI DE REGÊNCIA

O presente Contrato Social rege-se pelas disposições da Lei nº. 10.406, de 10.01.2002, no que se refere às sociedades limitadas, e supletivamente, em caso de omissão, pela Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA FORO

Fica eleito, desde já, para todas as questões oriundas do presente Contrato Social, o foro da Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA ACORDOS DE QUOTISTAS

A Sociedade deverá observar, em todos os aspectos, os Acordos de Quotistas eventualmente arquivados na sede da Sociedade.

§ Único. Os Quotistas, neste ato, comprometem-se a observar as disposições dos Acordos de Quotistas dos quais sejam parte (incluindo, sem limitação, a votar de acordo com o Acordo de Quotistas e posteriores aditamentos).



JUCESP

05

CLÁUSULA DECIMA SEXTA

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os Administradores não Sócios declaram que não estão impedidos de exercer a administração de sociedades por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Constituição da **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Carlos, 09 de maio de 2012.

Sócios:


CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira

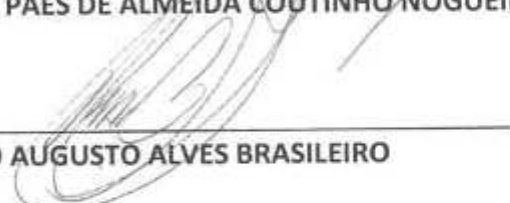
Carla Paes De Almeida Coutinho Nogueira


SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.


Paulo Augusto Alves Brasileiro


Administradores não sócios:


STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

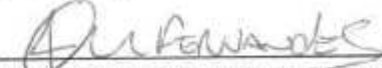

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

Testemunhas:

1. 
Nome: Gabriel Stefano Albrecht
RG: 46.526.622-8 SSP/SP

2. 
Nome: PAULA CAMPANHE BARBIERE
RG: 34.436.374-0 SSP/SP

Visto do Advogado:


Felipe Daniel de Moraes Fernar
OAB/SP n. 251.024



SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
2.263.943/13-4



PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF Nº 15.575.486/0001-63
NIRE 35.226.507.300


ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

- 1. DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2013, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, CEP 13570-380, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos por Paulo Augusto Alves Brasileiro e secretariados por Fellipe Daniel de Moraes Fernandes.
- 4. ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;
- 5. DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
- 6. DELIBERAÇÕES:**
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2012.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

São Carlos, 30 de abril de 2013.


Paulo Augusto Alves Brasileiro
Presidente


Fellipe Daniel de Moraes Fernandes
Secretário

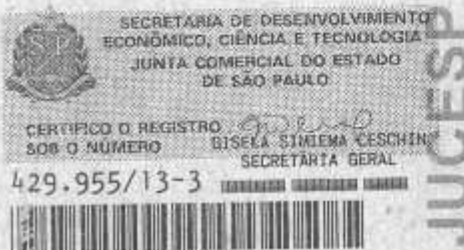
Sócios quotistas:


CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.
Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira


Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira


SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

pelo procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes



SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
0.121.761/15-0



PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF Nº 15.575.486/0001-63
NIRE 35.226.507.300

ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

1. **DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2014, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, CEP 13570-380, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos por Paulo Augusto Alves Brasileiro e secretariados por Fellipe Daniel de Moraes Fernandes.
4. **ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;
5. **DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
6. **DELIBERAÇÕES:**
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2012.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

São Carlos, 30 de abril de 2014.

Paulo Augusto Alves Brasileiro
Presidente

Fellipe Daniel de Moraes Fernandes
Secretário

Sócios quotistas:

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira

Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira

SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

pelo procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes





PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF Nº 15.575.486/0001-63
NIRE 35.226.507.200


ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

- 1. DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2014, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, CEP 13570-380, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos por Paulo Augusto Alves Brasileiro e secretariados por Fellipe Daniel de Moraes Fernandes.
- 4. ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;
- 5. DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
- 6. DELIBERAÇÕES:**
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2012.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

São Carlos, 30 de abril de 2014.


Paulo Augusto Alves Brasileiro
Presidente


Fellipe Daniel de Moraes Fernandes
Secretário

Sócios quotistas:


CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.
Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira


CARLA C. Nogueira
Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira


SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

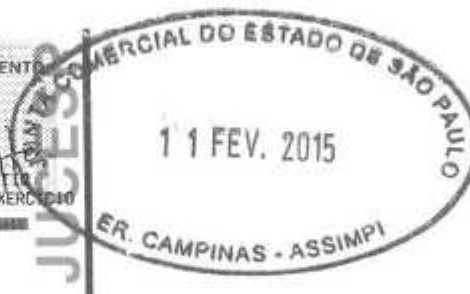
pele procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes





SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO FLÁVIA REGINA BRITTO
SOB O NÚMERO SECRETARIA GERAL EM EXERCÍCIO
25.527/15-0





PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ/MF n. 15.575.486/0001-63
NIRE n. 35.226.507.300

1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular,

(A) **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária personificada limitada, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.226.425.311, em sessão de 07 de maio de 2012, com a inscrição no CNPJ/MF sob n.º 15.513.836/0001-67, através das Sócias Administradoras, a senhora **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, casada, economista, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 11.583.958-SSP/SP e do CPF/MF nº 212.996.408-77, e **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 34.998.714-2-SSP/SP e do CPF/MF nº 213.767.958-25, ambas domiciliadas na Cidade de Campinas, SP, na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, CEP 13045-290; e

(B) **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária personificada limitada, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com seu Contrato Social devidamente arquivado na JUCESP sob o NIRE nº 35.226.425.460, em sessão de 09 de maio de 2012, com a inscrição no CNPJ/MF sob n.º 15.513.828/0001-10, neste ato representada pelos Sócio **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG 13.278.437-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, em conjunto com o Procurador **FELLIPE DANIEL DE MORAIS FERNANDES**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.014.763-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 221.082.638-10, ambos domiciliados na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Regina Nogueira, 120, CEP 13045-290;

únicas sócias representando a totalidade do capital social de **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Mário Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.575.486/0001-63, com seu Contrato Social devidamente arquivado na JUCESP sob o NIRE nº 35.226.507.300, em sessão de 14.05.2012 ("Sociedade"), têm entre si justo e acordado alterar o Contrato Social da Sociedade, nos seguintes termos e condições, sendo dispensada a reunião ou assembleia dos sócios, conforme disposto no artigo 1.072, parágrafo 3º, da Lei nº 10.406, de 10.01.2002 ("Código Civil"), em decorrência da assinatura, ao final, de todos os sócias:



I. DO AUMENTO DE CAPITAL – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUINTA

1.1. As Sócias, por decisão unânime, resolvem aumentar o capital social da Sociedade, através:

(a) da capitalização, em moeda corrente nacional, do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) no valor de R\$ 1.049.000,00 (um milhão e quarenta e nove mil reais), sendo R\$ 524.500,00 (quinhentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais) por cada sócia, de acordo com a proporção de distribuição do Capital Social da Sociedade, mediante a emissão de 1.049.000 (um milhão e quarenta e nove mil) novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada; e

(b) do aporte de capital, em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por Sócia, totalizando a importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais), mediante a emissão de 1.000 (mil) novas quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

1.2. Em razão do aumento do capital social acima realizado pelas Sócias, o capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, passa a ser de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), dividido em 1.100.000 (um milhão e cem mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, de modo que a **Cláusula Quinta** do Contrato Social passa a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), dividido em 1.100.000 (um milhão e cem mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

(a) A sócia **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, retro qualificada, possui 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas, no valor total de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais);

(b) A sócia **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, retro qualificada, possui 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas, no valor total de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

§1º. A responsabilidade dos sócios quotistas é limitada ao montante total do capital social, responsabilizando-se cada sócio na proporção de sua participação, nos lucros e nas perdas da Sociedade.

§2º. Cada quota dá direito a 1 (um) voto nas deliberações a serem tomadas pelos quotistas.



II. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em decorrência das alterações procedidas acima, a sócia resolve consolidar o Contrato Social da **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, que passa a vigor com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/MF n. 15.575.486/0001-63

NIRE n. 35.226.507.300

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO

A Sociedade girará sob a denominação de **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – SEDE E FILIAIS

A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, CEP 13570-380, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país, mediante deliberação dos sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do Capital Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), dividido em 1.100.000 (um milhão e cem mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

1ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da **Pan BT Participações Ltda.**

Página 3 de 8

(a) A sócia **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, retro qualificada, possui 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas, no valor total de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais);

(b) A sócia **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, retro qualificada, possui 550.000 (quinhentas e cinquenta mil) quotas, no valor total de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

§1º. A responsabilidade dos sócios quotistas é limitada ao montante total do capital social, responsabilizando-se cada sócio na proporção de sua participação, nos lucros e nas perdas da Sociedade.

§2º. Cada quota dá direito a 1 (um) voto nas deliberações a serem tomadas pelos quotistas.

CLÁUSULA SEXTA – ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade incumbe ao senhor **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG 13.278.437-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, residente e domiciliado na Cidade de Campinas, SP, na Rua Regina Nogueira, 120, CEP 13045-900, e à senhora **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, ambos retro qualificados, designados Administradores não Sócios.

§1º. Nem os Administradores não Sócios, nem qualquer outro indicado pelos sócios quotistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

§2º Observado o disposto na Cláusula Nona abaixo, caberá aos Sócios-Administradores, conjuntamente; ou a um dos Sócios-Administradores em conjunto com um procurador por eles nomeado; ou, ainda, a um ou mais procuradores, conforme instrumento de mandato, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, dispondo, para tanto, de todos os poderes necessários para (a) a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, (b) a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, inclusive a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis e imóveis da Sociedade; e (c) a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros.

§3º As procurações outorgadas pela Sociedade o serão pelos Sócios-Administradores, em conjunto e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão conter um período de validade determinado.

§4º Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Sociedade, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

§5º As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por um único sócio administrador, não precisando conter período de validade determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITO DE PREFERÊNCIA

Nenhum sócio quotista poderá alienar a terceiros estranhos à Sociedade, nem gravar em garantia de dívida, sua respectiva participação societária, sem antes oferecer aos demais, os quais terão o direito de preferência na aquisição, respeitada a proporcionalidade de participação de cada um no capital social e, desde que observado o disposto no Acordo de Quotistas da Sociedade.

CLÁUSULA OITAVA – EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao final de cada exercício, e relativamente ao mesmo, será levantado um balanço e serão preparadas as demais demonstrações financeiras.

CLÁUSULA NONA – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Além das matérias previstas em Lei, as matérias abaixo listadas também dependem necessariamente de deliberação dos sócios para serem aprovadas, por resolução aprovada pelo voto afirmativo de sócios que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total da Sociedade, em reunião de sócios a ser regularmente convocada, da qual deverá ser lavrada em ata:

- (i) alteração do Contrato Social da Sociedade ou de qualquer de suas controladas;
- (ii) aprovação de qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Sociedade ou qualquer de suas controladas;



- (iii) autorização aos administradores da Sociedade ou de qualquer de suas controladas para confessar falência ou entrar com pedido de recuperação judicial;
- (iv) liquidação e dissolução da Sociedade ou de qualquer de suas controladas;
- (v) determinação do voto da Sociedade, renúncia ao direito de preferência, celebração de acordo de acionistas ou quotistas, ou prática de qualquer outro ato como acionista ou quotista das subsidiárias ou de qualquer outra entidade na qual a Sociedade ou as subsidiárias detenham participação societária;
- (vi) a concessão pela Sociedade e/ou qualquer de suas controladas de quaisquer avais, fianças, hipotecas ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, desde que tal concessão também atenda a interesses da própria Sociedade;
- (vii) a constituição de sociedades pela Sociedade, bem como a subscrição, aquisição, alienação ou oneração pela Sociedade de participações societárias no capital social de outras sociedades; e
- (viii) a celebração de contratos ou assunção de quaisquer obrigações em um mesmo exercício social de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos desdobrados ou operações análogas.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a maioria do capital social.

§1º. Por decisão de todos os Sócios, poderão também ser levantados balanços intermediários.

§2º. - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.



§3º. - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço acusar prejuízo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade poderá ser liquidada nos casos previstos em lei, ou por resolução dos sócios que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. Em caso de liquidação da Sociedade, ao sócio então detentor da maioria do capital social caberá indicar o liquidante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

A retirada ou a insolvência de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com o sócio remanescente, a menos que este resolva liquidá-la.

§ único. A morte de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, devendo o sócio falecido ser substituído por seus herdeiros ou sucessores, os quais receberão as quotas detidas pelo sócio falecido.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – LEI DE REGÊNCIA

O presente Contrato Social rege-se pelas disposições da Lei nº. 10.406, de 10.01.2002, no que se refere às sociedades limitadas, e supletivamente, em caso de omissão, pela Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 (*"Lei das Sociedades por Ações"*), e demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – FORO

Fica eleito, desde já, para todas as questões oriundas do presente Contrato Social, o foro da Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – ACORDOS DE QUOTISTAS

A Sociedade deverá observar, em todos os aspectos, os Acordos de Quotistas eventualmente arquivados na sede da Sociedade.



§ Único. Os Quotistas, neste ato, comprometem-se a observar as disposições dos Acordos de Quotistas dos quais sejam parte (incluindo, sem limitação, a votar de acordo com o Acordo de Quotistas e posteriores aditamentos).

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os Administradores não Sócios declaram que não estão impedidos de exercer a administração de sociedades por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Constituição da **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Carlos-SP, 30 de dezembro de 2014.



CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

Stella Simonsen P. de A. Coutinho Nogueira

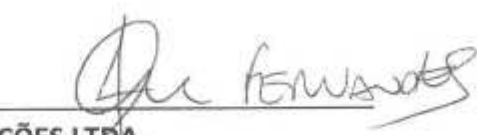


Carla P. de A. Coutinho Nogueira



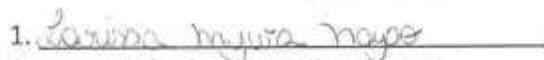
SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

Paulo Augusto Alves Brasileiro



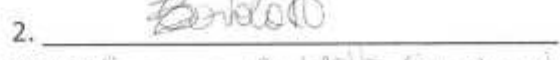
Felipe Daniel de Moraes Fernandes

Testemunhas:

1. 

Nome: LARISSA NOGUEIRA NOGUEIRA

RG: 37.267.865-6 SSP/SP

2. 

Nome: Larissa Bonfatti Cavalcanti

RG: 37.384.534-X SSP/SP





N.I.R.E.
SINGULAR
MATRIZ ☐
FILIAL ☐

JUCESP

05

07.05.12

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.



JUCESP PROTOCOLO
0.442.249/12-3



CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular,

(a) **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 34.998.714-2-SSP./SP e do CPF/MF nº 213.767.958-25, residente e domiciliada Alameda das Palmeiras, 600, Cond. Alto da Nova Campinas, Bairro Gramado, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.101-676; e

(b) **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, casada, economista, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 11.583.958-SSP/SP e do CPF/MF nº 212.996.408-77, residente e domiciliada na Alameda das Palmeiras, 600, Cond. Alto da Nova Campinas, Bairro Gramado, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.101-676;

têm entre si justo e acordado constituir uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas e condições.

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Primeira - A Sociedade denomina-se **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, é empresária personificada limitada, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo Segundo - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

REGÊNCIA E FORO

Cláusula Segunda - A Sociedade se regerá pelo disposto em seu Contrato Social, pela Lei 10.406 de 10/01/2002, e subsidiariamente, pelo disposto na Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem sede e foro na cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo.

JUCESP

05

OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A Sociedade tem por objeto específico a participação em outras sociedades empresárias, direta ou indiretamente, como acionista ou quotista.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quarta - O capital social, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente do país, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas sociais, cada uma delas absolutamente indivisível, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Essas quotas sociais indivisíveis ficam assim distribuídas entre os sócios:

- a) À Sócia **Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 9.800 (nove mil e oitocentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);
- b) À Sócia **Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 200 (duzentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 200,00 (duzentos reais).

Parágrafo Primeiro - Na forma do disposto no artigo 1.052 do Novo Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS SOCIAIS

Cláusula Quinta - Nenhum sócio quotista poderá gravar em garantia de dívida sua respectiva participação societária. O sócio que quiser retirar-se da sociedade deverá manifestar-se expressamente, por carta protocolada, sua intenção com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias, informando por escrito aos demais sócios, alguma oferta que tenha recebido. Estes terão o mesmo prazo para comunicar, da mesma forma, seu interesse na aquisição da participação societária ofertada, respeitado o direito de preferência estabelecido no Parágrafo Único desta cláusula.

Parágrafo Único - As transferências de participação societária entre sócios são permitidas, desde que assegurado o direito de preferência em igualdade de condições, se o ato for a título oneroso, na proporção das respectivas participações societárias.



JUL 09
05
07 05 12
DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada, conjuntamente, pelas Sócias Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira e Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira, retro qualificadas, designadas **Sócias Administradoras**.

Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambas as Administradoras ou de qualquer uma delas, desde que temporários e ocasionais, a administração da Sociedade será exercida por administrador(a), sócio ou não, indicado(a) por ambas as sócias, para gerir os negócios sociais, com aprovação da totalidade dos Sócios.

Parágrafo Segundo - Nem as Sócias Administradoras, nem seu eventual substituto receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - As Sócias Administradoras administrarão a Sociedade em conjunto, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhe, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou conseqüentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval em favor da Sociedade.

Parágrafo Quinto - Qualquer uma das Sócias Administradoras poderá, isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores "ad negocia" ou "ad judicia" para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações "ad negocia" não poderão ter prazo de validade superior a um ano.

DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Sétima - Ressalvado o disposto na Cláusula Sexta, Parágrafo Quarto, as deliberações sociais serão tomadas em Reunião dos Sócios Quotistas, por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 do capital social.



JUL 13

05

07 05 13

Parágrafo Primeiro - A Reunião dos Sócios Quotistas atenderá às disposições dos artigos 1.071 e seguintes até 1.080 da Lei 10.406/2002, naquilo que não colidir com as disposições deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo - O "quorum" para a instalação de Reunião ou Assembléia de Sócios será, de no mínimo, 2/3 de Sócios que representem o capital social.

Parágrafo Terceiro - Dispensar-se-ão as formalidades da instalação e realização de Reunião ou Assembléia dos Sócios na sede social, quando presentes os Sócios, detentores da totalidade do capital social, decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela. As deliberações constarão de termo de deliberação expressa dos Sócios, mediante declaração inequívoca, firmada conjuntamente por todos os Sócios.

EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

Cláusula Oitava - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a totalidade do capital social.

Parágrafo Primeiro - Por decisão de todos os Sócios, poderão também ser levantados balanços intermediários.

Parágrafo Segundo - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço acusar prejuízo.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A sociedade se dissolverá e se liquidará pela vontade dos Sócios representando a totalidade do capital social, ou nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução ou liquidação da Sociedade, os Sócios, representando a totalidade do capital social, indicarão seu liquidante e a mesma se fará de acordo com a legislação vigente.



JUCESP

05

07 05 12

DECLARAÇÕES FINAIS

Cláusula Décima - As Sócias Administradoras declaram expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Campinas, 25 de abril de 2012.





CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA



STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

Testemunhas:

1. 
Nome: Gabriel Stefano Albrecht
RG: 46.526.622-8 SSP/SP

2. 
Nome: Raoni Coutinho Serravallo da Silva
RG: 48.605.304-0 SSP/SP

Advogado:


Felipe Daniel de Moraes Fernandes
OAB/SP 251.024





JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.502.197/13-4

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF Nº 15.513.836/0001-67

NIRE 35.226.425.311

ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

1. DATA, HORA, E LOCAL: 30 de abril de 2013, às 10:00 horas, na sede social, localizada Rua Regina Nogueira, 120, sala 18, Jardim São Gabriel, cidade de Campinas, estado de São Paulo, CEP 13045-290.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.

3. MESA: Os trabalhos foram presididos por Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira e secretariados por Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira

4. ORDEM DO DIA: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;

5. DOCUMENTOS: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.

6. DELIBERAÇÕES:

(i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012;

(ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;

(iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2012.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

Campinas, 30 de abril de 2013.

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira
Presidente

Carla Paes de A. C. Nogueira
Secretário

Sócias quotistas:

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira

Carla Paes de A. C. Nogueira



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO 226.373/13-7
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL





SINGULAR

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF Nº 15.513.836/0001-67
NIRE 35.226.425.311

ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

1. **DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2014, às 10:00 horas, na sede social, localizada Rua Regina Nogueira, 120, sala 18, Jardim São Gabriel, cidade de Campinas, estado de São Paulo, CEP 13045-290.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos por Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira e secretariados por Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira.
4. **ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;
5. **DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
6. **DELIBERAÇÕES:**
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2013.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

Campinas, 30 de abril de 2014.

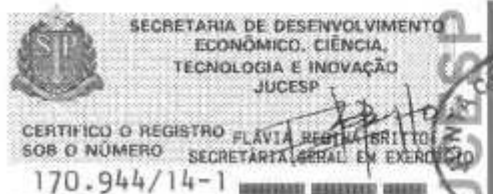

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira
Presidente


Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira
Secretário

Sócias quotistas:


Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira


Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira





CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF nº 15.513.836/0001-67

NIRE 35.226.425.311

2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, as abaixo assinadas:

(a) **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA** ("Carla"), brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 34.998.714-2-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 213.767.958-25; e

(b) **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA** ("Stella"), brasileira, casada, economista, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 11.583.958-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 212.996.408-77, ambas residentes e domiciliadas na Alameda das Palmeiras, 600, Cond. Alto da Nova Campinas, Bairro Gramado, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.101-676;

Sócias representantes da totalidade do capital social da sociedade empresária **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.513.836/0001-67, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 3522642531-1, em sessão de 07.05.2012, têm justo e avençado o que segue.

I. DO AUMENTO DE CAPITAL – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA

1.1. As Sócias, por decisão unânime, resolvem aumentar o capital social da Sociedade, através da capitalização, em moeda corrente nacional, do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("**AFAC**") no valor de R\$ 427.500,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e quinhentos reais), sendo R\$ 418.950,00 (quatrocentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta reais) por parte da Sócia Carla e R\$ 8.550,00 (oito mil, quinhentos e cinquenta reais) por parte da Sócia Stella, de acordo com a proporção de distribuição do capital social, mediante a emissão de 427.500 (quatrocentas e vinte e sete mil e quinhentas) novas quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.



Handwritten signature

1.2. Em razão do aumento de capital acima realizado, o capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, passa a ser de R\$ 437.500,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos reais), dividido em 437.500 (quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas cópias) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, de modo que a **Cláusula Quarta** do Contrato Social passa a vigor com a seguinte redação:

Cláusula Quarta - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 437.500,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos reais), dividido em 437.500 (quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas cópias) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios:

a) À Sócia **Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 428.750 (quatrocentas e vinte e oito mil, setecentas e cinquenta) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 428.750,00 (quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e cinquenta reais);

b) À Sócia **Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 8.750 (oito mil, setecentas e cinquenta quotas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais).

II. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Em decorrência das alterações procedidas acima, a sócia resolve consolidar o Contrato Social da **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, que passa a vigor com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 15.513.836/0001-67

NIRE: 3522642531-1

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Primeira - A Sociedade denomina-se **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, é empresária personificada limitada, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290.



Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo Segundo - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

REGÊNCIA E FORO

Cláusula Segunda - A Sociedade se regerá pelo disposto em seu Contrato Social, pela Lei 10.406 de 10/01/2002, e subsidiariamente, pelo disposto na Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem sede e foro na cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo.

OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A Sociedade tem por objeto específico a participação em outras sociedades empresárias, direta ou indiretamente, como acionista ou quotista.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quarta - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 437.500,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentos reais), dividido em 437.500 (quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas cópias) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuídas entre os sócios:

c) À Sócia **Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 428.750 (quatrocentas e vinte e oito mil, setecentas e cinquenta) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 428.750,00 (quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e cinquenta reais);

d) À Sócia **Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 8.750 (oito mil, setecentas e cinquenta quotas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais).

Parágrafo Único - Na forma do disposto no artigo 1.052 do Novo Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS SOCIAIS

Cláusula Quinta - Nenhum sócio quotista poderá gravar em garantia de dívida sua respectiva participação societária. O sócio que quiser retirar-se da sociedade deverá manifestar-se expressamente, por carta protocolada, sua intenção com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias, informando por escrito aos demais sócios, alguma oferta que tenha recebido. Estes terão o mesmo prazo para comunicar, da mesma forma, seu interesse na aquisição da participação societária ofertada, respeitado o direito de preferência estabelecido no Parágrafo Único desta cláusula.

Parágrafo Único - As transferências de participação societária entre sócios são permitidas, desde que assegurado o direito de preferência em igualdade de condições, se o ato for a título oneroso, na proporção das respectivas participações societárias.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada, conjuntamente, pelas Sócias **Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira** e **Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira**, retro qualificadas, designadas Sócias Administradoras ou por uma das Sócias Administradoras em conjunto com o Administrador não sócio, **Paulo Augusto Alves Brasileiro**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade n. 13.278.437-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, com endereço na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290.

Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambas as Administradoras, desde que temporários e ocasionais, a administração da Sociedade será exercida pelo Administrador não sócio acima indicado, para gerir os negócios sociais, com aprovação da totalidade dos Sócios.

Parágrafo Segundo - Nem as Sócias Administradoras, nem o Administrador não sócio receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - As Sócias Administradoras, conjuntamente, ou uma das Sócias Administradoras em conjunto com o Administrador não sócio administrarão a Sociedade, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhe, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou consequentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

2ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.



Página 4 de 7

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval em favor da Sociedade.

Parágrafo Quinto - Qualquer uma das Sócias Administradoras ou o Administrador não sócio poderá, isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores "ad judicia" para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações "ad negocia" não poderão ter prazo de validade superior a um ano e só poderão ser constituídas, em nome da sociedade, pelas Sócias Administradoras, conjuntamente, ou por umas das Sócias Administradoras em conjunto com o Administrador não sócio.

DA ASSEMBLEIA GERAL DOS SÓCIOS E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Sétima - Ressalvado o disposto na Cláusula Sexta, Parágrafo Quarto, as deliberações sociais serão tomadas em Reunião dos Sócios Quotistas, por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 do capital social.

Parágrafo Primeiro - A Reunião dos Sócios Quotistas atenderá às disposições dos artigos 1.071 e seguintes até 1.080 da Lei 10.406/2002, naquilo que não colidir com as disposições deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo - O "quorum" para a instalação de Reunião ou Assembléia de Sócios será, de no mínimo, 2/3 de Sócios que representem o capital social.

Parágrafo Terceiro - Dispensar-se-ão as formalidades da instalação e realização de Reunião ou Assembléia dos Sócios na sede social, quando presentes os Sócios, detentores da totalidade do capital social, decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela. As deliberações constarão de termo de deliberação expressa dos Sócios, mediante declaração inequívoca, firmada conjuntamente por todos os Sócios.



EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

Cláusula Oitava - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a totalidade do capital social.

Parágrafo Primeiro - Por decisão de todos os Sócios, poderão também ser levantados balanços intermediários.

Parágrafo Segundo - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço acusar prejuízo.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A sociedade se dissolverá e se liquidará pela vontade dos Sócios representando a totalidade do capital social, ou nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução ou liquidação da Sociedade, os Sócios, representando a totalidade do capital social, indicarão seu liquidante e a mesma se fará de acordo com a legislação vigente.

DECLARAÇÕES FINAIS

Cláusula Décima - As Sócias Administradoras e o Administrador não sócio declaram expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)



Folha de assinatura da 2ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Campinas, 10 de dezembro de 2014.


CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA


STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

Testemunhas:

1. Larissa Miyuki Nago
Nome: LARISSA MIYUKI NAGO
RG: 37.887.985-6 SSP/SP

2. Benedito
Nome: Caroline Benedito Cavalcanti
RG: 37.384.538-X SSP/SP





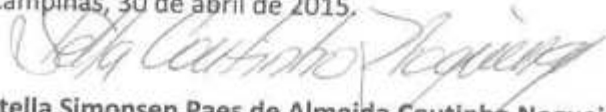
SINGULAR

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTD.
CNPJ/MF Nº 15.513.836/0001-67
NIRE 35 276.425.311

ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS

1. **DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2015, às 10.00 horas, na sede social da CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA. ("Sociedade"), localizada Rua Regina Nogueira, 120, sala 18, Jardim São Gabriel, cidade de Campinas, estado de São Paulo, CEP 13045-290.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos por **Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira** ("Stella") e secretariados por **Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira** ("Carla").
4. **ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício encerrado em 31/12/2014 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; e (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da Sociedade.
5. **DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
6. **DELIBERAÇÕES:** Após discussão das matérias da Ordem do Dia, os quotistas, por unanimidade de votos e sem reservas ou quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue:
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2014;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) aprovar a proposta da administração para a destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31/12/2014 da seguinte forma:
 - a. a distribuição desproporcional de dividendos, sendo R\$ 696.369,60 (seiscentos e noventa e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos) para a Sócia Stella, dividendos estes a serem pagos durante o exercício de 2015, e R\$ 100,00 (cem reais) para a Sócia Carla, pagos à Sócia na presente data, cuja distribuição ora se ratifica; e
 - b. R\$ 723.830,51 (setecentos e vinte e três mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta e um centavos) à reserva de retenção de lucros da Sociedade.
7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

Campinas, 30 de abril de 2015.


Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira
Presidente


Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira
Secretário

Sócias-quotistas:


Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira


Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira





JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.448.178/12-6N.I.R.E.
SINGULARMATRIZ ☐FILIAL ☐

05

SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular,

(a) **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.421.911-4 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 287.712.248-40, domiciliada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-N, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904;

(b) **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, separado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG 13.278.437-3 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Regina Nogueira, 120, CEP 13045-290; e

(c) **EDSON FIRMINO DE PAULA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.442.321 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 079.498.888-14, domiciliado na Avenida Selma Parada n. 201, conjunto 01, sala 154, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, Campinas, SP, CEP 13.091-904.

têm entre si justo e acordado constituir uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas e condições.

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Primeira - A Sociedade denomina-se **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, é empresária personificada limitada, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios que representem, no mínimo, ¾ do Capital Social.

Parágrafo Segundo - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

REGÊNCIA E FORO

Cláusula Segunda - A Sociedade se regerá pelo disposto em seu Contrato Social, pela Lei 10.406 de 10/01/2002, e subsidiariamente, pelo disposto na Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem sede e foro na cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo.

Página 1 de 5



JUCESP

05

09.05.12

OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A Sociedade tem por objeto específico a participação em outras sociedades empresárias, direta ou indiretamente, como acionista ou quotista.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quarta - O capital social, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente do país, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas sociais, cada uma delas absolutamente indivisível, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Essas quotas sociais indivisíveis ficam assim distribuídas entre os sócios:

- a) À Sócia **Adriana Coutinho Nogueira** cabem 9.800 (nove mil e oitocentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);
- b) Ao Sócio **Paulo Augusto Alves Brasileiro** cabem 100 (cem) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 100,00 (cem reais).
- c) Ao Sócio **Edson Firmino de Paula**, cabem 100 (cem) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 100,00 (cem reais).

Parágrafo Primeiro - Na forma do disposto no artigo 1.052 do Novo Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS SOCIAIS

Cláusula Quinta - Nenhum sócio quotista poderá gravar em garantia de dívida sua respectiva participação societária. O sócio que quiser retirar-se da sociedade deverá manifestar-se expressamente, por carta protocolada, sua intenção com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias, informando por escrito aos demais sócios, alguma oferta que tenha recebido. Estes terão o mesmo prazo para comunicar, da mesma forma, seu interesse na aquisição da participação societária ofertada, respeitado o direito de preferência estabelecido no Parágrafo Único desta cláusula.

Parágrafo Único - As transferências de participação societária entre sócios são permitidas, desde que assegurado o direito de preferência em igualdade de condições, se o ato for a título oneroso, na proporção das respectivas participações societárias.



JUCESP
05
09 05 12
DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada pelos Sócios **Adriana Coutinho Nogueira** e **Paulo Augusto Alves Brasileiro**, retro qualificados, designados **Sócios Administradores**.

Parágrafo Primeiro – Na ausência ou impedimento de ambos os Sócios Administradores, desde que temporários e ocasionais, na Administração da Sociedade, a administração da Sociedade será exercida por administrador, sócio ou não, indicado exclusivamente pela Sócia **Adriana Coutinho Nogueira**, para gerir os negócios sociais, com aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

Parágrafo Segundo - Nem o Sócio Administrador, nem seu eventual substituto indicado pelos sócios quotistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios Administradores administrarão a Sociedade isoladamente ou em conjunto, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhes, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou consequentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos pelos Sócios Administradores dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval exclusivamente em favor de sociedades Coligadas ou Controladas pela SFO Participações Ltda., ficando expressamente vedado o aval ou fiança que não preencham tais condições.

Parágrafo Quinto – O(s) Sócio(s) Administrador(es) poderá(ão), isoladamente ou em conjunto, constituir, em nome da sociedade, procuradores “ad negocia” ou “ad judicia” para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações “ad negocia” não poderão ter prazo de validade superior a um ano.



JUL 05 09 05 12

DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Sétima - Ressalvado o disposto na Cláusula Sexta, Parágrafo Quarto, as deliberações sociais serão tomadas em Reunião dos Sócios Quotistas, por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 do capital social.

Parágrafo Primeiro - A Reunião dos Sócios Quotistas atenderá às disposições dos artigos 1.071 e seguintes até 1.080 da Lei 10.406/2002, naquilo que não colidir com as disposições deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo - O "quorum" para a instalação de Reunião ou Assembléia de Sócios será, de no mínimo, 2/3 de Sócios que representem o capital social.

Parágrafo Terceiro - Dispensar-se-ão as formalidades da instalação e realização de Reunião ou Assembléia dos Sócios na sede social, quando presentes os Sócios, detentores da totalidade do capital social, decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela. As deliberações constarão de termo de deliberação expressa dos Sócios, mediante declaração inequívoca, firmada conjuntamente pelos Sócios.

EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

Cláusula Oitava - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a maioria do capital social.

Parágrafo Primeiro - Por decisão da maioria do Capital Social, os Sócios poderão também ser levantados balanços intermediários.

Parágrafo Segundo - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço acusar prejuízo.



[Handwritten signatures and initials]

JUCESP
05
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A sociedade se dissolverá e se liquidará pela vontade dos Sócios representando, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social, ou nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução ou liquidação da Sociedade, os Sócios representando, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social, indicarão seu liquidante e a mesma se fará de acordo com a legislação vigente.

DECLARAÇÕES FINAIS

Cláusula Décima - Os Sócios Administradores declaram expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Campinas, 30 de abril de 2012.



ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA


PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO


EDSON FIRMINO DE PAULA


Testemunhas:

1.

Nome: 
RG: 46.526.622-8 SSP/SP
Advogado:

Fabrice Daniel de Moraes Fernandes
OAB/SP 251.024

2.

Nome: 
RG: 48.605.304-0 S

Página 5 de 5



JUCESP

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.263.020/13-7

SINGULAR

1ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA
SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 15.513.828/0001-10

NIRE: 35226425460

20.05.13

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

- (a) **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.421.911-4 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 287.712.248-40, domiciliada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-N, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904;
- (b) **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, separado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG 13.278.437-3 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Regina Nogueira, 120, CEP 13045-290; e
- (c) **EDSON FIRMINO DE PAULA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.442.321 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 079.498.888-14, domiciliado na Avenida Selma Parada n. 201, conjunto 01, sala 154, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, Campinas, SP, CEP 13.091-904.

Sócios representantes da totalidade do capital social da sociedade empresária **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.513.828/0001-10, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 3522642546-0, em sessão de 09.05.2012, têm justo e avençado o que segue.

- 1) Decidem os Sócios, por unanimidade, alterar os parágrafos primeiro, terceiro e quinto da cláusula 6ª (DA ADMINISTRAÇÃO) passando a Sociedade a ser administrada por seus sócios administradores em conjunto.
- 2) Tendo em vista a alteração na forma de representação da sociedade, resolvem os sócios, por unanimidade, dar nova redação à Cláusula Sexta do Contrato Social em especial os parágrafos primeiro, terceiro e quinto, que passam a vigorar com a seguinte redação:

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada, em conjunto, pelos Sócios **Adriana Coutinho Nogueira e Paulo Augusto Alves Brasileiro**, retro qualificados, designados Sócios Administradores.


Página 1 de 6

Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambos os Sócios Administradores, desde que temporários e ocasionais, na Administração da Sociedade, a administração da Sociedade será exercida por administrador, sócio ou não, indicado exclusivamente pela Sócia **Adriana Coutinho Nogueira**, para gerir os negócios sociais, com aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

Parágrafo Segundo - Nem o Sócio Administrador, nem seu eventual substituto indicado pelos sócios quotistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios Administradores administrarão a Sociedade sempre em conjunto, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhes, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou consequentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos pelos Sócios Administradores dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval exclusivamente em favor de sociedades Coligadas ou Controladas pela SFO Participações Ltda., ficando expressamente vedado o aval ou fiança que não preencham tais condições.

Parágrafo Quinto - O(s) Sócio(s) Administrador(es) poderá(ão), sempre em conjunto, constituir, em nome da sociedade, procuradores "ad negocia" ou "ad judicia" para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações "ad negocia" não poderão ter prazo de validade superior a um ano.

4) Em razão das deliberações acima, resolvem os sócios consolidar o contrato social conforme segue a partir da página 3 de 6:



Página 2 de 6

CONTRATO SOCIAL DA SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 15.513.828/0001-10

NIRE: 35226425460

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Primeira - A Sociedade denomina-se **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, é empresária personificada limitada, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do Capital Social.

Parágrafo Segundo - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

REGÊNCIA E FORO

Cláusula Segunda - A Sociedade se regerá pelo disposto em seu Contrato Social, pela Lei 10.406 de 10/01/2002, e subsidiariamente, pelo disposto na Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem sede e foro na cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo.

OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A Sociedade tem por objeto específico a participação em outras sociedades empresárias, direta ou indiretamente, como acionista ou quotista.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quarta - O capital social, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente do país, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas sociais, cada uma delas absolutamente indivisível, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Essas quotas sociais indivisíveis ficam assim distribuídas entre os sócios:

- a) À Sócia **Adriana Coutinho Nogueira** cabem 9.800 (nove mil e oitocentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);
- b) Ao Sócio **Paulo Augusto Alves Brasileiro** cabem 100 (cem) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 100,00 (cem reais).
- c) Ao Sócio **Edson Firmino de Paula**, cabem 100 (cem) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 100,00 (cem reais).

Parágrafo Primeiro - Na forma do disposto no artigo 1.052 do Novo Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS SOCIAIS

Cláusula Quinta - Nenhum sócio quotista poderá gravar em garantia de dívida sua respectiva participação societária. O sócio que quiser retirar-se da sociedade deverá manifestar-se expressamente, por carta protocolada, sua intenção com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias, informando por escrito aos demais sócios, alguma oferta que tenha recebido. Estes terão o mesmo prazo para comunicar, da mesma forma, seu interesse na aquisição da participação societária ofertada, respeitado o direito de preferência estabelecido no Parágrafo Único desta cláusula.

Parágrafo Único - As transferências de participação societária entre sócios são permitidas, desde que assegurado o direito de preferência em igualdade de condições, se o ato for a título oneroso, na proporção das respectivas participações societárias.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada, em conjunto, pelos Sócios **Adriana Coutinho Nogueira** e **Paulo Augusto Alves Brasileiro**, retro qualificados, designados **Sócios Administradores**.

Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambos os Sócios Administradores, desde que temporários e ocasionais, na Administração da Sociedade, a administração da Sociedade será exercida por administrador, sócio ou não, indicado exclusivamente pela Sócia **Adriana Coutinho Nogueira**, para gerir os negócios sociais, com aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

Parágrafo Segundo - Nem o Sócio Administrador, nem seu eventual substituto indicado pelos sócios quotistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios Administradores administrarão a Sociedade sempre em conjunto, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhes, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou conseqüentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos pelos Sócios Administradores dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval exclusivamente em favor de sociedades Coligadas ou Controladas pela SFO Participações Ltda., ficando expressamente vedado o aval ou fiança que não preencham tais condições.



 Página 4 de 6

Parágrafo Quinto – O(s) Sócio(s) Administrador(es) poderá(ão), sempre em conjunto, constituir, em nome da sociedade, procuradores “ad negocia” ou “ad judicia” para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações “ad negocia” não poderão ter prazo de validade superior a um ano.

DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Sétima - Ressalvado o disposto na Cláusula Sexta, Parágrafo Quarto, as deliberações sociais serão tomadas em Reunião dos Sócios Quotistas, por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 do capital social.

Parágrafo Primeiro - A Reunião dos Sócios Quotistas atenderá às disposições dos artigos 1.071 e seguintes até 1.080 da Lei 10.406/2002, naquilo que não colidir com as disposições deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo - O “quorum” para a instalação de Reunião ou Assembléia de Sócios será, de no mínimo, 2/3 de Sócios que representem o capital social.

Parágrafo Terceiro - Dispensar-se-ão as formalidades da instalação e realização de Reunião ou Assembléia dos Sócios na sede social, quando presentes os Sócios, detentores da totalidade do capital social, decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela. As deliberações constarão de termo de deliberação expressa dos Sócios, mediante declaração inequívoca, firmada conjuntamente pelos Sócios.

EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

Cláusula Oitava - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a maioria do capital social.

Parágrafo Primeiro - Por decisão da maioria do Capital Social, os Sócios poderão também ser levantados balanços intermediários.

Parágrafo Segundo - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço acusar prejuízo.

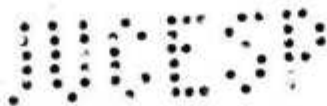
DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A sociedade se dissolverá e se liquidará pela vontade dos Sócios representando, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social, ou nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução ou liquidação da Sociedade, os Sócios representando, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social, indicarão seu liquidante e a mesma se fará de acordo com a legislação vigente.



  Página 5 de 6

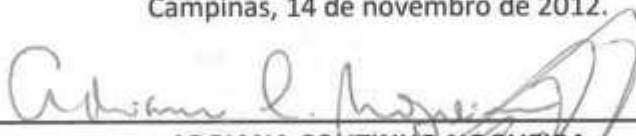


DECLARAÇÕES FINAIS

Cláusula Décima - Os Sócios Administradores declaram expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Campinas, 14 de novembro de 2012.

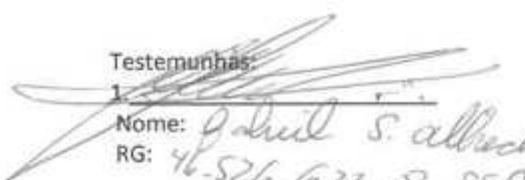

ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA


PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

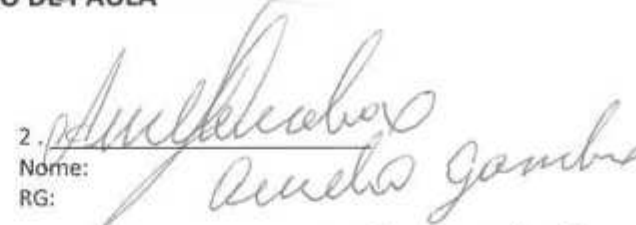

EDSON FIRMINO DE PAULA

Testemunhas:

1.

Nome: 
RG: 46.526.622-8 SSP/SP

2.

Nome: 
RG: 53.566.427-9 SSP/SP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO

60.899/13-0


GISELA SIMIEMA CASCHINI
SECRETARIA GERAL



JUCESP

26 MAR. 2013





SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF Nº 15.513.828/0001-10
NIRE 35.226.425.460

ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

1. **DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2013, às 10:00 horas, na sede social, localizada Avenida Selma Parada, n. 201, conjunto 01, sala 154-Q, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.091.904.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos por Adriana Coutinho Nogueira e secretariados por Edson Firmino de Paula.
4. **ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;
5. **DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
6. **DELIBERAÇÕES:**
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2012.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

Campinas, 30 de abril de 2013.


Adriana Coutinho Nogueira
Presidente

Pelo procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes

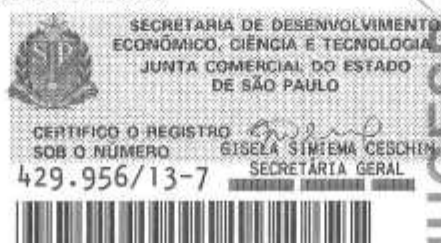

Edson Firmino de Paula
Secretário

Sócios quotistas:


Adriana Coutinho Nogueira Hamad
Pelo procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes


Edson Firmino de Paula


Paulo Augusto Alves Brasileiro





JUCESP PROTOCOLO
0.122.852/15-1



SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF Nº 15.513.828/0001-10
Nº RE 33.726.425.460

ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS


- 1. DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2014, às 10:00 horas, na sede social, localizada Avenida Selma Parada, n. 201, conjunto 01, sala 154-Q, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.091.904.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos por Adriana Coutinho Nogueira e secretariados por Edson Firmino de Paula.
- 4. ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;
- 5. DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
- 6. DELIBERAÇÕES:**
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2013.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.


Campinas, 30 de abril de 2014.


Adriana Coutinho Nogueira
Presidente

Pelo procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes


Edson Firmino de Paula
Secretário

Sócios Quotistas:


Adriana Coutinho Nogueira Hamad
Pelo procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes


Edson Firmino de Paula


Paulo Augusto Alves Brasileiro





SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ/MF Nº 15.513.828/0001-10
NIRE 35.226.475.460

ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

1. DATA, HORA, E LOCAL: 30 de abril de 2014, às 10:00 horas, na sede social, localizada Avenida Selma Parada, n. 201, conjunto 01, sala 154-Q, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.091.904.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.

3. MESA: Os trabalhos foram presididos por Adriana Coutinho Nogueira e secretariados por Edson Firmino de Paula.

4. ORDEM DO DIA: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;

5. DOCUMENTOS: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.

6. DELIBERAÇÕES:

(i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013;

(ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;


(iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2013.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

Campinas, 30 de abril de 2014.


Adriana Coutinho Nogueira
Presidente


Pelo procurador Felipe Daniel de Moraes Fernandes


Edson Firmino de Paula
Secretário

Sócios quotistas:


Adriana Coutinho Nogueira Hamad
Pelo procurador Felipe Daniel de Moraes Fernandes


Edson Firmino de Paula


Paulo Augusto Alves Brasileiro





RT TABELA DE NOTAS - CAMPINAS
AUTENTICAÇÃO

CAMPINAS,

02 AGO. 2012

Autentico a presente cópia reprográfica conforme original e mim arquivado de que
Nuria Cristiane Borini de Silva, Aut.
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICAÇÃO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	34.998.714-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/FEV/2009
NOME	CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA
FILIAÇÃO	ANTONIO CARLOS COUTINHO NOGUEIRA
E	STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO S. PAULO - SP 17/NOV/1990
DOC. ORIGEM	SAO PAULO - SP JD. PAULISTA CN: LV. A126/FLS. 97V / N. 076103
CPF	21376795825
<p>121 Delegado Divisionário CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA ASSISTENTE DE POLÍCIA IIRGD SSP/SP LEI Nº 7.116 DE 20/08/83</p>	

PROIBIDO PLASTIFICAR	
<p>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p>ESTADO DE SÃO PAULO</p> <p>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBELTON DAUNT</p>	<p>8100</p> <p><i>Carla Nogueira</i></p> <p>ASSINATURA DO TITULAR</p> <p>8505-075000</p> <p>CARTEIRA DE IDENTIDADE</p>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOBRES 11.583.958-6 2 via 14/11/2014

STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

WILTON PAES DE ALMEIDA FILHO
MARIA LUCILLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA

NATURALIDADE
S. PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO
10/03/1962

SÃO PAULO-SP BUTANTÃ CC:LV.B1.51/FLS.930 /Nº20081

212996408/77

Assinatura do Diretor
LEI Nº 7.116 DE 29/03/83

8210-7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA RECREAÇÃO PÚBLICA
INSTITUTO DE REPERTEÇÃO DEPARTAMENTO DE RECREAÇÃO

61602155

Carteira de Identidade

Assinatura do Titular

Em teste, em nome da verdade

RODOLFO LUIAN VINICIUS SOUZA

PREÇO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,60

Autentico a presente a cópia do documento que trata de: *Atividade estrada anverso (verso)*

91.897.3-2

2014

VALIDO SOMENTE PARA O FIM DE AUTENTICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 24.421.911-4 DATA DE EMISSÃO 21/DEZ/88

NOME ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA

FILIAÇÃO JOSE BONIFACIO COUTINHO
NOGUEIRA FILHO
E BEATRIZ HELENA COUTINHO
NOGUEIRA

NATURALIDADE S. PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO 24/NOV/1975

DOC ORIGEM SÃO PAULO - SP
SANTA CECILIA
CN: LV.A119/FLS.149 /N.047587

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBELOTON JACINTI

700-5

Assinatura de Adriana C. Nogueira

CARTEIRA DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8700-7

PROIBIDO PLASTIFICAR

Paulo Augusto A. Brasileiro

5489-008579

CARTÃO DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 13.278.437-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/JAN/2009

NOME PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

FILIAÇÃO ANTONIO ALVES BRASILEIRO

E MARLI FRANCO BRASILEIRO

NATURALIDADE ALTINOPOLIS -SP DATA DE NASCIMENTO 23/JAN/1964

DOC. ORDEM VARGINHA-MG

VARGINHA-MG

CC: LV.B001/PLS.0002/N.000003

CPF 059238728/38

Q. A. L. L. 100 Delegado Divisório

CARLOS ANTONIO DE SOUZA de Polícia BRG.D.SSP/SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/09/63

114104

AUTENTICAÇÃO

0195A1687872

25

PREÇO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 2,53

Atende a Matriz de Segurança

Em testemunho

RODOLFO LARANJEIRA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

8200-8

FOTOGRAFIA

IMPRESSÃO DIGITAL

ASSINATURA

499711174654

019541174654

24 NOV. 2014

Autentico a presente copia registral extraída anverso/verso do documento original, que trata decr. N 41.491/96 dou 14.

REGISTRO GERAL

11-442-321-0

10/MAI/2000

NOME EDSON FIRMINO DE PAULA

ALIAÇÃO JAIME FIRMINO DE PAULA

E IRACI MORAES DE PAULA

NATURALIDADE Bauru - SP

DATA DE NASCIMENTO 14/JUL/1964

DOC. ORIGEM CAMPINAS SP

SEGUNDO SUBDISTRITO

ED-LV-876-VLS-036/N-000035

CPI 079424886-14

EX-LOV-ANTONIO DE SOUZA

ASSINATURA DO DIRETOR

14/07/2003



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, atualize seu CNPJ no RFB a sua atualização cadastral.

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.513.828/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE EMISSÃO 09/05/2016
NOME EMPRESARIAL SFO PARTICIPACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
LOGRADOURO AV SELMA PARADA	NÚMERO 201	COMPLEMENTO CONJ 01 SALA 154R OFFICE PARK
CEP 13.091-904	BAIRRO/DISTRITO VILA MADALENA	MUNICÍPIO CAMPINAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO jelson.felicissimo@eptv.com.br	TELEFONE (19) 3776-6447 / (19) 3776-6556	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/05/2016
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **08/03/2016** às **20:33:28** (data e hora de Brasília).

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, atualize seu cadastro na RFB a sua atualização cadastral.

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.513.836/0001-67 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE EMISSÃO 07/05/2016
NOME EMPRESARIAL CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
LOGRADOURO R REGINA NOGUEIRA	NÚMERO 120	COMPLEMENTO SALA 18
CEP 13.045-290	BAIRRO/DISTRITO JARDIM SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS
ENDEREÇO ELETRÔNICO jelson.felicissimo@eptv.com.br		TELEFONE (19) 3776-6447 / (19) 3776-6556
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2016
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **08/03/2016** às **20:34:06** (data e hora de Brasília).

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, atualize seu CNPJ no RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.575.486/0001-63 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE EMISSÃO 14/05/2016
NOME EMPRESARIAL PAN BT PARTICIPACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R MARIO LUCHESI	NÚMERO 45	COMPLEMENTO SALA 03	
CEP 13.570-380	BAIRRO/DISTRITO JARDIM SAO PAULO	MUNICÍPIO SAO CARLOS	
ENDEREÇO ELETRÔNICO jelson.felicissimo@eptv.com.br		TELEFONE (19) 3776-6447 / (19) 3776-6556	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/05/2016	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **08/03/2016** às **20:34:44** (data e hora de Brasília).

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Consulta Composição da Entidade...**Tipo de Consulta:** CNPJ**CNPJ:** 13.065.495/0001-89

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	1633	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	1633	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	1634	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA	075.103.655-20	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	5100	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro**Data:** 08/03/2016**Hora:** 16:04:22



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 565.834.005-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Sócio	8242243	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	1633	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador



Menu Principal ▾

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 295.633.645-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Itabuna
		TELEVISAO BAHIA S.A.	13.425.269/0001-61	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	1633	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro](#) Data: **08/03/2016** Hora: **17:52:35**



BOA TARDE

Marcella Souza Carneiro

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ
CNPJ: 15.575.486/0001-63

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	1634	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro Data: 08/03/2016 Hora: 17:52:45



BOA TARDE

Marcella Souza Carneiro

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 059.238.728-38

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA	16.315.327/0001-92	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Juazeiro
		TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA	16.395.923/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	BA	Barreiras
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO SUL DE MINAS S/A	25.166.281/0001-88	Diretor (DIRETOR OPERACIONAL)	0	--	--	TV	--	MG	Varginha

Usuário: anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro Data: 08/03/2016 Hora: 17:52:54



Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 075.103.655-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA	075.103.655-20	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	5100	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [anatel\marcella.mc](#) - Marcella Souza Carneiro Data: 08/03/2016 Hora: 17:53:01



Menu Principal ▾

BOA TARDE
Marcella Souza Carneiro
Sistemas Interativos

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 15.513.836/0001-67

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro](#)

Data: [08/03/2016](#)



Hora: [17:53:45](#)



 **Menu Principal** ▼

BOA TARDE
Marcella Souza Carneiro
Sistemas Interativos

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

 **Dados da consulta** |  **Consulta**

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: Cap Sorria Participações Ltda

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro](#)

Data: [08/03/2016](#)

Hora: [17:54:13](#)



Menu Principal ▾

BOA TARDE
Marcella Souza Carneiro
Sistemas Interativos

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 213.767.958-25

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro](#)

Data: 08/03/2016

Hora: 17:54:44



Menu Principal ▾

BOA TARDE
Marcella Souza Carneiro
Sistemas Interativos

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 212.996.408-77

·
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro](#)

Data: 08/03/2016



Hora: 17:54:57



 Menu Principal ▾

BOA TARDE
Marcella Souza Carneiro


SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

 Dados da consulta  Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: SFO Participações Ltda

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro](#)

Data: 08/03/2016

Hora: 17:55:28



Menu Principal ▾

BOA TARDE
Marcella Souza Carneiro
Sistemas Interativos

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 15.513.828/0001-10

·
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro](#)

Data: 08/03/2016


Hora: 17:56:02



 **Menu Principal** ▾

BOA TARDE
Marcella Souza Carneiro
Sistemas Interativos

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

 **Dados da consulta** |  **Consulta**

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 287.712.248-40

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro](#)

Data: 08/03/2016

Hora: 17:56:14





BOA TARDE

Marcella Souza Carneiro

Sistemas
Interativos Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

 Dados da consulta  Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 079.498.888-14

·
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: anatel\marcella.mc - Marcella Souza Carneiro**Data:** 08/03/2016**Hora:** 17:56:28

[Menu Principal](#)BOA TARDE
Marcella Souza CarneiroSRD »» Relatórios »» **Outorga** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: BA

Município: Salvador

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CAMARA DOS DEPUTADOS	Salvador	01/04/2010	01/04/2020
DIAMANTINA RADIO E TELEVISAO LTDA	Salvador	03/11/2003	03/11/2013
EMPRESA DE RADIODIFUSAO A TARDE LTDA	Salvador	03/08/1981	03/08/1991
EMPRESA METROPOLITANA DE RADIODIFUSAO LTDA	Salvador	06/02/1985	06/02/1995
FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA	Salvador	28/05/2001	28/05/2011
INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB	Salvador	11/07/1977	11/07/1987
RADIO 91 FM LTDA	Salvador	03/11/1993	03/11/2003
RADIO ARATU LTDA	Salvador	02/08/1987	02/08/1997
RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA	Salvador	02/08/2007	02/08/2017
RADIO FM BAHIA SOL LTDA	Salvador	30/10/2006	30/10/2016
RADIO FM IEMANJA LTDA	Salvador	21/07/1996	21/07/2006
RADIO PIATA DE SALVADOR LTDA	Salvador	06/02/2005	06/02/2015
RADIO TRANSAMERICA DA BAHIA LTDA	Salvador	01/05/1994	01/05/2004
REDE CENTRAL DE COMUNICACAO LTDA	Salvador	24/08/1981	24/08/1991
SISTEMA NORDESTE DE COMUNICACAO LTDA	Salvador	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: [anatel\marcella.mc](#) - Marcella Souza Carneiro

Data: 08/03/2016

Hora: 17:58:03

Registro 1 até 15 de 15 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

		- Selecione -			03/08/1994	Multa	Jur.
		- Selecione -			12/09/1994	Transferência Indireta	Jur.
		- Selecione -			20/04/1995	Multa	Jur.
		- Selecione -			16/08/1995	Multa	Jur.
		- Selecione -			24/06/1997	Renovação	Jur.
		- Selecione -			10/09/1997	Multa	Jur.
		- Selecione -			16/10/1997	Multa	Jur.
		- Selecione -				Advertência	Jur.
		- Selecione -			24/08/2001	Renovação	Jur.
		- Selecione -			10/10/2001	Multa	Jur.
		- Selecione -			22/10/2002	Multa	Jur.
		- Selecione -			11/03/2005	Multa	Jur.
		- Selecione -			31/03/2005	Multa	Jur.
		- Selecione -			24/01/2007	Alteração de Transmissor	Jur.
		- Selecione -			27/09/2007	Alteração de Transmissor	Jur.
		- Selecione -				Advertência	Jur.
		- Selecione -			24/09/2013	Emissão de Ato de Alteração Técnica	Jur.
		- Selecione -			12/02/2014	Alteração de Transmissor	Jur.
		- Selecione -			01/04/2015	Emissão de Ato de Alteração Técnica	Jur.

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

 Tela Inicial

 Imprimir

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.076141/2013-92		
Entidade: Rádio Sociedade Catarinense Ltda		
Localidade: Joaçaba	UF: SC	Serviço: OM
Período(s): 01/05/2004 a 01/05/2014 e 01/05/2014 a 01/05/2024		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	FI(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			3
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			4
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		x		
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			5/10
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			11/20,32/36
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			21
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			23
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			24
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			25
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			26

12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			27
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		x		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		x		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;				2 53900.050761/2015-10
16- Laudo de vistoria e Laudo de ensaio técnico assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		x		

RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU DIRETORES			
2.1. DOCUMENTOS.	Nome (s)	SITUAÇÃO	FL(s).
2.1.1. prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certidão de reservista, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou de reconhecimento de igualdade de direitos civis, para os portugueses;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	OK	4 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	17 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	253 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	254 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	255 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	257 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	OK	256 53900.050761/ 2015-10
2.1.2. comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;	Pan BT Participações Ltda	OK	2262 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	260 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	258 53900.050761/ 2015-10
2.1.3. ato constitutivo e todas as alterações que porventura tenham sido realizadas, devidamente registrados na repartição competente;	Pan BT Participações Ltda	OK	30/31;200/220 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	44/45;221/236 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	108/109, 237/251 53900.050761/ 2015-10

2.1.4. certidão negativa cível da Justiça estadual dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	PENDENTE	8 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	PENDENTE	20 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	61/62 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	PENDENTE	81/93 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	PENDENTE	125/126 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	PENDENTE	181/184,188 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	PENDENTE	154,159,174 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	OK	32/33,37 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	52/54 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	110/112 53900.050761/ 2015-10
2.1.5. certidão negativa criminal da Justiça estadual dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	PENDENTE	9 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	PENDENTE	21 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	63/64 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	102/103 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	129/130 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	192/193 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	PENDENTE	155,160,175 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	OK	38/39 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	55/56 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	113/114 53900.050761/ 2015-10

2.1.6. certidão negativa cível da Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	PENDENTE	5/7 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	18/19 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	65/66 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	76/77 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	134/135 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	197/198 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	PENDENTE	161/162,176 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	OK	34/36 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	49/51 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	115/116 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	115/116 53900.050761/ 2015-10
2.1.7. certidão negativa criminal da Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	PENDENTE	5/7 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	18/19 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	65/66 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	76/77 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	134/135 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	197/198 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	PENDENTE	161/162,176 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	OK	34/36 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	49/50 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	115/116 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	115/116 53900.050761/ 2015-10

2.1.8. certidão negativa criminal da Justiça Eleitoral dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	OK	10 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	22 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	59 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	80 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	124 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	180 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	OK	153 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	Não se aplica	
	Cap Sorria Participações Ltda	Não se aplica	
	SFO Participações Ltda	Não se aplica	
2.1.9. certidões de protestos de títulos , dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	OK	12/15 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	24/27 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	68/73 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	104/106 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	131/133, 137/149 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	186/187,194/196 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	OK	156/158,165/168,170/173 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	OK	40/42 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	46/48 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	118/120 53900.050761/ 2015-10

2.1.10. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	OK	11 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	23 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	60 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	79 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	123 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	179 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	OK	152 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	Não se aplica	
	Cap Sorria Participações Ltda	Não se aplica	
	SFO Participações Ltda	Não se aplica	

Obs:

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **Não Atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Marcella Souza Carneiro Cargo: Técnico de Nível Superior

NOTA TÉCNICA Nº 5084/2016/SEI-MC

Processo nº 53000.044858/2013-75 (relacionado ao processo nº 53000.045304/2003-13)

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio 91 FM Ltda, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Salvador, estado da Bahia, referente ao seguinte período: 03.11.2013 a 03.11.2023.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjur, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (cujo inteiro teor se encontra disponível no sítio desta Pasta).

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI n.º1010734), restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS A RADIO 91 FM LTDA

3.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;

3.2. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;

3.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);

3.4. laudos de vistoria técnica e de ensaio, assinados por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (Obs: o modelo do laudo de vistoria técnica encontra-se disponível no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>);

RELATIVOS A WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

3.5. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual,

Federal (1ª e 2ª instâncias) e criminal Eleitoral; **(Obs: em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados)**

3.6. certidões de protesto de títulos; **(Obs: em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados)**

3.7 . prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;

RELATIVOS A STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA; ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA; EDSON FIRMINO DE PAULA

3.8 certidão de inteiro teor referente às ações relacionadas nas certidões cíveis da Justiça Estadual de 2ª instância;

RELATIVOS A MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO E ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

3.9 certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal da 2ª instância; **(Obs: em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados)** - uma vez que a certidão da 2ª instância da justiça federal apresentada não contempla todos os tipos de processo eventualmente distribuídos, conforme nela descrito;

RELATIVOS A ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

3.10 certidões de inteiro teor referentes às ações relacionadas na certidão cível da justiça estadual de 1ª instância;

RELATIVOS A PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

3.11 certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal da 2ª instância referente a Minas Gerais **(Obs: em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados)** - tendo em vista que a certidão da 2ª instância da Justiça Federal apresentada não contempla todos os tipos de processo eventualmente distribuídos, conforme nela descrito;

3.12 certidão de distribuição cível e criminal da Justiça Federal da 1ª instância referente a Minas Gerais **(Obs: em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor dos processos relacionados)**

4. Registre-se que, que foi anexado aos presentes autos cópia dos documentos de protocolo nº 53900.050761/2015-10, apresentados no processo de transferência indireta nº 53900.017941/2014-17, com vistas ao aproveitamento da documentação já apresentada a esta Pasta.

5. Não obstante, submeta-se o feito à consideração do Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Marcella Souza Carneiro, Técnico de Nível**, em 10/03/2016, às 10:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Chefe de Serviço**, em 10/03/2016, às 11:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 10/03/2016, às 20:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1010736** e o código CRC **B8834561**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 7443/2016/SEI-MC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO 91 FM LTDA
Rua Professor Aristides nº. 123 - Anexo I - 1º Andar - Federação
40.210-630 Salvador/BA

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.044858/2013-75**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 5084/2016/SEI-MC , com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 10/03/2016, às 20:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1010739** e o código CRC **4A6A4946**.

Data de Envio:

11/03/2016 09:46:09

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

manuela.monteiro@redebahia.com.br
mauricio.fonseca@redebahia.com.br
cleriston.franca@redebahia.com.br
erica.pinheiro@redebahia.com.br
marianna.cataldi@redebahia.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.044858/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1010739.html
Nota_Tecnica_1010736.html

Ilustríssimo Senhor

Altair de Santana Pereira

M. D. Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga do Ministério das Comunicações

Ref.: **Ofício n. 7443/2016/SEI-MC**

Processo n. 53000.044858/2013-75

RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o n. 13.065.495/0001-89, sita à Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, executante de radiodifusão, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, através de seu sócio-administrador ao final assinado, em atendimento às exigências formulada por este Ministério conforme Nota Técnica n. 5084/2016/SEI-MC e registradas no Ofício de número em epígrafe, utiliza-se do presente para requerer a juntada da documentação requerida e ora descrita abaixo:

- Documentos relativos à Rádio 91 FM LTDA.: Declaração de que a Entidade sob comento atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço de radiodifusão (**Doc. 01**); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**Doc. 02**); Certidão Negativa de Pedido de Concordata, Falência e Recuperação Judicial (**Doc. 03**); Laudos de Vistoria Técnica e de Ensaio (**Doc. 04**).
- Documentos relativos ao Sr. Washington Bell Marques da Silva: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 05**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0570830-91.2015.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 06**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0571543-66.2015.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 07**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal Estadual (**Doc. 08**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 1º Grau da Justiça Federal (**Doc. 09**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 2º Grau da Justiça Federal (**Doc. 10**); Certidão Negativa do 1º Tabelionato de Protestos de Títulos (**Doc. 11**); Certidão Negativa do 2º Tabelionato de Protestos de Títulos (**Doc. 12**); Certidão Negativa do 3º Tabelionato de Protestos de Títulos (**Doc. 13**); Certidão Negativa do 4º Tabelionato de Protestos de Títulos (**Doc. 14**); Certidão Negativa de Condenação Criminal Eleitoral (**Doc. 15**); Certidão Quitação Eleitoral (**Doc. 16**).
- Documentos relativos à Sra. Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 17**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 9161946-23.2003.8.26.0000 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 18**).
- Documentos relativos à Sra. Adriana Coutinho Nogueira: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 19**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0158785-08.2010.8.26.0100 comprovando o



arquivamento do feito em razão do seu trânsito em julgado, de modo que é impossibilitado à ora Requerente juntar tempestivamente a certidão de objeto e pé do feito (**Doc. 20**).

- Documentos relativos ao Sr. Edson Firmino de Paula: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 21**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0050401-11.2007.8.26.0114 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 22**).
- Documentos relativos ao Sr. Maurício Rollemberg da Fonseca Filho: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 23**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0092802-58.2007.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 24**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal Estadual (**Doc. 25**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 2º Grau da Justiça Federal (**Doc. 26**).
- Documentos relativos ao Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 27**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0327054-30.2012.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 28**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0505116-24.2014.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 29**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal Estadual (**Doc. 30**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 2º Grau da Justiça Federal (**Doc. 31**).
- Documentos relativos ao Sr. Paulo Augusto Alves Brasileiro: Certidão Negativa do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 32**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal Estadual (**Doc. 33**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 2º Grau da Justiça Federal (**Doc. 34**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível de 1º Grau da Justiça Federal (**Doc. 35**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal de 1º Grau da Justiça Federal (**Doc. 36**).

Assim sendo, nada mais havendo a ser acostado ao feito em razão da completa satisfação das exigências apontadas na Nota Técnica acima mencionada conforme Ofício encaminhado e epigrafado, é a presente para requerer seja dado prosseguimento ao pedido de renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio 91 FM Ltda.

Nestes Termos,
Pede Juntada e Deferimento.

De Salvador (BA) para Brasília (DF), 12 de abril de 2016.

Maurício Rollemberg da Fonseca Filho

RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ/MF nº 13.065.495/0001-89



Doc. 01

DECLARAÇÃO

RÁDIO 91 FM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Aristides Novis, n. 123, Federação, CEP: 40.210-630, inscrita no CNPJ/MF sob n. 13.065.495/0001-89, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. **Maurício Rollemberg da Fonseca Filho**, brasileiro, natural de Salvador (BA), divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA n. 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o n. 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Professor Aristides Novis, n. 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, declara, para os devidos fins, que esta Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço de radiodifusão que presta à sociedade.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.



Maurício Rollemberg da Fonseca Filho
CPF n. 295.633.645-20

RÁDIO 91 FM LTDA.
13.065.495/00001-89



Doc. 02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO 91 FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 13.065.495/0001-89

Certidão nº: 34138759/2016

Expedição: 11/04/2016, às 11:00:09

Validade: 07/10/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO 91 FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.065.495/0001-89**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Doc. 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 001975555

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 11/04/2016, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

RÁDIO 91 FM LTDA., portador do CNPJ: 13.065.495/0001-89, estabelecida na Rua Professor Aristides Novis, 123, Salvador - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que o valor de R\$ 14,04 foi pago através do DAJ (Documento de Arrecadação Judiciária).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 11 de abril de 2016.

PEDIDO Nº:

001975555



Artur da Conceição Costa Neto
Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

Doc. 04

Laudo de Vistoria Técnica	
Renovação de Outorga	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: Rádio 91 FM LTDA	
1.2- Indicativo de chamada: ZYC315	1-2- Horário de funcionamento: 00:00h – 24:00h
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: Rua Professor Aristides nº 123	
Cidade: Salvador	UF: Ba
CEP: 40.210-630	Telefone: 71-3203-1270
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 13° 00' 14" 00" S	
Longitude: 38° 30' 41" 00" W	
2.3 - Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda	
2.3.2 – Modelo: FM25000S	
2.3.3- Homologação/Certificação: 0833070518	
2.3.4- Potência de operação(kW): 25,000 Potência medida(kW): 23,500	
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 91,3 Frequência medida(MHz): 91,300	
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (+2000 Hz): 569	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(X) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não

FVT-RO- FM

que 350 Volts	
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(X) Sim () Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	(X) Sim () Não
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga;	(X) Sim () Não
2.4- Transmissor Auxiliar	
2.4.1- Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda	
2.4.2 – Modelo: FM 10000	
2.4.3- Homologação/Certificação: 013589xxx0518	
2.4.4- Potência de operação(kW): 10,00 Potência medida(kW): 9,4	
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 91,3 Frequência medida(MHz): 91,300	
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (+2000 Hz): 489	
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(X) Sim () Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(X) Sim () Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(X) Sim () Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(X) Sim () Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	(X) Sim () Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(X) Sim () Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	(X) Sim () Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(X) Sim () Não
2.5- Sistema Irradiante Principal	
2.5.1- Antena	
2.5.1.1- Fabricante: IF TELECOM ANTENAS LTDA	
2.5.1.2- Modelo: IFFMCAP-02-91,3-30-A1	

FVT-RO- FM

2.5.1.3- Quantidade de Elementos: 2 Níveis	
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]: 160	
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV): 350°	
2.5.2- Linha de Transmissão Principal	
2.5.2.1- Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS	
2.5.2.2- Modelo: HCA318-50J	
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar	
2.6.1- Antena	
2.6.1.1- Fabricante: ---	
2.6.1.2- Modelo: ---	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos: ---	
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]: ---	
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV): ---	
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar	
2.6.2.1- Fabricante: ---	
2.6.2.2- Modelo: ---	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
3- Outros equipamentos de uso compulsório:	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	(X) Sim () Não
3.2- Limitador de modulação:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.3- Monitor de modulação:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	() Sim (X) Não
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	78
3º Harmônico	80
Espúrios	83
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	80
3º Harmônico	80
Espúrios	82

FVT-RO- FM

4.3- Existência de interferência prejudicial:	() Sim (X) Não
5- Outras Constatações:	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(X) Sim () Não
6. Estudos	
6.1- Estúdio Principal	
6.1.1- Endereço: Rua Professor Aristides nº 123	
6.2- Estúdio Auxiliar	
6.2.1- Endereço: ---	
7. Informações Adicionais	

8- Instrumentos Utilizados na Vistoria: Analisador de Espectro ETH – HANDHELD TV ANALYSER 8 GHz – Wattímetro Bird.	
9- Responsável pela vistoria técnica:	
Nome: Celso Hipólito Cruz Formação: Engenharia Elétrica CREA: 050656680-3 Local: Salvador Data: 18 / 03 / 16 Assinatura: 	
Representante legal da Entidade Nome: MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO Assinatura:	

FVT-RO- FM



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20160036513

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

CELSO HIPOLITO CRUZ

Título profissional: Engenharia industrial modalidade elétrica

RNP: 050656680-3

2. Contratante

Contratante: RADIO 91 FM LTDA

RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS

Complemento:

Cidade: SALVADOR

País:

Telefone:

Contrato: Não especificado

Valor: R\$ 1,00

Ação Institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

CPF/CNPJ: 13.065.495/0001-89

Nº: 123

CEP: 40210630

Email: cleriston.franca@redabahia.com.br

Celebrado em: 01/03/2016

Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: RADIO 91 FM LTDA

RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS

Complemento:

Cidade: SALVADOR

Telefone:

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0

Data de Início: 14/03/2016

Finalidade: SEM DEFINIÇÃO

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

CPF/CNPJ: 13.065.495/0001-89

Nº: 123

CEP: 40210630

Email: cleriston.franca@redabahia.com.br

Previsão de término: 16/03/2016

4. Atividade Técnica

5 - Coordenação

65 - Laudo > CREA-BA-1025 -> ELÉTRICA - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E
TÉCNICAS -> COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO -> #239 - RADIODIFUSAO

Quantidade

Unidade

2,00

d

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de vistoria da estação do Serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada da Rádio 91 FM Ltda - localidade de Salvador/BA.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

CELSO HIPOLITO CRUZ - CPF: 489.538.905-78

SALVADOR, 18 de MARÇO de 2016

Local

data

RADIO 91 FM LTDA - CNPJ: 13.065.495/0001-89

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 74,37

Pago em: 17/03/2016

Nossa Número: 45720970

Doc. 05



11/04/2016

001975451

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS - PESSOA FÍSICA

CERTIDÃO Nº: 001975451**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 11/04/2016, verifiquei CONSTAR as distribuições abaixo relacionadas em nome de:

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, portador do RG: 0164809619, CPF: 075.103.655-20, residente na Rua da Graça, 292, apt. 2201, Salvador - BA *****

SALVADOR

» 1ª Vara Cível e Comercial. Processo: 0177980-91/2015, 0100, 0001. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Cobrança do Crédito Bancário. Data: 16/11/2015. Expediente: Raimundo Unibanco SA. *****

» 1ª Vara Cível e Comercial. Processo: 0371647-86/2015, 0100, 0001. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 17/11/2015. Expediente: Itaú no Brasil SA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas do Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 11 de abril de 2016

Artur da Conceição Costa Neto

PEDIDO Nº:**001975451**

Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

Doc. 06



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Portal
de Serviços

CAIXA POSTAL

LABORATÓRIO

AJUDA

Identificar-se

Bem-vindo a Consultas Processuais > Consulta de Processos do 1º Grau

Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em senredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

Dados para Pesquisa

Foro: Todos os foros

Pesquisar por: Número do Processo

Unificada Outros

Número do Processo: 0570830-91.2015 2-05 0301

M U h S F



Escute as letras

Gerar novo código

Digite o código aqui:

Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do Processo

Processo: 0573830-91.2015.8.05.0001 Suspensão

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Vara: Cível

Assunto: Cédula de Crédito Bancário

Distribuição: Sorteio - 18/11/2015 às 11:05

12 Vara Cível e Comercial - Salvador

Controlar: 2215/001486

Valor da ação: R\$ 650.440,90

Partes do Processo

Selecione qual a parte. Exibir somente as partes principais.

Execl: Banco Itaú Unibanco SA
Advogado: Josias Gomes dos Santos Neto
Execl: A.N.A. EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (A.N.A. IMPORT)
Execl: WASHINGTON RUI MARQUES DA SILVA
Execl: ANA LUCIA DE LACERDA MARQUES

Movimentações

Exibir todas as movimentações. Exibir somente as 5 últimas.

Data	Movimento
31/03/2016	Junta da Petição Nº Protocolo: WEB1.16.01081442-1 Tipo da Petição: Homologação de acordo Data: 30/03/2016 15:37
01/03/2016	Junta da Petição Nº Protocolo: WEB1.16.01081442-1 Tipo da Petição: Pedido Citação Data: 01/03/2016 10:15
19/02/2016	Prazo alterado devido ajuste na tabela de feriados Prazo referente em usuário foi alterado para 12/01/2016 devido à alteração da tabela de feriados
24/11/2015	Publicado Relação: 0566/2015 Data da Disponibilização: 24/11/2015 Data da Publicação: 24/11/2015 Número do Diário: 1536
20/11/2015	Despacho/Decisão inserido no Diário de Justiça Eletrônico Relação: 0566/2015 Turm do ato: Vistos etc.: ITAÚ UNIBANCO S/A, devidamente qualificado nos autos, sem representante legal, através do advogado (s) (s) regularmente constituído (a) (s), ingressou em juízo com a presente EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL contra A.N.A. EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (A.N.A. IMPORT) e OUTROS, também com qualificações nos autos aut. Decida. Segundo se desprende do art. 12, inciso VI, do CPC, as pessoas jurídicas são representadas em juízo ativa e passivamente, por quem os respectivos estatutos designarem, ou não os designando, por seus diretores. Do estudo dos autos, em particular, da peça de contestação, vislumbra-se que não ficou configurada a representação da pessoa jurídica, por inquirida, por um de seus diretores ou a quem de direito, posto que não houve expressa referência indicativa da pessoa física. A existência do estatuto permitindo o exercício da representação por aquele que labora com capacidade postulatória na própria demanda judicial, exercendo tanto a capacidade processual quanto a capacidade postulatória, é conduta avessa ao Código de ética e Disciplina da OAB. Vejamos. Com ênfase no art. 2º, parágrafo único, inciso VIII, alínea "a", do Código de Ética e Disciplina da OAB, dentre os deveres do advogado se apresenta o de se abster de patrocinar interesses ligados a outras atividades esbanhas a advocacia, em que também atue. Quem vem a juízo é a pessoa jurídica representada em conformidade com a administração jurídica exercida pelo art. 12, inciso VI, do CPC. Portanto, impende as partes contestantes fazerem consignar o nome da respectiva pessoa física que irá lhe representar regularmente nesta demanda judicial, porquanto não foi devidamente especificada, o que, deste modo, permite-se a ausência da capacidade processual ou capacidade de estar em juízo. A capacidade de ser parte é a aptidão para figurar como parte em um dos pólos da relação processual. Toda pessoa física ou jurídica possui capacidade de ser parte. Fidei ser parte todo aquele que tiver capacidade de direito. Entrementes, a capacidade



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

12 Vara Cível e Comercial

Rua do Tingui, s/n, Campo da Pólvora, Sala 013 do Fórum Ruy

Barbosa, Nazaré - CEP 40040-380, Fone: 33206984, Salvador-BA

- E-mail: vrq@tjba.jus.br

vrq@tjba.jus.br

CERTIDÃO NARRATIVA DE OBJETO E PÉ

Processo nº: **0570830-91.2015.8.05.0001**
Classe Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário**
Exequente: **Banco Itau Unibanco SA**
Executado: **A.N.A EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (A.N.A IMPORT) e outros**

Data de Ajuizamento: 18/11/2015

Objeto: EXECUÇÃO DE CÉDULA DE RÉDITO BANCÁRIO

Fase atual: JUNTADA DE PETIÇÃO EM 31/03/2016

Informações adicionais: O VALOR DA CAUSA É R\$ 859.440,90 (OITOCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

Dados verificados no Sistema de Automação do Judiciário e certificados, nesta data. O referido é verdade, do que dou fé.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.

BÁRBARA MATTOS

Analista Judiciário - Supescrivã

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por Barbara Alcintera Sousa de Mattos. Para acessar os autos processuais, acesse o site <http://www.tjba.jus.br>, informe o processo 0570830-91.2015.8.05.0001 e o código 7272F-5D.

Doc. 07



Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu fone selecionado.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em segredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

Dados para Pesquisa

Foro: Todos os foros

Pesquisar por: Número do Processo

☒ Unificado
 ☐ Outros

Número do Processo: 0571543-66.2015.8.05.0001

n B K J w



Escute as letras



Gerar novo código

Digite o código aqui:

Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do Processo

Processo: 0571543-66.2015.8.05.0001 Suspensão

Classe: Execução de título extrajudicial

Área: Cível

Assunto: Contratos Bancários

Distribuição: Sorteio - 28/11/2015 às 15:43

12 Vara Cível e Comercial - Salvador

Controle: 2015/001492

Valor da ação: R\$ 391.494,13

Partes do Processo

☒ Exibir todas as partes.
 ☐ Exibir somente as partes principais.

Requerente: Banco do Brasil SA
 Advogado: Rafael Macedo da Rocha Loures
 Advogado: Lúcio Kainer Pereira Gionedlis
 Advogado: LAERTES ANDRADE MUKHOZ

Excoelente: A.N.A. EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA (A.N.A. IMPORT)

Excoelente: GRANOLA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

Excoelente: PATRIMÔNIAL XPTO LTDA

Excoelente: ANA LUCIA DE LACERDA MARQUES

Excoelente: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

Excoelente: RAFAEL DE LACERDA MARQUES

Excoelente: FILIPE DE LACERDA MARQUES

Movimentações

☒ Exibir todas as partes.
 ☐ Listar todas as movimentações.

Data	Movimentação
19/12/2015	Prazo alterado devido a: este na tabela de feriados Prazo referente ao usuário foi alterado para 18/01/2016 devido à alteração da tabela de feriados
03/12/2015	Junta da Petição Nº Protocolo: WEB1.15.01267342-5 Tipo da Petição: Apresenta Manifestação Data: 27/11/2015 10:53
03/12/2015	Junta da Petição Nº Protocolo: WEB1.15.01267342-5 Tipo da Petição: Apresenta Manifestação Data: 27/11/2015 09:09
28/11/2015	Publicação Relação: 0599/2015 Data de Disponibilização: 26/11/2015 Data de Publicação: 27/11/2015 Número do Diário: 1559
25/11/2015	Despacho/Decisão remetido ao D. Área de Justiça Eletrônica Relação: 0599/2015 Teor do ato: Decisão - Suspensão ou Sobrestamento - Por decisão judicial Advogado(s): LAERTES ANDRADE MUKHOZ (OAB 31627/BA), Rafael Macedo da Rocha Loures (OAB 38317/BA)

Petições diversas

Data	Tipo
27/11/2015	Apresenta Manifestação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

12 Vara Cível e Comercial

Rua do Tinguí, s/n, Campo da Pólvora, Sala 013 do Fórum Ruy

Barbosa, Nazaré - CEP 40040-380, Fone: 33206984, Salvador-BA

E-mail: vrg@tjba.jus.br

vrg@tjba.jus.br

CERTIDÃO NARRATIVA DE OBJETO E PÉ

Processo nº: **0571543-66.2015.8.05.0001**
Classe Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**
Exequente: **Banco do Brasil SA**
Executado: **A.N.A EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (A.N.A IMPORT) e outros**

Data de Ajuizamento: 20/11/2015

Objeto: EXECUÇÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Fase atual: JUNTADA PETIÇÃO EM 03/12/2015

Informações adicionais: O VALOR DA CAUSA É R\$ 391.494,13 (TREZENTOS E NOVENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E TREZE CENTAVOS)

Dados verificados no Sistema de Automação do Judiciário e certificados, nesta data. O referido é verdade, do que dou fé.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.

BÁRBARA MATTOS

Analista Judiciário - Subscrivã

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente por Bárbara Alcântara Sousa de Mattos. Para acessar os autos processuais, acesse o site <http://www.tjba.jus.br>, informe o processo 0571543-66.2015.8.05.0001 e o código 2272CF.

Doc. 08



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 001944648

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 15/03/2016, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado, músico, portador do RG: 164809619, CPF: 075.103.655-20, filho de Waldemar Henrique da Silva e Diva Marques da Silva, natural de Salvador - BA, nascido aos 05/09/1952, residente na RUA DA GRACA 292 APT 2201 , graça, graça, Salvador - BA. *****

Esta certidão abrange as Varas Criminais Comuns, Varas Criminais Especializadas, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas do Juri, Varas de Execuções Penais e Medidas Alternativas e Vara de Auditoria Militar e busca no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 15 de março de 2016.

Artur da Conceição Costa Neto

PEDIDO Nº:

001944648



Artur da Conceição Costa Neto
Sector de Certidão

Doc. 09



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Nº 23402

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado da Bahia**, que

N A D A C O N S T A

contra **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** nem contra o **CPF: 075.103.655-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (www.jfba.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 15/03/2016, 16h04.

Data da última atualização do banco de dados: 15/03/2016, 16h04.

Endereço: Av. Livsses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA,
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucjujba.trf1.gov.br

Doc. 10

Simples

Nº 1161383



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

NADA CONSTA

contra **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** nem contra o CPF: **075.103.655-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número do controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/04/2016, às 08h44.

Data da última atualização do banco de dados: 12/04/2016, 08h44.

Endereço: SAA/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-600,
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: seju@trf1.jus.br

Doc. 11



Tabelionato
de Protestos
de Títulos



CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 131404/2016

Data: 1561-002.095823

Nome: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

Documento: CPF 075.103.655-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, documento de identificação **CPF 075.103.655-20**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Ricardo Pinto da Silva, Substituto II, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 17 de Março de 2016


RICARDO PINTO DA SILVA
SUBSTITUTO II

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$7,17	R\$5,17	R\$2,20	R\$0,19	R\$14,73

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1561.AB056767-7
370GORPRI1
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

17/03/2016 10:16:57

1/1

Doc. 12



TABELIONATO
DE PROTESTO
DE TÍTULOS

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 168296/2016

Data: 1562-002.084260

Nome: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

Documento: CPF 075.103.655-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, documento de identificação **CPF 075.103.655-20**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.


O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Lucas Rotondano Gomes Lacrose de Almeida, Substituto Legal, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 17 de Março de 2016


LUCAS ROTONDANO GOMES LACROSE DE ALMEIDA
SUBSTITUTO LEGAL

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$7,17	R\$5,17	R\$2,20	R\$0,19	R\$14,73

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1562.AB055713-2
549LQF8V14
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

17/03/2016 10:14:28

1/1

Doc. 13



3º OFÍCIO
TABELIONATO
DE PROTESTO
DE TÍTULOS

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 132494/2016

Data: 1563-002-095294

Nome: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

Documento: CPF 075.103.655-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, documento de identificação **CPF 075.103.655-20**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Salezia Andrade de Moraes, Sub. Tabeliã, efetuei a busca.



SALVADOR-BA, 17 de Março de 2016

Salezia Andrade de Moraes

SALEZIA ANDRADE DE MORAES

SUB. TABELIÃ

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$7,17	R\$5,17	R\$2,20	R\$0,19	R\$14,73

Selo de Autenticidade/
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ata Notarial ou de Registro
1563.AB057699-4
B7V7VS561G
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

17/03/2016 09:27:09

1/1

Doc. 14



4º TABELIONATO
DE PROTESTOS
E TÍTULOS

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 136479/2016

Data: 1564-002.084745

Nome: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

Documento: CPF 075.103.655-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, documento de identificação **CPF 075.103.655-20**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, CAMILA PIRES CASTRO PASTORI, SUBSTITUTO(A) 02, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 17 de Março de 2016

Camila Pires Castro Pastori

CAMILA PIRES CASTRO PASTORI
SUBSTITUTO(A) 02

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$7,17	R\$5,17	R\$2,20	R\$0,19	R\$14,73

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1564.AB057868-7
V7CIE9IEGB
Consulte
www.tjba.jus.br/autenticidade

17/03/2016 10:14:49

1/1

Doc. 15

Brasão
Nacional -
Armas da
República

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**
Inscrição: **036657900558** Zona: 1 Seção: 74
Município: 38490 - SALVADOR UF: BA
Data de Nascimento: 05/09/1952 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: DIVA MARQUES DA SILVA
WALDEMAR HENRIQUE DA SILVA

Certidão emitida às 15:12 de 11/04/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **JLHE.YWLU.HS1D.GRUT**

Doc. 16

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**

Inscrição: **036657900558** Zona: 1 Seção: 74

Município: 38490 - SALVADOR UF: BA

Data de Nascimento: 05/09/1952 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: **DIVA MARQUES DA SILVA**

WALDEMAR HENRIQUE DA SILVA

Certidão emitida às 15:14 de 11/04/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo dos direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição, e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

A+X9.9N3F.YSWN.EFRL

Doc. 17

Doc. 18

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1033-1036.

[illegible]

The following table shows the number of cases of disease in the United States in 1990, by age group and sex. The data are presented in a table with 3 rows and 3 columns. The first row shows the number of cases for males, the second row for females, and the third row for the total. The columns show the number of cases for the age groups 0-14, 15-64, and 65+. The data is as follows:

Age Group	Male	Female	Total
0-14	100	120	220
15-64	150	180	330
65+	200	250	450

The following table shows the results of the regression analysis for the dependent variable of the number of days of absence due to illness. The independent variables are the age, sex, and the number of children in the household. The results show that the number of days of absence due to illness is positively related to the age of the individual, the sex of the individual, and the number of children in the household.

Ensemble $\mathcal{E} = \{E_1, \dots, E_n\}$ is said to be *orthogonal* if $E_i \perp E_j$ for all $i \neq j$. The orthogonal decomposition of \mathcal{E} is the decomposition of \mathcal{E} into orthogonal subensembles. The decomposition of \mathcal{E} into orthogonal subensembles is unique up to the order of the subensembles. The decomposition of \mathcal{E} into orthogonal subensembles is denoted by $\mathcal{E} = \mathcal{E}_1 \oplus \mathcal{E}_2 \oplus \dots \oplus \mathcal{E}_k$, where \mathcal{E}_i is the i -th orthogonal subensemble.

completo, e a única solução é $\mathbf{u} = \mathbf{0}$. Assim, a única solução não trivial é $\mathbf{u} = \mathbf{0}$, e a única solução não trivial é $\mathbf{u} = \mathbf{0}$. Assim, a única solução não trivial é $\mathbf{u} = \mathbf{0}$.

Después de haber leído el artículo, el lector puede hacer las siguientes actividades:

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2689-2695.

$\frac{1}{2} \left(\frac{1}{2} \right)^{n-1} = \frac{1}{2^n}$

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 1361-1366.

1. *Protophylla* sp. n. (Fig. 1)

Journal of Management Inquiry 20(1) 3-14

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1033-1036.

[illegible]

75. *Journal of Management Education*, 2000, 24(1), 10-16.

[illegible]

11. 11. 2019

THESE DOCUMENTS SONT DES REPRODUCTIONS DE QUALITE INFERIEURE. IL Y A DES RAYURES ET DES TACHES SUR CERTAINS DOCUMENTS.

DECLINAMOS ASSIM A RESPONSABILIDADE POR ESTES TERMOS DA LÍNGUA PORTUGUESA CONFORME CONSIDERAMOS A NÚMERO DIREITO.

[illegible]

Doc. 19

Doc. 20

2014年12月15日 星期一 14:15

1. **Section 101**
 2. **Section 102**
 3. **Section 103**
 4. **Section 104**
 5. **Section 105**
 6. **Section 106**
 7. **Section 107**
 8. **Section 108**
 9. **Section 109**
 10. **Section 110**
 11. **Section 111**
 12. **Section 112**
 13. **Section 113**
 14. **Section 114**
 15. **Section 115**
 16. **Section 116**
 17. **Section 117**
 18. **Section 118**
 19. **Section 119**
 20. **Section 120**
 21. **Section 121**
 22. **Section 122**
 23. **Section 123**
 24. **Section 124**
 25. **Section 125**
 26. **Section 126**
 27. **Section 127**
 28. **Section 128**
 29. **Section 129**
 30. **Section 130**
 31. **Section 131**
 32. **Section 132**
 33. **Section 133**
 34. **Section 134**
 35. **Section 135**
 36. **Section 136**
 37. **Section 137**
 38. **Section 138**
 39. **Section 139**
 40. **Section 140**
 41. **Section 141**
 42. **Section 142**
 43. **Section 143**
 44. **Section 144**
 45. **Section 145**
 46. **Section 146**
 47. **Section 147**
 48. **Section 148**
 49. **Section 149**
 50. **Section 150**
 51. **Section 151**
 52. **Section 152**
 53. **Section 153**
 54. **Section 154**
 55. **Section 155**
 56. **Section 156**
 57. **Section 157**
 58. **Section 158**
 59. **Section 159**
 60. **Section 160**
 61. **Section 161**
 62. **Section 162**
 63. **Section 163**
 64. **Section 164**
 65. **Section 165**
 66. **Section 166**
 67. **Section 167**
 68. **Section 168**
 69. **Section 169**
 70. **Section 170**
 71. **Section 171**
 72. **Section 172**
 73. **Section 173**
 74. **Section 174**
 75. **Section 175**
 76. **Section 176**
 77. **Section 177**
 78. **Section 178**
 79. **Section 179**
 80. **Section 180**
 81. **Section 181**
 82. **Section 182**
 83. **Section 183**
 84. **Section 184**
 85. **Section 185**
 86. **Section 186**
 87. **Section 187**
 88. **Section 188**
 89. **Section 189**
 90. **Section 190**
 91. **Section 191**
 92. **Section 192**
 93. **Section 193**
 94. **Section 194**
 95. **Section 195**
 96. **Section 196**
 97. **Section 197**
 98. **Section 198**
 99. **Section 199**
 100. **Section 200**

5. <http://www.elsevier.com/locate/ymbs>

Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) - São Paulo, SP, Brasil
 Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) - São Paulo, SP, Brasil
 Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) - São Paulo, SP, Brasil
 Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) - São Paulo, SP, Brasil

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE

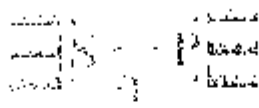
[illegible]

ආයුර්වේද උපදේශකයෙකු

Data	Movie/Episode	Complemento
1980-1981	Season 1: The Untouchables	Season 1: The Untouchables
1981-1982	Season 2: The Untouchables	Season 2: The Untouchables
1982-1983	Season 3: The Untouchables	Season 3: The Untouchables
1983-1984	Season 4: The Untouchables	Season 4: The Untouchables
1984-1985	Season 5: The Untouchables	Season 5: The Untouchables
1985-1986	Season 6: The Untouchables	Season 6: The Untouchables
1986-1987	Season 7: The Untouchables	Season 7: The Untouchables
1987-1988	Season 8: The Untouchables	Season 8: The Untouchables
1988-1989	Season 9: The Untouchables	Season 9: The Untouchables
1989-1990	Season 10: The Untouchables	Season 10: The Untouchables
1990-1991	Season 11: The Untouchables	Season 11: The Untouchables
1991-1992	Season 12: The Untouchables	Season 12: The Untouchables
1992-1993	Season 13: The Untouchables	Season 13: The Untouchables
1993-1994	Season 14: The Untouchables	Season 14: The Untouchables
1994-1995	Season 15: The Untouchables	Season 15: The Untouchables
1995-1996	Season 16: The Untouchables	Season 16: The Untouchables
1996-1997	Season 17: The Untouchables	Season 17: The Untouchables
1997-1998	Season 18: The Untouchables	Season 18: The Untouchables
1998-1999	Season 19: The Untouchables	Season 19: The Untouchables
1999-2000	Season 20: The Untouchables	Season 20: The Untouchables
2000-2001	Season 21: The Untouchables	Season 21: The Untouchables
2001-2002	Season 22: The Untouchables	Season 22: The Untouchables
2002-2003	Season 23: The Untouchables	Season 23: The Untouchables
2003-2004	Season 24: The Untouchables	Season 24: The Untouchables
2004-2005	Season 25: The Untouchables	Season 25: The Untouchables
2005-2006	Season 26: The Untouchables	Season 26: The Untouchables
2006-2007	Season 27: The Untouchables	Season 27: The Untouchables
2007-2008	Season 28: The Untouchables	Season 28: The Untouchables
2008-2009	Season 29: The Untouchables	Season 29: The Untouchables
2009-2010	Season 30: The Untouchables	Season 30: The Untouchables
2010-2011	Season 31: The Untouchables	Season 31: The Untouchables
2011-2012	Season 32: The Untouchables	Season 32: The Untouchables
2012-2013	Season 33: The Untouchables	Season 33: The Untouchables
2013-2014	Season 34: The Untouchables	Season 34: The Untouchables
2014-2015	Season 35: The Untouchables	Season 35: The Untouchables
2015-2016	Season 36: The Untouchables	Season 36: The Untouchables
2016-2017	Season 37: The Untouchables	Season 37: The Untouchables
2017-2018	Season 38: The Untouchables	Season 38: The Untouchables
2018-2019	Season 39: The Untouchables	Season 39: The Untouchables
2019-2020	Season 40: The Untouchables	Season 40: The Untouchables
2020-2021	Season 41: The Untouchables	Season 41: The Untouchables
2021-2022	Season 42: The Untouchables	Season 42: The Untouchables
2022-2023	Season 43: The Untouchables	Season 43: The Untouchables
2023-2024	Season 44: The Untouchables	Season 44: The Untouchables
2024-2025	Season 45: The Untouchables	Season 45: The Untouchables

Doc. 21

Doc. 22



GOBIERNO DEL JUSTICIA DO ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE CONSUMIDORES

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

EX. MO. Nº 15.341

Atende-se ao pedido de suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, do Juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

Atende-se ao pedido de suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO E DO

De acordo com o teor do pedido de suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

EX. MO. Nº 15.341, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, EX. MO. Nº 15.341, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/05/2016. VALOR DA CAUSA: R\$ 15.341,00.

REQUERENTE(S)

EX. MO. Nº 15.341, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

REQUERIDO(S)

EX. MO. Nº 15.341, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

SITUAÇÃO PROCESSUAL

EX. MO. Nº 15.341, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

EX. MO. Nº 15.341, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

EX. MO. Nº 15.341, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

NADA MAIS a ser feito, em virtude do teor do pedido de suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE, NOS TERMOS DA LEI 11.196/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

EX. MO. Nº 15.341, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016, em razão da suspensão da execução do processo nº 15.341/2016.

Doc. 23



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

11/04/2016

001975523

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS - PESSOA FÍSICA

CERTIDÃO Nº: 001975523

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia anteriores a data de 11/04/2016, verifiquei CONSTAR a distribuição abaixo relacionada em nome de:

MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, portador do RG: 311471277, CPF: 295.633.645-20, residente na Rua Professor Aristides Novis, 123, Salvador - BA. *****

SALVADOR:

“Art. 10º - Toda e qualquer distribuição de processo deverá ser registrada eletronicamente, sob pena de nulidade, no sistema de distribuição de processos, a partir de 01/04/2016. Art. 10º - Toda e qualquer distribuição de processo deverá ser registrada eletronicamente, sob pena de nulidade, no sistema de distribuição de processos, a partir de 01/04/2016.”

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 11 de abril de 2016.

Artur da Conceição Costa Neto

PEDIDO Nº:

001975523



Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

Doc. 24


[Ajuda](#)
[Ajuda](#)
[Ajuda](#)
[Tribunal de Justiça](#)
[Identificar-se](#)
[Desenvolvimento](#)

Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Pesquisas realizadas pelo sistema de pesquisa identificam os processos pelo número do processo, com o seu fato gerador.
- Filtragem: Clique para obter mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baseados em seleção de prazos distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa por o número do processo.

Dados para Pesquisa

Filtro: Todos os filtros ▼

Pesquisar por: Número do Processo ▼

Classificação: Outros

Número do Processo: 0097802-58.2007.8.05.0001 8.05 0001

Dados do Processo

Processo: 0097802-58.2007.8.05.0001

Classificação: Execução

Atividade: Cível

Total Filas: 24/07/2016 11:08 - Cartão: ESFAR01 26 - B

Distribuição: Sentença - 05/06/2007 às 08:24

em Vara de Ações de Consumo - Seleção

Conteúdo numérico: 0001 507.000 1/2000 07

Valor da causa: R\$ 75.231,75

Partes do Processo

- Aut. Banco do Brasil S.A.
- Aut. Lúcio Luiz Lourenço Pereira Gomes
- Aut. Luciano Produtos Automáticos Ltda
- Aut. Cristiane de Souza Lima
- Aut. Munira Kolamborg da Fonseca Filho

Movimentações

Exiba: 10 linhas - Filtrar: todas as movimentações.

Data	Movimento
12/09/2014	Intida de Petição Intida a petição diversa - Tipo: Juntado de Execução - Minem. Abaixo - Protocolo: PCIV14020615177 Complementar: EM ANEXO PROCURAÇÃO E SUBSTANCIAMENTO
08/11/2009	Conclusão TIPO DE CONCLUSÃO PARA DESPACHO/DECISÃO Observação: 2007- pela 02 Usuário: ADEMOISA
05/09/2008	Apense 50 Observação: apense de processo 219/973-7/2007-A de extinção Usuário: VMSCHADAF
21/07/2008	Juntado Observação: por conc. a 16 Usuário: ENQUEIROZ
19/06/2008	Juntado Observação: juntado processo 15 Usuário: ENQUEIROZ

Petições diversas

Data	Tipo
29/04/2014	Juntado de Execução EM ANEXO PROCURAÇÃO E SUBSTANCIAMENTO

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

Audiências

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

6ª Vara de Relações de Consumo

Rua do Tingui, s/n, Campo da Pólvora, Sala 303 do Anexo Prof.
Orlando Gomes, Nazaré - CEP 40040-380, Fone: (3129) 6063.
Salvador-BA E-mail: vr6@tjba.jus.br
vr6@tjba.jus.br

CERTIDÃO NARRATIVA

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada, que consta autuado e com tramitação neste Juízo de Direito da(o) 6ª Vara de Relações de Consumo da Salvador, Estado da Bahia, o processo a seguir identificado.

Processo nº: **0092802-58.2007.8.05.0001**
Classe Assunto: **Execução - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
Autor: **Banco do Brasil Sa**
Réu: **Luccamar Produtos Aquaticos Ltda e outros**

Data de Ajuizamento: 05/06/2007

Objetoração de execução.

Fase atual: juntado petição em 12/09/2014.

Informações adicionais: valor da causa: R\$ 76.231,79.

Dados verificados no Sistema de Automação do Judiciário e certificados, nesta data. O referido é verdade, do que dou fé.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.

Marcus Vinicius Grangeon Cersosimo
Diretor de Secretaria

Doc. 25



12/04/2016

001978455

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 001978455**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 12/04/2016, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, portador do RG: 311471277, CPF: 295.633.645-20, filho de **Maurício Rollemberg da Fonseca e Anna Maria Tourinho da Fonseca**, residente na Rua Professor Aristides Novis, 123, Salvador - BA. *****

Esta certidão abrange as Varas Criminais Comuns, Varas Criminais Especializadas, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas do Júri, Varas de Execuções Penais e Medidas Alternativas e Vara de Auditoria Militar e busca no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos.

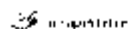
Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 12 de abril de 2016.

PEDIDO Nº:**001978455**

Artur da Conceição Costa Nelo
Artur da Conceição Costa Nelo
Setor de Certidão

Doc. 26



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Nº 1168614

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

NADA CONSTA

contra **MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO** nem contra o CPF: **295.633.645-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PREST 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/04/2016, às 14h26.

Data da última atualização do banco de dados: 12/04/2016, 14h26.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

Doc. 27



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

14/04/2016

001975571

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS - PESSOA FÍSICA

CERTIDÃO Nº: 0019/5571

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 11/04/2016, verifiquei CONSTAR as distribuições abaixo relacionadas em nome de

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO, portador do RG: 0582310997, CPF: 565.834.005-53, residente na Rua Professor Clementino Fraga, n. 198, apt. 2201, Salvador - BA. *****

SALVADOR

Processo nº 001975571, de competência do Juízo de Direito do 1º Grau, em trâmite no 1º Juízo de Direito do Poder Judiciário, Arquivado em 11/04/2016, Data: 11/04/2016, Autor: **Peixoto, Antônio Carlos de Magalhães Neto**, *****
e 4ª Vara de Família e Pátrio Potestade, Processo nº 001975571, de competência do 1º Juízo de Direito do Poder Judiciário, Arquivado em 11/04/2016, Data: 11/04/2016, Autor: **Peixoto, Antônio Carlos de Magalhães Neto**, *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas do Registro Público, Varas do Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 11 de abril de 2016

Assinatura do Autor

PEDIDO Nº:

001975571



Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

Doc. 28



Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em segredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

Dados para Pesquisa

Foro: Todos os foros ▼

Pesquisar por: Número do Processo ▼

☒ Unificado ☐ Outros

Número do Processo: 0327054-30.2012 8.05 0001

Dados do Processo

Processo: 0327054-30.2012-8.05.0001

Classe: Procedimento Ordinário

Área: Cível

Assunto: DIREITO CIVIL

Local Físico: 23/09/2015 15:36 - Cartório - ESTANTE 32 K. GUILHERME

Distribuição: Sorteio - 04/04/2012 às 08:22

6ª Vara de Relações de Consumo - Salvador

Controle: 2012/000305

Valor da ação: R\$ 500.000,00

Partes do Processo

Exibindo somente as principais partes. «Exibir todas as partes.

Autor: Everaldo Calasans de Almeida Filho
Advogado: RODRIGO MORAES FERREIRA
Advogado: RICARDO DUARTE GUIMARAES

Réu: Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto
Advogado: LILIAN MARIA SANTIAGO REIS

Movimentações

Exibindo 5 últimas. «Listar todas as movimentações.

Data	Movimento
30/07/2015	Juntada de Petição Juntada a petição diversa - Tipo: Juntada De Substabelecimento em Procedimento Ordinário - Número: 80007 - Protocolo: PCIV12005467708
30/07/2015	Juntada de Petição Juntada a petição diversa - Tipo: Juntada De Documento em Procedimento Ordinário - Número: 80002 - Protocolo: PCIV12004576117
19/11/2014	Audiência designada Conciliação Data: 03/12/2014 Hora 09:00 Local: Sala de Audiência Situação: Designada
30/10/2014	Publicado Relação : 0238/2014 Data da Disponibilização: 30/10/2014 Data da Publicação: 31/10/2014 Número do Diário: Página:
29/10/2014	Despacho/Decisão remetido ao Diário de Justiça Eletrônico Relação: 0238/2014 Teor do ato: Aos 28 de outubro de 2014, nesta cidade Salvador, Estado da Bahia, às 10:00h, na sala de audiência desta 10ª Vara dos Feitos de Rel. de Cons., Civ. e Comerciais, onde se achavam presentes a Exma. Sra. Juíza de Direito Maria de Lourdes Oliveira Araújo comigo o Assessor de Juiz, presente apenas o advogado do autor Bel. RICARDO DUARTE GUIMARAES OAB/BA 35997. Iniciados os trabalhos, foi dito pela Doutora Juíza que: Examinados os autos, verifico que ambas as partes requereram o adiamento desta assentada visando a composição amigável do feito. Diante disso, fica redesignada esta audiência para o dia 03 de dezembro de 2014 às 09:00 horas, saindo intimada a parte autora. Os demais deverão ser intimados por meio de publicação na imprensa oficial. E nada mais havendo, mandou a Doutora Juíza encerrar este termo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Eu, Maurício da França Rocha e Rocha, o subscrevi. Maria de Lourdes Oliveira Araújo Juíza de Direito Advogado(a) do(a) Autor(a): Advogados(s): ADEMIR ISMERJIM MEDINA (OAB 7829/BA), LILIAN MARIA SANTIAGO REIS (OAB 17117/BA), RODRIGO MORAES FERREIRA (OAB 16590/BA)

Petições diversas

Data	Tipo
24/04/2012	Juntada De Documento
07/05/2012	Prestando Informações
14/05/2012	Juntada De Documento
22/05/2012	Juntada De Substabelecimento
06/06/2012	Solicita Providências
06/06/2012	Contestação
26/06/2012	Contestação
16/07/2012	Juntada De Substabelecimento



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

6ª Vara de Relações de Consumo

Rua da Baía, s/n, Campo da Polvora, Sala 303 do Anexo Prof.
Orlando Gomes, Nazaré - CEP 40040-380, Fone: 3320-6683,
Salvador - BA - E-mail: vrg@tjba.jus.br
vrg@tjba.jus.br

Justiça Gratuita
Prioridade Idoso

CERTIDÃO NARRATIVA

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada, que consta autuado e com tramitação neste Juízo de Direito da(o) 6ª Vara de Relações de Consumo da Salvador, Estado da Bahia, o processo a seguir identificado.

Processo nº: **0327054-30.2012.8.05.0001**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO CIVIL**
Autor: **Everaldo Calasans de Almeida Filho e outro**
Réu: **Antonio Carlos Peixoto de Magalhaes Neto e outro**

Data de Ajuizamento: 04/04/2012

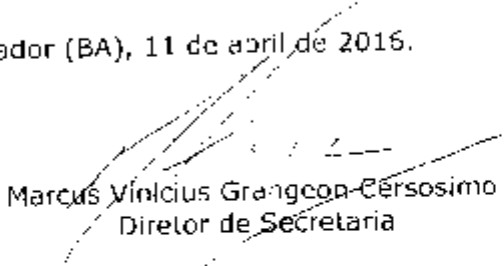
Objeto: ação de procedimento ordinário.

Fase atual: juntada petição em 30/07/2015.

Informações adicionais: valor da causa: R\$ 500.000,00.

Dados verificados no Sistema de Automação do Judiciário e_ certificados, nesta data. O referido é verdade, do que dou fé.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.


Marcus Vinicius Grangeon-Cersosimo
Diretor de Secretaria

Doc. 29



CÁDASTRO

CADASTRO

ALERTAS

Identificar-se

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - Processo nº 0505115-24/2014

Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processo digitalizado no PJeS no qual não se localizaram as informações referentes ao processo, com o 2º grau sendo indefinido.
- Atividade que que opere com mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baseados em segredo de justiça ou distribuídos no meio eletrônico apresentando sua identificação pelo número do processo.

Dados para Pesquisa

Filtro: Todos os filtros ▼

Pesquisar por: Número do Processo ▼

Unificado Outros

Número do Processo: 0505115-24/2014 N.º: 000.

Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do Processo

Processo nº 0505115-24/2014, 05.000.

Classe: Ação Civil Cível

Subclasse: Cível

Assunto: Competência: Instância

Instância processual: 1ª Instância Judicial - Tribunal Urbano

Distribuição: Sorteio - 04/03/2014 às 10h15

4ª Vara da Fazenda Pública - Salvador

Controlador: 20140020731

Valor da causa: R\$ 1.000,00

Partes do Processo

Exibir somente as partes principais

Adv. Alcido da Anunciação
Advogado: MAB CASTRO DE MATOS SOUSA

Adv. Anderson Abdonio da Silva
Advogado: MAB CASTRO DE MATOS SOUSA

Adv. Prefeitura Municipal de Salvador RJ
Adv. Ministério Público do Estado de Salvador

Adv. Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto
Adv. Ministério Público do Estado de Salvador

Movimentações

Exibir somente as movimentações

Data	Movimento
10/03/2014	Publicado Atuação: 10/03/2014 Data de Apresentação: 04/03/2014 Data de Publicação: 04/03/2014 Número do Unificado: 1188
07/03/2014	Despacho/Decisão remetida ao Diário da Justiça Eletrônico Atuação: 07/03/2014 Tipo de Ação: Manifestação a parte autora, querendo, sobre a contestação e documentos, no prazo de 10 (dez) dias. Publique-se. Intime-se. Salvador (BA). 06 de maio de 2014. Mário Augusto Albani Alves Júnior Juiz de Direito Advogado(s): MAB CASTRO DE MATOS SOUSA (OAB 3555/BA), Procurador do Município de Salvador (OAB 99990007/BA)
07/03/2014	<input type="checkbox"/> Proferido despacho de mero expediente Manifestação a parte autora, querendo, sobre a contestação e documentos, no prazo de 10 (dez) dias. Publique-se. Intime-se. Salvador (BA). 06 de maio de 2014. Mário Augusto Albani Alves Júnior Juiz de Direito
25/04/2014	Concluído para despacho
15/04/2014	Junta de Petição Atuação: 14/04/2014-6 Tipo de Petição: Contestação Data: 16/04/2014 11:35

Petições diversas

Data	Tipo
27/03/2014	Outros
16/03/2014	Contestação

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculadas a este processo.

Audiências

Não há Audiências fixadas vinculadas a este processo.

Arquivo de Log de Acesso em nome do usuário: Inform@tk - Login de Valéria



**JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DA CAPITAL**

CERTIDÃO passada a pedido
verbal de pessoa interessada, na forma
abaixo:

Eu, DORAILZE SOARES DE SOUZA, Subscrivã
da 4ª Vara da Fazenda Pública, da Comarca da Capital do Estado da Bahia,
seu termo etc...

CERTIFICO e dou fé a todos que a presente certidão virem ou dela
conhecimento tiverem, que revendo os livros Tombo e Registro e bem
assim consulta ao fichário e ao Sistema de Informática, com busca de mais
de 10 (dez) anos, encontrei ação popular movida por Alcindo da
Anunciação e Anderson Alconso da Silva, CPF nº 037.612.155-68 e nº
014.053.435-08, respectivamente, **PROC Nº 0505116-24.2014.805.0001**,
proveniente do Imposto Predial Territorial Urbano, EXERCÍCIO 2014,
contra a PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR, EM 06 DE
MAIO DE 2014 PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE:
“Manifeste-se a parte autora, querendo, sobre a contestação e documentos,
no prazo de 10 (dez) dias. Publique-se. Intimem-se.”. Data e passada nesta
Cidade de Salvador, aos 11 de abril de 2016. Eu, digitei e Eu

Dorailze Soares de Souza Subscrivã, subscrevi.

Dorailze Soares de Souza
Dorailze Soares de Souza
Subscrivã - Cad. 807642-1
Tribunal de Justiça da Bahia
4ª Vara da Fazenda Pública

Doc. 30



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 001978464

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 12/04/2016, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO, portador do RG: 0582310997, CPF: 565.834.005-53, filho de Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Junior e Maria do Rosário Vianna de Magalhães, residente na Rua Professor Clementino Fraga, n. 198, apt. 2201, Salvador - BA. *****

Esta certidão abrange as Varas Criminais Comuns, Varas Criminais Especializadas, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas do Júri, Varas de Execuções Penais e Medidas Alternativas e Vara de Auditoria Militar e busca no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição do termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser confenda pelo interessado e/ou destinatário.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 12 de abril de 2016.

PEDIDO Nº:

001978464



Artur da Conceição Costa Neto
Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

Doc. 31



Nº 1168757

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO** nem contra o **CPF: 565.834.005-53**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (Individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (Individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de Instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitam no PJe no 1º grau. (Resolução PREST 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/04/2016, às 14h29.

Data da última atualização do banco de dados: 12/04/2016, 14h29.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A - Praça dos Tribunais Superiores - CEP: 70070-300.
Fone: (61) 3314-5225. - E Mail: seju@trf1.jus.br

Doc. 32



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

CERTIFICA-SE, para efeito de origem, na data e no local, pública, regular e legal, verificando-se no âmbito do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS os registros e a distribuição dos PROCESSOS CÍVEIS de competência judicial em virtude até a presente data NADA CONSTA na Segunda Instância na íntima.

Requerente: PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

CNPJ: 069.233.728-33

Residência: Brasília

Endereço Civil: Casadinho

Registro de identidade e órgão expedido: 122704373 SSP/MG

Outorgante: Antonio Alves Brasileiro e Marc Flávio Brasileiro

Outorgada: Rua Professora Helena Reis - 1181 - Centro - CEP 37000-000 -

Viçosa, Minas Gerais

Belo Horizonte (MG), 17 de Março de 2016, às 15:35:05 horas.

Observações:

1. O presente documento eletrônico foi gerado automaticamente

em virtude da integração entre o CPE e o PJE, durante o processo de implantação do sistema de processamento eletrônico.

2. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site portal.tjmg.jus.br ou no site do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), para consulta de informações que foram expedidas.

3. Para maiores informações consulte o site do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no endereço www.tjmg.jus.br, ou consulte a biblioteca de documentos do CPE/CJPE informada, bem como consulte o site eletrônico da página eletrônica do TJMG.

4. Este é um documento eletrônico assinado eletronicamente.

5. O presente documento eletrônico não pode ser utilizado para fins de controle de qualidade de qualquer forma que seja.

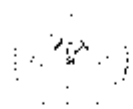
6. O presente documento eletrônico foi gerado no âmbito do Projeto de Modernização do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, em 12/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Código de Autenticação: 24D7-EE54-0366-2957

Atenção: qualquer rasura ou alteração invalida este documento

Fls. 001 - Rio de Janeiro, 2016 - Centro - Paralela 100 - MG - CEP 20.195-925 - Fone: (21) 3033-0170

Doc. 33



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

CERTIDAO JUDICIAL CRIMINAL

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados, que o(a) supracitado(a) interessado(a) encontra-se registrado(a) no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS no registro de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência ordinária em razão de a presente não NADA CONSTA na Segunda Instância criminal.

Pessoa Física: PAULO AUGUSTO ALVES BRAGA FILHO

CPF: 069.235.728-35

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado(a)

Registro de identidade e órgão expedidor: 137/64373 SSP/MG

Filiação: Antonio Alves Brasilino e Maria Emma Brasilino

Endereço: Rua Professora Helena Reis - N.º 11 - Centro - CEP 37000-000 -

Corumbá, Minas Gerais

Belo Horizonte (MG) - 17 de Março de 2016, às 15:35:45 horas.

Observações:

Atenção: de acordo com a Lei nº 13.127/2016, a certidão judicial

de distribuição de processos criminais deve conter o nome completo do(a) interessado(a), o número do registro de identidade e o órgão expedidor.

A certidão judicial de distribuição de processos criminais deve conter o nome completo do(a) interessado(a), o número do registro de identidade e o órgão expedidor.

A certidão judicial de distribuição de processos criminais deve conter o nome completo do(a) interessado(a), o número do registro de identidade e o órgão expedidor.

A certidão judicial de distribuição de processos criminais deve conter o nome completo do(a) interessado(a), o número do registro de identidade e o órgão expedidor.

A certidão judicial de distribuição de processos criminais deve conter o nome completo do(a) interessado(a), o número do registro de identidade e o órgão expedidor.

A certidão judicial de distribuição de processos criminais deve conter o nome completo do(a) interessado(a), o número do registro de identidade e o órgão expedidor.

Código de Autenticação: 1B8C-10BF-61EE-4B1D

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

Fls. 03 - Rua Goiás, 229 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP 31190-005 - Fone: (31) 3267-6370

Doc. 34

Nº 948923



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, para ciência dos interessados, que a distribuição de processos e atos processuais ocorridos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que:

NADA CONSTA

em nome de **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO** nem com o CPF. **059.238.728-38**

Observações:

1. O parâmetro de pesquisa para distribuição de atos processuais em virtude da existência de nome e/ou processos e procedimentos de competência originária do Juízo de origem, origem e tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sujeitos a qualquer medida que possa instruir eventual investigação;

2. Também estão excluídas da pesquisa as providências que tramitam no âmbito do Juízo de origem de natureza de segurança (individual e coletiva), ações coletivas (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de responsabilidade objetiva individual e coletiva, ambas civis), ações de indenização originária de processo que tramitam no RJU, suspensas ou aguardando julgamento por decisão além das apelações em dois graus que tramitam no 1º e 2º grau de jurisdição (RDCST 22, de 27/11/2014);

3. Para obter mais detalhes desta certidão, clicar no link disponível no portal do Poder Judiciário Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de registro do ato distribuído.

Emitida eletronicamente pela informat em: 14/03/2019, às 14h55.

Data de última atualização do banco de dados: 14/03/2019, 14h55

Endereço: SAUBOTE - Quadra 2, Bloco 2, Praça dos Tribunais Superiores - CEP: 20070-903,
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20070-903 - Fone: (21) 3304-5235 - Fax: (21) 3304-5235

Doc. 35

Doc. 36

Ilustríssimo Senhor

Altair de Santana Pereira

M. D. Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga do Ministério das Comunicações

Ref.: **Ofício n. 7443/2016/SEI-MC**

Processo n. 53000.044858/2013-75

RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o n. 13.065.495/0001-89, sita à Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, executante de radiodifusão, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, através de seu sócio-administrador ao final assinado, em atendimento às exigências formulada por este Ministério conforme Nota Técnica n. 5084/2016/SEI-MC e registradas no Ofício de número em epígrafe, utiliza-se do presente para requerer a juntada da documentação requerida e ora descrita abaixo:

- Documentos relativos à Rádio 91 FM LTDA.: Declaração de que a Entidade sob comento atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço de radiodifusão (**Doc. 01**); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**Doc. 02**); Certidão Negativa de Pedido de Concordata, Falência e Recuperação Judicial (**Doc. 03**); Laudos de Vistoria Técnica e de Ensaio (**Doc. 04**).
- Documentos relativos ao Sr. Washington Bell Marques da Silva: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 05**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0570830-91.2015.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 06**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0571543-66.2015.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 07**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal Estadual (**Doc. 08**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 1º Grau da Justiça Federal (**Doc. 09**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 2º Grau da Justiça Federal (**Doc. 10**); Certidão Negativa do 1º Tabelionato de Protestos de Títulos (**Doc. 11**); Certidão Negativa do 2º Tabelionato de Protestos de Títulos (**Doc. 12**); Certidão Negativa do 3º Tabelionato de Protestos de Títulos (**Doc. 13**); Certidão Negativa do 4º Tabelionato de Protestos de Títulos (**Doc. 14**); Certidão Negativa de Condenação Criminal Eleitoral (**Doc. 15**); Certidão Quitação Eleitoral (**Doc. 16**).
- Documentos relativos à Sra. Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 17**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 9161946-23.2003.8.26.0000 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 18**).
- Documentos relativos à Sra. Adriana Coutinho Nogueira: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 19**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0158785-08.2010.8.26.0100 comprovando o

4



arquivamento do feito em razão do seu trânsito em julgado, de modo que é impossibilitado à ora Requerente juntar tempestivamente a certidão de objeto e pé do feito (**Doc. 20**).

- Documentos relativos ao Sr. Edson Firmino de Paula: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 21**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0050401-11.2007.8.26.0114 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 22**).
- Documentos relativos ao Sr. Maurício Rollemberg da Fonseca Filho: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 23**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0092802-58.2007.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 24**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal Estadual (**Doc. 25**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 2º Grau da Justiça Federal (**Doc. 26**).
- Documentos relativos ao Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto: Certidão Positiva do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 27**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0327054-30.2012.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 28**); Espelho de Movimentação Processual relativo ao processo n. 0505116-24.2014.8.05.0001 bem como a correspondente sua Certidão de Objeto e Pé (**Doc. 29**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal Estadual (**Doc. 30**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 2º Grau da Justiça Federal (**Doc. 31**).
- Documentos relativos ao Sr. Paulo Augusto Alves Brasileiro: Certidão Negativa do Distribuidor Cível Estadual (**Doc. 32**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal Estadual (**Doc. 33**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível e Criminal de 2º Grau da Justiça Federal (**Doc. 34**); Certidão Negativa do Distribuidor Cível de 1º Grau da Justiça Federal (**Doc. 35**); Certidão Negativa do Distribuidor Criminal de 1º Grau da Justiça Federal (**Doc. 36**).

Assim sendo, nada mais havendo a ser acostado ao feito em razão da completa satisfação das exigências apontadas na Nota Técnica acima mencionada conforme Ofício encaminhado e epigrafado, é a presente para requerer seja dado prosseguimento ao pedido de renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio 91 FM Ltda.

Nestes Termos,
Pede Juntada e Deferimento.

De Salvador (BA) para Brasília (DF), 12 de abril de 2016.


Maurício Rollemberg da Fonseca Filho

RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ/MF nº 13.065.495/0001-89



Doc. 01

DECLARAÇÃO

RÁDIO 91 FM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Aristides Novis, n. 123, Federação, CEP: 40.210-630, inscrita no CNPJ/MF sob n. 13.065.495/0001-89, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. **Maurício Rollemberg da Fonseca Filho**, brasileiro, natural de Salvador (BA), divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA n. 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o n. 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Professor Aristides Novis, n. 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, declara, para os devidos fins, que esta Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço de radiodifusão que presta à sociedade.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.



Maurício Rollemberg da Fonseca Filho
CPF n. 295.633.645-20

RÁDIO 91 FM LTDA.
13.065.495/00001-89



Doc. 02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO 91 FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 13.065.495/0001-89

Certidão nº: 34138759/2016

Expedição: 11/04/2016, às 11:00:09

Validade: 07/10/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO 91 FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.065.495/0001-89**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Doc. 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 001975555

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 11/04/2016, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

RÁDIO 91 FM LTDA., portador do CNPJ: 13.065.495/0001-89, estabelecida na Rua Professor Aristides Novis, 123, Salvador - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que o valor de R\$ 14,04 foi pago através do DAJ (Documento de Arrecadação Judiciária).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 11 de abril de 2016.

PEDIDO Nº:

001975555



Artur da Conceição Costa Neto
Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

Doc. 04

Laudo de Vistoria Técnica	
Renovação de Outorga	
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	
1- Identificação	
1.1- Nome/Razão Social: Rádio 91 FM LTDA	
1.2- Indicativo de chamada: ZYC315	1-2- Horário de funcionamento: 00:00h – 24:00h
2- Localização da estação transmissora	
2.1- Endereço: Rua Professor Aristides nº 123	
Cidade: Salvador	UF: Ba
CEP: 40.210-630	Telefone: 71-3203-1270
2.2- Coordenadas Geográficas	
Latitude: 13° 00' 14" 00" S	
Longitude: 38° 30' 41" 00" W	
2.3 - Transmissor Principal	
2.3.1- Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda	
2.3.2 – Modelo: FM25000S	
2.3.3- Homologação/Certificação: 0833070518	
2.3.4- Potência de operação(kW): 25,000 Potência medida(kW): 23,500	
2.3.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 91,3 Frequência medida(MHz): 91,300	
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (+2000 Hz): 569	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(X) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não

FVT-RO- FM

que 350 Volts	
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(X) Sim () Não
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	(X) Sim () Não
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga;	(X) Sim () Não
2.4- Transmissor Auxiliar	
2.4.1- Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda	
2.4.2 – Modelo: FM 10000	
2.4.3- Homologação/Certificação: 013589xxx0518	
2.4.4- Potência de operação(kW): 10,00 Potência medida(kW): 9,4	
2.4.5- Frequência(PBFM)[MHz]: 91,3 Frequência medida(MHz): 91,300	
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (+2000 Hz): 489	
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(X) Sim () Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:	(X) Sim () Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(X) Sim () Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(X) Sim () Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	(X) Sim () Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(X) Sim () Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	(X) Sim () Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(X) Sim () Não
2.5- Sistema Irradiante Principal	
2.5.1- Antena	
2.5.1.1- Fabricante: IF TELECOM ANTENAS LTDA	
2.5.1.2- Modelo: IFFMCAP-02-91,3-30-A1	

FVT-RO- FM

2.5.1.3- Quantidade de Elementos: 2 Níveis	
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]: 160	
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV): 350°	
2.5.2- Linha de Transmissão Principal	
2.5.2.1- Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS	
2.5.2.2- Modelo: HCA318-50J	
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar	
2.6.1- Antena	
2.6.1.1- Fabricante: ---	
2.6.1.2- Modelo: ---	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos: ---	
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]: ---	
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV): ---	
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar	
2.6.2.1- Fabricante: ---	
2.6.2.2- Modelo: ---	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não
3- Outros equipamentos de uso compulsório:	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	(X) Sim () Não
3.2- Limitador de modulação:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.3- Monitor de modulação:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial).	() Sim (X) Não
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	78
3º Harmônico	80
Espúrios	83
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida(dB):
2º Harmônico	80
3º Harmônico	80
Espúrios	82

FVT-RO- FM

4.3- Existência de interferência prejudicial:	() Sim (X) Não
5- Outras Constatações:	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(X) Sim () Não
6. Estudos	
6.1- Estúdio Principal	
6.1.1- Endereço: Rua Professor Aristides nº 123	
6.2- Estúdio Auxiliar	
6.2.1- Endereço: ---	
7. Informações Adicionais	

8- Instrumentos Utilizados na Vistoria: Analisador de Espectro ETH – HANDHELD TV ANALYSER 8 GHz – Wattímetro Bird.	
9- Responsável pela vistoria técnica:	
Nome: Celso Hipólito Cruz Formação: Engenharia Elétrica CREA: 050656680-3 Local: Salvador Data: 18 / 03 / 16 Assinatura: 	
Representante legal da Entidade Nome: MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO Assinatura:	

FVT-RO- FM



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20160036513

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

CELSONO HIPOLITO CRUZ

Título profissional: Engenharia industrial modalidade elétrica

RNP: 050656680-3

2. Contratante

Contratante: RADIO 91 FM LTDA

RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS

Complemento:

Cidade: SALVADOR

País:

Telefone:

Contrato: Não especificado

Valor: R\$ 1,00

Ação Institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

CPF/CNPJ: 13.065.495/0001-89

Nº: 123

CEP: 40210630

Email: cleriston.franca@redabahia.com.br

Celebrado em: 01/03/2016

Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: RADIO 91 FM LTDA

RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS

Complemento:

Cidade: SALVADOR

Telefone:

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0

Data de Início: 14/03/2016

Finalidade: SEM DEFINIÇÃO

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

CPF/CNPJ: 13.065.495/0001-89

Nº: 123

CEP: 40210630

Email: cleriston.franca@redabahia.com.br

Previsão de término: 16/03/2016

4. Atividade Técnica

5 - Coordenação

65 - Laudo > CREA-BA-1025 -> ELÉTRICA - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E
 TÉCNICAS -> COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO -> #239 - RADIODIFUSÃO

Quantidade

Unidade

2,00

d

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de vistoria da estação do Serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada da Rádio 91 FM Ltda - localidade de Salvador/BA.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

SALVADOR, 18 de MARÇO de 2016

Local

data

CELSONO HIPOLITO CRUZ - CPF: 489.538.905-78

RADIO 91 FM LTDA - CNPJ: 13.065.495/0001-89

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 74,37

Pago em: 17/03/2016

Nossa Número: 45720970

Doc. 05



11/04/2016

001975451

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS - PESSOA FÍSICA

CERTIDÃO Nº: 001975451**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 11/04/2016, verifiquei CONSTAR as distribuições abaixo relacionadas em nome de:

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, portador do RG: 0164809619, CPF: 075.103.655-20, residente na Rua da Graça, 292, apt. 2201, Salvador - BA *****

SALVADOR

» 1ª Vara Cível e Comercial. Processo: 0177930-91.2015.8.00.0001. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Cobrança do Crédito Bancário. Data: 16/11/2015. Expediente: Ronda Ilum Unibanco SA. *****

» 1ª Vara Cível e Comercial. Processo: 0371647-86.2015.8.00.0001. Ação: Execução de Título Extrajudicial. Assunto: Contratos Bancários. Data: 17/11/2015. Expediente: Ronda Ilum SA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas do Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 11 de abril de 2016

Artur da Conceição Costa Neto

PEDIDO Nº:**001975451**

Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

Doc. 06



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

12 Vara Cível e Comercial

Rua do Tingui, s/n, Campo da Pólvora, Sala 013 do Fórum Ruy

Barbosa, Nazaré - CEP 40040-380, Fone: 33206984, Salvador-BA

- E-mail: vrq@tjba.jus.br

vrq@tjba.jus.br

CERTIDÃO NARRATIVA DE OBJETO E PÉ

Processo nº: **0570830-91.2015.8.05.0001**
Classe Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário**
Exequente: **Banco Itau Unibanco SA**
Executado: **A.N.A EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (A.N.A IMPORT) e outros**

Data de Ajuizamento: 18/11/2015

Objeto: EXECUÇÃO DE CÉDULA DE RÉDITO BANCÁRIO

Fase atual: JUNTADA DE PETIÇÃO EM 31/03/2016

Informações adicionais: O VALOR DA CAUSA É R\$ 859.440,90 (OITOCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

Dados verificados no Sistema de Automação do Judiciário e certificados, nesta data. O referido é verdade, do que dou fé.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.

BÁRBARA MATTOS

Analista Judiciário - Supescrivã

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por Barbara Alcintera Sousa de Mattos. Para acessar os autos processuais, acesse o site <http://www.tjba.jus.br>, informe o processo 0570830-91.2015.8.05.0001 e o código 7272F-5D.

Doc. 07



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Portal
de Serviços

CAIXA POSTAL

CAIXAS 140

AJUDA

Identificar-se

Bem-vindo à Consultas Processuais e Consulta de Processos do 1º Grau

Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu fone selecionado.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em segredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

Dados para Pesquisa

Foro: Todos os foros

Pesquisar por: Número do Processo

☒ Unificado
 ☐ Outros

Número do Processo: 0571543-66.2015 B.O5 0001

n B K J w



Escute as letras



Gerar novo código

Digite o código aqui:

Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do Processo

Processo: 0571543-66.2015.8.05.0001 Suspensão

Classe: Execução de título extrajudicial

Área: Cível

Assunto: Contratos Bancários

Distribuição: Sorteio - 28/11/2015 às 15:43

12 Vara Cível e Comercial - Salvador

Controle: 2015/001492

Valor da ação: R\$ 391.494,13

Partes do Processo

[Exibir todas as partes.](#)
[» Exibir somente as partes principais.](#)

Requerente: Banco do Brasil S.A.
Advogado: Rafael Macedo da Rocha Loures
Advogado: Lúnia Kainer Pereira Gionedlis
Advogado: LAERTES ANDRADE MUNHOZ
Requerido: A.N.A. EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA (A.N.A. IMPORT)
Requerido: GRANOLA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Exequente: PATRIMÔNIAL XPTO LTDA
Exequente: ANA LUCIA DE LACERDA MARQUES
Devedor: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA
Exequente: RAFAEL DE LACERDA MARQUES
Devedor: FILIPE DE LACERDA MARQUES

Movimentações

[Exibir todas as movimentações.](#)
[» Listar todas as movimentações.](#)

Data	Movimentação
19/12/2015	<p>Prazo alterado devido a: este na tabela de feriados</p> <p>Prazo referente ao usuário foi alterado para 18/01/2016 devido à alteração da tabela de feriados</p>
03/12/2015	<p>Junta da Petição</p> <p>Nº Protocolo: WEB1.15 01267342-5 Tipo da Petição: Apresenta Manifestação Data: 27/11/2015 10:53</p>
03/12/2015	<p>Junta da Petição</p> <p>Nº Protocolo: WEB1.15 01267342-5 Tipo da Petição: Apresenta Manifestação Data: 27/11/2015 09:09</p>
28/11/2015	<p>Publicação</p> <p>Relação: 0599/2015 Data de Disponibilização: 26/11/2015 Data de Publicação: 27/11/2015 Número do Diário: 1559</p>
25/11/2015	<p>Despacho/Decisão remetido ao D. Juiz de Justiça Eletrônico</p> <p>Relação: 0599/2015 Teor do ato: Decisão - Suspensão ou Sobrestamento - Por decisão judicial Advogado(s): LAERTES ANDRADE MUNHOZ (OAB 31627/BA), Rafael Macedo da Rocha Loures (OAB 38317/BA)</p>

Petições diversas

Data	Tipo
27/11/2015	Apresenta Manifestação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

12 Vara Cível e Comercial

Rua do Tinguí, s/n, Campo da Pólvora, Sala 013 do Fórum Ruy

Barbosa, Nazaré - CEP 40040-380, Fone: 33206984, Salvador-BA

E-mail: vrg@tjba.jus.br

vrg@tjba.jus.br

CERTIDÃO NARRATIVA DE OBJETO E PÉ

Processo nº: **0571543-66.2015.8.05.0001**
Classe Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**
Exequente: **Banco do Brasil SA**
Executado: **A.N.A EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (A.N.A IMPORT) e outros**

Data de Ajuizamento: 20/11/2015

Objeto: EXECUÇÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

Fase atual: JUNTADA PETIÇÃO EM 03/12/2015

Informações adicionais: O VALOR DA CAUSA É R\$ 391.494,13 (TREZENTOS E NOVENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E TREZE CENTAVOS)

Dados verificados no Sistema de Automação do Judiciário e certificados, nesta data. O referido é verdade, do que dou fé.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.

BÁRBARA MATTOS

Analista Judiciário - Subscrivã

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente por Bárbara Alcântara Sousa de Mattos. Para acessar os autos processuais, acesse o site <http://www.tjba.jus.br>, informe o processo 0571543-66.2015.8.05.0001 e o código 2272CF.

Doc. 08



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 001944648

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 15/03/2016, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado, músico, portador do RG: 164809619, CPF: 075.103.655-20, filho de Waldemar Henrique da Silva e Diva Marques da Silva, natural de Salvador - BA, nascido aos 05/09/1952, residente na RUA DA GRACA 292 APT 2201, graça, graça, Salvador - BA. *****

Esta certidão abrange as Varas Criminais Comuns, Varas Criminais Especializadas, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas do Juri, Varas de Execuções Penais e Medidas Alternativas e Vara de Auditoria Militar e busca no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 15 de março de 2016.

Artur da Conceição Costa Neto

PEDIDO Nº:

001944648



Artur da Conceição Costa Neto
Sector de Certidão

Doc. 09



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Estado da Bahia

Nº 23402

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Estado da Bahia**, que

N A D A C O N S T A

contra **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** nem contra o **CPF: 075.103.655-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- d) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (www.jfba.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 15/03/2016, 16h04.

Data da última atualização do banco de dados: 15/03/2016, 16h04.

Endereço: Av. Livsses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA,
Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju4ba.trf1.gov.br

Doc. 10

Simples

Nº 1161383



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

NADA CONSTA

contra **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** nem contra o CPF: **075.103.655-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número do controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/04/2016, às 08h44.

Data da última atualização do banco de dados: 12/04/2016, 08h44.

Endereço: S4.../SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-600,
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: sujeito@trf1.jus.br

Doc. 11



Tabelionato
de Protestos
de Títulos



CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 131404/2016

Data: 1561-002.095823

Nome: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

Documento: CPF 075.103.655-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, documento de identificação **CPF 075.103.655-20**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Ricardo Pinto da Silva, Substituto II, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 17 de Março de 2016


RICARDO PINTO DA SILVA
SUBSTITUTO II

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$7,17	R\$5,17	R\$2,20	R\$0,19	R\$14,73

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1561.AB056767-7
370GORPRI1
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

17/03/2016 10:16:57

1/1

Doc. 12



TABELIONATO
DE PROTESTO
DE TÍTULOS

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 168296/2016

Data: 1562-002.084260

Nome: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

Documento: CPF 075.103.655-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, documento de identificação **CPF 075.103.655-20**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.


O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Lucas Rotondano Gomes Lacrose de Almeida, Substituto Legal, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 17 de Março de 2016


LUCAS ROTONDANO GOMES LACROSE DE ALMEIDA
SUBSTITUTO LEGAL

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$7,17	R\$5,17	R\$2,20	R\$0,19	R\$14,73

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1562.AB055713-2
549LQF8V14
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

17/03/2016 10:14:28

1/1

Doc. 13



3º OFÍCIO
TABELIONATO
DE PROTESTO
DE TÍTULOS

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 132494/2016

Data: 1563-002-095294

Nome: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

Documento: CPF 075.103.655-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, documento de identificação **CPF 075.103.655-20**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, Salezia Andrade de Moraes, Sub. Tabeliã, efetuei a busca.



SALVADOR-BA, 17 de Março de 2016

Salezia Andrade de Moraes

SALEZIA ANDRADE DE MORAES

SUB. TABELIÃ

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$7,17	R\$5,17	R\$2,20	R\$0,19	R\$14,73

Selo de Autenticidade/
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ata Notarial ou de Registro
1563.AB057699-4
B7V7VS561G
Consulte:
www.tjba.jus.br/autenticidade

17/03/2016 09:27:09

1/1

Doc. 14



4º TABELIONATO
DE PROTESTOS
E TÍTULOS

CERTIDÃO NEGATIVA

Certidão: 136479/2016

Data: 1564-002.084745

Nome: WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

Documento: CPF 075.103.655-20

Certifico que, revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, não consta título algum protestado da responsabilidade de **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, documento de identificação **CPF 075.103.655-20**, a contar dos 5(CINCO ANOS) anteriores à presente data.

O referido acima é verdade e dou fé.

Esta certidão não terá validade com emendas, rasuras ou entrelinhas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a contar da data de expedição.

Eu, CAMILA PIRES CASTRO PASTORI, SUBSTITUTO(A) 02, efetuei a busca.

SALVADOR-BA, 17 de Março de 2016

Camila Pires Castro Pastori

CAMILA PIRES CASTRO PASTORI
SUBSTITUTO(A) 02

Emolumentos	Taxa Fisc.	FECOM	Def. Pública	Total
R\$7,17	R\$5,17	R\$2,20	R\$0,19	R\$14,73

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1564.AB057868-7
V7CIE9IEGB
Consulte
www.tjba.jus.br/autenticidade

17/03/2016 10:14:49

1/1

Doc. 15

Brasão Nacional -
Armas da
República

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**
Inscrição: **036657900558** Zona: 1 Seção: 74
Município: 38490 - SALVADOR UF: BA
Data de Nascimento: 05/09/1952 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: DIVA MARQUES DA SILVA
WALDEMAR HENRIQUE DA SILVA

Certidão emitida às 15:12 de 11/04/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **JLHE.YWLU.HS1D.GRUT**

Doc. 16

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**

Inscrição: **036657900558** Zona: 1 Seção: 74

Município: 38490 - SALVADOR UF: BA

Data de Nascimento: 05/09/1952 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: **DIVA MARQUES DA SILVA**

WALDEMAR HENRIQUE DA SILVA

Certidão emitida às 15:14 de 11/04/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo dos direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição, e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

A+X9.9N3F.YSWN.EFRL

Doc. 17

Doc. 18

The following table shows the number of cases of disease in the United States in 1990, by state, for the following diseases: AIDS, tuberculosis, hepatitis B, hepatitis C, and HIV. The data are presented in the following table.

The following table shows the number of persons who have been convicted of a crime in the last five years, by age group and sex. The data is based on a sample of 10,000 persons.

Ensemble $\mathcal{E} = \{E_1, \dots, E_n\}$ is said to be *orthogonal* if $E_i \perp E_j$ for all $i \neq j$. The *orthogonal decomposition* of a subspace V is the decomposition $V = E_1 \oplus \dots \oplus E_n$ where \mathcal{E} is an orthogonal family of subspaces. The *orthogonal decomposition* of a vector $v \in V$ is the decomposition $v = v_1 + \dots + v_n$ where $v_i \in E_i$ for all i .

completo, e a única solução é $\mathbf{u} = \mathbf{0}$. Assim, a única solução não trivial é a solução trivial $\mathbf{u} = \mathbf{0}$. Portanto, o sistema homogêneo associado ao sistema não homogêneo não possui solução não trivial. Assim, o sistema não homogêneo não possui solução não trivial.

Después de haber leído el artículo, el lector puede hacer las siguientes actividades:

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2693.

$\frac{1}{2} \left(\frac{1}{2} \right)^{n-1} = \frac{1}{2^n}$

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2686-2692.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2693.

1. *Protophytes* (green algae, brown algae, red algae, blue-green algae, etc.)

Journal of Management Inquiry 22(1) 3-14

1. *What is the purpose of the study?*
 2. *What are the research questions or hypotheses?*
 3. *What is the study design?*
 4. *What is the sample size and how was it selected?*
 5. *What are the variables being measured?*
 6. *What are the data collection methods?*
 7. *What are the results of the study?*
 8. *What are the conclusions of the study?*
 9. *What are the limitations of the study?*
 10. *What are the implications of the study?*

Abstract

75. *Journal of Management Education*, 2000, 24(1), 10-16.

$$\lim_{k \rightarrow \infty} \frac{1}{k} \log \left(\frac{\lambda_1(\tilde{A}_k)}{\lambda_2(\tilde{A}_k)} \right) = \lim_{k \rightarrow \infty} \frac{1}{k} \log \left(\frac{\lambda_1(A_k)}{\lambda_2(A_k)} \right) = \lim_{k \rightarrow \infty} \frac{1}{k} \log \left(\frac{\lambda_1(A_k)}{\lambda_2(A_k)} \right).$$

11. 11. 2019

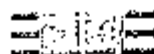
THESE THÈSES ONT ÉTÉ DÉPOSÉES À LA BIBLIOTHÈQUE NATIONALE

DECLINAMOS ASSIM A RESPONSABILIDADE POR TERMOS DA LÍngua PORTUGUESA CONFORME EXISTE NA NOSTRA GRAMATICA

Journal of Management Inquiry 18(6)

Doc. 19

Doc. 20



Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processos vinculados ao mesmo dia podem ser localizados no linkados pelo número do processo, data ou pelo nome do autor/advogado.
- Alguns dos dados dos links listados abaixo não estão disponíveis em todos os casos. Para saber qual e quais estão disponíveis em cada link clique aqui.
- Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos vinculados ao sistema de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.



Atenção

- Verifique a data de entrada no sistema.

Dados para pesquisa

Foro:	{ Foro Central Civil } _____ ▼
Pesquisar por:	{ Número do Processo } ▼
	• Filiação: 1/2/Outros
Número do Processo:	0158755-08/2013-0260100-08.0260100-0158755

Dados do processo

Processos:	0158755-08/2013-0260100-08.0260100-0158755 - 1/2/Outros
Classificação:	Procedimento Sumário
	Atos: Civil
Assuntos:	Estabelecimentos de Ensino
Local (Físico):	24/09/2013 09:00 - Arquivo Geral
Distribuição:	13/09/2013 às 17:21 - Dire
	54 Vara Civil - Foro Central Civil
Controle:	2013/001587
Juiz:	Marcos Roberto de Souza Semirinha
Valor da ação:	R\$ 1.723,85

Partes do processo

Requerente: Sodal - Sociedade Educacional Colégio de São Paulo S/CLTD
 Advogado: Gerson Rodrigues de Andrade
 Reu: Adriana Cauchito Viegues
 Advogado: Felipe Daniel da Mota Fernandes

Movimentações

Exibindo todas as movimentações.

Data	Movimento
18/09/2013	{ } Ofício expedido Ofício - Ofício para o pagamento do Alvará
05/09/2013	Transição em Juízo às partes - com data
27/05/2013	Certidão de Publicação Expedida Relatório: 0107/2013 Data de Disponibilização: 22/05/2013 Data de Publicação: 22/05/2013 Número do Diário: 1470 Página: 115/121
21/05/2013	Remetido ao DJ Relatório: 0107/2013 Data de Disponibilização: 22/05/2013 Data de Publicação: 22/05/2013 Advogado(s): Felipe Daniel de Mota Fernandes (OAB 24.104/50), Gerson Rodrigues de Andrade (OAB 99254/50)
17/05/2013	Em Julgamento Prorrogado Data para a retirada do polo de Intervenção

Objetivos do Projeto de Trabalho:

1. Objetivo Geral:	Realizar o trabalho de pesquisa e elaboração do projeto de trabalho.
2. Objetivos Específicos:	a) Realizar a pesquisa e a coleta de dados. b) Elaborar o projeto de trabalho. c) Realizar a apresentação do projeto de trabalho. d) Realizar a defesa do projeto de trabalho. e) Realizar a avaliação do projeto de trabalho. f) Realizar a apresentação do projeto de trabalho. g) Realizar a defesa do projeto de trabalho. h) Realizar a avaliação do projeto de trabalho. i) Realizar a apresentação do projeto de trabalho. j) Realizar a defesa do projeto de trabalho. k) Realizar a avaliação do projeto de trabalho. l) Realizar a apresentação do projeto de trabalho. m) Realizar a defesa do projeto de trabalho. n) Realizar a avaliação do projeto de trabalho. o) Realizar a apresentação do projeto de trabalho. p) Realizar a defesa do projeto de trabalho. q) Realizar a avaliação do projeto de trabalho. r) Realizar a apresentação do projeto de trabalho. s) Realizar a defesa do projeto de trabalho. t) Realizar a avaliação do projeto de trabalho. u) Realizar a apresentação do projeto de trabalho. v) Realizar a defesa do projeto de trabalho. w) Realizar a avaliação do projeto de trabalho. x) Realizar a apresentação do projeto de trabalho. y) Realizar a defesa do projeto de trabalho. z) Realizar a avaliação do projeto de trabalho.

Participantes e Responsáveis:

Assessoria:	Sociedade Educacional de São Paulo S.A. - São Paulo
Assessoria:	Sociedade Educacional de São Paulo S.A. - São Paulo
Assessoria:	Sociedade Educacional de São Paulo S.A. - São Paulo

Quais os dados do trabalho?

Participação	Responsável	Valor
1.000	1.000,00	1.000,00
2.000	2.000,00	2.000,00
3.000	3.000,00	3.000,00

Quais os resultados?

Data	Movimentação	Complemento
1.000,00	1.000,00	1.000,00
2.000,00	2.000,00	2.000,00
3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.000,00	4.000,00	4.000,00
5.000,00	5.000,00	5.000,00
6.000,00	6.000,00	6.000,00
7.000,00	7.000,00	7.000,00
8.000,00	8.000,00	8.000,00
9.000,00	9.000,00	9.000,00
10.000,00	10.000,00	10.000,00
11.000,00	11.000,00	11.000,00
12.000,00	12.000,00	12.000,00
13.000,00	13.000,00	13.000,00
14.000,00	14.000,00	14.000,00
15.000,00	15.000,00	15.000,00
16.000,00	16.000,00	16.000,00
17.000,00	17.000,00	17.000,00
18.000,00	18.000,00	18.000,00
19.000,00	19.000,00	19.000,00
20.000,00	20.000,00	20.000,00
21.000,00	21.000,00	21.000,00
22.000,00	22.000,00	22.000,00
23.000,00	23.000,00	23.000,00
24.000,00	24.000,00	24.000,00
25.000,00	25.000,00	25.000,00
26.000,00	26.000,00	26.000,00
27.000,00	27.000,00	27.000,00
28.000,00	28.000,00	28.000,00
29.000,00	29.000,00	29.000,00
30.000,00	30.000,00	30.000,00
31.000,00	31.000,00	31.000,00
32.000,00	32.000,00	32.000,00
33.000,00	33.000,00	33.000,00
34.000,00	34.000,00	34.000,00
35.000,00	35.000,00	35.000,00
36.000,00	36.000,00	36.000,00
37.000,00	37.000,00	37.000,00
38.000,00	38.000,00	38.000,00
39.000,00	39.000,00	39.000,00
40.000,00	40.000,00	40.000,00
41.000,00	41.000,00	41.000,00
42.000,00	42.000,00	42.000,00
43.000,00	43.000,00	43.000,00
44.000,00	44.000,00	44.000,00
45.000,00	45.000,00	45.000,00
46.000,00	46.000,00	46.000,00
47.000,00	47.000,00	47.000,00
48.000,00	48.000,00	48.000,00
49.000,00	49.000,00	49.000,00
50.000,00	50.000,00	50.000,00

Doc. 21

Doc. 22

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS
530 N. Dearborn Ave., Chicago, IL 60610-5708
U.S.A. and Canada
Tel: (773) 707-7000
Fax: (773) 707-7001
E-mail: orderdept@uchicago.edu
Internet: <http://www.uchicago.edu>

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* contents were determined by spectrophotometry using the method of Lichtenthaler and Whistler (1987).

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1

[illegible]

abermals die Anwendung von Paradoxien, das 12. Scholion als Beibehaltung

CITIZENSHIP AND VOTING RIGHTS

[illegible]

$\chi^2_{\text{red}} = \chi^2 / (N - 1) = 1.0$ (degrees of freedom in calculation = 1) and a total count of 100.

PROJECT: LANSO FIRST CYCLE; PROJECT: 3.0; CYCLE: 3; DATE: 01/11/2011; CLASS: ASSI - ASSI N10; Reconvenção

DATA DISTRIBUTION: 0.95% ABOVE DATA VALUES OF 65.80

REFERENCES:

$$31-111, 2, 5, 10, 20, 40, 80, 160, 320, 640, 1280, 2560, 5120, 10240, 20480, 40960, 81920, 163840, 327680, 655360, 1310720, 2621440, 5242880, 10485760, 20971520, 41943040, 83886080, 167772160, 335544320, 671088640, 1342177280, 2684354560, 5368709120, 10737418240, 21474836480, 42949672960, 85899345920, 171798691840, 343597383680, 687194767360, 1374389534720, 2748779069440, 5497558138880, 10995116277760, 21990232555520, 43980465111040, 87960930222080, 175921860444160, 351843720888320, 703687441776640, 1407374883553280, 2814749767106560, 5629499534213120, 11258999068426240, 22517998136852480, 45035996273704960, 90071992547409920, 180143985094819840, 360287970189639680, 720575940379279360, 1441151880758558720, 2882303761517117440, 5764607523034234880, 11529215046068469760, 23058430092136939520, 46116860184273879040, 92233720368547758080, 184467440737095516160, 368934881474191032320, 737869762948382064640, 1475739525896764129280, 2951479051793528258560, 5902958103587056517120, 11805916207174113034240, 23611832414348226068480, 47223664828696452136960, 94447329657392904273920, 188894659314785808547840, 377789318629571617095680, 755578637259143234191360, 1511157274518286468382720, 3022314549036572936765440, 6044629098073145873530880, 12089258196146291747061760, 24178516392292583494123520, 48357032784585166988247040, 96714065569170333976494080, 193428131138340667952988160, 386856262276681335905976320, 773712524553362671811952640, 1547425049106725343623905280, 3094850098213450687247810560, 6189700196426901374495621120, 12379400392853802748991242240, 24758800785707605497982484480, 49517601571415210995964968960, 99035203142830421991929937920, 198070406285660843983859875840, 396140812571321687967719751680, 792281625142643375935439503360, 1584563250285286751870879006720, 3169126500570573503741758013440, 6338253001141147007483516026880, 12676506002282294014967032053760, 25353012004564588029934064107520, 50706024009129176059868128215040, 101412048018258352119736256430080, 202824096036516704239472512860160, 405648192073033408478945025720320, 811296384146066816957890051440640, 1622592768292133633915780102881280, 3245185536584267267831560205762560, 6490371073168534535663120411525120, 12980742146337069071326240823050240, 25961484292674138142652481646100480, 51922968585348276285304963292200960, 103845937170696552570609926584401920, 207691874341393105141219853168803840, 415383748682786210282439706337607680, 830767497365572420564879412675215360, 1661534994731144841129758825350430720, 3323069989462289682259517650700861440, 6646139978924579364519035301401722880, 13292279957849158729038070602803445760, 26584559915698317458076141205606891520, 53169119831396634916152282411213783040, 106338239662793269832304564822427566080, 212676479325586539664609129644855132160, 425352958651173079329218259289710264320, 850705917302346158658436518579420528640, 1701411834604692317316873037158841057280, 3402823669209384634633746074317682114560, 6805647338418769269267492148635364229120, 13611294676837538538534984297270728458240, 27222589353675077077069968594541456916480, 54445178707350154154139937189082913832960, 108890357414700308308279874378165827665920, 217780714829400616616559748756331655331840, 435561429658801233233119497512663310663680, 871122859317602466466238995025326621327360, 1742245718635204932932477990050653242654720, 3484491437270409865864955980101306485309440, 6968982874540819731729911960202612970618880, 13937965749081639463459823920405225941237760, 27875931498163278926919647840810451882475520, 55751862996326557853839295681620903764951040, 111503725992653115707678591363241807529902080, 223007451985306231415357182726483615059804160, 446014903970612462830714365452967230119608320, 892029807941224925661428730905934460239216640, 1784059615882449851322857461811868920478433280, 3568119231764899702645714923623737840956866560, 7136238463529799405291429847247475681913733120, 14272476927059598810582859694494951363827466240, 28544953854119197621165719388989902727654932480, 57089907708238395242331438777979805455309864960, 114179815416476790484662877555959610910$$

REGISTRATION:

RECEIVED 1997-07-15

SPLITTING PROCESSES AND

Universidade Paulista - UNIP (2000). Disponível em: <http://www.unip.br>. Acesso em: 25 maio 2006.

$$\text{Nucleophile: } \text{Nucleophile} + \text{H}^+ \rightleftharpoons \text{Nucleophile} + \text{H}^+ \quad \text{Nucleophile} + \text{H}^+ \rightleftharpoons \text{Nucleophile} + \text{H}^+$$

Accessed at 21/10/2013. URL: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs204/en/>.
 Available at: 16/11/2013.

NAPPA MAPS: a new mass verbosidade data: Categoria 28 de maio, grupo 2300

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE, NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

by Leitch : 195-00,000

Doc. 23



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

11/04/2016

001975523

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS - PESSOA FÍSICA

CERTIDÃO Nº: 001975523

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuição de feitos cíveis do Estado da Bahia anteriores a data de 11/04/2016, verifiquei CONSTAR a distribuição abaixo relacionada em nome do:

MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, portador do RG: 311471277, CPF: 295.633.645-20, residente na Rua Professor Aristides Novis, 123, Salvador - BA. *****

SALVADOR:

1ª Vara de Família e Alienação da Guarda, Pro.ª Des.ª: Dora Maria de Oliveira, 11/04/2016, 11/04/2016, Ação Executiva, Data: 04/04/2016, Ação: Pedido de Provisão de Alimentos.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Guarda, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 11 de abril de 2016.

Artur da Conceição Costa Neto

PEDIDO Nº:

001975523



Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

Doc. 24


[Ajuda](#)
[Sua conta](#)
[Ajuda](#)
[Tribunal de Justiça](#)
[Identificar-se](#)
[Desenvolvimento](#)
[Tribunal de Justiça](#)
[Tribunal de Justiça](#)
[Tribunal de Justiça](#)
[Tribunal de Justiça](#)

Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Pesquisas realizadas pelo sistema de pesquisa se baseiam nos dados pessoais pelo número do processo, com o seu fato correspondente.
- Divulgações e informações sobre informações sobre como pesquisar.
- Processos baseados em pesquisa de jurisprudência distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa por número do processo.

Dados para Pesquisa

Fuente: Todos os fontes ▼

Pesquisar por: Número do Processo ▼

Classificação: Outros ▼

Número do Processo: 0092802-58.2007.8.05.0001 8.05 0001

Dados do Processo

Processo: 0092802-58.2007.8.05.0001

Classe: Execução

Atuação: Civil

Total Filas: 24/07/2016 11:08 - Cartório: ESFARF 26-B

Distribuição: Sistema: 05/06/2007 às 08:24

em Vara de Ações de Consumo - Seleção

Conteúdo: 0001.007.000-1/2007.07

Valor da causa: R\$ 25.231,75

Partes do Processo

- Autor: Banco do Brasil S.A.
- Autor: Lourenço Raimon Pereira Gomes
- Autor: Luciano Peres dos Anjos Ltda
- Autor: Cristiano de Souza Filho
- Autor: Munira Kolamborg da Fonseca Filho

Movimentações

Exibir: 10 registros - Exibir todos os movimentações.

Data	Movimento
12/09/2014	Intimada de Petição Intimada a petição diversa - Tipo: Juntada de Promissão em Execução - Minerva. Rôculo - Protocolo: PCIV14020615177 Complementar: EM ANEXO PROCURAÇÃO E SUBSTANCIAMENTO
08/11/2013	Conclusão TIPO DE CONCLUSÃO PARA DESPACHO/DECISÃO Observação: 2007- pela 02 Usuário: ADEMOGSA
05/09/2013	Apense 50 Observação: apense de processo 219/913-7/2007-4 de atuação Usuário: VMSCHADAF
21/07/2013	Juntada Observação: por conc. a 16 Usuário: ENQUEIROZ
19/06/2013	Juntada Observação: juntado processo 15 Usuário: ENQUEIROZ

Petições diversas

Data	Tipo
29/04/2014	Juntada de Promissão EM ANEXO PROCURAÇÃO E SUBSTANCIAMENTO

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculadas a este processo.

Audiências

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

6ª Vara de Relações de Consumo

Rua do Tingui, s/n, Campo da Pólvora, Sala 303 do Anexo Prof.
Orlando Gomes, Nazaré - CEP 40040-380, Fone: (3129) 6063.
Salvador-BA E-mail: vr6@tjba.jus.br
vr6@tjba.jus.br

CERTIDÃO NARRATIVA

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada, que consta autuado e com tramitação neste Juízo de Direito da(o) 6ª Vara de Relações de Consumo da Salvador, Estado da Bahia, o processo a seguir identificado.

Processo nº: **0092802-58.2007.8.05.0001**
Classe Assunto: **Execução - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
Autor: **Banco do Brasil Sa**
Réu: **Luccamar Produtos Aquaticos Ltda e outros**

Data de Ajuizamento: 05/06/2007

Objetoração de execução.

Fase atual: juntado petição em 12/09/2014.

Informações adicionais: valor da causa: R\$ 76.231,79.

Dados verificados no Sistema de Automação do Judiciário e certificados, nesta data. O referido é verdade, do que dou fé.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.

Marcus Vinicius Grangeon Cersosimo
Diretor de Secretaria

Doc. 25



CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 001978455

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 12/04/2016, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, portador do RG: 311471277, CPF: 295.633.645-20, filho de **Maurício Rollemberg da Fonseca e Anna Maria Tourinho da Fonseca**, residente na Rua Professor Aristides Novis, 123, Salvador - BA. *****

Esta certidão abrange as Varas Criminais Comuns, Varas Criminais Especializadas, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas do Júri, Varas de Execuções Penais e Medidas Alternativas e Vara de Auditoria Militar e busca no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 12 de abril de 2016.

PEDIDO Nº:

001978455



Artur da Conceição Costa Nelo
Artur da Conceição Costa Nelo
Setor de Certidão

Doc. 26

 **certidao**

Nº 1168614



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

NADA CONSTA

contra **MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO** nem contra o CPF: **295.633.645-20**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PREST 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/04/2016, às 14h26.

Data da última atualização do banco de dados: 12/04/2016, 14h26.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

Doc. 27

Doc. 28



Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em segredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

Dados para Pesquisa

Foro: Todos os foros ▼

Pesquisar por: Número do Processo ▼

☒ Unificado ☐ Outros

Número do Processo: 0327054-30.2012 8.05 0001

Dados do Processo

Processo: 0327054-30.2012-8.05.0001

Classe: Procedimento Ordinário

Área: Cível

Assunto: DIREITO CIVIL

Local Físico: 23/09/2015 15:36 - Cartório - ESTANTE 32 K. GUILHERME

Distribuição: Sorteio - 04/04/2012 às 08:22

6ª Vara de Relações de Consumo - Salvador

Controle: 2012/000305

Valor da ação: R\$ 500.000,00

Partes do Processo

Exibindo somente as principais partes. «Exibir todas as partes.

Autor: Everaldo Calasans de Almeida Filho
Advogado: RODRIGO MORAES FERREIRA
Advogado: RICARDO DUARTE GUIMARAES

Réu: Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto
Advogado: LILIAN MARIA SANTIAGO REIS

Movimentações

Exibindo 5 últimas. «Listar todas as movimentações.

Data	Movimento
30/07/2015	Juntada de Petição Juntada a petição diversa - Tipo: Juntada De Substabelecimento em Procedimento Ordinário - Número: 80007 - Protocolo: PCIV12005467708
30/07/2015	Juntada de Petição Juntada a petição diversa - Tipo: Juntada De Documento em Procedimento Ordinário - Número: 80002 - Protocolo: PCIV12004576117
19/11/2014	Audiência designada Conciliação Data: 03/12/2014 Hora 09:00 Local: Sala de Audiência Situação: Designada
30/10/2014	Publicado Relação : 0238/2014 Data da Disponibilização: 30/10/2014 Data da Publicação: 31/10/2014 Número do Diário: Página:
29/10/2014	Despacho/Decisão remetido ao Diário de Justiça Eletrônico Relação: 0238/2014 Teor do ato: Aos 28 de outubro de 2014, nesta cidade Salvador, Estado da Bahia, às 10:00h, na sala de audiência desta 10ª Vara dos Feitos de Rel. de Cons., Civ. e Comerciais, onde se achavam presentes a Exma. Sra. Juíza de Direito Maria de Lourdes Oliveira Araújo comigo o Assessor de Juiz, presente apenas o advogado do autor Bel. RICARDO DUARTE GUIMARAES OAB/BA 35997. Iniciados os trabalhos, foi dito pela Doutora Juíza que: Examinados os autos, verifico que ambas as partes requereram o adiamento desta assentada visando a composição amigável do feito. Diante disso, fica redesignada esta audiência para o dia 03 de dezembro de 2014 às 09:00 horas, saindo intimada a parte autora. Os demais deverão ser intimados por meio de publicação na imprensa oficial. E nada mais havendo, mandou a Doutora Juíza encerrar este termo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Eu, Maurício da França Rocha e Rocha, o subscrevi. Maria de Lourdes Oliveira Araújo Juíza de Direito Advogado(a) do(a) Autor(a): Advogados(s): ADEMIR ISMERJIM MEDINA (OAB 7829/BA), LILIAN MARIA SANTIAGO REIS (OAB 17117/BA), RODRIGO MORAES FERREIRA (OAB 16590/BA)

Petições diversas

Data	Tipo
24/04/2012	Juntada De Documento
07/05/2012	Prestando Informações
14/05/2012	Juntada De Documento
22/05/2012	Juntada De Substabelecimento
06/06/2012	Solicita Providências
06/06/2012	Contestação
26/06/2012	Contestação
16/07/2012	Juntada De Substabelecimento



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Salvador

6ª Vara de Relações de Consumo

Rua da Baía, s/n, Campo da Polvora, Sala 303 do Anexo Prof.
Orlando Gomes, Nazaré - CEP 40040-380, Fone: 3320-6683,
Salvador - BA - E-mail: vrg@tjba.jus.br
vrg@tjba.jus.br

Justiça Gratuita
Prioridade Idoso

CERTIDÃO NARRATIVA

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada, que consta autuado e com tramitação neste Juízo de Direito da(o) 6ª Vara de Relações de Consumo da Salvador, Estado da Bahia, o processo a seguir identificado.

Processo nº: **0327054-30.2012.8.05.0001**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO CIVIL**
Autor: **Everaldo Calasans de Almeida Filho e outro**
Réu: **Antonio Carlos Peixoto de Magalhaes Neto e outro**

Data de Ajuizamento: 04/04/2012

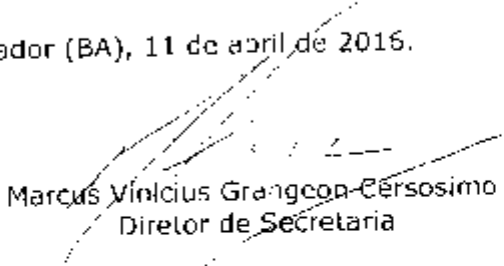
Objeto: ação de procedimento ordinário.

Fase atual: juntada petição em 30/07/2015.

Informações adicionais: valor da causa: R\$ 500.000,00.

Dados verificados no Sistema de Automação do Judiciário e_ certificados, nesta data. O referido é verdade, do que dou fé.

Salvador (BA), 11 de abril de 2016.


Marcus Vinicius Grangeon-Cersosimo
Diretor de Secretaria

Doc. 29

$\gamma = 0.4$ is the angle subtended by the arc at the center of the circle. The length of the arc is



**JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
COMARCA DA CAPITAL**

CERTIDÃO passada a pedido
verbal de pessoa interessada, na forma
abaixo:

Eu, DORAILZE SOARES DE SOUZA, Subscrivã
da 4ª Vara da Fazenda Pública, da Comarca da Capital do Estado da Bahia,
seu termo etc...

CERTIFICO e dou fé a todos que a presente certidão virem ou dela
conhecimento tiverem, que revendo os livros Tombo e Registro e bem
assim consulta ao fichário e ao Sistema de Informática, com busca de mais
de 10 (dez) anos, encontrei ação popular movida por Alcindo da
Anunciação e Anderson Alconso da Silva, CPF nº 037.612.155-68 e nº
014.053.435-08, respectivamente, **PROC Nº 0505116-24.2014.805.0001**,
proveniente do Imposto Predial Territorial Urbano, EXERCÍCIO 2014,
contra a PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR, EM 06 DE
MAIO DE 2014 PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE:
“Manifeste-se a parte autora, querendo, sobre a contestação e documentos,
no prazo de 10 (dez) dias. Publique-se. Intimem-se.”. Data e passada nesta
Cidade de Salvador, aos 11 de abril de 2016. Eu, digitei e Eu

Dorailze Soares de Souza Subscrivã, subscrevi.

Dorailze Soares de Souza
Subscrivã - Cad. 807642-1
Tribunal de Justiça da Bahia
4ª Vara da Fazenda Pública

Doc. 30



12/04/2016

001978464

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 001978464**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (www.tjba.jus.br).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 12/04/2016, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO, portador do RG: 0582310997, CPF: 565.834.005-53, filho de Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Junior e Maria do Rosário Vianna de Magalhães, residente na Rua Professor Clementino Fraga, n. 198, apt. 2201, Salvador - BA. *****

Esta certidão abrange as Varas Criminais Comuns, Varas Criminais Especializadas, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas do Júri, Varas de Execuções Penais e Medidas Alternativas e Vara de Auditoria Militar e busca no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição do termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado.

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser confenda pelo interessado e/ou destinatário.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custos.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 12 de abril de 2016.

PEDIDO Nº:**001978464**

Artur da Conceição Costa Neto
Artur da Conceição Costa Neto
Setor de Certidão

Doc. 31



Nº 1168757

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO** nem contra o **CPF: 565.834.005-53**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (Individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (Individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de Instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitam no PJe no 1º grau. (Resolução PREST 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

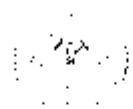
Emitida gratuitamente pela internet em: 12/04/2016, às 14h29.

Data da última atualização do banco de dados: 12/04/2016, 14h29.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A - Praça dos Tribunais Superiores - CEP: 70070-300.
Fone: (61) 3314-5225. - E Mail: seju@trf1.jus.br

Doc. 32

Doc. 33



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

CERTIDAO JUDICIAL CRIMINAL

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados, que o(a) signatário(a) encontra-se registrado(a) no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS no registro de distribuição de PROCESSOS CRIMINAIS de competência ordinária em razão de a presente não NADA CONSTA na Segunda Instância criminal.

Pessoa Física: PAULO AUGUSTO ALVES BRAGA FILHO

CPF: 069.235.728-35

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado(a)

Registro de identidade e órgão expedidor: 137/64373 SSP/MG

Filiação: Antonio Alves Brasilino e Maria Emma Brasilino

Endereço: Rua Professora Helena Reis - N.º 11 - Centro - CEP 37000-000 -

Corumbá, Minas Gerais.

Belo Horizonte (MG) - 17 de Março de 2016, às 15:35:45 horas.

Observações:

Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas.

Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas, com o seguinte teor: "Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas."

Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas.

Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas, com o seguinte teor: "Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas."

Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas, com o seguinte teor: "Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas."

Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas, com o seguinte teor: "Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas."

Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas.

Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas, com o seguinte teor: "Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas."

Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas, com o seguinte teor: "Ata de distribuição de autos, datada de 17/03/2016, às 15:35:45 horas."

Código de Autenticação: 1B8C-10BF-61EE-4B1D

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

Endereço: Rua Goiás, 229 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 31190-005 - Fone: (31) 3207-6370

Doc. 34

Doc. 35

Doc. 36

[illegible]

Notes

JORNAL DE INVESTIGAÇÃO PARA FIM GERAL
CRIMINAL[illegible]

NADA CONSTA

Nome: PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO Data de nascimento: 06/05/1968 CPF: 050.248.728-33

Über das Wesen:

The paper is organized as follows. Section 2 describes the model and the data. Section 3 presents the empirical results. Section 4 discusses the policy implications. Section 5 concludes.

[illegible]

Estimamos, então, excluindo da pesquisa os países os que mantêm o controle sobre a maior parcela da produção de drogas ilícitas. Tal exclusão é justificável, uma vez que, para a maioria dos países, os dados de produção de drogas ilícitas não foram coletados, e, portanto, não foram incluídos na base de dados. A exclusão dos países que mantêm o controle sobre a maior parcela da produção de drogas ilícitas também exclui os países de distribuição organizada de drogas, como o México e o Países Baixos, e os países de segurança pública, como o Reino Unido e o Canadá, que não foram incluídos na base de dados. (Resolução Fiscal 22 de 2012/143)

de atendimento desta entidade deverá ser informado no plano de atendimento judicial e no endereço (www.fmg.par.br) e no endereço eletrônico da entidade no Brasil.

Pris: 120 gratostron, inklusive påbudsattest och 1500/1010, 10000.

Nota da página atualizando o nome do cartão: 15-03-2016, 15h39

[illegible]

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.076141/2013-92		
Entidade: Rádio Sociedade Catarinense Ltda		
Localidade: Joaçaba	UF: SC	Serviço: OM
Período(s): 01/05/2004 a 01/05/2014 e 01/05/2014 a 01/05/2024		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	FI(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			3
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			4
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	x			4 (1322000)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			5/10
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			11/20,32/36
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			21
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			23
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			24
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			25
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			26

12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			27
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			5 (1322000)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	x			8 (1322000)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			2 53900.050761/2015-10
16- Laudo de vistoria e Laudo de ensaio técnico assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;		x		10/14 (Vistoria) (1322000) (ensaio) (1322000)

RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU DIRETORES			
2.1. DOCUMENTOS.	Nome (s)	SITUAÇÃO	FL(s).
2.1.1. certidão negativa cível da Justiça estadual dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	PENDENTE	8 53900.050761/ 2015-10 61/64 (1322000)
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	PENDENTE	20 53900.050761/ 2015-10 70/78 (1322000)
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	16/22 (1322000)
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	61/62 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	PENDENTE	81/93 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	PENDENTE	125/126 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	PENDENTE	181/184,188 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	OK	154,159,174 53900.050761/ 2015-10 83 (1322000)
	Pan BT Participações Ltda	OK	32/33,37 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	52/54 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	110/112 53900.050761/ 2015-10

2.1.2. certidão negativa criminal da Justiça estadual dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	PENDENTE	9 53900.050761/ 2015-10 66 (1322000)
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	PENDENTE	21 53900.050761/ 2015-10 79 (1322000)
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	24 (1322000)
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	63/64 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	102/103 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	129/130 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	192/193 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	OK	155,160,175 53900.050761/ 2015-10 85 (1322000)
	Pan BT Participações Ltda	OK	38/39 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	55/56 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	113/114 53900.050761/ 2015-10
2.1.3. certidão negativa cível da Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	PENDENTE	5/7 53900.050761/ 2015-10 68 (1322000)
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	18/19 53900.050761/ 2015-10 81 (1322000)
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	26,28 (1322000)
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	65/66 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	76/77 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	134/135 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	197/198 53900.050761/ 2015-10

	Paulo Augusto Alves Brasileiro	PENDENTE	161/162,176 53900.050761/ 2015-10 87,89 (1322000)
	Pan BT Participações Ltda	OK	34/36 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	49/51 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	115/116 53900.050761/ 2015-10
2.1.4. certidão negativa criminal da Justiça Federal dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	PENDENTE	5/7 53900.050761/ 2015-10 68 (1322000)
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	18/19 53900.050761/ 2015-10 81 (1322000)
	Washington Bell Marques da Silva	PENDENTE	26,28 (1322000)
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	65/66 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	76/77 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	134/135 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	197/198 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	PENDENTE	161/162,176 53900.050761/ 2015-10 87,91 (1322000)
	Pan BT Participações Ltda	OK	34/36 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	49/50 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	115/116 53900.050761/ 2015-10
2.1.5. certidão negativa criminal da Justiça Eleitoral dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	OK	10 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	22 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	OK	38 (1322000)
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	59 53900.050761/ 2015-10

	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	80 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	124 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	180 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	OK	153 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	Não se aplica	
	Cap Sorria Participações Ltda	Não se aplica	
	SFO Participações Ltda	Não se aplica	
2.1.6. certidões de protestos de títulos , dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	OK	12/15 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	24/27 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	OK	30/36 (1322000)
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	68/73 53900.050761/ 2015-10
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	104/106 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	131/133, 137/149 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	186/187,194/196 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	OK	156/158,165/168,170/173 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	OK	40/42 53900.050761/ 2015-10
	Cap Sorria Participações Ltda	OK	46/48 53900.050761/ 2015-10
	SFO Participações Ltda	OK	118/120 53900.050761/ 2015-10
2.1.7. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	OK	11 53900.050761/ 2015-10
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	OK	23 53900.050761/ 2015-10
	Washington Bell Marques da Silva	OK	40 (1322000)
	Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	60 53900.050761/ 2015-10

	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	OK	79 53900.050761/ 2015-10
	Adriana Coutinho Nogueira	OK	123 53900.050761/ 2015-10
	Edson Firmino de Paula	OK	179 53900.050761/ 2015-10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	OK	152 53900.050761/ 2015-10
	Pan BT Participações Ltda	Não se aplica	
	Cap Sorria Participações Ltda	Não se aplica	
	SFO Participações Ltda	Não se aplica	

Obs:

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **Não Atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Analista: Marcella Souza Carneiro Cargo: Técnico de Nível Superior

NOTA TÉCNICA Nº 22177/2016/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.044858/2013-75 (apensado: 53000.045304/2003-13).

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio 91 FM Ltda, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Salvador, estado da Bahia, referente aos seguintes períodos: 03.11.2003 a 03.11.2013 e 03.11.2013 a 03.11.2023.

ANÁLISE

2. Os presentes autos foram analisados nos termos da Nota Técnica nº. 5084/2016/SEI-MC (evento sei nº 1010736) com vistas à complementação da documentação necessária à instrução dos autos. Em resposta, a Entidade apresentou o documento de protocolo nº. 53900.023127/2016-95.

3. Ocorre que não foi apresentado o laudo de ensaio, mas tão somente o laudo de vistoria técnica. Ademais, não foram apresentadas as certidões judiciais de 2ª instância da Justiça Estadual solicitadas, bem como as certidões apresentadas às fls. 41/61 (evento sei nº. 1322000) referentes a Stella Simonsen, Adriana Coutinho e Edson Firmino estão ilegíveis, impossibilitada a SCE de analisar o conteúdo de tais certidões.

4. Assim, faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos:

RELATIVOS À ENTIDADE:

4.1 laudos de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;

RELATIVOS A STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA; ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA; EDSON FIRMINO DE PAULA

4.2 certidão de inteiro teor referente às ações relacionadas nas certidões cíveis da Justiça Estadual de 2ª instância (em impressão legível);

RELATIVOS A WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO E ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

4.3.certidões cíveis e criminais das Justiças Estadual e Federal (2ª instâncias) dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

Obs1: as certidões devem englobar todos os tipos de processo, inclusive processos eletrônicos, processos dos Juizados Especiais, e processos em grau de recurso;

Obs2: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor,

5. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 4, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Marcella Souza Carneiro, Técnico de Nível Superior**, em 30/08/2016, às 14:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 30/08/2016, às 15:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 30/08/2016, às 19:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1324804** e o código CRC **64642DB8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 33133/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO 91 FM LTDA
Rua Professor Aristides nº. 123 - Anexo I - 1º Andar - Federação
40.210-630 Salvador/BA

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.044858/2013-75 (apensado: 53000.045304/2003-13).**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 22177/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 30/08/2016, às 19:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1325147** e o código CRC **A7824457**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 33133/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.044858/2013-75 - Nº SEI: 1325147

Data de Envio:

31/08/2016 15:51:58

De:

MCTIC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

manuela.monteiro@redebahia.com.br
mauricio.fonseca@redebahia.com.br
cleriston.franca@redebahia.com.br
erica.pinheiro@redebahia.com.br
marianna.cataldi@redebahia.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.044858/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1325147.html
Nota_Tecnica_1324804.html

Ilustríssima Senhora

Lidiane Colouna de Oliveira

M. D. Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref.: **Ofício n. 33133/2016/SEI-MCTIC**

Processo n. 53000.044858/2013-75 (apensado 53000.045304/2013-13)

Renovação de Outorga

RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o n. 13.065.495/0001-89, sita à Rua Aristides Novis, n. 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, executante de radiodifusão, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, através de seu Representante regularmente constituído e cadastrado no sistema CADSEI/MCTIC, tendo em vista o recebimento do Ofício n. 33133/2016/SEI-MCTIC, expor e requer o quanto segue.

No que tange ao laudo de ensaio dos transmissores, requer a sua juntada (**Doc. 01**).

Quanto aos Srs. Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira, Adriana Coutinho Nogueira e Edson Firmino de Paula, requer a juntada dos documentos anteriormente apresentados e legíveis (**Docs. 02, 03 e 04 respectivamente**).

Por fim, no que concerne às solicitações de envio das certidões solicitadas dos Srs. Washington Bell Marques da Silva, Maurício Rollemberg da Fonseca e Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, é imperioso afirmar que os mencionados documentos precisam ter guias de pagamentos quitadas para as suas respectivas emissões e que em decorrência da maior greve dos bancários¹ da história desse país², não foi possível quitar nenhuma dessas guias, de modo que fica impossibilitada, esta Radiodifusora, ora Requerente, de apresentar as certidões solicitadas no prazo estipulado por este E. Ministério.

¹ <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/greve-dos-bancarios-completa-duas-semanas.html>

² <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1810293-bancarios-fazem-greve-nacional-a-partir-desta-terca-feira.shtml>

Desta forma, requer, desde já, que seja deferido novo prazo para obtenção de todas as certidões ora solicitadas.

Por fim, pugna a ora Radiodifusora pela renovação da outorga conforme documentação anterior apresentada sempre tempestivamente à este D. Ministério.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Salvador (BA), 03 de outubro de 2016.

RÁDIO 91 FM LTDA.
13.065.495/0001-89
Documento assinado digitalmente

Doc. 01



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20160127409

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL
CO-AUTOR - ART PRINCIPAL

1. Responsável Técnico

CELSO HIPOLITO CRUZ

Título profissional: **Engenharia Industrial modalidade elétrica**

RNP: 050656680-3

2. Contratante

Contratante: **RADIO 91 FM LTDA**
RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS

CPF/CNPJ: 13.065.495/0001-89

Nº: 123

Complemento:

Bairro: **FEDERAÇÃO**

Cidade: **SALVADOR**

UF: **BA**

CEP: 40210630

País: **Brasil**

Telefone:

Email: **cleriston.franca@redabahia.com.br**

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em: **06/09/2016**

Valor: **R\$ 1.000,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **RADIO 91 FM LTDA**
RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS

CPF/CNPJ: 13.065.495/0001-89

Nº: 123

Complemento:

Bairro: **FEDERAÇÃO**

Cidade: **SALVADOR**

UF: **BA**

CEP: 40210630

Telefone:

Email: **cleriston.franca@redabahia.com.br**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 13°01'68.1 Longitude: 38°30'42.95**

Data de Início: **08/09/2016**

Previsão de término: **12/09/2016**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

5 - Coordenação

Quantidade

Unidade

65 - Laudo > CREA-BA-1025 -> ELÉTRICA - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E
 TÉCNICAS -> COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO -> #239 - RADIODIFUSAO

3,00

d

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de Laudo de ensaio do transmissor da Rádio 91 FM LTDA para renovação de Outorga.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

SALVADOR, **26** de **SETEMBRO** de **2016**

Local

data

CELSO HIPOLITO CRUZ - CPF: 489.538.905-78

RADIO 91 FM LTDA - CNPJ: 13.065.495/0001-89

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 74,37**

Pago em: **14/09/2016**

Nosso Número: **46187155**

Laudo de Ensaio

1. Interessado

Nome: RÁDIO 91 FM LTDA
CNPJ: 13.065.495 / 0001 - 89
Endereço: Rua Aristides Novis, 123 – Federação - Salvador / BA
CEP: 40.210 - 630
Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Telefone / FAX: (71) 3203 - 1270 / 3203 - 1395

2. Ensaio

Motivo: Renovação de Outorga.
Endereço: Rua Aristides Novis, 123 – Federação - Salvador/Ba.
Período: De 09 a 12 de setembro de 2016

3. Equipamento / Fabricante / Função do Transmissor

3.1 Transmissor – Principal:

Fabricante: MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA
Endereço: RUA SANTA CRESCÊNCIA, 268 - VILA SÔNIA, SÃO PAULO-SP
Modelo: FM 25000S
Número de Série: 766
Ano de Fabricação: 2011
Cód. de certificação: 0833-07-0518
Sinal de entrada: Banda básica
Canal de Operação: 217 (91,300 MHz)
Pot. Nominal: 25,000 KW
Alimentação: AC 220V trifásico



4. Medições no Transmissor Principal

4.1 – Frequência:

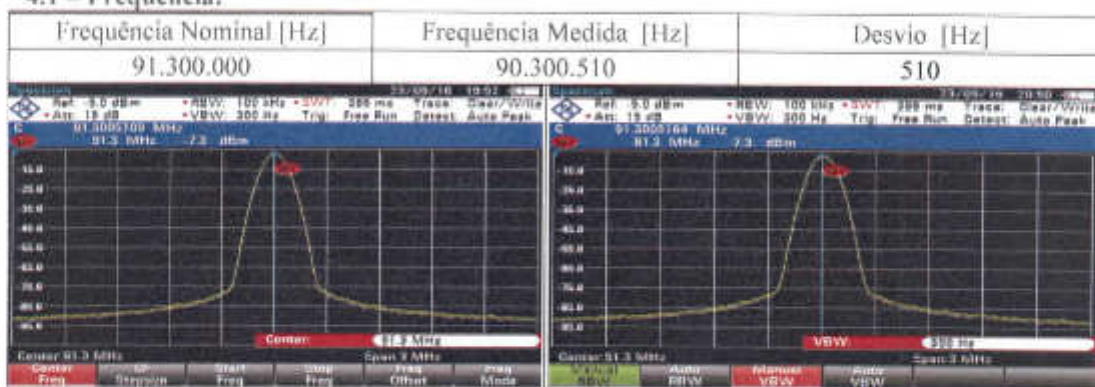


Fig. 1 - Frequência

Tolerância ± 2000 Hz

Fig. 2 - Frequência medida após 60 min

4.2 – Resposta de Audiofrequência: (pré-ênfase de 50us e modulação em percentual indicado)

Frequência (Hz)	Canal Esquerdo			Canal Direito		
	Nível as Saída (dB)			Nível as Saída (dB)		
	25%	50%	90%	25%	50%	90%
50	- 0,22	- 0,22	- 0,22	- 0,22	- 0,22	- 0,22
100	- 0,22	- 0,22	- 0,22	- 0,22	- 0,22	- 0,22
400	0	0	0	0	0	0
1000	- 0,4	- 0,4	- 0,4	- 0,4	- 0,4	- 0,4
2000	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
5000	3,1	3,2	3,8	3,0	3,2	4,0
7500	6,3	7,2	6,4	7,2	7,8	7,4
10 000	9,4	12,7	12,3	11,4	11,7	12,3
15 000	13,5	13,0	13,0	13,2	13,2	12,1

Curva Anexo 1

4.3 – Distorção Harmônica em modulação no percentual indicado

Frequência (Hz)	Canal Esquerdo			Canal Direito		
	25%	50%	90%	25%	50%	90%
50	0,31	0,31	0,31	0,32	0,33	0,34
100	0,31	0,31	0,31	0,32	0,34	0,34
400	0,32	0,32	0,32	0,32	0,35	0,36
1000	0,32	0,32	0,33	0,33	0,35	0,37
2000	0,32	0,32	0,33	0,33	0,33	0,38
5000	0,34	0,34	0,34	0,34	0,36	0,37
7500	0,35	0,35	0,35	0,35	0,38	0,39
10 000	0,35	0,32	0,37	0,37	0,39	0,41
15 000	0,39	0,39	0,39	0,31	0,41	0,42

Requisito mínimo 2,5%

4.4 – Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação com 400Hz:

- 68dB

Requisito 54dB

4.5 – Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude:

- 60dB

Requisito 50dB

4.6 – Atenuação de harmônicos e espúrios:

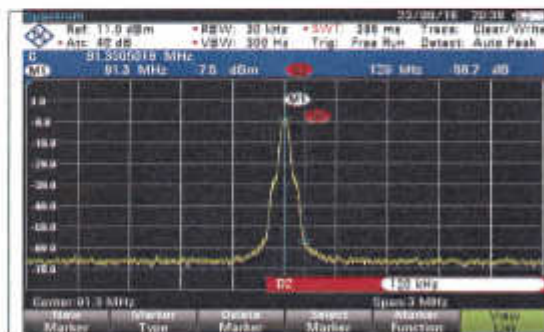


Fig. 3
120 KHz acima da portadora
Requisito 25dB

Valor medido: -58,7dB

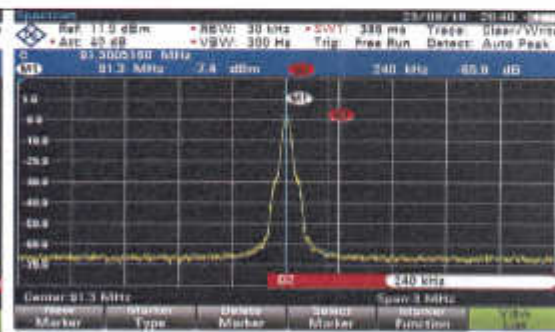


Fig. 4
240 KHz acima da portadora

Valor medido: -63,9dB

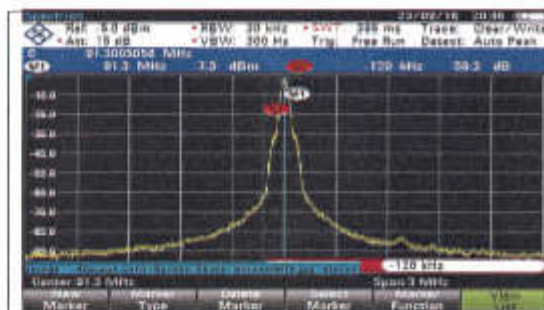


Fig. 5
120 KHz abaixo da portadora
Requisito 25dB

Valor medido: -59,3dB

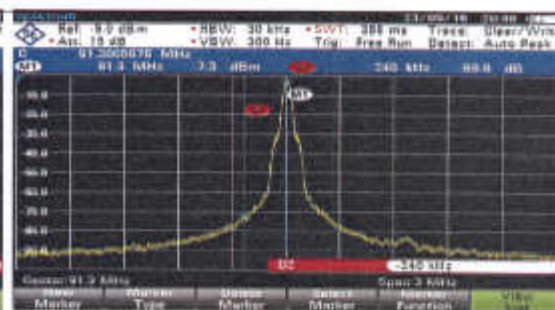


Fig. 6
240 KHz abaixo da portadora

Valor medido: -69,8dB

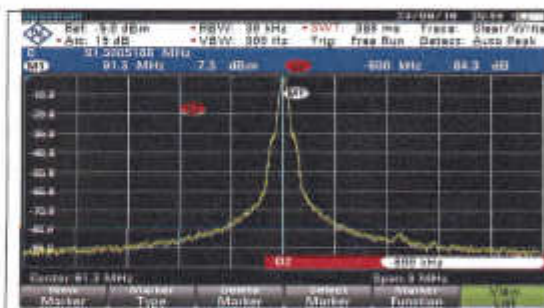


Fig. 7
600 KHz abaixo da portadora
Requisito é 35dB

Valor medido: -84,3dB

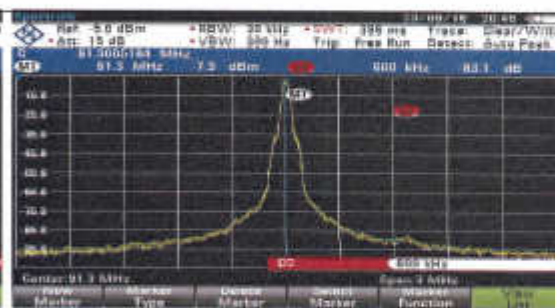


Fig. 8
600 KHz acima da portadora

Valor medido: -83,1dB

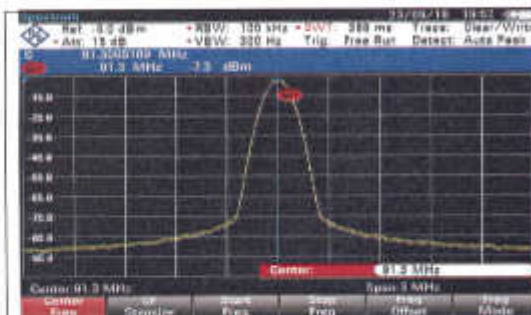


Fig. 9
Fundamental

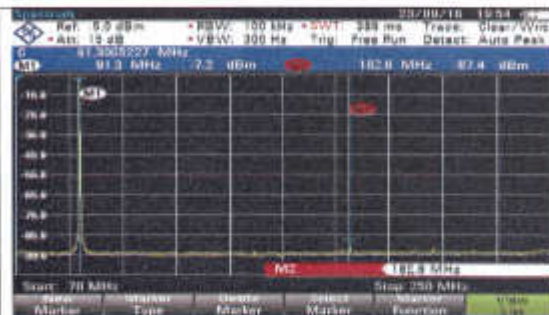


Fig. 10
2º Harmônico
Valor medido: -87,4dB
Requisito para atenuação 80dB

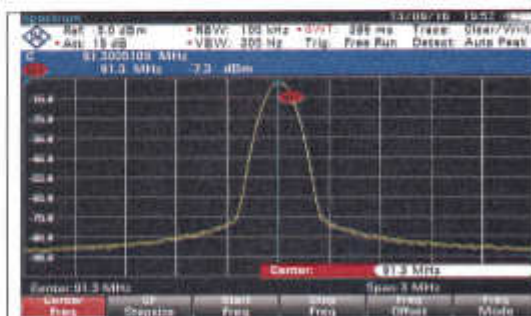


Fig. 11
Fundamental

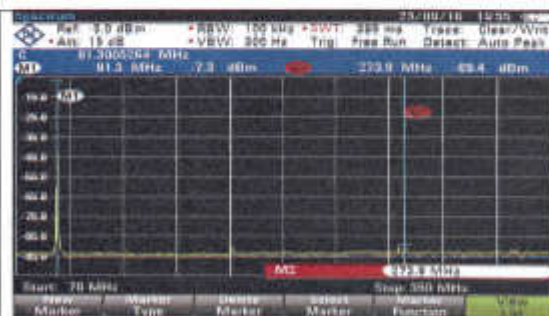


Fig. 12
3º Harmônico
Valor medido: -89,4dB
Requisito para atenuação 80dB

4.7 – Potência de saída:

24,975W

Método direto: medida feita com wattímetro acoplado à linha de transmissão

5. Informações específicas para estereofonia

5.1 Gerador estéreo:

Fabricante: Omnia One

Modelo: 6EX ; EXi

5.2 Medições:

Frequência da subportadora piloto:

Medidas à temperatura de 19º

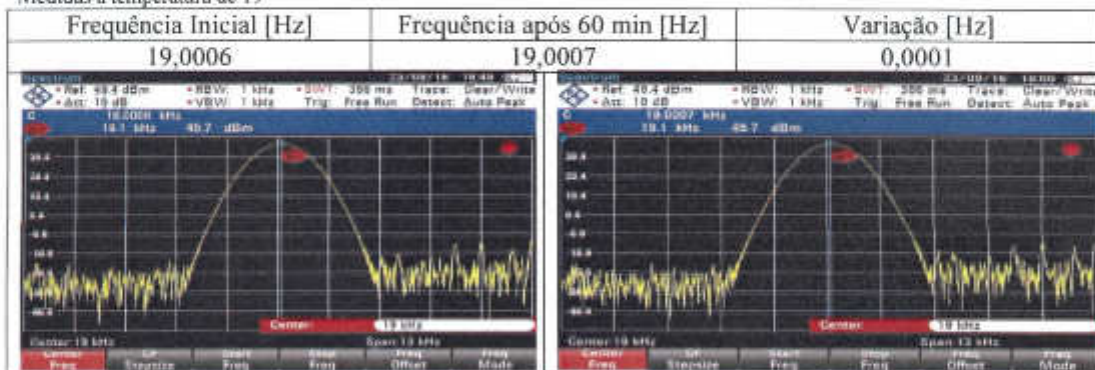


Fig. 13 – Frequência da subportadora piloto

Fig. 14 - Frequência medida após 60 min

5.3 Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto:

5.3.1 Separação estereofônica :

Frequência (Hz)	Separação (dB)	
	E - D	D - E
50	42	41
100	42	41
400	43	43
1000	42	43
2000	42	42
5000	42	42
7500	40	40
10 000	39	39
15 000	38	38

5.3.2 Diafonia para audiofrequência para 90% de modulação:

Frequência (Hz)	Canal Esquerdo Diafonia (dB)	Canal Direito Diafonia (dB)
50	43	43
100	42	42
400	41	41
1000	41	41
2000	42	42
5000	43	43
7500	43	43
10 000	41	41
15 000	42	42

6. Informações específicas para canais secundários:

Não Utilizado



7. Observações visuais no transmissor

7.1 – Plaqueta de Identificação



Figura 15

Plaqueta de Identificação

7.2 – Foto do transmissor principal



Figura 16

Foto do Transmissor Principal

Handwritten signature and initials in blue ink.

7.3 – Medidores do estágio final de RF

Parâmetro	F. de Escala	Valor Medido
Multímetro		
Pré		
I	12A	3,0A
V	120V	37V
%Pot	100%	50%
Driver		
A	12A	5,0A
B	12A	6,0A
C	12A	5,8A
D	12A	6,2A
E	12A	6,0A
F	12A	5,5A
G	12A	6,4A
H	12A	4,8A
Tensão	120V	40V
% Pot RFL	120%	3%
% Pot FWD	120%	7%
PA		
Placa	12KV	7,4KV
Grade	1,2A	0,9A
Filamento	12V	6,3
Catodo Final	8A	4,5A
% FWR	120%	98%
%RFL	120%	2%

7.4 – Existência de tomada de amostra de RF

Para Modulação.....SIM
 Para FreqüênciaSIM

7.5 – Existência de dispositivos de segurança pessoal

Para a descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão..... SIM

Através de gabinetes encerrando o transmissor, com todas as partes que estejam expostas ao contato dos operadores, interligados e conectados à terra..... SIM

Interruptores de segurança em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350V, e que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas..... SIM

Possibilidade de serem feitos externamente ao ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350V com todas as portas e tampas fechadas..... SIM

7.6 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor

Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão:

Proteção por meio de resistências, relés e circuitos eletrônicos que desliga a alta tensão na ocorrência de picos de rede e ou por sobrecarga;

7.7 – Proteção contra falta de ventilação, no caso de sistema forçado e onda estacionária

Proteção contra falta de ventilação adequada através de microinterruptores de ar que inibem a tensão de placa quando da ausência da ventilação.

Existem circuitos que detectam o percentual de onda estacionária e inibem a tensão de placa quando o percentual da onda estacionário, em relação à potência transmitida atinge um valor de 5%.

8. Equipamento / Fabricante / Função do Transmissor

8.1 Transmissor – Reserva:

Fabricante: MTA ELETRONICA INDUSTRIAL LTDA
Endereço: SANTA CRESCÊNCIA, 268 - VILA SÔNIA, SÃO PAULO-SP
Modelo: FM 10.000
Número de Série: 100495290
Ano de Fabricação: 1995
Cód. de certificação: 013589xxx0518
Sinal de entrada: Banda básica
Canal de Operação: 271 (91,300 MHz)
Pot. Nominal: 10,000 KW
Alimentação: AC 220V trifásico

9. Medições no Transmissor Principal

9.1 - Frequência:

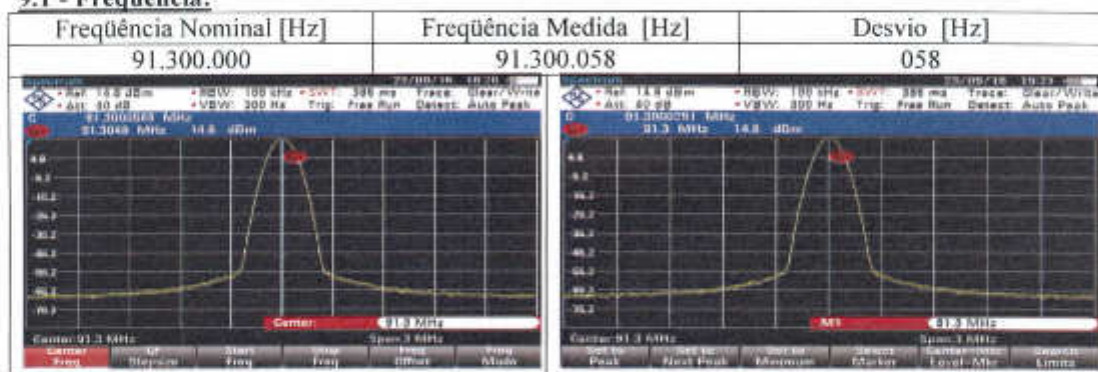


Fig. 17 - Frequência
Tolerância ± 2000 Hz

Fig. 18 - Frequência medida após 60 min

9.2 - Atenuação de harmônicos e espúrios:

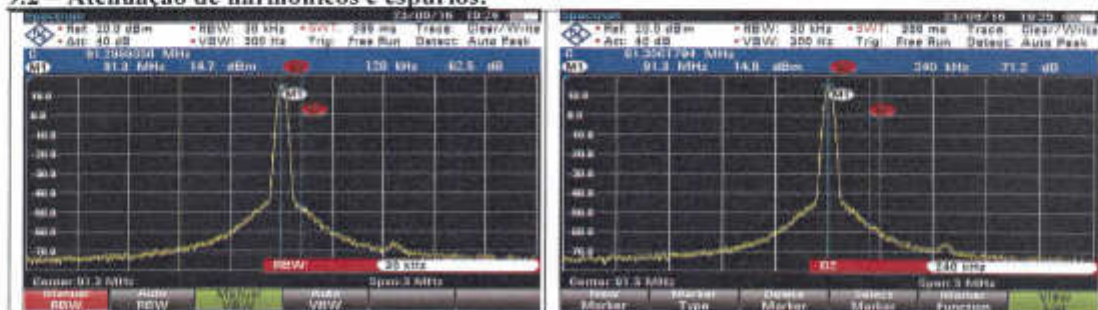


Fig. 19
120 KHz acima da portadora
Requisito 25dB

Valor medido: -62,5dB

Fig. 20
240 KHz acima da portadora

Valor medido: -71,2dB



Fig. 21
120 KHz abaixo da portadora
Requisito 25dB

Valor medido: -61,1dB

Fig. 22
240 KHz abaixo da portadora

Valor medido: -70,9dB

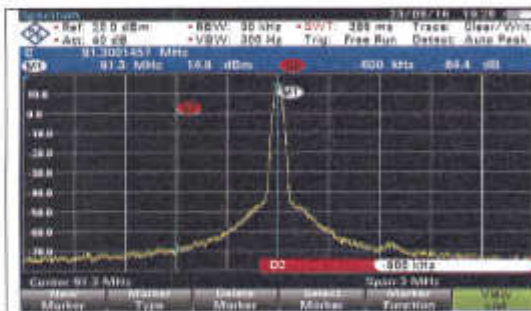


Fig. 23
600 KHz abaixo da portadora Valor medido: -84,4dB
Requisito é 35dB

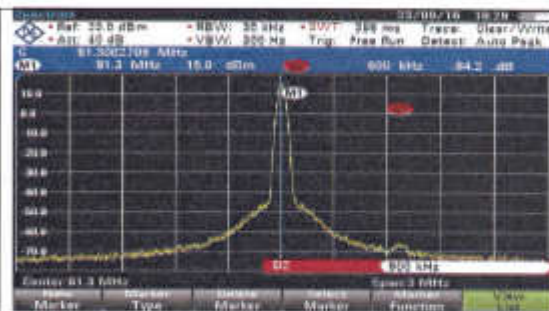


Fig. 24
600 KHz acima da portadora Valor medido: -84,2dB

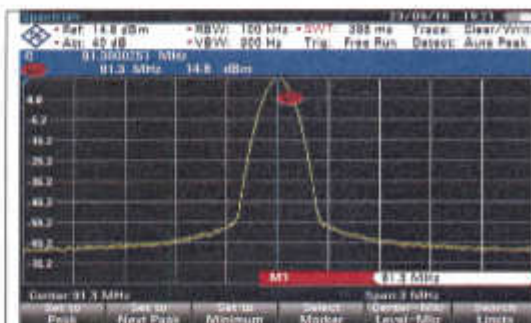


Fig. 25
Fundamental

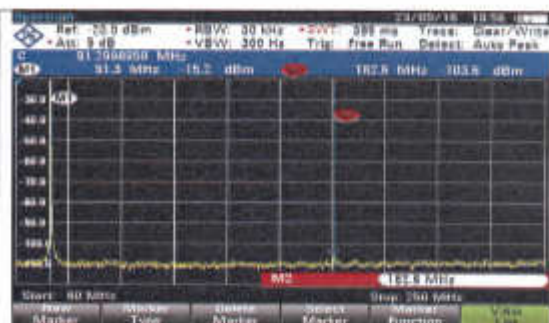


Fig. 26
2º Harmônico Valor medido: -103,6dB
Requisito para atenuação 80dB

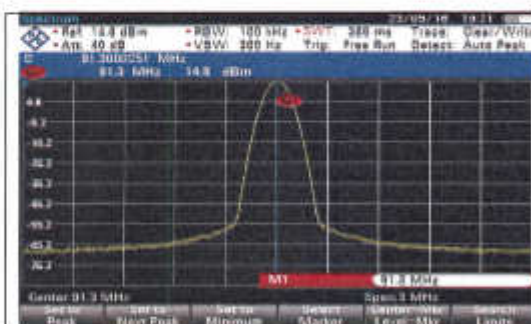


Fig. 27
Fundamental

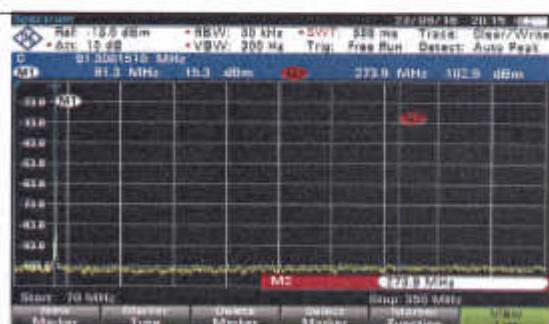


Fig. 28
3º Harmônico Valor medido: -102,9dB
Requisito para atenuação 80dB

9.3 – Potência de saída:

9,800KW

Método direto: medida feita com wattímetro acoplado à linha de transmissão

10. Observações visuais no transmissor:

10.1 – Plaqueta de Identificação



Figura 29

Plaqueta de Identificação

10.2 – Foto do transmissor reserva



Figura 30

Foto do Transmissor Reserva

Handwritten signature in blue ink.

11. Instrumentos Utilizados

11.1 - Analisador de Espectro

Fabricante: ROHDE
Modelo: ETH 8GHz

11.2 - Frequencímetro

Fabricante: Tektronix
Modelo: TM 515 - Módulo DC 510 (Universal Counter / Timer)

11.3 - Wattímetro

Fabricante: Bird
Modelo: 6810 – 007 (50 Ω)

11.4 - Gerador de Áudio

Fabricante: Tektronix
Modelo: TM 515 - Módulo SG 505 (Oscilator Audio)

11.5 - Analisador de Distorção

Fabricante: Tektronix
Modelo: TM 515 - Módulo AA 501 (Distortion Analyzer Audio)


11.6 - Carga

Fabricante: Shively Laboratories
Modelo: DPTC – 50K - FM

11.7 – Medidor de Modulação

Fabricante: TFT
Modelo: 884

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio realizado por mim, pessoalmente, nos transmissores aos quais se refere. O presente Laudo consta de 16 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica  de que faço uso.

Salvador, 26 de setembro de 2016.


CELSO HIPÓLITO CRUZ
CREA: 56938

PARECER CONCLUSIVO

Declaro para os devidos fins, que os transmissores de FM, aos quais se refere este Laudo de Ensaio, na data em que foi realizado, atendiam à todas as Normas Técnicas vigentes e a eles aplicáveis.

Salvador, 26 de setembro de 2016.



DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

Na qualidade de representante legal da RÁDIO 91 FM LTDA, declaro que o Sr. Celso Hipólito Cruz esteve no endereço abaixo nos períodos de 09 a 12 de setembro de 2016, ensaiando os seguintes transmissores de televisão:

Função	Principal	Reserva
Fabricante	MTA	MTA
Modelo	25000S	FM 10000
Potência Nominal	25.000W	10.000W

Local do Ensaio: – Salvador - Bahia

Salvador, 26 de setembro de 2016.



Representante Legal

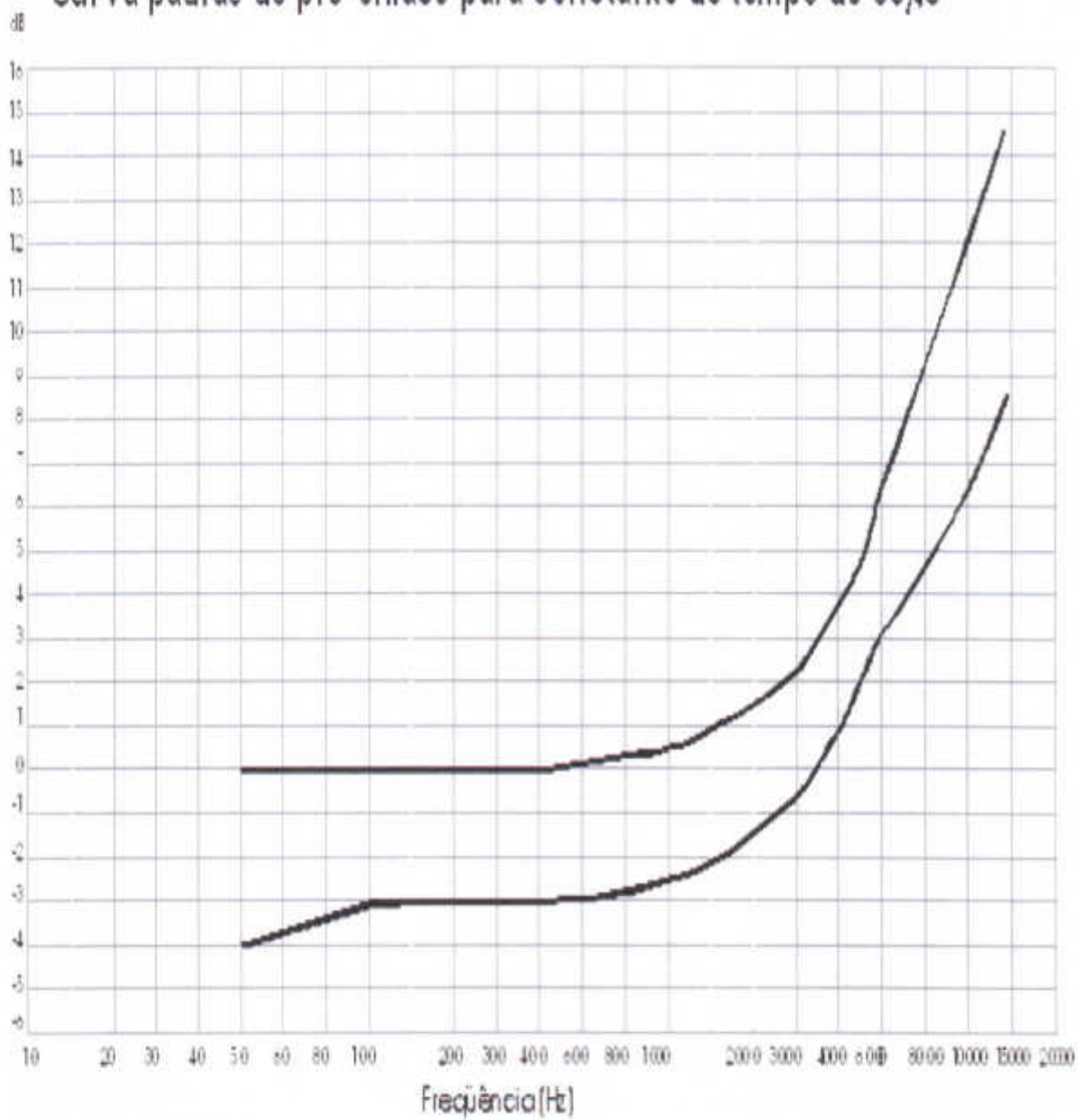


15



ANEXO I

Curva padrão de pré-ênfase para constante de tempo de 50 μ s



4

[Assinatura]

Doc. 02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.6 - Seção de Informações VI
Rua Conselheiro Furtado, 503 - 1º Andar - Liberdade - Tel.: 3399-6043

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

(nos termos do art. 8º, § 2º, da Resolução CNJ nº 121/2010).

Moises Antonio Purcino, Chefe de Seção do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 212.996.408-77, portador(a) do RG nº 11.583.958-6 - SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. **CERTIFICA** ainda que verificou constar em nome de **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA** o(s) seguinte(s) processo(s), que pode(m) se referir a homônimos, em razão da inexistência do número do documento de identificação pessoal (RG e/ou CPF) na base de dados do Distribuidor:

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO		
Apelação	Entrada	Foro de Origem
9161946-23.2003.8.26.0000	24/07/2003	Foro Central Cível

NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.
São Paulo, aos 21 dias do mês de março de 2016.
Eu, Moises Antonio Purcino (Moises Antonio Purcino), Chefe de Seção do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.

Valor Recolhido: R\$ 19,40

Esta certidão só tem validade no seu original. Art. 918, §3º - NSCCJ

Pág. 1 de 1

Processo : 9161946-23.2003.8.26.0000/50011

Recebimento : 08/10/2013 18:02:16
Classe : Embargos de Declaração
Ação : Procedimento Comum
Valor da ação : Não informado
Assunto(s) : DIREITO CIVIL
Nº folhas : 9590
Volumes : 20 Apensos : 3
Nº origem : 1999.00042264
Outros números : Não informado
Comarca : São Paulo
Foro/Vara : Foro Central Cível - 11ª VC
Juiz prolator : Alexandre Batista Alves
Procedência : Normal
Folhas Proc. : Sentença de 1º grau(2511)
Órgão : 14ª Câmara de Direito Privado
Relator : Carlos Abrão
Localização : Foro - Foro Central Cível
Situação : Retornou dos Sup. Tribunais

Partes e Representantes

Embgte/Embgdo(: Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes S/c
Advogado(s) : Sérgio Bermudes (OAB: 033031/SP) (Fls: 888)
: Ricardo Cholbi Tepedino (OAB: 143227/SP)
: Marcelo Alexandre Lopes (OAB: 160896/SP)
Embgdo/Embgte(: Leo Wallace Cochrane
: Leo Wallace Cochrane Junior
: Ronald Wallace Simonsen
: Jorge Wassace Simonsen Junior
: Luiz Vicente Barros Mattos Junior
: Liana Barrionuevo Cochrane
: Mary Cochrane
: Maria Emilia Cochrane
: Mariana Cochrane Mattos
: Sylvia Cochrane Mattos
: Mario Wallace Simonsen Cochrane Junior
: Maria Lucilla S. Paes de Almeida
: Cristiane de Arruda Botelho Simonsen
: Maria May Malta Simonsen
: Mariana Simonsen Porto de Oliveira
: Lucilla Simonsen Paes de Almeida
: Marcia Simonsen Porto de Paula
: Marília Simonsen Zein
: Monica Simonsen Porto
: Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira
: Suzana Maria Simonsen Paes de Almeida
: Priscilla Pereira da Silva Simonsen Biancalana
: Vanessa de Arruda Botelho Simonsen
: Marcelo Wallace Simonsen
Advogado(s) : Carmen Silvia Motta Parkinson (OAB: 100489/SP) (Fls: 711)
: Paulo Benedito Lazzareschi (OAB: 025245/SP) (Fls: 96)
Embargo(s) : Beatriz Cochrane Mattos Macedo
: Elizabeth Cochrane
: Lenah Barrionuevo Cochrane Cuait
: Zaira Cochrane Mattos
: Leo Wallace Cochrane Neto
: Patrícia Simonsen Paes de Almeida São Thiago
: Roberta Simonsen Paes de Almeida
: Jorge Wallace Simonsen Neto
: Marcos Simonsen Porto
: Ricardo Wallace Simonsen
Advogado(s) : Manuel Alceu Affonso Ferreira (OAB: 020688/SP) (Fls: 3065)
: Afranio Affonso Ferreira Neto (OAB: 155406/SP)

Composição de Julgamento

Participação	Magistrado	Voto
Relator	Carlos Abrão	9204



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 13º andar - salas nº 1322/1324, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6116/6578-, São Paulo-SP - E-mail:

sp11cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E FÉ

Silvia Soares Hungria Prado Uelze, Escrivã do Cartório da 11ª Vara Cível do Foro Central Cível, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0042264-63.1999.8.26.0100 - **CLASSE - ASSUNTO:** Cumprimento de Sentença - Ato / Negócio Jurídico

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 15/04/1999 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 249.910.399,84

REQUERENTE(S):

Léo Wallace Cochrane, Rua Hyngría, 888, 06º Andar, CPF 020.167.028-34, RG 383111, Brasileiro Sylvia Cochrane Mattos, Rua Hungria, 888, 06º Andar, São Paulo-SP, RG 4382426, Brasileiro Marcos Simonsen Porto, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 252.357.278-86, RG 12892908, Brasileiro Liana Barrionuevo Cochrane, Rua Hungria, 888, 06º Andar, São Paulo-SP, CPF 116.199.438-67, RG 7128546, Brasileiro Ronald Wallace Simonsen, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, CPF 007.927.648-20, RG 3004096, Brasileiro Léo Wallace Cochrane Neto, Rua Hungria, 888, 06º Andar, São Paulo-SP, CPF 128.823.828-20, RG 7128544, Brasileiro Cristiane de Arruda Botelho Simonsen, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, Brasileiro Marcello Wallace Simonsen, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 128.823.748-01, RG 110731323, Brasileiro Ricardo Wallace Simonsen, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 174.978.268-59, RG 110731311, Brasileiro Beatriz Cochrane Mattos Macedo, CPF 128.862.558-82, RG 175037115, Brasileiro Mario Wallace Simonsen Cochrane Júnior, Rua Hungria, 888, 06º Andar, São Paulo-SP, CPF 146.314.498-96, RG 18437621, Brasileiro Mariana Simonsen Porto de Oliveira, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 086.674.638-25, RG 128929248, Brasileiro Suzana Maria Simonsen Paes de Almeida, Av. Lopes de Azevedo, 1193, São Paulo-SP, CPF 042.010.448-82, RG 9473704, Brasileiro Marcia Simonsen Porto de Paula, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 084.804.178-03, RG 12892925, Brasileiro Monica Simonsen Porto, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 060.875.558-38, RG 12892923, Brasileiro Lucilla Simonsen Paes de Almeida, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 093.170.358-17, RG 9473705, Brasileiro Léo Wallace Cochrane Júnior, Rua Hungria, 888, 06º Andar, CPF 005.765.818-87, RG 2612515, Brasileiro Patricia Simonsen Paes de Almeida São Thiago, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 146.298.728-17, RG 133790289, Brasileiro Marília Simonsen Zein, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, RG 128929261, Brasileiro Vanessa de Arruda Botelho Simonsen, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, Brasileiro Roberta Simonsen Paes de Almeida, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 268.908.348-52, RG 226531715, Brasileiro Mariana Cochrane Mattos, Rua Hungria, 888, 06º Andar, São Paulo-SP, CPF 264.759.318-37, RG 17503712, Brasileiro Mary Cochrane, Rua Hungria, 888, 06º Andar, São Paulo-SP, CPF 128.864.748-43, RG 18437618X, Brasileiro Jorge Wallace Simonsen Júnior, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, CPF 007.210.188-15, RG 2272841, Brasileiro Jorge Wallace Simonsen Neto, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 042.724.248-74, RG 11073130, Brasileiro Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira, Rua Alfredo Egydio de Souza Coutinho, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 212.996.408-77, RG 11583958, Brasileiro Priscila Pereira da Silva Simonsen Biancalana, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
11ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 13º andar - salas nº 1322/1324, Centro - CEP
01501-900, Fone: 2171-6116/6578-, São Paulo-SP - E-mail:
sp11cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Paulo-SP, CPF 076.591.298-80, RG 88861302, Brasileiro Marília Lucilla S. paes de Almeida, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 007.807.908-04, RG 2356641, Brasileiro Elizabeth Cocharane, CPF 146.269.538-83, RG 18437620, Brasileiro Maria May Malta Simonsen, Rua Alfredo Egydio de Souza Aranha, 374, Mezanino, São Paulo-SP, CPF 052.621.568-27, RG 2862078, Brasileiro Luiz Vicente Barros Matos Júnior, Rua Hungria, 888, 06º Andar, CPF 269.089.808-04, RG 3100061, Brasileiro Maria Emilia Cochrane, Rua Hungria, 888, 06º Andar, São Paulo-SP, CPF 076.592.818-36, RG 2747672, nascida em 05/02/1942, Divorciada, Brasileiro, natural de Perdizes-MG, pai Leo Wallace Cochrane, mãe Zaira Simonsen Cochrane Lenah Barrionuevo Cochrane Cutait, Rua Hungria, 888, 06º Andar, São Paulo-SP, CPF 072.995.608-36, RG 7128545, Brasileiro Zaira Cochrane Mattos, Rua Hungria, 888, 06º Andar, São Paulo-SP, CPF 146.305.868-30, RG 17503713, Brasileiro

REQUERIDO(S):

Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes S/c, Rua General Jardim, 36, São Paulo-SP, CNPJ 61.562.112/0001-20, Brasileiro

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Processo Distribuído por Sorteio - 15/04/1999 - Processo Distribuído por Sorteio

Despacho Proferido - 30/08/2001 - Fls.1851/52: ciência (esclarecimentos do perito). Alexandre Batista Alves - FLS. 2095

Despacho Proferido - 18/02/2002 - Vistos. A matéria em discussão é eminentemente de ordem técnica, de sorte que, uma vez elaborado o laudo pericial e apresentados os pareceres técnicos, não há mais provas a serem produzidas, razão pela qual declaro encerrada a instrução processual. Dada a complexidade da causa, concedo às partes o prazo comum de trinta dias para oferecimento de memoriais. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2149

Despacho Proferido - 26/02/2002 - Vistos. Tendo em vista que os autores requereram novos esclarecimentos do perito (fls. 2150/2151), torno sem efeito o despacho que declarou encerrada a instrução processual. Assino-lhes o prazo de cinco dias para formulação das perguntas, sob forma de quesitos. Após, intime-se o perito para prestar por escrito os esclarecimentos que se fizerem necessários. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2152

Despacho Proferido - 15/03/2002 - Vistos. De fato, analisando mais detidamente os autos, verifico que, em audiência, o MM. Juiz que presidiu o ato deferiu a colheita de prova oral, ora reiterada pelas partes. Acrescente-se, por outro lado, que o patrono dos autores requereu a intimação do perito para prestar esclarecimentos em audiência (fls. 2150/2151, 2156 e 2158). Para evitar futura arguição de nulidade por cerceamento de defesa, designo audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 03 de maio de 2002, às 14:10 horas. Intime-se o perito, os autores que integravam a administração do Banco Noroeste (os quais deverão ser indicados pelo réu), assim como as testemunhas eventualmente arroladas. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2159/2160

Audiência Designada - 19/03/2002 - Tipo: Instrução, Debates e Julgamento Marcada para 03/05/2002 14:10 Situação: Não realizada Depoimento pessoal de Luiz Vicente Barros Matos Júnior. Alexandre Batista Alves

Audiência Redesignada - 03/05/2002 - Tipo: Instrução, Debates e Julgamento Marcada para 21/06/2002 13:45 Situação: Realizada Depoimento pessoal de Luiz Vicente Barros Matos Júnior.

Despacho Proferido - 20/05/2002 - Cota de fls.2267 e vº: atenda-se. Fls.2200: publique-se. Fls.2200: J.Ciência à parte contrária. Int. (juntada de documentos pelos autores). Alexandre Batista Alves - FLS. 2272

Juntada de Ofício - 29/05/2002 - Ciência do ofício da segunda Vara da Comarca de Cotia designando o dia 28 de junho de 2002, às 13:30 horas para oitiva de testemunha. Alexandre Batista Alves - FLS. 2273



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
11ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 13º andar - salas nº 1322/1324, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6116/6578-, São Paulo-SP - E-mail: sp11cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Despacho Proferido - 22/07/2002 - Vistos. Homologo a desistência da oitiva da testemunha arrolada pela ré e, por conseguinte, declaro encerrada a instrução processual. Concedo às partes prazo sucessivo de dez dias para oferecimento de memoriais da seguinte forma: poderá o nobre patrono dos autores retirar os autos em Cartório a partir do dia 26.07.2002, comprometendo-se a devolvê-los até o dia 05.08.2002; por sua vez, será facultado ao nobre patrono da ré a retirada dos autos em Cartório a contar do dia 06.08.2002, com obrigação de devolvê-los até o dia 15.08.2002, sendo certo que este é o dia final para o protocolo dos memoriais em Cartório. Após, abra-se vista ao ilustre representante do Ministério Público. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2335

Despacho Proferido - 25/07/2002 - Vistos. Defiro o pedido de quinze dias para cada parte entregar seus memoriais, prorrogando para o dia 26 de agosto de 2002 a data da referida entrega. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2337

Despacho Proferido - 19/09/2002 - Nos autos do Agravo de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial: Cumpra-se o V.Acórdão. Apensem-se os autos principais. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 182

Despacho Proferido - 20/09/2002 - Vistos. Dadas a complexidade da causa e os demais argumentos levantados pela nobre promotora de justiça, concedo-lhe prazo suplementar de cento e vinte dias, a contar da nova vista dos autos, para apresentação de parecer. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2541

Despacho Proferido - 19/02/2003 - Vistos. Em cumprimento ao V. Acórdão proferido nos autos em apenso, que manteve a decisão que alterou o valor da causa para R\$ 249.910.399,84, determino o recolhimento das custas complementares no prazo de dez dias. Após, tornem os autos conclusos para prolação de sentença. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2568

Despacho Proferido - 07/03/2003 - Vistos. Não obstante os relevantes argumentos expostos pelos nobres patronos dos autores (fls. 2569/2576), há de ser mantida a decisão que ordenou o recolhimento das custas complementares no prazo de dez dias. Com efeito, dispõe o artigo 473 do Código de Processo Civil que "é defeso à parte discutir, no curso do processo, questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão". No caso vertente, em decisão prolatada nos autos da ação de impugnação ao valor da causa, o valor da causa foi retificado para R\$ 249.910.399,84, ocasião em que se determinou a intimação dos autores para o recolhimento das custas complementares. Contra essa decisão, houve a interposição de recurso de agravo de instrumento, oportunidade na qual deveriam ter sido suscitadas as questões que ora se apresentam, sob pena de preclusão. A decisão prolatada nos autos do incidente de impugnação ao valor da causa foi confirmada pelas instâncias superiores, razão pela qual não se pode, sob pena de eternização do processo, pretender-se discutir questões sobre as quais já se operou a preclusão. Por esses motivos, mantenho a decisão de fls. 2568. Aguarde-se a complementação das custas. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2577/78

Despacho Proferido - 12/03/2003 - Vistos. Não me convenço do desacerto da decisão prolatada a fls. 2577/2578. Contudo, ainda que se entenda pela não ocorrência de preclusão no caso em tela, penso que não é inconstitucional a Lei Estadual n.º 4.952/85 (Lei de Custas). A propósito da matéria, já existe precedente do Supremo Tribunal Federal no sentido da rejeição da tese de inconstitucionalidade da lei por suposta afronta aos princípios constitucionais do livre acesso ao Poder Judiciário e da legalidade. Confira-se o agravo regimental em agravo de instrumento n.º 0170271, 1996 - UF - São Paulo, cuja ementa segue: "Tributário. Taxa judiciária. Lei paulista n.º 4.952/85, que estipulou, para o respectivo cálculo, o percentual de 1% (um por cento) até o valor de 1.500 salários mínimos, mais 0,5% (meio por cento) sobre o que exceder, considerado, para base de cálculo, o valor da condenação devidamente corrigido. Alegada afronta aos princípios constitucionais do livre acesso ao Poder Judiciário e da ilegalidade. Irresignação improcedente. No primeiro caso, por tratar-se de tributo instituído com observância do princípio da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
11ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 13º andar - salas nº 1322/1324, Centro - CEP
01501-900, Fone: 2171-6116/6578-, São Paulo-SP - E-mail:
sp11cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

progressividade, considerando o valor econômico da causa; e, em segundo lugar, faz-se a desnecessidade de lei autorizadora da correção monetária da base de cálculo dos tributos, proclamada no artigo 97, 2, do Código Tributário Nacional" (Agravamento regimental improvido). Colhe-se do V. Acórdão que a simples circunstância de não ter sido estipulado um teto-limite não é motivo suficiente para que se tenha por vulnerado o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, visto que o tributo foi temperado pelo princípio da progressividade. É que o tributo foi estipulado à taxa de 1% até determinado valor, reduzido, daí em diante, para 0,5%, diversamente de outras leis estaduais. Em suma, ressalvados os entendimentos em sentido contrário, não vislumbro a alegada inconstitucionalidade da Lei Estadual e, consequentemente, mantenho as decisões anteriormente proferidas. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2582/2583

Despacho Proferido - 21/03/2003 - J. A note-se a interposição de recurso de agravo de instrumento. Aguarde-se eventual pedido de informações. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2586

Sent. Res.: Pedido Julgado Improcedente - 05/05/2003 - Tópico final: "Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelos autores contra a ré e extingo o processo com julgamento de mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Vencidos os autores, arcarão com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes por equidade, à falta de condenação, em 2% do valor da atualizado da causa, considerando a complexidade e a importância desta, bem como o trabalho desenvolvido pelos nobres patronos da ré (CPC, art. 20, § 3º e § 4º). PRIC. Valor de preparo: R\$1.829.952,11. Alexandre Batista Alves - FLS. 2611/2639

Despacho Proferido - 20/05/2003 - Vistos. LEO WALLACE COCHRANE e outros, nos autos da ação movida contra PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES S/C, interpuseram recurso de embargos de declaração contra a sentença de fls. 2611/2639. Alegam haver obscuridades, contradição e omissão no julgado. O recurso deve ser conhecido, mas não provido. Em primeiro lugar, salienta o nobre patrono dos embargantes que não se pode saber se "...eventual conduta culposa da ré teria sido inócua para a produção do dano (i) porque não foi ela que o produziu como causa determinante, e sim os fraudadores; ou (ii) porque as eventuais culpas dessa conduta, ou os deslizes de atuação dos auditores, caso não tivessem ocorrido, de qualquer forma não teriam sido capazes de detectar as fraudes; (iii) ou ainda porque, tendo para Vossa Excelência havido culpa também dos administradores do Banco, a eventual culpa deles eliminaria a responsabilidade da embargada". Não há a apontada obscuridade. A sentença é clara no sentido de que o dano decorreu de ação direta e fraudulenta perpetrada pelos prepostos do Banco. A culpa destes foi decisiva para a ocorrência do evento danoso, de modo a absorver as deficiências de atuação atribuídas aos auditores independentes. Seria redundante acrescentar outras considerações a respeito, pois penso que os pontos controvertidos da demanda foram minudentemente apreciados na sentença. A segunda apontada obscuridade também não existe. Conforme ficou decidido na sentença, a NBCT 11.2.2.1 não define quais são os procedimentos necessários (fls. 2300), razão pela qual o procedimento sugerido pelo perito (confronto dos saldos individuais DEME- Cayman e DEMAND) não era obrigatório. A sentença deve ser vista com um todo e não isoladamente, a fim de que sejam compreendidos os seus fundamentos. Por fim, não há omissão ou contradição no tocante à fixação dos honorários advocatícios. Consta expressamente do dispositivo que a verba honorária foi fixada por equidade, à falta de condenação, nos termos do parágrafo 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil. O valor da causa serviu sim de parâmetro para a fixação do montante, bem como as normas das alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo anterior. O parágrafo 4º em questão remete ao parágrafo 3º ao estabelecer que serão atendidas as normas das alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo anterior, daí a razão de constar expressa referência a ambos os parágrafos do artigo 20 do Código de Processo Civil na sentença. Se os embargantes vislumbra equívoco na sentença, pretendendo vê-la modificada, deverão valer-se do recurso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
11ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 13º andar - salas nº 1322/1324, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6116/6578-, São Paulo-SP - E-mail: sp11cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

adequado para tal fim. Por todas essas razões, conheço dos embargos de declaração e nego-lhes provimento, ficando mantida a sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2647/49

Despacho Proferido - 10/06/2003 - Recebo a apelação interposta às fls.2650/2697, em seus regulares efeitos. À resposta. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Primeiro Tribunal de Alçada Civil. Int. Alexandre Batista Alves - FLS. 2700

Despacho Proferido - 06/10/2004 - Nos autos do agravo de instrumento. Cumpra-se o V. Acórdão. Com a vinda dos autos principais, apensem-se estes. Alexandre Batista Alves - FLS. 179

Despacho Proferido - 06/07/2005 - Nos autos do agravo de instrumento - Cumpra-se o V. Acórdão. Apensem-se aos autos principais. Renato Acacio de Azevedo Borsanelli - FLS. 213

Despacho Proferido - 25/04/2006 - Cumpra-se o V. Acórdão. Diga o vencedor, observando que há recurso pendente de julgamento pela superior instância. Int.

Despacho Proferido - 03/07/2006 - Favor devolver os autos em 24 horas, sob pena de busca e apreensão. Processo retirado por KEDMA FERNANDA DE MORAES OAB/SPE 137.037

Despacho Proferido - 11/07/2006 - Manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento no prazo legal. Int.

Remessa ao Setor - 28/07/2008 - Remetido ao Tribunal de Justiça Seção de Direito Privado em 10/08/2006

Recebidos os Autos do Tribunal de Justiça - 25/03/2015 18:21:00 - RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM 25/03/2015

Mero expediente - 28/07/2015 14:08:20 - Vistos.

Cumpra-se o V. Acórdão.

Digam em termos de prosseguimento do feito, no prazo de dez dias.

Após, tornem os autos conclusos.

Intimem-se.

Mero expediente - 02/09/2015 10:28:06 - Vistos.

Fls. 6264/6267 e 6268/6272: Aguarde-se o julgamento do recurso interposto na Instância Superior.

Intimem-se.

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. São Paulo, 01 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$ 41,80

Doc. 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.6 – Seção de Informações VI
Rua Conselheiro Furtado, 503 – 1º Andar – Liberdade – Tel.: 3399-6043

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

(nos termos do art. 8º, § 2º, da Resolução CNJ nº 121/2010).

Moises Antonio Purcino, Chefe de Seção do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 287.712.248-40, portador(a) do RG nº 24.421.911-4 – SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. **CERTIFICA** ainda que verificou constar em nome de **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA** o(s) seguinte(s) processo(s), que pode(m) se referir a homônimos, em razão da inexistência do número do documento de identificação pessoal (RG e/ou CPF) na base de dados do Distribuidor.....

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO		
Apelação	Entrada	Foro de Origem
0158785-08.2010.8.26.0100	30/09/2011	Foro Central Cível

NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.....

São Paulo, aos 21 dias do mês de março de 2016.....

Eu Moises Antonio Purcino (Moises Antonio Purcino), Chefe de Seção do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.....

Valor Recolhido: R\$ 19,40

Esta certidão só tem validade no seu original. Art. 918, §3º - NSC/GJ

Pág. 1 de 1

Processo : 0158785-08.2010.8.26.0100

Recebimento : 30/09/2011
Classe : Apelação
Ação : Não informado
Valor da ação : 1.723,85
Assunto(s) : DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Prestação de Serviços
Nº folhas : 110
Volumes : 1 Apeços : 0
Nº origem : 583.00.2010.158785-5/000000-000
Outros números : 1382/2010
Comarca : São Paulo
Foro/Vara : Foro Central Cível - 5ª Vara Cível
Juiz prolator : Marcos Roberto de Souza Bernicchi
Procedência : Normal
Folhas Proc. : Preparo(92/93) Decisão(86)
Órgão : 38ª Câmara de Direito Privado
Relator : **Eduardo Siqueira**
Localização : Foro - Foro Central Cível
Situação : Encerrado

Partes e Representantes

Apelante(s) : **Secid Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S/c Limitada**
Advogado(s) : Guaraci Rodrigues de Andrade (OAB: 99985/SP) (Fls: 10)
Apelado(s) : **Adriana Coutinho Nogueira**
Advogado(s) : Felipe Daniel de Moraes Fernandes (OAB: 251024/SP) (Fls: 63)

Composição de Julgamento

Participação	Magistrado	Voto
Relator	Eduardo Siqueira	8168
Revisor	Spencer Almeida Ferreira	6005
Juiz	Fernando Sastre Redondo	

Movimentações

Data	Movimentação	Complemento
07/05/2012	Remetidos os Autos para Vara de Origem	trânsito em julgado em 18/04/2012
03/04/2012	Publicado em	Disponibilizado em 02/04/2012 Tipo de publicação: Intimação de Acórdão Número do Diário Eletrônico: 1156
30/03/2012	Publicado em	Disponibilizado em 29/03/2012 Tipo de publicação: Julgados Número do Diário Eletrônico: 1154
27/03/2012	Acórdão registrado	Acórdão registrado sob nº 20120000121569, com 5 folhas.
27/03/2012	Acórdão Finalizado	Acórdão Dr. Eduardo Siqueira
21/03/2012	Não-Provimento	
21/03/2012	Julgado	Negaram provimento ao recurso. V. U.
15/03/2012	Publicado em	Disponibilizado em 14/03/2012 Tipo de publicação: Próximos Julgados Número do Diário Eletrônico: 1143 Data da pauta em 21/03/2012
07/03/2012	Inclusão em pauta	
06/03/2012	Recebidos os Autos pelo Processamento de Grupos e Câmaras	
02/03/2012	Remetidos os Autos para Processamento de Grupos e Câmaras	Revisor - à mesa
16/02/2012	Recebidos os Autos pelo Revisor	Spencer Almeida Ferreira
14/02/2012	Remetidos os Autos para Magistrado - Revisor com Passagem de Autos	
18/11/2011	Recebidos os Autos pelo Relator	Eduardo Siqueira
17/11/2011	Publicado em	Disponibilizado em 16/11/2011 Tipo de publicação: Distribuídos Número do Diário Eletrônico: 1076
16/11/2011	Conclusão ao Relator	
11/11/2011	Remetidos os Autos para Relator (Conclusão)	

Doc. 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.6 - Seção de Informações VI
Rua Conselheiro Furtado, 503 - 1º Andar - Liberdade - Tel.: 3399-6043

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

(nos termos do art. 8º, § 2º, da Resolução CNJ nº 121/2010).

Moises Antonio Purcino, Chefe de Seção do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **EDSON FIRMINO DE PAULA**, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 079.498.888-14, portador(a) do RG nº 11.442.321-0 - SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. **CERTIFICA** ainda que verificou constar em nome de **EDSON FIRMINO DE PAULA** o(s) seguinte(s) processo(s), que pode(m) se referir a homônimos, em razão da inexistência do número do documento de identificação pessoal (RG e/ou CPF) na base de dados do Distribuidor:

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO		
Apelação	Entrada	Foro de Origem
0050401-11.2007.8.26.0114	09/04/2010	Foro de Campinas

NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fê.
São Paulo, aos 21 dias do mês de março de 2016.
Eu (Moises Antonio Purcino), Chefe de Seção do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.

Valor Recolhido: R\$ 19,40

Esta certidão só tem validade no seu original. Art. 918, §3º - NSCGJ

Pág. 1 de 1

Processo : 0050401-11.2007.8.26.0114/50000

Recebimento : 22/06/2011 15:43:26
Classe : Embargos de Declaração
Ação : Não informado
Valor da ação : Não informado
Assunto(s) : DIREITO CIVIL-Coisas-Propriedade, DIREITO
CIVIL-Obrigações-Inadimplemento-Rescisão / Resolução
Nº folhas : 180
Volumes : 2 Apensos : 0
Nº origem : 114.01.2007.050401-3/000000-000
Outros números : Não informado
Comarca : Campinas
Foro/Vara : Foro de Campinas - 1ª. Vara Cível
Juiz prolator : Renato Siqueira De Pretto
Procedência : Normal
Folhas Proc. : Decisão(71) Preparo(109)
Órgão : 35ª Câmara de Direito Privado
Relator : **Mendes Gomes**
Localização : Foro - Fórum de Campinas
Situação : Encerrado

Partes e Representantes

Embargante(s) : **Depaula Café Eventos e Comércio Ltda**
: **Edson Firmino de Paula**
Advogado(s) : Jose Guilherme de Souza Aguiar (OAB: 125381/SP) (Fls: 22;24)
Embargado(s) : **M H Passinato - Me**
Advogado(s) : Guilherme Ubinha de Oliveira Pinto (OAB: 225702/SP) (Fls: 36)

Composição de Julgamento

Participação	Magistrado	Voto
Relator	Mendes Gomes	22351
Revisor	Artur Marques	
Juiz	Clóvis Castelo	

Movimentações

Data	Movimentação	Complemento
12/07/2012	Remetidos os Autos para Vara de Origem	
12/07/2012	Publicado em	Disponibilizado em 11/07/2012 Tipo de publicação: Despacho Número do Diário Eletrônico: 1221
11/06/2012	Recebidos os Autos no Processamento de Recursos - Com Despacho	
11/06/2012	Remetidos os Autos para Processamento de Recursos - Com Despacho	
04/06/2012	Desistência de Recurso	Fls. 223/224: 1. Homologo, para que produza seus jurídicos efeitos, a desistência dos recursos especial e extraordinário interpostos por Depaula Café Eventos e Comércio Ltda e Edson Firmino de Paula, 2. Certifique-se o trânsito em julgado do v. acórdão. 3. Após, remetam-se os autos ao Juízo de origem, observadas as formalidades legais.
14/03/2012	Recebidos os Autos na Coordenadoria de Gabinete da Presidência da Seção de direito Privado	
09/03/2012	Remetidos os Autos à Coordenadoria de Gabinete da Presidência da Seção de direito Privado - Conclusão	
01/02/2012	Documento	Juntado protocolo nº 2012.00050112-4, referente ao processo 0050401-11.2007.8.26.0114/90004 - Juiz Encaminha Documentos
17/01/2012	Publicado em	Disponibilizado em 16/01/2012 Tipo de publicação: Vista Número do Diário Eletrônico: 1104
10/01/2012	Vista	Vista ao(s) embargado(s) para apresentar(em)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE CAMPINAS

FORO DE CAMPINAS

1ª VARA CÍVEL

Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 40/41, Jardim Santana - CEP 13088-901, Fone: (19) 3756-3650, Campinas-SP - E-mail: campinas1cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ

Deny Cristian Trakal, Escrivão do Cartório da 1ª Vara Cível do Foro de Campinas, na forma da lei,

CERTIFICA que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

PROCESSO FÍSICO Nº: 0069354-23.2007.8.26.0114 - **CLASSE - ASSUNTO:** Reconvenção -

DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 05/11/2007 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 55.433,56

REQUERENTE(S):

M. H. Pasinato Me, CNPJ 07.540.799/0001-58

REQUERIDO(S):

Depaula Cafe Eventos e Comercio Ltda.Edson Firmino de Paula

SITUAÇÃO PROCESSUAL:

Despacho Proferido - 08/11/2007 - Proc. nº 2904/07 1-Apensem-se aos autos nº 2119/07, anotando-se. 2- Nos termos do artigo 4º, inciso I da Lei Estadual nº 11.608/03, providencie o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção, por falta de um dos pressupostos para constituição e validade da reconvenção.

Aguardando Apensamento - 27/11/2007 - Apensado ao processo nº 2119/07 em 27.11.07

Processo nº 2119/07 - 0050401-11.2007.8.26.0114: 12/08/2013 - Remetidos os Autos para o Arquivo Geral CX 8209/2013.

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Campinas, 28 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: R\$ 19,40

BOA TARDE
Jailson Alonso de SouzaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 13.065.495/0001-89

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador

Usuário: anatel\jailsons - Jailson Alonso de Souza

Data: 09/06/2017

Hora: 16:14:58



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

Jailson Alonso de Souza



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 565.834.005-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Sócio	8242243	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: anatel\jailsons - Jailson Alonso de Souza

Data: 09/06/2017

Hora: 16:15:44



BOA TARDE
Jailson Alonso de Souza



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 295.633.645-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Itabuna
		TELEVISAO BAHIA S.A.	13.425.269/0001-61	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: anatel\jailsons - Jailson Alonso de Souza

Data: 09/06/2017

Hora: 16:16:00



BOA TARDE
Jailson Alonso de Souza

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 15.575.486/0001-63

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [anatel\jailsons](#) - Jailson Alonso de Souza

Data: 09/06/2017

Hora: 16:16:45

BOA TARDE
Jailson Alonso de SouzaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 059.238.728-38

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A	59.152.629/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SP	São Carlos
		TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA	16.315.327/0001-92	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Juazeiro
		TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA	16.395.923/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	BA	Barreiras
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO SUL DE MINAS S/A	25.166.281/0001-88	Diretor (DIRETOR OPERACIONAL)	0	--	--	TV	--	MG	Varginha

Usuário: anatel\jailsons - Jailson Alonso de Souza

Data: 09/06/2017

Hora: 16:16:59

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO 91 FM LTDA	
Nome Fantasia: RADIO 91	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 13.065.495/0001-89	Número do Fistel: 06022886651
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/11/1993	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salvador	UF: BA
Latitude: -13.00389	Longitude: -38.51139

Parâmetros Técnicos			
Canal: 217	Frequência: 91.3 MHz	Classe: A1	ERP: 50kW
Altura: 150	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°:	10°:	20°:	30°:	40°:	50°:	60°:	70°:	80°:	90°:	100°:	110°:
120°:	130°:	140°:	150°:	160°:	170°:	180°:	190°:	200°:	210°:	220°:	230°:
240°:	250°:	260°:	270°:	280°:	290°:	300°:	310°:	320°:	330°:	340°:	350°:

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 322640628	Número Indicativo: ZYC315

Data Último Licenciamento: 12/06/2015

Número da Licença: 000006/2015-BA

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -13.004	Longitude: -38.511	Cota da base: 51 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 008330700518	Modelo: FM25000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 25.000

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 175.00	Atenuação dB100m: .34	Perdas Acessórias: 0.5	Impedância: 50.00

Antena Principal					
Modelo: IFFMCAP-02-91,3-30-AI	Fabricante: IF TELECOM ANTENAS LTDA				
Ganho: .41	Beam-Tilt: .00	Orientação NV: 350	Polarização: Circular	HCI: 160	ERP Máximo: 22.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	10°: 1.12	20°: 0.89	30°: 0.63	40°: 0.37	50°: 0.19	60°: 0.09	70°: 0.01	80°: 0.04	90°: 0.18	100°: 0.34	110°: 0.57
120°: 0.82	130°: 1.02	140°: 1.19	150°: 1.31	160°: 1.4	170°: 1.4	180°: 1.31	190°: 1.12	200°: 0.89	210°: 0.63	220°: 0.37	230°: 0.19
240°: 0.09	250°: 0.01	260°: 0.04	270°: 0.18	280°: 0.34	290°: 0.57	300°: 0.82	310°: 1.02	320°: 1.19	330°: 1.31	340°: 1.4	350°: 1.4

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 013589xxx0518	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 10.000

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação:

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha:	Atenuação dB100m:	Perdas Acessórias:	Impedância:

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho:	Beam-Tilt:	Orientação NV:	Polarização:	HCI:	ERP Máximo: 22.06 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	199	Portaria	MC	27/10/1983	03/11/1983	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	140188	Despacho	MC	14/01/1988		Multa	Jurídico
9999	40788	Despacho	MC	04/07/1988		Multa	Jurídico
9999	200988	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico
9999	2009	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico

9999	333333	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico
9999	270988	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	2709	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	111111	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	222222	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	130189	Despacho	MC	13/01/1989		Multa	Jurídico
9999	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
9999	60989	Despacho	MC	06/09/1989		Multa	Jurídico
9999	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
9999	50390	Despacho	MC	05/03/1990		Advertência	Jurídico
9999	50990	Despacho	MC	05/09/1990		Advertência	Jurídico
9999	130990	Despacho	MC	13/09/1990		Advertência	Jurídico
9999	241090	Despacho	MC	24/10/1990		Advertência	Jurídico
9999	111290	Despacho	MC	11/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	131290	Despacho	MC	13/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	10491	Despacho	MC	01/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	270592	Despacho	MC	27/05/1992		Advertência	Jurídico
9999	61092	Despacho	MC	06/10/1992		Advertência	Jurídico
9999	39	Portaria	MC	27/07/1994	03/08/1994	Multa	Jurídico
9999	619	Portaria	MC	23/08/1994	12/09/1994	Transferência Indireta	Jurídico
9999	144	Portaria	MC	03/04/1995	20/04/1995	Multa	Jurídico
9999	443	Portaria	MC	02/08/1995	16/08/1995	Multa	Jurídico
9999	266	Portaria	MC	07/05/1997	24/06/1997	Renovação	Jurídico
9999	1090	Portaria	MC	03/09/1997	10/09/1997	Multa	Jurídico
9999	1465	Portaria	MC	14/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	310720	Despacho	MC	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	289	Decreto Legislativo	CN	23/08/2001	24/08/2001	Renovação	Jurídico
9999	516	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	374	Portaria	MC	11/10/2002	22/10/2002	Multa	Jurídico
9999	2	Portaria	MC	15/02/2005	11/03/2005	Multa	Jurídico
9999	70	Portaria	MC	28/03/2005	31/03/2005	Multa	Jurídico
9999	24	Portaria	MC	19/01/2007	24/01/2007	Alteração de Transmissor	Técnico
9999	742	Portaria	MC	10/09/2007	27/09/2007	Alteração de Transmissor	Técnico

9999	88	Despacho	MC	31/03/2010		Advertência	Jurídico
9999	5707	Ato	ER08	19/09/2013	24/09/2013	Alteração	Técnico
9999	1163	Ato	ER08	10/02/2014	12/02/2014	Alteração de Transmissor	Técnico
9999	2068	Ato	ER08	26/03/2015	01/04/2015	Alteração	Técnico

Horário de funcionamento



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO 91 FM LTDA**
CNPJ: **13.065.495/0001-89**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:25:13 do dia 09/06/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/07/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 15.575.486/0001-63
NOME EMPRESARIAL: PAN BT PARTICIPACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$ 1.100.000,00 (Hum milhão, cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da P

Nome/Nome Empresarial:	PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	
Qualificação:	05-Administrador	

Nome/Nome Empresarial:	CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA	Qualif. Rep. Legal:
Qualificação:	22-Sócio	Nome do Repres. Le

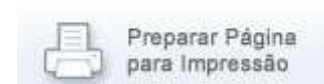
Nome/Nome Empresarial:	SFO PARTICIPACOES LTDA	Qualif. Rep. Legal:
Qualificação:	22-Sócio	Nome do Repres. Le

Nome/Nome Empresarial:	STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA	
Qualificação:	05-Administrador	

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou compa

Emitido no dia **12/06/2017** às **15:28** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO 91 FM LTDA
CNPJ: 13.065.495/0001-89

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

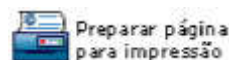
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 11:35:22 do dia 17/04/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 14/10/2017.

Código de controle da certidão: **DAE2.3900.2B3B.9535**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO 91 FM LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 13.065.495/0001-89

Certidão nº: 130619265/2017

Expedição: 12/06/2017, às 17:06:44

Validade: 08/12/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e q u e R A D I O 9 1 F M L T D A
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
13.065.495/0001-89, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13065495/0001-89

Razão Social: RADIO 91 FM LTDA

Endereço: QV JOANA ANGELICA 251 PREDIO / NAZARE / SALVADOR / BA / 40050-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/06/2017 a 02/07/2017

Certificação Número: 2017060302345514347510

Informação obtida em 12/06/2017, às 17:08:45.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.044858/2013-75		
Entidade: Rádio 91 FM Ltda.		
Localidade: Salvador	UF: BA	Serviço: FM
Período(s): 03/11/2003 a 03/11/2013 e 03/11/2013 a 03/11/2023		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	X			FL. 2 SEI 0359963
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	X			53900.050761/2 015 fl. 16, 28
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	X			1072267
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;			Desatu alizada	
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);			Desatu alizada	
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);			Desatu alizada	
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	X			FL. 10 SEI 1947335
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	X			FL 2. SEI 1951192
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	X			FL 4. SEI 1951192
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	X			FL 2. SEI 1951192

11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;			Desatualizada	
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;			Desatualizada	
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	X			Fl. 2 SEI 1072269
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	X			Fl. 2 SEI 1072273
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;		X		
16- Laudo técnico e de ensaio ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	X			SEI 1405073 – Laudo de ensaio. SEI 1072276 – Laudo de Vistoria.
17. declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa)		X		

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
18. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	X		X			SEI 1405077, 53900.050 761/2015 fl. 81 a 91, 92
	Adriana Coutinho Nogueira	X		X			SEI 1405078, 53900.050 761/2015 fl. 125, 126, 127
	Edson Firmino de Paula	X		X			SEI 1405079, 53900.050 761/2015 fl. 181 a 184, 188 a 191
	Washington Bell Marques da Silva	X			X		SEI 1072278, 1072280, 1072282,

	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	X			X	SEI 1072303, 1072304, 53900.050 761/2015 fl. 5, 8,
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	X		X		SEI 1072317, 53900.050 761/2015 fl. 154, 159, 174
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	X			X	SEI 1072309, 1072310, 1072312, 53900.050 761/2015 fl. 18, 19, 20
	Carla Paes de A. C. Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 61, 62
	PAN BT Participações Ltda.	X		X		53900.050 761/2015 fl. 32, 33, 37
	CAP Sorria Participações Ltda.	X		X		53900.050 761/2015 FL. 49, 52, 53, 54
	SFO Participações Ltda	X		X		SEI 1405077, 53900.050 761/2015 fl. 110 a 112
19. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 102, 103
	Adriana Coutinho Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 129, 130
	Edson Firmino de Paula	X		X		53900.050 761/2015 fl. 185, 192, 193,
	Washington Bell Marques da Silva	X			X	SEI 1072283
	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	X			X	SEI 1072306, 53900.050 761/2015 fl. 9

	Paulo Augusto Alves Brasileiro	X		X		SEI 1072319, 53900.050 761/2015 fl. 155, 160, 164, 175
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	X			X	SEI 1072314, 53900.050 761/2015 fl. 18, 19, 21
	Carla Paes de A. C. Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 63, 64
	PAN BT Participações Ltda.	X		X		53900.050 761/2015 fl. 38, 39
	CAP Sorria Participações Ltda.	X		X		53900.050 761/2015 fl. 49, 54, 55, 56
	SFO Participações Ltda	X		X		SEI 1405077, 53900.050 761/2015 fl. 113 a 114
20. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 76, 77
	Adriana Coutinho Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 134, 135
	Edson Firmino de Paula	X		X		53900.050 761/2015 fl. 197, 198
	Washington Bell Marques da Silva	X			X	SEI 1072284, 1072285
	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	X			X	SEI 1072307, 53900.050 761/2015 fl. 6, 7
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	X		X		SEI 1072321, 53900.050 761/2015 fl. 161, 162, 176
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	X			X	SEI 1072315
	Carla Paes de A. C. Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 65, 66

21. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	PAN BT Participações Ltda.	X		X		53900.050 761/2015 fl. 34, 35
	CAP Sorria Participações Ltda.	X		X		53900.050 761/2015 fl. 49, 50
	SFO Participações Ltda	X		X		SEI 1405077, 53900.050 761/2015 fl. 115 a 116
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 76, 77
	Adriana Coutinho Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 134, 135
	Edson Firmino de Paula	X		X		53900.050 761/2015 fl. 197, 198
	Washington Bell Marques da Silva	X		X		SEI 1072284, 1072285
	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	X			X	SEI 1072307, 53900.050 761/2015 fl. 6, 7
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	X		X		SEI 1072321, 53900.050 761/2015 fl. 161, 162, 176
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	X			X	SEI 1072315
	Carla Paes de A. C. Nogueira	X		X		53900.050 761/2015 fl. 65, 66
	PAN BT Participações Ltda.	X		X		53900.050 761/2015 fl. 34, 35
	CAP Sorria Participações Ltda.	X		X		53900.050 761/2015 fl. 49, 50
	SFO Participações Ltda	X		X		SEI 1405077, 53900.050 761/2015 fl. 115 a 116
22- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	X				53900.050 761/2015 fl. 79
	Adriana Coutinho Nogueira	X				53900.050 761/2015 fl. 123

	Edson Firmino de Paula	X					53900.050 761/2015 fl. 179
	Washington Bell Marques da Silva	X					SEI 1072293
	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	X					53900.050 761/2015 fl. 11
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	X					53900.050 761/2015 fl. 152
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	X					53900.050 761/2015 fl. 23
	Carla Paes de A. C. Nogueira	X					53900.050 761/2015 fl. 60
	PAN BT Participações Ltda.					X	
	CAP Sorria Participações Ltda.					X	
	SFO Participações Ltda					X	
23- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	X					53900.050 761/2015 fl. 80
	Adriana Coutinho Nogueira	X					53900.050 761/2015 fl. 124
	Edson Firmino de Paula						53900.050 761/2015 fl. 180
	Washington Bell Marques da Silva	X					SEI 1072292
	Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	X					53900.050 761/2015 fl. 10
	Paulo Augusto Alves Brasileiro	X					53900.050 761/2015 fl. 153
	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	X					53900.050 761/2015 fl. 22
	Carla Paes de A. C. Nogueira	X					53900.050 761/2015 fl. 59
	PAN BT Participações Ltda.					X	
	CAP Sorria Participações Ltda.					X	
	SFO Participações Ltda					X	
	Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	X					53900.050 761/2015 fl. 104 a 106
	Adriana Coutinho Nogueira	X					53900.050 761/2015 fl. 131 a 133, 137 a 149
24- certidões de protestos de títulos ;							

Edson Firmino de Paula	X					53900.050 761/2015 fl. 186 a 187, 194 a 196
Washington Bell Marques da Silva	X					SEI 1072286, 1072288, 1072289, 1072291,
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	X					53900.050 761/2015 fl. 12 A 15
Paulo Augusto Alves Brasileiro	X					53900.050 761/2015 fl. 156 a 158, 165 a 173
Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	X					53900.050 761/2015 fls. 24 a 27
Carla Paes de A. C. Nogueira	X					53900.050 761/2015 fl. 68 a 73
PAN BT Participações Ltda.	X					53900.050 761/2015 fl. 40 a 42
CAP Sorria Participações Ltda.	X					53900.050 761/2015 fl. 46 a 48
SFO Participações Ltda	X					SEI 1405077, 53900.050 761/2015 fl. 118 a 120

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada não atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
Análise:
Jailson Alonso de Souza

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 13041/2017/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.044858/2013-75

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO 91 FM LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA na localidade de Salvador, estado da Bahia, referente ao seguinte período: 03.11.2003 a 03.11.2013 e 03.11.2013 a 03.11.2023.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a manifestação jurídica referencial exarada pela Consultoria Jurídica - Conjor, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU e da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis n.ºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Os presentes autos foram analisados nos termos da Nota Técnica nº. 22177/2016/SEI-MC (evento sei nº 1324804) com vistas à complementação da documentação necessária à instrução dos autos. Em resposta, a Entidade apresentou o documento de protocolo nº. 53900.055829/2016-38.

4. Ocorre que em virtude do espaço temporal para cumprimento das exigências faz-se necessária a atualização dos certificado de quitação da contribuição sindical e outros a seguir relacionados.

5. Por oportuno, conceder novo prazo para apresentação de documentos requeridos no Ofício nº 33133/2016/SEI-MCTIC, no que diz respeito às certidões judiciais de 2ª instância da Justiça Estadual e Federal, conforme solicitação de dilação de prazo apresentada na petição nº 1405073.

6. Assim, faz necessário que a **interessada apresente os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE:

6.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos

exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;

6.2. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);

6.3. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);

6.4. provas de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;

6.5. provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;

6.6. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;

6.7. declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

OBS: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

RELATIVOS A WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO E ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

6.8. certidões cíveis e criminais das Justiças Estadual e Federal (2ª instâncias) dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

Obs1: as certidões devem englobar todos os tipos de processo, inclusive processos eletrônicos, processos dos Juizados Especiais, e processos em grau de recurso;

Obs2: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor,

OBS: Para efeito dos documentos pertinentes os sócios e diretores, estes serão exigidos daqueles já

aprovados/conhecidos por esta Pasta. Assim, caso esteja em trâmite na Secretaria de Radiodifusão - SERAD processo administrativo da Entidade, que trate de alteração contratual, prevendo a modificação societária e/ou diretiva da empresa, a documentação pessoal dos novos sócios/diretores só será exigida no processo de renovação, após a devida aprovação/homologação da alteração contratual.

7. Por fim, submeta-se o feito à consideração do(a) Coordenador(a) de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 525, de 1º de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 06 de março de 2017, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 6, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Jailson Alonso de Souza, Economista**, em 28/06/2017, às 17:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Costa de Oliveira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 28/06/2017, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1955303** e o código CRC **4DEB1630**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 1955303



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 25707/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO 91 FM LTDA

Rua Professor Aristides nº. 123 - Anexo I - 1º Andar - Federação

40.210-630 Salvador/BA

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.044858/2013-75.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 13041/2017/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Costa de Oliveira**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 28/06/2017, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1955763** e o código CRC **C2FD2EAD**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 25707/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.044858/2013-75 - Nº SEI: 1955763

Data de Envio:

29/06/2017 11:04:46

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

manuela.monteiro@redebahia.com.br
mauricio.fonseca@redebahia.com.br
cleriston.franca@redebahia.com.br
erica.pinheiro@redebahia.com.br
marianna.cataldi@redebahia.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.044858/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1955763.html
Nota_Tecnica_1955303.html

Ilustríssimo Senhor

Bruno Costa de Oliveira

M. D. Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão do
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref.: **Ofício nº 25.707/2017/SEI-MC**
Processo nº 53000.044858/2013-75
Renovação de Outorga

RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.065.495/0001-89, sita à Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, executante de radiodifusão, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, através de seu sócio-administrador ao final assinado, em atendimento às exigências formulada por este Ministério conforme Nota Técnica nº 13.041/2017/SEI-MC e registradas no Ofício de número em epígrafe, utiliza-se do presente para requerer a juntada da documentação requerida e ora descrita abaixo:

- Documentos relativos à Rádio 91 FM Ltda.: declaração de que somente brasileiros natos exercerão cargos e funções de direção, gerência, chefia, assessoramento e assistência administrativa; declaração baseada na Lei Complementar nº 64/1990 (**Doc. 01**); comprovante de quitação da contribuição sindical relativa ao empregador (**Doc. 02**); comprovante de quitação da contribuição sindical relativa ao empregado (**Doc. 03**); prova de regularidade perante a Fazenda Estadual (**Doc. 04**); prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (**Doc. 05**); e certidão simplificada da Junta Comercial do Estado da Bahia (**Doc. 06**);
- Documentos relativos ao Sr. Maurício Rollemberg da Fonseca Filho: documentação apresentada quando do protocolo da petição nº 53900.023127/2016-95 (**Doc. 07**);
- Documentos relativos ao Sr. Washington Bell Marques da Silva: tendo em vista a sua saída da sociedade devidamente registrada perante a Junta Comercial do Estado da Bahia em 10/11/2016 (**Doc. 08**) e informada a este MM. Ministério em 11/11/2016 (**Doc. 09**) não se faz necessária a apresentação de documentos comprobatórios tendo em vista que este Sr. não mais responde pela presente Manifestante, inobstante ter sido apresentada a documentação relacionada em 12/04/2016 (**Doc. 07**); e
- Documentos relativos ao Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto: inobstante ter apresentado, igualmente, a documentação relacionada ao sócio sob comento quando do protocolo da resposta ao

Ofício nº 7.443/2016/SEI-MCTIC (**Doc. 07**), requer a juntada de Certidão Positiva do Distribuidor Federal (**Doc. 10**) e, por fim, a correspondente Certidão de Objeto e Pé do processo nº 25039-72.2014.4.01.0000 (**Doc. 11**).

Assim sendo, nada mais havendo a ser acostado ao feito em razão da completa satisfação das exigências apontadas na Nota Técnica acima mencionada conforme Ofício encaminhado e epigrafado, é a presente para requerer seja dado prosseguimento ao pedido de renovação da outorga anteriormente concedida à Rádio 91 FM Ltda.

Nestes Termos,
Pede Juntada e Deferimento.

Salvador (BA), 31 de julho de 2017.

RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ/MF nº 13.065.495/0001-89

Doc. 01


DECLARAÇÕES

RÁDIO 91 FM LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, CEP: 40.210-630, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.065.495/0001-89, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. **Maurício Rollemberg da Fonseca Filho**, brasileiro, natural de Salvador (BA), divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA nº 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, declara, para os devidos fins, que:

a) Somente brasileiros natos exercerão cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga quando da sua renovação; e

b) Nenhum dos dirigentes ou sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, e q* da Lei Complementar n. 64/1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, eu, **Maurício Rollemberg da Fonseca Filho**, firmo estas declarações.



Maurício Rollemberg da Fonseca Filho
CPF nº 295.633.645-20

RÁDIO 91 FM LTDA.
13.065.495/00001-89



Doc. 02



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

773669

0687079

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA 002021		Vencimento 31/01/2014		Exercício 2014	
Endereço LGO DO CANDOMBLE 19A		Número	Complemento	CNPJ da Entidade 000.000.000.03936-5	
Bairro/Distrito FEDERACAO	CEP 40220-060	Cidade/Município SALVADOR			UF BA

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91 FM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13.065.465/0001-89	
Endereço AV JOANA ANGELICA		Número 251	Complemento
CEP 40050-002	Bairro/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR	UF BA
		Código Atividade 601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 170,98
Capital Social - Empresa 10.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
	Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora / Multa
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE c. sindical patronal 2014		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0 10499.70393 36617.713064 54950.001013 6 59600000017098

Código do Cedente 000.000.000.03936-5	Nosso Número 130654950001	Valor do Documento 170,98	Data Vencimento 31/01/2014	Exercício 2014
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0 10499.70393 36617.713064 54950.001013 6 59600000017098

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 31/01/2014
Cedente SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA					Agência / Código Cedente 2218 / 000.000.000.03936-5
Data do Documento 21/01/2014	Número do Documento 201400309627	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 21/01/2014	Nosso Número 130654950001
Uso do Banco 'ERC (2014)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 170,98
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					PRT (=) Valor Cobrado

Sacado:
RADIO 91 FM LTDA
AV JOANA ANGELICA, 251 - CEP 40050-002 - NAZARE - SALVADOR /BA

Sacador / Avalista:

Código de Barras

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA 002021		Vencimento 30/01/2015		Exercício 2015	
Endereço LGO DO CANDOMBLE 19A		Número	Complemento	CNPJ da Entidade 63.226.203/0001-10	
Bairro/Distrito FEDERACAO	CEP 40220-060	Cidade/Município SALVADOR		UF BA	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91FM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13.065.495/0001-89			
Endereço AV JOANA ANGELICA		Número 251	Complemento		
CEP 40050-002	Bairro/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR		UF BA	Código Atividade 801

Dados de Referência da Contribuição

Categoria:
☒ Patronal/Empregador
 ☐ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa
10.000,00

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

Total Empregados - Estabelecimento

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70393 36617.713064 54950.001013 8 63240000017932

Código do Cedente 000.000.000.03936-5	Nosso Número 130654950001	Valor do Documento 179,32	Data Vencimento 30/01/2015	Exercício 2015
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0

10499.70393 36617.713064 54950.001013 8 63240000017932

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 30/01/2015
Cedente SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA					Agência / Código Cedente 2218 / 000.000.000.03936-5
Data do Documento 21/01/2015	Número do Documento 201500284407	Esp. Docum. GRCSU	Acerte 21/01/2015	Data Processamento 21/01/2015	Nosso Número 130654950001
Uso do Banco EXERC (2015)	Carteira SIND	Espécie RS	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 179,32
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC. SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Descontos / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Sacado:
RADIO 91FM LTDA
AV JOANA ANGELICA, 251, - CEP 40050-002 - NAZARE - SALVADOR / BA

Sacador / Avalista:

Código de Barras

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA 002021		31/01/2016		2016	
Endereço		Número		Complemento	
LGO DO CANDOMBLE 19A				CNPJ da Entidade	
Bairro/Distrito		CEP		Cidade/Município	
FEDERACAO		40220-060		SALVADOR	
				UF	
				BA	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
RADIO 91 FM LTDA		13.065.495/0001-89	
Endereço		Número	
AV JOANA ANGELICA		251	
CEP		Cidade/Município	
40050-002		SALVADOR	
Bairro/Distrito		UF	
NAZARE		BA	
		Código Atividade	
		801	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		(=) Valor do Documento 192,86	
Capital Social - Empresa		Nº Empregados Contribuintes	
10.000,00			
Capital Social - Estabelecimento		Total Remuneração - Contribuintes	
		(-) Outras Deduções	
		Total Empregados - Estabelecimento	
		(+/-) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE			
		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado	

104-0

10499.70393 36617.713064 54950.001013 1 66900000019286

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.606.800.03936-7	130654950001	192,86	31/01/2016	2016

Autenticação Mecânica



104-0

10499.70393 36617.713064 54950.001013 1 66900000019286

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento		Vencimento	
PREFERENCIALMENTE NAS LOTERIAS ATÉ O VALOR LIMITE E ATÉ O VENCIMENTO		31/01/2016	
Cedente		Agência / Código Cedente	
SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA		2218 / 000.606.800.03936-7	
Data do Documento	Número do Documento	Esp. Docum.	Aceite
27/01/2016	201600443240	GRCSU	
Data Processamento		Nosso Número	
27/01/2016		130654950001	
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade
EXERC (2016)	SIND	RS	
Instruções		(-) Desconto / Abatimento	
BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA		(-) Outras Deduções	
APOS VENC SOMENTE AG CAIXA. MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.		(+/-) Mora / Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado	

Sacado:
RADIO 91 FM LTDA
AV JOANA ANGELICA, 251, - CEP 40050-002 - NAZARE - SALVADOR /BA

Sacador / Avalista:

Código de Barras

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



887392

CAIXA

GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
 SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
 Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
 www.caixa.gov.br

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA 002021		Vencimento 31/01/2017		Exercício 2017	
Endereço LGO DO CANDOMBLE 19A		Número	Complemento	Código da Entidade Sindical 000.606.800.03936-7	
Bairro/Distrito FEDERACAO		CEP 40220-060	Cidade/Município SALVADOR	CNPJ da Entidade 63.226.203/0001-10	
UF BA					

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social RADIO 91 FM LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 13.065.495/0001-89	
Endereço AV JOANA ANGELICA		Número 251	Complemento
CEP 40050-002	Bairro/Distrito NAZARE	Cidade/Município SALVADOR	UF BA
		Código Atividade 601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 215,03	
Capital Social - Empresa 10.000,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado	

104-0 10499.70393 36617.713064 54950.001013 7 70560000021503

Código do Cedente 000.606.800.03936-7	Nosso Número 130654950001	Valor do Documento 215,03	Data Vencimento 31/01/2017	Exercício 2017
------------------------------------------	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10499.70393 36617.713064 54950.001013 7 70560000021503

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 31/01/2017
Cedente SIN EMPRESAS RADIOFUSAO TELEVISAO BA					Agência / Código Cedente 2218 / 000.606.800.03936-7
Data do Documento 19/01/2017	Número do Documento 201700267859	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 19/01/2017	Nosso Número 130654950001
Uso do Banco EXERC (2017)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 215,03
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado: RADIO 91 FM LTDA AV JOANA ANGELICA, 251, - CEP 40050-002 - NAZARE - SALVADOR /BA					
Sacador / Avalista:					
Código de Barras					

Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



**Bradesco**

Comprovante de Pagamento
PAG-FOR - Pagamento Escritural a Fornecedores
Movimento de 06/02/2014

Cliente Pagador

Nome:	RADIO ITAPARICA FM LTDA		
CNPJ/CPF:	013.065.495/0001-89		
Agência / Conta:	02864 (AG.EMP.SALVADOR) /	26.240

Fornecedor

Nome:	SIND DAS EMPRESAS RADIODIF		
CNPJ/CPF:	063.226.203/0001-10		
Banco:	104-CAIXA ECONOMICA F		
Agência / Conta:	00000 () /	000

Dados do Pagamento

Efetivação em:	31/01/2014		
Mod. Pagto.:	31 - COBRANÇA TERCEIROS		
Tipo/Num.docto.:	01 / 0000687679		
Valor do documento:	170,98		
Valor do pagamento:	170,98		
Linha Digitável:	10499703903661771306054950001010600000000017098		

**Bradesco**

Comprovante de Pagamento
PAG-FOR - Pagamento Escritural a Fornecedores
Movimento de 04/02/2015

Cliente Pagador

Nome:	RADIO ITAPARICA FM LTDA		
CNPJ/CPF:	013.065.495/0001-89		
Agência/Conta:	02864 (AG.EMP.SALVADOR) /	26.240

Fornecedor

Nome:	SIND DAS EMPRESAS RADIODIF		
CNPJ/CPF:	063.226.203/0001-10		
Banco:	104-CAIXA ECONOMICA F		
Agência/Conta:	00000 () /	000

Dados do Pagamento

Efetivação em:	30/01/2015		
Mod. Pagto.:	31 - COBRANÇA TERCEIROS		
Tipo/Num.docto.:	01 / 0000727337		
Valor do documento:	179,32		
Valor do pagamento:	179,32		
Linha Digitável:	10499703903661771306054950001010800000000017932		

**Bradesco**

Comprovante de Pagamento
PAG-FOR - Pagamento Escritural a Fornecedores
Movimento de 03/02/2016

Cliente Pagador

Nome:	RADIO ITAPARICA FM LTDA		
CNPJ/CPF:	013.065.495/0001-89		
Agência / Conta:	02864 (AG.EMP.SALVADOR) /	26.240

Fornecedor

Nome:	SIND DAS EMPRESAS RADIODIF		
CNPJ/CPF:	063.226.203/0001-10		
Banco:	104-CAIXA ECONOMICA F		
Agência / Conta:	00000 () /	000

Dados do Pagamento

Efetivação em:	29/01/2016		
Mod. Pagto.:	31 - COBRANÇA TERCEIROS		
Tipo/Num.docto.:	01 / 0000764239		
Valor do documento:	192,86		
Valor do pagamento:	192,86		
Linha Digitável:	10499703903661771306054950001010100000000019286		

**Bradesco**

CNPJ 60.746.948

Comprovante de Pagamento
PAG-FOR - Pagamento Escritural a Fornecedores
Movimento de 02/02/2017

Cliente Pagador

Nome: RADIO ITAPARICA FM LTDA	
CNPJ/CPF: 013.065.495/0001-89	
Agência/Conta: 02864 (AG.EMP.SALVADOR) / 26.240

Fornecedor

Nome: SIND DAS EMPRESAS RADIODIF	
CNPJ/CPF: 063.226.203/0001-10	
Banco: 104-CAIXA ECONOMICA F	
Agência/Conta: 00000 () / 000

Dados do Pagamento

Efetivação em: 31/01/2017	
Mod. Pagto.: 31 - COBRANÇA TERCEIROS	
Tipo/Num.docto.: 01 / 0000798023	
Valor do documento:	215,03
Valor do pagamento:	215,03
Linha Digitável: 10499703903661771306054950001010700000000021503	

Doc. 03

Doc. 04



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão N°: **20171605286**

RAZÃO SOCIAL RADIO 91 FM LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 120.991.936	CNPJ 13.065.495/0001-89

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 31/07/2017, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS
FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Doc. 05



PMS - Prefeitura Municipal do Salvador
Secretaria Municipal da Fazenda
Coordenadoria de Recuperação de Crédito - CRC
PGMS - Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa

Inscrição Municipal: 050934/001-40

CNPJ: 13065495/0001-89

Contribuinte: RADIO 91 FM LTDA

Endereço: Rua Professor Aristides Novis, No 123
ANEXO: I : 1 ANDAR;
FEDERAÇÃO

Atividades: Atividades de rádio

Processo nº : 5173/2017

Certifico que a firma da inscrição acima está com a seguinte situação de débito, até a presente data, ressalvando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, conforme artigo 256, parágrafo 3º, da Lei 4.279/90:

POSIÇÃO SEFAZ:

• Débito Aberto

Constam em nossos registros as informações descritas no campo Posição da Dívida Ativa.

POSIÇÃO DÍVIDA ATIVA

• Débito Suspenso

* Consta nos nossos registros parcelamento em dia:

- No. Processo: 757757-Q/17 - No. Cotas: 60 - Auto de Infração: 8800702010 - Cotas Pagas: 01 À 04 - Cotas a Vencer: 05 À 60

Emitida às horas do dia 04/07/2017.

Esta Certidão tem os mesmos efeitos de Certidão Negativa, conforme o art. 279, da Lei 7.186/2005.

Válida até dia 03/08/2017

Código de Controle da Certidão: **1849D062DDE2B4506680D45776F68F74**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle da certidão acima

Doc. 06



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO 91 FM LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
29200448514	13.065.495/0001-89	14/06/1982	14/06/1982
Endereço: R PROFESSOR ARISTIDES NOVIS, 123 ANEXO: I; : 1 ANDAR;; FEDERACAO, SALVADOR, BA - CEP: 40210630			
OBJETO SOCIAL			
INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SONORA OU DE SONS E IMAGENS, SEUS SERVIÇOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVIÇO ESPECIAL DE MÚSICA FINCIONAL, REPETIÇÃO OU RETRANSMISSÃO DE SONS OU SINAIS DE IMAGEM E SOM DE RADIODIFUSÃO COM FINALIDADE EDUCATIVA, CULTURAIS E INFORMATIVAS, CIVICAS E PATRIÓTICAS BEM COMO A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE EMREENDIMENTO, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 10.000,00 DEZ MIL REAIS Capital integralizado: R\$ 10.000,00 DEZ MIL REAIS		Não	XXXXXX
QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
PAN BT PARTICIPACOES LTDA 15.575.486/0001-63	3.334,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	3.333,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES N 565.834.005-53	3.333,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 17/12/2016	Número 97620346	REGISTRO ATIVO	Sem Status
Ato: 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRE			
Evento: 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX			
Endereço: XXXXXX			
Observação			

174266758

página: 1/2



CONTROLE: 86.625.958.643.86 CPF SOLICITANTE: 013.078.525-30 NIRE: 29200448514 Emitida: 05/07/2017 17:10:06 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA
A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADO NO ENDEREÇO <http://regin.juceb.ba.gov.br/regin.ba/telavalidadocs.aspx>



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO 91 FM LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
29200448514	13.065.495/0001-89	14/06/1982	14/06/1982
Endereço: R PROFESSOR ARISTIDES NOVIS, 123 ANEXO: I; : 1 ANDAR;, FEDERACAO, SALVADOR, BA - CEP: 40210630			

SALVADOR - BA, 5 de Julho de 2017

HÉLIO PORTELA RAMOS

174266758

página: 2/2



CONTROLE: 86.625.958.643.86 CPF SOLICITANTE: 013.078.525-30 NIRE: 29200448514 Emitida: 05/07/2017 17:10:06 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA
A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADO NO ENDEREÇO <http://regin.juceb.ba.gov.br/regin.ba/telavalidadocs.aspx>

Doc. 07



* Campos obrigatórios

Peticionamento

☐ Pessoa física

☒ Pessoa jurídica

☐ Procuração

Empresas:

RADIO 91 FM LTDA

Área:

Secretaria de Radiodifusão (SERAD)

Serviço /Categoria:

Radiodifusão Comercial

Solicitação:

Renovação de Outorga

Protocolo existente?

☐ Sim ☒ Não

Número do protocolo:

53900.023127/2016 - 95

Assunto:

Resposta ao Ofício n. 7443/2016/SEI-MC

Resumo do protocolo

Não há dados cadastrados

Documentos

Nome do arquivo	Tamanho (MB)
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Renovação de Outorga.pdf	0,519
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 01.pdf	0,172
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 02.pdf	0,228

Nome do arquivo	Tamanho (MB)
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 03.pdf	0,021
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 04.pdf	1,053
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 05.pdf	0,028
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 06.pdf	0,066
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 07.pdf	0,051
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 08.pdf	0,026
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 09.pdf	0,029
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 10.pdf	0,026
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 11.pdf	0,183
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 12.pdf	0,188
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 13.pdf	0,177
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 14.pdf	0,195
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 15.pdf	0,017
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 16.pdf	0,028
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 17.pdf	0,016
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 18.pdf	0,168
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 19.pdf	0,017
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 20.pdf	0,046
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 21.pdf	0,016
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 22.pdf	0,043
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 23.pdf	0,025
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 24.pdf	0,056
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 25.pdf	0,028
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 26.pdf	0,028
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 27.pdf	0,028
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 28.pdf	0,264

Nome do arquivo		Tamanho (MB)
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 29.pdf		0,262
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 30.pdf		0,028
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 31.pdf		0,029
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 32.pdf		0,029
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 33.pdf		0,03
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 34.pdf		0,028
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 35.pdf		0,024
Rádio 91 FM – Resposta ao Ofício n. 7443_2016_SEI-MC – Doc. 36.pdf		0,024
Selecionado 4,198 MB de + 15 MB		

Voltar



Para evitar erros na visualização desta página, certifique-se que está utilizando a versão mais recente do seu navegador.

Dados do SEI

Autuação

Nº do processo:	53900.023127/2016-95
Tipo:	SERAD – Renovação de Outorga
Data de geração:	12/04/2016
Interresados:	CADSEIWEB ; Radio 91 FM Ltda ;
Nível do processo:	RESTRITO

Lista de Andamentos

Data	Unidade
12/04/2016 15:35	SEAPA
12/04/2016 15:38	SEAPA
12/04/2016 15:40	SDCOM-TEMP
12/04/2016 15:41	SDCOM-TEMP
12/04/2016 15:42	SDCOM-TEMP

Doc. 08

RÁDIO 91 FM LTDA.

NIRE 29.200.448.514

CNPJ Nº 13.065.495/0001-89

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, portador de Cédula de Identidade RG nº 1.648.096-19 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 075.103.655-20, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Rua da Graça, nº 292, apt.º 2201, Graça, CEP 40.150-055; **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, composta exclusivamente por brasileiros natos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.575.486/0001-63, com sede na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, CEP 13570-380, neste ato representada por seu procurador **Fellipe Daniel de Moraes Fernandes**, brasileiro, natural de Campinas/SP, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, advogado, portador do documento de identidade RG nº 44.014.763-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.082.638-10, com escritório na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep:13.045-290; **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, bacharel em direito, portador de Cédula de Identidade RG nº 05.823.109-97 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 565.834.005-53, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Clementino Fraga, nº 198, apto. 2201, Ondina, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.170-050; e, **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA nº 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Aristides Novis, nº 123, Federação, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.210-630, únicos sócios da **RÁDIO 91 FM LTDA.**, pessoa jurídica com sede na Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Anexo I, 1.º andar, Federação, Salvador/BA, Cep: 40.210-630, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº 29.200.448.514, na data de 14 de Junho de 1982, ("Sociedade"), resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

- 1) Com a anuência dos demais sócios, o sócio **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, retira-se da Sociedade, dando plena e total quitação dos seus haveres perante a mesma, mediante cessão e transferência das suas 5.100 (cinco mil e cem) quotas, para os sócios **PAN**

BT PARTICIPAÇÕES LTDA., ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO e MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, ora admitidos na Sociedade, distribuídas da seguinte forma:

- a) 1.700 (um mil e setecentas) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), à **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**;
 - b) 1.700 (um mil e setecentas) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), à **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**; e,
 - c) 1.700 (um mil e setecentas) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), à **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**.
- 2) Em consequência do disposto nos itens acima, os sócios resolvem alterar o caput da Cláusula Sexta do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula Sexta – O Capital Social da Sociedade é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

- (a) A sócia **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.** possui 3.334 (três mil, trezentas e trinta e quatro) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 3.334,00 (três mil, trezentos e trinta e quatro reais);
 - (b) O sócio **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO** possui 3.333 (três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 3.333,00 (três mil, trezentos e trinta e três reais); e,
 - (c) O sócio **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO** possui 3.333 (três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 3.333,00 (três mil, trezentos e trinta e três reais).”
- 3) Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas do Contrato Social.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones on the left.


Continuação do instrumento de Alteração Contratual da Rádio 91 FM Ltda.

E, por estarem justos e contratados, todos assinam o presente instrumento de Alteração Contratual em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Salvador, 08 de novembro de 2016.



PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.

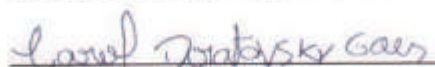

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA


ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE
MAGALHÃES NETO


MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA
FILHO

Testemunhas:


Nome: DALILA DOS SANTOS MOTA
RG/Órgão Expedidor: 1007 2929 03 1 SSP-BA
CPF/MF: 028.727.365-88


Nome: Conal Omtovsky Gaer
RG/Órgão 13374379 SS SSP BA
CPF/MF: 02933227552



Doc. 09



* Campos obrigatórios

Peticionamento

Em nome: ☐ Pessoa física ☒ Pessoa jurídica ☐ Procuração

Empresas: RADIO 91 FM LTDA ▼

Área: Secretaria de Radiodifusão (SERAD) ▼

Serviço/Categoria: Radiodifusão Comercial ▼

Solicitação: Transferência indireta de cotas ▼

Protocolo existente? ☒ Sim ☐ Não

Número do protocolo: 53900.062868/2016 - 91

Assunto: Informa alt. contratual - Transferência de cotas

Resumo do protocolo

Não há dados cadastrados

Documentos

Nome do arquivo		Tamanho (MB)
Rádio 91 FM - Juntada de Alteração Contratual - 20161110.pdf		0,159
Rádio 91 FM - Doc. 01 - Juntada de Alteração Contratual - 20161110.pdf		1,274
		Selecionado 1,433 MB de + 15 MB

[Voltar](#)

Para evitar erros na visualização desta página, certifique-se que está utilizando a versão mais recente do seu navegador.

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Dados do SEI

Autuação

Nº do processo:	53900.062868/2016-91
Tipo:	SERAD - Transferência Indireta
Data de geração:	10/11/2016
Interresados:	CADSEIWEB ; Radio 91 FM Ltda ;
Nível do processo:	RESTRITO

Lista de Andamentos

Data	Unidade
11/11/2016 14:43	SEAPA
11/11/2016 14:50	SEAPA
11/11/2016 14:50	SDCOM-TEMP
11/11/2016 15:44	SDCOM-TEMP
11/11/2016 15:45	SDCOM-TEMP

Doc. 10



Nº 2693617

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuições de ações e execuções **cíveis e criminais** mantidos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que

CONSTA(M)

contra **ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO** ou contra o **CPF: 565.834.005-53**, os seguintes processos:

IP 25039-72.2016.4.01.0000 DF ***

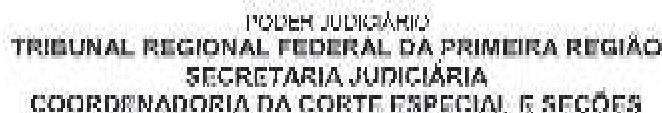
Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito

Certidão emitida em: 06/07/2017, às 20h39, por TR5903 - ALUIZIO ALVES DE OLIVEIRA.

Última atualização dos bancos de dados: 06/07/2017, 20h39min.

Doc. 11



Numeração Única: 25039/220164010000

INQUÉRITO POLICIAL 0025038-72.2016.4.01.0000/PF

Distribuído no TRF em 09/05/2010

Processado na Origem: 22/04

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES, 2ª SEÇÃO

[illegible]

O Diretor da Coordenadoria da Corte Especial e Seções do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no uso de suas atribuições fedais etc...

CERTIFICA que a pedido da parte interessada, após consulta junto ao sistema de acompanhamento processual deste Tribunal, constatou a existência do **Inquérito Policial** em epígrafe, no qual, às fls. 2-a/2.c.v° consta a denúncia que recebeu o nº **486/2016-4º Of Crim**, ofertada pelo Ministério Público Federal - Procuradoria Regional da República da 1ª Região em 26 de outubro de 2016, protocolada nesta e, TRF1 sob o nº 4085225-03/11/2016, em face de: **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, CPF nº 565.834.005-53, **ARACELY DE PAULA**, CPF nº 004.554.826-91, **EDVALDO BAIÃO ALBINO**, CPF nº 371.875.116-04, **GILMAR ALVES MACHADO**, CPF nº 442.726.006-30, **GUILHERME MENEZES DE ANDRADE**, CPF nº 203.733.517-34, **JOSÉ DE RIBAMAR COSTA ALVES**, CPF nº 054.646.173-53, **LAUREZ DA ROCHA MOREIRA**, CPF nº 220.190.901-63, **LUCIANO**

Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Coordenadoria da Corte Especial e Seção
Sala 108, Rua do Ouvidor, 110 – 2º andar – CEP 20040-900 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

1980, CARLOS DE OLIVEIRA
 Diretor do Departamento de Cultura e Recreação
 1980, 1981, 1982

FERREIRA DE SOUSA, CPF nº 862.947.803-72, **MÁRCIO REINALDO DIAS MOREIRA**, CPF nº 035.237.567-15, **MAURO NAZIF RASUL**, CPF nº 701.620.007-82, **MOISÉS NOGUEIRA AVELINO**, CPF nº 010.821.831-72, **PAULO PIAU NOGUEIRA**, CPF nº 188.943.686-15, **RONALDO DIMAS PEREIRA NOGUEIRA**, CPF nº 260.210.136-20, **SEBASTIÃO TORRES MADEIRA**, CPF nº 053.595.113-20, e **ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR**, CPF nº 116.610.542-34, como incursores nas penas do art. 312 do Código Penal; as fls. 738/739 consta a r. decisão de 10 de novembro de 2016, em que o eminente Relator decidiu: (...) **DECISÃO** Trata-se de inquérito que tramitava no Supremo Tribunal Federal (desde 2006), que agora, por decisão do ministro relator, em decorrência de incompetência, chega a esta Corte Regional Federal. A investigação tem por objeto a suposta venda a terceiros de passagens aéreas por parte de pessoas. À época Deputados Federais, referentes à cota parlamentar destinada aos parlamentares. (...) Assim posta a temática, determino as seguintes providências de gerência e administração processual, à vista da desejada celeridade do feito: (i) declino da competência desta Corte em prol da Seção Judiciária do Distrito Federal - local da prática dos supostos crimes - em relação às denúncias de nºs 492 a 537, com as suas respectivas mídias digitais, que devem ser desencartadas e remetidas ao juízo competente, com as garantias de praxe; (ii) em relação às denúncias de nºs 436, 487, 488, 489, 490 e 491, proceda-se à autuação em separado, ficando a primeira encartada nos autos do presente inquérito, onde será processada. As demais, após autuadas autonomamente, deverão ter reproduzidas a mídia que as acompanha, pois as ações penais nesta Corte não são (ainda) processadas por meio digital. Cópia desta decisão deve ser encartada em cada um dos novos (cinco) autos. (...) (iv) Ultimadas as providências do processamento do feito, promova-se a notificação dos acusados que remanescerem no foro desta Corte, para que, querendo, apresentem resposta, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 4º da Lei 8.038/1990. Intimem-se. Brasília, 10 de novembro de 2016. (a. digital) Desembargador Federal **OLINDO MENEZES Relator**; para as notificações dos acusados determinadas acima, foram expedidos os seguintes documentos, com cópias juntadas às fls. 776/788, a saber: CARTA DE ORDEM Nº 407/2016 - Juízo Federal Distribuidor da SJBA, para notificação de ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO; CARTA DE ORDEM Nº 408/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Uberaba/MG, para notificações de ARACELY DE PAULA e PAULO PIAU NOGUEIRA; CARTA DE ORDEM Nº 409/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Viçosa/MG, para notificação de EDVALDO BAIÃO ALBINO; CARTA DE ORDEM Nº 410/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, para notificação de GILMAR ALVES MACHADO; CARTA DE ORDEM Nº 411/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA, para notificação de GUILHERME MENEZES DE ANDRADE; CARTA DE ORDEM Nº 412/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Seção Judiciária do Maranhão, para notificação de JOSÉ DE RIBAMAR COSTA ALVES; CARTA DE ORDEM Nº 413/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Gurupi/TO, para notificação de LAUREZ DA ROCHA MOREIRA; CARTA DE ORDEM Nº

OLINDO MENEZES
Desembargador Federal
10/11/2016

para notificação de LUCIANO FERREIRA DE SOUSA; CARTA DE ORDEM Nº 416/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Seção Judiciária de Rondônia, para notificação de MÁRCIO NAZIF RASUL; CARTA DE ORDEM Nº 417/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Seção Judiciária do Tocantins, para notificação de MOISÉS NOGUEIRA AVELINO; CARTA DE ORDEM Nº 418/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Araguaína/TO, para notificação de RONALDO DIMAS PEREIRA NOGUEIRA; CARTA DE ORDEM Nº 419/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, para notificação de SEBASTIÃO TORRES MADEIRA; CARTA DE ORDEM Nº 420/2016 - Juízo Federal Distribuidor da Seção Judiciária do Pará, para notificação de ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR.

CERTIFICA, ainda, que à fl. 838 foi juntado o despacho de 27/01/2017, em que o eminente Relator deferiu requerimento do denunciado Antônio Carlos Peixoto Magalhães Neto, de restituição integral do prazo para apresentar resposta escrita, em 15 (quinze) dias (art. 4º, Lei n. 8.038/90), sem aplicação analógica do art. 229 do Código de Processo Penal; que foram juntadas defesas preliminares dos denunciados: MOISÉS NOGUEIRA AVELINO - fls. 888/891; ARACELY DE PAULA - fls. 897/901; PAULO PIAU NOGUEIRA - fls. 912/921; ZENALDO RODRIGUES COUTINHO - fls. 1.068/1.106; à fl. 1.114 foi juntado o despacho de 8/2/2017, deferindo pedidos de vista e cópias dos autos, restituição de prazo processual para apresentação de resposta escrita de Márcio Reinaldo dias Moreira e determinando o cancelamento dos registros referente ao segredo de justiça imposto ao processamento dos autos; as fls. 1.154/1.155 foi juntado o despacho de 21/1/2017, determinando desentranhamento de petições para serem juntadas em outros Inquéritos Policiais pelo fato das investigações relacionadas aos fatos em questão estarem se desenvolvendo em 8 inquéritos distintos e, ainda, deferindo requerimento do investigado Murilo Zauith de devolução do prazo para resposta escrita, além de diligências processuais cabíveis; foram juntadas, ainda, as defesas preliminares de: MÁRCIO REINALDO DIAS MOREIRA - fls. 1.199/1.221; GUILHERME MENEZES DE ANDRADE - fls. 1.238/1.249; LAUREZ DA ROCHA MOREIRA - fls. 1.275/1.294; LUCIANO FERREIRA DE SOUSA - fls. 1.361/1.372; que, às fls. 1.387/1.393 foi juntado agravo interno protocolado sob nº 4171335-03/04/2017 pelo denunciado ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO MAGALHÃES NETO contra a r. decisão/despacho de fl. 838; que foram juntadas defesas preliminares dos seguintes denunciados: fls. 1.404/1.430 - ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO MAGALHÃES NETO; fls. 1.432/1.444 - SEBASTIÃO TORRES MADEIRA; fls. 1.451/1.455 - RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA.

CERTIFICA, ainda, que às fls. 1.458/1.459vº consta certidão lavrada por esta Coordenadoria, em 19/04/2017, registrando que não apresentaram, até aquela data, resposta prévia à denúncia, os denunciados: EDVALDO BAIÃO ALBINO, CILMAR ALVES MACHADO, JOSÉ DE RIBAMAR COSTA ALVES e MÁRCIO NAZIF RASUL; que às fls. 1.466/1.467 consta o r. despacho de 30/5/2017, determinando diligências processuais cabíveis, e, ao final, indeferindo requerimento do acusado Guilherme Menezes de Andrade, de restituição de prazo para nova manifestação.

CERTIFICA, finalmente, que às fls. 1.503/1.503vº, por petição

o desmembramento do feito em relação aos denunciados Edvaldo Baião Albino, Gilmar Alves Machado, Guilherma Meneses do Andrade, José Ribamar Costa Alves, Márcio Reinaldo Dias Moreira, Mauro Nazif Rasul e Sebastião Torres Madeira, para serem processados perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, por não mais exercerem cargos que lhes conferiam foro privilegiado por prerrogativa de função, prosseguindo-se em relação aos demais com o recebimento da denúncia; a referida petição encontra-se, nesta data, pendente de deliberação judicial.

Expedida e passada no dia 11 de julho de 2017, terça-feira, na Coordenadoria da Corte Especial e Seções - Secretaria Judiciária - Tribunal Regional Federal da 1ª Região.


JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor da Coordenadoria da Corte Especial e Seções



BOM DIA

Reginalva Candida Faria

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ
CNPJ: 13.065.495/0001-89

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [reginalva.mc](#) - Reginalva Candida Faria Data: 14/08/2017 Hora: 11:39:38



BOM DIA

Reginalva Candida Faria

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 565.834.005-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Sócio	8242243	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: **reginalva.mc - Reginalva Candida Faria** Data: **14/08/2017** Hora: **11:39:48**

[Menu Principal](#) ▾SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) | [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 295.633.645-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Itabuna
		TELEVISAO BAHIA S.A.	13.425.269/0001-61	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [reginalva.mc - Reginalva Candida Faria](#)**Data:** [14/08/2017](#)**Hora:** [11:40:01](#)



BOM DIA
Reginalva Candida Faria

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 15.575.486/0001-63

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [reginalva.mc](#) - Reginalva Candida Faria

Data: 14/08/2017

Hora: 11:40:17

[Menu Principal](#)SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) | [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 059.238.728-38

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A	59.152.629/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SP	São Carlos
		TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA	16.315.327/0001-92	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Juazeiro
		TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA	16.395.923/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	BA	Barreiras
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO SUL DE MINAS S/A	25.166.281/0001-88	Diretor (DIRETOR OPERACIONAL)	0	--	--	TV	--	MG	Varginha

Usuário: [reginalva.mc - Reginalva Candida Faria](#)**Data:** 14/08/2017**Hora:** 11:40:32



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO 91 FM LTDA**
CNPJ: **13.065.495/0001-89**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:41:05 do dia 14/08/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/09/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

[Menu Principal](#)BOM DIA
Reginalva Candida FariaSistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: BA

Município: Salvador

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CAMARA DOS DEPUTADOS	Salvador	01/04/2010	01/04/2020
DIAMANTINA RADIO E TELEVISAO LTDA	Salvador	03/11/2003	03/11/2013
EMPRESA DE RADIODIFUSAO A TARDE LTDA	Salvador	03/08/1981	03/08/1991
EMPRESA METROPOLITANA DE RADIODIFUSAO LTDA	Salvador	06/02/1985	06/02/1995
FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA	Salvador	28/05/2001	28/05/2011
INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB	Salvador	11/07/1977	11/07/1987
RADIO 91 FM LTDA	Salvador	03/11/1993	03/11/2003
RADIO ARATU LTDA	Salvador	02/08/1987	02/08/1997
RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA	Salvador	02/08/2007	02/08/2017
RADIO FM BAHIA SOL LTDA	Salvador	30/10/2006	30/10/2016
RADIO FM IEMANJA LTDA	Salvador	21/07/1996	21/07/2006
RADIO PIATA DE SALVADOR LTDA	Salvador	06/02/2005	06/02/2015
RADIO TRANSAMERICA DA BAHIA LTDA	Salvador	01/05/1994	01/05/2004
REDE CENTRAL DE COMUNICACAO LTDA	Salvador	24/08/1981	24/08/1991
SISTEMA NORDESTE DE COMUNICACAO LTDA	Salvador	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: **reginalva.mc - Reginalva Candida Faria**Data: **14/08/2017**Hora: **11:42:01**Registro **1** até **15** de **15** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

		< - Selecione -	<		<	03/08/1994	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	12/09/1994	Transferência Indireta <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	20/04/1995	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	16/08/1995	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	24/06/1997	Renovação <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	10/09/1997	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	16/10/1997	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<		Advertência <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	24/08/2001	Renovação <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	10/10/2001	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	22/10/2002	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	11/03/2005	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	31/03/2005	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	24/01/2007	Alteração de Transmissor <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	27/09/2007	Alteração de Transmissor <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<		Advertência <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	24/09/2013	Emissão de Ato de Alteração Técnica <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	12/02/2014	Alteração de Transmissor <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	01/04/2015	Emissão de Ato de Alteração Técnica <	Jur. <

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

 Tela Inicial

 Imprimir

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.044858/2013-75 (53000.045304/2003-13)		
Entidade: RADIO 91 FM LTDA (RADIO ITAPARICA FM LTDA atual denominação)		
Localidade: SALVADOR	UF: BA	Serviço: FM
Período(s): 03/11/2013 A 03/11/2023		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Pg(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			2 (0359963) Procuração Waldemar Marques fls.29 (0359963)
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			3 (0359963)
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			4 (0359963)
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	x			2 (1072267)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			5-10 (0359963) 2-9 (2086698)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			11-20 (0359963) 32-36 (0359963)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			21 (0359963)
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			23 (0359963)

9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			24 (0359963) 4 (1951192)
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			25 (0359963)
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			26 (0359963) BA 2 (2086700)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			2 (2086701) Salvador
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			2 (1072269) (1951192)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	x			2 (1072273)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			2 (2086702)
16- Laudos de vistoria técnica e de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			2-6 (vistoria) (1072276) 1-18 (ensaio) (1405076)

DOCUMENTOS	NOME (S)	NÃO SE APLICA	Pg(S).
17. declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas <i>b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q</i> da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa)	RADIO 91 FM LTDA(sócios)		2(2086696)
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO		7(0744150)
	PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA	X	
	PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO		46(0744161)
	MAURÍCIO ROLLEMBERG		8 (0744146) (53900.050761/2015-10)

CONCLUSÃO

A documentação apresentada não atende ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
<ol style="list-style-type: none">1. <u>Alteração contratual fls 1-4 (2086704).</u>2. <u>Processo de transferência indireta nº 53900.062868/2016-91/53900.017941/2017-17</u>
Análise:
Analista:Reginalva Cândida de Faria Cargo:chefe de serviço

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiofusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

DESPACHO

Processo nº 53000.044858/2013-75

Senhor (a) Coordenador (a) Geral de Fiscalização de Outorgas,

cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO 91 FM LTDA., (CNPJ nº 13.065.495/0001-89)., para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Salvador, estado da Bahia, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 15/08/2017, às 15:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2129705** e o código CRC **9E50F5A0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 2129705

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiofusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

DESPACHO

Processo nº 53000.044858/2013-75

1. Tendo em vista os laudos de Vistoria Técnica e de Ensaio do equipamento transmissor apresentados às páginas 2-6 evento SEI nº (1072276) e 1-18 (1405076), pela RADIO 91 FM LTDA., (CNPJ nº 13.065.495/0001-89), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos ao Órgão Regional de Minas Gerais - REGMG, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja a Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão-COROR informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira**, **Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 15/08/2017, às 15:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2129728** e o código CRC **0FB5F00E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 2129728



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53900.025989/2015-71

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comercial.

Radiodifusão comercial. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer. Devolução de todos os processos similares para a SCE.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A referida solicitação decorre da ausência de uniformidade no entendimento desta Consultoria Jurídica sobre os documentos necessários a regular instrução dos processos de renovação, conforme retratado, por exemplo, na Nota Técnica nº 3582/2015/SEI-MC.
3. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

5. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

6. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
7. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 30% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica se referem à renovação de outorgas. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há cerca de 5.000 processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
8. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
9. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

Em alguns casos, no entanto, o processo necessita de exame jurídico mais acurado.

10. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
11. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Breves considerações sobre o processo de renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial.

12. O procedimento de renovação se inicia a partir da apresentação de requerimento da entidade, observado o prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo de vigência da outorga. Esta regra está prevista nos seguintes diplomas normativos:

Lei 5.785/1972. Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

Decreto nº 88.066/1983. Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

Portaria nº 329/2012. Art. 4º O pedido de renovação será dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações e apresentado na sede, nas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações ou encaminhado por via postal, mediante carta registrada. § 1º O pedido referido no caput deve ser apresentado no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.

13. Junto com o requerimento, a entidade deve apresentar uma série de documentos, a maior parte deles previsto no Anexo II da Portaria nº 329/2012. Outros são exigidos em razão de entendimentos firmados por esta CONJUR e pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE. Em caso de omissão ou irregularidades passíveis de correção, a entidade será notificada visando à regularização do pedido (art. 5º, parágrafo único, Portaria nº 329/2012).
14. Verificada a tempestividade do requerimento, a regularidade da documentação apresentada, bem como o cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço, o pedido de renovação será deferido pelo Ministério das Comunicações (art. 2º, Portaria nº 329/2012). Neste caso, a entidade é convocada para assinatura de termo aditivo ao instrumento original, sendo que a sua eficácia fica suspensa até a deliberação do Congresso Nacional, mediante a publicação do respectivo decreto legislativo (art. 9º, Portaria nº 329/2012).
15. Em sentido contrário, será declarada a perempção da concessão ou da permissão nos casos de: (i) intempestividade do pedido, ressalvada a hipótese de extinção da outorga por decurso de prazo; (ii) não cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço; (iii) não apresentação da documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações; (iv) aplicação de pena de cassação; e (v) excesso aos limites de outorgas de

serviços de radiodifusão (art. 10, Portaria nº 329/2012).

16. Antes de ser declarada a perempção, é assegurado o contraditório e a ampla defesa da interessada, que poderá apresentar defesa no prazo de trinta dias, a contar da notificação (art. 12, Portaria nº 329/2014). Por fim, declarada a perempção, o processo deve ser remetido para deliberação do Congresso Nacional, a quem compete a palavra final sobre a não renovação da outorga, observado o quorum qualificado de que trata o § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

II.III. Da documentação a ser conferida nos processos de renovação de outorga.

17. Como já ressaltado, a análise dos pedidos de renovação é, em boa parte, limitada à conferência de documentos. A lista consolidada é a seguinte:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	Art. 112, Dec. nº 52.795/1963; Art. 3º, parágrafo 1º, Dec. nº 88.066/1993
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; (iii) atende as finalidades educativas e culturais.	§3º do art. 14 do Dec. nº 52.795/1963; art. 12 do Dec. Lei nº 236/1967; Anexo II, Port. 329/2012 e art. 1º do Decreto nº 88.066/1983
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.	Art. 38, alínea “a” da Lei nº 4.117/1962; Anexo II, Port. 329/2012.
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993;

	recolhimento dos últimos cinco anos).	Anexo II, Port. 329/2012.
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Art. 15, § 3º, alínea e, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho	Art. 29, V, Lei nº 8.666/1993.
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).	Art. 15, §2º, alínea b, Dec. 52795/1963.
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.	Art. 15, § 4º, alínea b, Dec. nº 52.795/1963.
15	Relatório das sanções administrativas aplicadas à entidade durante o período de vigência da outorga.	Art. 33, §3º da Lei nº 4.117/1962.
16	Certidão atualizada da Junta Comercial	Art. 15, §1º, alínea a, Decreto nº 52.795/1963.
17	Laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.	Art. 33, § 3º, art. 67, par. único, da Lei nº 4.117/1962; art. 40, § 1º, art. 48, art. 122, 28, Dec.

52.795/1962

18. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
19. Quanto ao requerimento, a tempestividade é o requisito fundamental a ser considerado, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972. Com efeito, além de estabelecer o prazo legal a ser observado pelas emissoras, este dispositivo menciona, ainda, em seu § 2º, que o pedido será deferido “havendo a concessionária ou permissionária *requerido a renovação no prazo*”.
20. Por isso mesmo, o § 3º do art. 4º da Portaria nº 329/2012 é expresso ao mencionar que os pedidos de renovação apresentados fora do prazo “serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”. Dispositivo com conteúdo similar encontra-se no art. 2º da Portaria nº 153/2012.
21. Em suma, a tempestividade do requerimento é condição para o deferimento do pedido de renovação (art. 2º, I, Port. 329/2014), sendo a sua intempestividade causa de declaração de perempção (art. 10, I, Port. 329/2014). Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar se o pedido do requerente é ou não tempestivo.
22. Os documentos números 02 a 13 estão expressamente previstos nas normas indicadas no quadro, dispensando comentários adicionais.
23. Registre-se, apenas, quanto à certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho (documento 12), que se trata de nova exigência legal, instituída pela Lei nº 12.440/2011, aplicável a todas as contratações públicas efetuadas com base na Lei nº 8.666/1993.
24. A não apresentação ou a existência de certidões positivas para os casos previstos nos documentos de números 2 a 13 levarão ao descumprimento de critério objetivo, o que ocasionará, caso não haja regularização, a declaração de perempção e proposta de não renovação da outorga. Esses documentos, portanto, são passíveis de simples conferência pela área técnica, ficando dispensada a avaliação jurídica individualizada pela CONJUR.
25. Em suma, nesses casos, caberá a SCE instruir o processo com vistas à renovação, se apresentadas as certidões negativas e de regularidade, ou à perempção, se o contrário ocorrer.
26. Por sua vez, as certidões negativas de distribuição cíveis e criminais são instrumentos para a avaliação da idoneidade moral dos sócios e administradores da entidade, conforme exige o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962. Nesses termos, apresentadas as certidões negativas, não será necessária a avaliação individualizada da Consultoria Jurídica, pois preenchido o requisito firmado neste Parecer.
27. No caso de certidões positivas, a certidão de objeto e pé somente deve ser exigida quando a consulta ao *site* do respectivo tribunal não for suficiente para se obter a informação pretendida. De modo que este documento possui caráter subsidiário, tendo por finalidade complementar as informações nos casos em que não seja possível obtê-las por outras formas mais céleres, como a consulta na internet.
28. Em recente manifestação sobre o tema, o Despacho nº 3782/2014/ALM/CGCE

/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou com ressalvas o Parecer nº 1293/2014/RVP/CGCE /CONJUR-MC/CGU/AGU, firmou orientação no sentido de serem considerados, para fins de idoneidade moral, as hipóteses previstas na Lei da Ficha Limpa, isto é, a Lei Complementar nº 135/2010, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990. Confira-se o seguinte trecho do Despacho:

A lista dá embasamento legal para afirmar quais são as hipóteses nas quais a empresa deve ser excluída do certame ou impedida de assinar o contrato por inidoneidade moral dos sócios. Com efeito, a Lei da Ficha Limpa constitui interessante balizador para a fixação de um conceito de idoneidade. Por óbvio, exclui-se, de plano, a hipótese prevista na alínea “a” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990. Ora, analfabetos não são incapazes.

O entendimento aqui posto é o de que, se o interessado pode ser eleito para um cargo público, até mesmo para Presidente da República acaso não incida em uma das hipóteses previstas na referida Lei, o que, deveras, constitui o maior múnus para uma pessoa no País, poderia ser sócio de uma empresa com outorga de serviço de radiodifusão. Resta claro, pois, o atendimento de dois princípios do ato administrativo, razoabilidade e proporcionalidade.

Nesses casos, serão utilizados como parâmetro para a vigência da pecha da inidoneidade moral os mesmos prazos utilizados pela Lei mencionada para a inelegibilidade.

29. Assim, deverão ser considerados inidôneos, para fins do disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962, os sócios e administradores que apresentem condenação, transitada em julgada ou proferida por órgão colegiado, nas seguintes hipóteses previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, com redação dada pela LC nº 135/2010:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; ([Incluído pela Lei](#)

[Complementar nº 135, de 2010\)](#)

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#))

8. de redução à condição análoga à de escravo; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#))

9. contra a vida e a dignidade sexual; e ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#))

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#))

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no [inciso II do art. 71 da Constituição Federal](#), a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#))

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#))

[..]

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#))

[...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#))

[...]

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#))

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o

ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

30. Assim, a outorga não poderá ser renovada nos casos em que se constatar que algum ou alguns dos sócios ou administradores tenham sido condenados por crimes graves, infrações eleitorais ou por improbidade administrativa, conforme as hipóteses e os prazos acima transcritos.

31. Aliado a essas situações, cabe considerar o disposto no seguinte acórdão, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a respeito da legitimidade e do alcance do conceito de idoneidade moral. A ementa é a seguinte:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INTERESSE PÚBLICO. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA OUTORGA DA RENOVAÇÃO DA PERMISSÃO.

1. Extraí-se dos autos que o Ministério das Comunicações editou a Portaria MC nº 111, de 11/03/1985, outorgando à Rádio Club de Cuiabá Ltda. permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada pelo prazo de 10 anos e sem direito de exclusividade, tendo sido renovada a referida permissão pela Portaria MC nº 361, de 24/07/2000, com data retroativa a 13/03/1995. Todavia, em 22/08/2003 o Ministro de Estado das Comunicações editou a Portaria MC nº 420, de 25/08/2003, revogando, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria nº 361/2000.

2. Inocorrência de cerceamento de defesa na condução do processo administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 420/2003, visto que a interrupção dos serviços de radiodifusão deu-se em caráter preventivo, atendendo ao interesse público, tendo em vista **a fundada imputação de inidoneidade do sócio majoritário da emissora, que exerce as funções de gerente da Rádio, que consoante certidão fornecida pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, tem contra si diversos processos criminais tramitando naquele órgão do judiciário federal. Instauração do devido processo no âmbito do Ministério das Comunicações, a fim de revisar a outorga da renovação da permissão em comento, onde foi oportunizada a apresentação de defesa.**

3. Absoluta legalidade do ato que revogou a renovação da permissão anteriormente outorgada, plenamente amparado pelos dispositivos legais regentes da espécie. Cuidando de hipótese de permissão de serviços de radiodifusão, aplica-se ao caso as disposições pertinentes do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117/62 - que define os requisitos necessários para renovação de permissões.

4. A Constituição Federal (art. 223, § 3º) exige a deliberação do Congresso Nacional acerca dos atos de outorga e renovação das permissões dos serviços de radiodifusão, a fim de que adquiram eficácia legal. Na hipótese, verifica-se que tal apreciação pelo

Congresso Nacional não ocorreu até à época da revogação da Portaria de renovação ora impugnada.

5. A renovação dos serviços de radiodifusão da impetrante não chegou a produzir efeitos jurídicos capazes de amparar a pretensão mandamental deduzida, à consideração de que ao tempo da indigitada revogação ainda estava pendente a aprovação pelo Congresso Nacional exigida pela Carta Magna.

6. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado. (STJ, Primeira Seção, MS nº 9.306-DF, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/03/2004).

32. Do parecer exarado pelo Ministério Público Federal no processo, merece transcrição a seguinte passagem, acolhida como fundamento para a decisão do STJ:

Na presente hipótese, os documentos inclusos [...] comprovam, sem sombra de dúvida, que os sócios [...] são **pessoas com envolvimento com o crime organizado do país**. O primeiro, inclusive com **quatro mandados de prisão preventiva** na Seção Judiciária do Mato Grosso, em decorrência de quatro ações penais. A segunda sócia também tem contra si decretada prisão preventiva em decorrência de ação penal.

Vê-se, pois, que **não se trata apenas de um sócio envolvido em atividades 'supostamente' criminosas, como quer fazer crer a impetrante, mas de três sócios comprovadamente envolvidos em tais atividades** (ver fls. 23/24 e 227 do Processo Administrativo). **E por ser a idoneidade moral do dirigente, requisito essencial para a outorga do serviço de radiodifusão, bem como para sua renovação, a comprovada inidoneidade moral do sócio majoritário e gerente contamina, pois, a pessoa jurídica, justificando a não-renovação da outorga.** (...)

33. Como se pode observar, o precedente do STJ firma mais um importante parâmetro a ser considerado na avaliação da idoneidade moral. Trata-se do comprovado envolvimento dos sócios e dirigentes com atividades criminosas, mesmo que a hipótese não se enquadre, integralmente, na Lei da Ficha Limpa. No caso acima mencionado, o STJ entendeu que impediria a renovação da outorga o fato de estarem em curso diversas ações penais, além da decretação de prisão preventiva em face dos sócios.
34. Diante disso, se as certidões juntadas aos autos apontarem para existência de outras situações que revelem o comprovado envolvimento dos sócios ou dirigentes com atividades criminosas, ainda que não enquadradas na Lei da Ficha Limpa, não será viável, juridicamente, a renovação da outorga. Trata-se de um requisito aberto, cuja avaliação deve ser efetuada por esta CONJUR, após manifestação da área técnica. Por isso, nesses casos, os autos devem ser remetidos para avaliação jurídica individualizada.
35. Do exposto acima, decorre que outras ações ou decisões judiciais, em particular as que dizem respeito apenas à vida privada do sócio ou dirigente, não maculam a idoneidade moral, não constituindo, por si só, impedimento à renovação das outorgas. É o caso, por exemplo, de execuções fiscais (a regularidade fiscal é comprovada pelas certidões fazendárias) e as ações cíveis em geral, tais como as de família e as possessórias.
36. Por fim, outra questão a ser considerada para fins de avaliação da idoneidade moral é a de condenação, por decisão administrativa definitiva, no caso de atividade clandestina de telecomunicações. Segundo justificativa que consta do Despacho:

Vislumbra-se, ainda, outra possibilidade que pode ferir a idoneidade moral dos sócios. É o caso no qual o licitante está a desenvolver atividade clandestina de

telecomunicações. Na hipótese, a pecha decorre da ausência de boa-fé entre o infrator e a própria Administração com a qual se pretende contratar.

[...]

Neste caso a declaração de inidoneidade moral será de cinco anos do trânsito em julgado administrativo do PADO, mesmo prazo considerado pela Anatel na caracterização dos antecedentes.

37. Assim, a Secretaria deverá verificar se existe alguma informação ou suspeita nos autos de que o interessado ou a empresa está a desenvolver operação clandestina do serviço.
38. Como a avaliação da idoneidade moral possui cunho eminentemente jurídico, havendo certidões positivas ou indícios de que a empresa ou o interessado está desenvolvendo atividade clandestina, os autos deverão ser encaminhados para a Consultoria Jurídica acompanhados dos documentos instrutórios mencionados, bem como com a posição da SCE a respeito (se seria ou não caso de declaração de perempção), conforme indicado no Anexo a este Parecer.
39. Por sua vez, a certidão atualizada da junta comercial (documento 16) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade. Assim, caberá à área técnica analisar a referida certidão e conferir os quadros societário e diretivos, tomando as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR os casos de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências técnicas necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se ‘os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público’. [...] Portanto, dentre outras questões, a análise técnica é obrigatória [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.
42. Cabe à SCE definir os parâmetros técnicos a serem descritos e comprovados no documento em questão. Do ponto de vista legal, a exigência cinge-se à necessidade de elaboração e assinatura de documento por engenheiro habilitado, o qual deverá atestar e se responsabilizar pelo atendimento às exigências técnicas firmadas no licenciamento.
43. A SCE, ainda, deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. Trata-se, pois, de análise técnica.
44. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborado *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de

renovação. Essa relação com a devida conferência dos documentos apresentados deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada, ressalvadas as hipóteses a seguir mencionadas.

45. Com efeito, como afirmado antes, nos casos de análise de idoneidade moral e de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, conforme indicado no Anexo a este Parecer.

III - Conclusão

46. Ante o exposto, opinamos pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial.
47. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchido e juntado aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos especificados no Anexo a este Parecer ou de dúvida jurídica fundada.
48. À consideração superior.

ANEXO - PARECER REFENCIAL N° XX/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMERCIAL

	DOCUMENTOS				
			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para				



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, em 29/05/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da

	executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; e (iii) atende as finalidades educativas e culturais				Portaria MC 89/2014.
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.				
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.				
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.				
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.				
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.				
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa				

	jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho			
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).			
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.			
14.1	Em caso de certidão positiva, há condenação, por decisão transitada em julgado ou em órgão colegiado, nas hipóteses do art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Compl. 64/1990? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
14.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à idoneidade moral, tais como ações criminais em curso ou a decretação de prisão, operação clandestina do serviço, que apontem para o comprovado envolvimento do sócio ou dirigente com atividades criminosas? Em caso			

	afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
15	Foi aplicada pena de cassação durante o período de vigência da outorga?			
16	Certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade.			
17	Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 29/05/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0527468** e o código CRC **8964DCF6**.



Diário Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII Nº 163 - E Brasília - DF, sexta-feira, 24 de agosto de 2001 R\$ 1,64

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Aviso

Esta edição é composta de um total de 176 páginas, incluindo o Caderno Eletrônico com 168 páginas e o Convencional com 8.

Sumário

	PÁGINA
Atos do Congresso Nacional	1
Atos do Senado Federal	2
Atos do Poder Executivo	3
Presidência da República	26
Ministério da Justiça	27
Ministério da Defesa	34
Ministério das Relações Exteriores	34
Ministério da Fazenda	35
Ministério dos Transportes	66
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	66
Ministério da Educação	70
Ministério da Cultura	78
Ministério do Trabalho e Emprego	79
Ministério da Previdência e Assistência Social	79
Ministério da Saúde	82
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	133
Ministério de Minas e Energia	137
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	139
Ministério das Comunicações	140
Ministério da Ciência e Tecnologia	143
Ministério do Meio Ambiente	143
Ministério do Desenvolvimento Agrário	143
Tribunal de Contas da União	145
Poder Judiciário	146
Imprensa	149

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 285, DE 2001

Aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem em cargos ou compromissos práticos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO
Presidente do Senado Federal,
Interno

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSE, de 9.1.99.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 287, DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO CASTELO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 600, de 15 de agosto de 1994, que renova por dez anos, a partir de 20 de fevereiro de 1989, a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO
Presidente do Senado Federal,
Interno

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 288, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à fundação universidade regional de Blumenau - Furb para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 31, de 10 de fevereiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO
Presidente do Senado Federal,
Interno

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio ITAPARICA FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 266, de 7 de maio de 1997, que renova por dez anos, a partir de 3 de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO
Presidente do Senado Federal,
Interno

(Of. DL nº 76/2001)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:



Por motivos técnicos, a Imprensa Nacional não mais disponibilizará em seu site as matérias constantes do Caderno Convencional dos Jornais Oficiais. Somente as matérias enviadas por meio eletrônico estarão disponíveis para consulta (www.in.gov.br).

Imprensa Nacional - Informações Oficiais - (0XX61) 441-9961

PORTARIA Nº 266 , DE 7 DE maio DE 1997.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001363/93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 3 de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda., pela Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União em 3 de novembro subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



SÉRGIO MOTTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ : 13.065.495/0001-89.
ENDEREÇO : Rua Professor Aristides Novis, nº 123 – Anexo 1 – 1º Andar – Federação – Salvador / BA .
CEP : 40.210-630.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	Alteração do Contrato Social, de 30 de outubro de 2013. Registrada na JUCEB sob:	
		NÚMERO	DATA
MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	ADMINISTRADOR	97344795	18/ 12/ 2013
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO 059.238.728-38	ADMINISTRADOR		

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA

SECAD/nsa.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ : 13.065.495/0001-89.

QUADRO SOCIETÁRIO

Portaria nº 4.509, de 01 de novembro de 2016. Publicado no D.O.U. em 08/ 11/ 2016.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA 15.575.486/0001-63	3.334			3.334,00
ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO 565.834.005-53	3.333			3.333,00
MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	3.333			3.333,00
TOTAL	10.000			10.000,00
Processo nº 53900.017941/2014-17				

SECAD/nsa.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044858/2013-75

Referência: Despacho Interno COROR 2129705

Assunto: Apuração de Infração.

De ordem do Sr. Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Fiscalização (CGFI) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administrador**, em 21/08/2017, às 10:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2147482** e o código CRC **2E2F0A18**.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 2147482

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO 91 FM LTDA	
Nome Fantasia: RADIO 91	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 13.065.495/0001-89	Número do Fistel: 06022886651
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/11/1993	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SSR41/83;SSC03/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 40.574/2003	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salvador	UF: BA
Latitude: -13.00389	Longitude: -38.51139

Parâmetros Técnicos			
Canal: 217	Frequência: 91.3 MHz	Classe: A1	ERP: 50kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 322640628	Número Indicativo: ZYC315

Data Último Licenciamento: 12/06/2015

Número da Licença: 000006/2015-BA

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -13.004	Longitude: -38.511	Cota da base: 51 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 008330700518	Modelo: FM25000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 25.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 175.00 m	Atenuação dB100m: .34 dB	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMCAP-02-91,3-30-AI	Fabricante: IF TELECOM ANTENAS LTDA				
Ganho: .41 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 350 °	Polarização: Circular	HCI: 160 m	ERP Máximo: 22.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	10°: 1.12	20°: 0.89	30°: 0.63	40°: 0.37	50°: 0.19	60°: 0.09	70°: 0.01	80°: 0.04	90°: 0.18	100°: 0.34	110°: 0.57
120°: 0.82	130°: 1.02	140°: 1.19	150°: 1.31	160°: 1.4	170°: 1.4	180°: 1.31	190°: 1.12	200°: 0.89	210°: 0.63	220°: 0.37	230°: 0.19
240°: 0.09	250°: 0.01	260°: 0.04	270°: 0.18	280°: 0.34	290°: 0.57	300°: 0.82	310°: 1.02	320°: 1.19	330°: 1.31	340°: 1.4	350°: 1.4

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 013589xxx0518	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 10.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação dB100m: dB	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 22.06 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	199	Portaria	MC	27/10/1983	03/11/1983	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	140188	Despacho	MC	14/01/1988		Multa	Jurídico
9999	40788	Despacho	MC	04/07/1988		Multa	Jurídico
9999	200988	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico
9999	2009	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico

9999	333333	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico
9999	270988	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	2709	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	111111	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	222222	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	130189	Despacho	MC	13/01/1989		Multa	Jurídico
9999	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
9999	60989	Despacho	MC	06/09/1989		Multa	Jurídico
9999	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
9999	50390	Despacho	MC	05/03/1990		Advertência	Jurídico
9999	50990	Despacho	MC	05/09/1990		Advertência	Jurídico
9999	130990	Despacho	MC	13/09/1990		Advertência	Jurídico
9999	241090	Despacho	MC	24/10/1990		Advertência	Jurídico
9999	111290	Despacho	MC	11/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	131290	Despacho	MC	13/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	10491	Despacho	MC	01/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	270592	Despacho	MC	27/05/1992		Advertência	Jurídico
9999	61092	Despacho	MC	06/10/1992		Advertência	Jurídico
9999	39	Portaria	MC	27/07/1994	03/08/1994	Multa	Jurídico
9999	619	Portaria	MC	23/08/1994	12/09/1994	Transferência Indireta	Jurídico
9999	144	Portaria	MC	03/04/1995	20/04/1995	Multa	Jurídico
9999	443	Portaria	MC	02/08/1995	16/08/1995	Multa	Jurídico
9999	266	Portaria	MC	07/05/1997	24/06/1997	Renovação	Jurídico
9999	1090	Portaria	MC	03/09/1997	10/09/1997	Multa	Jurídico
9999	1465	Portaria	MC	14/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	310720	Despacho	MC	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	289	Decreto Legislativo	CN	23/08/2001	24/08/2001	Renovação	Jurídico
9999	516	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	374	Portaria	MC	11/10/2002	22/10/2002	Multa	Jurídico
9999	2	Portaria	MC	15/02/2005	11/03/2005	Multa	Jurídico
9999	70	Portaria	MC	28/03/2005	31/03/2005	Multa	Jurídico
9999	24	Portaria	MC	19/01/2007	24/01/2007	Alteração de Transmissor	Técnico
9999	742	Portaria	MC	10/09/2007	27/09/2007	Alteração de Transmissor	Técnico

9999	88	Despacho	MC	31/03/2010		Advertência	Jurídico
9999	5707	Ato	ER08	19/09/2013	24/09/2013	Alteração	Técnico
9999	1163	Ato	ER08	10/02/2014	12/02/2014	Alteração de Transmissor	Técnico
9999	2068	Ato	ER08	26/03/2015	01/04/2015	Alteração	Técnico

Horário de funcionamento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

DESPACHO

Processo nº: **53000.044858/2013-75**

Interessado(a): **RADIO 91 FM LTDA**

1. Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do Despacho Interno COROR 2129705, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela RADIO 91 FM LTDA, entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salvador/BA, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.

2. Isso posto, restitua-se o processo acima mencionado à Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR, para que sejam tomadas as providências que julgar necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Oshiro, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 23/08/2017, às 15:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2152717** e o código CRC **87F038B3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 2152717

Ilustríssimo Senhor

Rafael Ferreira Larcher

M.D. Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão do
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref.: **Processo nº 53000.044858/2013-75**

Renovação de Outorga

RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.065.495/0001-89, sita à Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, executante de radiodifusão, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, através de seu sócio-administrador ao final assinado, tendo em vista o Decreto nº 9.138/2017, vem requerer a juntada dos seguintes documentos que anteriormente não eram exigidos para a renovação de outorgas concedidas por este D. Ministério.

1. **Doc. 01:** declarações, firmadas pelo representante legal da interessada, de que: (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal; (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (f) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);
2. **Doc. 02:** balanço patrimonial relacionado ao exercício social do ano anterior;
3. **Doc. 03:** balancete do último mês;
4. **Doc. 04:** certidão negativa de concordata, falência, recuperação judicial e extrajudicial; e
5. **Doc. 05:** certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado da Bahia.

Assim, não havendo mais documentos a serem apresentados no dito processo administrativo nº 53000.044858/2013-75, pugna a ora Manifestante que seja deferido o pedido formulado anteriormente pela Rádio 91 FM Ltda. para renovar a outorga anteriormente já concedida por este MM. Ministério.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Salvador (BA), 06 de novembro de 2017.


RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ/MF nº 13.065.495/0001-89

Doc. 01

Com vistas à aprovação da renovação da outorga solicitada pela Rádio 91 FM Ltda., DECLARO, para os devidos fins, que:

- a) Nenhum dos seus sócios e diretores participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n. 236/1967;
- b) Nenhum dos seus sócios e diretores estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial;
- c) Esta Radiodifusora não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- d) Esta Radiodifusora cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e) Esta Radiodifusora não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- f) Nenhum dos dirigentes ou sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, e q* da Lei Complementar n. 64/1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, eu, Maurício Rollemberg da Fonseca Filho, representante legal da entidade acima qualificada, firmo este requerimento.


Maurício Rollemberg da Fonseca Filho
CPF nº 295.633.645-20



Doc. 02

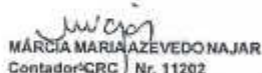
BALANÇO PATRIMONIAL
31/12/2016
(EM REAIS)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e Bancos	5.815,89	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Aplicações Financeiras	6.110,11	Fornecedores	16.406,95
Clientes	459.830,79	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.354,34
Outros créditos	12.538,50	Obrigações tributárias	160.492,85
Tributos a recuperar	27.187,82	Tributos provisionados	0,00
Tributos antecipados	0,00	Créditos de pessoas ligadas	0,00
Antecipação de Dividendos	0,00	Outras contas a pagar	23.547,11
Créditos com pessoas ligadas	0,00	Provisões trabalhistas	14.940,02
Despesas Antecipadas	0,00		
TOTAL CIRCULANTE	511.282,91	TOTAL CIRCULANTE	220.741,07
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo		Obrigações trabalhistas e previdenciárias	0,00
Créditos com pessoas ligadas	0,00	Obrigações tributárias	997.639,91
Depósitos Judiciais	11.928,65	Créditos de pessoas ligadas	7.795.629,34
Impostos Diferidos	25.008,21		
		TOTAL NÃO CIRCULANTE	8.794.269,25
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	253.471,80	Capital social	10.000,00
Intangíveis	8.508,07	Reserva de Lucros	0,00
		Prejuízos acumulados	8.214.810,78-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	298.916,63	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.204.810,78-
TOTAL DO ATIVO	810.199,54	TOTAL DO PASSIVO	810.199,54

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
31/12/2016
(EM REAIS)

Receita Operacional Bruta	
Venda de Serviço Local	1.922.993,55
Total Receita Operacional Bruta	1.922.993,55
Deduções da Receita Bruta	
Impostos Incidentes	97.998,79-
Cancelamentos e abatimentos	23.412,40-
Total Deduções da Receita Bruta	121.411,19-
Receita Operacional Líquida	1.801.582,36
Custos dos serviços	1.122.642,85-
Lucro ou prejuízo operacional bruto	678.939,51
Receitas (Despesas) operacionais	
Despesas administrativas	70.453,58-
Despesas com vendas	592.988,87-
Despesas Financeiras	185.115,10-
Receitas financeiras	973,12
Despesas Tributárias	51.707,68-
Depreciação	14.465,26-
Outras despesas	59.433,55-
Outras receitas	234.319,30
Operacionais, líquido	848,01-
Total de Receitas (Despesas) operacionais	739.719,65-
Resultado Operacional	60.780,14-
(-) Participação de empregados	0,00
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	60.780,14-
Reversão do Juros de Capital Próprio	0,00
(-) Provisão para Contrib. Social	0,00
(-) Provisão para Contrib. Social - Diferida	7.268,26-
(-) Provisão para Imposto de Renda	0,00
(-) Provisão para Imposto de Renda - Diferida	20.180,21-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	88.238,51-


RADIO 91 FM LTDA


MÁRCIA MARIA AZEVEDO NAJAR
Contador CRC Nr. 11202

Doc. 03

BALANÇO PATRIMONIAL
31/08/2017
(EM REAIS)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e Bancos	36.924,30	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Aplicações Financeiras	10.397,08	Fornecedores	4.704,77
Clientes	340.112,83	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.766,26
Outros créditos	19.327,38	Obrigações tributárias	168.604,35
Tributos a recuperar	10.756,93	Tributos provisionados	26.120,80
Tributos antecipados	11.337,00	Créditos de pessoas ligadas	0,00
Antecipação de Dividendos	0,00	Outras contas a pagar	36.557,05
Créditos com pessoas ligadas	0,00	Provisões trabalhistas	25.745,98
Despesas Antecipadas	204,51		
TOTAL CIRCULANTE	429.059,89	TOTAL CIRCULANTE	265.499,21
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo		Obrigações trabalhistas e previdenciárias	0,00
Créditos com pessoas ligadas	0,00	Obrigações tributárias	939.043,20
Depósitos Judiciais	11.928,55	Créditos de pessoas ligadas	7.714.248,99
Impostos Diferidos	26.845,61		
		TOTAL NÃO CIRCULANTE	8.653.290,19
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	230.586,52	Capital social	10.000,00
Intangíveis	8.028,47	Reserva de Lucros	0,00
		Prejuízos acumulados	8.223.380,28
TOTAL NÃO CIRCULANTE	277.369,15	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.213.360,26
TOTAL DO ATIVO	706.429,14	TOTAL DO PASSIVO	706.429,14

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
31/08/2017
(EM REAIS)

Receita Operacional Bruta	
Venda de Serviço Local	758.243,78
Total Receita Operacional Bruta	758.243,78
Deduções da Receita Bruta	
Impostos Incidentes	38.951,02
Cancelamentos e abatimentos	6.716,16
Total Deduções da Receita Bruta	45.667,18
Receita Operacional Líquida	712.576,58
Custos dos serviços	359.083,97
Lucro ou prejuízo operacional bruto	353.492,61
Recostas (Despesas) operacionais	
Despesas administrativas	28.673,20
Despesas com vendas	156.314,45
Despesas Financeiras	108.897,40
Recostas financeiras	1.950,47
Despesas Tributárias	3.143,62
Depreciação	12.125,38
Outras despesas	176.357,00
Outras receitas	160.672,18
Operacionais, líquido	0,00
Total de Recostas (Despesas) operacionais	323.188,42
Resultado Operacional	30.304,19
(-) Participação de empregados	14.570,27
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	15.733,92
Reversão do Juros de Capital Próprio	0,00
(-) Provisão para Contrib. Social	12.170,01
(-) Provisão para Contrib. Social - Diferida	486,35
(-) Provisão para Imposto de Renda	13.950,79
(-) Provisão para Imposto de Renda - Diferida	1.351,05
Lucro (Prejuízo) do Exercício	8.549,48

RADIO 91 FM LTDA

MÁRCIA MARIA AZEVEDO NAJAR
Contador-CRC Nr. 11292

Doc. 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

20/09/2017

002750604

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 002750604

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 20/09/2017, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

RÁDIO 91 FM LTDA, portador do CNPJ: 13.065.495/0001-89, estabelecida na RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS, 123, FEDERAÇÃO, Salvador - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que o valor de R\$ 15,30 foi pago através do DAJ (Documento de Arrecadação Judiciária).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quarta-feira, 20 de setembro de 2017.

PEDIDO Nº: **002750604**

Doc. 05



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO 91 FM LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
29200448514	13.065.495/0001-89	14/06/1982	14/06/1982
Endereço: R PROFESSOR ARISTIDES NOVIS, 123 ANEXO: I; : 1 ANDAR,, FEDERACAO, SALVADOR, BA - CEP: 40210630			
OBJETO SOCIAL			
INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA OU DE SONS E IMAGENS, SEUS SERVIÇOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVIÇO ESPECIAL DE MÚSICA FINEANCIAL, REPETIÇÃO OU RETRANSMISSÃO DE SONS OU SINAIS DE IMAGEM E SOM DE RÁDIODIFUSÃO COM FINALIDADE EDUCATIVA, CULTURAIS E INFORMATIVAS, CÍVICAS E PATRIÓTICAS BEM COMO A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE EMPREENHIMENTO, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 10.000,00 DEZ MIL REAIS Capital integralizado: R\$ 10.000,00 DEZ MIL REAIS		Não	XXXXXX
QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
PAN BT PARTICIPACOES LTDA 15.575.486/0001-63	3.334,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	3.333,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES N 565.834.005-53	3.333,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 17/12/2016	Número 97620346	REGISTRO ATIVO	Sem Status
Ato: 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRE			
Evento: 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: XXXXXX	CNPJ: XXXXXX		
Endereço: XXXXXX			
Observação			

página: 1/2

173574513



CONTROLE: 86.362.228.658.31 CPF SOLICITANTE: 013.078.525-30 NIRE: 29200448514 Emitida: 18/10/2017 17:04:48 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA
A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADO NO ENDEREÇO <http://regin.juceb.ba.gov.br/regin.ba/telavalidadocs.aspx>



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO 91 FM LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
29200448514	13.065.495/0001-89	14/06/1982	14/06/1982
Endereço: R PROFESSOR ARISTIDES NOVIS, 123 ANEXO: I; : 1 ANDAR;, FEDERACAO, SALVADOR, BA - CEP: 40210630			

SALVADOR - BA, 18 de Outubro de 2017

HÉLIO PORTELA RAMOS

173574513

página: 2/2



CONTROLE: 86.362.228.656.31 CPF SOLICITANTE: 013.078.525-30 NIRE: 29200448514 Emitida: 18/10/2017 17:04:48 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA
A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADO NO ENDEREÇO <http://regin.juceb.ba.gov.br/regin.ba/telavalidadocs.aspx>

[Menu Principal](#)SIACCO » » Consultas Gerais » » Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)[Dados da consulta](#) [Consulta](#)

Perfil das Empresas - RADIO 91 FM LTDA

CNPJ: 13065495000189**Presidente:****Endereço:** Rua Professor Aristides Novis - Federação**E-mail:****Capital Social:** 10.000,00**Reserva de Capital:****Total:** 10.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
15.575.486/0001-63	PAN BT PARTICIPACOES LTDA	3.334	3.334,00
295.633.645-20	MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	3.333	3.333,00
565.834.005-53	ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	3.333	3.333,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
059.238.728-38	PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	ADMINISTRADOR	
295.633.645-20	MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Voltar](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO 91 FM LTDA
CNPJ: 13.065.495/0001-89

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:56:34 do dia 19/12/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/01/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

--

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ : 13.065.495/0001-89.
ENDEREÇO : Rua Professor Aristides Novis, nº 123 – Anexo 1 – 1º Andar – Federação – Salvador / BA .
CEP : 40.210-630.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	Alteração do Contrato Social, de 30 de outubro de 2013. Registrada na JUCEB sob:	
		NÚMERO	DATA
MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	ADMINISTRADOR	97344795	18/ 12/ 2013
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO 059.238.728-38	ADMINISTRADOR		

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA

SECAD/nsa.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ : 13.065.495/0001-89.

QUADRO SOCIETÁRIO

Portaria nº 4.509, de 01 de novembro de 2016. Publicado no D.O.U. em 08/ 11/ 2016.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA 15.575.486/0001-63	3.334			3.334,00
ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO 565.834.005-53	3.333			3.333,00
MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	3.333			3.333,00
TOTAL	10.000			10.000,00
Processo nº 53900.017941/2014-17				

SECAD/nsa.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiofusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

DESPACHO

Processo nº 53900.017941/2014-17

1. A Rádio 91 FM Ltda, encaminha cópia da Alteração do Contrato social de 8 de novembro de 2016, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 10.11.2016 (1495079), por meio da qual efetuou transferência indireta da outorga nos termos da Portaria nº. 4509/2016/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 8 de novembro de 2016.

2. Deste modo, o quadro societário da Entidade passo a ter a seguinte composição:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Pan BT Participações Ltda.	3.334	3.334,00
Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	3.333	3.333,00
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	3.333	3.333,00
TOTAL	10.000	10.000,00

3. Ante o exposto, em face da comprovação mencionada determino a remessa dos autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para que promova a anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior ARQUIVAMENTO.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 21/02/2017, às 18:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1648516** e o código CRC **61661D4A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.017941/2014-17

SEI nº 1648516

RÁDIO 91 FM LTDA.

NIRE 29.200.448.514

CNPJ Nº 13.065.495/0001-89

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, portador de Cédula de Identidade RG nº 1.648.096-19 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 075.103.655-20, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Rua da Graça, nº 292, apt.º 2201, Graça, CEP 40.150-055; **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, composta exclusivamente por brasileiros natos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.575.486/0001-63, com sede na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, CEP 13570-380, neste ato representada por seu procurador **Fellipe Daniel de Moraes Fernandes**, brasileiro, natural de Campinas/SP, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, advogado, portador do documento de identidade RG nº 44.014.763-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.082.638-10, com escritório na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep:13.045-290; **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, bacharel em direito, portador de Cédula de Identidade RG nº 05.823.109-97 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 565.834.005-53, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Clementino Fraga, nº 198, apto. 2201, Ondina, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.170-050; e, **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA nº 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Aristides Novis, nº 123, Federação, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.210-630, únicos sócios da **RÁDIO 91 FM LTDA.**, pessoa jurídica com sede na Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Anexo I, 1.º andar, Federação, Salvador/BA, Cep: 40.210-630, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº 29.200.448.514, na data de 14 de Junho de 1982, ("Sociedade"), resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

- 1) Com a anuência dos demais sócios, o sócio **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, retira-se da Sociedade, dando plena e total quitação dos seus haveres perante a mesma, mediante cessão e transferência das suas 5.100 (cinco mil e cem) quotas, para os sócios **PAN**

BT PARTICIPAÇÕES LTDA., ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO e MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, ora admitidos na Sociedade, distribuídas da seguinte forma:

- a) 1.700 (um mil e setecentas) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), à **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**;
 - b) 1.700 (um mil e setecentas) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), à **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**; e,
 - c) 1.700 (um mil e setecentas) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), à **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**.
- 2) Em consequência do disposto nos itens acima, os sócios resolvem alterar o caput da Cláusula Sexta do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula Sexta – O Capital Social da Sociedade é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

- (a) A sócia **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.** possui 3.334 (três mil, trezentas e trinta e quatro) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 3.334,00 (três mil, trezentos e trinta e quatro reais);
 - (b) O sócio **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO** possui 3.333 (três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 3.333,00 (três mil, trezentos e trinta e três reais); e,
 - (c) O sócio **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO** possui 3.333 (três mil, trezentas e trinta e três) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 3.333,00 (três mil, trezentos e trinta e três reais).”
- 3) Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas do Contrato Social.

DM

J

4

B

g

2


Continuação do instrumento de Alteração Contratual da Rádio 91 FM Ltda.

E, por estarem justos e contratados, todos assinam o presente instrumento de Alteração Contratual em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Salvador, 08 de novembro de 2016.



PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.



WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA


ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE
MAGALHÃES NETO


MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA
FILHO

Testemunhas:


Nome: DALILA DOS SANTOS MOTA
RG/Órgão Expedidor: 1007 2929 03 1 SSP-BA
CPF/MF: 028.727.365-88


Nome: Carol Opatovsky Gaer
RG/Órgão 13374379 99 SSP BA
CPF/MF: 02933227552



NIRE 29.200.448.514

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, portador de Cédula de Identidade RG nº 1.648.096-19 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 075.103.655-20, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Rua da Graça, nº 292, apt.º 2201, Graça, CEP 40.150-055; **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado composta exclusivamente por brasileiros natos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.575.486/0001-63, com sede na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, CEP 13570-380, neste ato representada por seu procurador **Fellipe Daniel de Moraes Fernandes**, brasileiro, natural de Campinas/SP, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, advogado, portador do documento de identidade RG nº 44.014.763-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.082.638-10, com escritório na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep:13.045-290; **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, bacharel em direito, portador de Cédula de Identidade RG nº 05.823.109-97 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 565.834.005-53, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Clementino Fraga, nº 198, apto. 2201, Ondina, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.170-050; e, **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA nº 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Aristides Novis, nº 123, Federação, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.210-630, únicos sócios da **RÁDIO 91 FM LTDA.**, pessoa jurídica com sede na Av. Joana Angélica, nº 251, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº 29.200.448.514, na data de 14 de Junho de 1982, ("Sociedade"), resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

1) Os sócios, por unanimidade, aprovam a transferência da sede da Sociedade para a Rua Professor Aristides Novis, n.º 123, Anexo I, 1.º andar, Federação, Salvador/BA, Cep: 40.210-630.

91 4 B 1 2



- 2) Face ao disposto no item acima, os sócios resolvem alterar a Cláusula Segunda do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula Segunda – A Sociedade tem sede e foro na Cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na Rua Professor Aristides Novis, n.º 123, Anexo I, 1.º andar, Federação, Salvador/BA, Cep: 40.210-630.”

- 3) Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas do Contrato Social.

E, por estarem justos e contratados, todos assinam o presente Instrumento de Alteração Contratual em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Salvador, 09 de JANEIRO de 2014.



PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.


WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA



ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE
MAGALHÃES NETO


MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA
FILHO

Testemunhas:


Nome: DALILA DOS SANTOS HOTTA
RG/Órgão Expedidor: 1007.2929-03
CPF/MF: 028.121.365-88

SSP-BA


Nome: MARIANNA CUNHA CAMADI DE ALMEIDA
RG/Órgão 1153713110 SSP/BA
CPF/MF: 013.078.525-30




2

RÁDIO 91 FM LTDA.

NIRE 29.200.448.514

CNPJ Nº 13.065.495/0001-89

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WALDEMAR MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, portador de Cédula de Identidade RG nº 445.967 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 021.780.795-04, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Rua Monte do Conselho, nº 623, apt.º 101, Rio Vermelho, CEP 41.940-370; e, WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, portador de Cédula de Identidade RG nº 1.648.096-19 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 075.103.655-20, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Rua da Graça, nº 292, apt.º 2201, Graça, CEP 40.150-055, únicos sócios da RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica com sede na Av. Joana Angélica, nº 251, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº 29.200.448.514, na data de 14 de Junho de 1982, ("Sociedade"), resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

1) Com a anuência dos demais sócios são admitidos na Sociedade: (i) PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, composta exclusivamente por brasileiros natos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.575.486/0001-63, com sede na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, CEP 13570-380, neste ato representada por seu procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes, brasileiro, natural de Campinas/SP, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, advogado, portador do documento de identidade RG nº 44.014.763-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.082.638-10, com escritório na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep 13.045-290; (ii) ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, bacharel em direito, portador de Cédula de Identidade RG nº 05.823.109-97 SSP/BA, inscrito no



CPF/MF nº 565.834.005-53, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Clementino Fraga, nº 198, apto. 2201, Ondina, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.170-050; e, (iii) **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA nº 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.210-630.

2) Com a anuência dos demais sócios, o sócio **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, cede e transfere 2.900 (duas mil e novecentas) quotas, para os sócios **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO** e **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, ora admitidos na Sociedade, distribuídas da seguinte forma:

- a) 967 (novecentas e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 967,00 (novecentos e sessenta e sete reais), a **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**;
- b) 967 (novecentas e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 967,00 (novecentos e sessenta e sete reais), a **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**; e,
- c) 966 (novecentas e sessenta e seis) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 966,00 (novecentos e sessenta e seis reais), a **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**.

O sócio **WALDEMAR MARQUES DA SILVA** abdica do direito de preferência para aquisição das quotas cedidas aos novos sócios, bem como os admite na Sociedade.

3) Com a anuência dos demais sócios, o sócio **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**, retira-se da Sociedade, dando plena e total quitação dos seus haveres perante a mesma, mediante a cessão e transferência das suas 2.000 (duas mil) quotas, para os sócios **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO** e **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, ora admitidos na Sociedade, distribuídas da seguinte forma:

- a) 667 (seiscentas e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 667,00 (seiscentos e sessenta e sete reais), a **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**;



Handwritten signatures and initials, including a large 'B' and a signature that appears to be 'Washington Bell Marques da Silva'.

- b) 666 (seiscentas e sessenta e seis) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 666,00 (seiscentos e sessenta e seis reais), a **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**; e,
- c) 667 (seiscentas e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 667,00 (seiscentos e sessenta e sete reais), a **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**.

O sócio **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** abdica do direito de preferência para aquisição das quotas cedidas aos novos sócios, bem como os admite na Sociedade.

- 4) Em consequência do disposto nos itens acima, os sócios resolvem alterar a Cláusula Sexta do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

“Cláusula Sexta – O Capital Social da Sociedade é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

- (a) O sócio **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** possui 5.100 (cinco mil e cem) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais);
- (b) A sócia **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.** possui 1.634 (um mil, seiscentas e trinta e quatro) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.634,00 (um mil, seiscentos e trinta e quatro reais);
- (c) O sócio **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO** possui 1.633 (um mil, seiscentas e trinta e três) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.633,00 (um mil, seiscentos e trinta e três reais); e,
- (d) O sócio **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO** possui 1.633 (um mil, seiscentas e trinta e três) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.633,00 (um mil, seiscentos e trinta e três reais).”



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number '3' and '4'.

5) Tendo em vista a saída do Sr. Waldemar Marques da Silva da Sociedade, que atuava como administrador, os sócios resolvem alterar a Cláusula Décima Quinta do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Décima Quinta – A Sociedade será administrada pelo sócio **Maurício Rollemberg da Fonseca Filho**, acima qualificado, e, pelo administrador não sócio **Paulo Augusto Alves Brasileiro**, brasileiro, natural de Altinópolis/SP, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.278.437-3 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 059.238.728-38, domiciliado na Rua Regina Nogueira, nº 120, Jardim São Gabriel, Campinas, SP, CEP 13045-290, sob a denominação de **Administradores**, aos quais competem, isoladamente, o uso da denominação social e representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, bem como todos os poderes de administração legal, inclusive para nomear procuradores, competindo-lhes ainda, a assinatura de todos os papéis, títulos, documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, assim como praticar todos os atos necessários ao pleno funcionamento da Sociedade, dispensando-lhe a prestação de caução.

Parágrafo 1.º – Fica expressamente proibido o uso da denominação social para a prática de atos de favor, assim entendidos a concessão de avais, fianças, abonos, endossos, ou constituição, em favor de terceiros, de garantia fiduciária, caucionária, hipotecária ou pignoratícia, ficando os Administradores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelo ato praticado.

Parágrafo 2.º – A título de pró-labore, os Administradores poderão retirar mensalmente uma importância a ser fixada de comum acordo entre os sócios, a qual deverá ser levada a débito da conta de despesas gerais, dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor.”

6) Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, e nem foram condenados ou estão sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.



[Handwritten signatures and initials]

7) Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas do Contrato Social.

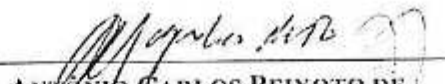
E, por estarem justos e contratados, todos assinam o presente Instrumento de Alteração Contratual em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Salvador, 30 de outubro de 2013.

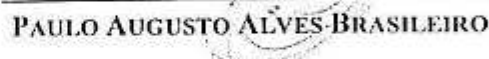

WALDEMAR MARQUES DA SILVA


WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

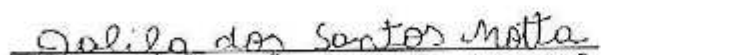

DAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.

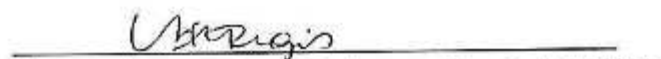

ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE
MAGALHÃES NETO


MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA
FILHO


PAULO AUGUSTO ALVES-BRASILEIRO

Testemunhas:


Nome: DALILA DOS SANTOS MOTTA
RG/Órgão Expedidor: 1007.29.29.03 SSP/BA
CPF/MF: 028.121.365-88


Nome: DANVELA F. MONTEIRO REGIS
RG/Órgão 05812403-60 SSP/BA
CPF/MF: 713527705-00


Junta Comercial do Estado da Bahia
CERTIFICO O REGISTRO EM 18/12/2013 Nº 97344/95
Protocolo: 13/205618-6, de 13/12/2013
Empresa: 29 2 0044851 4
RADIO 91 FM LTDA
HÉLIO PORTELA RAMOS
SECRETÁRIO-GERAL

AC 0964932


13º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR
CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO, DOU FE
Salvador-BA 18 de Dezembro de 2013.
ANGELA CRISTINA ALMEIDA SEIXAS-ESCREVENTE
AUTORIZADA
Emolumentos R\$ 3,10
Nº FO 411942

5

22/10/68
RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.

CONTRATO SOCIAL

JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Rua Plínio Moscoso nº 434 - Aptº 201, Bairro do Chame-Chame, Salvador-Ba., portador da cédula de identidade nº 839.150-SSP/BA., C.P.F. nº 097.308.695-53; FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS, brasileiro, casado, radiodifusor, residente e domiciliado na Avenida Joana Angélica nº 227 - Aptº 1001, Bairro de Nazaré, Salvador-Ba., portador da cédula de identidade nº 683.484-SSP/BA., C.P.F. 001.303.035-34; ANA MARIA DE ATHAYDE MAGALHÃES, brasileira, casada, administradora, residente e domiciliada na Rua Plínio Moscoso nº 434 - Aptº 201, Bairro do Chame-Chame, Salvador-Ba., portadora da cédula de identidade nº 1.109.676 - SSP/BA., C.P.F. nº 109.712.625-00; EMÍLIA MARIA GORDIANO CHAGAS, brasileira, casada, orientadora pedagógica, residente e domiciliada na Avenida Joana Angélica nº 227 - Aptº 1001, Bairro de Nazaré, Salvador-Ba., portadora da cédula de identidade nº 1.137.556 - SSP/BA., C.P.F. nº 073.841.575-87, constituem uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de RÁDIO ITAPARICA FM LTDA. Todos os negócios da sociedade serão regidos pelas condições resumidas nas seguintes cláusulas:

795657
AM
CLÁUSULA I - A sociedade gira sob a denominação de RÁDIO ITAPARICA FM LTDA. e terá como principal objetivo a instalação e exploração de radiodifusão sonora, ou de sons e imagens - seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional; repetição ou retransmissão de sons ou sinais de imagem e som de radiodifusão - com finalidades educativas, cul

naturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração comercial do empreendimento, mediante a obtenção do Governo Federal de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA II - A sociedade tem sua sede e local de estúdio, na Rua Miguel Calmon Nº 459 - Edf. Almirante Barroso - Sala 205, Salvador, Estado da Bahia, podendo abrir sucursais, filiais, e agências em todo o País sempre que assim lhe convier e permitirem os Poderes Públicos.

CLÁUSULA III - O foro da sociedade é o da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, que fica eleito com exclusão de qualquer outro, para dirimir as questões resultantes deste contrato.

CLÁUSULA IV - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, observando-se quando de sua dissolução os preceitos da lei específica.

CLÁUSULA V - Não se dissolve a sociedade nem entrará em liquidação em caso de morte, interdição, desistência, retirada ou inabilitação de qualquer dos sócios, devendo os sócios remanescentes proceder a um balanço geral extraordinário na sociedade no prazo de 30 (trinta) dias, da data do evento, cujos haveres apurados serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado, ou ao herdeiro ou sucessor do sócio falecido, conforme mais adiante indicado.

CLÁUSULA VI - O capital social é de Cr\$4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), representado por 400 (quatrocentas) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) e fica assim distribuído:

a) - ao sócio JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES 120 (cento e vinte) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), no valor total de Cr\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros);

b) - ao sócio FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS 120

(cento e vinte) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil

(hum milhão e duzentos mil cruzeiros);

- c) - a sôcia ANA MARIA DE ATHAYDE MAGALHÃES 81 (oitenta e uma) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), no valor total de Cr\$810.000,00 (oitocentos e dez mil cruzeiros);
- d) - a sôcia EMILIA MARIA GORDIANO CHAGAS 79 (setenta e nove) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), no valor total de Cr\$790.000,00 (setecentos e noventa cruzeiros).

CLÁUSULA VII- O capital social será integralizado em moeda nacional na seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento) no ato da assinatura do presente instrumento; e
- os restantes 50% (cinquenta por cento) do capital social serão integralizados:
 - a) - dentro no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do 'ato de outorga de permissão ou concessão' à sociedade no Diário Oficial da União; e
 - b) - em 24 (vinte e quatro) meses caso a entidade não venha a ser contemplada com a outorga.

CLÁUSULA VIII - A responsabilidade dos sócios nos termos do art. 2º in fine, do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919 é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA IX - As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA X - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e intransmissíveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qual -

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 22/06/82

Assinado em Caxias



quer alteração contratual, assim como toda transferência de quotas, de prévia autorização do Poder Concedente.

CLÁUSULA XI - A sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros.

CLÁUSULA XII - A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros natos, ou como dispuser a Constituição Federal.

CLÁUSULA XIII - O quadro de funcionários da sociedade é formado preferentemente de brasileiros, ou no mínimo, será constituído de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XIV - Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XV - A sociedade será administrada e representada judicial e extrajudicialmente por dois sócios cotistas, os Sócios Gerentes, a eles cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos gerentes de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a fim de garantir o funcionamento da sociedade, podendo, para tanto, praticar, sempre em conjunto, todos os atos que se tornem necessários.

CLÁUSULA XVI - Ficam investidos nos cargos de Sócios Gerentes os cotistas JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES e FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHACAS, eximidos de prestar caução.

CLÁUSULA XVII - Os Sócios Gerentes poderão em nome da sociedade nomear procuradores para representá-la em todos os atos de interesse da sociedade devendo, neste caso, obter a aprovação da maioria do capital social e solicitar para a designação, prévia autorização do Ministério das Comunicações, quando será apresentada a prova de nacionalidade do procurador e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado.

CLÁUSULA XVIII - É expressamente proibido aos Sócios Gerentes e

ção social em negócios, ou documentos, de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, assim como avaliar ou afiançar, em nome da sociedade, obrigações de terceiros.

CLÁUSULA XIX - Para que tenham valor, serão sempre assinados pelos Sócios Gerentes, quaisquer contratos ou documentos que impliquem responsabilidades social, de qualquer natureza, excetuados aqueles relativos à venda ou oneração de bens imóveis que deverão ser assinados necessariamente por todos os sócios.

CLÁUSULA XX - A título de pro labore, os Sócios Gerentes poderão retirar mensalmente uma quantia cujo valor será fixado de comum acordo com os sócios, a qual será levada a débito da conta Despesas Gerais, dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor.

CLÁUSULA XXI - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja autorização dos Poderes Públicos. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado da divisão do ativo líquido apurado no balanço de que trata a Cláusula V, pelo número de cotas.

CLÁUSULA XXII - O valor das cotas e lucros, bem como quaisquer outros créditos do sócio retirante, interdito ou inabilitado, e que não tenham vencimentos pré-fixados, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas dos juros de 12% (doze por cento) ao ano. Em qualquer caso, não se computarão para efeito de tais haveres as importâncias destinadas ao fundo de depreciação ou amortização.

CLÁUSULA XXIII - Os sócios poderão ceder parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito a sociedade, discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios exercido o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da notificação. De

corrido este prazo sem que haja a manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XXIV - No caso de morte de um dos sócios, as cotas de propriedade do de cujus desde que assim o aprovem os Poderes Públicos, serão transferidas aos herdeiros, ou sucessores ou a quem estes indicarem, ou serão adquiridas pelos sócios supérstites.

CLÁUSULA XXV - As decisões que impliquem a alteração do Contrato Social resultam de votos, representando a maioria do capital social.

CLÁUSULA XXVI - Para as decisões de que trata a cláusula anterior far-se-á a convocação dos sócios, quer mediante carta com aviso de recebimento, quer por anúncio publicado por 3 (três) vezes no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação, contendo, além do local, data e hora da sessão, a indicação da matéria que está sendo submetida à deliberação dos sócios, acompanhada, se necessário, de prévia exposição de motivos, justificando-a.

CLÁUSULA XXVII - A cada cota corresponde um voto nas decisões coletivas.

CLÁUSULA XXVIII - O instrumento de alteração do contrato social será assinado, necessariamente por sócios que representem a maioria do capital social e havendo sócio divergente, ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância para efeito de registro no órgão competente e resguarda dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XXIX - O sócio que não concordar com qualquer alteração feita neste contrato mediante a deliberação dos sócios que representem mais da metade do capital social, manifestada nos termos das cláusulas anteriores, poderá optar entre continuar na sociedade modificada, ou dela retirar-se, sem que se dissolva a sociedade, recebendo seu capital e lucros, de conformidade com as cláusulas V e XXII.

CLÁUSULA XXX - É reconhecido à Sociedade o direito de adquirir
Outros (origem externa) PASTA CADASTRAL (2507543) SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 23

RECEBIMOS
VLC ADM.
15
22/06/82

rir aos sócios cotas liberadas.

CLÁUSULA XXXI - É reconhecido aos sócios que representam 2/3 (dois terços) do capital social o direito de promover mediante alteração do contrato social, a exclusão do sócio culpado da grave violação dos deveres associativos.

CLÁUSULA XXIII - Considera-se grave violação dos deveres associativos para os efeitos da cláusula anterior:

- 1º) - violar alguma das estipulações do contrato social, como as da cláusula X;
- 2º) - faltar por 3 (três) vezes seguidas, sem justificativa por escrito, às sessões após a convocação de que trata a cláusula XXVI para os fins mencionados na cláusula XXV;
- 3º) - tornar-se incapaz, interdito ou inabilitado;
- 4º) - decair da confiança dos outros sócios por insolvibilidade, fuga, ausência para lugar não sabido, perpetração de crime, má conduta, descrédito, inimizade com os demais sócios, provocação de discórdia entre eles, desinteligência continuada e outros fatos análogos;
- 5º) - fazer concorrência desleal à sociedade;
- 6º) - agir ou omitir-se de tal modo que possa colocar a sociedade em situação de ilegalidade ou irregularidade, ou que possa importar em infração à legislação de radiodifusão, ou um não atendimento às exigências formuladas pelos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XXIII - Os haveres do sócio excluído serão apurados em balanço de que trata a cláusula V e serão pagos, em moeda nacional mediante depósito no Banco do Brasil, ou como for conveniente.

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 22/06/82

Assinatura e Carimbo

fls. 02



CLÁUSULA XXXIV - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XXXV - O sócio poderá manifestar-se sobre o balanço dentro de 30 (trinta) dias de seu encerramento e o silêncio equivalerá à sua aprovação.

CLÁUSULA XXXVI - A distribuição dos lucros será sempre sus-ta da quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXXVII - A sociedade por todos os seus sócios cotistas se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações vigentes, ou que venham a vigorar, referentes à radiodifusão.

CLÁUSULA XXXVIII - As dúvidas sociais serão dirimidas por árbitros, em número ímpar, louvados pelos sócios.

CLÁUSULA XXXIX - Os sócios tomarão conhecimento dos assuntos sociais pelo exame direto dos livros, arquivos e documentos, se e quando lhes pareça conveniente e independentemente da autorização dos Sócios Correntes e outros cotistas.

CLÁUSULA XL - O início das atividades da sociedade ocorrerá na data da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA XLI - Não sendo a sociedade concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão, poderá alterar quaisquer cláusulas do presente instrumento, desde que esta de prévia audiência dos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XLII - Os casos não previstos no presente contrato

serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a Sociedade se regerá, e segundo a legislação que disciplina a execução do serviço de radiodifusão.

E por estarem justos e contratados, fizeram o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor que depois de lido e achado conforme, assinaram o presente contrato, perante as testemunhas abaixo, na forma da lei vigente, destinando-se uma via para o arquivamento na MM Junta Comercial deste Estado, a fim de produzir os efeitos legais.

Declaração de desempedimento - portaria DACK 04 de 10.07.80 os sócios acima discriminados declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei, que impeçam de exercer atividades mercantis. Firmam a presente declaração para que produza os efeitos legais cientes de que no caso da comprovação de sua falsidade será nulo de pleno direito perante o registro de comércio o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

Salvador, 04 de junho de 1982

JURACY CARVALHO BRITO MACALHÃES

FERNANDO BENTHOUE BATISTA CHAGAS

Maria Maria A Macalhões

EMÍLIA MARIA GORDIANO CHAGAS

JUCEB

TESTEMUNHAS:

6. OFÍCIO

Eliana M^{te} de Bastos Oliveira

CONFERE COM O DELEGADO

Em 22 06 82

Assistore e Colabor

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.

Handwritten signature

Handwritten signature

6. CURADOR CARVALHO BRITTO MACALNÃES FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS

SÓCIOS GERENTES

03.00

Atestamos a veracidade das informações prestadas por
Eliana M^{te} de Bastos Oliveira
Salvador-Ba, 22 de Junho de 1982

Em test

Handwritten signature



Diário Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII Nº 163 - E Brasília - DF, sexta-feira, 24 de agosto de 2001 R\$ 1,64

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Aviso

Esta edição é composta de um total de 176 páginas, incluindo o Caderno Eletrônico com 168 páginas e o Convencional com 8.

Sumário

	PÁGINA
Atos do Congresso Nacional	1
Atos do Senado Federal	2
Atos do Poder Executivo	3
Presidência da República	26
Ministério da Justiça	27
Ministério da Defesa	34
Ministério das Relações Exteriores	34
Ministério da Fazenda	35
Ministério dos Transportes	66
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	66
Ministério da Educação	70
Ministério da Cultura	78
Ministério do Trabalho e Emprego	79
Ministério da Previdência e Assistência Social	79
Ministério da Saúde	82
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	133
Ministério de Minas e Energia	137
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	139
Ministério das Comunicações	140
Ministério da Ciência e Tecnologia	143
Ministério do Meio Ambiente	143
Ministério do Desenvolvimento Agrário	143
Tribunal de Contas da União	145
Poder Judiciário	146
Índice	149

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edson Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2001

Aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem em cargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO

Presidente do Senado Federal,

Interno

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSE de 9/1/99.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edson Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 287, DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CASTELO BRANCO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 600, de 15 de agosto de 1994, que renova por dez anos, a partir de 20 de fevereiro de 1989, a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO

Presidente do Senado Federal,

Interno

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edson Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 288, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à fundação universitária regional de Blumenau - FURB para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 31, de 10 de fevereiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educacionais, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO

Presidente do Senado Federal,

Interno

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edson Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio ITAPARICA FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 266, de 7 de maio de 1997, que renova por dez anos, a partir de 3 de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO

Presidente do Senado Federal,

Interno

(Of. EL nº 76/2001)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edson Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

Por motivos técnicos, a Imprensa Nacional não mais disponibilizará em seu site as matérias constantes do Caderno Convencional dos Jornais Oficiais. Somente as matérias enviadas por meio eletrônico estarão disponíveis para consulta (www.in.gov.br).

Imprensa Nacional - Informações Oficiais - (0XX61) 441-9961



O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 96, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.017941/2014-17, resolve:

Art. 1º Autorizar a Rádio 91 FM Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, a realizar a transferência indireta da outorga, nos termos da minuta da alteração contratual da qual resultará no seguinte quadro societário:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Pan BT Participações Ltda.	3.334	3.334,00
Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	3.333	3.333,00
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	3.333	3.333,00
TOTAL	10.000	10.000,00

Art. 2º A alteração autorizada no art. 1º deverá ser registrada no prazo de até sessenta dias, a contar da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A comprovação do registro a que se refere o caput deverá ser apresentada para aprovação deste Ministério no prazo de até sessenta dias, a contar da data do registro.

Art. 3º A efetivação da mudança do controle societário ora autorizado poderá vir a obstar eventual assinatura de contrato relativos a outras delegações.

Art. 4º O Congresso Nacional deverá ser comunicado acerca da aprovação dos atos de alteração societária a que se refere o art 3º, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição da República.

Art. 5º No caso de descumprimento de quaisquer dos prazos previstos nos artigos anteriores, a presente autorização perderá automaticamente sua eficácia.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 01/11/2016, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1437285** e o código CRC **E04E7A5B**.

299-4

Serviço Público Federal	
Ministério das Comunicações	
Publicado no D.O.U. em	
17/01/2011	
Seção 1	Página 63
Trilés	
Rubrica	

PORTARIA Nº 1396 , DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.045304/2003, resolve:

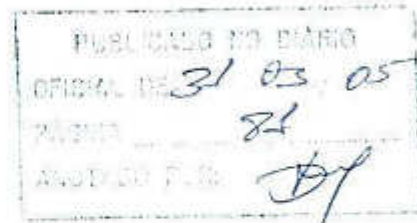
Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 3 de novembro de 2003, a permissão outorgada à RÁDIO ITAPARICA FM LTDA., pela Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de novembro de 1983, renovada pela Portaria nº 266, de 7 de maio de 1997, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de junho de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 289, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de agosto de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações

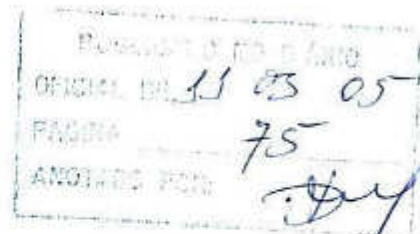


Portaria nº 70 , de 28 de MARÇO de 2005.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 204, inciso XII, da Portaria nº 313, de 23 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50640.000/2002, resolve:

Aplicar à RÁDIO ITAPARICA FM LTDA., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a pena de multa no valor de R\$ 662,60 (seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos), com fundamento no artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, valor este calculado com base no artigo 1º da Portaria nº 85, de 28 de fevereiro de 1994, por contrariar o disposto no artigo 28, item 12, alínea "g" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA



Portaria nº 02 , de 15 de FEVEREIRO de 2005.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 204, inciso XII, da Portaria nº 313, de 23 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000195/2001, resolve:

Aplicar à RÁDIO ITAPARICA FM LTDA., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a pena de multa no valor de R\$ 662,60 (seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos), com fundamento no artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, valor este calculado com base no artigo 1º da Portaria nº 85, de 28 de fevereiro de 1994, por contrariar o disposto no artigo 28, item 12, alínea "h" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

MÁRCIO WOHLERS DE ALMEIDA

OFICIAL	06	05	04
Página:	50	Série:	1
ANOTADO POR:	Elisângela		

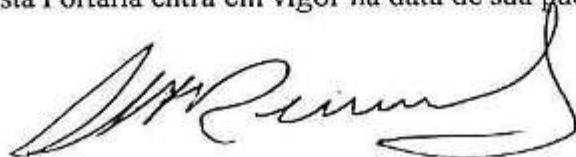
PORTARIA Nº 35 , DE 20 DE abril DE 2004.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 237 do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria MC nº 313, de 23 de junho de 2003, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 53000.045305/2003, resolve:

I. Autorizar a Rádio Itaparica FM Ltda., com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, a utilizar, nas transmissões de sua estação em frequência modulada na mesma localidade, a denominação de fantasia **“RÁDIO 91”**.

II. Revogar a Portaria nº 106, de 09/11/1994, que autorizou o nome fantasia **“RÁDIO 91 FM”**.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

799-4

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO EM	22/10/02
OFICIAL DE	99
PÁGINA	
ANOTADO POR	<i>[assinatura]</i>

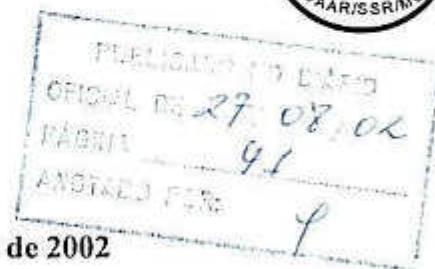
Portaria nº 374 , de 11 de outubro de 2002

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO do Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria MC nº 238, de 27 de fevereiro de 2002, publicada no DOU de 1º de março de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53554.000316/00, resolve:

Aplicar à **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a pena de multa no valor de R\$ 552,17 (quinhentos e cinquenta e dois reais e dezessete centavos), com fundamento no artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação do artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, por contrariar o disposto no artigo 28, item 12, alínea "h" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



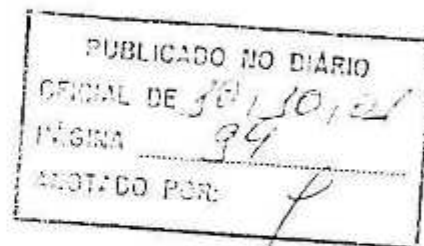
Portaria n.º 353 , de 23 de agosto de 2002

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO do Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria MC n.º 238, de 27 de fevereiro de 2002, publicada no DOU de 1º de março de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 53640.000692/97, resolve:

Revogar a Portaria nº 1.090, de 03 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 10 subsequente, que aplicou à **Rádio Itaparica Fm Ltda.**, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a pena de multa no valor de R\$ 577,65 (quinhentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Diretor do Departamento e de Acompanhamento
e Avaliação de Serviços de Radiodifusão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Portaria nº 516 , de 04 de outubro de 2001

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO do Ministério das Comunicações. no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria SSR nº 184, de 5 de junho de 2000, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.001508/98 resolve:

Aplicar à **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a pena de multa no valor de R\$ 607,38 (seiscentos e sete reais e trinta e oito centavos), com fundamento no artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação do artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, por contrariar o disposto no artigo 87, "caput", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e artigo 28, item 12, alínea "g" do citado Regulamento, com a redação do Decreto 88.067, de 26 de janeiro de 1983.


ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA

PORTARIA Nº 238 , DE

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 23106100	
Página: 72	Sessão: 4
ANOTADO POR: <i>Netus</i>	
31 DE maio DE 2000	

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no artigo 96, item 3, alínea "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000805/98, resolve:

Art. 1º Autorizar a Rádio Itaparica FM Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a efetuar a transferência indireta da permissão que lhe foi outorgada, mediante a cessão da totalidade das cotas representativas do capital social para outro grupo de cotistas, que passará a deter o mando da sociedade, conforme previsto no artigo 89, § 2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 2º Aprovar os quadros societário e diretivo da entidade que ficarão assim constituídos:

COTISTAS

Washington Bell Marques da Silva
Waldemar Marques da Silva

COTAS	VALOR R\$
8.000	8.000,00
2.000	2.000,00

TOTAL

10.000	10.000,00
--------	-----------

DIRETOR: Washington Bell Marques da Silva

Art. 3º A Determinar, nos termos do artigo 97 do mencionado Regulamento, que a entidade apresente a alteração contratual contendo a transferência ora autorizada, arquivada na repartição competente, para a aprovação deste Ministério, dependendo desta medida o exame e a decisão de seus futuros pedidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PIMENTA DA VEIGA



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

Portaria nº 64 de 31 Julho de 1998.

A DELEGADA INTERINA DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES NO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante do Processo nº 160.333/82-II,

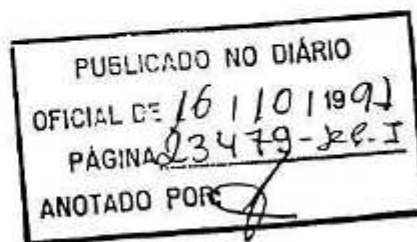
R E S O L V E aprovar nos termos do artigo 102 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, o efetivado pela **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA**, com sede na cidade do Salvador/BA, em decorrência do autorizado pela Portaria nº 53, de 25 de maio de 1995.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cleusa T. Oyarzábal SchlabitZ'.

CLEUSA T. OYARZÁBAL SCHLABITZ

Delegada Do Mc/Ba/Interina


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Portaria nº 1465 , de 14 de OUTUBRO de 1997.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve:

Aplicar à RÁDIO ITAPARICA FM LTDA., executante de Serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a pena de multa de 577,65 (quinhentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), com fundamento no art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei No. 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação do art. 3º do Decreto-lei No. 236/67, valor este calculado com base no art. 1º da Portaria nº 85, de 28 de fevereiro de 1994 e considerado o disposto no art. 61, da Lei citada, por irregularidade (s) cometida (s), conforme escuta de 15.08.97, de acordo com a conclusão constante do processo No. 53640.000679/97.



EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

POR-apli-mul-679/XXIX

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



799.4

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 101 911992
PÁGINA 20133-54-I
ANOTADO POR: 

Portaria nº 1090 , de 03 de setembro de 1997.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve:

Aplicar à RÁDIO ITAPARICA FM LTDA., executante de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a pena de multa de 577.65 (quinhentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), com fundamento no art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei No. 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação do art. 3º do Decreto-lei No. 236/67, valor este calculado com base no art. 1º da Portaria nº 85, de 28 de fevereiro de 1994 e considerado o disposto no art. 61, da Lei citada, por ter deixado de integrar rede obrigatória para transmitir programa político do PT, em 21.04.97, de acordo com a conclusão constante do processo No. 53640.000692/97.


EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

70991

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 24/06/1997
PÁGINA 13023-8000 I
ANOTADO POR: Medeiros

PORTARIA Nº 266 , DE 7 DE maio DE 1997.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001363/93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 3 de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda., pela Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União em 3 de novembro subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



SÉRGIO MOTTA

ANEXO I				
SEGURIDADE				
ACRÉSCIMO				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	PONTE	VALOR
	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO			292.158
47101.13.076.0448.3420	Programa de Apoio à Gestão do Sistema de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos	3.4.50.41	100	292.158
47101.13.076.0448.3420.0001	Programa de Apoio à Gestão do Sistema de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos	3.4.50.41	100	292.158
TOTAL				292.158

ANEXO II				
SEGURIDADE				
REDUÇÃO				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	PONTE	VALOR
	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO			292.158
47101.13.076.0448.3420	Programa de Apoio à Gestão do Sistema de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos	3.4.90.39	100	292.158
47101.13.076.0448.3420.0001	Programa de Apoio à Gestão do Sistema de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos	3.4.90.39	100	292.158
TOTAL				292.158

(Of. nº 47/97)

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS REGIONAIS

Superintendência da Zona Franca de Manaus

Superintendência de Operações

ATO DECLARATÓRIO Nº 147, DE 19 DE JUNHO DE 1997

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE OPERAÇÕES DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições e observando o disposto na Portaria nº 366, de 17 de setembro de 1996, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de validade do cadastro da empresa listada em anexo, localizada em Manaus.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

ANEXO

SCRIÇÃO	NOME DA EMPRESA	VENCIMENTO	PRORROGAÇÃO
10.2638.01-6	Azulado dos discos laser da Amazônia Ltda	01.07.97	01.08.97

(Of. nº 227/97)

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

Diretoria de Pesquisa

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do inciso I do artigo 25 da Lei nº 8666/93, de 21.06.93, alterações posteriores e ouvida a Procuradoria Jurídica, declaro inexigível a licitação para a renovação das assinaturas dos periódicos "Boletim Informativo Aduaneiros e Tarifa Externa Comum", editados pela Edições Aduaneiras Ltda., no valor anual de R\$ 204,00 (duzentos e quatro reais) e R\$ 1.009,00 (hum mil e oito reais) respectivamente.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1997

ELIANA AZEVEDO PENNA

Coordenadora de Administração

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, ratifico o ato de inexigibilidade de licitação objeto do Processo/IPEA/nº 03011.000161/97-22.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1997

CLAUDIO MONTEIRO CONSIDERA

Diretor

(Of. nº 59/97)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Diretoria de Planejamento e Coordenação

RETIFICAÇÃO

No Despacho, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de 06/97, Página nº 12.842, Seção 1 - Onde se lê: "Processo nº 55-0902/97. Leia-se: Processo nº 55-0902/94."

(Of. nº 677/97)

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 4 DE MAIO DE 1997

Nº 254 - Processo nº 50830.001535/93. Renova, de acordo com o art. 33 § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à RADIO EDUCADORA DE CAMPINAS LTDA., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Nº 256 - Processo nº 53640.001363/93. Renova, de acordo com o art. 33 § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 3 de novembro de 1993, a permissão outorgada à RADIO ITAPARICA FM LTDA., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Nº 267 - Processo nº 50810.000161/93. Renova, de acordo com o art. 33 § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de agosto de 1990, a permissão outorgada à RADIO ITAPARICA FM LTDA., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Tupã, Estado de São Paulo.

Nº 268 - Processo nº 29100.000831/90. Renova, de acordo com o art. 33 § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de agosto de 1990, a permissão outorgada à RADIO TRANSCONTINENTAL LTDA., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Nº 269 - Processo nº 53830.000164/94. Renova, de acordo com o art. 33 § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada à RADIO DIFUSORA DE AMPARO LTDA., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.

SERGIO MOTTA

Ministro

(Nº 0.080-X - 27-5-97 - R\$ 47,03)
(Nº 0.232-2 - 27-5-97 - R\$ 47,03)
(Nº 0.086-9 - 23-5-97 - R\$ 47,03)
(Nº 0.088-5 - 23-5-97 - R\$ 47,03)
(Nº 0.258-6 - 27-5-97 - R\$ 47,03)

PORTARIA Nº 305, DE 21 DE MAIO DE 1997

Processo nº 53000.010226/94. Autoriza a FUNDAÇÃO WALDEVINO VIEIRA DE SOUZA, permissionária dos Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão de Televisão, na cidade de Balmópolis, substituir o seu canal de operação, que passará a ser 11.2 (onze).

SERGIO MOTTA

Ministro

(Nº 7.437-0 - 17-6-97 - R\$ 47,03)

SECRETARIA EXECUTIVA

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

Delegacia do Ministério das Comunicações em Goiás

PORTARIA Nº 38, DE 27 DE MAIO DE 1997

Processo nº 29109.000151/91. Aprova os locais de instalação e autoriza a utilização dos equipamentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇU - RTV, permissionária dos Serviços Especiais de Repetição e de Retransmissão Simultânea de Televisão, na cidade de Caçu, Estado de Goiás, utilizando o canal 24+ (trinte e quatro decalado para mais).

RONALDO COUTINHO SEIXO DE BRITO

Delegado

(Nº 5.985-4 - 13-6-97 - R\$ 47,03)

TELECOMUNICAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO S/A

DESPACHOS

Processo Nº 046/97 Interessado: Zênite Assessoria & Promoções S/C Ltda. Assunto: Inexigibilidade, com base no art. 25 "caput", da Lei 8666/93, de 21/06/93, republicada em 06/07/94. Objeto: Participação no evento "III Encontro Nacional de Comissões de Licitação". Despachos: Autorizo a inscrição de 6 (seis) participantes, na forma da Lei 8666/93, art. 25, "caput", no valor de R\$ 5.130,00 (cinco mil cento e trinta reais) solicitando ratificação. Vitória 17/06/97 João Baptista da Motta - Diretor de Recursos Humanos. Ratifico o ato de inexigibilidade para a contratação, solicitada no presente processo. Vitória 17/06/97, Laercio Bernardes Machado-Presidente

(Of. nº 1.100/97)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 16/08/1995
PÁGINA 12464
ANOTADO PCR: *[assinatura]*

Retificada
PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 31/08/1995
PÁGINA 13452
ANOTADO PCR: *[assinatura]*

Portaria nº 443, de 02 de AGOSTO de 1995.

37

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.002019/94, resolve:

I - Aplicar à Rádio Itaparica FM Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a pena de multa no valor de R\$ 872,28 (oitocentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos), com fundamento no artigo 62, do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação do artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67, por descumprir o disposto no artigo 28, item 12, alínea "g", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação do Decreto nº 88.067/83.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS JOSÉ VALENTE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA NO ESTADO DA BAHIA



PORTARIA Nº. 53 DE 25 MAIO DE 1995.

O DELEGADO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DA BAHIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO
PROCESSO Nº 160.333/82,

RESOLVE:

CAD STRADO

Em 12/06/95

Responsável

I- AUTORIZAR A RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, COM SEDE NA CIDADE DO
SALVADOR NO ESTADO DA BAHIA, A AUMENTAR O SEU CAPITAL SOCIAL DE
CR\$ 500.000,00(QUINHENTOS MIL CRUZEIROS REAIS) PARA R\$ 10.000,00(DEZ
MIL REAIS), DEVIDAMENTE ADAPTADO AO PADRÃO MONETÁRIO VIGENTE,
ASSIM DISTRIBUÍDOS:

COTISTAS	COTAS	VALOR R\$	CARGO
ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO	9.600	9.600,00	GERENTE
TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES	400	400,00	GERENTE
TOTAL	10.000	10.000,00	-----

II- AUTORIZAR A MUDANÇA DE SUA SEDE SOCIAL DA RUA MIGUEL
CALMON, 459 - ED. ALMIRANTE BARROSO, SALA 205 - SALVADOR/BA PARA A
AV. JOANA ANGÉLICA, 251- NAZARÉ - SALVADOR/BA.

Port. nr 53 de 25 de maio de 1995.

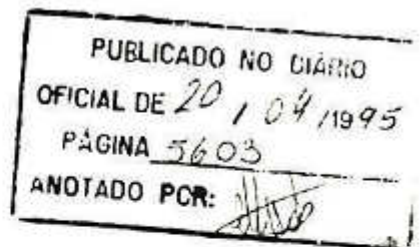
III- DETERMINAR NOS TERMOS DO ARTIGO 102 DO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO, QUE A ENTIDADE APRESENTE A ALTERAÇÃO CONTRATUAL ORA AUTORIZADA, ARQUIVADA NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO PARA APROVAÇÃO, DEPENDENDO DESSA MEDIDA O EXAME E A DECISÃO DE SEUS FUTUROS PEDIDOS.



ROBERTO LOYOLA MONTE DA SILVA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL




Portaria nº 144 , de 03 de ABRIL de 1995

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES -SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000403/94, resolve:

I - Aplicar à Rádio Itaparica FM Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a pena de multa no valor de R\$ 740,37 (setecentos e quarenta reais e trinta e sete centavos), com fundamento no art. 62, do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação do art. 3º do Decreto-lei nº 236/67, por descumprir o disposto no subitem 8.1.6 da Norma 07/80 - Norma Técnica para a Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, aprovada pela Portaria SG nº 248, de 23.09.80, com a redação dada pela Portaria SG nº 017, de 31.01.83, combinado com o artigo 46 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão e art. 71 "caput" do citado Código.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA




**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA NO ESTADO DA BAHIA**

PORTARIA NR 116 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1994.

O DELEGADO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DA BAHIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO NR 160.333/82,

RESOLVE APROVAR NOS TERMOS DO ARTIGO 102 DO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO, APROVADO PELO DECRETO NR 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963, OS ATOS PRATICADOS PELA RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, COM SEDE NA CIDADE DO SALVADOR, NO ESTADO DA BAHIA, EM DECORRÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA PORTARIA MC NR 619, DE 23 DE AGOSTO DE 1994.


ROBERTO LOYOLA MONTE DA SILVA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA NO ESTADO DA BAHIA



PORTARIA NR 0/06 DE 09 DE NOVEMBRO DE 1994.

O DELEGADO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DA BAHIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO
PROCESSO NR160.333/82,

RESOLVE AUTORIZAR A RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, PERMISSIONÁRIA
DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NA
CIDADE DO SALVADOR/BA, A UTILIZAR NAS SUAS TRANSMISSÕES A
DENOMINAÇÃO DE FANTASIA "RÁDIO 91 FM".


ROBERTO LOYOLA MONTE DA SILVA

Portaria nº 619, de 23 de agosto de 1994. 34

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 96, item 3, alínea "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo nº 52000.007563/94,

R E S O L V E:

I. Autorizar a Rádio Itaparica FM Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a efetuar a transferência indireta da permissão que lhe foi outorgada para outro grupo de cotistas, em razão da cessão da maioria das cotas representativas do seu capital social para novos sócios, que passarão a deter o mando da sociedade, conforme previsto no artigo 103 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

II. Autorizar, ainda, que a mesma entidade proceda o aumento de seu capital social de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para CR\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros reais), adaptando-o ao padrão monetário vigente no país, ficando assim distribuído entre os sócios:

Cotistas	Cotas
Antônio Lomes do Nascimento	480.000
Tânia de Freitas Mota Lomes	20.000
TOTAL	500.000

III. Aprovar como dirigentes da emissora os sócios Antonio Lomes do Nascimento e Tânia de Freitas Mota Lomes para as funções de Gerente.

IV. Determinar, nos termos do art. 97 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que a entidade apresente a alteração contratual contendo as transferências ora autorizadas, registradas na repartição competente, para aprovação da Delegacia do MC no Estado da Bahia, dependendo desta medida o exame e a decisão de seus futuros pedidos.

[assinatura]
DJALMA BASTOS DE MORAIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO Nº	3
OFICIAL	03, 08 1994
PÁGINA	11648 Seção I
ANOTADO	1-11



Portaria nº 039 , de 27 de JULHO de 19 94

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000272/94, resolve:

I - Aplicar à RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador/BA, a pena de multa no valor de R\$ 416,46 (quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e seis centavos, com fundamento no artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação do Decreto-lei nº 236/67, por descumprimento ao disposto no artigo 71, "caput", do Código Brasileiro de Telecomunicações com a redação do Decreto-lei nº 236/67.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


MÁRIO CÉSAR DEGRÁZIA BARBOSA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Portaria

000110

13 MAI 1985

799-4

O

de

de

4

de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DIÁRIO OFICIAL
de 03 / 04 / 1986
Página N.º

Portaria

000055

20 MAR 1986

O DIRETOR DA DIRETORIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES EM SALVADOR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 160.333/82,

RESOLVE:

I - Autorizar, nos termos do artigo 101 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, a efetuar a seguinte transferência de cotas:

A) DE: Ana Maria de Athayde Magalhães e

B) DE: Emília Maria Gordiano Chagas

PARA: Carlos Alberto Carneiro Brandão

1.600 cotas

II - Autorizar o aumento do capital de Cr\$ 40.000.000 para Cr\$ 150.000.000, ficando seu quadro social, em consequência, assim constituído:

COTISTAS	COTAS	VALOR Cr\$
Juracy Carvalho Britto Magalhães	5.000	50.000.000
Fernando Henrique Batista Chagas	5.000	50.000.000
Carlos Alberto Carneiro Brandão	<u>5.000</u>	<u>50.000.000</u>
TOTAL	15.000	150.000.000

Continuação da Portaria nº

000055

20 MAR 1986

III - Aprovar Carlos Alberto Carneiro Brandão para o cargo de Sócio-Gerente, ficando o quadro diretivo assim constituído:

. Juracy Carvalho Britto Magalhães	-	Sócio-Gerente
. Fernando Henrique Batista Chagas	-.	Sócio-Gerente
. Carlos Alberto Carneiro Brandão	-	Sócio-Gerente

IV - Determinar, nos termos do artigo 102 do referido Regulamento, que a efetivação dos atos ora autorizados, deverá ser comprovada pela entidade junto a esta Diretoria Regional, dependendo dessa medida o exame e a decisão de seus futuros pedidos.


LUIZ MOREIRA DA SILVA

SDR4

ACRR/nass

PUBLICADO	
Nº	
DIÁRIO OFICIAL	
de 29 /	10 / 19 85
Página N.º	<i>la</i>
Entregado da Revista	



000276

10 SET 1985

ETOR

RESOLVE :

td

s

t

COTAS

	COTAS	
Aluguel de terreno urbano	1,000	11,000,000
Portuguesa (incl. de terreno urbano)	1,000	11,000,000
Aluguel de terreno urbano	1,000	11,000,000
Aluguel de terreno urbano	1,000	11,000,000
Aluguel de terreno urbano	1,000	11,000,000
Aluguel de terreno urbano	1,000	11,000,000
Aluguel de terreno urbano	1,000	11,000,000
Aluguel de terreno urbano	1,000	11,000,000

PUBLICADO
DIÁRIO OFICIAL
de 03 / 11 / 1983
Página N.º
M.º



Portaria n.º 199, de 27 de OUTUBRO de 1983

O Ministro de Estado das Comunicações, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 19 do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 5.660/82 (Edital nº 32/82), resolve:

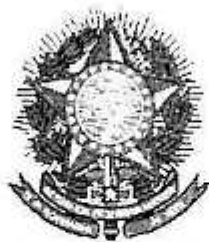
I - Outorgar permissão à Rádio Itaparica FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, e sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com os preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

III - Determinar que a operação do serviço de radiodifusão, objeto desta Portaria, se faça no canal nº 217/A, com sistema irradiante colinear com o canal nº 222/A.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO VILLAR FURTADO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE
COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO Nº 088 , DE 31 DE março DE 2010.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 do mesmo mês e ano, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 53000.034101/2007**, bem como em atendimento à faculdade conferida pelo disposto no § 1º do art. 59 do Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a modificação introduzida pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, resolve: **ADVERTIR a RÁDIO ITAPARICA FM LTDA**, executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - FM, no município de Salvador, Estado da Bahia, por contrariar o disposto no art. 122, item 34 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão – aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, assim como os itens 6.4.1 e 7.4.1 do Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – aprovado pela Resolução nº 67, de 12 de novembro de 1998.


EDINEIA PEREIRA DA COSTA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO


DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

PROCESSO Nº 53554.001658/98

DESPACHO DO DIRETOR

No uso das atribuições conferidas pela Portaria SSR nº1, de 26 de maio de 1998, e de acordo com o que faculta o art. 59, § 1º do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a redação do art. 3º do Decreto-lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, **Advirto** a Rádio Itaparica FM Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, por descumprir o disposto no "caput" do artigo 87 e no artigo 28, item 12, alínea "g", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação do Decreto 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

Brasília, 31 de Julho de 2001


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação
De Serviços de Radiodifusão

753-8

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E OUTORGA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E OUTORGA
PROCESSO Nº 53640.002019/94**



PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 14/11/1996
PÁGINA 23.816 14-T
ANOTADO POR:

DESPACHO:

Considerando o Parecer **CONJUR** nº 395/96, recebo o pedido de reconsideração da punição aplicada pela Portaria nº 443 de 02 de agosto de 1995, apresentado pela **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA**, executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Salvador/BA para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a multa aplicada à recorrente.


Brasília, 30 de outubro de 1996.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Diretor do Departamento de Fiscalização das Comunicações

DESPACHO:

No uso de minhas atribuições, e de acordo com o que faculta o artigo 59, § 1º do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67, ADVIRTO a RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, por descumprir ao disposto no item 9.5 da Norma Técnica nº 07/83, aprovada pela Portaria nº 248, de 23/10/80, com a redação dada pela Portaria SG nº 017, de 31/01/83, caracterizando infração ao disposto no artigo 122, item 34 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 06 de outubro de 1992.


MÁRIO CÉSAR DEGRÁZIA BARBOSA
Diretor do Departamento Nacional
de Fiscalização das Comunicações

MGT/kg.

18/
SNC/DNFI

Processo nº 29107.000155/91


29

799-4

DESPACHO:

No uso das atribuições conferidas pela Portaria SNC nº 060, de 06 de setembro de 1990, publicada no D.O.U. de 10 subsequente, e de acordo com o que faculta o artigo 59, § 1º do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67, ADVIRTO a RADIO ITAPARICA LTDA executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade Salvador/BA, por descumprir o disposto na alínea "e" do artigo 38, do Código Brasileiro de Telecomunicações, c/c o artigo 68 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, praticando assim a infração prevista no item 20 do artigo 122, do mencionado Regulamento.

Brasília, 27 de maio de 1992.


MÁRIO CÉSAR DEGRAZIA BARBOSA
Diretor do Departamento Nacional
de Fiscalização das Comunicações

MGT/ssc.

DOI: 10.1002/for



Brazil, 12th April 1991

MARTO DE SAN PEDRO DE SANTIAGO

NG3/E520

MINFRA/SNC/DNFI

PROCESSO Nº: 29107.000127/90




799-4

DESPACHO:

No uso das atribuições conferidas pela Portaria SNC nº 060, de 06 de setembro de 1990, publicada no D.O.U. de 10 subsequente, e de acordo com o que faculta o artigo 59, § 1º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67, ADVIRTO a RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Salvador-BA, por descumprir ao disposto no artigo 71 "caput" e § 3º do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67.

Brasília, 13 de dezembro de 1990


MÁRIO CÉSAR DEGRÁZIA BARBOSA
Diretor do Departamento Nacional
de Fiscalização das Comunicações

MGT/jjf.

MINFRA/SNC/DNFI

PROCESSO Nº 29107.000213/90




299-4

DESPACHO:

No uso das atribuições conferidas pela Portaria SNC nº 060, de 06 de setembro de 1990, publicada no D.O.U. de 10 subsequente, e de acordo com o que faculta o artigo 59, § 1º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67, ADVIRTO a RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Salvador-BA, por infringência ao disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 71 do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação alterada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67.

Brasília, 11 de ~~setembro~~ de 1990


MÁRIO CÉSAR DEGRÁZIA BARBOSA
Diretor do Departamento Nacional
de Fiscalização das Comunicações

MGT/jjf

MINFRA/SNC/DNF1

Processo nº 29107.000242/90



299-4

DESPACHO:

No uso das atribuições conferidas pela Portaria SNC nº 060, de 06 de setembro de 1990, publica da no D.O.U. de 10 subsequente, e de acordo com o que faculta o artigo 59, § 1º do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67, **ADVIRTO** a Rádio Itaparica FM Ltda., executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência modulada, na cidade de Salvador/BA, por descumprir ao disposto no artigo 38, alínea "e" do Código Brasileiro de Telecomunicações, combinado com o artigo 28, item 12, alínea "f", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 88.067/83.

Brasília, 05 de *setembro* de 1990


MÁRIO CÉSAR DEGRAZIA BARBOSA
Diretor do Departamento Nacional
de Fiscalização das Comunicações

MGT/ssc.

MINFRA/SNC/DNFI

Processo nº 29.107-000240/90



299-4

DESPACHO:

No uso das atribuições conferidas pela Portaria SNC nº 060, de 06 de setembro de 1990, publica da no D.O.U. de 10 subsequente, e de acordo com o que faculta o artigo 59, § 1º do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67, **ADVIRTO** a **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA**, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Salvador/BA, por descumprir ao disposto no artigo 38, alínea "e" do Código Brasileiro de Telecomunicações, e artigo 28, item 12, alínea "j" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 88.067/83.

Brasília, 24 de outubro de 1990


MÁRIO CÉSAR DEGRÁZIA BARBOSA
Diretor do Departamento Nacional
de Fiscalização das Comunicações

MGT/kcrga.



299-4

DESPACHO:

No uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 037, de 04 de abril de 1990, e de acordo com o que faculta o artigo 59, § 1º do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67, ADVIRTO a RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Salvador-BA, por descumprir o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 71 do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67

Brasília, 13 de *Setembro* de 1990


JOEL MARCIANO RAUBER

Secretário Nacional de Comunicações

MC/DENTEL

PROCESSO Nº : 29107.000780/89

DETENTOR DA OUTORGA: RADIO ITAPARICA FM LTDA

SERVIÇO : RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR/BAHIA


INFRAÇÃO: Art. 28, item 9 do RSR, redação do Dec. nº 88067/83.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO: Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicação.

DESPACHO:

Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº 01/90, decido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de NCZ\$85,50.

Brasília, 05 de março de 1990.


ROBERTO ELOIS MONTES DE SOUZA
Diretor-Geral do DENTEL.

MGT/ssso.

MC/DENTEL

PROCESSO Nº : 29107.000654/89

DETENTOR DA OUTORGA: RÁDIO ITAPARICA FM LTDA

SERVIÇO : RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR/BA.

INFRAÇÃO : Art. 47 § 1º do RSR c/ redação do Decreto-lei nº52795/63, c/c o art. 28, item 12, alínea "j" do mesmo Regulamento, c/ redação dada pelo Decreto-lei nº 88067/83 e o item 1 da Port. MC nº 134 de 15.06.84.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO: Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO: Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº 122/89, decido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de NCZ\$60,00.

Brasília, 15 de dezembro de 1989.

ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA

Diretor-Geral do DENTEL.

SMW /sso.

Mário César Degrazia Barbosa
Mário César Degrazia Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

MC/DENTEL



PROCESSO Nº: 29.107.000459/89

299-4

DETENTOR DA OUTORGA: Rádio Itaparica FM Ltda..

SERVIÇO: Frequência Modulada.

LOCAL: Salvador-BA

INFRAÇÃO:

Art. 28, item 12, alínea "J" do RSR, redação do Decreto nº 88.067/83 c/c a Portaria MC nº 134/84.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO: Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO:

Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº 85/89, decido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de NCz\$ 42,50.

Brasília, 06 de outubro de 1989.

ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA

Diretor-Geral do DENTEL.

M

SMN/iga

Mário César Dejázia Barbosa
Mário César Dejázia Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

0115 1960-1961

17-MAR-1989

See [my previous article](#) on the subject of [the importance of the](#)

799-4

Sr. Diretor da Rádio Itaparica FM Ltda.

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

29107.001017/89

[illegible]

Salvador - Bahia

Infração Art. 28, Inciso 12, Alínea "g", do R.S.R., com re-
 dação do Decreto nº 83.067/83, c/c o art. 87, do
 mesmo Regulamento, e/ou ainda pelo Decreto
 nº 84.101/79.

Intende-se com o Inter-Liga de Departamentos
Municipal de Interligação de LIGAS de INTER-LIGA e encorajamento de INTER-LIGA de INTER-LIGA para os efeitos pre-
visos no § 1º do artigo 1º do Regulamento Municipal de Telecomu-
nicações, e a Relação dos INTER-LIGA de INTER-LIGA
no 133/57.

$$f_{\text{max}} = \frac{1}{2\pi} \sqrt{\frac{1}{L C_{\text{eff}}}} = \frac{1}{2\pi} \sqrt{\frac{1}{L (C_1 + C_2)}} \quad (1)$$

UNITED STATES GOVERNMENT

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

Ex libris

MC/DENTEL



PROCESSO Nº : 29107.001005/88

DETENTOR DA OUTORGA : RADIO ITAPARICA FM

SERVIÇO : RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR/BA

INFRAÇÃO Artigo 122 item 34 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão por inobservância ao item 9.5 combinado com o item 8.3.1 letra "a" da N- 07.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO : Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO : Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº , de cido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de R\$ 59.852,41 (59,85) —

Brasília, 12 de março de 1989.

ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA

D) Diretor-Geral do DENTEL.

ILFS/ssso.

Mário César Degrazia Barbosa
Mário César Degrazia Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

MC/DENTEL

PROCESSO Nº : 29107.001001/88

DETENTOR DA OUTORGA : RADIO ITAPARICA FM LTDA

SERVIÇO : RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR/BA

INFRAÇÃO : Artigo 71, § 3º do Código Brasileiro de Telecomunicações, redação do Decreto-lei 236/67.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO : Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO : Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº 150 /88, decidido aplicar a pena de multa ao executante acima ti tulado no valor de Cz\$ 38.476,55

Brasília, 13 de janeiro de 1989.

ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA
p/ Diretor-Geral do DENTEL.

DLF/sso.

Mário César Degrazia Barbosa
Mário César Degrazia Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

199.4

16

OF.Nº / 453 / SDR/SFIS

Em 13.12.97

Do: Diretor Regional do DENTEL em Salvador

Ao: Sr. Diretor da Rádio Itaparica FM Ltda.

Assunto: Advertência

Ref. : Processo nº 29107000705/88

Serviço: Radiodifusão Sonora em FM

Local : Salvador - Bahia

Infração : Art. 122, itens 34 e 28 do R.S.R. (Decreto nº 52.795/63) e a Norma 07/80, item 9.5.

Incubiu-me o Sr. Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL, de ADVERTIR o executante do serviço em apreço, nos termos e para os efeitos previstos no § 1º do artigo 59 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67.

Atenciosamente,

LUIZ MOREIRA DA SILVA

SDR3

ELO/jbms

MC/DENTEL

PROCESSO Nº : 29107000660/88

DETENTOR DA OUTORGA : RÁDIO ITAPARICA LTDA

SERVIÇO : RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR -BAHIA

INFRAÇÃO : Artio 87 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão com a redação do Decreto nº 844181/79 combinado com o artigo 28 inciso 12 alínea "g" do mesmo Regulamento alterado pelo Decreto nº 88.067/83.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO: Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO : Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº 085/88, decido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de Cz\$ 38,476,55

Brasília, 27 de setembro de 1988.

ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA
p/ Diretor-Geral do DENTEL.

Mário César de Aguiar Barbosa
Mário César de Aguiar Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

ILFS/sso.

MC/DENTEL

PROCESSO Nº : 29107000709/88

DETENTOR DA OUTORGA : RADIO ITAPARICA FM LTDA

SERVIÇO : RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR -BAHIA

INFRAÇÃO : Artigo 87 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão com a redação do Decreto nº 84181/79 combinado com o artigo 28 inciso II alínea "g" do mesmo Regulamento alterado pelo Decreto nº 88.067/83.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO : Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO : Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do parecer nº 092/88, decidi aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de Cz\$ 42.420,34

Brasília, 27 de setembro de 1988.

ROBERTO BLOIS MONTEZ DE SOUZA

Diretor-GERAL do DENTEL.

Mário César Dias de Barboza
Mário César Dias de Barboza
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

ILFS/ssc.

MC/DENTEL

PROCESSO Nº : 29107000682/88

DETIENOR DA OUTORGA : RÁDIO ITAPARICA FM LTDA

SERVIÇO : RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR -BAHIA

INFRAÇÃO : Artigo 87 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão com a redação do Decreto nº 84181/79 combinado com o artigo 28 inciso 12 alínea "g" do mesmo regulamento alterado pelo Decreto nº 88.067/83.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO : Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO :

Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do parecer nº089/88, decido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de Cz\$ 40.400, 37

Brasília, 27 de setembro de 1988.

ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA

P/ Diretor-Geral do DENTEL.

Mário César Douglas Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

ILFS/sso.

12

PROCESSO N º : 29107.000708/88

DETECTOR DA OUTORGA : RÁDIO ITAPARICA FM LTDA

7 93-4

SERVIÇO : RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

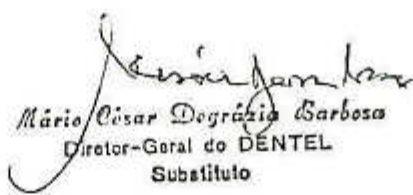
LOCAL : SALVADOR - BAHIA.

INFRAÇÃO : Artigo 38, alínea "d" e 53, alínea "h" do CBT, este último com redação do Decreto-lei nº 236/67, combinado com o artigo 28, ' itens 11 e 12, alínea "a" do R.S.R, redação Decreto nº 88.067/83.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO : Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO : Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº 090/88, decido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado' no valor de Cz\$ 59.852,41

Brasília, 12 de setembro de 1988.


Mário César Degracia Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

MGT/ssc.

PROCESSO Nº : 29107000639/88

DETENTOR DA OUTORGA : RÁDIO ITAPARICA LTDA

SERVIÇO : RÁDIO-DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR - BANHA

INFRACAO : Artigo 87 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão com a redação do Decreto nº 84181/79 combinado com o artigo 28 inciso 12 alínea "g" do mesmo Regulamento alterado pelo Decreto nº 88.067/83

FUNDAMENTO DA SANÇÃO : Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO : Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do parecer nº 085/88, decido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de Cz\$ 38.476,55

Brasília, 20 de setembro de 1988.

ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA
(P) Diretor-Geral do DENTEL.

[illegible]

ILFS/ss0.

MC/DENTEL

90

PROCESSO Nº : 29107.000681/88

293-11

DETENTOR DA OUTORGA : RÁDIO ITAPARICA FM

SERVIÇO : RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR BAHIA

INFRAÇÃO : Artigo 53 alínea "h" do CBT, redação do Decreto-lei nº 236/67 combinado com o artigo 38, alínea "d" do CBT e artigo 28, itens 11 e 12 alínea "a" do RSR, redação do Decreto 88.067/83

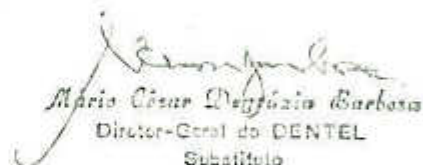
FUNDAMENTO DA SANÇÃO : Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO : Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº 088/88,, decido aplicar a pena de multa' ao executante acima titulado no valor de Cz\$ 59.852,41

Brasília, 20 de novembro de 1988.

ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA

p) Diretor-Geral do DENTEL.


Maria César Delfino Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

MGT/ssc.

MC/DENTEL

PROCESSO Nº : 29107000522/88

799-4

DETENTOR DA OUTORGA : RÁDIO ITAPARICA FM LTDA

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA

LOCAL : SALVADOR -BA.

INFRAÇÃO : Artigo 28, inciso 12, alínea "g" do RSR, com redação do artigo 1º do Decreto nº 88067/83 combinado com o artigo 87 do RSR com redação do Decreto nº 84181/79

FUNDAMENTO DA SANÇÃO : Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO :

Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº 56/88, decido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de
Cz\$ 38.476,55

Brasília, 20 de setembro de 1988.

ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA

p/ Diretor-Geral do DENTEL.

SMN/ssc.

Mário César Degrazia Barbosa
Mário César Degrazia Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

MC/DENTEL

PROCESSO Nº: 29.107.000.468/88

DETENTOR DA OUTORGA: RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.

SERVIÇO: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

LOCAL: SALVADOR-BA.

INFRAÇÃO: Itens 9.8: 8.1.6; 9.5 e item I da Norma 07/80, combinados com o artigo 46 e 122, itens 34 e 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO: Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO:

Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do PARECER nº 053/88, decido aplicar a pena de multa ' ao executante acima titulado no valor de Cz\$ 52.000,00

Brasília, 04 de *junho* de 1988.

R ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA
Mário César Degenhein Barbosa
Diretor-Geral do DENTEL
Substituto

VJBN/ifb



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



OF. Nº 0023 /SDR/SFIS

Em

08/01/88

De: Diretor Regional do DENTEL em Salvador

Ass: Sr. Diretor da Fação Itaparica FM Ltda.

799-4

Assunto: Advertência

Ref.: Processo nº 84.107.26.0003/87

Serviço: Permissão de Uso de Fm

Local: Salvador/Bahia.

Infração: Art. 37 do P.S.R., com redação do Decreto nº 84.101/87.

Incubiu-me o Sr. Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL, de ADVERTIR o executante do serviço em apreço, nos termos e para os efeitos previstos no § 1º do artigo 59 do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação dada pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236/67.

Atenciosamente,

LUIZ MOREIRA DA SILVA

SDR3

ELO/ DMFC.

MC/DENTEL

PROCESSO Nº : 29107.000890/87

DETENTOR DA OUTORGA : RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.

SERVIÇO : Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.


LOCAL : SALVADOR / BAHIA.

INFRAÇÃO : Artigo 87 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com redação do Decreto nº 84.181/79 e artigos 122, item 20 e artigo 28 item 12, alínea "g" do mesmo Regulamento, este último com redação do Decreto nº 88.067/83.

FUNDAMENTO DA SANÇÃO: Artigo 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DESPACHO : Em vista do que consta do processo em referência e de acordo com os termos do Parecer nº 102/87, decido aplicar a pena de multa ao executante acima titulado no valor de Cz\$ 6.000,00.

Brasília, 14 de janeiro de 1982.


ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA
Diretor-Geral do DENTEL

ILFS/1a1



Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Estação Principal

Estação Auxiliar

RDS

Plano Básico

UF

BA

Município

Salvador

Canal

217

Classe

A1

Fase

2

ERP

50

kW

Altura Antena

150

m

Pareamento

Decalagem

Limitações

Omnidirecional



Mosaico

Latitude

13	°
0	'
14	"

☐ ☒

N S

Longitude

38	°
30	'
41	"

☐ ☒

E O



Dados cartogr Informar erro no mapa

Maximize

Direção ao Centro do Município

	Graus
--	-------

Distância ao Centro do Município

	km
--	----

Observações



Histórico do Documento

ID do Documento Original57dbac131e806

Alterar Orientação

Campo	(Atual)
Usuário	(Atual)
Modificado em	(Atual)
Evento	(Atual)
_id do Evento	(Atual)
_id	57dbac131e806
srd_planobasico._id	030503b61ada6
srd_planobasico.IdtPlanoBasico	26045
srd_planobasico.NumServico	230
srd_planobasico.SiglaUF	BA
srd_planobasico.CodMunicipio	2927408
srd_planobasico.IdtCanalizacao	3219
srd_planobasico.IndEducativo	0
srd_planobasico.IdtHabilitacao	335848
srd_planobasico.MedLatitude	13S001400
srd_planobasico.MedLongitude	38W304100
srd_planobasico.MedLatitudeDecimal	-13.0038888888888333
srd_planobasico.MedLongitudeDecimal	-38.5113888888888333



Mosaico

srd_planobasico.IndFase	2
srd_planobasico.Deschistorico	SSR41/83;SSC03/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 40.574/2003
srd_planobasico.IndAtivo	1
srd_planobasico.DataInclusao	2003-12-12 21:27:12.870
srd_planobasico.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
srd_planobasico.DataAlteracao	2003-11-17 00:00:00.000
srd_planobasico.CodUsuarioAlteracao	AN032037
srd_planobasico.tpDesignacao	0
srd_planobasico.IndCarater	P
srd_planobasico.NomeMunicipio	Salvador
srd_planobasico.MedErpMax	50
canalizacao._id	030503b61de5a
canalizacao.tname	canalizacao
canalizacao.IdtCanalizacao	3219
canalizacao.IdtAtribuicaoFrequencia	1039
canalizacao.NumServico	230
canalizacao.IdtUnidadeInicial	2
canalizacao.MedFrequenciaInicial	91.3
canalizacao.MedFrequenciaInicialKHz	91300.00000000
canalizacao.IdtUnidadeFinal	2
canalizacao.MedFrequenciaFinal	91.3
canalizacao.MedFrequenciaFinalKHz	91300.00000000
canalizacao.IndBloqueio	N
canalizacao.IndCentralizada	S
canalizacao.IndCaraterSecundario	N



Mosaico

canalizacao.NumCanal	217
canalizacao.MedPortadoraAudio	91.30000000
canalizacao.IndSubFaixaExtensao	N
canalizacao.DataInclusao	2003-03-15 21:35:27.263
canalizacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\andrex
srd_planobasicofm._id	030503bc3845b
srd_planobasicofm.tname	srd_planobasicofm
srd_planobasicofm.IdtPlanoBasico	26045
srd_planobasicofm.IndLimitacao	0
srd_planobasicofm.CodClasse	A1
srd_planobasicofm.MedErpMax	50
municipio._id	030503bbd91f9
municipio.tname	municipio
municipio.IdtMunicipio	2479
municipio.CodMunicipio	2927408
municipio.CodUF	29
municipio.SiglaUF	BA
municipio.CodMeso	05
municipio.CodMicro	021
municipio.NomeMunicipio	Salvador
municipio.NomePadraoMunicipio	SALVADOR
municipio.NomeMunicipioFonema	SAUADUR
municipio.IdtRegiaoMetropolitana	31
municipio.NomeCategoria	Capital
municipio.MedLatitude	12581595



Mosaico

municipio.MedLatitudeDecimal	-12.9711000000000000
municipio.MedLongitude	38303888
municipio.SiglaMeridiano	W
municipio.MedLongitudeDecimal	-38.5108000000000000
municipio.MedAltitude	8
municipio.MedArea	706.79899999999998
municipio.MedRaio	90.0
municipio.IndFronteira	0
municipio.DataInstalacao	2004-11-19 19:13:53.950
municipio.IndInativo	N
municipio.DataAnoMesPopulacao	201512
municipio.QtdePopulacao	2921087
municipio.QtdePopulacaoUrbana	2712900
municipio.NumCodigoNacional	71
municipio.CodCepMenor	40000000
municipio.CodCepMaior	42599999
municipio.DataInclusao	2003-01-28 00:00:00.000
municipio.CodUsuarioInclusao	ANATEL/Morais
municipio.DataAlteracao	2007-01-02 21:21:53.220
municipio.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\08596307818 (morais)
habilitacao._id	030503b746e96
habilitacao.tname	habilitacao
habilitacao.IdtHabilitacao	335848
habilitacao.IdtEntidade	339340
habilitacao.NumServico	230



Mosaico



habilitacao.DataPublContConv	1993-11-03 00:00:00.000
habilitacao.IndPreHabilitacao	0
habilitacao.IndGoverno	0
habilitacao.IndStatusHabilitacao	L
habilitacao.NumProcessoMC_SRD	0
habilitacao.NumProcessoPortariaMC_SRD	530000325362005
habilitacao.NumScradJur	7994
habilitacao.NumScradTec	7993
habilitacao.DataInclusao	1990-01-01 00:00:00.000
habilitacao.CodUsuarioInclusao	BAIXA
habilitacao.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.187
habilitacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
habilitacao.DataContrato	1993-11-03 00:00:00.000
estacao._id	030503b6332a6
estacao.tname	estacao
estacao.IdtEstacao	43812
estacao.IdtPlanoBasico	26045
estacao.NumServico	230
estacao.CodTipoEstacao	1
estacao.NomeIndicativo	ZYC315
estacao.NumSequenciaIndicativo	000
estacao.NumEstacao	322640628
estacao.SiglaUf	BA
estacao.MedLatitude	13S001400
estacao.MedLatitudeDecimal	-13.0038888888888333



Mosaico



estacao.MedLongitudeDecimal	-38.511388888888333
estacao.IndValidadeEspecial	N
estacao.DataValidade	2003-11-03 00:00:00.000
estacao.IndValidadeIndeterminada	N
estacao.NumLicenca	000006/2015-BA
estacao.DataEmissaoLicenca	2015-06-12 12:33:14.200
estacao.CodUsuarioEmissaoLicenca	ANATEL\marcelolago
estacao.DataLicenciamento	2015-06-12 12:33:14.200
estacao.CodUsuarioLicenciamento	ANATEL\marcelolago
estacao.DataReemissaoLicenca	2015-07-15 13:14:49.447
estacao.CodUsuarioReemissaoLicenca	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
estacao.NumNossoNumeroTributo	060228866510051
estacao.MedCotaBaseTorre	51.00
estacao.IndStatusEstacao	L
estacao.DataInclusao	2003-12-12 21:27:13.357
estacao.CodUsuarioInclusao	MIGRACAO
estacao.DataAlteracao	2015-07-15 13:14:49.447
estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
estacao.IndEstacaoOceanica	N
antena.principal._id	030503ba06a1e
antena.principal.tname	antena_rd
antena.principal.IdtEstacao	43812
antena.principal.IndTipoAntena	P
antena.principal.IdtFabricanteAntena	2013
antena.principal.DesModelo	IFFMCAP-02-91,3-30-AI



Mosaico



antena.principal.MedGMaxdBd	.41
antena.principal.MedHCI	160
antena.principal.IndPolariz	Circular
antena.principal.MedOrientNV	350
antena.principal.MedBeamTilt	.00
antena.principal.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.657
antena.principal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
antena.principal.DataAlteracao	2015-04-01 14:39:07.990
antena.principal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
antena.principal.idtAntena	23871
antena.principal.NomeFabricanteAntena	IF TELECOM ANTENAS LTDA
equipamento.transmissor._id	030503baa9d94
equipamento.transmissor.tname	equipamento
equipamento.transmissor.IdtEquipamento	8867725
equipamento.transmissor.IdtTipoEquipamento	1
equipamento.transmissor.IdtEstacao	43812
equipamento.transmissor.CodEquipamento	008330700518
equipamento.transmissor.CodProduto	18662
equipamento.transmissor.MedPotenciaOperacao	25.000
equipamento.transmissor.IdtUnidadePotenciaOperacao	3
equipamento.transmissor.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.680
equipamento.transmissor.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
equipamento.transmissor.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.363
equipamento.transmissor.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
equipamento.transmissor.fabricante	MTA Eletrônica Industrial Ltda.



Mosaico



equipamento.transmissoraux._id	030503baa9d95
equipamento.transmissoraux.tname	equipamento
equipamento.transmissoraux.IdtEquipamento	8867726
equipamento.transmissoraux.IdtTipoEquipamento	2
equipamento.transmissoraux.IdtEstacao	43812
equipamento.transmissoraux.CodEquipamento	013589xxx0518
equipamento.transmissoraux.MedPotenciaOperacao	10.000
equipamento.transmissoraux.IdtUnidadePotenciaOperacao	3
equipamento.transmissoraux.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.697
equipamento.transmissoraux.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
equipamento.transmissoraux.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.363
equipamento.transmissoraux.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
linhatransmissao.principal._id	030503ba0cc66
linhatransmissao.principal.tname	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD
linhatransmissao.principal.IdtLinhaTransmissao	37977
linhatransmissao.principal.IdtEstacao	43812
linhatransmissao.principal.IndTipoLinhaTransmissao	P
linhatransmissao.principal.MedComprimento	175.00
linhatransmissao.principal.IdtFabricanteLinhaTransmissao	57
linhatransmissao.principal.DesModeloLinhaTransmissao	HCA318-50J
linhatransmissao.principal.MedImpedCaracLinhaTransmissao	50.00
linhatransmissao.principal.MedAtenLinhaTransmissaodB100m	.34
linhatransmissao.principal.NomeFabricanteLinhaTransmissao	RADIO FREQUENCY SYSTEMS
linhatransmissao.principal.PerdasAcessorias_db	0.5
hpat.0	1.3099763619481



Mosaico



hpat.20	0.89058731880171
hpat.30	0.63040673475321
hpat.40	0.37196567614394
hpat.50	0.18818381540149
hpat.60	0.087285322975641
hpat.70	0.0062927579832821
hpat.80	0.035548218582891
hpat.90	0.17554104017403
hpat.100	0.34432526297291
hpat.110	0.5654611469877
hpat.120	0.81926017635695
hpat.130	1.0230728248633
hpat.140	1.1872167072083
hpat.150	1.3099763619481
hpat.160	1.3963290213864
hpat.170	1.3999592562051
hpat.180	1.3099763619481
hpat.190	1.1249709198373
hpat.200	0.89058731880171
hpat.210	0.63040673475321
hpat.220	0.37196567614394
hpat.230	0.18818381540149
hpat.240	0.087285322975641
hpat.250	0.0062927579832821
hpat.260	0.035548218582891



Mosaico



hpat.280	0.34432526297291
hpat.290	0.5654611469877
hpat.300	0.81926017635695
hpat.310	1.0230728248633
hpat.320	1.1872167072083
hpat.330	1.3099763619481
hpat.340	1.3963290213864
hpat.350	1.3999592562051
endereco.estacao._id	030503bd8035d
endereco.estacao.tname	ENDERECO
endereco.estacao.IdtEndereco	5008471
endereco.estacao.IdtTipoEndereco	4
endereco.estacao.IdtEstacao	43812
endereco.estacao.EndLogradouro	RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS
endereco.estacao.EndNumero	123
endereco.estacao.EndBairro	FEDERACAO
endereco.estacao.CodPais	B
endereco.estacao.SiglaUF	BA
endereco.estacao.CodCep	40210630
endereco.estacao.CodMunicipio	2927408
endereco.estacao.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.650
endereco.estacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
endereco.estacao.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.567
endereco.estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
endereco.estacaoprincipal._id	030503bd8035e



Mosaico



endereco.estacaoprincipal.IdtEndereco	5008472
endereco.estacaoprincipal.IdtTipoEndereco	6
endereco.estacaoprincipal.IdtEstacao	43812
endereco.estacaoprincipal.EndLogradouro	RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS
endereco.estacaoprincipal.EndNumero	123
endereco.estacaoprincipal.EndBairro	FEDERACAO
endereco.estacaoprincipal.CodPais	B
endereco.estacaoprincipal.SiglaUF	BA
endereco.estacaoprincipal.CodCep	40210630
endereco.estacaoprincipal.CodMunicipio	2927408
endereco.estacaoprincipal.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.653
endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
endereco.estacaoprincipal.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.567
endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
docOutorga.0.NumProcesso	9999
docOutorga.0.NumDocumento	199
docOutorga.0.IdtTipoDocumento	11
docOutorga.0.CodOrgao	MC
docOutorga.0.DataDocumento	1983-10-27 00:00:00.000
docOutorga.0.DataDOU	1983-11-03 00:00:00.000
docOutorga.0.IdtRazao	13
docOutorga.0.IndNatureza	1
documento.0._id	030503ba1da6f
documento.0.tname	HistoricoDocumento
documento.0.IdtHistoricoDocumento	91216



Mosaico



documento.0.IdtRazao	44
documento.0.NumDocumento	140188
documento.0.DataDocumento	1988-01-14 00:00:00.000
documento.0.IdtTipoDocumento	18
documento.0.SiglaOrgao	MC
documento.0.IndNatureza	Jurídico
documento.0.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.740
documento.0.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.0.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.707
documento.0.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.0.NumProcesso	9999
documento.0.CodOrgao	MC
documento.1._id	030503ba1da6e
documento.1.tname	HistoricoDocumento
documento.1.IdtHistoricoDocumento	91215
documento.1.IdtPlanoBasico	26045
documento.1.IdtRazao	44
documento.1.NumDocumento	40788
documento.1.DataDocumento	1988-07-04 00:00:00.000
documento.1.IdtTipoDocumento	18
documento.1.SiglaOrgao	MC
documento.1.IndNatureza	Jurídico
documento.1.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.710
documento.1.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.1.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.710



Mosaico



documento.1.NumProcesso	9999
documento.1.CodOrgao	MC
documento.2._id	030503ba1da6b
documento.2.tname	HistoricoDocumento
documento.2.IdtHistoricoDocumento	91212
documento.2.IdtPlanoBasico	26045
documento.2.IdtRazao	44
documento.2.NumDocumento	200988
documento.2.DataDocumento	1988-09-20 00:00:00.000
documento.2.IdtTipoDocumento	18
documento.2.SiglaOrgao	MC
documento.2.IndNatureza	Jurídico
documento.2.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.657
documento.2.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.2.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.713
documento.2.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.2.NumProcesso	9999
documento.2.CodOrgao	MC
documento.3._id	030503ba1da6c
documento.3.tname	HistoricoDocumento
documento.3.IdtHistoricoDocumento	91213
documento.3.IdtPlanoBasico	26045
documento.3.IdtRazao	44
documento.3.NumDocumento	2009
documento.3.DataDocumento	1988-09-20 00:00:00.000



Mosaico



documento.3.SiglaOrgao	MC
documento.3.IndNatureza	Jurídico
documento.3.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.677
documento.3.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.3.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.717
documento.3.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.3.NumProcesso	9999
documento.3.CodOrgao	MC
documento.4._id	030503ba1da6d
documento.4.tname	HistoricoDocumento
documento.4.IdtHistoricoDocumento	91214
documento.4.IdtPlanoBasico	26045
documento.4.IdtRazao	44
documento.4.NumDocumento	333333
documento.4.DataDocumento	1988-09-20 00:00:00.000
documento.4.IdtTipoDocumento	18
documento.4.SiglaOrgao	MC
documento.4.IndNatureza	Jurídico
documento.4.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.693
documento.4.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.4.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.720
documento.4.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.4.NumProcesso	9999
documento.4.CodOrgao	MC
documento.5._id	030503ba1da67



Mosaico



documento.5.IdtHistoricoDocumento	91208
documento.5.IdtPlanoBasico	26045
documento.5.IdtRazao	44
documento.5.NumDocumento	270988
documento.5.DataDocumento	1988-09-27 00:00:00.000
documento.5.IdtTipoDocumento	18
documento.5.SiglaOrgao	MC
documento.5.IndNatureza	Jurídico
documento.5.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.573
documento.5.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.5.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.727
documento.5.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.5.NumProcesso	9999
documento.5.CodOrgao	MC
documento.6._id	030503ba1da68
documento.6.tname	HistoricoDocumento
documento.6.IdtHistoricoDocumento	91209
documento.6.IdtPlanoBasico	26045
documento.6.IdtRazao	44
documento.6.NumDocumento	2709
documento.6.DataDocumento	1988-09-27 00:00:00.000
documento.6.IdtTipoDocumento	18
documento.6.SiglaOrgao	MC
documento.6.IndNatureza	Jurídico
documento.6.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.597



Mosaico



documento.6.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.730
documento.6.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.6.NumProcesso	9999
documento.6.CodOrgao	MC
documento.7._id	030503ba1da69
documento.7.tname	HistoricoDocumento
documento.7.IdtHistoricoDocumento	91210
documento.7.IdtPlanoBasico	26045
documento.7.IdtRazao	44
documento.7.NumDocumento	111111
documento.7.DataDocumento	1988-09-27 00:00:00.000
documento.7.IdtTipoDocumento	18
documento.7.SiglaOrgao	MC
documento.7.IndNatureza	Jurídico
documento.7.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.620
documento.7.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.7.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.733
documento.7.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.7.NumProcesso	9999
documento.7.CodOrgao	MC
documento.8._id	030503ba1da6a
documento.8.tname	HistoricoDocumento
documento.8.IdtHistoricoDocumento	91211
documento.8.IdtPlanoBasico	26045
documento.8.IdtRazao	44



Mosaico



documento.8.DataDocumento	1988-09-27 00:00:00.000
documento.8.IdtTipoDocumento	18
documento.8.SiglaOrgao	MC
documento.8.IndNatureza	Jurídico
documento.8.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.637
documento.8.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.8.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.737
documento.8.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.8.NumProcesso	9999
documento.8.CodOrgao	MC
documento.9._id	030503ba1da66
documento.9.tname	HistoricoDocumento
documento.9.IdtHistoricoDocumento	91207
documento.9.IdtPlanoBasico	26045
documento.9.IdtRazao	44
documento.9.NumDocumento	130189
documento.9.DataDocumento	1989-01-13 00:00:00.000
documento.9.IdtTipoDocumento	18
documento.9.SiglaOrgao	MC
documento.9.IndNatureza	Jurídico
documento.9.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.550
documento.9.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.9.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.743
documento.9.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.9.NumProcesso	9999



Mosaico



documento.10._id	030503ba1da65
documento.10.tname	HistoricoDocumento
documento.10.IdtHistoricoDocumento	91206
documento.10.IdtPlanoBasico	26045
documento.10.IdtRazao	44
documento.10.NumDocumento	10389
documento.10.DataDocumento	1989-03-01 00:00:00.000
documento.10.IdtTipoDocumento	18
documento.10.SiglaOrgao	MC
documento.10.IndNatureza	Jurídico
documento.10.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.527
documento.10.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.10.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.747
documento.10.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.10.NumProcesso	9999
documento.10.CodOrgao	MC
documento.11._id	030503ba1da64
documento.11.tname	HistoricoDocumento
documento.11.IdtHistoricoDocumento	91205
documento.11.IdtPlanoBasico	26045
documento.11.IdtRazao	44
documento.11.NumDocumento	60989
documento.11.DataDocumento	1989-09-06 00:00:00.000
documento.11.IdtTipoDocumento	18
documento.11.SiglaOrgao	MC



Mosaico



documento.11.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.507
documento.11.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.11.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.750
documento.11.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.11.NumProcesso	9999
documento.11.CodOrgao	MC
documento.12._id	030503ba1da63
documento.12.tname	HistoricoDocumento
documento.12.IdtHistoricoDocumento	91204
documento.12.IdtPlanoBasico	26045
documento.12.IdtRazao	44
documento.12.NumDocumento	151289
documento.12.DataDocumento	1989-12-15 00:00:00.000
documento.12.IdtTipoDocumento	18
documento.12.SiglaOrgao	MC
documento.12.IndNatureza	Jurídico
documento.12.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.480
documento.12.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.12.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.753
documento.12.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.12.NumProcesso	9999
documento.12.CodOrgao	MC
documento.13._id	030503ba1da62
documento.13.tname	HistoricoDocumento
documento.13.IdtHistoricoDocumento	91203



Mosaico



documento.13.IdtRazao	43
documento.13.NumDocumento	50390
documento.13.DataDocumento	1990-03-05 00:00:00.000
documento.13.IdtTipoDocumento	18
documento.13.SiglaOrgao	MC
documento.13.IndNatureza	Jurídico
documento.13.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.453
documento.13.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.13.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.760
documento.13.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.13.NumProcesso	9999
documento.13.CodOrgao	MC
documento.14._id	030503ba1da5f
documento.14.tname	HistoricoDocumento
documento.14.IdtHistoricoDocumento	91200
documento.14.IdtPlanoBasico	26045
documento.14.IdtRazao	43
documento.14.NumDocumento	50990
documento.14.DataDocumento	1990-09-05 00:00:00.000
documento.14.IdtTipoDocumento	18
documento.14.SiglaOrgao	MC
documento.14.IndNatureza	Jurídico
documento.14.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.360
documento.14.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.14.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.763



Mosaico



documento.14.NumProcesso	9999
documento.14.CodOrgao	MC
documento.15._id	030503ba1da61
documento.15.tname	HistoricoDocumento
documento.15.IdtHistoricoDocumento	91202
documento.15.IdtPlanoBasico	26045
documento.15.IdtRazao	43
documento.15.NumDocumento	130990
documento.15.DataDocumento	1990-09-13 00:00:00.000
documento.15.IdtTipoDocumento	18
documento.15.SiglaOrgao	MC
documento.15.IndNatureza	Jurídico
documento.15.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.423
documento.15.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.15.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.767
documento.15.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.15.NumProcesso	9999
documento.15.CodOrgao	MC
documento.16._id	030503ba1da60
documento.16.tname	HistoricoDocumento
documento.16.IdtHistoricoDocumento	91201
documento.16.IdtPlanoBasico	26045
documento.16.IdtRazao	43
documento.16.NumDocumento	241090
documento.16.DataDocumento	1990-10-24 00:00:00.000



Mosaico



documento.16.SiglaOrgao	MC
documento.16.IndNatureza	Jurídico
documento.16.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.390
documento.16.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.16.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.770
documento.16.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.16.NumProcesso	9999
documento.16.CodOrgao	MC
documento.17._id	030503ba1da5e
documento.17.tname	HistoricoDocumento
documento.17.IdtHistoricoDocumento	91199
documento.17.IdtPlanoBasico	26045
documento.17.IdtRazao	43
documento.17.NumDocumento	111290
documento.17.DataDocumento	1990-12-11 00:00:00.000
documento.17.IdtTipoDocumento	18
documento.17.SiglaOrgao	MC
documento.17.IndNatureza	Jurídico
documento.17.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.333
documento.17.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.17.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.777
documento.17.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.17.NumProcesso	9999
documento.17.CodOrgao	MC
documento.18._id	030503ba1da5d



Mosaico



documento.18.IdtHistoricoDocumento	91198
documento.18.IdtPlanoBasico	26045
documento.18.IdtRazao	43
documento.18.NumDocumento	131290
documento.18.DataDocumento	1990-12-13 00:00:00.000
documento.18.IdtTipoDocumento	18
documento.18.SiglaOrgao	MC
documento.18.IndNatureza	Jurídico
documento.18.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.307
documento.18.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.18.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.780
documento.18.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.18.NumProcesso	9999
documento.18.CodOrgao	MC
documento.19._id	030503ba1da5c
documento.19.tname	HistoricoDocumento
documento.19.IdtHistoricoDocumento	91197
documento.19.IdtPlanoBasico	26045
documento.19.IdtRazao	43
documento.19.NumDocumento	10491
documento.19.DataDocumento	1991-04-01 00:00:00.000
documento.19.IdtTipoDocumento	18
documento.19.SiglaOrgao	MC
documento.19.IndNatureza	Jurídico
documento.19.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.277



Mosaico



documento.19.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.787
documento.19.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.19.NumProcesso	9999
documento.19.CodOrgao	MC
documento.20._id	030503ba1da5b
documento.20.tname	HistoricoDocumento
documento.20.IdtHistoricoDocumento	91196
documento.20.IdtPlanoBasico	26045
documento.20.IdtRazao	43
documento.20.NumDocumento	270592
documento.20.DataDocumento	1992-05-27 00:00:00.000
documento.20.IdtTipoDocumento	18
documento.20.SiglaOrgao	MC
documento.20.IndNatureza	Jurídico
documento.20.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.250
documento.20.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.20.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.790
documento.20.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.20.NumProcesso	9999
documento.20.CodOrgao	MC
documento.21._id	030503ba1da5a
documento.21.tname	HistoricoDocumento
documento.21.IdtHistoricoDocumento	91195
documento.21.IdtPlanoBasico	26045
documento.21.IdtRazao	43



Mosaico



documento.21.DataDocumento	1992-10-06 00:00:00.000
documento.21.IdtTipoDocumento	18
documento.21.SiglaOrgao	MC
documento.21.IndNatureza	Jurídico
documento.21.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.220
documento.21.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.21.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.793
documento.21.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.21.NumProcesso	9999
documento.21.CodOrgao	MC
documento.22._id	030503ba1da57
documento.22.tname	HistoricoDocumento
documento.22.IdtHistoricoDocumento	91192
documento.22.IdtPlanoBasico	26045
documento.22.IdtRazao	44
documento.22.NumDocumento	39
documento.22.DataDocumento	1994-07-27 00:00:00.000
documento.22.DataDOU	1994-08-03 00:00:00.000
documento.22.IdtTipoDocumento	11
documento.22.SiglaOrgao	MC
documento.22.IndNatureza	Jurídico
documento.22.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.143
documento.22.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.22.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.797
documento.22.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago



Mosaico



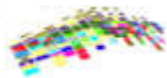
documento.22.CodOrgao	MC
documento.23._id	030503ba098cf
documento.23.tname	HistoricoDocumento
documento.23.IdtHistoricoDocumento	7220
documento.23.IdtPlanoBasico	26045
documento.23.IdtRazao	16
documento.23.NumDocumento	619
documento.23.DataDocumento	1994-08-23 00:00:00.000
documento.23.DataDOU	1994-09-12 00:00:00.000
documento.23.IdtTipoDocumento	11
documento.23.SiglaOrgao	MC
documento.23.IndNatureza	Jurídico
documento.23.DataInclusao	2003-12-12 21:27:14.043
documento.23.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
documento.23.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.800
documento.23.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.23.NumProcesso	9999
documento.23.CodOrgao	MC
documento.24._id	030503ba1da56
documento.24.tname	HistoricoDocumento
documento.24.IdtHistoricoDocumento	91191
documento.24.IdtPlanoBasico	26045
documento.24.IdtRazao	44
documento.24.NumDocumento	144
documento.24.DataDocumento	1995-04-03 00:00:00.000



Mosaico



documento.24.IdtTipoDocumento	11
documento.24.SiglaOrgao	MC
documento.24.IndNatureza	Jurídico
documento.24.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.113
documento.24.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.24.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.803
documento.24.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.24.NumProcesso	9999
documento.24.CodOrgao	MC
documento.25._id	030503ba1da55
documento.25.tname	HistoricoDocumento
documento.25.IdtHistoricoDocumento	91190
documento.25.IdtPlanoBasico	26045
documento.25.IdtRazao	44
documento.25.NumDocumento	443
documento.25.DataDocumento	1995-08-02 00:00:00.000
documento.25.DataDOU	1995-08-16 00:00:00.000
documento.25.IdtTipoDocumento	11
documento.25.SiglaOrgao	MC
documento.25.IndNatureza	Jurídico
documento.25.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.073
documento.25.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.25.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.807
documento.25.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.25.NumProcesso	9999



Mosaico



documento.26._id	030503ba09601
documento.26.tname	HistoricoDocumento
documento.26.IdtHistoricoDocumento	6501
documento.26.IdtPlanoBasico	26045
documento.26.IdtRazao	14
documento.26.NumDocumento	266
documento.26.DataDocumento	1997-05-07 00:00:00.000
documento.26.DataDOU	1997-06-24 00:00:00.000
documento.26.IdtTipoDocumento	11
documento.26.SiglaOrgao	MC
documento.26.IndNatureza	Jurídico
documento.26.DataInclusao	2003-12-12 21:27:14.043
documento.26.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
documento.26.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.810
documento.26.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.26.NumProcesso	9999
documento.26.CodOrgao	MC
documento.27._id	030503ba1da54
documento.27.tname	HistoricoDocumento
documento.27.IdtHistoricoDocumento	91189
documento.27.IdtPlanoBasico	26045
documento.27.IdtRazao	44
documento.27.NumDocumento	1090
documento.27.DataDocumento	1997-09-03 00:00:00.000
documento.27.DataDOU	1997-09-10 00:00:00.000



Mosaico



documento.27.SiglaOrgao	MC
documento.27.IndNatureza	Jurídico
documento.27.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.043
documento.27.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.27.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.813
documento.27.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.27.NumProcesso	9999
documento.27.CodOrgao	MC
documento.28._id	030503ba1da53
documento.28.tname	HistoricoDocumento
documento.28.IdtHistoricoDocumento	91188
documento.28.IdtPlanoBasico	26045
documento.28.IdtRazao	44
documento.28.NumDocumento	1465
documento.28.DataDocumento	1997-10-14 00:00:00.000
documento.28.DataDOU	1997-10-16 00:00:00.000
documento.28.IdtTipoDocumento	11
documento.28.SiglaOrgao	MC
documento.28.IndNatureza	Jurídico
documento.28.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.010
documento.28.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.28.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.817
documento.28.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.28.NumProcesso	9999
documento.28.CodOrgao	MC



Mosaico



documento.29.tname	HistoricoDocumento
documento.29.IdtHistoricoDocumento	91194
documento.29.IdtPlanoBasico	26045
documento.29.IdtRazao	43
documento.29.NumDocumento	310720
documento.29.DataDocumento	2001-07-31 00:00:00.000
documento.29.IdtTipoDocumento	18
documento.29.SiglaOrgao	MC
documento.29.IndNatureza	Jurídico
documento.29.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.193
documento.29.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.29.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.820
documento.29.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.29.NumProcesso	9999
documento.29.CodOrgao	MC
documento.30._id	030503ba098d0
documento.30.tname	HistoricoDocumento
documento.30.IdtHistoricoDocumento	7221
documento.30.IdtPlanoBasico	26045
documento.30.IdtRazao	14
documento.30.NumDocumento	289
documento.30.DataDocumento	2001-08-23 00:00:00.000
documento.30.DataDOU	2001-08-24 00:00:00.000
documento.30.IdtTipoDocumento	3
documento.30.SiglaOrgao	CN



Mosaico



documento.30.DataInclusao	2003-12-12 21:27:14.043
documento.30.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
documento.30.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.823
documento.30.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.30.NumProcesso	9999
documento.30.CodOrgao	CN
documento.31._id	030503ba1da52
documento.31.tname	HistoricoDocumento
documento.31.IdtHistoricoDocumento	91187
documento.31.IdtPlanoBasico	26045
documento.31.IdtRazao	44
documento.31.NumDocumento	516
documento.31.DataDocumento	2001-10-04 00:00:00.000
documento.31.DataDOU	2001-10-10 00:00:00.000
documento.31.IdtTipoDocumento	11
documento.31.SiglaOrgao	MC
documento.31.IndNatureza	Jurídico
documento.31.DataInclusao	2011-07-18 15:21:15.977
documento.31.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.31.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.827
documento.31.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.31.NumProcesso	9999
documento.31.CodOrgao	MC
documento.32._id	030503ba1da51
documento.32.tname	HistoricoDocumento



Mosaico



documento.32.IdtPlanoBasico	26045
documento.32.IdtRazao	44
documento.32.NumDocumento	374
documento.32.DataDocumento	2002-10-11 00:00:00.000
documento.32.DataDOU	2002-10-22 00:00:00.000
documento.32.IdtTipoDocumento	11
documento.32.SiglaOrgao	MC
documento.32.IndNatureza	Jurídico
documento.32.DataInclusao	2011-07-18 15:21:15.940
documento.32.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.32.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.830
documento.32.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.32.NumProcesso	9999
documento.32.CodOrgao	MC
documento.33._id	030503ba1da50
documento.33.tname	HistoricoDocumento
documento.33.IdtHistoricoDocumento	91185
documento.33.IdtPlanoBasico	26045
documento.33.IdtRazao	44
documento.33.NumDocumento	2
documento.33.DataDocumento	2005-02-15 00:00:00.000
documento.33.DataDOU	2005-03-11 00:00:00.000
documento.33.IdtTipoDocumento	11
documento.33.SiglaOrgao	MC
documento.33.IndNatureza	Jurídico



Mosaico



documento.33.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.33.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.833
documento.33.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.33.NumProcesso	9999
documento.33.CodOrgao	MC
documento.34._id	030503ba1da4f
documento.34.tname	HistoricoDocumento
documento.34.IdtHistoricoDocumento	91184
documento.34.IdtPlanoBasico	26045
documento.34.IdtRazao	44
documento.34.NumDocumento	70
documento.34.DataDocumento	2005-03-28 00:00:00.000
documento.34.DataDOU	2005-03-31 00:00:00.000
documento.34.IdtTipoDocumento	11
documento.34.SiglaOrgao	MC
documento.34.IndNatureza	Jurídico
documento.34.DataInclusao	2011-07-18 15:21:15.870
documento.34.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.34.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.840
documento.34.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.34.NumProcesso	9999
documento.34.CodOrgao	MC
documento.35._id	030503ba18692
documento.35.tname	HistoricoDocumento
documento.35.IdtHistoricoDocumento	69489



Mosaico



documento.35.IdtRazao	36
documento.35.NumDocumento	24
documento.35.DataDocumento	2007-01-19 00:00:00.000
documento.35.DataDOU	2007-01-24 00:00:00.000
documento.35.IdtTipoDocumento	11
documento.35.SiglaOrgao	MC
documento.35.IndNatureza	Técnico
documento.35.DataInclusao	2010-03-17 15:32:44.760
documento.35.CodUsuarioInclusao	anatel\gilsonb.mc
documento.35.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.843
documento.35.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.35.NumProcesso	9999
documento.35.CodOrgao	MC
documento.36._id	030503ba18693
documento.36.tname	HistoricoDocumento
documento.36.IdtHistoricoDocumento	69490
documento.36.IdtPlanoBasico	26045
documento.36.IdtRazao	36
documento.36.NumDocumento	742
documento.36.DataDocumento	2007-09-10 00:00:00.000
documento.36.DataDOU	2007-09-27 00:00:00.000
documento.36.IdtTipoDocumento	11
documento.36.SiglaOrgao	MC
documento.36.IndNatureza	Técnico
documento.36.DataInclusao	2010-03-17 15:32:44.823



Mosaico



documento.36.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.847
documento.36.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.36.NumProcesso	9999
documento.36.CodOrgao	MC
documento.37._id	030503ba1da58
documento.37.tname	HistoricoDocumento
documento.37.IdtHistoricoDocumento	91193
documento.37.IdtPlanoBasico	26045
documento.37.IdtRazao	43
documento.37.NumDocumento	88
documento.37.DataDocumento	2010-03-31 00:00:00.000
documento.37.IdtTipoDocumento	18
documento.37.SiglaOrgao	MC
documento.37.IndNatureza	Jurídico
documento.37.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.170
documento.37.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.37.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.850
documento.37.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.37.NumProcesso	9999
documento.37.CodOrgao	MC
documento.38._id	030503ba2256d
documento.38.tname	HistoricoDocumento
documento.38.IdtHistoricoDocumento	111476
documento.38.IdtPlanoBasico	26045
documento.38.IdtRazao	26



Mosaico



documento.38.DataDocumento	2013-09-19 00:00:00.000
documento.38.DataDOU	2013-09-24 00:00:00.000
documento.38.IdtTipoDocumento	1
documento.38.SiglaOrgao	ER08
documento.38.IndNatureza	Técnico
documento.38.DataInclusao	2013-09-24 10:32:02.750
documento.38.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
documento.38.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.853
documento.38.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.38.NumProcesso	9999
documento.38.CodOrgao	ER08
documento.39._id	030503ba235f3
documento.39.tname	HistoricoDocumento
documento.39.IdtHistoricoDocumento	115823
documento.39.IdtPlanoBasico	26045
documento.39.IdtRazao	36
documento.39.NumDocumento	1163
documento.39.DataDocumento	2014-02-10 00:00:00.000
documento.39.DataDOU	2014-02-12 00:00:00.000
documento.39.IdtTipoDocumento	1
documento.39.SiglaOrgao	ER08
documento.39.IndNatureza	Técnico
documento.39.DataInclusao	2014-02-17 10:41:00.290
documento.39.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
documento.39.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.857



Mosaico



documento.39.NumProcesso	9999
documento.39.CodOrgao	ER08
documento.40._id	030503ba264ba
documento.40.tname	HistoricoDocumento
documento.40.IdtHistoricoDocumento	128113
documento.40.IdtPlanoBasico	26045
documento.40.IdtRazao	26
documento.40.NumDocumento	2068
documento.40.DataDocumento	2015-03-26 00:00:00.000
documento.40.DataDOU	2015-04-01 00:00:00.000
documento.40.IdtTipoDocumento	1
documento.40.SiglaOrgao	ER08
documento.40.IndNatureza	Técnico
documento.40.DataInclusao	2015-04-01 12:48:22.863
documento.40.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
documento.40.NumProcesso	9999
documento.40.CodOrgao	ER08
Status.state	FM-C7
Status.dateTime	2016-09-16 09:00:01
Status.user	Sistema
IdtPlanoBasico	26045
IdtEstacao	43812
NumServico	230
SiglaServico	FM
SiglaUF	BA



Mosaico



locpb.coordinates.0	-38.511388888889
locpb.coordinates.1	-13.003888888889
source	PB+
stnClass	A1
frequency	91.3
NomeMunicipio	Salvador
loctx.type	Point
loctx.coordinates.0	-38.511388888889
loctx.coordinates.1	-13.003888888889
licensee	RADIO 91 FM LTDA
NumFistel	06022886651
htx	150
erp	22.063
cnpj	13065495000189
sitarwebStatus	L
sitarwebLicença	
sitarwebStatusIndice	
type	FM
licenca.license_id	57dbb18e6bf96
licenca.loctx.coordinates.1	-13.003888888889
licenca.loctx.coordinates.0	-38.511388888889
licenca.cnpj	13065495000189
licenca.habilitacao._id	030503b746e96
licenca.habilitacao.tname	habilitacao
licenca.habilitacao.IdtHabilitacao	335848



Mosaico



licenca.habilitacao.NumServico	230
licenca.habilitacao.NumFistel	06022886651
licenca.habilitacao.DataPublContConv	1993-11-03 00:00:00.000
licenca.habilitacao.IndPreHabilitacao	0
licenca.habilitacao.IndGoverno	0
licenca.habilitacao.IndStatusHabilitacao	L
licenca.habilitacao.NumProcessoMC_SRD	0
licenca.habilitacao.NumProcessoPortariaMC_SRD	530000325362005
licenca.habilitacao.NumScradJur	7994
licenca.habilitacao.NumScradTec	7993
licenca.habilitacao.DataInclusao	1990-01-01 00:00:00.000
licenca.habilitacao.CodUsuarioInclusao	BAIXA
licenca.habilitacao.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.187
licenca.habilitacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.habilitacao.DataContrato	1993-11-03 00:00:00.000
licenca.entidade.NomeEntidade	RADIO 91 FM LTDA
licenca.entidade.NomeFantasia	RADIO 91
licenca.estacao.NumEstacao	322640628
licenca.estacao.NomeIndicativo	ZYC315
licenca.estacao.DataLicenciamento	2015-06-12 12:33:14.200
licenca.estacao.DataEmissaoLicenca	2015-06-12 12:33:14.200
licenca.processo.licenciamento	
licenca.endereco.estacao._id	030503bd8035d
licenca.endereco.estacao.tname	ENDERECO
licenca.endereco.estacao.IdtEndereco	5008471



Mosaico



licenca.endereco.estacao.IdtEstacao	43812
licenca.endereco.estacao.EndLogradouro	RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS
licenca.endereco.estacao.EndNumero	123
licenca.endereco.estacao.EndBairro	FEDERACAO
licenca.endereco.estacao.CodPais	B
licenca.endereco.estacao.SiglaUF	BA
licenca.endereco.estacao.CodCep	40210630
licenca.endereco.estacao.CodMunicipio	2927408
licenca.endereco.estacao.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.650
licenca.endereco.estacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.endereco.estacao.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.567
licenca.endereco.estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.endereco.estacaoprincipal._id	030503bd8035e
licenca.endereco.estacaoprincipal.tname	ENDERECO
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtEndereco	5008472
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtTipoEndereco	6
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtEstacao	43812
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndLogradouro	RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndNumero	123
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndBairro	FEDERACAO
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodPais	B
licenca.endereco.estacaoprincipal.SiglaUF	BA
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodCep	40210630
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodMunicipio	2927408
licenca.endereco.estacaoprincipal.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.653



Mosaico



licenca.endereco.estacaoprincipal.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.567
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.equipamento.transmissor._id	030503baa9d94
licenca.equipamento.transmissor.tname	equipamento
licenca.equipamento.transmissor.IdtEquipamento	8867725
licenca.equipamento.transmissor.IdtTipoEquipamento	1
licenca.equipamento.transmissor.IdtEstacao	43812
licenca.equipamento.transmissor.CodEquipamento	008330700518
licenca.equipamento.transmissor.CodProduto	18662
licenca.equipamento.transmissor.MedPotenciaOperacao	25.000
licenca.equipamento.transmissor.IdtUnidadePotenciaOperacao	3
licenca.equipamento.transmissor.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.680
licenca.equipamento.transmissor.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.equipamento.transmissor.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.363
licenca.equipamento.transmissor.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.equipamento.transmissor.fabricante	MTA Eletrônica Industrial Ltda.
licenca.equipamento.transmissor.Model	FM25000S
licenca.equipamento.transmissoraux._id	030503baa9d95
licenca.equipamento.transmissoraux.tname	equipamento
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtEquipamento	8867726
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtTipoEquipamento	2
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtEstacao	43812
licenca.equipamento.transmissoraux.CodEquipamento	013589xxx0518
licenca.equipamento.transmissoraux.MedPotenciaOperacao	10.000
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtUnidadePotenciaOperacao	3



Mosaico



licenca.equipamento.transmissoraux.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.equipamento.transmissoraux.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.363
licenca.equipamento.transmissoraux.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.linhaTransmissao.principal._id	030503ba0cc66
licenca.linhaTransmissao.principal.tname	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD
licenca.linhaTransmissao.principal.IdtLinhaTransmissao	37977
licenca.linhaTransmissao.principal.IdtEstacao	43812
licenca.linhaTransmissao.principal.IndTipoLinhaTransmissao	P
licenca.linhaTransmissao.principal.MedComprimento	175.00
licenca.linhaTransmissao.principal.IdtFabricanteLinhaTransmissao	57
licenca.linhaTransmissao.principal.DesModeloLinhaTransmissao	HCA318-50J
licenca.linhaTransmissao.principal.MedImpedCaracLinhaTransmissao	50.00
licenca.linhaTransmissao.principal.MedAtenLinhaTransmissao dB100m	.34
licenca.linhaTransmissao.principal.NomeFabricanteLinhaTransmissao	RADIO FREQUENCY SYSTEMS
licenca.antena.principal._id	030503ba06a1e
licenca.antena.principal.tname	antena_rd
licenca.antena.principal.IdtEstacao	43812
licenca.antena.principal.IndTipoAntena	P
licenca.antena.principal.IdtFabricanteAntena	2013
licenca.antena.principal.DesModelo	IFFMCAP-02-91,3-30-AI
licenca.antena.principal.DesDescricao	Antena FM Circular Alta Potência
licenca.antena.principal.MedGMaxdBd	.41
licenca.antena.principal.MedHCI	160
licenca.antena.principal.IndPolariz	Circular
licenca.antena.principal.MedOrientNV	350



Mosaico



licenca.antena.principal.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.657
licenca.antena.principal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
licenca.antena.principal.DataAlteracao	2015-04-01 14:39:07.990
licenca.antena.principal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
licenca.antena.principal.idtAntena	23871
licenca.antena.principal.NomeFabricanteAntena	IF TELECOM ANTENAS LTDA
licenca.erp	
licenca.NumServico	230
licenca.srd_planobasico._id	030503b61ada6
licenca.srd_planobasico.IdtPlanoBasico	26045
licenca.srd_planobasico.NumServico	230
licenca.srd_planobasico.SiglaUF	BA
licenca.srd_planobasico.CodMunicipio	2927408
licenca.srd_planobasico.IdtCanalizacao	3219
licenca.srd_planobasico.IndEducativo	0
licenca.srd_planobasico.IdtHabilitacao	335848
licenca.srd_planobasico.MedLatitude	13S001400
licenca.srd_planobasico.MedLongitude	38W304100
licenca.srd_planobasico.MedLatitudeDecimal	-13.0038888888888333
licenca.srd_planobasico.MedLongitudeDecimal	-38.5113888888888333
licenca.srd_planobasico.IndCoordPrefixada	0
licenca.srd_planobasico.IndFase	1
licenca.srd_planobasico.DescHistorico	SSR41/83;SSC03/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 40.574/2003
licenca.srd_planobasico.IndAtivo	1
licenca.srd_planobasico.DataInclusao	2003-12-12 21:27:13.870



Mosaico

licenca.srd_planobasico.DataAlteracao	2003-11-17 00:00:00.000
licenca.srd_planobasico.CodUsuarioAlteracao	AN032037
licenca.srd_planobasico.tpDesignacao	0
licenca.srd_planobasico.IndCarater	P
licenca.srd_planobasico.NomeMunicipio	Salvador
licenca.srd_planobasico.MedErpMax	50
licenca.frequency	91.3
licenca.stnClass	A1
licenca.tower_base_quota	51
tower_base_quota	51
observacao_mc	SSR41/83;SSC03/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 40.574/2003

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO 91 FM LTDA	
Nome Fantasia: RADIO 91	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 13.065.495/0001-89	Número do Fistel: 06022886651
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/11/1993	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SSR41/83;SSC03/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 40.574/2003	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salvador	UF: BA
Latitude: -13.00389	Longitude: -38.51139

Parâmetros Técnicos			
Canal: 217	Frequência: 91.3 MHz	Classe: A1	ERP: 50kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 322640628	Número Indicativo: ZYC315

Data Último Licenciamento: 12/06/2015

Número da Licença: 000006/2015-BA

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -13.004	Longitude: -38.511	Cota da base: 51 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 008330700518	Modelo: FM25000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 25.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 175.00 m	Atenuação dB100m: .34 dB	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMCAP-02-91,3-30-AI	Fabricante: IF TELECOM ANTENAS LTDA				
Ganho: .41 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 350 °	Polarização: Circular	HCI: 160 m	ERP Máximo: 22.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	10°: 1.12	20°: 0.89	30°: 0.63	40°: 0.37	50°: 0.19	60°: 0.09	70°: 0.01	80°: 0.04	90°: 0.18	100°: 0.34	110°: 0.57
120°: 0.82	130°: 1.02	140°: 1.19	150°: 1.31	160°: 1.4	170°: 1.4	180°: 1.31	190°: 1.12	200°: 0.89	210°: 0.63	220°: 0.37	230°: 0.19
240°: 0.09	250°: 0.01	260°: 0.04	270°: 0.18	280°: 0.34	290°: 0.57	300°: 0.82	310°: 1.02	320°: 1.19	330°: 1.31	340°: 1.4	350°: 1.4

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 013589xxx0518	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 10.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação dB100m: dB	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 22.06 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	199	Portaria	MC	27/10/1983	03/11/1983	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	140188	Despacho	MC	14/01/1988		Multa	Jurídico
9999	40788	Despacho	MC	04/07/1988		Multa	Jurídico
9999	200988	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico
9999	2009	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico

9999	333333	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico
9999	270988	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	2709	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	111111	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	222222	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	130189	Despacho	MC	13/01/1989		Multa	Jurídico
9999	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
9999	60989	Despacho	MC	06/09/1989		Multa	Jurídico
9999	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
9999	50390	Despacho	MC	05/03/1990		Advertência	Jurídico
9999	50990	Despacho	MC	05/09/1990		Advertência	Jurídico
9999	130990	Despacho	MC	13/09/1990		Advertência	Jurídico
9999	241090	Despacho	MC	24/10/1990		Advertência	Jurídico
9999	111290	Despacho	MC	11/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	131290	Despacho	MC	13/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	10491	Despacho	MC	01/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	270592	Despacho	MC	27/05/1992		Advertência	Jurídico
9999	61092	Despacho	MC	06/10/1992		Advertência	Jurídico
9999	39	Portaria	MC	27/07/1994	03/08/1994	Multa	Jurídico
9999	619	Portaria	MC	23/08/1994	12/09/1994	Transferência Indireta	Jurídico
9999	144	Portaria	MC	03/04/1995	20/04/1995	Multa	Jurídico
9999	443	Portaria	MC	02/08/1995	16/08/1995	Multa	Jurídico
9999	266	Portaria	MC	07/05/1997	24/06/1997	Renovação	Jurídico
9999	1090	Portaria	MC	03/09/1997	10/09/1997	Multa	Jurídico
9999	1465	Portaria	MC	14/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	310720	Despacho	MC	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	289	Decreto Legislativo	CN	23/08/2001	24/08/2001	Renovação	Jurídico
9999	516	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	374	Portaria	MC	11/10/2002	22/10/2002	Multa	Jurídico
9999	2	Portaria	MC	15/02/2005	11/03/2005	Multa	Jurídico
9999	70	Portaria	MC	28/03/2005	31/03/2005	Multa	Jurídico
9999	24	Portaria	MC	19/01/2007	24/01/2007	Alteração de Transmissor	Técnico
9999	742	Portaria	MC	10/09/2007	27/09/2007	Alteração de Transmissor	Técnico

9999	88	Despacho	MC	31/03/2010		Advertência	Jurídico
9999	5707	Ato	ER08	19/09/2013	24/09/2013	Alteração	Técnico
9999	1163	Ato	ER08	10/02/2014	12/02/2014	Alteração de Transmissor	Técnico
9999	2068	Ato	ER08	26/03/2015	01/04/2015	Alteração	Técnico

Horário de funcionamento



DESCRIÇÃO DO SISTEMA

Nome/Razão Social: RADIO 91 FM LTDA		CNPJ: 13.065.495/0001-89
Nome Fantasia: RADIO 91		Fistel: 06022886651
Serviço: RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA - FM		UF: BA
Localidade: SALVADOR		Classe PB: A1
Canal PB: 217 (duzentos e dezessete)	Canal OP: 217	Classe OP: A1
Num. Estação: 322640628		Indicativo: ZYC315
		Telefone (Sede):

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

1 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS Número: 123 Bairro: FEDERACAO Localidade: SALVADOR UF: BA Latitude: 13° 00' 14" 00" S Longitude: 38° 30' 41" 00" W Cota da Base da Torre: 51 metros																																																																																		
2 - EQUIPAMENTOS DA ESTAÇÃO 2.1 - TRANSMISSOR PRINCIPAL Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda. Modelo: FM25000S Código de homologação: 008330700518 Potência Operação: 25 kW 2.3 - ANTENA PRINCIPAL Fabricante: IF TELECOM ANTENAS LTDA Modelo: IFFMCAP-02-91,3-30-AI GMAX: 0,41 dBd Polarização: Circular HCI: 160 metros Inclinação de Feixe (Beam-Tilt): 0° Preenchimento de Nulos (Null-Fill): *** Orientação do Zero do diagrama: 350° em relação ao norte verdadeiro Descrição da Antena: Antena FM Circular Alta Potência 2.5 - LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS Modelo: HCA318-50J Comprimento: 175 m Impedância: 50 Ohms Atenuação: 0,34 dB/100m	2.2 - TRANSMISSOR AUXILIAR Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda. Modelo: FM 10000 Código de homologação: 013589xxx0051 Potência Operação: 10 kW 2.4 - ANTENA AUXILIAR Fabricante: *** Modelo: *** GMAX: *** Polarização: *** HCI: *** Inclinação de Feixe (Beam-Tilt): *** Preenchimento de Nulos (Null-Fill): *** Orientação do Zero do diagrama: ***** Descrição da Antena: *** 2.6 - LINHA DE TRANSMISSÃO AUXILIAR Fabricante: *** Modelo: *** Comprimento: *** Impedância: *** Atenuação: ***																																																																																	
3 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA VM <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; font-size: 0.8em;"> <tr> <td style="width: 10%;">AZIMUTE (graus)</td> <td>0</td><td>15</td><td>30</td><td>45</td><td>60</td><td>75</td><td>90</td><td>105</td><td>120</td><td>135</td><td>150</td><td>165</td><td>180</td><td>195</td><td>210</td><td>225</td><td>240</td><td>255</td><td>270</td><td>285</td><td>300</td><td>315</td><td>330</td><td>345</td><td>****</td><td>****</td> </tr> <tr> <td>HSNMT (metros)</td> <td>207</td><td>177</td><td>145</td><td>154</td><td>180</td><td>199</td><td>205</td><td>209</td><td>211</td><td>211</td><td>211</td><td>211</td><td>211</td><td>211</td><td>211</td><td>211</td><td>211</td><td>211</td><td>210</td><td>206</td><td>203</td><td>211</td><td>211</td><td>211</td><td>****</td><td>201,58</td> </tr> <tr> <td>ERP(kW)</td> <td>16,318</td><td>17,476</td><td>19,082</td><td>20,759</td><td>21,624</td><td>22,063</td><td>21,189</td><td>19,912</td><td>18,27</td><td>17,086</td><td>16,318</td><td>15,941</td><td>16,318</td><td>17,476</td><td>19,082</td><td>20,759</td><td>21,624</td><td>22,063</td><td>21,189</td><td>19,912</td><td>18,27</td><td>17,086</td><td>16,318</td><td>15,941</td><td>****</td><td>18,8365</td> </tr> </table>		AZIMUTE (graus)	0	15	30	45	60	75	90	105	120	135	150	165	180	195	210	225	240	255	270	285	300	315	330	345	****	****	HSNMT (metros)	207	177	145	154	180	199	205	209	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	210	206	203	211	211	211	****	201,58	ERP(kW)	16,318	17,476	19,082	20,759	21,624	22,063	21,189	19,912	18,27	17,086	16,318	15,941	16,318	17,476	19,082	20,759	21,624	22,063	21,189	19,912	18,27	17,086	16,318	15,941	****	18,8365
AZIMUTE (graus)	0	15	30	45	60	75	90	105	120	135	150	165	180	195	210	225	240	255	270	285	300	315	330	345	****	****																																																								
HSNMT (metros)	207	177	145	154	180	199	205	209	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	210	206	203	211	211	211	****	201,58																																																								
ERP(kW)	16,318	17,476	19,082	20,759	21,624	22,063	21,189	19,912	18,27	17,086	16,318	15,941	16,318	17,476	19,082	20,759	21,624	22,063	21,189	19,912	18,27	17,086	16,318	15,941	****	18,8365																																																								
4 - OBSERVAÇÕES: ***																																																																																		
Legenda - GMAX: Ganho do sistema irradiante na direção de máxima irradiação. - HCI: Altura do centro de irradiação da antena em relação a cota da base da torre.																																																																																		

5 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS	
5.1 - ESTÚDIO PRINCIPAL Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS Número: 123 Bairro: FEDERACAO Localidade/UF: Salvador/BA	5.2 - ESTÚDIO AUXILIAR Logradouro: *** Número: *** Bairro: *** Localidade/UF: ***

6 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO			
Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim
Domingo	Sábado	00:00	24:00

Consulta para uso exclusivo da ANATEL.	Local de Emissão: / Data da Emissão: 19/12/2017 10:24:30
----------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

Tela Inicial



República Federativa do Brasil
Agência Nacional de Telecomunicações

Certificado de Homologação

(Intransferível)

Nº **00833-07-00518**

Validade: **Indeterminada**

Emissão: **18/05/2017**

Fabricante:

MTA ELETRONICA INDUSTRIAL LTDA.

SANTA CRESCÊNCIA Nº266 268

FERREIRA

05524020 SÃO PAULO SP

BRASIL

Este documento homologa, nos termos da regulamentação de telecomunicações vigente, o Certificado de Conformidade nº NCC 3794/07, emitido pelo **Associação NCC Certificações do Brasil**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação de telecomunicações.

Tipo - Categoria:

Transmissor de Radiodifusão Sonora em FM - II

Modelo - Nome Comercial (s):

FM25000S

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
88,0 a 108,0	25.000,0	180KF3EGN
88,0 a 108,0	25.000,0	256KF8EHF

Potência máxima de saída redutível até 1.000 W:

Este certificado substitui o de mesmo número emitido em 09/07/2007

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos da regulamentação de telecomunicações, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente de Certificação e Numeração

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - FM**

Processo nº 53000.044858/2013-75

Canal: 217
Frequência: 91,3 MHz

CNPJ: 13.065.495/0001-89

Localidade: SALVADOR UF: BA

Entidade: RÁDIO 91 FM LTDA

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com "S" se os documentos entregues atendem aos requisitos, com "N" se não atendem ou não foram entregues, com "NA" se não for aplicável e com "NV" se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	
1) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo "Situação" do SRD).	S	
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	N	
3) LAUDO DE VISTORIA (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	N	
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	N	
3.3) Transmissores de FM existentes na emissora: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação.	N	N
3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).	N	
3.5) Antena: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).	N	N
3.6) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	N	N
3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	N	
3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	N	
3.9) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora),		

declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	N	
3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	N	
3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).		
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 9.4 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	S	S
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	S	S
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	S	S
4.4) Função do transmissor (principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora).	S	S
4.5) Medições:		
4.5.1) Frequência: a) Nominal; b) Medida em ambiente normal (± 2000 Hz); c) Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente (± 2000 Hz).	S	S
4.5.2) ¹ Resposta de áudiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz, para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente (<i>curvas das figuras 1A, 1B e 1C do Anexo II</i>).	S	S
4.5.3) ¹ Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ($\leq 2,5\%$).	S	S
4.5.4) ¹ Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz (≥ 54 dB).	S	S
4.5.5) ¹ Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude (≥ 50 dB).	S	S
4.5.6) Atenuação de harmônicos e espúrios (120 a 240 kHz ≥ 25 dB / 240 a 600 kHz ≥ 35 dB / >600 kHz $\geq [73+P(dBk)]$ dB / Max 80 dB).	S	S
4.5.7) Potência de saída (indicação do método empregado para sua determinação) ($\pm 10\%$, excepcionalmente, $\pm 15\%$ p/ rede elétrica instável).	S	S
4.6) Informações específicas para estereofonia:		
4.6.1) Gerador de estéreo: a) Fabricante; b) Modelo.	S	S
4.6.2) Medições:		
4.6.2.1) Frequência de subportadora piloto: a) Medida; b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente (± 2 Hz).	S	S
4.6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto ($8\% \leq Limite \leq 10\%$).	S	S
4.6.2.3) ¹ Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz (Canal Esq/Dir e Dir/Esq) ($\geq 29,7$ dB).	S	S
4.6.2.4) ¹ Diafonia, para áudiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos (≥ 40 dB).	S	S
4.7) Informações específicas para canais secundários:		
4.7.1) Gerador de sinal secundário: a) Fabricante; b) Modelo.	NA	NA
4.7.2) Medições:		
4.7.2.1) Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos (Mono 20 à 99 kHz / Estéreo 53 à 99 kHz).	NA	NA
4.7.2.2) Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários. (Mono $\leq 30\%$ / Estéreo $\leq 20\%$).	NA	NA

4.8) Observações visuais no transmissor:		
4.8.1) Placa de identificação (transcrição dos dizeres constantes da placa).	S	S
4.8.2) Medidores do estágio final de RF (Existência e indicação da escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) De potência de saída (incidente e refletida).		S
4.8.3) Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) Modulação; b) Frequência.	S	S
4.8.4) Existência de dispositivos de segurança do pessoal: a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra; c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas; d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	S	S
4.8.5) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	S	S
4.9) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.10) Parecer Conclusivo: "Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.11) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaiando o transmissor de frequência modulada, fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S	S
4.12) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	S
4.13) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	S

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES:
(1) Opcional conforme Portaria nº 05, de 07/01/1991, DOU de 09/01/1991.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilio Augusto Petrucci, Engenheiro**, em 19/12/2017, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2508946** e o código CRC **0DDE1835**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais

NOTA TÉCNICA Nº 29208/2017/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.044858/2013-75.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO 91 FM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 217 (duzentos e dezessete), classe A1, na localidade de SALVADOR-BA, referente aos períodos 03.11.2003 a 03.11.2013 e 03.11.2013 a 03.11.2023. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, doc. 1405076, às fls. 1 a 18.

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;

x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);

aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:
e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;

34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência
<p>- A entidade não apresentou o Laudo de Vistoria Técnica da Estação nos termos da última autorização do poder concedente e nem laudo de vistoria realizado pela ANATEL.</p> <p>Obs.: o formulário do Laudo de Vistoria Técnica para renovação de outorga encontra-se disponível no site do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: (http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga).</p>	<p>- Laudo de Vistoria Técnica da Estação para efeito de Renovação de Outorga, padronizado, devidamente preenchido, assinado pelo profissional habilitado e pelo representante legal, nos termos do item 9.3 (subitens 9.3.1 a 9.3.10) da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98, em conformidade com a última autorização do poder concedente.</p>
<p>- - O requerimento não foi firmado por representante legal, nem por procurador com procuração, doc. 1405073.</p>	<p>- Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com a procuração.</p>

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 e 4, com a solicitação de juntada da documentação faltante, e pelo sobrestamento dos autos.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilio Augusto Petrucci, Engenheiro**, em 19/12/2017, às 16:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado**, em 20/12/2017, às 09:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas, Substituto**, em 29/12/2017, às 10:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2509062** e o código CRC **E8E74488**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 2509062



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1.º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 54637/2017/SEI-MCTIC

Ao/À Senhora

Representante Legal da **Radio 91 FM Ltda** (CNPJ nº 13.065.495/0001-89)

Rua Professor Aristides nº. 123 - Anexo I - 1º Andar - Federação

40.210-630 Salvador/BA

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga - Processo n.º 53000.044858/2013-75.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me à solicitação em epígrafe, efetuada por essa entidade, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de SALVADOR-BA, com utilização do canal 217 (duzentos e dezessete), para encaminhar a cópia da Nota Técnica n.º 29208/2017/SEI-MCTIC, com a indicação das pendências existentes em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento deste Ofício, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas. Cabe lembrar que na resposta **deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste Ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas, Substituto**, em 29/12/2017, às 10:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2509144** e o código CRC **88AA89CA**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 54637/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.044858/2013-75 - Nº SEI: 2509144

Data de Envio:

29/12/2017 14:00:18

De:

MCTIC/Órgão Regional de Minas Gerais <regmg@mctic.gov.br>

Para:

manuela.monteiro@redebahia.com.br
mauricio.fonseca@redebahia.com.br
cleriston.franca@redebahia.com.br
erica.pinheiro@redebahia.com.br
marianna.cataldi@redebahia.com.br

Assunto:

Envio de correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a) Senhor(a),

Ref: Processo nº 53000.044858/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Gerencia Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Obs.: Esta conta de e-mail não pode receber mensagens. Favor responder por meio do CADSEI.

Anexos:

Nota_Tecnica_2509062.html
Ofício_2509144.html

Ilustríssima Senhora

Lidiane Colouna de Oliveira

M.D. Coordenadora-Geral de Pós-outorgas do Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

Ref.: **Ofício nº 54.637/2017/SEI-MCTIC**
Processo nº 53000.044858/2013-75
Renovação de Outorga

RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.065.495/0001-89, sita à Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, executante de radiodifusão, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, através de seu sócio-administrador ao final assinado, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 54.637/2017/SEI-MCTIC, vem requerer a juntada do Laudo de Vistoria Técnica (**Doc. 01**) e o requerimento devidamente assinado (**Doc. 02**), ambos em relação à renovação de outorga da Entidade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Salvador (BA), 16 de janeiro de 2018.

RÁDIO 91 FM LTDA.
13.065.495/0001-89

Doc. 01


Laudo de Vistoria Técnica		
Renovação de Outorga		
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		
1- Identificação		
1.1- Nome/Razão Social: RÁDIO 91 FM LTDA		
1.2- Indicativo de chamada: ZYC315	1-2- Horário de funcionamento: 24 h	
2- Localização da estação transmissora		
2.1- Endereço: RUA ARISTIDES NOVIS, 123		
Cidade: SALVADOR	UF: BA	
CEP: 40210-630	Telefone: 71-32031270	
2.2- Coordenadas Geográficas		
Latitude: 13° 00' 14" 00" S		
Longitude: 38° 30' 41" 00" W		
2.3 - Transmissor Principal		
2.3.1- Fabricante: MTA ELETRONICA INDUSTRIAL LTDA		
2.3.2 - Modelo: FM25000S		
2.3.3- Homologação/Certificação: 008330700518		
2.3.4- Potência de operação (kW):	Potência medida (kW):	25 kW 24,984 kW
2.3.5- Frequência (PBFM) [MHz]	Frequência medida (MHz):	91,3 MHz 90,300512 MHz
2.3.6- Tolerância de frequência da portadora - (+2000 Hz):	512 Hz	
2.3.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:	(X) Sim () Não	
2.3.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante	
2.3.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante	
2.3.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:	(X) Operante () Com defeito () Inoperante	
2.3.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:	(X) Sim () Não	
2.3.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da Frequência de operação:	(X) Sim () Não	
2.3.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:	(X) Sim () Não	
2.3.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:	(X) Sim () Não	
2.3.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts	(X) Sim () Não	
2.3.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:	(X) Sim () Não	
2.3.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:	(X) Sim () Não	
2.3.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:	(X) Sim () Não	

FVT-RO- FM

2.4- Transmissor Auxiliar		
2.4.1- Fabricante: MTA ELETRONICA INDUSTRIAL LTDA		
2.4.2 - Modelo: FM 10.000		
2.4.3- Homologação/Certificação: 013589xxx0518		
2.4.4- Potência de operação (kW):	Potência medida (kW):	10 kW 9,805 kW
2.4.5- Frequência (PBFM)[MHz]:	Frequência medida(MHz):	91,3 MHz 91,300062 MHz
2.4.6- Tolerância de frequência da portadora - (± 2000 Hz):		62 Hz
2.4.7- Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência:		(X) Sim () Não
2.4.8- Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:		(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.9- Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF:		(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.10- Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida:		(X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.4.11- Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiência do sistema de resfriamento forçado, quando existir:		(X) Sim () Não
2.4.12- Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteração da frequência de operação:		(X) Sim () Não
2.4.13- Existência de dispositivos que permitam inibição de quaisquer controles externos que possam permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada:		(X) Sim () Não
2.4.14- Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada:		(X) Sim () Não
2.4.15- Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores que 350 Volts		(X) Sim () Não
2.4.16- Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra:		(X) Sim () Não
2.4.17- Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts:		(X) Sim () Não
2.4.18- Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga:		(X) Sim () Não
2.5- Sistema Irradiante Principal		
2.5.1- Antena		
2.5.1.1- Fabricante: IF TELECOM ANTENAS LTDA		
2.5.1.2- Modelo: IFFMCAP-02-91,3-30-AI		
2.5.1.3- Quantidade de Elementos:	2 elementos	
2.5.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	160 metros	
2.5.1.5- Azimute de Orientação (NV):	350 NV	
2.5.2- Linha de Transmissão Principal		
2.5.2.1- Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
2.5.2.2- Modelo: HCA318-50J		
2.5.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	(X) Sim () Não	
2.6- Sistema Irradiante Auxiliar		
2.6.1- Antena		
2.6.1.1- Fabricante: -----		

2.6.1.2- Modelo: -----	
2.6.1.3- Quantidade de Elementos:	-----
2.6.1.4- Altura (centro geométrico/base da torre – solo) [metros]:	-----
2.6.1.5- Azimute de Orientação (NV):	
2.6.2- Linha de Transmissão Auxiliar	
2.6.2.1- Fabricante: -----	
2.6.2.2- Modelo: -----	
2.6.2.3- Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra):	-----
3- Outros equipamentos de uso compulsório:	
3.1- Carga artificial (obrigatório para emissoras das classes E1, E2, E3 e A1)	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não
3.2- Limitador de modulação:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante
3.3- Monitor de modulação	(<input checked="" type="checkbox"/>) Operante (<input type="checkbox"/>) Com defeito (<input type="checkbox"/>) Inoperante
3.4- Analisador de espectro (obrigatório para emissoras de Classe Especial)	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de Radiofrequência	
4.1- Transmissor Principal	Atenuação medida (dB):
2º Harmônico	- 88,3
3º Harmônico	- 89,7
Espúrios	
120 kHz acima da portadora	- 58,5
240 kHz acima da portadora	- 66,2
120 kHz abaixo da portadora	- 59,8
240 kHz abaixo da portadora	- 70,1
600 kHz abaixo da portadora	- 85,1
600 kHz acima da portadora	- 83,8
4.2- Transmissor Auxiliar	Atenuação medida (dB):
2º Harmônico	- 102,8
3º Harmônico	- 102,1
Espúrios	
120 KHz acima da portadora	- 62,7
240 KHz acima da portadora	- 71,5
120 KHz abaixo da portadora	- 61,4
240 KHz abaixo da portadora	- 71,0
600 kHz abaixo da portadora	- 84,7
600 kHz acima da portadora	- 84,1
4.3- Existência de interferência prejudicial:	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não
5- Outras Constatações: -----	
5.1- Disponibilidade de relatório de conformidade referente	

a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos:	(X) Sim	() Não
6. Estudos		
6.1- Estúdio Principal		
6.1.1- Endereço: RUA ARISTIDES NOVIS, 123, FEDERAÇÃO, CEP: 40.210-630, SALVADOR-BA		
6.2- Estúdio Auxiliar		
6.2.1- Endereço: -----		
7. Informações Adicionais		

8- Instrumentos Utilizados na Vistoria		
Analisador de Espectro – Rohde & Schwarz modelo: ETH 8GHz		
Frequencímetro: Tektronix TM 515 - Módulo DC 510		
Carga Shively Laboratories DPTC – 50K – FM		
9- Responsável pela vistoria técnica:		
Nome: CLERISTON BELITARDO MARQUES FRANCA		
Formação: ENGENHARIA ELÉTRICA		
Registro Nacional: CREA- nº 050412314-9		
Local: SALVADOR/BA		
Data: 03/01/2018		
Assinatura: 		
Representante legal da Entidade		
Nome: MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO		
CPF: 295.633.645-20		
Assinatura: 		

DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio realizado por mim, pessoalmente, nos transmissores aos quais se refere. O presente Laudo consta de 04 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica B de que faço uso.

Salvador, 03 de janeiro de 2018.



CLERISTON BELITARDO MARQUES FRANCA

Registro Nacional: CREA- nº 050412314-9

Rua Aristides Novis, nº 123 - Federação - Salvador - BA
CEP: 40.210-630 Tel (71) 3203-1210
<http://www.redebahia.com.br>

DECLARAÇÃO DO INTERESSADO

Na qualidade de representante legal da **RÁDIO 91 FM LTDA**, declaro que o Sr. CLERISTON BELITARDO MARQUES FRANCA esteve nesta cidade no endereço abaixo nos períodos de 02 a 03 de janeiro de 2018, vistoriando as instalações de nossa emissora de FM.

	Principal	Reserva
Fabricante	MTA Eletrônica Industrial Ltda	MTA Eletrônica Industrial Ltda
Modelo	FM 25000S	FM 10000
Número de Serial	766	100495290
Potência Nominal	25.000 W	10.000 W

Local do Ensaio: Salvador – Bahia – Rua Aristides Novis, nº 123,
Federação – BA, CEP 40.210-630

Salvador, 03 de janeiro de 2018.



MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO

CPF: 295.633.645-20
Representante Legal

Rua Aristides Novis, nº 123 – Federação – Salvador – BA
CEP: 40.210-630 Tel (71) 3203-1210
<http://www.redebahia.com.br>



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20180000225

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL

1. Responsável Técnico		
CLERISTON BELITARDO MARQUES FRANCA		
Título profissional:	ENGENHEIRO ELETRICISTA ELETRÔNICA	RNP: 050412314-9
2. Contratante		
Contratante:	RÁDIO 91 FM LTDA	CPF/CNPJ: 13.065.495/0001-89
RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS		Nº: 123
Complemento:	Bairro: FEDERAÇÃO	
Cidade: SALVADOR	UF: BA	CEP: 40210630
País: Brasil		
Telefone:	Email:	
Contrato: Não especificado	Celebrado em:	
Valor: R\$ 1,00	Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO	
Ação Institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE		
3. Dados da Obra/Serviço		
Proprietário:	RÁDIO 91 FM LTDA	CPF/CNPJ: 13.065.495/0001-89
RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS		Nº: 123
Complemento:	Bairro: FEDERAÇÃO	
Cidade: SALVADOR	UF: BA	CEP: 40210630
Telefone:	Email:	
Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0		
Data de Início: 29/12/2017	Previsão de término: 03/01/2018	
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO		
4. Atividade Técnica		
5 - Coordenação	Quantidade	Unidade
65 - Laudo > CREA-BA-1025 -> ELÉTRICA - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS -> COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO -> #239 - RADIODIFUSAO	2,00	d
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART		
5. Observações		
LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO PARA EFEITOS DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DA RÁDIO 91 FM LTDA, EM SALVADOR/BA, OPERANDO NA FREQUÊNCIA 91,3MHZ.		
6. Declarações		
7. Entidade de Classe		
SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA		
8. Assinaturas		
Declaro serem verdadeiras as informações acima		CLERISTON BELITARDO MARQUES FRANCA - CPF: 960.137.295-49
SALVADOR/BA	04 de Janeiro	de 2018
Local	data	
		RÁDIO 91 FM LTDA - CNPJ: 13.065.495/0001-89
9. Informações		
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.		
10. Valor		
Valor da ART: R\$ 82,94	Pago em: 02/01/2018	Nosso Número: 48082580

Doc. 02

Ilustríssimo Senhor

Rafael Ferreira Larcher

M.D. Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão do
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref.: **Processo nº 53000.044858/2013-75**

Renovação de Outorga

RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.065.495/0001-89, sita à Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, executante de radiodifusão, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, através de seu sócio-administrador ao final assinado, tendo em vista o Decreto nº 9.138/2017, vem requerer a juntada dos seguintes documentos que anteriormente não eram exigidos para a renovação de outorgas concedidas por este D. Ministério.

1. **Doc. 01:** declarações, firmadas pelo representante legal da interessada, de que: (a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal; (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (f) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);
2. **Doc. 02:** balanço patrimonial relacionado ao exercício social do ano anterior;
3. **Doc. 03:** balancete do último mês;
4. **Doc. 04:** certidão negativa de concordata, falência, recuperação judicial e extrajudicial; e
5. **Doc. 05:** certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado da Bahia.



Assim, não havendo mais documentos a serem apresentados no dito processo administrativo nº 53000.044858/2013-75, pugna a ora Manifestante que seja deferido o pedido formulado anteriormente pela Rádio 91 FM Ltda. para renovar a outorga anteriormente já concedida por este MM. Ministério.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Salvador (BA), 06 de novembro de 2017.



RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ/MF nº 13.065.495/0001-89



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35226507300	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 14/05/2012	INÍCIO DAS ATIVIDADES 09/05/2012	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL PAN BT PARTICIPACOES LTDA.						TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J. 15.575.486/0001-63	ENDEREÇO RUA MARIO LUCHESI			NÚMERO 45	COMPLEMENTO SALA 03		
BAIRRO JARDIM SAO PAULO	MUNICÍPIO SAO CARLOS		UF SP	CEP 13570-380	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 1.100.000,00	

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

SÓCIO					
NOME CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA.					
ENDEREÇO RUA REGINA NOGUEIRA			NÚMERO 120	COMPLEMENTO SALA 18	
BAIRRO JARDIM SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS			UF SP	CEP 13045-290
NIRE 35226425311	CARGO SÓCIO				QUANTIDADE COTAS 550.000,00

SÓCIO					
NOME SFO PARTICIPACOES LTDA.					
ENDEREÇO AVENIDA SELMA PARADA			NÚMERO 201	COMPLEMENTO CONJ. 01, SAL	
BAIRRO VILA MADALENA	MUNICÍPIO CAMPINAS			UF SP	CEP 13091-904
NIRE 35226425460	CARGO SÓCIO				QUANTIDADE COTAS 550.000,00

REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR					
NOME PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO					
ENDEREÇO RUA REGINA NOGUEIRA			NÚMERO 120	COMPLEMENTO	
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP
				RG	

JARDIM SAO GABRIEL	CAMPINAS	SP	13045-290	132784373
CPF 059.238.728-38	CARGO REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS

REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR				
NOME STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA				
ENDEREÇO RUA REGINA NOGUEIRA		NÚMERO 120	COMPLEMENTO	
BAIRRO JARDIM SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13045-290	RG 11583958
CPF 212.996.408-77	CARGO REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 13/07/2017	NÚMERO 324.302/17-4	
<p>ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 28/04/2017. DELIBERACOES: APOS DISCUSSAO DAS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS QUOTISTAS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM RESERVAS OU QUAISQUER RESTRICOES, COM ABSTENCAO DOS LEGALMENTE IMPEDIDOS, DELIBERARAM O QUANTO SEGUE: (I) APROVAR, POR UNANIMIDADE E SEM RESSALVAS, AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2016; (II) APROVAR AS CONTAS DA ADMINISTRACAO, SEM QUAISQUER RESSALVAS; (III) RATIFICAR OS DIVIDENDOS INTERMEDIARIOS DE R\$ 434.246,75 (QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), ORIUNDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES, DISTRIBUIDOS PELA SOCIEDADE A SEUS SOCIOS DURANTE O EXERCICIO DE 2016, NA PROPORCAO DA PARTICIPACAO DESTES NO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE; E (IV) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DE R\$ 553.696,46 (QUINHENTOS E CINQUENTA E TRES MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) PARA RESERVA DE RETENCAO DE LUCROS DA SOCIEDADE.</p>		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226507300 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 08/11/2017



Certidão Simplificada emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por FLÁVIA REGINA BRITTO GONÇALVES, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 93328279, quinta-feira, 9 de novembro de 2017 às 11:12:20.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.065.495/0001-89 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 16/06/1982	
NOME EMPRESARIAL RADIO 91 FM LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R PROFESSOR ARISTIDES NOVIS		NÚMERO 123	COMPLEMENTO ANEXO: I; : 1 ANDAR;
CEP 40.210-630	BAIRRO/DISTRITO FEDERACAO	MUNICÍPIO SALVADOR	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO MARIANNA.CATALDI@REDEBAHIA.COM.BR		TELEFONE (71) 3203-1146 / (71) 3203-1401	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



BOM DIA

Reginalva Candida Faria

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 13.065.495/0001-89

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [reginalva.mc - Reginalva Candida Faria](#) Data: **09/11/2017** Hora: **08:41:38**



BOM DIA

Reginalva Candida Faria



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 565.834.005-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Sócio	8242243	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: **reginalva.mc - Reginalva Candida Faria**Data: **09/11/2017**Hora: **08:41:53**



BOM DIA

Reginalva Candida Faria

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 295.633.645-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Itabuna
		TELEVISAO BAHIA S.A.	13.425.269/0001-61	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [reginalva.mc - Reginalva Candida Faria](#) Data: [09/11/2017](#) Hora: [08:42:08](#)



BOM DIA
Reginalva Candida Faria

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ
CNPJ: 15.575.486/0001-63

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [reginalva.mc](#) - Reginalva Candida Faria Data: 09/11/2017 Hora: 08:42:26



BOM DIA

Reginalva Candida Faria

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 059.238.728-38

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A	59.152.629/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SP	São Carlos
		TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA	16.315.327/0001-92	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Juazeiro
		TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA	16.395.923/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	BA	Barreiras
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO SUL DE MINAS S/A	25.166.281/0001-88	Diretor (CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	MG	Varginha

Usuário: reginalva.mc - Reginalva Candida Faria Data: 09/11/2017 Hora: 08:42:56



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO 91 FM LTDA**
CNPJ: **13.065.495/0001-89**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:43:42 do dia 09/11/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/12/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

[Menu Principal](#)**BOM DIA**
Reginalva Candida Faria**Sistemas**
InterativosSRD »» Relatórios »» **Outorga** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: BA

Município: Salvador

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CAMARA DOS DEPUTADOS	Salvador	01/04/2010	01/04/2020
DIAMANTINA RADIO E TELEVISAO LTDA	Salvador	03/11/2003	03/11/2013
EMPRESA DE RADIODIFUSAO A TARDE LTDA	Salvador	03/08/1981	03/08/1991
EMPRESA METROPOLITANA DE RADIODIFUSAO LTDA	Salvador	06/02/1985	06/02/1995
FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA	Salvador	28/05/2001	28/05/2011
INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB	Salvador	11/07/1977	11/07/1987
RADIO 91 FM LTDA	Salvador	03/11/1993	03/11/2003
RADIO ARATU LTDA	Salvador		
RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA	Salvador	02/08/2007	02/08/2017
RADIO FM BAHIA SOL LTDA	Salvador	30/10/2006	30/10/2016
RADIO FM IEMANJA LTDA	Salvador	21/07/1996	21/07/2006
RADIO PIATA DE SALVADOR LTDA	Salvador	06/02/2005	06/02/2015
RADIO TRANSAMERICA DA BAHIA LTDA	Salvador	01/05/1994	01/05/2004
REDE CENTRAL DE COMUNICACAO LTDA	Salvador	24/08/1981	24/08/1991
SISTEMA NORDESTE DE COMUNICACAO LTDA	Salvador	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: **reginalva.mc - Reginalva Candida Faria**Data: **09/11/2017**Hora: **08:44:27**Registro **1** até **15** de **15** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)

		< - Selecione -	<		<	03/08/1994	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	12/09/1994	Transferência Indireta <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	20/04/1995	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	16/08/1995	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	24/06/1997	Renovação <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	10/09/1997	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	16/10/1997	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<		Advertência <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	24/08/2001	Renovação <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	10/10/2001	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	22/10/2002	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	11/03/2005	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	31/03/2005	Multa <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	24/01/2007	Alteração de Transmissor <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	27/09/2007	Alteração de Transmissor <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<		Advertência <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	24/09/2013	Emissão de Ato de Alteração Técnica <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	12/02/2014	Alteração de Transmissor <	Jur. <
		< - Selecione -	<		<	01/04/2015	Emissão de Ato de Alteração Técnica <	Jur. <

[+ Característica da Estação Instalada](#)[+ Dados do Licenciamento](#)[Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Informe a data do documento.](#)


[Menu Principal](#)

 SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 13.065.495/0001-89

RADIO 91 FM LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**Data: **31/01/2018**Hora: **16:32:24**

[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 287.712.248-40

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** 31/01/2018**Hora:** 16:32:53

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 079.498.888-14

·
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**Data:** 31/01/2018**Hora:** 16:33:18

[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 213.767.958-25

·
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** 31/01/2018**Hora:** 16:33:54



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35226425311	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 07/05/2012	INÍCIO DAS ATIVIDADES 25/04/2012	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA.						TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J. 15.513.836/0001-67	ENDEREÇO RUA REGINA NOGUEIRA			NÚMERO 120	COMPLEMENTO SALA 18		
BAIRRO JARDIM SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13045-290	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 437.500,00	

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

SÓCIO E ADMINISTRADOR				
NOME CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA				
ENDEREÇO ALAMEDA DAS PALMEIRAS		NÚMERO 600	COMPLEMENTO COND. ALTO DA	
BAIRRO GRAMADO	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13101-676
CPF 213.767.958-25	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS 428.750,00

ADMINISTRADOR				
NOME PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO				
ENDEREÇO RUA REGINA NOGUEIRA		NÚMERO 120	COMPLEMENTO	
BAIRRO JARDIM SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13045-290
CPF 059.238.728-38	CARGO ADMINISTRADOR			RG 13278437
				QUANTIDADE COTAS

SÓCIO E ADMINISTRADOR				
NOME STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA				
ENDEREÇO ALAMEDA DAS PALMEIRAS		NÚMERO 600	COMPLEMENTO COND. ALTO DA	
BAIRRO	MUNICÍPIO		UF	CEP

GRAMADO	CAMPINAS	SP	13101-676
CPF 212.996.408-77	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR	QUANTIDADE COTAS 8.750,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 27/06/2017	NÚMERO 294.894/17-2	<p>ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 28/04/2017. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2016 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) APRECIACAO E APROVACAO DA PROPOSTA DE DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, BEM COMO A RATIFICACAO DOS DIVIDENDOS INTERMEDIARIOS DISTRIBUIDOS DURANTE O EXERCICIO SOCIAL DE 2016.</p>

<p>FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226425311</p> <p>DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 30/01/2018</p>



Certidão Simplificada emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por FLÁVIA REGINA BRITTO GONÇALVES, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 96250101, quarta-feira, 31 de janeiro de 2018 às 16:28:00.



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35226425460	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 09/05/2012	INÍCIO DAS ATIVIDADES 30/04/2012	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL SFO PARTICIPACOES LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA			
C.N.P.J. 15.513.828/0001-10	ENDEREÇO AVENIDA SELMA PARADA			NÚMERO 201	COMPLEMENTO CONJ. 01, SAL		
BAIRRO VILA MADALENA	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13091-904	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 100.000,00	

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA							
ENDEREÇO AVENIDA SELMA PARADA				NÚMERO 201	COMPLEMENTO		
BAIRRO VILA MADALENA	MUNICÍPIO CAMPINAS			UF SP	CEP 13091-904	RG 244219114	
CPF 287.712.248-40	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR					QUANTIDADE COTAS 99.800,00	

SÓCIO							
NOME EDSON FIRMINO DE PAULA							
ENDEREÇO AVENIDA SELMA PARADA				NÚMERO 201	COMPLEMENTO		
BAIRRO VILA MADALENA	MUNICÍPIO CAMPINAS			UF SP	CEP 13091-904	RG 11442321	
CPF 079.498.888-14	CARGO SÓCIO					QUANTIDADE COTAS 100,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO							
ENDEREÇO RUA REGINA NOGUEIRA				NÚMERO 120	COMPLEMENTO		
BAIRRO	MUNICÍPIO			UF	CEP	RG	

JARDIM SAO GABRIEL	CAMPINAS	SP	13045-290	132784373
CPF 059.238.728-38	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR	QUANTIDADE COTAS 100,00		

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 24/07/2017	NÚMERO 335.403/17-7	
ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 28/04/2017. DELIBERACOES: APOS DISCUSSAO DAS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS QUOTISTAS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM RESERVAS OU QUAISQUER RESTRICOES, COM ABSTENCAO DOS LEGALMENTE IMPEDIDOS, DELIBERARAM O QUANTO SEGUE: (I) APROVAR, POR UNANIMIDADE E SEM RESSALVAS, AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2016; (II) APROVAR AS CONTAS DA ADMINISTRACAO, SEM QUAISQUER RESSALVAS; E (III) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DE R\$ 311.531,36 (TREZENTOS E ONZE MIL, QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS) PARA RESERVA DE RETENCAO DE LUCROS DA SOCIEDADE		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226425460 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 30/01/2018



Certidão Simplificada emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por FLÁVIA REGINA BRITTO GONÇALVES, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 96250153, quarta-feira, 31 de janeiro de 2018 às 16:28:26.

Ilustríssima Senhora

Doutora Vanessa Rodrigues Macedo

M.D. Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Referência: Ofício n.º 16.997/2014/SEI-MC

Processo n.º 53900.017941/2014

A **Rádio 91 FM Ltda.**, executante do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Salvador, Estado da Bahia, com sede na mesma cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o número 13.065.495/0001-89 ("Sociedade"), vem, perante V.S.ª, em resposta ao Ofício n.º 16.997/2014/SEI-MC, encaminhar os documentos solicitados na Nota Técnica n.º 14.994/2014/SEI-MC, quais sejam:

- 1) Relativos à Entidade: (i) certidão da Junta Comercial do Estado da Bahia contendo o histórico de todos os atos arquivados; e, (ii) cópia autenticada de todas as alterações contratuais solicitadas;
- 2) Relativos às sócias Pan BT Participações Ltda., CAP Sorria Participações Ltda. e SFO Participações Ltda.: (i) comprovante de inscrição no CNPJ; (ii) ato constitutivo e todas as alterações contratuais realizadas; e, (iii) cópia autenticada dos documentos de identidade de Carla Coutinho Nogueira, Stella Coutinho Nogueira, Adriana Coutinho Nogueira, Edson Firmino de Paula, e Paulo Augusto Alves Brasileiro;
- 3) Relativo ao Sócio/Diretor Maurício Fonseca Filho, declaração de que não é sócio e/ou dirigente de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão no município onde está instalada a estação da Rádio 91 FM Ltda., nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, bem como que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou

DOCUMENTO ENTREGUE PLO CORFEIO

Em 23/12/14 às 09:00 horas

Assinatura: *[assinatura]*

assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial.

- 4) Relativo ao sócio Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, segue em anexo a prova do cumprimento das suas obrigações eleitorais. No que se refere à declaração, a mesma já foi juntada aos autos deste processo por meio da petição protocolada em 23/10/2014 sob o n.º 53900.024469/2014-61.
- 5) Relativo ao Diretor Paulo Alves Brasileiro, declaração de que não é sócio e/ou dirigente de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão no município onde está instalada a estação da Rádio 91 FM Ltda., nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Face ao exposto, a Requerente solicita a JUNTADA dos documentos acima elencados ao processo em epígrafe.

Salvador, 22 de dezembro de 2014.



MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO



Governo do Estado da Bahia
Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
Junta Comercial do Estado da Bahia

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 001

Certificamos que o ato constitutivo da empresa indicada a seguir encontra-se arquivado nesta Junta Comercial:

nome empresarial: RADIO 91 FM LTDA

NIRE: 29 2 0044851 4

CNPJ: 13.065.495/0001-89

endereço: AV JOANA ANGELICA

complemento:

número: 251

bairro: NAZARE

CEP: 40050-000

município: SALVADOR

UF: BA

situação: REGISTRO ATIVO

Arquivamentos Posteriores:

ato	número	data	descrição
B02	29200448514	14/06/1982	REGISTRO/CONSTITUICAO
B05	114947	02/10/1984	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
310	027002	18/07/1985	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
B05	130739	10/04/1986	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	940612585	27/10/1994	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	940713101	18/11/1994	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	950340278	29/05/1995	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	96265688	28/08/2000	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
022	96605292	29/03/2005	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
051	96605292	29/03/2005	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
021	97344795	18/12/2013	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	97350910	20/01/2014	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO

SALVADOR - BA, 25 de novembro de 2014

HELIO PORTELA RAMOS
SECRETARIO-GERAL



14/198500-3

RÁDIO 91 FM LTDA.

NIRE 29.200.448.514

CNPJ Nº 13.065.495/0001-89

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, portador de Cédula de Identidade RG nº 1.648.096-19 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 075.103.655-20, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Rua da Graça, nº 292, apt.º 2201, Graça, CEP 40.150-055; PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, composta exclusivamente por brasileiros natos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.575.486/0001-63, com sede na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, CEP 13570-380, neste ato representada por seu procurador **Felipe Daniel de Moraes Fernandes**, brasileiro, natural de Campinas/SP, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, advogado, portador do documento de identidade RG nº 44.014.763-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.082.638-10, com escritório na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep:13.045-290; **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, bacharel em direito, portador de Cédula de Identidade RG nº 05.823.109-97 SSP/BA, inscrito no CPF/MF nº 565.834.005-53, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Clementino Fraga, nº 198, apto. 2201, Ondina, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.170-050; e, **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA nº 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Aristides Novis, nº 123, Federação, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.210-630, únicos sócios da **RÁDIO 91 FM LTDA.**, pessoa jurídica com sede na Av. Joana Angélica, nº 251, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº 29.200.448.514, na data de 14 de Junho de 1982, ("Sociedade"), resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

- 1) Os sócios, por unanimidade, aprovam a transferência da sede da Sociedade para a Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Anexo I, 1.º andar, Federação, Salvador/BA, Cep: 40.210-630.

- 2) Face ao disposto no item acima, os sócios resolvem alterar a Cláusula Segunda do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

"Cláusula Segunda – A Sociedade tem sede e foro na Cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na Rua Professor Aristides Novis, n.º 123, Anexo I, 1.º andar, Federação, Salvador/BA, Cep: 40.210-630."

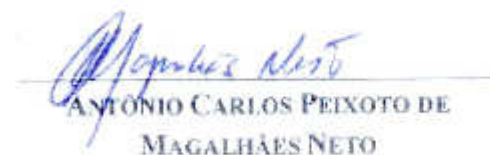
- 3) Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas do Contrato Social.

E, por estarem justos e contratados, todos assinam o presente Instrumento de Alteração Contratual em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Salvador, 09 de JANEIRO de 2014

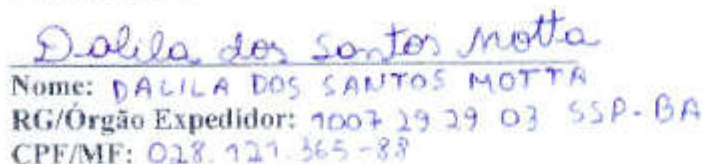

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.

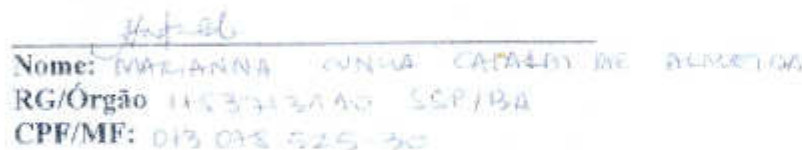

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA


ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE
MAGALHÃES NETO


MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA
FILHO

Testemunhas:


Nome: DALILA DOS SANTOS MOTTA
RG/Órgão Expedidor: 1007 29 29 03 SSP-BA
CPF/MF: 028.121.365-88


Nome: MARILANNA CUNHA CARVALHO DE ALMEIDA
RG/Órgão 11533130 AG SSP/BA
CPF/MF: 013 093 525 30

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 20/12/2014 SOB Nº: 97435732
Protocolo: 14/070907-0, DE 15/12/2014
Empresa: 29 2 0044851 4
RÁDIO 91 FM LTDA

HÉLIO PORTELA RAMOS
SECRETÁRIO-GERAL

RÁDIO 91 FM LTDA.

NIRE 29.200.448.514

CNPJ Nº 13.065.495/0001-89

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WALDEMAR MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, portador de Cédula de Identidade RG nº 445.967 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 021.780.795-04, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Rua Monte do Conselho, nº 623, apt.º 101, Rio Vermelho, CEP 41.940-370; e, **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, portador de Cédula de Identidade RG nº 1.648.096-19 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 075.103.655-20, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Rua da Graça, nº 292, apt.º 2201, Graça, CEP 40.150-055, únicos sócios da **RÁDIO 91 FM LTDA.**, pessoa jurídica com sede na Av. Joana Angélica, nº 251, Nazaré, Salvador/BA, CEP 40.050-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº 29.200.448.514, na data de 14 de Junho de 1982, ("Sociedade"), resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato Social, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

1) Com a anuência dos demais sócios são admitidos na Sociedade: (i) **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, composta exclusivamente por brasileiros natos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.575.486/0001-63, com sede na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, CEP 13570-380, neste ato representada por seu procurador **Fellipe Daniel de Moraes Fernandes**, brasileiro, natural de Campinas/SP, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, advogado, portador do documento de identidade RG nº 44.014.763-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.082.638-10, com escritório na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Cep 13.045-290; (ii) **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, bacharel em direito, portador de Cédula de Identidade RG nº 05.823.109-97 SSP/BA, inscrito no



[Handwritten signatures and initials]

CPF/MF nº 565.834.005-53, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Clementino Fraga, nº 198, apto. 2201, Ondina, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.170-050; e, (iii) **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA nº 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.210-630.

2) Com a anuência dos demais sócios, o sócio **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, cede e transfere 2.900 (duas mil e novecentas) quotas, para os sócios **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO** e **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, ora admitidos na Sociedade, distribuídas da seguinte forma:

- a) 967 (novecentas e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 967,00 (novecentos e sessenta e sete reais), a **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**;
- b) 967 (novecentas e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 967,00 (novecentos e sessenta e sete reais), a **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**; e,
- c) 966 (novecentas e sessenta e seis) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 966,00 (novecentos e sessenta e seis reais), a **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**.

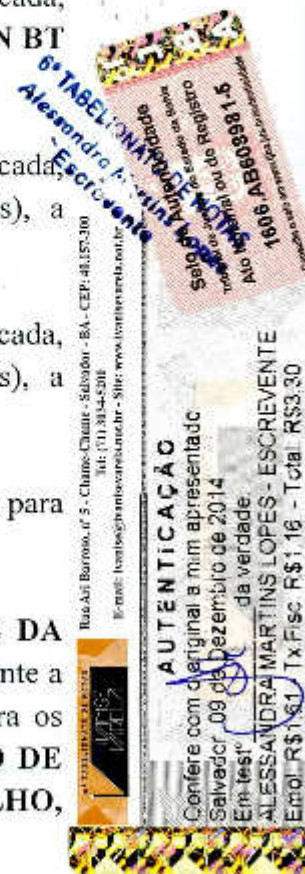
O sócio **WALDEMAR MARQUES DA SILVA** abdica do direito de preferência para aquisição das quotas cedidas aos novos sócios, bem como os admite na Sociedade.

3) Com a anuência dos demais sócios, o sócio **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**, retira-se da Sociedade, dando plena e total quitação dos seus haveres perante a mesma, mediante a cessão e transferência das suas 2.000 (duas mil) quotas, para os sócios **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO** e **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**, ora admitidos na Sociedade, distribuídas da seguinte forma:

- a) 667 (seiscentas e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 667,00 (seiscentos e sessenta e sete reais), a **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**;



Handwritten signatures and initials, including a large 'B' and a signature that appears to be 'Washington Bell Marques da Silva'.





AUTENTICAÇÃO

Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 09 de Dezembro de 2014
Em test. da verdade
ALESSANDRA MARTINS LOPES - ESCRIVENTE
Emo: R\$1,61 - Tx Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30



- b) 666 (seiscentas e sessenta e seis) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 666,00 (seiscentos e sessenta e seis reais), a **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**; e,
- c) 667 (seiscentas e sessenta e sete) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 667,00 (seiscentos e sessenta e sete reais), a **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO**.

O sócio **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** abdica do direito de preferência para aquisição das quotas cedidas aos novos sócios, bem como os admite na Sociedade.

- 4) Em consequência do disposto nos itens acima, os sócios resolvem alterar a Cláusula Sexta do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

“**Cláusula Sexta** – O Capital Social da Sociedade é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

- (a) O sócio **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** possui 5.100 (cinco mil e cem) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais);
- (b) A sócia **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.** possui 1.634 (um mil, seiscentas e trinta e quatro) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.634,00 (um mil, seiscentos e trinta e quatro reais);
- (c) O sócio **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO** possui 1.633 (um mil, seiscentas e trinta e três) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.633,00 (um mil, seiscentos e trinta e três reais); e,
- (d) O sócio **MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO** possui 1.633 (um mil, seiscentas e trinta e três) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalizando o valor de R\$ 1.633,00 (um mil, seiscentos e trinta e três reais).”



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 3.



5) Tendo em vista a saída do Sr. Waldemar Marques da Silva da Sociedade, que atuava como administrador, os sócios resolvem alterar a Cláusula Décima Quinta da Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Décima Quinta – A Sociedade será administrada pelo sócio Maurício Rollemberg da Fonseca Filho, acima qualificado, e, pelo administrador não sócio Paulo Augusto Alves Brasileiro, brasileiro, natural de Altinópolis/SP, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.278.437-3 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 059.238.728-38, domiciliado na Rua Regina Nogueira, n.º 120, Jardim São Gabriel, Campinas, SP, CEP 13045-290, sob a denominação de Administradores, aos quais competem, isoladamente, o uso da denominação social e representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, bem como todos os poderes de administração legal, inclusive para nomear procuradores, competindo-lhes ainda, a assinatura de todos os papéis, títulos, documentos relativos às gestões sociais e comerciais da empresa, assim como praticar todos os atos necessários ao pleno funcionamento da Sociedade, dispensando-lhe a prestação de caução.

Parágrafo 1.º – Fica expressamente proibido o uso da denominação social para a prática de atos de favor, assim entendidos a concessão de avais, fianças, abonos, endossos, ou constituição, em favor de terceiros, de garantia fiduciária, caucionária, hipotecária ou pignoratícia, ficando os Administrador, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelo ato praticado.

Parágrafo 2.º – A título de pró-labore, os Administradores poderão retirar mensalmente uma importância a ser fixada de comum acordo entre os sócios, a qual deverá ser levada a débito da conta de despesas gerais, dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor.”

6) Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, e nem foram condenados ou estão sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number 4.

7) Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas do Contrato Social.

E, por estarem justos e contratados, todos assinam o presente Instrumento de Alteração Contratual em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Salvador, 30 de outubro de 2013.



WALDEMAR MARQUES DA SILVA


WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

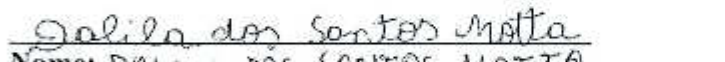

PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA. -



ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE
MAGALHÃES NETO


MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA
FILHO


PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

Testemunhas:


Nome: DALILA DOS SANTOS MOTTA
RG/Órgão Expedidor: 1007.29.29.03 SSP/BA
CPF/MF: 028.121.365-88


Nome: MANUELA F. MONTEIRO REGIS
RG/Órgão 0512403-60 SSP/BA
CPF/MF: 713527705-00





**SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**



WALDEMAR MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, empresário, portador da carteira de identidade No 445.967, expedida pela SSP/BA, e do CPF 021.780.795-04, residente e domiciliado à Rua Monte do Conselho, 623, Apto 101 - Rio Vermelho, CEP 41.940-370, na cidade de Salvador, Estado da Bahia;

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, empresário, portador da carteira de identidade No 1.648.096-19, expedida pela SSP/BA, e do CPF 075.103.655-20, residente e domiciliado à Rua da Graça, 292 Apto 2201 Edf. Mansão Bernardo Martins Catharino, Graça, CEP 40.080-410, na cidade de Salvador, Estado da Bahia;

únicos sócios da sociedade empresária limitada, sob o nome empresarial de **RÁDIO ITAPARICA FM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o No 13.065.495/0001-89, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia em 14/06/1982, sob o No JUCEB 29.200.448.514, estabelecida em Salvador, Estado da Bahia, à Av. Joana Angélica, No 251, Nazaré, CEP 40050-000, resolvem alterar e consolidar o referido Contrato Social, ajustando-o às modificações ora produzidas e ao novo Código Civil Brasileiro, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Resolvem os sócios alterar a denominação social para **RADIO 91 FM LTDA**.

CLAUSULA SEGUNDA.

Neste ato o tipo jurídico passa a ser Sociedade Empresária Limitada.

CLAUSULA TERCEIRA:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na conformidade com o que dispõe o Art 1.052 do Código Civil Brasileiro – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**CONTINUAÇÃO DA SETIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**

CLAUSULA QUARTA.

A administração da sociedade será do sócio **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**, com poderes de representar ativa e passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todo e qualquer ato, sempre no interesse da sociedade, sendo autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas, ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios.

CLAUSULA QUINTA.

O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, e nem condenado ou encontrar-se sob os efeitos da condenação que o proíba de exercer administração de sociedade empresária

Após as devidas alterações os sócios resolvem consolidar o contrato social:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
RADIO 91 FM LTDA.**

WALDEMAR MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, empresário, portador da carteira de identidade No 445.967, expedida pela SSP/BA, e do CPF 021.780.795-04, residente e domiciliado a Rua Monte do Conselho, 623, Apto 101 - Rio Vermelho, CEP 41.940-370, na cidade de Salvador, Estado da Bahia;

WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, músico, empresário, portador da carteira de identidade No 1.648.096-19, expedida pela SSP/BA, e do CPF 075.103.655-20, residente e domiciliado à Rua da Graça, 292 Apto 2201 Edf. Mansão Bernardo Martins Catharino, Graça, CEP 40.080-410, na cidade de Salvador, Estado da Bahia;

únicos sócios da sociedade empresária limitada, sob a denominação social de **RÁDIO 91 FM LTDA**, inscrita no CNPJ sob o No 13.065.495/0001-89, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da Bahia em 14/06/1982, sob o No JUCEB 29.200.448.514, estabelecida em Salvador, Estado da Bahia, à Av. Joana Angélica, No 251, Nazaré, CEP 40050-000, resolvem consolidar o referido Contrato Social, ajustando-o às modificações ora produzidas e ao novo Código Civil Brasileiro, como segue:



[Handwritten signatures and initials]

CONTINUAÇÃO DA SETIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA RADIO 91 FM LTDA.

CLAUSULA I – A sociedade gira sob o nome empresarial de **RADIO 91 FM LTDA**, e tem como principal objetivo a instalação e exploração de radiodifusão sonora, ou de sons e imagens, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons ou sinais de imagem e sem de radiodifusão, com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração comercial do empreendimento, nesta ou em outras localidades, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria

CLAUSULA II – A sociedade tem sua sede e local de estúdio na Avenida Joana Angelica, No 251, Nazaré, na cidade do Salvador, Estado da Bahia, CEP 40050-000, podendo abrir sucursais, filiais e agências em todo País, sempre que assim lhe convier e permitirem os Poderes Públicos

CLAUSULA III – O foro da sociedade é o da Comarca de Salvador, Capital do Estado da Bahia, que fica eleito com exclusão de qualquer outro, para dirimir as questões resultantes deste contrato

CLAUSULA IV – O prazo de duração sociedade é por tempo indeterminado, observando-se quando de sua dissolução os preceitos da lei específica.

CLAUSULA V – Não se dissolve a sociedade, nem entrará em liquidação em caso de morte, interdição, desistência, retirada ou inabilitação de qualquer dos sócios, devendo o sócio remanescente proceder a um balanço geral extraordinário na sociedade no prazo de 30 (trinta) dias da data do evento, cujos haveres apurados serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado, ou ao(s) herdeiro(s) ou sucessor(es) do sócio falecido, conforme mais adiante indicado

CLAUSULA VI - O capital social é de R\$10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas de valor nominal de R\$1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	VL UNIT QUOTA	QUANT QUOTAS	VL TOTAL EM REAIS	PERCENTUAL
WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA	1,00	8.000	8.000,00	80,00%
WALDEMAR MARQUES DA SILVA	1,00	2.000	2.000,00	20,00%

CLAUSULA VII - O capital está integralizado em moeda corrente do País.

CLAUSULA VIII - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na conformidade com o que dispõe o Art 1.052 do Código Civil Brasileiro – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002

CLAUSULA IX – As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário

CLAUSULA X – As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo

MEI
Conte com o original a mim apresentado.
Salvador, 01 de julho de 2013
Em test.
da verdade
GABRIEL SILVA MARQUES LIMA - ESCRIVENT
Emp. R\$2,00 - Fisc. R\$1,10 - Total: R\$3,10

AUTENTICAÇÃO
Rita Ari Barros, nº 5 - Chama - Xerox - Salvador - BA - CEP: 40.155-500
Tel: (71) 3034-5200
E-mail: barrosritavictor@bol.com.br

6º TABELIONATO DE NOTAS
GABRIEL SILVA MARQUES LIMA
Escritor

Nº FH 718535

**CONTINUAÇÃO DA SÉTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**

qualquer alteração contratual, assim como toda transferência de cotas, de prévia autorização do Poder Concedente

CLAUSULA XI - A sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros

CLAUSULA XII - A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros natos, ou como dispuser a Constituição Federal.

CLAUSULA XIII - O quadro de funcionários da sociedade é formado preferentemente de brasileiros, ou no mínimo será constituído de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais

CLAUSULA XIV - Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas somente serão admitidos brasileiros

CLAUSULA XV - A administração da sociedade será do sócio **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**, com poderes de representar ativa e passivamente a sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todo e qualquer ato, sempre no interesse da sociedade, sendo autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios

CLAUSULA XVI - Fica investido no cargo de administrador o cotista **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**, eximido de prestar caução.

CLAUSULA XVII - O administrador poderá em nome da sociedade nomear procuradores para representa-la em todos os atos de interesse da sociedade devendo, neste caso, obter a aprovação da maioria do capital social, e solicitar para a designação, prévia autorização do Ministério das Comunicações, quando será apresentada a prova de nacionalidade do procurador e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado

CLAUSULA XVIII - É expressamente proibido ao administrador e ao outro sócio, utilizarem-se da denominação social em negócios, ou documentos, de qualquer natureza alheios aos fins sociais, assim como avalizar ou afiançar, em nome da sociedade, obrigações de terceiros

CLAUSULA XIX - Para que tenham valor, serão sempre assinados pelo administrador, quaisquer contratos ou documentos que impliquem responsabilidade social, de qualquer natureza, excetuando-se aqueles relativos à venda ou oneração de bens imóveis que deverão ser assinados necessariamente por todos os sócios

CLAUSULA XX - A título de pro labore, o administrador poderá retirar mensalmente uma quantia cujo valor será fixado de comum acordo com os sócios, a qual será levado a débito da conta despesas gerais, dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor

CLAUSULA XXI – As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja autorização dos Poderes Públicos. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado da divisão do ativo líquido apurado no balanço de que trata a Cláusula V, pelo número de cotas.

CLAUSULA XXII – O valor das cotas e lucros, bem como quaisquer outros créditos do sócio retirante, interdito ou inabilitado, e que não tenham vencimentos pré-fixados, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais iguais e sucessivas, acrescidas dos juros de 12% (doze por cento) ao ano. Em qualquer caso, não se computarão para efeito de tais haveres as importâncias destinadas ao fundo de depreciação ou amortização.

CLAUSULA XXIII – Os sócios poderão ceder parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito a sociedade discriminando preço, forma e prazo de pagamento para que seja através dos sócios exercido o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo sem que haja a manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

CLAUSULA XXIV – No caso de morte de um dos sócios, as cotas de propriedade do "de cujus" desde que assim a aproveiem os Poderes Públicos, serão transferidas aos herdeiros, ou sucessores ou a quem estes indicarem, ou serão adquiridas pelos sócios superstites.

CLAUSULA XXV – Dependem do consentimento de todos os sócios quaisquer modificações feitas no contrato social envolvendo mudança de sócio, denominação social, finalidade, sede da sociedade, capital social, aumentando-o ou reduzindo-o; poderes da administração, participação societária nos lucros e nas perdas ou da responsabilidade pelas obrigações sociais.

Parágrafo Primeiro – A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade ou cessação do estado de liquidação dependem do consentimento dos detentores de pelo menos três quartos do capital social.

Parágrafo Segundo – A designação dos administradores, quando feita em ato separado, a destituição dos administradores, o modo de remuneração dos administradores, o pedido de concordata, poderão ser decididos pelos detentores de mais da metade do capital social.

CLAUSULA XXVI – Para as decisões de que trata a cláusula anterior far-se-á a convocação dos sócios, quer mediante carta com aviso de recebimento, quer por anúncio publicado por 03 (três) vezes no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação, contendo, além do local, data e hora da sessão, a indicação da matéria que está sendo submetida à deliberação dos sócios, acompanhada, se necessário, de prévia exposição de motivos, justificando-a.

CLAUSULA XXVII – A cada cota correspondente um voto nas decisões coletivas.



CLAUSULA XXVIII – O instrumento de alteração do contrato social será assinado, necessariamente por sócios que representem a maioria do capital social e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância para efeito de registro no órgão competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLAUSULA XXIX – O sócio que não concordar com qualquer alteração feita neste contrato mediante deliberação dos sócios que representem mais da metade do capital social, manifestada nos termos das cláusulas anteriores, poderá optar entre continuar na sociedade modificada, ou dela retirar-se, sem que se dissolva a sociedade, recebendo seu capital e lucros de conformidade com as cláusulas V e XXII.

CLAUSULA XXX – É reconhecido à sociedade o direito de adquirir aos sócios cotas liberadas

CLAUSULA XXXI – É reconhecido aos sócios que representam 2/3 (dois terços) do capital o direito de promover mediante alteração do contrato social, a exclusão do sócio culpado de grave violação dos deveres associativos

CLAUSULA XXXII – Considera-se grave violação dos deveres associativos para os efeitos da cláusula anterior,

1º) Violar alguma das estipulações do contrato social, como as da Cláusula X;

2º) Faltar 03 (três) vezes seguidas, sem justificativa por escrito, às sessões após a convocação de que trata a Cláusula XXVI para os fins mencionados na Cláusula XXV,

3º) Tornar-se incapaz, interdito ou inabilitado,

4º) Decair da confiança dos outros sócios por insolvibilidade, fuga, ausência para lugar não sabido, perpetração de crime, má conduta, descrédito, inimizade com os demais sócios, provocação de discórdia entre eles, desinteligência continuada e outros fatores análogos.

5º) Fazer concorrência destéal à sociedade,

6º) Agir ou omitir-se, de tal modo que possa colocar a sociedade em situação de ilegalidade ou irregularidade, ou que possa importar em infração à legislação de radiodifusão, ou um não atendimento às exigências formuladas pelos Poderes Públicos

CLAUSULA XXXIII – Os haveres do sócio excluído serão apurados em balanço de que trata a Cláusula V e serão-lhe pagos, em moeda nacional mediante depósito no Banco do Brasil, ou como for conveniente

CLAUSULA XXXIV – O ano social terá início à 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício e a ele correspondente serão elaborados com base na escrituração mercantil o balanço e as demais demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação patrimonial da empresa e as mutações ocorridas no exercício



Parágrafo Primeiro – Conforme faculta § 1º do artigo 1.072 do Código Civil Brasileiro, não serão realizadas assembleias dos sócios, no entanto, ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, deverá-se realizar uma reunião dos sócios, com o objetivo de

- a) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico.
- b) Designar administradores, quando for o caso.
- c) Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Segundo – Até trinta dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, deverão ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

Parágrafo Terceiro – O lucro líquido anual apurado deduzidas as provisões permitidas pela legislação vigente, será rateado entre os sócios ou contabilizados em reservas livres, se assim melhor convencionarem. Por igual os prejuízos verificados serão assumidos pelos sócios na proporção de suas quotas, ou se for o caso, mantidos em conta específica para futura compensação com lucros ou reservas na forma que preceitua a legislação de regência. Os lucros poderão ser distribuídos trimestralmente, desde quando se levantar balanço de apuração para tal finalidade.

CLAUSULA XXXV – O sócio poderá manifestar-se sobre o balanço dentro de 30 (trinta) dias de seu encerramento e o silêncio equivalerá à sua aprovação.

CLAUSULA XXXVI – A distribuição dos lucros será sempre suspensa quando verificar-se a necessidade de atender às despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento da estação.

CLAUSULA XXXVII – A sociedade por todos os seus sócios cotistas se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações vigentes, ou que venham a vigorar, referentes à radiodifusão.

CLAUSULA XXXVIII – Qualquer litígio entre os cotistas será resolvido por arbitramento de acordo com as disposições do Artigo 853 do Novo Código Civil Brasileiro, cabendo a cada parte nomear um árbitro.

CLAUSULA XXXIX – Os sócios tomarão conhecimento dos assuntos sociais pelo exame direto dos livros, arquivos e documentos, se e quando lhes pareça conveniente e independentemente da autorização do administrador e outros cotistas.

CLAUSULA XL – A sociedade iniciou suas atividades quando do arquivamento do seu contrato social na Junta Comercial do Estado da Bahia, em 14 de junho de 1982.

CLAUSULA XLI – Os casos não previstos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades



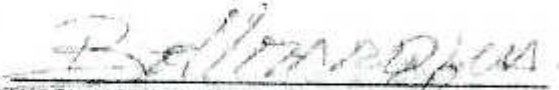
**CONTINUAÇÃO DA SETIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.**


limitadas, pelos quais a sociedade se rege, o segundo a legislação que disciplina a execução do serviço de radiodifusão.

CLAUSULA XLII – O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

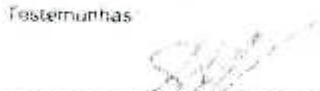
E por estarem assim justos e contratados e mutuamente outorgando esta alteração contratual e consolidação do contrato social em todas as cláusulas e condições, assinam-na em 03 (três) vias de igual teor e mesmos fins, com duas testemunhas abaixo nomeadas, para que produza os efeitos legais.


Salvador, 09 de janeiro de 2005


WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA


WALDEMAR MARQUES DA SILVA

Testemunhas


ROBERTO PEREIRA CAVALCANTE
CPF 263 469 235-87
RG 1 638 281 SSP/BA


ERICK SIDNEY LIBORIO DE OLIVEIRA
CPF 557 391 485-55
RG 1 111 653 SSP/BA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICÓ O REGISTRO EM: 29/03/2005
SOE Nº: 06605292
Protocolo: 05/044047-0
Empresa: 29 3 0044951-4

LAFAYETTE PONDE FILHO
SECRETÁRIO GERAL





JUCEB

ALTERAÇÃO CONTRATUAL



00/150750 8

ANTÔNIO LOMES DO NASCIMENTO, brasileiro, maior, casado, médico, portadora da cédula de identidade de n.º 524.545 SSP-BA, inscrito no CIC (MF) sob o n.º 003.080.805-72, residente e domiciliada a Rua da Graça, Graça, nesta capital, **TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES**, brasileira, casado, empresária, portadora da cédula de identidade n.º 871.128 SSP/Ba, inscrita no CIC (MF) sob o n.º 374.769.635-04, residente e domiciliado à Rua da Graça, Graça, nesta capital, únicos sócios componentes da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, denominada: "**RADIO ITAPARICA FM LTDA**", empresa situada Av. Joana Angélica 251 - Nazaré nesta capital inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 13.065.495/0001-89, registrada na JUCEB sob o n.º 29.200.448.514 em 14.06.82, resolvem em comum acordo alterar o seu contrato social mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ingressam na sociedade os sócios **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, brasileiro, maior, casado, empresário, portadora da cédula de identidade n.º 01.648.096 - 19 SSP-BA, inscrita no C.P.F. (MF) sob n.º 075.103.655-20, residente e domiciliada a Rua Tenente Pires Ferreira, 143, apto 401, Barra, nesta capital e **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da carteira de identidade n.º 00.445.967 - 90 - SSP-BA, inscrito no CPF sob n.º 021.780.795-04, residente e domiciliado a Rua Monte Conselho, 623, apto 101, Rio Vermelho, nesta capital.

CLAUSULA SEGUNDA

Retiram-se e desligam-se da sociedade os sócios **ANTÔNIO LOMES DO NASCIMENTO** e **TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES** que cedem por venda as suas quotas sociais aos sócios **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** e **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**.

Os sócios **ANTÔNIO LOMES DO NASCIMENTO** e **TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES**, pela cessão e transferência de suas quotas sociais, dão plena, geral e irrevogável quitação, nada podendo reclamarem nem reivindicarem, seja a que título for.

Os sócios **ANTÔNIO LOMES DO NASCIMENTO** e **TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES**, com suas retiradas, ficam livres e desembaraçados de quaisquer ônus, obrigações ou responsabilidade.



CLAUSULA TERCEIRA

Os sócios **ANTÔNIO LOMES DO NASCIMENTO** que ora se retira da sociedade declara ter recebido 9.600 (nove mil e seiscentas) quotas no valor nominal R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), sendo de **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** 8.000 (oito mil) quotas no valor nominal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e de **WALDEMAR MARQUES DA SILVA** 1.600 (HUM MIL E SEISCENTAS) quotas no valor nominal de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) e a sócia **TANIA DE FREITAS MOTA LOMES**, que ora se retira da sociedade, declara ter recebido, 400 (quatrocentas) quotas no valor nominal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), de **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**.

CLAUSULA QUARTA

O Capital Social continua a ser de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

	Nr. de Quotas	VL.R. em R\$
WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA	8.000	8.000,00
WALDEMAR MARQUES DA SILVA	2.000	2.000,00
TOTAL	10.000	10.000,00

CLAUSULA QUINTA

Os sócios ora admitidos **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA** e **WALDEMAR MARQUES DA SILVA**, nas condições de cessionários das partes cedentes **ANTÔNIO LOMES DO NASCIMENTO** e **TANIA DE FREITAS MOTA LOMES**, a partir de 05/03/1996, assumem proporcionalmente às participações, todos os direitos, deveres sociais, fiscais e judiciais, que lhe forem cedidos e transferidos pelos cedentes, como todos os direitos e obrigações, conforme disposto no contrato constitutivo da sociedade, ficando os sócios cedentes com a responsabilidade de todos os direitos, deveres e obrigações, de natureza social, fiscal ou judicial, conhecidas ou não desde a data do contrato constitutivo da sociedade até 05/03/1996.

CLAUSULA SEXTA

A administração da sociedade será exercida individualmente pelo sócio majoritário **WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA**, ficando-lhes proibido o uso indevido da mesma em avais, fiança e outras obrigações de mero favor pessoal, sempre que estranhos aos interesses sociais.

Os sócios recém admitidos, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem o comercio ou a administração de Sociedade Mercantil em virtude de condenação criminal.



CLÁUSULA SÉTIMA

Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos, não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em vigor.

E, pôr estarem em perfeito acordo, de tudo quanto neste instrumento foi lavrado, obrigam-se as partes a cumprirem o presente, assinando-o na presença das testemunhas abaixo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, com a 1ª destinada a MM Junta Comercial do estado da Bahia. //

Salvador, 02 de janeiro de 1997



ANTÔNIO LOPES DO NASCIMENTO



TÂNIA DE FREITAS MOTA LOPES


WASHINGTON BELL MARQUES DA SILVA

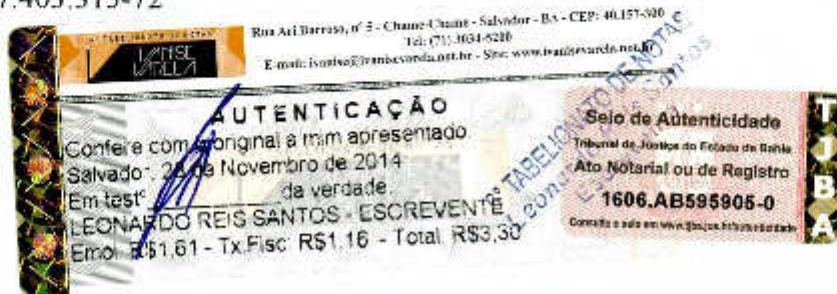

WALDEMAR MARQUES DA SILVA

TESTEMUNHAS:


Roberto Pereira Cavalcante
CI No 1.638.261 SSP-BA
CPF 263.469.235-87


Alexinaldo Monteiro da Silva
CI 3.120.254 - 32 SSP-BA
CPF 397.403.315-72

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA CERTIFICO O REGISTRO EM: 28/08/00
SOB O NÚMERO: 96265688	
Protocolo: 001507508	
 FIDEUS ROCCO SARNO SECRETÁRIO GERAL	



RÁDIO ITAPARICA FM LTDA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento de alteração contratual, ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO e TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES, únicos sócios da RÁDIO ITAPARICA FM LTDA., CGC/MF nº 13.065.495/0001-89, com sede na Av. Joana Angélica, 251, Nazaré - Salvador-Ba.,// constituição por força do Contrato Social, arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia, sob o NIRC 292.004.485.14 e posteriores alterações na Junta sob os números JUCEB 114.947 de 02/10/1984, JUCEB 130.739 de 10/04/1986, JUCEB 940.611.585 de 27/10/1994 e JUCEB 940.713.101 de 18/11/1994, de comum acordo e na melhor forma de direito, resolvem:

I - Adequar o Capital Social da Empresa, ao novo Sistema Monetário vigente no país, na forma da Medida Provisória/nº 542 de 30/06/1994, de Cr\$ - 500.000,00 (Quinhentos // mil cruzeiros reais), passa a ser de R\$ - 181,82 (Cento e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), dividido em quotas, que se modificam agora, para se atualizar alterando de Cr\$ - 1,00 (Hum cruzeiros real), para R\$ - 1,00 (Hum real).

- Altera o Capital Social subscrito e integralizado da // Empresa, de R\$ 181,82 (Cento e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), com a integralização pelos sócios de R\$ - 9.818,18 (Nove mil, oitocentos e dezoito reais e dezoito centavos), passando em consequência, a Cláusula Sexta do Contrato Social ter a seguinte redação:

"O Capital Social subscrito e integralizado da Empresa, será de R\$ - 10.000,00 (Dez mil, reais), correspondente/ a 10.000 (Dez mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (Hum real) cada, e obedece a seguinte forma de distribuição e incorporação:



29 MAR 1995

082EN950.340.278

Rua Am. Barroso, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 41.157-300
Tel: (71) 3004-5200
E-mail: luan@luanreissantos.com.br - Site: www.luanreissantos.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original a mim apresentado
Salvador - 28 de Novembro de 2014
Em test. da verdade.

LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol: R\$1,61 - Tx. Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial nº de Registro
1606 AB595907-7
Consulte o selo em: www.tjba.br/portal/autenticacao

a - O sócio ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO, que possuía 174 (Cento e setenta e quatro) quotas, no valor de R\$-174,00 (Cento e setenta e quatro reais), com a parcela de R\$ - 9.425,45 (Nove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos), mais a diferença de R\$ 0,55 (Cinquenta e cinco centavos), que ora se incorpora, passará a possuir 9.600 (Nove mil e seiscentas) quotas, no valor de R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais), equivalente a (96%) do Capital subscrito e integralizado.

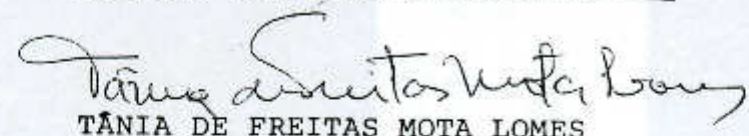
b - TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES, que possuía 7 (Sete) quotas, no valor de R\$ 7,00 (Sete reais), com a parcela de R\$-392,73 (Trezentos e noventa e dois reais e setenta e três centavos), mais a diferença na transformação da moeda de R\$ 0,27 (Vinte e sete centavos), que ora se incorpora, passará a possuir 400 (Quatrocentas) quotas, no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), equivalente a (4%) do Capital subscrito e integralizado.

- O novo endereço da Empresa fica na Av. Joana Angelica, // 251, Nazaré, CEP - 40.050-001 - Salvador-Ba.
- Todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas nos atos Constitutivos da Sociedade, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em pleno vigor.

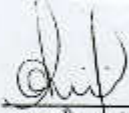
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente/ em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

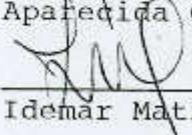
Salvador, 09 de maio de 1995


ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO


TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES

TESTEMUNHAS:


Aparecida Cardoso de Oliveira


Idemar Matias Correia

00000950.340.278

29 MAI 1995

Rua Ari Barroso, nº 5 - Centro-Christus - Salvador - BA - CEP 41170-000
Tel: (71) 3034-5200
E-mail: leandrosantos@vanderlandia.net.br - Site: www.leandrosantos.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 28 de novembro de 2014
Em test. da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Encl: R\$1,61 - Tx Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB698909-3
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticacao

RÁDIO ITAPARICA FM LTDA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL



Pelo presente instrumento de alteração Contra-
tual, MÁRIO DE MELLO KERTESZ, brasileiro, divorciado, ad-
ministrador, RG nº 408.530 SSP/BA., CPF nº 001.912.645 -
04, residente e domiciliado nesta Capital à Av. Princesa
Leopoldina, 247 - apto 1001, Graça e LUIZ ADOLFO BOAVEN-
TURA JONAS, brasileiro, casado, empresário, RG nº.....
300.126 SSP/BA., CPF nº 020.612.445 - 72, residente e do-
miciliado nesta Capital à Av. Sete de Setembro, 224 - a-
pto 503, Vitória, únicos sócios componentes da sociedade
por Quotas de Responsabilidade Ltda, e que tem por obje-
tivo, executar e explorar o serviço de Radiodifusão Sono-
ra e ou permissão de Sons e Imagens, mediante concessão
e ou permissão do Governo Federal na forma da Lei Vigen-
te e Legislação específica, sob a denominação social de
RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, estabelecida nesta Capital à Rua
Miguel Calmon, 459 - Edf. Almirante Barroso, sala 205, Es-
tado da Bahia, com Contrato Social devidamente arquivado
na Junta Comercial do Estado da Bahia em 14.06.82, sob o
nº JUCEB 29.200.448.514 e CGC/MF nº 13.065.495/0001-89, re-
solvem alterar o referido Contrato Social, como segue:

SECRETARIA DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES
R Alceu Amoroso Lima, 822
Píthia - Cep 01382-77
José Afonso de Lira
Delegado Substituto

[Handwritten signatures and initials]

J0028 940.713.101.51

13 NOV 1994





I - O Sócio MÁRIO DE MELLO KERTESZ, retira-se da sociedade cedendo e transferindo as suas quotas de Capital da mesma, para ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua da Graça, 338 - Edf. Vila Borghese - apto 301 - Graça - Salvador, Estado da Bahia, portador da Cédula de Identidade nº 524.545, expedida pelo Instituto Pedro Mello, SSP/BAHIA, CPF nº 003.080.805 - 72.

II - O Sócio LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS, retira-se da sociedade cedendo e transferindo as suas quotas de Capital da mesma, para TANIA DE FREITAS MOTA LOMES, brasileira, casada, comerciante residente e domiciliada à Rua da Graça, 338 - Edf. Vila Borghese - apto 301 - Graça - Salvador, Estado da Bahia, portadora da Cédula de Identidade nº 871.128, expedida pelo Instituto Pedro Mello, SSP/BAHIA, CPF nº 374.769.635-04.

III - Os Sócios que se retiram da sociedade, declaram terem recebidos neste ato, a quantia de CR\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros reais), referentes a 500.000 (Quinhentas mil) quotas de Capital de ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO e de TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES, assim também,

JUN 28 940.713.101 1 8 NOV 1994



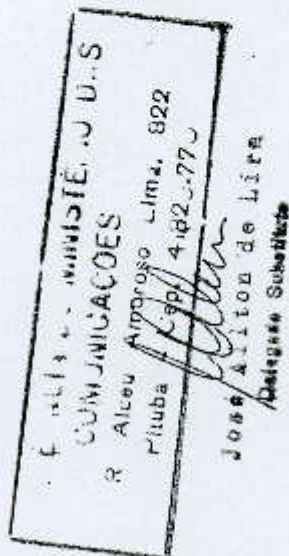
como declaram terem recebidos todos os seus di-
reitos e haveres perante a sociedade, nada mais
tendo a reclamarem, seja a que título for, nem
dos cessionários, nem da sociedade, dando-lhes
plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

IV - Os Sócios ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO e TÂNIA
DE FREITAS MOTA LOMES, nas condições de Cessio-
nários das partes cedentes, MÁRIO DE MELLO KER-
TESZ e LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS, a partir
deste Contrato, assumem todos os deveres e di-
reitos sociais que lhes forem cedidos e trans-
feridos pelos Cedentes, com todos os direitos
e obrigações, conforme disposto no Contrato
Constitutivo da Sociedade.

V - O Capital Social é de CR\$ 500.000,00 (Quinhen-
tos mil cruzeiros reais), divididos em 500.000
(quinhentas mil) quotas no valor nominal de
CR\$ 1,00 (Hum cruzeiro real), cada uma, assim
distribuídas entre os sócios:

. ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO é titular de....
480.000 quotas, no valor de CR\$ 480.000,00//
(Quatrocentos e oitenta mil cruzeiros reais).

. TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES é titular de...
20.000 quotas, no valor de CR\$ 20.000,00 (Vin-
te mil cruzeiros reais).





1899-AB-181269-7

19 NOV 1994

VI - Altera ainda, a redação da Cláusula Décima Quinta (XV), do Contrato Social, que vigorará com o seguinte teor:

" A Sociedade será administrada pelos Sócios Cotistas, ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO e TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES, no exercício das funções de Gerentes, cabendo-lhes a assinatura isoladamente de todos os documentos necessários ou convenientes à administração da sociedade ou em conjunto, sendo-lhes dispensada a prestação de caução."

§ ÚNICO: " Os Sócios-Gerente ficam eximidos de prestarem caução."

VII - Todas as demais cláusulas e condições estabelecidas nos atos constitutivos da sociedade, não alcançados pelo presente instrumento, permanecem em pleno vigor.

E por acharem em perfeito acordo, de tudo quanto neste instrumento foi lavrado, obrigam-se a cumprirem o presente, assinando-o na presença das teste



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'Tachibana'.




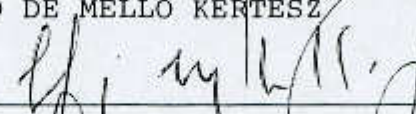
4 9 NOV 1994

10.22 340.713.101

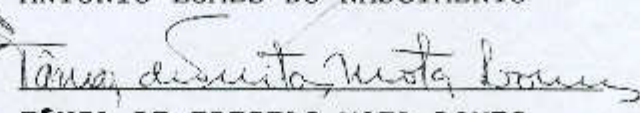
munhas abaixo, em quatro vias de igual teor, com a 1ª Via destinada a MM Junta Comercial do Estado da Bahia.//

Salvador, 27 de maio de 1994.

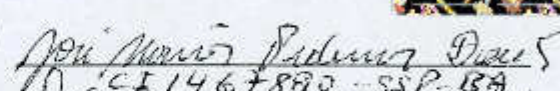
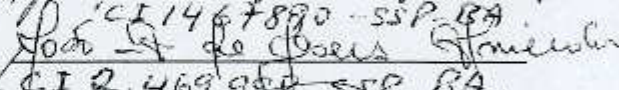

MÁRIO DE MELLO KERTESZ


LUIS ADOLFO BOAVENTURA JONAS


ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO



TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES

TESTEMUNHAS:

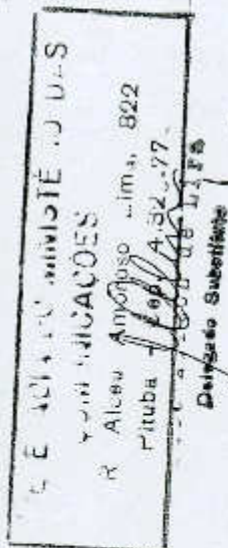

João Maria Pedreira Dias
CI 1467890 - SSP BA

João de Jesus Gonçalves
CI 2.469.958 - SSP BA
CPF 381.649.815-91

DEMONSTRAÇÃO DO USO DA FIRMA:

RÁDIO ITAPARICA FM LTDA


ANTONIO LOMES DO NASCIMENTO
DIRETOR-GERENTE


TÂNIA DE FREITAS MOTA LOMES
DIRETORA-GERENTE



15 NOV 1994

101217076

18 MAI 1994

18 MAI 1994

ANTORIO DO OFICIO 12º DE NOTAS

Reconheço com

Assinatura

A fita

Cor

SSA

Reconheço com

Assinatura

Cor

SSA

Reconheço com

Assinatura

Cor

SSA

Reconheço com

Assinatura

Cor

SSA

Reconheço com

Assinatura

Cor

SSA

Reconheço com

Assinatura

Cor

13º TABELIONATO DE NOTAS DE SALVADOR

Av. Leopoldo Figueras, 112 - Centro - Salvador - BA - CEP 41200-000 - Tel. (71) 3016-7300

Dele Carolina Maria Rocha de Almeida - Tabelião

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original apresentado, dou fé

Salvador-BA 01 de Dezembro de 2014

FABRÍCIO DE ALMEIDA GONZAGA - ESCRIVENTE AUTORIZADO

Emolumentos R\$ 3,30

Selo de Autenticidade

1595 AB191260-3

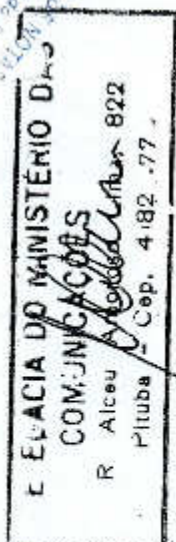
Instrumento de Alteração Contratual da
firma RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.

JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 839.150 - SSP/BA., CPF nº 097.308.695 - 53, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Plínio Moscoso, 434 - apto 201 - Chame-Chame.

FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS, brasileiro, casado, radiodifusor, RG nº 683.484 - SSP/BA., CPF nº 001.303.035 - 34, residente e domiciliado nesta Capital à Av. Joana Angelica, 227 - apto 1001 - Nazaré.

CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, brasileiro, casado, advogado, RG nº 1306 - OAB/BA., CPF nº ... 001.072.555 - 53, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Desembargador Oscar Dantas, 126 - Edf. Vivenda da Graça - apto 1003 - Graça.

Únicos sócios da firma RÁDIO ITAPARICA FM LTDA, estabelecida nesta Capital à Rua Miguel Calmon, 459 - Edf. Almirante Barroso, sala 205, com atos de constituição arquivados na JUCEB sob o nº JC-29200448514 de 14.06.82 e CGC/MF nº 13.065.495/0001-89, têm entre si pactuado o seguinte:



José Ailton de Lira
Delegado Substituto

[Handwritten signatures]

940.612.585-1

27 OUT 1994

NOTÁRIO
(Escritório)
Cadastrado nº 10.001

André Luis Moreira da Silva
ANDRÉ LUIS MOREIRA DA SILVA

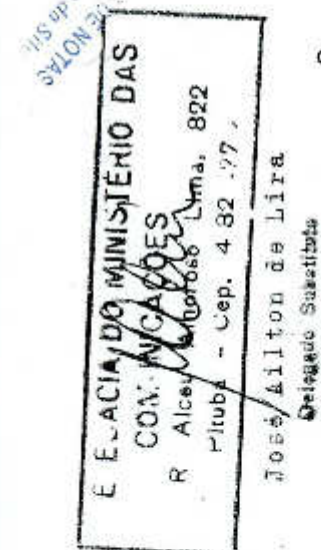
		Rua Ari Barroso, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.157-300 Tel: (71) 3034-5200 E-mail: francc@ivantevaria.net.br - Site: www.ivantevaria.net.br	
AUTENTICAÇÃO			
Confere com o original a mim apresentado			
Salvador, 03 de Dezembro de 2014			
Em test. da verdade			
ANDRÉ LUIS MOREIRA DA SILVA - ESCRIVENTE			
Emol: R\$1,61 - Tx Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30			
			
		6ª TABELA de Autenticidade André Luis Moreira da Silva 1606.AB598151-0 Seção de Autenticidade Escritório de Registro Cadastrado nº 10.001	

1. Equalizar o Capital Social adaptando-o à nova moeda nacional e aumentar o Capital de CR\$..... 150.000.000,00 para CR\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros reais) integralizados pelos sócios, neste ato, com reserva da correção monetária, na proporção das cotas possuídas, alterando em consequência a redação da Cláusula Sexta do Contrato Social, que vigorará com o seguinte teor:

"O Capital Social é de CR\$500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros reais), dividido em 500.000 cotas do valor nominal de CR\$1,00 (Hum cruzeiro real) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

- a) O Sócio JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, é titular de 166.667 cotas no valor de CR\$ 166.667,00 (Cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete cruzeiros reais);
- b) O Sócio FERNANDO HENRIQUE CHAGAS, é titular de 166.667 cotas no valor de CR\$ 166.667,00 (Cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete cruzeiros reais);
- c) O Sócio CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, é titular de 166.666 cotas no valor de CR\$166.666,00 (Cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros reais).

§ ÚNICO: "A responsabilidade dos sócios é até o limite do Capital Social registrado."



5555 940.612.585

27 OUT 1994

RECEBIMOS
DE
VIA
DE
RECEBIMOS

Andre Luis Moreira da Silva
RECEBIMOS DE VIA
DE RECEBIMOS

Rea Ari Barroso, nº 5 - Chamo-Chamo - Salvador - BA - CEP: 40.157-31
Tel: (71) 3054-5200
E-mail: franha@ivanservarcha.net.br - Site: www.ivanservarcha.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 03 de Dezembro de 2014
Em test. da verdade
ANDRE LUIS MOREIRA DA SILVA - ESCRIVENTE
Emol: R\$1,51 - Tx Fisc. R\$1,10 - Total: R\$3,30

6º TABELADO DE NOT.
Andre Luis Moreira da Silva
Escrivente

Selo de Autenticidade
Informo ao Juiz de Direito no Brasil
Ato Notarial ou de Registro
1606 AB58150-1
Cadastrado e selado em 03/12/2014 no sistema

2. Admitir na Sociedade os Srs. MÁRIO DE MELLO KERTESZ, brasileiro, divorciado, administrador, RG nº 408.530 - SSP/BA., CPF nº 001.912.645-04, residente e domiciliado nesta Capital à Av. Princesa Leopoldina, 247 - apto 1001, Graça e LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS, brasileiro, casado, empresário, RG nº 300.126 - SSP/BA., CPF nº..... 020.612.445 - 72, residente e domiciliado nesta Capital à Av. Sete de Setembro, 224 - apto 503 - Vitória, por cessão de cotas dos Sócios JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS E CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, que se retiram da sociedade.

3. Alteram, em consequência, a redação da Cláusula 6ª (Sexta) do Contrato Social, que passará a vigor com o seguinte teor:

"O Capital Social é de CR\$500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros reais), dividido em 500.000 cotas do valor nominal de CR\$1,00 (Hum cruzeiro real), cada uma, assim distribuído entre os sócios:

- a) O Sócio MÁRIO DE MELLO KERTESZ é titular de 480.000 cotas no valor de CR\$480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil cruzeiros reais).
- b) O Sócio LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS é titular de 20.000 cotas no valor de CR\$ 20.000,00 (Vinte mil cruzeiros reais).



5562 940.612.585.11

12 7 OUT 1994

Quil. Vera A. Jay
LUIZ MOREIRA DA SILVA
Escritor, Analista de Contas

Res. Art. Barroso, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.157-300
Tel: (71) 3034-8200
E-mail: luanis@luanisvarela.net.br - Site: www.luanisvarela.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original e mim apresentado.
Salvador, 03 de Dezembro de 2014.
Em test. da verdade
ANDRE LUIS MOREIRA DA SILVA - ESCRIVENTE
Emol. R\$1,51 - Tx. Fisc. R\$1,10 - Total R\$3,30

6º TABELÃO DE AUTENTICIDADE
André Luis Moreira da Silva
Escritor e Aite

Selo de Autenticidade
Tribunal de Juizados do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB598149-8
Cópia e selo em www.TribunaLuanis.com.br

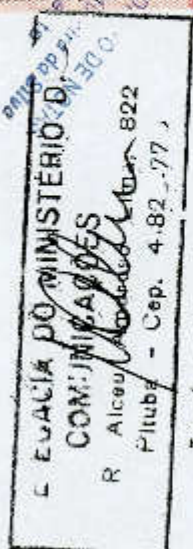
§ ÚNICO: "A responsabilidade dos Sócios é até o limite do Capital Social registrado."

4. Os Sócios admitidos declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum crime que os impeçam de exercerem qualquer atividade mercantil.

5. Os Sócios que se retiram dão à firma e aos sócios remanescentes, plena geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamarem ou reivindicarem a que título for, bem como os sócios JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS e CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, ao se retirarem da firma ficam liberados de quaisquer responsabilidades ou deveres, a partir desta data, atinentes às atividades da firma, que continuam normais, sem solução de continuidade.

6. Alteram ainda, a redação da Cláusula Décima Quinta do Contrato Social, que vigorará com o seguinte teor:

"A sociedade será administrada pelos Sócios-Cotistas, MÁRIO DE MELLO KERTESZ e LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS, no exercício das funções de gerentes, cabendo-lhes a assinatura isoladamente de todos os documentos necessários ou convenientes à administração da sociedade ou em conjunto, sendo-lhes dispensada a prestação de caução."

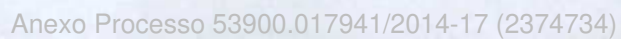


Assinaturas manuscritas dos signatários.

Ms. A. 1.10.2.3

1990-1991

[Signature]



940.612.585,11

27 DEZ 1994

940.612.585,11

UNIVERSIDADE
FACULDADE
DE DIREITO

Dr. Carlos L. Silva
Escritor, Tabelião de Notas

[Handwritten signature]

EM T.

ATTESTAÇÃO DE VERDADE
Rua Ari Barroso, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.157-300
Tel: (71) 5034-5304
E-mail: luanluis@luanluisvarcia.net.br - Site: www.luanluisvarcia.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 03 de Dezembro de 2014
Em test' da verdade
ANDRE LUIS MOREIRA DA SILVA - ESCRIVENTE
Emol: R\$1,61 - Tx Fisc R\$1,16 - Total R\$3,30

6º TABELÃO DE NOTAS
André Luis Moreira da Silva
Escritor, Tabelião de Notas
1606 AB598147-1
Distribuído em 03/12/2014

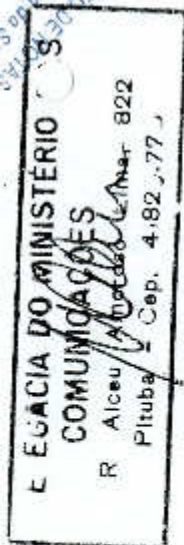
Instrumento de Alteração Contratual da
firma RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.

JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, brasi
leiro, casado, administrador de empresas, RG nº 839.150 -
SSP/BA., CPF nº 097.308.695 - 53, residente e domiciliado
nesta Capital à Rua Plínio Moscoso, 434 - apto 201 - Cha-
me-Chame.

FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS, brasi
leiro, casado, radiodifusor, RG nº 683.484 - SSP/BA., CPF
nº 001.303.035 - 34, residente e domiciliado nesta Capital
à Av. Joana Angelica, 227 - apto 1001 - Nazaré.

CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, brasi-
leiro, casado, advogado, RG nº 1306 - OAB/BA., CPF nº ...
001.072.555 - 53, residente e domiciliado nesta Capital à
Rua Desembargador Oscar Dantas, 126 - Edf. Vivenda da Gra-
ça - apto 1003 - Graça.

Únicos sócios da firma RÁDIO ITAPARICA
FM LTDA, estabelecida nesta Capital à Rua Miguel Calmon,
459 - Edf. Almirante Barroso, sala 205, com atos de cons-
tituição arquivados na JUCEB sob o nº JC-29200448514 de
14.06.82 e CGC/MF nº 13.065.495/0001-89, têm entre si pac-
tuado o seguinte:



040.612.585

12 7 OUT 1994

ANEXO 1
12/07/94
12/07/94

Andre Luis Moreira da Silva
Escritor de Publicidade

Real Am Barroso, nº 5 - Chamo-Chamo - Salvador - BA - CEP: 41.157-308
Tel: (71) 3034-5200
E-mail: ivanisa@ivanisevarela.net.br - Site: www.ivanisevarela.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 03 de Dezembro de 2014
Em test. da verdade
ANDRE LUIS MOREIRA DA SILVA - ESCRITOR
Emol: R\$1,61 - Tx Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado do Bahia
Mto Notarial ou de Registro
1806.AB598146-3
Consulte o selo em: www.tjba.jus.br/portal/segredo

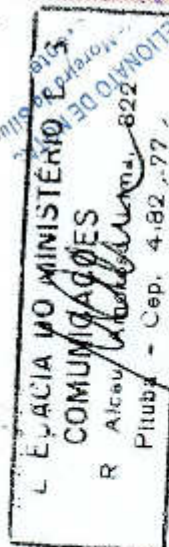
NOTA
Andre Luis Moreira da Silva
Escritor

1. Equalizar o Capital Social adaptando-o à nova moeda nacional e aumentar o Capital de CR\$..... 150.000.000,00 para CR\$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros reais) integralizados pelos sócios, neste ato, com reserva da correção monetária, na proporção das cotas possuídas, alterando em consequência a redação da Cláusula Sexta do Contrato Social, que vigorará com o seguinte teor:

"O Capital Social é de CR\$500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros reais), dividido em 500.000 cotas do valor nominal de CR\$1,00 (Hum cruzeiro real) cada uma, assim distribuído entre os sócios:

- a) O Sócio JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, é titular de 166.667 cotas no valor de CR\$ 166.667,00 (Cento e Sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete cruzeiros reais);
- b) O Sócio FERNANDO HENRIQUE CHAGAS, é titular de 166.667 cotas no valor de CR\$ 166.667,00 (Cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete cruzeiros reais);
- c) O Sócio CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, é titular de 166.666 cotas no valor de CR\$166.666,00 (Cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros reais).

§ ÚNICO: "A responsabilidade dos sócios é até o limite do Capital Social registrado."



JOÃO ALTON DE LIMA
Delegado Substituto

7561 and 2

100% COTTON
MADE IN U.S.A.
100% COTTON

P. A. Davis & Co.
 1015-1017 N. 1st St. N. W.
 Wash. D. C.

CONFIRMAÇÃO DE PAGAMENTO

Rua Ari Barroso, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.150-000
Tel: (71) 3034-5100
E-mail: franhegi@notsarcavela.net.br - Site: www.franhevianda.net

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado.
Salvador, 03 de Dezembro de 2014
Em test: da verdade
ANDRE LUIS MOREIRA DA SILVA - ESCRIVENTE
Emol. R\$1,61 - Tx Fisc. R\$1,16 - Total: R\$3,30

6º TABELA DE AUTENTICAÇÃO DE NOTAS
André Luis Moreira da Silva
Escrivente

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado de Bahia
Rio de Janeiro, 03 de Dezembro de 2014
André Luis Moreira da Silva
Escrivente

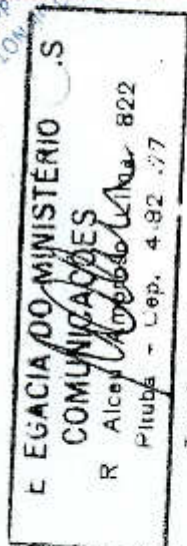
1600.AB598145-5
www.tjba.jus.br

2. Admitir na Sociedade os Srs. MÁRIO DE MELLO KERTESZ, brasileiro, divorciado, administrador, RG nº 408.530 - SSP/BA., CPF nº 001.912.645-04, residente e domiciliado nesta Capital à Av. Princesa Leopoldina, 247 - apto 1001, Graça e LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS, brasileiro, casado, empresário, RG nº 300.126 - SSP/BA., CPF nº..... 020.612.445 - 72, residente e domiciliado nesta Capital à Av. Sete de Setembro, 224 - apto 503 - Vitória, por cessão de cotas dos Sócios JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS E CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, que se retiram da sociedade.

3. Alteram, em consequência, a redação da Cláusula 6ª (Sexta) do Contrato Social, que passará a vigor com o seguinte teor:

"O Capital Social é de CR\$500.000,00(Quinhentos mil cruzeiros reais), dividido em 500.000 cotas do valor nominal de CR\$1,00 (Hum cruzeiro real), cada uma, assim distribuido entre os sócios:

- a) O Sócio MÁRIO DE MELLO KERTESZ é titular de 480.000 cotas no valor de CR\$480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil cruzeiros reais).
- b) O Sócio LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS é titular de 20.000 cotas no valor de CR\$ 20.000,00 (Vinte mil cruzeiros reais).



Joné Alilton de Lima
Delegado Substituto

1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2100 2101 2102 2103 2104 2105 2106 2107 2108 2109 2110 2111 2112 2113 2114 2115 2116 2117 2118 2119 2120 2121 2122 2123 2124 2125 2126 2127 2128 2129 2130 2131 2132 2133 2134 2135 2136 2137 2138 2139 2140 2141 2142 2143 2144 2145 2146 2147 2148 2149 2150 2151 2152 2153 2154 2155 2156 2157 2158 2159 2160 2161 2162 2163 2164 2165 2166 2167 2168 2169 2170 2171 2172 2173 2174 2175 2176 2177 2178 2179 2180 2181 2182 2183 2184 2185 2186 2187 2188 2189 2190 2191 2192 2193 2194 2195 2196 2197 2198 2199 2200 2201 2202 2203 2204 2205 2206 2207 2208 2209 2210 2211 2212 2213 2214 2215 2216 2217 2218 2219 2220 2221 2222 2223 2224 2225 2226 2227 2228 2229 2230 2231 2232 2233 2234 2235 2236 2237 2238 2239 2240 2241 2242 2243 2244 2245 2246 2247 2248 2249 2250 2251 2252 2253 2254 2255 2256 2257 2258 2259 2260 2261 2262 2263 2264 2265 2266 2267 2268 2269 2270 2271 2272 2273 2274 2275 2276 2277 2278 2279 2280 2281 2282 2283 2284 2285 2286 2287 2288 2289 2290 2291 2292 2293 2294 2295 2296 2297 2298 2299 2300 2301 2302 2303 2304 2305 2306 2307 2308 2309 2310 2311 2312 2313 2314 2315 2316 2317 2318 2319 2320 2321 2322 2323 2324 2325 2326 2327 2328 2329 2330 2331 2332 2333 2334 2335 2336 2337 2338 2339 2340 2341 2342 2343 2344 2345 2346 2347 2348 2349 2350 2351 2352 2353 2354 2355 2356 2357 2358 2359 2360 2361 2362 2363 2364 2365 2366 2367 2368 2369 2370 2371 2372 2373 2374 2375 2376 2377 2378 2379 2380 2381 2382 2383 2384 2385 2386 2387 2388 2389 2390 2391 2392 2393 2394 2395 2396 2397 2398 2399 2400 2401 2402 2403 2404 2405 2406 2407 2408 2409 2410 2411 2412 2413 2414 2415 2416 2417 2418 2419 2420 2421 2422 2423 2424 2425 2426 2427 2428 2429 2430 2431 2432 2433 2434 2435 2436 2437 2438 2439 2440 2441 2442 2443 2444 2445 2446 2447 2448 2449 2450 2451 2452 2453 2454 2455 2456 2457 2458 2459 2460 2461 2462 2463 2464 2465 2466 2467 2468 2469 2470 2471 2472 2473 2474 2475 2476 2477 2478 2479 2480 2481 2482 2483 2484 2485 2486 2487 2488 2489 2490 2491 2492 2493 2494 2495 2496 2497 2498 2499 2500 2501 2502 2503 2504 2505 2506 2507 2508 2509 2510 2511 2512 2513 2514 2515 2516 2517 2518 2519 2520 2521 2522 2523 2524 2525 2526 2527 2528 2529 2530 2531 2532 2533 2534 2535 2536 2537 2538 2539 2540 2541 2542 2543 2544 2545 2546 2547 2548 2549 2550 2551 2552 2553 2554 2555 2556 2557 2558 2559 2560 2561 2562 2563 2564 2565 2566 2567 2568 2569 2570 2571 2572 2573 2574 2575 2576 2577 2578 2579 2580 2581 2582 2583 2584 2585 2586 2587 2588 2589 2590 2591 2592 2593 2594 2595 2596 2597 2598 2599 2600 2601 2602 2603 2604 2605 2606 2607 2608 2609 2610 2611 2612 2613 2614 2615 2616 2617 2618 2619 2620 2621 2622 2623 2624 2625 2626 2627 2628 2629 2630 2631 2632 2633 2634 2635 2636 2637 2638 2639 2640 2641 2642 2643 2644 2645 2646 2647 2648 2649 2650 2651 2652 2653 2654 2655 2656 2657 2658 2659 2660 2661 2662 2663 2664 2665 2666 2667 2668 2669 2670 2671 2672 2673 2674 2675 2676 2677 2678 2679 2680 2681 2682 2683 2684 2685 2686 2687 2688 2689 2690 2691 2692 2693 2694 2695 2696 2697 2698 2699 2700 2701 2702 2703 2704 2705 2706 2707 2708 2709 2710 2711 2712 2713 2714 2715 2716 2717 2718 2719 2720 2721 2722 2723 2724 2725 2726 2727 2728 2729 2730 2731 2732 2733 2734 2735 2736 2737 2738 2739 2740 2741 2742 2743 2744 2745 2746 2747 2748 2749 2750 2751 2752 2753 2754 2755 2756 2757 2758 2759 2760 2761 2762 2763 2764 2765 2766 2767 2768 2769 2770 2771 2772 2773 2774 2775 2776 2777 2778 2779 2780 2781 2782 2783 2784 2785 2786 2787 2788 2789 2790 2791 2792 2793 2794 2795 2796 2797 2798 2799 2800 2801 2802 2803 2804 2805 2806 2807 2808 2809 2

[Signature]

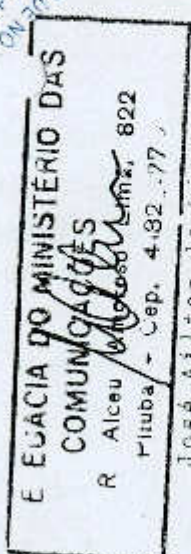
§ ÚNICO: "A responsabilidade dos Sócios é até o limite do Capital Social registrado."

4. Os Sócios admitidos declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum crime que os impeçam de exercerem qualquer atividade mercantil.

5. Os Sócios que se retiram dão à firma e aos sócios remanescentes, plena geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamarem ou reivindicarem a que título for, bem como os sócios JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS e CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, ao se retirarem da firma ficam liberados de quaisquer responsabilidades ou deveres, a partir desta data, atinentes às atividades da firma, que continuam normais, sem solução de continuidade.

6. Alteram ainda, a redação da Cláusula Décima Quinta do Contrato Social, que vigorará com o seguinte teor:

"A sociedade será administrada pelos Sócios-Cotistas, MÁRIO DE MELLO KERTESZ e LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS, no exercício das funções de gerentes, cabendo-lhes a assinatura isoladamente de todos os documentos necessários ou convenientes à administração da sociedade ou em conjunto, sendo-lhes dispensada a prestação de caução."



JOSE Ailton de Lira

Substituto

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

00000 940.612.585

27 OUT 1993

RECEBIMOS
DE VOSSES
O VALOR DE
R\$ 330,00
Em 27/10/93
Por
Andre Luis Moreira da Silva
Escritor Publico

Rua Art Barrios, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.157-300
Tel: (71) 3034-5208
E-mail: luanias@luaniservata.net.br - Site: www.luaniservata.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 03 de Dezembro de 2014
em test. da verdade
ANDRE LUIS MOREIRA DA SILVA - ESCRIVENTE
Emol: R\$1,61 - Tx.Fisc: R\$1,16 - Total R\$3,30

6º TABELION DE AUTENTICIDADE
Andre Luis Moreira da Silva
Escritor Publico

1608 AB598143-9
Consultar em www.ba.gov.br/escritores


§ ÚNICO: "Os Sócios-Gerentes ficam eximidos de prestar caução."

7. Ratificam os Sócios as Cláusulas anteriores, não modificadas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

E porque estão assim acordes, assinam esta alteração em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

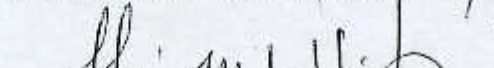
Salvador, 21 de dezembro de 1993


JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES



FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS



CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO


MÁRIO DE MELLO KERTESZ


LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS

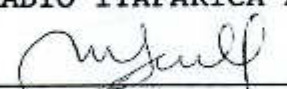
TESTEMUNHAS:

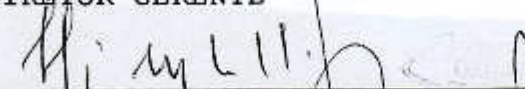

JOSÉ LUIZ SIMÕES

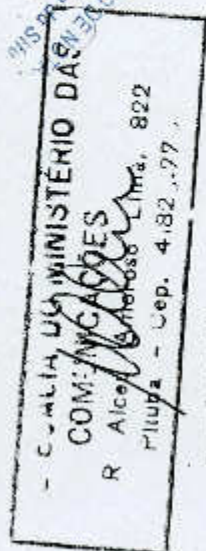

CARLOS MEGA

DEMONSTRAÇÃO DO USO DA FIRMA:

RÁDIO ITAPARICA FM LTDA


MÁRIO DE MELLO KERTESZ
DIRETOR-GERENTE


LUIZ ADOLFO BOAVENTURA JONAS
DIRETOR-GERENTE



Delegado Substituto
Ilhéus - Cep. 4.820-97

15
 14
 13
 12
 11
 10
 9
 8
 7
 6
 5
 4
 3
 2
 1



Handwritten signature and date 12/10/14.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9

JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado / neste Capital à rua Plínio Moscozo, 434 - aptº 201 - Chame-Chame, portador da carteira de identidade nº 839.150- SSP-Ba e do C.P.F. - MF.nº 097.308.695-53; / FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS, brasileiro, casado, / radiodifusor, residente e domiciliado nesta Capital - na Av. Joana Angélica, 227, aptº 1.001 - Nazaré, portador da carteira de identidade nº 683.464 -SSP-Ba, e do CPF.-MF.nº 001.303.035-34; ANA MARIA DE ATHAYDE MAGALHÃES, brasileira, casada, administradora de empresas, residente e domiciliada nesta Capital à rua Plínio Moscozo, 434 - aptº 201 - Chame-Chame, portadora / da carteira de identidade nº 1.109.676 - SSP-Ba, e do CPF/MF.nº 109.712.625-00; EMÍLIA MARIA GORDIANO CHAGAS, brasileira, casada, orientadora pedagógica, residente e domiciliada nesta Capital na Av. Joana Angélica, 227 - aptº-1.001 - Nazaré, portadora da carteira / de identidade nº 1.137.556 - SSP-Ba, e do CPF/MF, nº 073.841.575-87; sócios componentes da sociedade por / cotas de responsabilidade limitada que gira nesta praça sob a denominação de "RÁDIO ITAPARICA FM LTDA", / conforme contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº JUCEB 292.004.485.14 consoante despacho datado de 14.06.1982, e alteração social, arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia sob nº JUCEB 1.149.47 em 02.10.1984 inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda / sob o nº 13065495/0001-89, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar parcialmente o / seu contrato primitivo mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Retiram-se da sociedade as sócias ANA MARIA DE ATHAYDE MAGALHÃES, brasileira, casada, administradora de empresas, residente e domiciliada nesta Capital à Rua / Plínio Moscozo, 434 aptº 201-Chame-Chame, portadora / da carteira de identidade nº 1.109.676 - SSP-Ba, e do CPF nº 109.712.625-00 e EMÍLIA MARIA GORDIANO CHAGAS, brasileira, casada, orientadora pedagógica, residen

10/04/86
03
Selo de Autenticidade
1606 AB6989664
Atto Notarial ou de Registro
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

8º TALENTOS
lessandro Martins
Escritório

Rua Ad. Barros, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA
Tel: (71) 3014-1201
E-mail: lvaldes@hambrovarcadeba.br - Site: www.hambrovarcadeba.br
AUTENTICAÇÃO
Confere com original e mim apresentado.
Salvador, 09 de Dezembro de 2014
Em test. da verdade.
ALESSANDRA MARTINS LOPES - ESCRIVENTE
Emitido: R\$1.16 - Tx. Fisc: R\$1.16 - Total: R\$3.30

[Handwritten signature]

24

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

10 ABR 1986]

JUCEB 130.739★

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIFICAÇÃO: CERTIFICADO que o documento, pagas as
taxas, foi arquivado na data e em nome apostos mecanicamente



Fernando dos Santos Cordeiro
FERNANDO DOS SANTOS CORDEIRO
SECRETÁRIO GERAL

Rua Art Barrios, nº 5 - Cidade Chatis - Salvador - BA - CEP: 41157-000
E-mail: ivanlio@juvarecorda.com.br - Site: www.juvarecorda.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador 09 de Dezembro de 2014
Em test. da verdade
ALESSANDRA MARTINS LOPES - ESCRIVENTE
Emol. R\$1,51 - Tx Fisc. R\$1,16 - Total R\$3,30

5ª TABELA de Autenticidade
ALESSANDRA MARTINS LOPES
Ato Notarial ou de Registro
1606 AB603957-2

te e domiciliada nesta Capital na Av. Joana Angélica,
227 aptº 1.001 - Nazaré, portadora da carteira de /
identidade nº 1.137.556 - SSP-Ga e CPF,nº 073841575-
87.

CLÁUSULA SEGUNDA-É adm tido na sociedade, o sócio CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, brasileiro, desquitado, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Desembargador Oscar Dantas 126 -Edifício Vivende da Graça aptº. 1.003 Graça, portador de carteira de identidade nº 1206 O.A.B./Ba, e do CPF/MF., nº 001072555/53.

CLÁUSULA TERCEIRA-O sócio recém admitido subscreve e integraliza neste/ ato, em moeda corrente do País, 1.600 (um mil e seis centas) cotas de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) cada, / totalizando Cr\$ 16.000.000, (dezesseis milhões de cru zeiros) reembolsando as sócias retirantes de suas res pectivas participações no Capital Social, respectivo- mente Cr\$ 8.100.000 (oito milhões e cem mil cruzeiros) a sócia ANA MARIA DE ATHAYDE MAGALHÃES e Cr\$ 7.900.000 (sete milhões e novecentos mil cruzeiros) a sócia EMÍLIA MARIA GORDIANO CHAGAS.

CLÁUSULA QUARTA-

As sócias retirantes dão e recebem dos sócios remanescentes, admitido e da sociedade, plena, geral e irrevogável quitação de todos os seus haveres na sociedade deixando de receber quaisquer lucros, por não existirem até a presente data, desobrigando-se conseqüentemente, de quaisquer compromissos fiscais, sociais ou com terceiros até a presente data.

CLÁUSULA QUINTA- O sócio recém admitido assume, juntamente com os sócios remanescentes, o ATIVO e PASSIVO da sociedade.

CLÁUSULA SEXTA - Resolvem os sócios aumentar o Capital Social de Cr\$... 40.000.000 (quarenta milhões de cruzeiros) representado por 4.000 (quatro mil) cotas de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) cada, para Cr\$ 150.000.000, (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) representado por 15.000 (quinze mil) cotas de Cr\$ 10.000, (dez mil cruzeiros) cada, e que fica assim distribuído:

a) o Sôcio JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, subscreve/ mais 3.800 (três mil e oitocentas) cotas de Cr\$. 10.000, (dez mil cruzeiros) cada, que, com as 1.200/

Anexo Professor 53900.017941/2014-17 (2374734)

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 78

10 ABR 1966
JUL 130.739*

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ
CERTIDÃO: CERTIFICO que este documento, por as
assinaturas, foi autenticado na data de 09/12/2014 e
apostas mecânicamente



Fernando dos Santos Cordeiro
FERNANDO DOS SANTOS CORDEIRO
SECRETÁRIO GERAL

Rua Ari Barroso, nº 5 - Chuva-Chuva - Salvador - BA - CEP: 41.157-100
Tel: (71) 3034-8200
E-mail: ivanise@ivanisevarela.net.br - Site: www.ivanisevarela.net.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original a mim apresentado.

Salvador, 09 de Dezembro de 2014

Em test. da verdade.

ALESSANDRA MARTINS LOPES - ESCRIVENTE

Emol: R\$1,51 - Tx.Fisc: R\$1,16 - Total R\$3,30

6ª TABELA de Autenticidade
Escritura de Junta de Empresa de 2014
Notarial ou de Registro
1606 AB00968 9
ALESSANDRA MARTINS LOPES
Escritura de 2014 em nome da empresa



(hum mil e duzentas) que possuía, totaliza 5.000 (cinco mil) cotas de 10.000, (dez mil cruzeiros), no valor total de Cr\$ 50.000.000, (cinquenta milhões de cruzeiros);

- b) o Sócio FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS subscreve mais 3.800 (três mil e oitocentas) cotas de Cr\$.. 10.000, (dez mil cruzeiros) cada, que, com as 1200 (hum mil e duzentas) que possuía, totaliza 5.000- / (cinco mil) cotas de Cr\$ 10.000, (dez mil cruzeiros) no valor total de Cr\$ 50.000.000, (cinquenta milhões de cruzeiros);
- c) o Sócio CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, subscreve mais 3.400 (três mil e quatrocentas) cotas de Cr\$ 10.000, (dez mil cruzeiros) cada, que, com as 1.600 (hum mil e seiscentas) cotas de Cr\$ 10.000, (dez mil cruzeiros) adquiridas das sócias retirantes, totaliza 5.000 (cinco mil) cotas de Cr\$..... 10.000, (dez mil cruzeiros) no valor total de / / Cr\$ 50.000.000, (cinquenta milhões de cruzeiros);

CLÁUSULA SÉTIMA - A integralização do Capital Social será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir do arquivamento da presente alteração Social.

CLÁUSULA OITAVA- Ficam investidos nos cargos de sócios-gerentes os cotistas JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS e CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO, eximidos de prestar caução.

CLÁUSULA NONA - As cotas, quando transferidas entre cotista, deverão, na negociação, observar o direito de preferência da compra das cotas do(s) sócio(s) retirante pelo(s) sócio(s) remanescente, sendo direito de cada sócio adquirir 50% (cinquenta por cento) das cotas negociadas. São preservados os direitos e condições da Cláusula Vigésima Terceira do Contrato Original da Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA- As decisões que impliquem em alteração do Contrato Social resultam de votos, representando 3/4 (três quartos) do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato So-

10 ABR 1986

VALOR 130.739*

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIDÃO: CERTIFICADO que este documento, pagas as
taxas, foi arquivado na data e em nome dos signatários necessariamente



Fernando dos Santos Cordeiro
FERNANDO DOS SANTOS CORDEIRO
SECRETÁRIO GERAL

RAI ARI BARNES, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.153-104
Tel: (71) 3434-5306
E-mail: ivaniso@raibarnes.com.br - Site: www.raibarnes.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado.
Salvador, 09 de Dezembro de 2014.
Em test. *[assinatura]* da verdade
ALESSANDRA MARTINS LOPES - ESOEVENTO
Emol: R\$1,61 - Tx Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

6ª TABELA de Autenticidade
Ata Notarial ou de Registro
1606, AB608361-0
Cadastra o valor em reais da autenticação

Escritante
Alessandra Martins Lopes

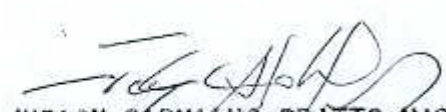
CLÁUSULA DÉCIMA -
TERCEIRA

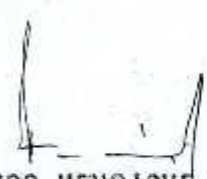
cial não modificadas por este instrumento.


DISPOSIÇÕES TRANSITORIAIS - Declaram todos os Sócios Cotistas para fim de dar cumprimento ao que determina a Portaria nº 04 de 10.07.80 do Direito Geral de DNRC que não estão impedidos de qualquer forma de participar de atividade comercial em todos os casos previstos no Inciso II do artigo 38 da Lei nº 04.726 de 13.07.1965.

E por assim estarem justos e contratados assinam a / presente Alteração Social em 03 vias de igual teor em presença de 02 testemunhas, na forma da Lei vigente, destinando-se uma via para o arquivamento na M.M. Junta Comercial deste Estado, afim de produzir os efeitos legais.

Salvador,


JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES
SÓCIO GERENTE

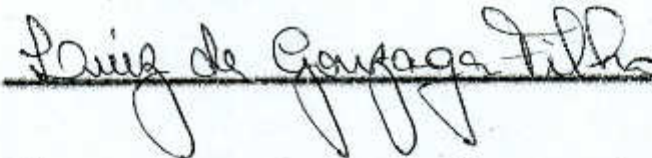
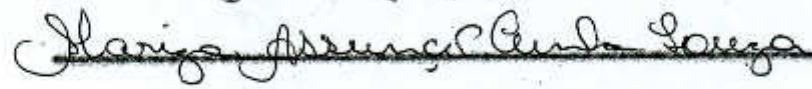

FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS
SÓCIO GERENTE


CARLOS ALBERTO CARNEIRO BRANDÃO
SÓCIO GERENTE

Ana Maria A. Magalhães

Emília Maria Gordiano Braga

TESTEMUNHAS:



Rua Art. Barroco, nº 5 - Centro-Choque - Salvador - BA - CEP: 41012-700
Tel: (71) 3034-5200
E-mail: ivanne@ivanevalencio.com.br - Site: www.ivanevalencio.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original a mim apresentado.
Salvador, 09 de Dezembro de 2014.
Em test. da verdade
ALESSANDRA MARTINS LOPES - ESCRIVENTE
Emp. R\$1,51 - Tx. Fisc. R\$1,16 - Total R\$3,30



10 ABR 1986

130.739★

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICADO CEMITIVO que esta autenticado nos livros e
registros, sob o nº 130.739, de 10 de Abril de 1986.

Isaac Augusto dos Santos Bastião
TERENÇO DOS SANTOS CORREIA
SECRETARIO GERAL

Rua Ari Barroso, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 41110-000
Tel: (71) 9114-8210
Email: isantas@jovianovarda.net.br - Site: www.jovianovarda.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 09 de Dezembro de 2014
Em test. *de* da verdade.
ALESSANDRA MARTINS LOPES - ESCRIVENTE
Einsol: R\$1,67 - Tx.Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado de Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1808_AB608953-7
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/portal/consultas

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

JUCEB

JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Rua Plínio Moscoso nº 434 - Aptº 201, Bairro do Chame-Chame, Salvador-Ba., portador da cédula de identidade nº 839.150-SSP/BA., C.P.F. nº 097.308.695-53; FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS, brasileiro, casado, radiodifusor, residente e domiciliado na Avenida Joana Angélica nº 227 - Aptº 1001, Bairro de Nazaré, Salvador-Ba., portador da cédula de identidade nº 683.484-SSP/BA., C.P.F. nº 001.303.035-34; ANA MARIA DE ATHAYDE MAGALHÃES, brasileira, casada, administradora, residente e domiciliada na Rua Plínio Moscoso nº 434 - Aptº 201, Bairro do Chame-Chame, Salvador-Ba., portadora da cédula de identidade nº 1.109.676 - SSP/BA., C.P.F. nº 109.712.625-00; EMILIA MARIA GORDIANO CHAGAS, brasileira, casada, orientadora pedagógica, residente e domiciliada na Avenida Joana Angélica nº 227 - Aptº 1001, Bairro de Nazaré, Salvador-Ba., portadora da cédula de identidade nº 1.137.556 - SSP/BA., C.P.F. nº 073.841.575-87, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social arquivado na MM Junta Comercial da Bahia, sob nº JUCEB 292.004.485-14 em 14.06.82 que se regerá pelas cláusulas abaixo e na forma da legislação vigente.



CLÁUSULA 1 - O capital social que era de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) fica elevado para R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) divididos em 4.000 (quatro mil) cotas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada, assim

114947

Rua Ari Barroso, nº 5 - Cidade Nova - Salvador - BA - CEP: 40.157-100
Tel: (71) 3034-5200
E-mail: leonardo@leonsantos.com.br - Site: www.leonsantos.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 29 de Novembro de 2014
Em test. da verdade.
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol: R\$1,61 - Tx Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado do Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB595955-7
Confira o selo em: www.tjba.br/autenticidade

TJBA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO BAHIA
Salvador, Bahia

distribuídas:

- a) Ao sócio JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, que possuía 120 (cento e vinte) cotas no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) subscreve neste ato, mais 1.080 (um mil e oitenta) cotas, perfazendo o valor total do seu capital social de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) em moeda corrente do País.
- b) Ao sócio FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS, que possuía 120 (cento e vinte) cotas no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) subscreve neste ato, mais 1.080 (um mil e oitenta) cotas, perfazendo o valor total do seu capital social de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) em moeda corrente do País.
- c) Ao sócio ANA MARIA DE ATAHAYDE MAGALHÃES, que possuía 81 (oitenta e uma) cotas no valor de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil cruzeiros) subscreve neste ato, mais 729 (setecentas e vinte e nove) cotas, perfazendo o valor do seu capital social de R\$ 8.100.000,00 (oito milhões e cem mil cruzeiros) em moeda corrente do País.
- d) Ao sócio EMILIA MARIA GORDIANO CHAGAS, que possuía 79 (setenta e nove) cotas no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil cruzeiros), subscreve neste ato mais 711 (setecentas e onze) cotas, perfazendo o valor do seu capital social de R\$ 7.900.000,00 (sete milhões e novecentos mil cruzeiros) em moeda corrente do País.

CLÁUSULA II - O capital social será integralizado na seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) no ato da assinatura do presente instrumento e os restantes 50% (cinquenta por cento) do capital social serão integralizados dentro do prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias.

CLÁUSULA III - De acordo com a Lei, a responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor total do capital social nos termos do Artigo 2º "in fine" do Decreto Lei número 3.708 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA IV - As demais cláusulas não modificadas pela presente alteração de Contrato Social, permanecerão em pleno vigor.

E por estarem justos e contratados, fizeram o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor que depois de lido e achado conforme, assinaram o presente contra



Handwritten: 100% - 100% = 100%

Solvente - BA - CEP: 44.267-200
5200
Site: www.ivanisei.com.br

10

Firmam a presente declaração para que produza os efeitos legais cientes da que no caso da comprovação de sua falsidade será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

de 1984.

Tracy G. Stoltz

Ans Manis A. Mafalhat

Emilia Harris Goddard Briggs

Flavio Francisco Fátima Bezerra
Wilson Oliveira Neto

[illegible]

02 OUT 2014
JUL 1.149.47

Rua Ari Barroso, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.157-380
Tel: (71) 3054-5398
E-mail: ivan@ivantsevera.net.br - Site: www.ivantsevera.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado.
Salvador, 28 de novembro de 2014.
Em test. da verdade.
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol. R\$1,61 - Tx. Fisc. R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB595959-0
Consulte o selo em: www.tjba.jus.br/partidos

TJBA

RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.

CONTRATO SOCIAL

JURACY

JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Rua Plínio Moscoso nº 434 - Aptº 201, Bairro do Chame-Chame, Salvador-Ba., portador da cédula de identidade nº 839.150-SSP/BA., C.P.F. nº 097.308.695-53; FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS, brasileiro, casado, radiodifusor, residente e domiciliado na Avenida Joana Angélica nº 227 - Aptº 1001, Bairro de Nazaré, Salvador-Ba., portador da cédula de identidade nº 683.484-SSP/BA., C.P.F. 001.303.035-34; ANA MARIA DE ATHAYDE MAGALHÃES, brasileira, casada, administradora, residente e domiciliada na Rua Plínio Moscoso nº 434 - Aptº 201, Bairro do Chame-Chame, Salvador-Ba., portadora da cédula de identidade nº 1.109.676 - SSP/BA., C.P.F. nº 109.712.625-00; EMILIA MARIA GORDIANO CHAGAS, brasileira, casada, orientadora pedagógica, residente e domiciliada na Avenida Joana Angélica nº 227 - Aptº 1001, Bairro de Nazaré, Salvador-Ba., portadora da cédula de identidade nº 1.137.556 - SSP/BA., C.P.F. nº 073.841.575-87, constituem uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de RÁDIO ITAPARICA FM LTDA. Todos os negócios da sociedade serão regidos pelas condições resumidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I - A sociedade gira sob a denominação de RÁDIO ITAPARICA FM LTDA. e terá como principal objetivo a instalação e exploração de radiodifusão sonora, ou de sons e imagens - seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional: repetição ou retransmissão de sons ou sinais de imagem e som de radiodifusão - com finalidades educativas, cul



JUCEB 292.004.485.14

Rua Art. Berrión, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.157-302
Tel: (71) 3034-5208
E-mail: ivanise@ivaniscareis.net.br - Site: www.ivaniscareis.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 28 de Novembro de 2014
Em test. da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol: R\$1,61 - Tx.Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribuna de Justiça do Estado do Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB695935-2
Consulte o selo em: www.tjba.ba.br/autenticacao

TJBA

naturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração comercial do empreendimento, mediante a obtenção do Governo Federal de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA II - A sociedade tem sua sede e local de estúdio, na Rua Miguel Calmon Nº 459 - Edf. Almirante Barroso - Sala 205, Salvador, Estado da Bahia, podendo abrir sucursais, filiais, e agências em todo o País sempre que assim lhe convier e permitirem os Poderes Públicos.

CLÁUSULA III - O foro da sociedade é o da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, que fica eleito com exclusão de qualquer outro, para dirimir as questões resultantes deste contrato.

CLÁUSULA IV - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, observando-se quando de sua dissolução os preceitos da lei específica.

CLÁUSULA V - Não se dissolve a sociedade nem entrará em liquidação em caso de morte, interdição, desistência, retirada ou inabilitação de qualquer dos sócios, devendo os sócios remanescentes proceder a um balanço geral extraordinário na sociedade no prazo de 30 (trinta) dias, da data do evento, cujos haveres apurados serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado, ou ao herdeiro ou sucessor do sócio falecido, conforme mais adiante indicado.

CLÁUSULA VI - O capital social é de Cr\$4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), representado por 400 (quatrocentas) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) e fica assim distribuído:

- a) - ao sócio JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES 120 (cento e vinte) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), no valor total de Cr\$1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros);
- b) - ao sócio FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS 120 (cento e vinte) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), no valor total de Cr\$1.200.000,00



JUCEB 292.004.485.14

ATENTICAÇÃO
Confere com original a mim apresentado.
Salvador, 28 de Novembro de 2014
Em test. da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE.
Emol: R\$1,61 - Tx. Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribuna de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB695837-9
Consulte o selo em www.tjba.ba.br/autenticacao

TABELIONATO DE LEONARDO REIS SANTOS ESCRIVENTE

TJBA

(hum milhão e duzentos mil cruzeiros):

- c) - a sócia ANA MARIA DE ATEAYDE MACALHAES 81 (oitenta e uma) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), ao valor total de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros);
- d) - a sócia EMILIA MARIA GORDIANO MAGAS 79 (setenta e nove) cotas de Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros), ao valor total de Cr\$790.000,00 (setecentos e noventa cruzeiros).

CLÁUSULA VII- O capital social será integralizado em moeda nacional na seguinte forma:

- 50% (cinquenta por cento) no ato da assinatura do presente instrumento; e
- os restantes 50% (cinquenta por cento) do capital social serão integralizados:
 - a) - dentro no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do ato de outorga de permissão ou concessão a sociedade no Diário Oficial da União; e
 - b) - em 24 (vinte e quatro) meses caso a entidade não venha a ser contemplada com a outorga.

CLÁUSULA VIII - A responsabilidade dos sócios nos termos do art. 29 in fine, do Decreto nº 3.708 de 10 de janeiro de 1919 é limitada à importância total do capital social.

CLÁUSULA IX - As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA X - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e intransmissíveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qual -



JUCEB 292.004.435.14

Rua Art. Borrou, nº 5 - Chaze-Classe - Salvador - BA - CEP: 40.157-000
Tel: (71) 3034-5200
E-mail: ivanise@ivaubovarda.net.br - Site: www.ivanbovarda.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 28 de Setembro de 2014
Em test. da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol: R\$1,61 - Tx. Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB696939-3
Consulte o selo em: www.tjba.br/scr/verificacao

TJBA

quer alteração contratual, assim como toda transferência de cotas, de prévia autorização do Poder Concedente.

CLÁUSULA XI - A sociedade é constituída exclusivamente de brasileiros.

CLÁUSULA XII - A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão somente a brasileiros natos, ou como dispuser a Constituição Federal.

CLÁUSULA XIII - O quadro de funcionários da sociedade é formado preferentemente de brasileiros, ou no mínimo, será constituído de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XIV - Para os cargos de locutores, redatores e encarregados das instalações elétricas somente serão admitidos brasileiros.

CLÁUSULA XV - A sociedade será administrada e representada judicial e extrajudicialmente por dois sócios cotistas, os Sócios Gerentes, a eles cabendo, quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos gerentes de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a fim de garantir o funcionamento da sociedade, podendo, para tanto, praticar, sempre em conjunto, todos os atos que se tornem necessários.

CLÁUSULA XVI - Ficam investidos nos cargos de Sócios Gerentes os cotistas JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES e FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS, eximidos de prestar caução.

CLÁUSULA XVII - Os Sócios Gerentes poderão em nome da sociedade nomear procuradores para representá-la em todos os atos de interesse da sociedade devendo, neste caso, obter a aprovação da maioria do capital social e solicitar para a designação, prévia autorização do Ministério das Comunicações, quando será apresentada a prova de nacionalidade do procurador e de idoneidade moral comprovada pelo competente atestado.

CLÁUSULA XVIII - É expressamente proibido aos Sócios Gerentes e aos demais sócios, utilizarem-se da denomina -



JUCEB 292.004.485.14

AV. CARLOS DE FREITAS, 100 - RUA ARI BARROSO, N° 5 - CHAMO-CLAUDE - Salvador - BA - CEP: 40.157-100
Tel: (71) 3634-5200
E-mail: ivanisa@ivanisereis.com.br - Site: www.ivanisereis.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 28 de Novembro de 2014
Em test. da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Empl. R\$1,61 - Tx Fisc. R\$1,16 - Total. R\$3,30

Selo de Autenticidade
Oficial da Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB695941-7
Consulte o selo em: www.jba.ba.br/autenticidade

LEONARDO REIS SANTOS
Escritor Público

TUBA

ção social em negócios, ou documentos, de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, assim como avaliar ou afiançar, em nome da sociedade, obrigações de terceiros.

CLÁUSULA XIX - Para que tenham valor, serão sempre assinados pelos Sócios Gerentes, quaisquer contratos ou documentos que impliquem responsabilidades social, de qualquer natureza, excetuados aqueles relativos à venda ou oneração de bens imóveis que deverão ser assinados necessariamente por todos os sócios.

CLÁUSULA XX - A título de pro labore, os Sócios Gerentes poderão retirar mensalmente uma quantia cujo valor será fixado de comum acordo com os sócios, a qual será levada a débito da conta Despesas Gerais, dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor.

CLÁUSULA XXI - As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja autorização dos Poderes Públicos. O preço de cada cota, neste caso, não ultrapassará o resultado da divisão do ativo líquido apurado no balanço de que trata a Cláusula V, pelo número de cotas.

CLÁUSULA XXII - O valor das cotas e lucros, bem como quaisquer outros créditos do sócio retirante, interdito ou inabilitado, e que não tenham vencimentos pré-fixados, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas dos juros de 12% (doze por cento) ao ano. Em qualquer caso, não se computarão para efeito de tais haveres as importâncias destinadas ao fundo de depreciação ou amortização.

CLÁUSULA XXIII - Os sócios poderão ceder parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito à sociedade, discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja através dos sócios exercido o direito de preferência dentro de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da notificação. De



JUL 29 2014 14:35:14



corrido este prazo sem que haja a manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XXIV - No caso de morte de um dos sócios, as cotas de propriedade do de cujus desde que assim o aprovem os Poderes Públicos, serão transferidas aos herdeiros, ou sucessores ou a quem estes indicarem, ou serão adquiridas pelos sócios supérstites.

CLÁUSULA XXV - As decisões que impliquem a alteração do Contrato Social resultam de votos, representando a maioria do capital social.

CLÁUSULA XXVI - Para as decisões de que trata a cláusula anterior far-se-á a convocação dos sócios, quer mediante carta com aviso de recebimento, quer por anúncio publicado por 3 (três) vezes no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação, contendo, além do local, data e hora da sessão, a indicação da matéria que está sendo submetida à deliberação dos sócios, acompanhada, se necessário, de prévia exposição de motivos, justificando-a.

CLÁUSULA XXVII - A cada cota corresponde um voto nas decisões coletivas.

CLÁUSULA XXVIII - O instrumento de alteração do contrato social será assinado, necessariamente por sócios que representem a maioria do capital social e havendo sócio divergente, ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância para efeito de registro no órgão competente e ressalva dos direitos dos interessados.

CLÁUSULA XXIX - O sócio que não concordar com qualquer alteração feita neste contrato mediante a deliberação dos sócios que representem mais da metade do capital social, manifestada nos termos das cláusulas anteriores, poderá optar entre continuar na sociedade modificada, ou dela retirar-se, sem que se dissolva a sociedade, recebendo seu capital e lucros, de conformidade com as cláusulas V e XXII.

CLÁUSULA XXX - É reconhecido à Sociedade o direito de adquirir



JUEB 292.004.485.14



rir aos sócios cotas liberadas.

CLÁUSULA XXXI - É reconhecido aos sócios que representam 2/3 (dois terços) do capital social o direito de promover mediante alteração do contrato social, a exclusão do sócio culpado de grave violação dos deveres associativos.

CLÁUSULA XXXII - Considera-se grave violação dos deveres associativos para os efeitos da cláusula anterior:

- 19) - violar alguma das estipulações do contrato social, como as da cláusula X;
- 29) - faltar por 3 (três) vezes seguidas, sem justificativa por escrito, às sessões após a convocação de que trata a cláusula XXVI para os fins mencionados na cláusula XXV;
- 39) - tornar-se incapaz, interdito ou inabilitado;
- 49) - decair da confiança dos outros sócios por insolvibilidade, fuga, ausência para lugar não sabido, perpetração de crime, má conduta, descrédito, inimizade com os demais sócios, provocação de discórdia entre eles, desinteligência continuada e outros fatos análogos;
- 59) - fazer concorrência desleal à sociedade;
- 69) - agir ou omitir-se de tal modo que possa colocar a sociedade em situação de ilegalidade ou irregularidade, ou que possa importar em infração à legislação de radiodifusão, ou um não atendimento às exigências formuladas pelos Poderes Públicos.

CLÁUSULA XXXIII - Os deveres do sócio excluído serão apurados em balanço de que trata a cláusula V e serão pagos, em moeda nacional mediante depósito no Banco do Brasil, ou como for conveniente.



JUL 29 2014 4:45:14

INTELLIGENCE ANALYST
Rua Ari Barroso, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 41255-308
Tel: (71) 3034-5200
E-mail: ivansantos@ivansantos.net.br - Site: www.ivansantos.net.br

ATENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 28 de novembro de 2014
Em test. da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol. R\$1,61 - Tx. Fisc. R\$1,16 - Total R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB595947-8
Consulte o selo em www.tjba.br/autenticidade

TJBA

CLÁUSULA XXXIV - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade, como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos sócios na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA XXXV - O sócio poderá manifestar-se sobre o balanço dentro de 30 (trinta) dias de seu encerramento e o silêncio equivalerá à sua aprovação.

CLÁUSULA XXXVI - A distribuição dos lucros será sempre sus-ta da quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXXVII - A sociedade por todos os seus sócios cotistas se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações vigentes, ou que venham a vigorar, referentes à radiodifusão.

CLÁUSULA XXXVIII - As dúvidas sociais serão dirimidas por árbitros, em número ímpar, louvados pelos sócios.

CLÁUSULA XXXIX - Os sócios tomarão conhecimento dos assuntos sociais pelo exame direto dos livros, arquivos e documentos, se e quando lhes pareça conveniente e independentemente da autorização dos Sócios Gerentes e outros cotistas.

CLÁUSULA XL - O início das atividades da sociedade ocorrerá na data da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA XLI - Não sendo a sociedade concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão, poderá alterar quaisquer cláusulas do presente instrumento, desobrigada que está de prévia audiência dos Poderes Públicos.



JUL 29 2004 485.14

Rua Art. Barros, 2° S - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40157-908
Tel: (71) 3834-5208
E-mail: leonardo@leonsantos.net.br - Site: www.leonsantos.net.br

AUTENTICAÇÃO
Conferi com o original a mim apresentado.
Salvador, 28 de Novembro de 2014
Em test. da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol. R\$1,61 - Tx. Fisc. R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB595949-2
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/portal

DE NOTAS
de 100
de 50
de 20
de 10
de 5
de 2
de 1
de 0,50
de 0,20
de 0,10
de 0,05
de 0,02
de 0,01

T
J
B
A

CLÁUSULA XLIII - Os casos não previstos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a Sociedade se regerá, e segundo a legislação que disciplina a execução do serviço de radiodifusão.

E por estarem justos e contratados, fizeram o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor que depois de lido e achado conforme, assinaram o presente contrato, perante as testemunhas abaixo, na forma da lei vigente, destinando-se uma via para o arquivamento na MM Junta Comercial deste Estado, afim de produzir os efeitos legais.

Declaração de desempedimento - portaria DNCR 04 de 10.07.80 os sócios acima discriminados declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que impeçam de exercer atividades mercantis. Firmam a presente declaração para que produza os efeitos legais cientes de que no caso da comprovação de sua falsidade será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

Salvador, 04 de junho de 1982

JURACY CARVALHO BRITTO MAGALHÃES

FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS

ANA MARIA DE ATHAYDE MACALHÃES

EMILIA MARIA GORDIANO CHAGAS



JUL 29 2014 4.48 PM

Rua Art Barrios, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 40.157-380
Tel: (71) 3034-5208
E-mail: ivanise@ivanisevcarda.net.br Site: www.vanisevcarda.net.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado:
Salvador, 28 de novembro de 2014
Em testº da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol: R\$ 61 - Tx Fisc: R\$ 1,16 - Total: R\$ 3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ata Notarial ou de Registro
1606.AB596961-4
Consulte o selo em: www.tjba.org.br/tributaria

LEONARDO REIS SANTOS

TESTEMUNHAS:

5. OFÍCIO

6. OFÍCIO *Eliziana M^{te} de Bastos Oliveira*

USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.

[Handwritten signatures]

JURACY CARVALHO BRITTO MACALHÃES FERNANDO HENRIQUE BATISTA CHAGAS

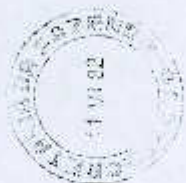
SÓCIOS GERENTES

01300-00000000

*Atesta-se que a pessoa cujas
setas de uso desta bacteria
medicinal, sendo
Salvador, Ba, 28 de junho de 1982*

Uma vez da verdade

[Large handwritten signature]



Autenticação
Confere com o original a mim apresentado
Salvador, 28 de Novembro de 2014
Em test^o da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol. R\$1,61 - Tx Fisc: R\$1,16 - Total R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB595952-2

JUCEB 292.004.435.14

14 J 1962

PROV. VENCIMENTO DE EMPREGO DA LINDA-3000
LBN. CANCELAMENTO que não aconteceu, página 30
TAX. do Arquivado de Nota e Documento apósetos medicamente

[Handwritten signature]
JUCEB 292.004.435.14

Rua Ari Barroa, nº 5 - Chame-Chame - Salvador - BA - CEP: 41.157-380
Tel: (71) 3014-5200
E-mail: leandro@leandrosantos.com.br - Site: www.leandrosantos.com.br

AUTENTICAÇÃO
Confere com o original a mim apresentado.
Salvador, 28 de Novembro de 2014
Em test. da verdade
LEONARDO REIS SANTOS - ESCRIVENTE
Envio: R\$1,61 - Tx Fisc: R\$1,16 - Total: R\$3,30

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado de Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1606.AB695953-0
Consulte o selo no site da TJBa

TJBa



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.575.486/0001-63	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/05/2012
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL PAN BT PARTICIPACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R MARIO LUCHESI	NÚMERO 45	COMPLEMENTO SALA 03	
CEP 13.570-380	BAIRRO/DISTRITO JARDIM SAO PAULO	MUNICÍPIO SAO CARLOS	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/05/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **21/11/2014** às **10:42:17** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.513.836/0001-67	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/05/2012
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA			
LOGRADOURO R REGINA NOGUEIRA	NÚMERO 120	COMPLEMENTO SALA 18	
CEP 13.045-290	BAIRRO/DISTRITO JARDIM SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 21/11/2014 às 10:43:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.513.828/0001-10	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/05/2012
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL SFO PARTICIPACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO AV SELMA PARADA	NÚMERO 201	COMPLEMENTO CONJ 01 SALA 154R COND GALLERIA OFFICE PARK	
CEP 13.091-904	BAIRRO/DISTRITO VILA MADALENA	MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/05/2012	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **21/11/2014** às **10:44:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
0.504.074/14-3



CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ/MF Nº 15.513.836/0001
NIRE 35.226.425.311



ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

- 1. DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2014, às 10:00 horas, na sede social, localizada Rua Regina Nogueira, 120, sala 18, Jardim São Gabriel, cidade de Campinas, estado de São Paulo, CEP 13045-290.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos por Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira e secretariados por Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira
- 4. ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;
- 5. DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
- 6. DELIBERAÇÕES:**
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2013;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2013.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

Campinas, 30 de abril de 2014.

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira
Presidente

Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira
Secretário

Sócias quotistas:

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira

Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO FLAVIA REGINA BRITTO
SOB O NÚMERO SECRETARIA SINAL EM EXERCÍCIO

170.944/14-1





CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF Nº 15.513.836/0001-67

NIRE 35.226.425/311



ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

- 1. DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2013, às 10:00 horas, na sede social, localizada Rua Regina Nogueira, 120, sala 18, Jardim São Gabriel, cidade de Campinas, estado de São Paulo, CEP 13045-290.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
- 3. MESA:** Os trabalhos foram presididos por Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira e secretariados por Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira
- 4. ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;
- 5. DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
- 6. DELIBERAÇÕES:**
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2012.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

Campinas, 30 de abril de 2013.

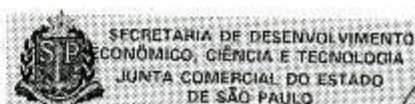
Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira
Presidente

Carla Paes de A. C. Nogueira
Secretário

Sócias quotistas:

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira

Carla Paes de A. C. Nogueira



CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 226.373/13-7
GISELA SÉTIMA CESARI
SECRETÁRIA GERAL



SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
0.534.702/12-0



1ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA 1ª TABELA DE CAMPANHA
CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA. Autenticado por WILLIAM S. CAN

CNPJ nº 15.513.836/0001-67

NIRE: 3522642531-1

PREÇO POR
AUTENTICAÇÃO
R\$ 2,60

25 FEV. 2014

Autentico a presente cópia reprográfica conforme original a mim apresentado, do que dou fé.

Em testemunho da verdade.

RODOLFO LUAN VINICIUS SOUZA

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

(a) **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 34.998.714-2-SSP/SP e do CPF/MF nº 213.767.958-25, residente e domiciliada Alameda das Palmeiras, 600, Cond. Alto da Nova Campinas, Bairro Gramado, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.101-676; e

(b) **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, casada, economista, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 11.583.958-SSP/SP e do CPF/MF nº 212.996.408-77, residente e domiciliada na Alameda das Palmeiras, 600, Cond. Alto da Nova Campinas, Bairro Gramado, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.101-676;

Sócias representantes da totalidade do capital social da sociedade empresária **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.513.836/0001-67, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 3522642531-1, em sessão de 07.05.2012, têm justo e avençado o que segue.

1) Decidem as Sócias, por unanimidade, nomear como Administrador não sócio da Sociedade, o Sr. **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, separado, jornalista, portador da Cédula de Identidade n. 13.278.437-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, com endereço na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290.

2) Tendo em vista a eleição de novo Administrador da Sociedade, resolvem as sócias, por unanimidade, dar nova redação à Cláusula Sexta do Contrato Social e seus respectivos parágrafos, que passam a vigorar com a seguinte redação:

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada, conjuntamente, pelas Sócias Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira e Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira, retro qualificadas, designadas Sócias Administradoras ou por uma das Sócias Administradoras em conjunto com o Administrador não sócio, Paulo Augusto Alves Brasileiro retro qualificado.

1



Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambas as Administradoras, desde que temporários e ocasionais, a administração da Sociedade será exercida pelo Administrador não sócio acima indicado, para gerir os negócios sociais, com aprovação da totalidade dos Sócios.

Parágrafo Segundo - Nem as Sócias Administradoras, nem o Administrador não sócio receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - As Sócias Administradoras, conjuntamente, ou uma das Sócias Administradoras em conjunto com o Administrador não sócio administrarão a Sociedade, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhe, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou conseqüentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval em favor da Sociedade.

Parágrafo Quinto - Qualquer uma das Sócias Administradoras ou o Administrador não sócio poderá, isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores "ad judícia" para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações "ad negocia" não poderão ter prazo de validade superior a um ano e só poderão ser constituídas, em nome da sociedade, pelas Sócias Administradoras, conjuntamente, ou por umas das Sócias Administradoras em conjunto com o Administrador não sócio.

- 3) Ainda em decorrência da nomeação de Administrador não sócio, a Cláusula Décima do Contrato Social passará a vigorar com a seguinte redação:



Cláusula Décima - As Sócias Administradoras e o Administrador não sócio declaram expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

Handwritten signatures in blue ink, including a large 'C' and 'V' signature.



4) Em razão das deliberações acima, resolvem as sócias consolidar o contrato social como abaixo:



Cláusula Primeira - A Sociedade denomina-se **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, é empresária personificada limitada, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo Segundo - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

REGÊNCIA E FORO

Cláusula Segunda - A Sociedade se regerá pelo disposto em seu Contrato Social, pela Lei 10.406 de 10/01/2002, e subsidiariamente, pelo disposto na Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem sede e foro na cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo.

OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A Sociedade tem por objeto específico a participação em outras sociedades empresárias, direta ou indiretamente, como acionista ou quotista.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quarta - O capital social, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente do país, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas sociais, cada uma delas absolutamente indivisível, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Essas quotas sociais indivisíveis ficam assim distribuídas entre os sócios:

- a) À Sócia **Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 9.800 (nove mil e oitocentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);
- b) À Sócia **Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 200 (duzentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 200,00 (duzentos reais).

Parágrafo Primeiro - Na forma do disposto no artigo 1.052 do Novo Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem

solidariamente pela integralização do capital social.

TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

Cláusula Quinta - Nenhum sócio quotista poderá exercer a garantia de dívida sua respectiva participação societária. O sócio que quiser retirar-se da sociedade deverá manifestar-se expressamente, por carta protocolada, sua intenção de preferência de noventa (90) dias, informando por escrito aos demais sócios, alguma oferta que tenha recebido. Estes terão o mesmo prazo para comunicar, da mesma forma, seu interesse na aquisição da participação societária ofertada, respeitado o direito de preferência estabelecido no Parágrafo Único desta cláusula.

Parágrafo Único - As transferências de participação societária entre sócios são permitidas, desde que assegurado o direito de preferência em igualdade de condições, se o ato for a título oneroso, na proporção das respectivas participações societárias.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada, conjuntamente, pelas Sócias Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira e Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira, retro qualificadas, designadas Sócias Administradoras ou por uma das Sócias Administradoras em conjunto com o Administrador não sócio, Paulo Augusto Alves Brasileiro retro qualificado.

Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambas as Administradoras, desde que temporários e ocasionais, a administração da Sociedade será exercida pelo Administrador não sócio acima indicado, para gerir os negócios sociais, com aprovação da totalidade dos Sócios.

Parágrafo Segundo - Nem as Sócias Administradoras, nem o Administrador não sócio receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - As Sócias Administradoras, conjuntamente, ou uma das Sócias Administradoras em conjunto com o Administrador não sócio administrarão a Sociedade, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhe, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou consequentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval em favor da Sociedade.

Parágrafo Quinto - Qualquer uma das Sócias Administradoras ou o Administrador não sócio poderá, isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores "ad judicium" para

praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações "ad negocia" não poderão ter prazo de validade superior a um ano e só poderão ser constituídas, em nome da sociedade, pelas Sócias Administradoras, conjuntamente, ou por uma das Sócias Administradoras em conjunto com o Administrador não sócio.



DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Sétima - Ressalvado o disposto na Cláusula Sexta, **Parágrafo Quarto**, as deliberações sociais serão tomadas em Reunião dos Sócios Quotistas, por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 do capital social.

Parágrafo Primeiro - A Reunião dos Sócios Quotistas atenderá às disposições dos artigos 1.071 e seguintes até 1.080 da Lei 10.406/2002, naquilo que não colidir com as disposições deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo - O "quorum" para a instalação de Reunião ou Assembléia de Sócios será, de no mínimo, 2/3 de Sócios que representem o capital social.

Parágrafo Terceiro - Dispensar-se-ão as formalidades da instalação e realização de Reunião ou Assembléia dos Sócios na sede social, quando presentes os Sócios, detentores da totalidade do capital social, decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela. As deliberações constarão de termo de deliberação expressa dos Sócios, mediante declaração inequívoca, firmada conjuntamente por todos os Sócios.

EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

Cláusula Oitava - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a totalidade do capital social.

Parágrafo Primeiro - Por decisão de todos os Sócios, poderão também ser levantados balanços intermediários.

Parágrafo Segundo - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço acusar prejuízo.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A sociedade se dissolverá e se liquidará pela vontade dos Sócios representando a totalidade do capital social, ou nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução ou liquidação da Sociedade, os Sócios, representando a totalidade do capital social, indicarão seu liquidante e a mesma se fará de acordo com a legislação vigente.

5



DECLARAÇÕES FINAIS

Cláusula Décima - As Sócias Administradoras e o Administrador não sócio declaram expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

Campinas, 22 de maio de 2012.

Sócias Administradoras:


CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA



STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA


Administrador não sócio:

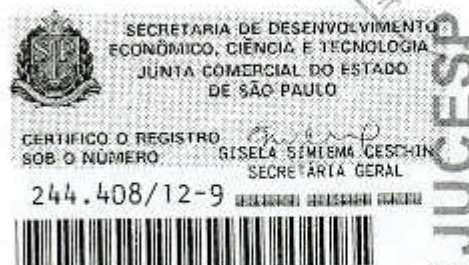

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO



Testemunhas:

1. 
Nome: Paulo Augusto Alves Brasileiro
RG: 48.603.304-0 SSP-SP

2. 
Nome: Gabriel Stefano
RG: 46.526.622-8 SSP-SP





JUCESP

05

07 05 12

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

JUCESP PROTOCOLO
0.442.249/12-3CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular,

(a) CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 34.998.714-2-SSP/SP e do CPF/MF nº 213.767.958-25, residente e domiciliada Alameda das Palmeiras, 600, Cond. Alto da Nova Campinas, Bairro Gramado, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.101-676; e

(b) STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, brasileira, casada, economista, portadora da Carteira de Identidade RG. nº 11.583.958-5SP/SP e do CPF/MF nº 212.996.408-77, residente e domiciliada na Alameda das Palmeiras, 600, Cond. Alto da Nova Campinas, Bairro Gramado, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.101-676;

têm entre si justo e acordado constituir uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas e condições.

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Primeira - A Sociedade denomina-se CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA., é empresária personificada limitada, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo Segundo - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

REGÊNCIA E FORO

Cláusula Segunda - A Sociedade se regerá pelo disposto em seu Contrato Social, pela Lei 10.406 de 10/01/2002, e subsidiariamente, pelo disposto na Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem sede e foro na cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo.



JUCESP

05

OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades empresárias, direta ou indiretamente, como acionista ou quotista.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quarta - O capital social, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente do país, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas sociais, cada uma delas absolutamente indivisível, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Essas quotas sociais indivisíveis ficam assim distribuídas entre os sócios:

- a) À Sócia **Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 9.800 (nove mil e oitocentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);
- b) À Sócia **Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira** cabem 200 (duzentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 200,00 (duzentos reais).

Parágrafo Primeiro - Na forma do disposto no artigo 1.052 do Novo Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS SOCIAIS

Cláusula Quinta - Nenhum sócio quotista poderá gravar em garantia de dívida sua respectiva participação societária. O sócio que quiser retirar-se da sociedade deverá manifestar-se expressamente, por carta protocolada, sua intenção com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias, informando por escrito aos demais sócios, alguma oferta que tenha recebido. Estes terão o mesmo prazo para comunicar, da mesma forma, seu interesse na aquisição da participação societária ofertada, respeitado o direito de preferência estabelecido no Parágrafo Único desta cláusula.

Parágrafo Único - As transferências de participação societária entre sócios são permitidas, desde que assegurado o direito de preferência em igualdade de condições, se o ato for a título oneroso, na proporção das respectivas participações societárias.

Página 2 de 5



JUCESP

05

07 05 12

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada, conjuntamente, pelas Sócias Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira e Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira, retro qualificadas, designadas **Sócias Administradoras**.

Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambas as Administradoras ou de qualquer uma delas, desde que temporários e ocasionais, a administração da Sociedade será exercida por administrador(a), sócio ou não, indicado(a) por ambas as sócias, para gerir os negócios sociais, com aprovação da totalidade dos Sócios.

Parágrafo Segundo - Nem as Sócias Administradoras, nem seu eventual substituto receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - As Sócias Administradoras administrarão a Sociedade em conjunto, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, cabendo-lhe, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou consequentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval em favor da Sociedade.

Parágrafo Quinto - Qualquer uma das Sócias Administradoras poderá, isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores "ad negocia" ou "ad judicia" para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações "ad negocia" não poderão ter prazo de validade superior a um ano.

DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Sétima - Ressalvado o disposto na Cláusula Sexta, Parágrafo Quarto, as deliberações sociais serão tomadas em Reunião dos Sócios Quotistas, por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 do capital social.



Página 3 de 5

JUL 19

05

09 05 12

Parágrafo Primeiro - A Reunião dos Sócios Quotistas atenderá às disposições dos artigos 1.071 e seguintes até 1.080 da Lei 10.406/2002, naquilo que não colidir com as disposições deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo - O "quorum" para a instalação de Reunião ou Assembleia de Sócios será, de no mínimo, 2/3 de Sócios que representem o capital social.

Parágrafo Terceiro - Dispensar-se-ão as formalidades da instalação e realização de Reunião ou Assembleia dos Sócios na sede social, quando presentes os Sócios, detentores da totalidade do capital social, decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela. As deliberações constarão de termo de deliberação expressa dos Sócios, mediante declaração inequívoca, firmada conjuntamente por todos os Sócios.

EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

Cláusula Oitava - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a totalidade do capital social.

Parágrafo Primeiro - Por decisão de todos os Sócios, poderão também ser levantados balanços intermediários.

Parágrafo Segundo - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço acusar prejuízo.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A sociedade se dissolverá e se liquidará pela vontade dos Sócios representando a totalidade do capital social, ou nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução ou liquidação da Sociedade, os Sócios, representando a totalidade do capital social, indicarão seu liquidante e a mesma se fará de acordo com a legislação vigente.

Página 4 de 5



JUCESP

06


07 05 12


DECLARAÇÕES FINAIS

Clausula Décima - As Sôcias Administradoras declaram expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

É por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.


Campinas, 25 de abril de 2012.


CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA



STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

Testemunhas

1. 
Nome: Rafael Stefano Althoff
RG: VL 326.622-8 SSP/SP

2. 
Nome: Roberto Carlos de Souza
RG: 16.800.000-0 SSP/SP

Advogado:


Felipe Daniel de Moraes-Fernandes
OAB/SP 251.024



Página 5 de 5



SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
2.263.962/13-0



SFO PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ/MF Nº 15.513.828/0001-10

NIRE 35.226.425.460

ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

1. DATA, HORA, E LOCAL: 30 de abril de 2013, às 10:00 horas, na sede social, localizada Avenida Selma Parada, n. 201, conjunto 01, sala 154-Q, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.091.904.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.

3. MESA: Os trabalhos foram presididos por Adriana Coutinho Nogueira e secretariados por Edson Firmino de Paula.

4. ORDEM DO DIA: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;

5. DOCUMENTOS: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.

6. DELIBERAÇÕES:

(i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012;

(ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;

(iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2012.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

Campinas, 30 de abril de 2013.

Adriana Coutinho Nogueira

Presidente

Pelo procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes

Edson Firmino de Paula

Secretário

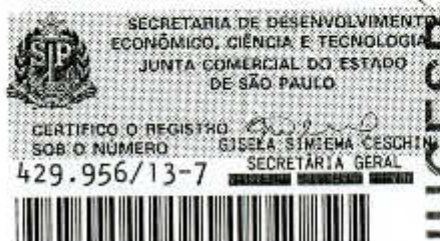
Sócios quotistas:

Adriana Coutinho Nogueira Hamad

Pelo procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes

Edson Firmino de Paula

Paulo Augusto Alves Brasileiro



JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.263.020/13-7

SINGULAR

1ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA
SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 15.513.828/0001-10

MRE: 35226425460

JUCESP

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

(a) **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.421.911-4 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 287.712.248-40, domiciliada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-N, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904;

(b) **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, separado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG 13.278.437-3 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Regina Nogueira, 120, CEP 13045-290; e

(c) **EDSON FIRMINO DE PAULA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.442.321 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 079.498.888-14, domiciliado na Avenida Selma Parada n. 201, conjunto 01, sala 154, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, Campinas, SP, CEP 13.091-904.

Sócios representantes da totalidade do capital social da sociedade empresária **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.513.828/0001-10, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 3522642546-0, em sessão de 09.05.2012, têm justo e avençado o que segue.

1) Decidem os Sócios, por unanimidade, alterar os parágrafos primeiro, terceiro e quinto da cláusula 6ª (DA ADMINISTRAÇÃO) passando a Sociedade a ser administrada por seus sócios administradores em conjunto.

2) Tendo em vista a alteração na forma de representação da sociedade, resolvem os sócios, por unanimidade, dar nova redação à Cláusula Sexta do Contrato Social em especial os parágrafos primeiro, terceiro e quinto, que passam a vigorar com a seguinte redação:

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada, em conjunto, pelos Sócios **Adriana Coutinho Nogueira** e **Paulo Augusto Alves Brasileiro**, retro qualificados, designados Sócios Administradores.

5º TABELIÃO DE NOTAS - CAMPINAS - SP
AUTENTICAÇÃO

CAMPINAS,

28 MAR. 2013

Página 1 de 6

Autentico a presença da
original e em
Luciana Cristina Baldoni Lope
MÉDIO TABELIÃO DE NOTAS



Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambos os Sócios Administradores, desde que temporários e ocasionais, na Administração da Sociedade, a administração da Sociedade será exercida por administrador, sócio ou não, indicado exclusivamente pela Sócia **Adriana Coutinho Nogueira**, para gerir os negócios sociais, com aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

Parágrafo Segundo - Nem o Sócio Administrador, nem seu eventual substituto indicado pelos sócios quotistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios Administradores administrarão a Sociedade sempre em conjunto, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhes, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou consequentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos pelos Sócios Administradores dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval exclusivamente em favor de sociedades Coligadas ou Controladas pela SFO Participações Ltda., ficando expressamente vedado o aval ou fiança que não preencham tais condições.

Parágrafo Quinto - O(s) Sócio(s) Administrador(es) poderá(ão), sempre em conjunto, constituir, em nome da sociedade, procuradores "ad negocia" ou "ad judicia" para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações "ad negocia" não poderão ter prazo de validade superior a um ano.

4) Em razão das deliberações acima, resolvem os sócios consolidar o contrato social conforme segue a partir da página 3 de 6:



5º TABELIÃO DE NOTAS - CAMPINAS - SP
AUTENTICAÇÃO

CAMPINAS, 28 MAR. 2013

Autentico a presente cópia original a mim apresentada.
Luciana Cristina Baldoni Loures



Página 2 de 6

CONTRATO SOCIAL DA SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ nº 15.513.828/0001-10
NIRE: 35226425460

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Primeira - A Sociedade denominada **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, é empresária personificada limitada, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios que representem, no mínimo, 1/2 do Capital Social.

Parágrafo Segundo - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

REGÊNCIA E FORO

Cláusula Segunda - A Sociedade se regerá pelo disposto em seu Contrato Social, pela Lei 10.406 de 10/01/2002, e subsidiariamente, pelo disposto na Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem sede e foro na cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo.

OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A Sociedade tem por objeto específico a participação em outras sociedades empresárias, direta ou indiretamente, como acionista ou quotista.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quarta - O capital social, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente do país, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas sociais, cada uma delas absolutamente indivisível, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Essas quotas sociais indivisíveis ficam assim distribuídas entre os sócios:

- a) À Sócia **Adriana Coutinho Nogueira** cabem 9.800 (nove mil e oitocentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);
- b) Ao Sócio **Paulo Augusto Alves Brasileiro** cabem 100 (cem) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 100,00 (cem reais).
- c) Ao Sócio **Edson Firmino de Paula**, cabem 100 (cem) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 100,00 (cem reais).

Parágrafo Primeiro - Na forma do disposto no artigo 1.052 do Novo Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS SOCIAIS

Cláusula Quinta - Nenhum sócio quotista poderá gravar em garantia de dívida sua respectiva participação societária. O sócio que quiser retirar-se da sociedade deverá manifestar-se expressamente, por carta protocolada, sua intenção com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias, informando por escrito aos demais sócios, alguma oferta que tenha recebido. Estes terão o mesmo prazo para comunicar, da mesma forma, seu interesse na aquisição da participação societária ofertada, respeitado o direito de preferência estabelecido no Parágrafo Único desta cláusula.

Parágrafo Único - As transferências de participação societária entre sócios são permitidas, desde que assegurado o direito de preferência em igualdade de condições, se o ato for a título oneroso, na proporção das respectivas participações societárias.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada, em conjunto, pelos Sócios **Adriana Coutinho Nogueira** e **Paulo Augusto Alves Brasileiro**, retro qualificados, designados **Sócios Administradores**.

Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambos os Sócios Administradores, desde que temporários e ocasionais, na Administração da Sociedade, a administração da Sociedade será exercida por administrador, sócio ou não, indicado exclusivamente pela Sócia **Adriana Coutinho Nogueira**, para gerir os negócios sociais, com aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

Parágrafo Segundo - Nem o Sócio Administrador, nem seu eventual substituto indicado pelos sócios quotistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios Administradores administrarão a Sociedade sempre em conjunto, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhes, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou consequentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos pelos Sócios Administradores dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval exclusivamente em favor de sociedades Coligadas ou Controladas pela SFO Participações Ltda., ficando expressamente vedado o aval ou fiança que não preencham tais condições.



Parágrafo Quinto – O(s) Sócio(s) Administrador(es) poderá(ão), sempre em conjunto, constituir, em nome da sociedade, procuradores “ad negocia” ou “ad judicia” para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações “ad negocia” não poderão ter prazo de validade superior a um ano.

DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Sétima - Ressalvado o disposto na Cláusula Sexta, Parágrafo Quarto, as deliberações sociais serão tomadas em Reunião dos Sócios Quotistas, por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 do capital social.

Parágrafo Primeiro - A Reunião dos Sócios Quotistas atenderá às disposições dos artigos 1.071 e seguintes até 1.080 da Lei 10.406/2002, naquilo que não colidir com as disposições deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo - O “quorum” para a instalação de Reunião ou Assembléia de Sócios será, de no mínimo, 2/3 de Sócios que representem o capital social.

Parágrafo Terceiro - Dispensar-se-ão as formalidades da instalação e realização de Reunião ou Assembléia dos Sócios na sede social, quando presentes os Sócios, detentores da totalidade do capital social, decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela. As deliberações constarão de termo de deliberação expressa dos Sócios, mediante declaração inequívoca, firmada conjuntamente pelos Sócios.

EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

Cláusula Oitava - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a maioria do capital social.

Parágrafo Primeiro - Por decisão da maioria do Capital Social, os Sócios poderão também ser levantados balanços intermediários.

Parágrafo Segundo - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.

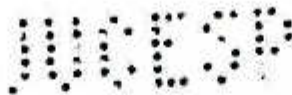
Parágrafo Terceiro - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço acusar prejuízo.

DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A sociedade se dissolverá e se liquidará pela vontade dos Sócios representando, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social, ou nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução ou liquidação da Sociedade, os Sócios representando, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social, indicarão seu liquidante e a mesma se fará de acordo com a legislação vigente.



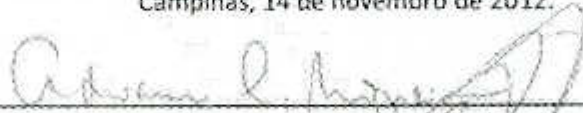


DECLARAÇÕES FINAIS

Cláusula Décima - Os Sócios Administradores declaram expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

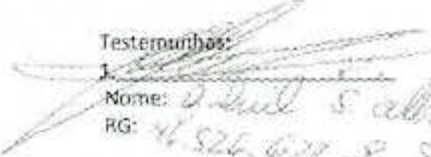
Campinas, 14 de novembro de 2012.



ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA


PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO


EDSON FIRMINO DE PAULA

Testemunhas:

1. 
Nome: Paulo S. Albert
RG: 46.526.622-8 SSP/SP

2. 
Nome: Andréa Gambiar
RG: 53.506.422-9 SSP/SP



26 MAR. 2013



5º TABELÃO DE NOTAS - CAMPINAS - SP AUTENTICAÇÃO

Página 6 de 6

CAMPINAS, 26 MAR 2013

Autentico a cópia reproduzida pelo me original a   
Luciano Cristóvão de Jesus, Escrivão Autorizada.
Visto em 26/03/2013 às 15h58m58s.

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.448.178/12-6

N.I.R.E.
SINGULAR
MATRIZ <input type="checkbox"/>
FILIAL <input type="checkbox"/>

05



SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular,

(a) **ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.421.911-4 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 287.712.248-40, domiciliada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-N, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904;

(b) **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, separado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG 13.278.437-3 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Regina Nogueira, 120, CEP 13045-290; e

(c) **EDSON FIRMINO DE PAULA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.442.321 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 079.498.888-14, domiciliado na Avenida Selma Parada n. 201, conjunto 01, sala 154, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, Campinas, SP, CEP 13.091-904.

têm entre si justo e acordado constituir uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas e condições.

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Primeira - A Sociedade denomina-se **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, é empresária personificada limitada, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada pelos sócios que representem, no mínimo, 3% do Capital Social.

Parágrafo Segundo - A Sociedade terá duração por prazo indeterminado.

REGÊNCIA E FORO

Cláusula Segunda - A Sociedade se regerá pelo disposto em seu Contrato Social, pela Lei 10.406 de 10/01/2002, e subsidiariamente, pelo disposto na Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem sede e foro na cidade e comarca de Campinas, Estado de São Paulo.

Página 1 de 5



JUCESP

05

09:15:12 OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A Sociedade tem por objeto específico a participação em outras sociedades empresárias, direta ou indiretamente, como acionista ou quotista.

CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quarta - O capital social, totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente do país, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas sociais, cada uma delas absolutamente indivisível, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Essas quotas sociais indivisíveis ficam assim distribuídas entre os sócios:

- a) À Sócia **Adriana Coutinho Nogueira** cabem 9.800 (nove mil e oitocentas) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);
- b) Ao Sócio **Paulo Augusto Alves Brasileiro** cabem 100 (cem) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 100,00 (cem reais).
- c) Ao Sócio **Edson Firmino de Paula**, cabem 100 (cem) quotas sociais, indivisíveis, no valor nominal de R\$1,00 (um real), cada uma, totalizando R\$ 100,00 (cem reais).

Parágrafo Primeiro - Na forma do disposto no artigo 1.052 do Novo Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS SOCIAIS

Cláusula Quinta - Nenhum sócio quotista poderá gravar em garantia de dívida sua respectiva participação societária. O sócio que quiser retirar-se da sociedade deverá manifestar-se expressamente, por carta protocolada, sua intenção com antecedência de no mínimo 90 (noventa) dias, informando por escrito aos demais sócios, alguma oferta que tenha recebido. Estes terão o mesmo prazo para comunicar, da mesma forma, seu interesse na aquisição da participação societária ofertada, respeitado o direito de preferência estabelecido no Parágrafo Único desta cláusula.

Parágrafo Único - As transferências de participação societária entre sócios são permitidas, desde que assegurado o direito de preferência em igualdade de condições, se o ato for a título oneroso, na proporção das respectivas participações societárias.

Página 2 de 5



JUCESP
05
09 05 12
DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A Sociedade será administrada pelos Sócios **Adriana Coutinho Nogueira** e **Paulo Augusto Alves Brasileiro**, retro qualificados, designados Sócios Administradores.

Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento de ambos os Sócios Administradores, desde que temporários e ocasionais, na Administração da Sociedade, a administração da Sociedade será exercida por administrador, sócio ou não, indicado exclusivamente pela Sôcia **Adriana Coutinho Nogueira**, para gerir os negócios sociais, com aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

Parágrafo Segundo - Nem o Sócio Administrador, nem seu eventual substituto indicado pelos sócios quotistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios Administradores administrarão a Sociedade isoladamente ou em conjunto, representando-a ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, cabendo-lhes, em nome da sociedade, praticar todos os atos que forem de gestão, pertinentes, correlatos ou consequentes aos objetivos sociais, nesta esfera podendo administrar e executar todo o movimento financeiro da Sociedade, exercendo a direção dos negócios sociais, administrando os assuntos de ordem contábil, fiscal, legal e trabalhista, e praticando enfim, tudo o mais que se relacione com os interesses da administração da Sociedade, inclusive representá-la perante os Poderes Públicos, agindo sempre rigorosamente de acordo com o princípio da estrita legalidade dos atos de administração praticados, em benefício da Sociedade.

Parágrafo Quarto - A prática dos seguintes atos pelos Sócios Administradores dependerá da aprovação de sócios que representem, no mínimo, 99% (noventa e nove por cento) do capital social: (a) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis de propriedade da Sociedade; (b) aquisição, alienação ou oneração, por qualquer forma, de quotas ou ações detidas pela Sociedade, representativas do capital social de outras empresas, incluindo, sem limitação, a assinatura de acordos de quotistas ou acionistas relativos a estas quotas ou ações; (c) prestação de fiança ou aval exclusivamente em favor de sociedades Coligadas ou Controladas pela SFO Participações Ltda., ficando expressamente vedado o aval ou fiança que não preencham tais condições.

Parágrafo Quinto - O(s) Sócio(s) Administrador(es) poderá(ão), isoladamente ou em conjunto, constituir, em nome da sociedade, procuradores "ad negocia" ou "ad judicia" para praticarem os atos que lhes forem especificados no mandato. As procurações "ad negocia" não poderão ter prazo de validade superior a um ano.



JUCESP
05
09 05 12

DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS SÓCIOS E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Sétima - Ressalvado o disposto na Cláusula Sexta, Parágrafo Quarto, as deliberações sociais serão tomadas em Reunião dos Sócios Quotistas, por Sócios que representem, no mínimo, 3/4 do capital social.

Parágrafo Primeiro - A Reunião dos Sócios Quotistas atenderá às disposições dos artigos 1.071 e seguintes até 1.080 da Lei 10.406/2002, naquilo que não colidir com as disposições deste Contrato Social.

Parágrafo Segundo - O "quorum" para a instalação de Reunião ou Assembleia de Sócios será, de no mínimo, 2/3 de Sócios que representem o capital social.

Parágrafo Terceiro - Dispensar-se-ão as formalidades da instalação e realização de Reunião ou Assembleia dos Sócios na sede social, quando presentes os Sócios, detentores da totalidade do capital social, decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto dela. As deliberações constarão de termo de deliberação expressa dos Sócios, mediante declaração inequívoca, firmada conjuntamente pelos Sócios.

EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

Cláusula Oitava - O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a maioria do capital social.

Parágrafo Primeiro - Por decisão da maioria do Capital Social, os Sócios poderão também ser levantados balanços intermediários.

Parágrafo Segundo - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.

Parágrafo Terceiro - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço acusar prejuízo.



[Handwritten signature]

SEI 53000.044858/2013-75 / pg. 137

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO
2.263.943/13-4



PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF Nº 15.575.486/0001-63

NIRE 35.226.507-300

ATA DA REUNIÃO DE QUOTISTAS

1. **DATA, HORA, E LOCAL:** 30 de abril de 2013, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, CEP 13570-380, Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, conforme o disposto no Código Civil, art. 1.072, § 2º, em decorrência de estarem presentes os quotistas representando a totalidade do capital social.
3. **MESA:** Os trabalhos foram presididos por Paulo Augusto Alves Brasileiro e secretariados por Fellipe Daniel de Moraes Fernandes.
4. **ORDEM DO DIA:** (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012 e deliberar sobre o balanço patrimonial; (ii) tomar as contas dos administradores; (iii) deliberar acerca da destinação do resultado da companhia;
5. **DOCUMENTOS:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras disponibilizados nos termos do art. 1.078, § 1º, do Código Civil.
6. **DELIBERAÇÕES:**
 - (i) aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2012;
 - (ii) aprovar as contas da Administração, sem quaisquer ressalvas;
 - (iii) Os senhores quotistas deixam de deliberar acerca da distribuição e da destinação do lucro líquido diante do prejuízo acumulado no ano exercício encerrado em 31/12/2012.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e assinada.

São Carlos, 30 de abril de 2013.

Paulo Augusto Alves Brasileiro
Presidente

Fellipe Daniel de Moraes Fernandes
Secretário

Sócios quotistas:

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira

Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira

SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

pelo procurador Fellipe Daniel de Moraes Fernandes



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO **429.955/13-3**

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SECRETARIA GERAL

SELLO DE NOTAS CAMPAGNONE SP
ATENTICAÇÃO

VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE ATENTICAÇÃO
11 NOV. 2014
Autenticado e presente cópia rubricada conforme original e não apresentado, do que dou fé.

ATENTICAÇÃO
0195A172595

JUL 2014



N.I.R.E.
SINGULAR
MATRIZ ☐
FILIAL ☐

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
0.472.047/12-7



05
PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA

140512
CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular,

(A) **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, empresária personificada limitada, com sede na Rua Regina Nogueira, 120, Sala 18, Jardim São Gabriel, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13045-290, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.226.425.311, em sessão de 07 de maio de 2012, com a inscrição no CNPJ/MF sob nº 15.513.836/0001-67, através das Sócias Administradoras, a senhora **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, casada, economista, portadora da Carteira de Identidade RG nº 11.583.958-SSP/SP e do CPF/MF nº 212.996.408-77, e **CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, solteira, estudante, portadora da Carteira de Identidade RG nº 34.998.714-2-SSP/SP e do CPF/MF nº 213.767.958-25, ambas domiciliadas na Cidade de Campinas, SP, na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, CEP 13045-290; e

(B) **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, empresária personificada limitada, com sede na Avenida Selma Parada n. 201, Conjunto 01, sala 154-R, Condomínio Galleria Office Park, Vila Madalena, CEP 13.091-904, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.226.425.460, em sessão de 09 de maio de 2012, com a inscrição no CNPJ/MF sob nº 15.513.828/0001-10, através do Sócio Administrador, o senhor **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, separado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG 13.278.437-3 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF n. 059.238.728-38, domiciliado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, CEP 13045-290;

têm entre si justo e acordado constituir uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO

A Sociedade girará sob a denominação de **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA SEDE E FILIAIS

A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Rua Mario Luchesi, n. 45, sala 03, Jardim São Paulo, CEP 13570-380, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país, mediante deliberação dos sócios que representem, no mínimo, ¾ do Capital Social.



Página 1 de



JUCESP

05

CLÁUSULA TERCEIRA OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

CLÁUSULA QUARTA PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

(a) A sócia **CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, retro qualificada, possui 25.000 quotas, no valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco) mil reais.

(b) A sócia **SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, retro qualificada, possui 25.000 quotas, no valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

§1º. A responsabilidade dos sócios quotistas é limitada ao montante total do capital social, responsabilizando-se cada sócio na proporção de sua participação, nos lucros e nas perdas da Sociedade.

§2º. Cada quota dá direito a 1 (um) voto nas deliberações a serem tomadas pelos quotistas.

CLÁUSULA SEXTA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade incumbe ao senhor **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO** e à senhora **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, ambos retro qualificados, designados Administradores não Sócios.

§1º. Nem os Administradores não Sócios, nem qualquer outro indicado pelos sócios quotistas representantes de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Sociedade, receberão qualquer remuneração ou gratificação por sua gestão e administração da Sociedade.



Página 2 de 6



JUCESP

05

§2º Observado o disposto na Cláusula Nona abaixo, caberá aos Sócios-Administradores, conjuntamente; ou a um dos Sócios-Administradores em conjunto com um procurador por eles nomeado; ou, ainda, a um ou mais procuradores, conforme instrumento de mandato, a prática dos atos necessários ao funcionamento da administração da Sociedade, dispondo, para tanto, de todos os poderes necessários para (a) a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, (b) a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, inclusive a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis e imóveis da Sociedade; e (c) a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros.

§3º As procurações outorgadas pela Sociedade o serão pelos Sócios-Administradores, em conjunto e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão conter um período de validade determinado.

§4º Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Sociedade, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

§5º As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por um único sócio administrador, não precisando conter período de validade determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA DIREITO DE PREFERÊNCIA

Nenhum sócio quotista poderá alienar a terceiros estranhos à Sociedade, nem gravar em garantia de dívida, sua respectiva participação societária, sem antes oferecer aos demais, os quais terão o direito de preferência na aquisição, respeitada a proporcionalidade de participação de cada um no capital social e, desde que observado o disposto no Acordo de Quotistas da Sociedade.

CLÁUSULA OITAVA EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao final de cada exercício, e relativamente ao mesmo, será levantado um balanço e serão preparadas as demais demonstrações financeiras.

CLÁUSULA NONA DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

Além das matérias previstas em Lei, as matérias abaixo listadas também dependem necessariamente de deliberação dos sócios para serem aprovadas, por resolução aprovada pelo voto afirmativo de sócios que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social total da Sociedade, em reunião de sócios a ser regularmente convocada, da qual deverá ser lavrada em ata:



Página 3 de 6



JUCESP

05

- (i) alteração do Contrato Social da Sociedade ou de qualquer de suas controladas;
- (ii) aprovação de qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Sociedade ou qualquer de suas controladas;
- (iii) autorização aos administradores da Sociedade ou de qualquer de suas controladas para confessar falência ou entrar com pedido de recuperação judicial;
- (iv) liquidação e dissolução da Sociedade ou de qualquer de suas controladas;
- (v) determinação do voto da Sociedade, renúncia ao direito de preferência, celebração de acordo de acionistas ou quotistas, ou prática de qualquer outro ato como acionista ou quotista das subsidiárias ou de qualquer outra entidade na qual a Sociedade ou as subsidiárias detenham participação societária;
- (vi) a concessão pela Sociedade e/ou qualquer de suas controladas de quaisquer avais, fianças, hipotecas ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, desde que tal concessão também atenda a interesses da própria Sociedade;
- (vii) a constituição de sociedades pela Sociedade, bem como a subscrição, aquisição, alienação ou oneração pela Sociedade de participações societárias no capital social de outras sociedades; e
- (viii) a celebração de contratos ou assunção de quaisquer obrigações em um mesmo exercício social de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), isoladamente ou no conjunto de qualquer série de contratos desdobrados ou operações análogas.

CLÁUSULA DÉCIMA EXERCÍCIO SOCIAL - BALANÇO E RESULTADOS

O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término do exercício social, far-se-á a apuração dos resultados e a organização, em forma técnico-contábil, do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do resultado do exercício, os quais serão submetidos à aprovação dos Sócios, cuja deliberação será tomada por sócios que representem a maioria do capital social.

§1º. Por decisão de todos os Sócios, poderão também ser levantados balanços intermediários.

§2º. - Os Sócios partilharão os lucros na proporção de suas participações no capital social ou suportarão os prejuízos, segundo a mesma participação, neste caso, até o limite legal e contratual.



Página 3 de 6



JUCESP

05

§3º - Os Sócios não serão chamados a cobrir os prejuízos sociais depois da comprovação da integralização do capital social. Mas serão obrigados a restituir possíveis resultados recebidos por antecipação no exercício em que o Balanço abusar prejuízo.

14.05.12

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

LIQUIDACÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade poderá ser liquidada nos casos previstos em lei, ou por resolução dos sócios que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. Em caso de liquidação da Sociedade, ao sócio então detentor da maioria do capital social caberá indicar o liquidante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

A retirada ou a insolvência de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com o sócio remanescente, a menos que este resolva liquidá-la.

§ único. A morte de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, devendo o sócio falecido ser substituído por seus herdeiros ou sucessores, os quais receberão as quotas detidas pelo sócio falecido.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA LEI DE REGÊNCIA

O presente Contrato Social rege-se pelas disposições da Lei nº. 10.406, de 10.01.2002, no que se refere às sociedades limitadas, e supletivamente, em caso de omissão, pela Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e demais disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA FORO

Fica eleito, desde já, para todas as questões oriundas do presente Contrato Social, o foro da Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA ACORDOS DE QUOTISTAS

A Sociedade deverá observar, em todos os aspectos, os Acordos de Quotistas eventualmente arquivados na sede da Sociedade.

§ Único. Os Quotistas, neste ato, comprometem-se a observar as disposições dos Acordos de Quotistas dos quais sejam parte (incluindo, sem limitação, a votar de acordo com o Acordo de Quotistas e posteriores aditamentos).



Página 5 de 6



CLÁUSULA DECIMA SEXTA

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os Administradores não Sócios declaram que não estão impedidos de exercer a administração de sociedades por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Constituição da **PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.**, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo.

São Carlos, 09 de maio de 2012.

Sócios:

CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.

Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira

Carla Paes De Almeida Coutinho Nogueira

SFO PARTICIPAÇÕES LTDA.

Paulo Augusto Alves Brasileiro

Administradores não sócios:

STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

Testemunhas:

1.

Nome: Roberto Stefano albanist

RG: 46.506.427-8 SSP/SP

Visto do Advogado:

Felipe Daniel de Moraes Fernar
OAB/SP n. 251.024

2.

Nome: Carla Paes De Almeida Coutinho Nogueira

RG: 34.426.320-0 SSP/SP



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

FILIAL LIMITADA

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
3522650730-0



JUCESP



ABELIAO DE NOTAS - CAMPINAS - SP
AUTENTICAÇÃO

CAMPINAS, 02 AGO. 2012

cópia reprográfica conforme original, com o apresentado, do que dou fé a Cristiane Santos da Silva, Escr. Autorizado ID 188AF364197

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8100-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

Carla E. Nogueira
ASSINATURA DO TITULAR

B605-075960

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 34.998.714-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/FEV/2009

NOME CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

FILIAÇÃO ANTONIO CARLOS COUTINHO NOGUEIRA

E STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 17/NOV/1990

DOC. ORIGEM SAO PAULO- SP JD. PAULISTA CN: LV. A126/FLS. 97V /N. 076103

CPF 213767958/25

Carla E. Nogueira
ASSINATURA DO TITULAR

121 Delegado Divisionário de Polícia HIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8210-7

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTON DA NIT

51682F55

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 11.583.958-6 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 14/11/2014

NOME

STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA

WILTON PAES DE ALMEIDA FILHO

MARIA LUCILLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA

NATURALIDADE

S. PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO

10/03/1962

DOC ORIGEM

SÃO PAULO-SP BUTANTÃ CC:LV.B151/FL5º30 /Nº20081

CPF

212996408/77

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.115 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 24.421.911-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/DEZ/88

NOME ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA

FILIAÇÃO JOSE BONIFACIO COUTINHO
NOGUEIRA FILHO
E BEATRIZ HELENA COUTINHO
NOGUEIRA

NATURALIDADE S. PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO 24/NOV/1975

DOC ORIGEM SÃO PAULO - SP
SANTA CECILIA
CN:LV.A119/FLS.149 /N.047587

CPF 018.847.225-37 Delegado de Polícia

Assinatura do Titular

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 24/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA 700-5

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT





Assinatura do Titular

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DRUM

8200-8

MOLHO DIREITO

ASS. NATURAL DO DIRETOR
CARLOS A. GONÇALVES

29947119610
AUTENTICAÇÃO
24 NOV. 2014
VÁLIDO SOMENTE
COMO SELO DE
AUTENTICAÇÃO

Autentica a presente cópia reprográfica extraída anverso /verso
do documento original, que trata de: N. 41.491/96. dou fé.

Em testemunho da verdade.

ASS. NATURAL DO DIRETOR
RICARDO GUMBLETON DRUM

REGISTRO
SERIAL
11.442.321-0

NOME
EDSON FIRMINO DE PAULA

ALIAÇÃO
JAIME FIRMINO DE PAULA

E IRACI MORAES DE PAULA

NATURALIDADE
BAURÍ - SP

DATA DE NASCIMENTO
14/JUL/1964

COG. CRIANÇA
CAMPINAS - SP

SEGUNDO SUBDISTRITO

CO. LV. 876 - FILS. 036 / N. 000035

CO. 67943688-14

ASS. NATURAL DO DIRETOR
RICARDO GUMBLETON DRUM

NOME: PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
 DATA DE NASCIMENTO: 23.01.64
 FILIAÇÃO: ANTONIO ALVES BRASILEIRO
 E MARLI FRANÇO BRASILEIRO
 NATURALIDADE: ALTINOPOLIS - SP
 DOB CRIM: VARGINHA - MG
 CPF: 087.238.728-38
 C.C.L.V. 8001/FLS. 0002/N. 000003
 Delegado Divisão de Identificação
 CARLOS ANTONIO S. DE OLIVEIRA
 LEIN 7.116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 REGISTRO GERAL: 15.278.437-3
 DATA DE EXPEDIÇÃO: 09/JUN/99
 NOME: PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
 FILIAÇÃO: ANTONIO ALVES BRASILEIRO
 E MARLI FRANÇO BRASILEIRO
 NATURALIDADE: ALTINOPOLIS - SP
 DATA DE NASCIMENTO: 23/JAN/1964
 DOB CRIM: VARGINHA - MG
 C.C.L.V. 8001/FLS. 0002/N. 000003
 CPF: 087.238.728-38
 Delegado Divisão de Identificação
 CARLOS ANTONIO S. DE OLIVEIRA
 LEIN 7.116 DE 29/08/83

CAMPINAS - SP
 AUTENTICAÇÃO
 Colegiado Notarial do Brasil
 Autentico a [assinatura]
 Original e cópia
 Stequias Ferreira
 VALIDO SOMENTE COM O LO DE AUTENTICAÇÃO
 D188AF331186

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
 ESTADO DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GOMES CAVALCANTE
 CARTÃO DE IDENTIDADE
 [Fotografia e Impressão Digital]
 Assinatura do Titular

DECLARAÇÃO

MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA n.º 3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o n.º 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Aristides Novis, n.º 123, Federação, Salvador, Bahia, CEP: 40.210-630, declara para os devidos fins que, não é sócio e/ou dirigente de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão no município onde está instalada a estação da Rádio 91 FM Ltda., nem de outras empresas de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, bem como que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial.

Salvador, 18 de dezembro de 2014.



MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
JUÍZO ELEITORAL DA 1ª ZONA

CERTIDÃO

CERTIFICO para os devidos fins de direito que o **Sr ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO** nascido(a) em **26/01/1979** , filho(a) **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES JUNIOR** e de **MARIA DO ROSÁRIO VIANNA DE MAGALHÃES**, eleitor(a) inscrito(a) nesta 1ª Zona Eleitoral, sob o nº **0845 2251 0582** na **205ª** seção, no Município de Salvador – Bahia, está quite com a Justiça Eleitoral até a presente data. O referido é verdade e dou fé.

Salvador, 12 de novembro de 2014.


Maria das Graças Ramos de Andrade
Chefe da 1ª Zona Eleitoral

ESTA CERTIDÃO É VALIDA ATÉ 12/12/2014

Res.-TSE nº 21.823/2004

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo Estatuto da Igualdade"

DECLARAÇÃO

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, brasileiro, casado, jornalista, portador da Carteira de Identidade RG n. 13.278.437-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n. 059.238.728-38, com endereço comercial na Rua Professora Helena Reis, n. 81, Centro, Varginha, Estado de Minas Gerais, **DECLARA**, para os devidos fins, que não integra o quadro societário de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorga, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei n. 236 de 1967, bem como não participa da direção de outra executante do mesmo serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no mesmo artigo do decreto supracitado.

Varginha, 25 de novembro de 2014.

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO

1º TABELIÃO DE NOTAS CAMPAGNONE - BEL. WILLIAM S. CAMPAGNONE
Fone: (19) 3737-3737 - E-mail: praticas@tblcampagnone.com.br
Site: www.tblcampagnone.com.br

Reconheço a semelhança da firma sem valor econômico de: **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO** (Ficha: 759294)

fixou fe. Em testemunho da verdade.
Campinas-SP 27/11/2014

Custas: R\$ 4,50

Nilton Cesar Silva - Escrevente
Válido com o(s) selo(s) 0195AA618930



Ao **GRUPO DE TRABALHO DE**
RADIODIFUSÃO COMERCIAL DO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

AT.: SRA. VANESSA RODRIGUES MACEDO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, EDIFÍCIO
SEDE, SALA 100B

BRASÍLIA (DF)

CEP 70.044-900

A.R.



PESO (kg)

550

SEDEX

SB 01022223 1 BR



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ : 13.065.495/0001-89.
ENDEREÇO : Rua Professor Aristides Novis, nº 123 – Anexo 1 – 1º Andar – Federação – Salvador / BA .
CEP : 40.210-630.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	Alteração do Contrato Social, de 30 de outubro de 2013. Registrada na JUCEB sob:	
		NÚMERO	DATA
MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	ADMINISTRADOR	97344795	18/ 12/ 2013
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO 059.238.728-38	ADMINISTRADOR		

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA

SECAD/nsa.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ : 13.065.495/0001-89.

QUADRO SOCIETÁRIO

Portaria nº 4.509, de 01 de novembro de 2016. Publicado no D.O.U. em 08/ 11/ 2016.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA 15.575.486/0001-63	3.334			3.334,00
ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO 565.834.005-53	3.333			3.333,00
MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	3.333			3.333,00
TOTAL	10.000			10.000,00
Processo nº 53900.017941/2014-17				

SECAD/nsa.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - Serad

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.044858/2013-75		
Entidade: RADIO 91 FM LTDA		
Executante do serviço de radiodifusão FM	Localidade: SALVADOR	UF: BA
Validade da Outorga: VENCIDA	Período: 2013-2023	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	2 (0359963) Procuração Waldemar Marques fls.29 (0359963) 4 (2362950)
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	PENDENTE	2373332 (quadro diretivo divergente)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	4-89 (2374734) 2086704
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	13 (2362950)
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	6-8 (2362950)
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	10 (2362950)
D A P E	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2373299

	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	25
			26
			27
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	6 (2373332)
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	23
			31
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;		3 (1951192)
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	2-6 (1072276)

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Cláudia Franco CARGO: Técnico de Nível Superior III	31/01/18

Data de Envio:

31/01/2018 16:45:24

De:

MCTIC/SLPOS (SEI-MC) <slpos.sei@mctic.gov.br>

Para:

coact@mctic.gov

Assunto:

modificação de quadro diretivo

Mensagem:

Processo n.º: 53000.044858/2013-75.

Informa que às fls. 12/13 (evento SEI nº 2362950) foi apresentada certidão da junta comercial cujo quadro diretivo diverge do último conhecido por esta Pasta.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO 91 FM LTDA
CNPJ: 13.065.495/0001-89

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:16:28 do dia 06/02/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/03/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

--

Imprimir

Voltar



Histórico do Documento

ID do Documento Original57dbac131e806

Alterar Orientação

Campo	(Atual)
Usuário	(Atual)
Modificado em	(Atual)
Evento	(Atual)
_id do Evento	(Atual)
_id	57dbac131e806
srd_planobasico._id	030503b61ada6
srd_planobasico.IdtPlanoBasico	26045
srd_planobasico.NumServico	230
srd_planobasico.SiglaUF	BA
srd_planobasico.CodMunicipio	2927408
srd_planobasico.IdtCanalizacao	3219
srd_planobasico.IndEducativo	0
srd_planobasico.IdtHabilitacao	335848
srd_planobasico.MedLatitude	13S001400
srd_planobasico.MedLongitude	38W304100
srd_planobasico.MedLatitudeDecimal	-13.0038888888888333
srd_planobasico.MedLongitudeDecimal	-38.5113888888888333



Mosaico

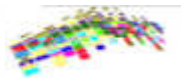


srd_planobasico.IndFase	2
srd_planobasico.Deschistorico	SSR41/83;SSC03/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 40.574/2003
srd_planobasico.IndAtivo	1
srd_planobasico.DataInclusao	2003-12-12 21:27:12.870
srd_planobasico.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
srd_planobasico.DataAlteracao	2003-11-17 00:00:00.000
srd_planobasico.CodUsuarioAlteracao	AN032037
srd_planobasico.tpDesignacao	0
srd_planobasico.IndCarater	P
srd_planobasico.NomeMunicipio	Salvador
srd_planobasico.MedErpMax	50
canalizacao._id	030503b61de5a
canalizacao.tname	canalizacao
canalizacao.IdtCanalizacao	3219
canalizacao.IdtAtribuicaoFrequencia	1039
canalizacao.NumServico	230
canalizacao.IdtUnidadeInicial	2
canalizacao.MedFrequenciaInicial	91.3
canalizacao.MedFrequenciaInicialKHz	91300.00000000
canalizacao.IdtUnidadeFinal	2
canalizacao.MedFrequenciaFinal	91.3
canalizacao.MedFrequenciaFinalKHz	91300.00000000
canalizacao.IndBloqueio	N
canalizacao.IndCentralizada	S
canalizacao.IndCaraterSecundario	N



Mosaico

canalizacao.NumCanal	217
canalizacao.MedPortadoraAudio	91.30000000
canalizacao.IndSubFaixaExtensao	N
canalizacao.DataInclusao	2003-03-15 21:35:27.263
canalizacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\andrex
srd_planobasicofm._id	030503bc3845b
srd_planobasicofm.tname	srd_planobasicofm
srd_planobasicofm.IdtPlanoBasico	26045
srd_planobasicofm.IndLimitacao	0
srd_planobasicofm.CodClasse	A1
srd_planobasicofm.MedErpMax	50
municipio._id	030503bbd91f9
municipio.tname	municipio
municipio.IdtMunicipio	2479
municipio.CodMunicipio	2927408
municipio.CodUF	29
municipio.SiglaUF	BA
municipio.CodMeso	05
municipio.CodMicro	021
municipio.NomeMunicipio	Salvador
municipio.NomePadraoMunicipio	SALVADOR
municipio.NomeMunicipioFonema	SAUADUR
municipio.IdtRegiaoMetropolitana	31
municipio.NomeCategoria	Capital
municipio.MedLatitude	12581595



Mosaico



municipio.MedLatitudeDecimal	-12.9711000000000000
municipio.MedLongitude	38303888
municipio.SiglaMeridiano	W
municipio.MedLongitudeDecimal	-38.5108000000000000
municipio.MedAltitude	8
municipio.MedArea	706.79899999999998
municipio.MedRaio	90.0
municipio.IndFronteira	0
municipio.DataInstalacao	2004-11-19 19:13:53.950
municipio.IndInativo	N
municipio.DataAnoMesPopulacao	201512
municipio.QtdePopulacao	2921087
municipio.QtdePopulacaoUrbana	2712900
municipio.NumCodigoNacional	71
municipio.CodCepMenor	40000000
municipio.CodCepMaior	42599999
municipio.DataInclusao	2003-01-28 00:00:00.000
municipio.CodUsuarioInclusao	ANATEL/Morais
municipio.DataAlteracao	2007-01-02 21:21:53.220
municipio.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\08596307818 (morais)
habilitacao._id	030503b746e96
habilitacao.tname	habilitacao
habilitacao.IdtHabilitacao	335848
habilitacao.IdtEntidade	339340
habilitacao.NumServico	230



Mosaico



habilitacao.DataPublContConv	1993-11-03 00:00:00.000
habilitacao.IndPreHabilitacao	0
habilitacao.IndGoverno	0
habilitacao.IndStatusHabilitacao	L
habilitacao.NumProcessoMC_SRD	0
habilitacao.NumProcessoPortariaMC_SRD	530000325362005
habilitacao.NumScradJur	7994
habilitacao.NumScradTec	7993
habilitacao.DataInclusao	1990-01-01 00:00:00.000
habilitacao.CodUsuarioInclusao	BAIXA
habilitacao.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.187
habilitacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
habilitacao.DataContrato	1993-11-03 00:00:00.000
estacao._id	030503b6332a6
estacao.tname	estacao
estacao.IdtEstacao	43812
estacao.IdtPlanoBasico	26045
estacao.NumServico	230
estacao.CodTipoEstacao	1
estacao.NomeIndicativo	ZYC315
estacao.NumSequenciaIndicativo	000
estacao.NumEstacao	322640628
estacao.SiglaUf	BA
estacao.MedLatitude	13S001400
estacao.MedLatitudeDecimal	-13.0038888888888333



Mosaico



estacao.MedLongitudeDecimal	-38.511388888888333
estacao.IndValidadeEspecial	N
estacao.DataValidade	2003-11-03 00:00:00.000
estacao.IndValidadeIndeterminada	N
estacao.NumLicenca	000006/2015-BA
estacao.DataEmissaoLicenca	2015-06-12 12:33:14.200
estacao.CodUsuarioEmissaoLicenca	ANATEL\marcelolago
estacao.DataLicenciamento	2015-06-12 12:33:14.200
estacao.CodUsuarioLicenciamento	ANATEL\marcelolago
estacao.DataReemissaoLicenca	2015-07-15 13:14:49.447
estacao.CodUsuarioReemissaoLicenca	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
estacao.NumNossoNumeroTributo	060228866510051
estacao.MedCotaBaseTorre	51.00
estacao.IndStatusEstacao	L
estacao.DataInclusao	2003-12-12 21:27:13.357
estacao.CodUsuarioInclusao	MIGRACAO
estacao.DataAlteracao	2015-07-15 13:14:49.447
estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
estacao.IndEstacaoOceanica	N
antena.principal._id	030503ba06a1e
antena.principal.tname	antena_rd
antena.principal.IdtEstacao	43812
antena.principal.IndTipoAntena	P
antena.principal.IdtFabricanteAntena	2013
antena.principal.DesModelo	IFFMCAP-02-91,3-30-AI



Mosaico



antena.principal.MedGMaxdBd	.41
antena.principal.MedHCI	160
antena.principal.IndPolariz	Circular
antena.principal.MedOrientNV	350
antena.principal.MedBeamTilt	.00
antena.principal.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.657
antena.principal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
antena.principal.DataAlteracao	2015-04-01 14:39:07.990
antena.principal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
antena.principal.idtAntena	23871
antena.principal.NomeFabricanteAntena	IF TELECOM ANTENAS LTDA
equipamento.transmissor._id	030503baa9d94
equipamento.transmissor.tname	equipamento
equipamento.transmissor.IdtEquipamento	8867725
equipamento.transmissor.IdtTipoEquipamento	1
equipamento.transmissor.IdtEstacao	43812
equipamento.transmissor.CodEquipamento	008330700518
equipamento.transmissor.CodProduto	18662
equipamento.transmissor.MedPotenciaOperacao	25.000
equipamento.transmissor.IdtUnidadePotenciaOperacao	3
equipamento.transmissor.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.680
equipamento.transmissor.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
equipamento.transmissor.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.363
equipamento.transmissor.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
equipamento.transmissor.fabricante	MTA Eletrônica Industrial Ltda.



Mosaico



equipamento.transmissoraux._id	030503baa9d95
equipamento.transmissoraux.tname	equipamento
equipamento.transmissoraux.IdtEquipamento	8867726
equipamento.transmissoraux.IdtTipoEquipamento	2
equipamento.transmissoraux.IdtEstacao	43812
equipamento.transmissoraux.CodEquipamento	013589xxx0518
equipamento.transmissoraux.MedPotenciaOperacao	10.000
equipamento.transmissoraux.IdtUnidadePotenciaOperacao	3
equipamento.transmissoraux.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.697
equipamento.transmissoraux.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
equipamento.transmissoraux.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.363
equipamento.transmissoraux.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
linhatransmissao.principal._id	030503ba0cc66
linhatransmissao.principal.tname	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD
linhatransmissao.principal.IdtLinhaTransmissao	37977
linhatransmissao.principal.IdtEstacao	43812
linhatransmissao.principal.IndTipoLinhaTransmissao	P
linhatransmissao.principal.MedComprimento	175.00
linhatransmissao.principal.IdtFabricanteLinhaTransmissao	57
linhatransmissao.principal.DesModeloLinhaTransmissao	HCA318-50J
linhatransmissao.principal.MedImpedCaracLinhaTransmissao	50.00
linhatransmissao.principal.MedAtenLinhaTransmissaodB100m	.34
linhatransmissao.principal.NomeFabricanteLinhaTransmissao	RADIO FREQUENCY SYSTEMS
linhatransmissao.principal.PerdasAcessorias_db	0.5
hpat.0	1.3099763619481



Mosaico



hpat.20	0.89058731880171
hpat.30	0.63040673475321
hpat.40	0.37196567614394
hpat.50	0.18818381540149
hpat.60	0.087285322975641
hpat.70	0.0062927579832821
hpat.80	0.035548218582891
hpat.90	0.17554104017403
hpat.100	0.34432526297291
hpat.110	0.5654611469877
hpat.120	0.81926017635695
hpat.130	1.0230728248633
hpat.140	1.1872167072083
hpat.150	1.3099763619481
hpat.160	1.3963290213864
hpat.170	1.3999592562051
hpat.180	1.3099763619481
hpat.190	1.1249709198373
hpat.200	0.89058731880171
hpat.210	0.63040673475321
hpat.220	0.37196567614394
hpat.230	0.18818381540149
hpat.240	0.087285322975641
hpat.250	0.0062927579832821
hpat.260	0.035548218582891



Mosaico



hpat.280	0.34432526297291
hpat.290	0.5654611469877
hpat.300	0.81926017635695
hpat.310	1.0230728248633
hpat.320	1.1872167072083
hpat.330	1.3099763619481
hpat.340	1.3963290213864
hpat.350	1.3999592562051
endereco.estacao._id	030503bd8035d
endereco.estacao.tname	ENDERECO
endereco.estacao.IdtEndereco	5008471
endereco.estacao.IdtTipoEndereco	4
endereco.estacao.IdtEstacao	43812
endereco.estacao.EndLogradouro	RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS
endereco.estacao.EndNumero	123
endereco.estacao.EndBairro	FEDERACAO
endereco.estacao.CodPais	B
endereco.estacao.SiglaUF	BA
endereco.estacao.CodCep	40210630
endereco.estacao.CodMunicipio	2927408
endereco.estacao.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.650
endereco.estacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
endereco.estacao.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.567
endereco.estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
endereco.estacaoprincipal._id	030503bd8035e



Mosaico



endereco.estacaoprincipal.IdtEndereco	5008472
endereco.estacaoprincipal.IdtTipoEndereco	6
endereco.estacaoprincipal.IdtEstacao	43812
endereco.estacaoprincipal.EndLogradouro	RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS
endereco.estacaoprincipal.EndNumero	123
endereco.estacaoprincipal.EndBairro	FEDERACAO
endereco.estacaoprincipal.CodPais	B
endereco.estacaoprincipal.SiglaUF	BA
endereco.estacaoprincipal.CodCep	40210630
endereco.estacaoprincipal.CodMunicipio	2927408
endereco.estacaoprincipal.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.653
endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
endereco.estacaoprincipal.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.567
endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
docOutorga.0.NumProcesso	9999
docOutorga.0.NumDocumento	199
docOutorga.0.IdtTipoDocumento	11
docOutorga.0.CodOrgao	MC
docOutorga.0.DataDocumento	1983-10-27 00:00:00.000
docOutorga.0.DataDOU	1983-11-03 00:00:00.000
docOutorga.0.IdtRazao	13
docOutorga.0.IndNatureza	1
documento.0._id	030503ba1da6f
documento.0.tname	HistoricoDocumento
documento.0.IdtHistoricoDocumento	91216



Mosaico



documento.0.IdtRazao	44
documento.0.NumDocumento	140188
documento.0.DataDocumento	1988-01-14 00:00:00.000
documento.0.IdtTipoDocumento	18
documento.0.SiglaOrgao	MC
documento.0.IndNatureza	Jurídico
documento.0.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.740
documento.0.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.0.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.707
documento.0.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.0.NumProcesso	9999
documento.0.CodOrgao	MC
documento.1._id	030503ba1da6e
documento.1.tname	HistoricoDocumento
documento.1.IdtHistoricoDocumento	91215
documento.1.IdtPlanoBasico	26045
documento.1.IdtRazao	44
documento.1.NumDocumento	40788
documento.1.DataDocumento	1988-07-04 00:00:00.000
documento.1.IdtTipoDocumento	18
documento.1.SiglaOrgao	MC
documento.1.IndNatureza	Jurídico
documento.1.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.710
documento.1.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.1.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.710



Mosaico



documento.1.NumProcesso	9999
documento.1.CodOrgao	MC
documento.2._id	030503ba1da6b
documento.2.tname	HistoricoDocumento
documento.2.IdtHistoricoDocumento	91212
documento.2.IdtPlanoBasico	26045
documento.2.IdtRazao	44
documento.2.NumDocumento	200988
documento.2.DataDocumento	1988-09-20 00:00:00.000
documento.2.IdtTipoDocumento	18
documento.2.SiglaOrgao	MC
documento.2.IndNatureza	Jurídico
documento.2.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.657
documento.2.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.2.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.713
documento.2.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.2.NumProcesso	9999
documento.2.CodOrgao	MC
documento.3._id	030503ba1da6c
documento.3.tname	HistoricoDocumento
documento.3.IdtHistoricoDocumento	91213
documento.3.IdtPlanoBasico	26045
documento.3.IdtRazao	44
documento.3.NumDocumento	2009
documento.3.DataDocumento	1988-09-20 00:00:00.000



Mosaico



documento.3.SiglaOrgao	MC
documento.3.IndNatureza	Jurídico
documento.3.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.677
documento.3.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.3.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.717
documento.3.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.3.NumProcesso	9999
documento.3.CodOrgao	MC
documento.4._id	030503ba1da6d
documento.4.tname	HistoricoDocumento
documento.4.IdtHistoricoDocumento	91214
documento.4.IdtPlanoBasico	26045
documento.4.IdtRazao	44
documento.4.NumDocumento	333333
documento.4.DataDocumento	1988-09-20 00:00:00.000
documento.4.IdtTipoDocumento	18
documento.4.SiglaOrgao	MC
documento.4.IndNatureza	Jurídico
documento.4.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.693
documento.4.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.4.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.720
documento.4.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.4.NumProcesso	9999
documento.4.CodOrgao	MC
documento.5._id	030503ba1da67



Mosaico



documento.5.IdtHistoricoDocumento	91208
documento.5.IdtPlanoBasico	26045
documento.5.IdtRazao	44
documento.5.NumDocumento	270988
documento.5.DataDocumento	1988-09-27 00:00:00.000
documento.5.IdtTipoDocumento	18
documento.5.SiglaOrgao	MC
documento.5.IndNatureza	Jurídico
documento.5.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.573
documento.5.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.5.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.727
documento.5.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.5.NumProcesso	9999
documento.5.CodOrgao	MC
documento.6._id	030503ba1da68
documento.6.tname	HistoricoDocumento
documento.6.IdtHistoricoDocumento	91209
documento.6.IdtPlanoBasico	26045
documento.6.IdtRazao	44
documento.6.NumDocumento	2709
documento.6.DataDocumento	1988-09-27 00:00:00.000
documento.6.IdtTipoDocumento	18
documento.6.SiglaOrgao	MC
documento.6.IndNatureza	Jurídico
documento.6.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.597



Mosaico



documento.6.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.730
documento.6.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.6.NumProcesso	9999
documento.6.CodOrgao	MC
documento.7._id	030503ba1da69
documento.7.tname	HistoricoDocumento
documento.7.IdtHistoricoDocumento	91210
documento.7.IdtPlanoBasico	26045
documento.7.IdtRazao	44
documento.7.NumDocumento	111111
documento.7.DataDocumento	1988-09-27 00:00:00.000
documento.7.IdtTipoDocumento	18
documento.7.SiglaOrgao	MC
documento.7.IndNatureza	Jurídico
documento.7.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.620
documento.7.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.7.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.733
documento.7.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.7.NumProcesso	9999
documento.7.CodOrgao	MC
documento.8._id	030503ba1da6a
documento.8.tname	HistoricoDocumento
documento.8.IdtHistoricoDocumento	91211
documento.8.IdtPlanoBasico	26045
documento.8.IdtRazao	44



Mosaico



documento.8.DataDocumento	1988-09-27 00:00:00.000
documento.8.IdtTipoDocumento	18
documento.8.SiglaOrgao	MC
documento.8.IndNatureza	Jurídico
documento.8.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.637
documento.8.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.8.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.737
documento.8.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.8.NumProcesso	9999
documento.8.CodOrgao	MC
documento.9._id	030503ba1da66
documento.9.tname	HistoricoDocumento
documento.9.IdtHistoricoDocumento	91207
documento.9.IdtPlanoBasico	26045
documento.9.IdtRazao	44
documento.9.NumDocumento	130189
documento.9.DataDocumento	1989-01-13 00:00:00.000
documento.9.IdtTipoDocumento	18
documento.9.SiglaOrgao	MC
documento.9.IndNatureza	Jurídico
documento.9.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.550
documento.9.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.9.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.743
documento.9.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.9.NumProcesso	9999



Mosaico



documento.10._id	030503ba1da65
documento.10.tname	HistoricoDocumento
documento.10.IdtHistoricoDocumento	91206
documento.10.IdtPlanoBasico	26045
documento.10.IdtRazao	44
documento.10.NumDocumento	10389
documento.10.DataDocumento	1989-03-01 00:00:00.000
documento.10.IdtTipoDocumento	18
documento.10.SiglaOrgao	MC
documento.10.IndNatureza	Jurídico
documento.10.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.527
documento.10.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.10.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.747
documento.10.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.10.NumProcesso	9999
documento.10.CodOrgao	MC
documento.11._id	030503ba1da64
documento.11.tname	HistoricoDocumento
documento.11.IdtHistoricoDocumento	91205
documento.11.IdtPlanoBasico	26045
documento.11.IdtRazao	44
documento.11.NumDocumento	60989
documento.11.DataDocumento	1989-09-06 00:00:00.000
documento.11.IdtTipoDocumento	18
documento.11.SiglaOrgao	MC



Mosaico



documento.11.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.507
documento.11.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.11.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.750
documento.11.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.11.NumProcesso	9999
documento.11.CodOrgao	MC
documento.12._id	030503ba1da63
documento.12.tname	HistoricoDocumento
documento.12.IdtHistoricoDocumento	91204
documento.12.IdtPlanoBasico	26045
documento.12.IdtRazao	44
documento.12.NumDocumento	151289
documento.12.DataDocumento	1989-12-15 00:00:00.000
documento.12.IdtTipoDocumento	18
documento.12.SiglaOrgao	MC
documento.12.IndNatureza	Jurídico
documento.12.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.480
documento.12.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.12.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.753
documento.12.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.12.NumProcesso	9999
documento.12.CodOrgao	MC
documento.13._id	030503ba1da62
documento.13.tname	HistoricoDocumento
documento.13.IdtHistoricoDocumento	91203



Mosaico



documento.13.IdtRazao	43
documento.13.NumDocumento	50390
documento.13.DataDocumento	1990-03-05 00:00:00.000
documento.13.IdtTipoDocumento	18
documento.13.SiglaOrgao	MC
documento.13.IndNatureza	Jurídico
documento.13.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.453
documento.13.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.13.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.760
documento.13.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.13.NumProcesso	9999
documento.13.CodOrgao	MC
documento.14._id	030503ba1da5f
documento.14.tname	HistoricoDocumento
documento.14.IdtHistoricoDocumento	91200
documento.14.IdtPlanoBasico	26045
documento.14.IdtRazao	43
documento.14.NumDocumento	50990
documento.14.DataDocumento	1990-09-05 00:00:00.000
documento.14.IdtTipoDocumento	18
documento.14.SiglaOrgao	MC
documento.14.IndNatureza	Jurídico
documento.14.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.360
documento.14.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.14.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.763



Mosaico



documento.14.NumProcesso	9999
documento.14.CodOrgao	MC
documento.15._id	030503ba1da61
documento.15.tname	HistoricoDocumento
documento.15.IdtHistoricoDocumento	91202
documento.15.IdtPlanoBasico	26045
documento.15.IdtRazao	43
documento.15.NumDocumento	130990
documento.15.DataDocumento	1990-09-13 00:00:00.000
documento.15.IdtTipoDocumento	18
documento.15.SiglaOrgao	MC
documento.15.IndNatureza	Jurídico
documento.15.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.423
documento.15.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.15.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.767
documento.15.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.15.NumProcesso	9999
documento.15.CodOrgao	MC
documento.16._id	030503ba1da60
documento.16.tname	HistoricoDocumento
documento.16.IdtHistoricoDocumento	91201
documento.16.IdtPlanoBasico	26045
documento.16.IdtRazao	43
documento.16.NumDocumento	241090
documento.16.DataDocumento	1990-10-24 00:00:00.000



Mosaico



documento.16.SiglaOrgao	MC
documento.16.IndNatureza	Jurídico
documento.16.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.390
documento.16.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.16.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.770
documento.16.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.16.NumProcesso	9999
documento.16.CodOrgao	MC
documento.17._id	030503ba1da5e
documento.17.tname	HistoricoDocumento
documento.17.IdtHistoricoDocumento	91199
documento.17.IdtPlanoBasico	26045
documento.17.IdtRazao	43
documento.17.NumDocumento	111290
documento.17.DataDocumento	1990-12-11 00:00:00.000
documento.17.IdtTipoDocumento	18
documento.17.SiglaOrgao	MC
documento.17.IndNatureza	Jurídico
documento.17.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.333
documento.17.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.17.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.777
documento.17.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.17.NumProcesso	9999
documento.17.CodOrgao	MC
documento.18._id	030503ba1da5d



Mosaico



documento.18.IdtHistoricoDocumento	91198
documento.18.IdtPlanoBasico	26045
documento.18.IdtRazao	43
documento.18.NumDocumento	131290
documento.18.DataDocumento	1990-12-13 00:00:00.000
documento.18.IdtTipoDocumento	18
documento.18.SiglaOrgao	MC
documento.18.IndNatureza	Jurídico
documento.18.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.307
documento.18.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.18.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.780
documento.18.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.18.NumProcesso	9999
documento.18.CodOrgao	MC
documento.19._id	030503ba1da5c
documento.19.tname	HistoricoDocumento
documento.19.IdtHistoricoDocumento	91197
documento.19.IdtPlanoBasico	26045
documento.19.IdtRazao	43
documento.19.NumDocumento	10491
documento.19.DataDocumento	1991-04-01 00:00:00.000
documento.19.IdtTipoDocumento	18
documento.19.SiglaOrgao	MC
documento.19.IndNatureza	Jurídico
documento.19.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.277



Mosaico



documento.19.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.787
documento.19.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.19.NumProcesso	9999
documento.19.CodOrgao	MC
documento.20._id	030503ba1da5b
documento.20.tname	HistoricoDocumento
documento.20.IdtHistoricoDocumento	91196
documento.20.IdtPlanoBasico	26045
documento.20.IdtRazao	43
documento.20.NumDocumento	270592
documento.20.DataDocumento	1992-05-27 00:00:00.000
documento.20.IdtTipoDocumento	18
documento.20.SiglaOrgao	MC
documento.20.IndNatureza	Jurídico
documento.20.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.250
documento.20.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.20.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.790
documento.20.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.20.NumProcesso	9999
documento.20.CodOrgao	MC
documento.21._id	030503ba1da5a
documento.21.tname	HistoricoDocumento
documento.21.IdtHistoricoDocumento	91195
documento.21.IdtPlanoBasico	26045
documento.21.IdtRazao	43



Mosaico



documento.21.DataDocumento	1992-10-06 00:00:00.000
documento.21.IdtTipoDocumento	18
documento.21.SiglaOrgao	MC
documento.21.IndNatureza	Jurídico
documento.21.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.220
documento.21.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.21.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.793
documento.21.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.21.NumProcesso	9999
documento.21.CodOrgao	MC
documento.22._id	030503ba1da57
documento.22.tname	HistoricoDocumento
documento.22.IdtHistoricoDocumento	91192
documento.22.IdtPlanoBasico	26045
documento.22.IdtRazao	44
documento.22.NumDocumento	39
documento.22.DataDocumento	1994-07-27 00:00:00.000
documento.22.DataDOU	1994-08-03 00:00:00.000
documento.22.IdtTipoDocumento	11
documento.22.SiglaOrgao	MC
documento.22.IndNatureza	Jurídico
documento.22.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.143
documento.22.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.22.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.797
documento.22.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago



Mosaico



documento.22.CodOrgao	MC
documento.23._id	030503ba098cf
documento.23.tname	HistoricoDocumento
documento.23.IdtHistoricoDocumento	7220
documento.23.IdtPlanoBasico	26045
documento.23.IdtRazao	16
documento.23.NumDocumento	619
documento.23.DataDocumento	1994-08-23 00:00:00.000
documento.23.DataDOU	1994-09-12 00:00:00.000
documento.23.IdtTipoDocumento	11
documento.23.SiglaOrgao	MC
documento.23.IndNatureza	Jurídico
documento.23.DataInclusao	2003-12-12 21:27:14.043
documento.23.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
documento.23.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.800
documento.23.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.23.NumProcesso	9999
documento.23.CodOrgao	MC
documento.24._id	030503ba1da56
documento.24.tname	HistoricoDocumento
documento.24.IdtHistoricoDocumento	91191
documento.24.IdtPlanoBasico	26045
documento.24.IdtRazao	44
documento.24.NumDocumento	144
documento.24.DataDocumento	1995-04-03 00:00:00.000



Mosaico



documento.24.IdtTipoDocumento	11
documento.24.SiglaOrgao	MC
documento.24.IndNatureza	Jurídico
documento.24.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.113
documento.24.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.24.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.803
documento.24.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.24.NumProcesso	9999
documento.24.CodOrgao	MC
documento.25._id	030503ba1da55
documento.25.tname	HistoricoDocumento
documento.25.IdtHistoricoDocumento	91190
documento.25.IdtPlanoBasico	26045
documento.25.IdtRazao	44
documento.25.NumDocumento	443
documento.25.DataDocumento	1995-08-02 00:00:00.000
documento.25.DataDOU	1995-08-16 00:00:00.000
documento.25.IdtTipoDocumento	11
documento.25.SiglaOrgao	MC
documento.25.IndNatureza	Jurídico
documento.25.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.073
documento.25.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.25.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.807
documento.25.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.25.NumProcesso	9999



Mosaico

documento.26._id	030503ba09601
documento.26.tname	HistoricoDocumento
documento.26.IdtHistoricoDocumento	6501
documento.26.IdtPlanoBasico	26045
documento.26.IdtRazao	14
documento.26.NumDocumento	266
documento.26.DataDocumento	1997-05-07 00:00:00.000
documento.26.DataDOU	1997-06-24 00:00:00.000
documento.26.IdtTipoDocumento	11
documento.26.SiglaOrgao	MC
documento.26.IndNatureza	Jurídico
documento.26.DataInclusao	2003-12-12 21:27:14.043
documento.26.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
documento.26.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.810
documento.26.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.26.NumProcesso	9999
documento.26.CodOrgao	MC
documento.27._id	030503ba1da54
documento.27.tname	HistoricoDocumento
documento.27.IdtHistoricoDocumento	91189
documento.27.IdtPlanoBasico	26045
documento.27.IdtRazao	44
documento.27.NumDocumento	1090
documento.27.DataDocumento	1997-09-03 00:00:00.000
documento.27.DataDOU	1997-09-10 00:00:00.000



Mosaico



documento.27.SiglaOrgao	MC
documento.27.IndNatureza	Jurídico
documento.27.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.043
documento.27.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.27.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.813
documento.27.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.27.NumProcesso	9999
documento.27.CodOrgao	MC
documento.28._id	030503ba1da53
documento.28.tname	HistoricoDocumento
documento.28.IdtHistoricoDocumento	91188
documento.28.IdtPlanoBasico	26045
documento.28.IdtRazao	44
documento.28.NumDocumento	1465
documento.28.DataDocumento	1997-10-14 00:00:00.000
documento.28.DataDOU	1997-10-16 00:00:00.000
documento.28.IdtTipoDocumento	11
documento.28.SiglaOrgao	MC
documento.28.IndNatureza	Jurídico
documento.28.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.010
documento.28.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.28.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.817
documento.28.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.28.NumProcesso	9999
documento.28.CodOrgao	MC



Mosaico



documento.29.tname	HistoricoDocumento
documento.29.IdtHistoricoDocumento	91194
documento.29.IdtPlanoBasico	26045
documento.29.IdtRazao	43
documento.29.NumDocumento	310720
documento.29.DataDocumento	2001-07-31 00:00:00.000
documento.29.IdtTipoDocumento	18
documento.29.SiglaOrgao	MC
documento.29.IndNatureza	Jurídico
documento.29.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.193
documento.29.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.29.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.820
documento.29.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.29.NumProcesso	9999
documento.29.CodOrgao	MC
documento.30._id	030503ba098d0
documento.30.tname	HistoricoDocumento
documento.30.IdtHistoricoDocumento	7221
documento.30.IdtPlanoBasico	26045
documento.30.IdtRazao	14
documento.30.NumDocumento	289
documento.30.DataDocumento	2001-08-23 00:00:00.000
documento.30.DataDOU	2001-08-24 00:00:00.000
documento.30.IdtTipoDocumento	3
documento.30.SiglaOrgao	CN



Mosaico



documento.30.DataInclusao	2003-12-12 21:27:14.043
documento.30.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelalima
documento.30.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.823
documento.30.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.30.NumProcesso	9999
documento.30.CodOrgao	CN
documento.31._id	030503ba1da52
documento.31.tname	HistoricoDocumento
documento.31.IdtHistoricoDocumento	91187
documento.31.IdtPlanoBasico	26045
documento.31.IdtRazao	44
documento.31.NumDocumento	516
documento.31.DataDocumento	2001-10-04 00:00:00.000
documento.31.DataDOU	2001-10-10 00:00:00.000
documento.31.IdtTipoDocumento	11
documento.31.SiglaOrgao	MC
documento.31.IndNatureza	Jurídico
documento.31.DataInclusao	2011-07-18 15:21:15.977
documento.31.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.31.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.827
documento.31.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.31.NumProcesso	9999
documento.31.CodOrgao	MC
documento.32._id	030503ba1da51
documento.32.tname	HistoricoDocumento



Mosaico



documento.32.IdtPlanoBasico	26045
documento.32.IdtRazao	44
documento.32.NumDocumento	374
documento.32.DataDocumento	2002-10-11 00:00:00.000
documento.32.DataDOU	2002-10-22 00:00:00.000
documento.32.IdtTipoDocumento	11
documento.32.SiglaOrgao	MC
documento.32.IndNatureza	Jurídico
documento.32.DataInclusao	2011-07-18 15:21:15.940
documento.32.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.32.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.830
documento.32.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.32.NumProcesso	9999
documento.32.CodOrgao	MC
documento.33._id	030503ba1da50
documento.33.tname	HistoricoDocumento
documento.33.IdtHistoricoDocumento	91185
documento.33.IdtPlanoBasico	26045
documento.33.IdtRazao	44
documento.33.NumDocumento	2
documento.33.DataDocumento	2005-02-15 00:00:00.000
documento.33.DataDOU	2005-03-11 00:00:00.000
documento.33.IdtTipoDocumento	11
documento.33.SiglaOrgao	MC
documento.33.IndNatureza	Jurídico



Mosaico



documento.33.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.33.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.833
documento.33.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.33.NumProcesso	9999
documento.33.CodOrgao	MC
documento.34._id	030503ba1da4f
documento.34.tname	HistoricoDocumento
documento.34.IdtHistoricoDocumento	91184
documento.34.IdtPlanoBasico	26045
documento.34.IdtRazao	44
documento.34.NumDocumento	70
documento.34.DataDocumento	2005-03-28 00:00:00.000
documento.34.DataDOU	2005-03-31 00:00:00.000
documento.34.IdtTipoDocumento	11
documento.34.SiglaOrgao	MC
documento.34.IndNatureza	Jurídico
documento.34.DataInclusao	2011-07-18 15:21:15.870
documento.34.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.34.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.840
documento.34.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.34.NumProcesso	9999
documento.34.CodOrgao	MC
documento.35._id	030503ba18692
documento.35.tname	HistoricoDocumento
documento.35.IdtHistoricoDocumento	69489



Mosaico



documento.35.IdtRazao	36
documento.35.NumDocumento	24
documento.35.DataDocumento	2007-01-19 00:00:00.000
documento.35.DataDOU	2007-01-24 00:00:00.000
documento.35.IdtTipoDocumento	11
documento.35.SiglaOrgao	MC
documento.35.IndNatureza	Técnico
documento.35.DataInclusao	2010-03-17 15:32:44.760
documento.35.CodUsuarioInclusao	anatel\gilsonb.mc
documento.35.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.843
documento.35.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.35.NumProcesso	9999
documento.35.CodOrgao	MC
documento.36._id	030503ba18693
documento.36.tname	HistoricoDocumento
documento.36.IdtHistoricoDocumento	69490
documento.36.IdtPlanoBasico	26045
documento.36.IdtRazao	36
documento.36.NumDocumento	742
documento.36.DataDocumento	2007-09-10 00:00:00.000
documento.36.DataDOU	2007-09-27 00:00:00.000
documento.36.IdtTipoDocumento	11
documento.36.SiglaOrgao	MC
documento.36.IndNatureza	Técnico
documento.36.DataInclusao	2010-03-17 15:32:44.823



Mosaico



documento.36.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.847
documento.36.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.36.NumProcesso	9999
documento.36.CodOrgao	MC
documento.37._id	030503ba1da58
documento.37.tname	HistoricoDocumento
documento.37.IdtHistoricoDocumento	91193
documento.37.IdtPlanoBasico	26045
documento.37.IdtRazao	43
documento.37.NumDocumento	88
documento.37.DataDocumento	2010-03-31 00:00:00.000
documento.37.IdtTipoDocumento	18
documento.37.SiglaOrgao	MC
documento.37.IndNatureza	Jurídico
documento.37.DataInclusao	2011-07-18 15:21:16.170
documento.37.CodUsuarioInclusao	anatel\dilcimar.mc
documento.37.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.850
documento.37.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.37.NumProcesso	9999
documento.37.CodOrgao	MC
documento.38._id	030503ba2256d
documento.38.tname	HistoricoDocumento
documento.38.IdtHistoricoDocumento	111476
documento.38.IdtPlanoBasico	26045
documento.38.IdtRazao	26



Mosaico



documento.38.DataDocumento	2013-09-19 00:00:00.000
documento.38.DataDOU	2013-09-24 00:00:00.000
documento.38.IdtTipoDocumento	1
documento.38.SiglaOrgao	ER08
documento.38.IndNatureza	Técnico
documento.38.DataInclusao	2013-09-24 10:32:02.750
documento.38.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
documento.38.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.853
documento.38.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
documento.38.NumProcesso	9999
documento.38.CodOrgao	ER08
documento.39._id	030503ba235f3
documento.39.tname	HistoricoDocumento
documento.39.IdtHistoricoDocumento	115823
documento.39.IdtPlanoBasico	26045
documento.39.IdtRazao	36
documento.39.NumDocumento	1163
documento.39.DataDocumento	2014-02-10 00:00:00.000
documento.39.DataDOU	2014-02-12 00:00:00.000
documento.39.IdtTipoDocumento	1
documento.39.SiglaOrgao	ER08
documento.39.IndNatureza	Técnico
documento.39.DataInclusao	2014-02-17 10:41:00.290
documento.39.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
documento.39.DataAlteracao	2015-04-01 12:48:22.857



Mosaico



documento.39.NumProcesso	9999
documento.39.CodOrgao	ER08
documento.40._id	030503ba264ba
documento.40.tname	HistoricoDocumento
documento.40.IdtHistoricoDocumento	128113
documento.40.IdtPlanoBasico	26045
documento.40.IdtRazao	26
documento.40.NumDocumento	2068
documento.40.DataDocumento	2015-03-26 00:00:00.000
documento.40.DataDOU	2015-04-01 00:00:00.000
documento.40.IdtTipoDocumento	1
documento.40.SiglaOrgao	ER08
documento.40.IndNatureza	Técnico
documento.40.DataInclusao	2015-04-01 12:48:22.863
documento.40.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
documento.40.NumProcesso	9999
documento.40.CodOrgao	ER08
Status.state	FM-C7
Status.dateTime	2016-09-16 09:00:01
Status.user	Sistema
IdtPlanoBasico	26045
IdtEstacao	43812
NumServico	230
SiglaServico	FM
SiglaUF	BA



Mosaico



locpb.coordinates.0	-38.511388888889
locpb.coordinates.1	-13.003888888889
source	PB+
stnClass	A1
frequency	91.3
NomeMunicipio	Salvador
loctx.type	Point
loctx.coordinates.0	-38.511388888889
loctx.coordinates.1	-13.003888888889
licensee	RADIO 91 FM LTDA
NumFistel	06022886651
htx	150
erp	22.063
cnpj	13065495000189
sitarwebStatus	L
sitarwebLicença	
sitarwebStatusIndice	
type	FM
licenca.license_id	57dbb18e6bf96
licenca.loctx.coordinates.1	-13.003888888889
licenca.loctx.coordinates.0	-38.511388888889
licenca.cnpj	13065495000189
licenca.habilitacao._id	030503b746e96
licenca.habilitacao.tname	habilitacao
licenca.habilitacao.IdtHabilitacao	335848



Mosaico



licenca.habilitacao.NumServico	230
licenca.habilitacao.NumFistel	06022886651
licenca.habilitacao.DataPublContConv	1993-11-03 00:00:00.000
licenca.habilitacao.IndPreHabilitacao	0
licenca.habilitacao.IndGoverno	0
licenca.habilitacao.IndStatusHabilitacao	L
licenca.habilitacao.NumProcessoMC_SRD	0
licenca.habilitacao.NumProcessoPortariaMC_SRD	530000325362005
licenca.habilitacao.NumScradJur	7994
licenca.habilitacao.NumScradTec	7993
licenca.habilitacao.DataInclusao	1990-01-01 00:00:00.000
licenca.habilitacao.CodUsuarioInclusao	BAIXA
licenca.habilitacao.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.187
licenca.habilitacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.habilitacao.DataContrato	1993-11-03 00:00:00.000
licenca.entidade.NomeEntidade	RADIO 91 FM LTDA
licenca.entidade.NomeFantasia	RADIO 91
licenca.estacao.NumEstacao	322640628
licenca.estacao.NomeIndicativo	ZYC315
licenca.estacao.DataLicenciamento	2015-06-12 12:33:14.200
licenca.estacao.DataEmissaoLicenca	2015-06-12 12:33:14.200
licenca.processo.licenciamento	
licenca.endereco.estacao._id	030503bd8035d
licenca.endereco.estacao.tname	ENDERECO
licenca.endereco.estacao.IdtEndereco	5008471



Mosaico



licenca.endereco.estacao.IdtEstacao	43812
licenca.endereco.estacao.EndLogradouro	RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS
licenca.endereco.estacao.EndNumero	123
licenca.endereco.estacao.EndBairro	FEDERACAO
licenca.endereco.estacao.CodPais	B
licenca.endereco.estacao.SiglaUF	BA
licenca.endereco.estacao.CodCep	40210630
licenca.endereco.estacao.CodMunicipio	2927408
licenca.endereco.estacao.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.650
licenca.endereco.estacao.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.endereco.estacao.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.567
licenca.endereco.estacao.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.endereco.estacaoprincipal._id	030503bd8035e
licenca.endereco.estacaoprincipal.tname	ENDERECO
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtEndereco	5008472
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtTipoEndereco	6
licenca.endereco.estacaoprincipal.IdtEstacao	43812
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndLogradouro	RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndNumero	123
licenca.endereco.estacaoprincipal.EndBairro	FEDERACAO
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodPais	B
licenca.endereco.estacaoprincipal.SiglaUF	BA
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodCep	40210630
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodMunicipio	2927408
licenca.endereco.estacaoprincipal.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.653



Mosaico



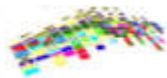
licenca.endereco.estacaoprincipal.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.567
licenca.endereco.estacaoprincipal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.equipamento.transmissor._id	030503baa9d94
licenca.equipamento.transmissor.tname	equipamento
licenca.equipamento.transmissor.IdtEquipamento	8867725
licenca.equipamento.transmissor.IdtTipoEquipamento	1
licenca.equipamento.transmissor.IdtEstacao	43812
licenca.equipamento.transmissor.CodEquipamento	008330700518
licenca.equipamento.transmissor.CodProduto	18662
licenca.equipamento.transmissor.MedPotenciaOperacao	25.000
licenca.equipamento.transmissor.IdtUnidadePotenciaOperacao	3
licenca.equipamento.transmissor.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.680
licenca.equipamento.transmissor.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.equipamento.transmissor.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.363
licenca.equipamento.transmissor.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.equipamento.transmissor.fabricante	MTA Eletrônica Industrial Ltda.
licenca.equipamento.transmissor.Model	FM25000S
licenca.equipamento.transmissoraux._id	030503baa9d95
licenca.equipamento.transmissoraux.tname	equipamento
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtEquipamento	8867726
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtTipoEquipamento	2
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtEstacao	43812
licenca.equipamento.transmissoraux.CodEquipamento	013589xxx0518
licenca.equipamento.transmissoraux.MedPotenciaOperacao	10.000
licenca.equipamento.transmissoraux.IdtUnidadePotenciaOperacao	3



Mosaico



licenca.equipamento.transmissoraux.CodUsuarioInclusao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.equipamento.transmissoraux.DataAlteracao	2015-06-12 12:33:14.363
licenca.equipamento.transmissoraux.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\34530550559 (marcelolago)
licenca.linhaTransmissao.principal._id	030503ba0cc66
licenca.linhaTransmissao.principal.tname	LINHATRANSMISSAOESTACAO_RD
licenca.linhaTransmissao.principal.IdtLinhaTransmissao	37977
licenca.linhaTransmissao.principal.IdtEstacao	43812
licenca.linhaTransmissao.principal.IndTipoLinhaTransmissao	P
licenca.linhaTransmissao.principal.MedComprimento	175.00
licenca.linhaTransmissao.principal.IdtFabricanteLinhaTransmissao	57
licenca.linhaTransmissao.principal.DesModeloLinhaTransmissao	HCA318-50J
licenca.linhaTransmissao.principal.MedImpedCaracLinhaTransmissao	50.00
licenca.linhaTransmissao.principal.MedAtenLinhaTransmissao dB100m	.34
licenca.linhaTransmissao.principal.NomeFabricanteLinhaTransmissao	RADIO FREQUENCY SYSTEMS
licenca.antena.principal._id	030503ba06a1e
licenca.antena.principal.tname	antena_rd
licenca.antena.principal.IdtEstacao	43812
licenca.antena.principal.IndTipoAntena	P
licenca.antena.principal.IdtFabricanteAntena	2013
licenca.antena.principal.DesModelo	IFFMCAP-02-91,3-30-AI
licenca.antena.principal.DesDescricao	Antena FM Circular Alta Potência
licenca.antena.principal.MedGMaxdBd	.41
licenca.antena.principal.MedHCI	160
licenca.antena.principal.IndPolariz	Circular
licenca.antena.principal.MedOrientNV	350



Mosaico



licenca.antena.principal.DataInclusao	2015-04-01 12:28:33.657
licenca.antena.principal.CodUsuarioInclusao	ANATEL\marcelolago
licenca.antena.principal.DataAlteracao	2015-04-01 14:39:07.990
licenca.antena.principal.CodUsuarioAlteracao	ANATEL\marcelolago
licenca.antena.principal.idtAntena	23871
licenca.antena.principal.NomeFabricanteAntena	IF TELECOM ANTENAS LTDA
licenca.erp	
licenca.NumServico	230
licenca.srd_planobasico._id	030503b61ada6
licenca.srd_planobasico.IdtPlanoBasico	26045
licenca.srd_planobasico.NumServico	230
licenca.srd_planobasico.SiglaUF	BA
licenca.srd_planobasico.CodMunicipio	2927408
licenca.srd_planobasico.IdtCanalizacao	3219
licenca.srd_planobasico.IndEducativo	0
licenca.srd_planobasico.IdtHabilitacao	335848
licenca.srd_planobasico.MedLatitude	13S001400
licenca.srd_planobasico.MedLongitude	38W304100
licenca.srd_planobasico.MedLatitudeDecimal	-13.0038888888888333
licenca.srd_planobasico.MedLongitudeDecimal	-38.5113888888888333
licenca.srd_planobasico.IndCoordPrefixada	0
licenca.srd_planobasico.IndFase	1
licenca.srd_planobasico.DescHistorico	SSR41/83;SSC03/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 40.574/2003
licenca.srd_planobasico.IndAtivo	1
licenca.srd_planobasico.DataInclusao	2003-12-12 21:27:12.870



Mosaico

licenca.srd_planobasico.DataAlteracao	2003-11-17 00:00:00.000
licenca.srd_planobasico.CodUsuarioAlteracao	AN032037
licenca.srd_planobasico.tpDesignacao	0
licenca.srd_planobasico.IndCarater	P
licenca.srd_planobasico.NomeMunicipio	Salvador
licenca.srd_planobasico.MedErpMax	50
licenca.frequency	91.3
licenca.stnClass	A1
licenca.tower_base_quota	51
tower_base_quota	51
observacao_mc	SSR41/83;SSC03/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 40.574/2003

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO 91 FM LTDA	
Nome Fantasia: RADIO 91	
Telefone: ()	E-mail:
CNPJ: 13.065.495/0001-89	Número do Fistel: 06022886651
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 03/11/1993	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: SSR41/83;SSC03/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99;ATO 40.574/2003	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	Complemento:	
Bairro: FEDERACAO	Numero: 123	
Município: Salvador	UF: BA	CEP: 40210630

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Salvador	UF: BA
Latitude: -13.00389	Longitude: -38.51139

Parâmetros Técnicos			
Canal: 217	Frequência: 91.3 MHz	Classe: A1	ERP: 50kW
Altura: 150 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 322640628	Número Indicativo: ZYC315

Data Último Licenciamento: 12/06/2015 | Número da Licença: 000006/2015-BA

Estação Principal		
Localização		
Latitude: -13.004	Longitude: -38.511	Cota da base: 51 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 008330700518	Modelo: FM25000S
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 25.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 175.00 m	Atenuação dB100m: .34 dB	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMCAP-02-91,3-30-AI	Fabricante: IF TELECOM ANTENAS LTDA				
Ganho: .41 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 350 °	Polarização: Circular	HCI: 160 m	ERP Máximo: 22.06 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 1.31	10°: 1.12	20°: 0.89	30°: 0.63	40°: 0.37	50°: 0.19	60°: 0.09	70°: 0.01	80°: 0.04	90°: 0.18	100°: 0.34	110°: 0.57
120°: 0.82	130°: 1.02	140°: 1.19	150°: 1.31	160°: 1.4	170°: 1.4	180°: 1.31	190°: 1.12	200°: 0.89	210°: 0.63	220°: 0.37	230°: 0.19
240°: 0.09	250°: 0.01	260°: 0.04	270°: 0.18	280°: 0.34	290°: 0.57	300°: 0.82	310°: 1.02	320°: 1.19	330°: 1.31	340°: 1.4	350°: 1.4

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 013589xxx0518	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 10.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação dB100m: dB	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 22.06 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	199	Portaria	MC	27/10/1983	03/11/1983	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	140188	Despacho	MC	14/01/1988		Multa	Jurídico
9999	40788	Despacho	MC	04/07/1988		Multa	Jurídico
9999	200988	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico
9999	2009	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico

9999	333333	Despacho	MC	20/09/1988		Multa	Jurídico
9999	270988	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	2709	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	111111	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	222222	Despacho	MC	27/09/1988		Multa	Jurídico
9999	130189	Despacho	MC	13/01/1989		Multa	Jurídico
9999	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
9999	60989	Despacho	MC	06/09/1989		Multa	Jurídico
9999	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
9999	50390	Despacho	MC	05/03/1990		Advertência	Jurídico
9999	50990	Despacho	MC	05/09/1990		Advertência	Jurídico
9999	130990	Despacho	MC	13/09/1990		Advertência	Jurídico
9999	241090	Despacho	MC	24/10/1990		Advertência	Jurídico
9999	111290	Despacho	MC	11/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	131290	Despacho	MC	13/12/1990		Advertência	Jurídico
9999	10491	Despacho	MC	01/04/1991		Advertência	Jurídico
9999	270592	Despacho	MC	27/05/1992		Advertência	Jurídico
9999	61092	Despacho	MC	06/10/1992		Advertência	Jurídico
9999	39	Portaria	MC	27/07/1994	03/08/1994	Multa	Jurídico
9999	619	Portaria	MC	23/08/1994	12/09/1994	Transferência Indireta	Jurídico
9999	144	Portaria	MC	03/04/1995	20/04/1995	Multa	Jurídico
9999	443	Portaria	MC	02/08/1995	16/08/1995	Multa	Jurídico
9999	266	Portaria	MC	07/05/1997	24/06/1997	Renovação	Jurídico
9999	1090	Portaria	MC	03/09/1997	10/09/1997	Multa	Jurídico
9999	1465	Portaria	MC	14/10/1997	16/10/1997	Multa	Jurídico
9999	310720	Despacho	MC	31/07/2001		Advertência	Jurídico
9999	289	Decreto Legislativo	CN	23/08/2001	24/08/2001	Renovação	Jurídico
9999	516	Portaria	MC	04/10/2001	10/10/2001	Multa	Jurídico
9999	374	Portaria	MC	11/10/2002	22/10/2002	Multa	Jurídico
9999	2	Portaria	MC	15/02/2005	11/03/2005	Multa	Jurídico
9999	70	Portaria	MC	28/03/2005	31/03/2005	Multa	Jurídico
9999	24	Portaria	MC	19/01/2007	24/01/2007	Alteração de Transmissor	Técnico
9999	742	Portaria	MC	10/09/2007	27/09/2007	Alteração de Transmissor	Técnico

9999	88	Despacho	MC	31/03/2010		Advertência	Jurídico
9999	5707	Ato	ER08	19/09/2013	24/09/2013	Alteração	Técnico
9999	1163	Ato	ER08	10/02/2014	12/02/2014	Alteração de Transmissor	Técnico
9999	2068	Ato	ER08	26/03/2015	01/04/2015	Alteração	Técnico

Horário de funcionamento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - FM**

Processo nº 53000.044858/2013-75

Canal: 217

Frequência: 91,3 MHz

CNPJ: 13.065.495/0001-89

Localidade: SALVADOR

UF: BA

Entidade: RÁDIO 91 FM LTDA

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com "S" se os documentos entregues atendem aos requisitos, com "N" se não atendem ou não foram entregues, com "NA" se não for aplicável e com "NV" se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	
1) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo "Situação" do SRD).	S	
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S	
3) LAUDO DE VISTORIA (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S	
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	
3.3) Transmissores de FM existentes na emissora: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação.	S	S
3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).	S	
3.5) Antena: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).	S	S
3.6) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	S
3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	
3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	
3.9) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora),		

declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S	
3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	S	
3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 9.4 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	S	S
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	S	S
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	S	S
4.4) Função do transmissor (principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora).	S	S
4.5) Medições:		
4.5.1) Frequência: a) Nominal; b) Medida em ambiente normal (± 2000 Hz); c) Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente (± 2000 Hz).	S	S
4.5.2) ¹ Resposta de áudiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz, para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente (<i>curvas das figuras 1A, 1B e 1C do Anexo II</i>).	S	S
4.5.3) ¹ Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ($\leq 2,5\%$).	S	S
4.5.4) ¹ Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz (≥ 54 dB).	S	S
4.5.5) ¹ Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude (≥ 50 dB).	S	S
4.5.6) Atenuação de harmônicos e espúrios (120 a 240 kHz ≥ 25 dB / 240 a 600 kHz ≥ 35 dB / >600 kHz $\geq [73+P(dBk)]$ dB / Max 80 dB).	S	S
4.5.7) Potência de saída (indicação do método empregado para sua determinação) ($\pm 10\%$, excepcionalmente, $\pm 15\%$ p/ rede elétrica instável).	S	S
4.6) Informações específicas para estereofonia:		
4.6.1) Gerador de estéreo: a) Fabricante; b) Modelo.	S	S
4.6.2) Medições:		
4.6.2.1) Frequência de subportadora piloto: a) Medida; b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente (± 2 Hz).	S	S
4.6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto ($8\% \leq Limite \leq 10\%$).	S	S
4.6.2.3) ¹ Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz (Canal Esq/Dir e Dir/Esq) ($\geq 29,7$ dB).	S	S
4.6.2.4) ¹ Diafonia, para áudiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos (≥ 40 dB).	S	S
4.7) Informações específicas para canais secundários:		
4.7.1) Gerador de sinal secundário: a) Fabricante; b) Modelo.	NA	NA
4.7.2) Medições:		
4.7.2.1) Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos (Mono 20 à 99 kHz / Estéreo 53 à 99 kHz).	NA	NA
4.7.2.2) Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários. (Mono $\leq 30\%$ / Estéreo $\leq 20\%$).	NA	NA

4.8) Observações visuais no transmissor:		
4.8.1) Placa de identificação (transcrição dos dizeres constantes da placa).	S	S
4.8.2) Medidores do estágio final de RF (Existência e indicação da escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) De potência de saída (incidente e refletida).		S
4.8.3) Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) Modulação; b) Frequência.	S	S
4.8.4) Existência de dispositivos de segurança do pessoal: a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra; c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas; d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	S	S
4.8.5) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	S	S
4.9) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.10) Parecer Conclusivo: "Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.11) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaiando o transmissor de frequência modulada, fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S	S
4.12) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	S
4.13) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	S

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES:
(1) Opcional conforme Portaria nº 05, de 07/01/1991, DOU de 09/01/1991.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilio Augusto Petrucci, Engenheiro**, em 07/02/2018, às 11:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2636628** e o código CRC **320C0717**.

CERTIDÃO

Processo nº 53000.044858/2013-75

Certifico e dou fé de que a regularização da composição societária/diretiva da Entidade está sendo tratada nos autos do Processo nº 01250.010623/2018-49, o que possibilita, assim, a continuidade da instrução do presente feito.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Vassalo Silva, Técnico de Nível Superior**, em 28/02/2018, às 10:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2690480** e o código CRC **4DA84A93**.

53000.044858/2013-75

2690480v3

BOM DIA
Débora Neves Seabra de AlmeidaSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | internet | teia | menu | ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO 91 FM LTDA
CNPJ: 13.065.495/0001-89

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:18:39 do dia 26/03/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/04/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas Interactivos

 Menu Principal ▼

SRD	internet	teia	menu	ajuda
-----	----------	------	------	-------

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: BA

Município: Salvador

Frequência: 91,3 MHz

Classe: A1

Canal: 217**Distrito:****Sub Distrito:**

Local Especifico:

Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: RADIO 91 FM LTDA

Nome Fantasia: RADIO 91

Nº Estação: 322640628

Primeiro

Licenciamento:

Fistel: 06022886651

CNPJ: 13.065.495/0001-89

Situação: Entidade não possui débitos

Último

Licenciamento: 12/06/2015 12:33:14

Dados do Plano Básico

Dados da Outorga

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc.	SEI Nº	Ato Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
			- Selecione -				03/11/1983	Outorga Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Multa Jur.
			- Selecione -					Advertência Jur.
			- Selecione -					Advertência Jur.
			- Selecione -					Advertência Jur.
			- Selecione -					Advertência Jur.
			- Selecione -					Advertência Jur.
			- Selecione -					Advertência Jur.
			- Selecione -					Advertência Jur.
			- Selecione -					Advertência Jur.
			- Selecione -				03/08/1994	Multa Jur.
			- Selecione -				12/09/1994	Transferência Indireta Jur.
			- Selecione -				20/04/1995	Multa Jur.
			- Selecione -				16/08/1995	Multa Jur.

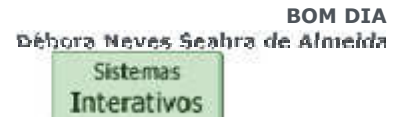
		- Selecione -			24/06/1997	Renovação	Jur.
		- Selecione -			10/09/1997	Multa	Jur.
		- Selecione -			16/10/1997	Multa	Jur.
		- Selecione -				Advertência	Jur.
		- Selecione -			24/08/2001	Renovação	Jur.
		- Selecione -			10/10/2001	Multa	Jur.
		- Selecione -			22/10/2002	Multa	Jur.
		- Selecione -			11/03/2005	Multa	Jur.
		- Selecione -			31/03/2005	Multa	Jur.
		- Selecione -			24/01/2007	Alteração de Transmissor	Jur.
		- Selecione -			27/09/2007	Alteração de Transmissor	Jur.
		- Selecione -				Advertência	Jur.
		- Selecione -			24/09/2013	Emissão de Ato de Alteração Técnica	Jur.
		- Selecione -			12/02/2014	Alteração de Transmissor	Jur.
		- Selecione -			01/04/2015	Emissão de Ato de Alteração Técnica	Jur.

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

Tela Inicial

Imprimir

[Menu Principal](#)[SRD >>> Relatórios >>> Outorga](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: BA

Município: Salvador

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
CAMARA DOS DEPUTADOS	Salvador	01/04/2010	01/04/2020
DIAMANTINA RADIO E TELEVISAO LTDA	Salvador	03/11/2003	03/11/2013
EMPRESA DE RADIODIFUSAO A TARDE LTDA	Salvador	03/08/1981	03/08/1991
EMPRESA METROPOLITANA DE RADIODIFUSAO LTDA	Salvador	06/02/1985	06/02/1995
FUNDACAO DOM AVELAR BRANDAO VILELA	Salvador	28/05/2001	28/05/2011
INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB	Salvador	11/07/1977	11/07/1987
RADIO 91 FM LTDA	Salvador	03/11/1993	03/11/2003
RADIO ARATU LTDA	Salvador	02/08/1987	
RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DA BAHIA LTDA	Salvador	02/08/2007	02/08/2017
RADIO FM BAHIA SOL LTDA	Salvador	30/10/2006	30/10/2016
RADIO FM IEMANJA LTDA	Salvador	21/07/1996	21/07/2006
RADIO PIATA DE SALVADOR LTDA	Salvador	06/02/2005	06/02/2015
RADIO TRANSAMERICA DA BAHIA LTDA	Salvador	01/05/1994	01/05/2004
REDE CENTRAL DE COMUNICACAO LTDA	Salvador	24/08/1981	24/08/1991
SISTEMA NORDESTE DE COMUNICACAO LTDA	Salvador	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: [anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida](#)

Data: 26/03/2018

Hora: 09:20:38

Registro 1 até 15 de 15 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#)
[Consulta](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 13.065.495/0001-89

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador

 Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 26/03/2018

Hora: 09:21:12



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 565.834.005-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Sócio	8242243	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 26/03/2018

Hora: 09:21:35


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 295.633.645-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	RADIO MERIDIONAL DA BAHIA LTDA	16.284.812/0001-46	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Itabuna
		TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Itabuna
		TELEVISAO BAHIA S.A.	13.425.269/0001-61	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

 Usuário: [anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida](#)

Data: 26/03/2018

Hora: 09:21:54


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

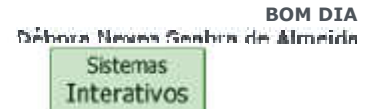
CNPJ: 15.575.486/0001-63

RADIO 91 FM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

 Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 26/03/2018

Hora: 09:22:08


[Menu Principal](#)
[SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 059.238.728-38

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A	59.152.629/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SP	São Carlos
		TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA	16.315.327/0001-92	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Juazeiro
		TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA	16.395.923/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	BA	Barreiras
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO SUL DE MINAS S/A	25.166.281/0001-88	Diretor (CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	MG	Varginha

Usuário: [anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida](#)

Data: 26/03/2018

Hora: 09:22:20



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESPECÍFICA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO 91 FM LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE 29200448514		CNPJ 13.065.495/0001-89	
OBSERVAÇÕES			
INFORMAMOS QUE A SOCIEDADE RADIO 91 FM LTDA, POSSUI ENDEREÇO NA RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS, Nº 123 FEDERAÇÃO - CEP 40210-630, SALVADOR-BAHIA.			
Ato	Número	Data	Descrição
B02	29200448514	14/06/1982	REGISTRO/CONSTITUICAO
B05	114947	02/10/1984	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
310	027002	18/07/1985	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
B05	130739	10/04/1986	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	940612585	27/10/1994	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	940713101	18/11/1994	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	950340278	29/05/1995	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	96265688	28/08/2000	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
002	96605292	29/03/2005	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	96605292	29/03/2005	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	97344795	18/12/2013	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	97350910	20/01/2014	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
002	97435732	20/12/2014	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	97441384	27/01/2015	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	97523886	16/12/2015	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
002	97610216	10/11/2016	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	97620346	17/12/2016	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	97720886	15/12/2017	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO

SALVADOR - BA, 21 de Março de 2018

HÉLIO PORTELA RAMOS

189520744



A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM <http://regin.juceb.ba.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
CONTROLE: 4533547700165 CPF SOLICITANTE: 040.503.795-38 NIRE: 29200448514 EMITIDA: 21/03/2018 PROTOCOLO: 189520744

página: 1/1



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35226425311	07/05/2012	03/05/2018 14:50:51
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
25/04/2012	15.513.836/0001-67	

CAPITAL
R\$ 437.500,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL, QUINHENTOS REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA REGINA NOGUEIRA	NÚMERO: 120	
BAIRRO: JARDIM SAO GABRIEL	COMPLEMENTO: SALA 18	
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13045-290	UF: SP

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 213.767.958-25, RESIDENTE À ALAMEDA DAS PALMEIRAS, 600, COND. ALTO DA, GRAMADO, CAMPINAS - SP, CEP 13101-676, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 428.750,00.
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 059.238.728-38, RG/RNE: 13278437 - SP, RESIDENTE À RUA REGINA NOGUEIRA, 120, JARDIM SAO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-290, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.
STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.996.408-77, RESIDENTE À ALAMEDA DAS PALMEIRAS, 600, COND. ALTO DA, GRAMADO, CAMPINAS - SP, CEP 13101-676, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 8.750,00.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 170.944/14-1 SESSÃO: 05/06/2014

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2014. (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2013 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA COMPANHIA.

CORREÇÃO DE CNPJ 15.513.836/0001-67

NUM.DOC: 483.252/14-1 SESSÃO: 29/12/2014

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 437.500,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL, QUINHENTOS REAIS)CAPITAL INTEGRALIZADO DE \$ 437.500,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL, QUINHENTOS REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 213.767.958-25, RESIDENTE À ALAMEDA DAS PALMEIRAS, 600, COND. ALTO DA, GRAMADO, CAMPINAS - SP, CEP 13101-676, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 428.750,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.996.408-77, RESIDENTE À ALAMEDA DAS PALMEIRAS, 600, COND. ALTO DA, GRAMADO, CAMPINAS - SP, CEP 13101-676, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 8.750,00.

REMANESCENTE PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 059.238.728-38, RG/RNE: 13278437 - SP, RESIDENTE À RUA REGINA NOGUEIRA, 120, JARDIM SAO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-290, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 244.088/15-9 SESSÃO: 08/07/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2015. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2014 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA SOCIEDADE.

NUM.DOC: 419.197/16-3 SESSÃO: 26/09/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 29/04/2016. (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2015 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA SOCIEDADE.

NUM.DOC: 294.894/17-2 SESSÃO: 27/06/2017

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 28/04/2017. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2016 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) APRECIACAO E APROVACAO DA PROPOSTA DE DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, BEM COMO A RATIFICACAO DOS DIVIDENDOS INTERMEDIARIOS DISTRIBUIDOS DURANTE O EXERCICIO SOCIAL DE 2016.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226425311

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 02/05/2018



Ficha Cadastral Simplificada emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 100423566, quinta-feira, 3 de maio de 2018 às 14:50:51.



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
SFO PARTICIPACOES LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35226425460	09/05/2012	03/05/2018 14:56:51
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
30/04/2012	15.513.828/0001-10	

CAPITAL
R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AVENIDA SELMA PARADA	NÚMERO: 201	
BAIRRO: VILA MADALENA	COMPLEMENTO: CONJ. 01, SAL	
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13091-904	UF: SP

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 287.712.248-40, RG/RNE: 244219114 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SELMA PARADA, 201, VILA MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.800,00.
EDSON FIRMINO DE PAULA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 079.498.888-14, RG/RNE: 11442321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SELMA PARADA, 201, VILA MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 059.238.728-38, RG/RNE: 132784373 - SP, RESIDENTE À RUA REGINA NOGUEIRA, 120, JARDIM SAO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-290, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 025.526/15-7 SESSÃO: 11/02/2015

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2014. SFO PARTICIPACOES LTDA. CNPJ/MF N 15.513.828/0001-10NIRE 35.226.425.460ATA DA REUNIAO DE QUOTISTAS 1. DATA, HORA, E LOCAL: 30 DE ABRIL DE 2014, AS 10:00 HORAS, NA SEDE SOCIAL, LOCALIZADA AVENIDA SELMA PARADA, N. 201, CONJUNTO 01, SALA 154-Q, CONDOMINIO GALLERIA OFFICE PARK, VILA MADALENA, CIDADE DE CAMPINAS, ESTADO DE SAO PAULO, CEP 13.091.904.2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: DISPENSADA A CONVOCAÇÃO, CONFORME O DISPOSTO NO CODIGO CIVIL, ART. 1.072, 2, EM DECORRENCIA DE ESTAREM PRESENTES OS QUOTISTAS REPRESENTANDO A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL. 3. MESA: OS TRABALHOS FORAM PRESIDIDOS POR ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA E SECRETARIADOS POR EDSON FIRMINO DE PAULA. 4. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2013 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA COMPANHIA;5. DOCUMENTOS: RELATORIO DA ADMINISTRACAO, BALANCO PATRIMONIAL E DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DISPONIBILIZADOS NOS TERMOS DO ART. 1.078, 1, DO CODIGO CIVIL. 6. DELIBERACOES: (I) APROVAR, POR UNANIMIDADE E SEM RESSALVAS, AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2013;(II) APROVAR AS CONTAS DA ADMINISTRACAO, SEM QUAISQUER RESSALVAS;(III) OS SENHORES QUOTISTAS DEIXAM DE DELIBERAR ACERCA DA DISTRIBUICAO E DA DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DIANTE DO PREJUIZO ACUMULADO NO ANO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2013.ENCERRAMENTO: NADA MAIS HAVENDO A SER TRATADO, O PRESIDENTE DEU POR ENCERRADA A ASSEMBLEIA, DA QUAL SE LAVROU A PRESENTE ATA, QUE FOI APROVADA E ASSINADA.CAMPINAS, 30 DE ABRIL DE 2014.

CORREÇÃO DE CNPJ 15.513.828/0001-10

NUM.DOC: 358.130/16-5 SESSÃO: 11/08/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2015. DELIBERACOES: APOS DISCUSSAO DAS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS QUOTISTAS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM RESERVAS OU QUAISQUER RESTRICOES, COM ABSTENCAO DOS LEGALMENTE IMPEDIDOS, DELIBERARAM O QUANTO SEGUE: (I) APROVAR, POR UNANIMIDADE E SEM RESSALVAS, AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2014; (II) APROVAR AS CONTAS DA ADMINISTRACAO, SEM QUAISQUER RESSALVAS; E (III) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DE R\$ 1.420.346,58 (UM MILHAO, QUATROCENTOS E VINTE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) PARA RESERVA DE RETENCAO DE LUCROS DA SOCIEDADE.

NUM.DOC: 443.163/16-9 SESSÃO: 14/10/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 29/04/2016. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2015 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA SOCIEDADE.

NUM.DOC: 503.772/16-1 SESSÃO: 30/11/2016

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 287.712.248-40, RG/RNE: 24421911-4 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SELMA PARADA, 201, VILA MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.800,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 059.238.728-38, RG/RNE: 13278437-3 - SP, RESIDENTE À RUA REGINA NOGUEIRA, 120, JARDIM SAO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-290, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE EDSON FIRMINO DE PAULA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 079.498.888-14, RG/RNE: 11442321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SELMA PARADA, 201, VILA MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 335.403/17-7 SESSÃO: 24/07/2017

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 28/04/2017. DELIBERACOES: APOS DISCUSSAO DAS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS QUOTISTAS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM RESERVAS OU QUAISQUER RESTRICOES, COM ABSTENCAO DOS LEGALMENTE IMPEDIDOS, DELIBERARAM O QUANTO SEGUE: (I) APROVAR, POR UNANIMIDADE E SEM RESSALVAS, AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2016; (II) APROVAR AS CONTAS DA ADMINISTRACAO, SEM QUAISQUER RESSALVAS; E (III) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DE R\$ 311.531,36 (TREZENTOS E ONZE MIL, QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS) PARA RESERVA DE

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226425460
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 02/05/2018



Ficha Cadastral Simplificada emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 100424290, quinta-feira, 3 de maio de 2018 às 14:56:51.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - Serad

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.044858/2013-75		
Entidade: Rádio 91 FM Ltda.	CNPJ: 13.065.495/0001-89	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Salvador	UF: BA
Validade da Outorga: vencida	Período: 03/11/2013 03/11/2023	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	2362950 4
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	2801870

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	2086704 2374734 4/125
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	2941973
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	2362950 6/8
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	2362950

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2373299
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	F-1951192, p.2 E-2086700 M-2086701
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	2801870
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	1951192 4
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	1072269
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	2636951
2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA CESSIONÁRIA			
2.2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Cessionária e da Pessoa Jurídica sócia, de que: <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 		PENDENTE	
2.2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;		OK	2374617
Observações:			

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Débora Neves CARGO: Técnico em Nível Superior	26/03/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 6425/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.044858/2013-75

Assunto: **EXIGÊNCIA.** Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Radio 91 FM Ltda (Radio Itaparica FM Ltda atual denominação), relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, referente ao período de 03/11/2013 a 03/11/2023.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido a que se refere o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por conduito do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que tratava dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação buscava uniformizar entendimento, no âmbito da Conjur, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

3. Ocorre que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017, que altera as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

4. Assim, considerando-se os termos das susos mencionadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos pendentes, conforme atesta a "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 2802458):

RELATIVO À SÓCIA PESSOA JURÍDICA PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.:

4.1. Declaração, firmada pelos representantes legais das duas empresas (**Rádio 91 FM Ltda e PAN Participações Ltda.**) - **vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração** -, de que:

- a) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
- c) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

RELATIVOS À CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA. (SÓCIA DA PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.):

4.2. Declaração, **firmada em conjunto**, pelos representantes legais da Rádio 91 FM Ltda. (titular da outorga) e da CAP Sorria Participações Ltda. (sócia indireta), de que:

- a) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- b) nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e
- c) nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Obs: vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração

RELATIVOS À SFO PARTICIPAÇÕES LTDA. (SÓCIA DA PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA.):

4.3. Declaração, **firmada em conjunto**, pelos representantes legais da Rádio 91 FM Ltda. (titular da outorga) e da SFO Participações Ltda. (sócia indireta), de que:

a) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e

c) nenhum dos sócios da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Obs: vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Debora Neves Seabra de Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 08/05/2018, às 14:43, conforme art. 3º, III, “b”, das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 08/05/2018, às 14:44, conforme art. 3º, III, “b”, das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2802458** e o código CRC **7E8B2412**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75**SEI nº 2802458**



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 –
Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 11512/2018/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO 91 FM LTDA (CNPJ nº 13.065.495/0001-89)

Rua Professor Aristides nº. 123 - Anexo I - 1º Andar - Federação

40.210-630 Salvador/BA

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.044858/2013-75.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 6425/2018/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 08/05/2018, às 14:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2802696** e o código CRC **DCF63CCD**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício

Data de Envio:

08/05/2018 15:07:39

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

manuela.monteiro@redebahia.com.br
mauricio.fonseca@redebahia.com.br
cleriston.franca@redebahia.com.br
erica.pinheiro@redebahia.com.br
marianna.cataldi@redebahia.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.044858/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2802458.html
Oficio_2802696.html

Ilustríssimo Senhor

Rafael Ferreira Larcher

M.D. Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão do
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ref.: **Ofício nº 11512/2018/SEI-MCTIC**
Processo nº 53000.044858/2013-75
Renovação de Outorga

RÁDIO 91 FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.065.495/0001-89, sita à Rua Professor Aristides Novis, nº 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, executante de radiodifusão, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, através de seu sócio-administrador ao final assinado, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 17727/2018/SEI-MCTIC, vem requerer a juntada das declarações firmadas em conjunto pelos dirigentes da Entidade e das empresas PAN BT Participações Ltda., CAP Sorria Participações Ltda. e SFO Participações Ltda.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Salvador (BA), 07 de junho de 2018.



RÁDIO 91 FM LTDA.
13.065.495/0001-89




DECLARAÇÕES

Com vistas à complementação cadastral da **Rádio 91 FM Ltda.**, DECLARAMOS, para os devidos fins, que:


- a) Nenhum dos seus sócios e diretores participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n. 236/1967;
- b) Nenhum dos seus sócios e diretores estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial;
- c) Esta Radiodifusora não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- d) Esta Radiodifusora cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e) Esta Radiodifusora não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- f) Nenhum dos dirigentes ou sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, e q da Lei Complementar n. 64/1990;
- g) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.


Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, eu, **Maurício Rollemberg da Fonseca Filho**, Representante Legal da **Rádio 91 FM Ltda.**, **Paulo Augusto Alves Brasileiro** e **Stella Simonsen P. de A. Coutinho Nogueira**, Representantes Legais da **PAN BT Participações Ltda.**, **Stella Simonsen P. de A. Coutinho Nogueira** e **Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira**, Representantes Legais da **CAP Sorria Participações Ltda.** e **Adriana Coutinho Nogueira** e **Paulo Augusto Alves Brasileiro**, Representantes Legais da **SFO Participações Ltda.** firmamos estas declarações.

Pela **Rádio 91 FM Ltda.**:

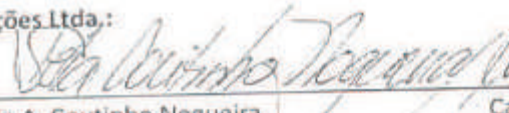

Maurício Rollemberg da Fonseca Filho
CPF nº 295.633.645-20


Pela **PAN BT Participações Ltda.**:


Stella Simonsen P. de A. Coutinho Nogueira
CPF nº 212.996.408-77


Paulo Augusto Alves Brasileiro
CPF nº 059.238.728-38


Pela **CAP Sorria Participações Ltda.**:


Stella Simonsen P. de A. Coutinho Nogueira
CPF nº 212.996.408-77


Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira
CPF nº 213.767.958-25

Pela **SFO Participações Ltda.**:


Adriana Coutinho Nogueira
CPF nº 287.712.248-40


Paulo Augusto Alves Brasileiro
CPF nº 059.238.728-38



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO 91 FM LTDA.

CNPJ : 13.065.495/0001-89.

ENDEREÇO : Rua Professor Aristides Novis, nº 123 – Anexo I – 1º Andar – Federação – Salvador / BA.

CEP : 40.210-630.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	Alteração do Contrato Social, de 30 de outubro de 2013. Registrada na JUCEB	
		Nº	DATA
MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	ADMINISTRADOR		18/ 12/ 2013
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO 059.238.728-38	ADMINISTRADOR		

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA
Processo nº 53900.017941/2014-17			

SECIR/nsa.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : RÁDIO 91 FM LTDA.
CNPJ : 13.065.495/0001-89.

QUADRO SOCIETÁRIO

Portaria nº 4.509, de 01 de novembro de 2016. Publicado no D.O.U. em 08/ 11/ 2016.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA 15.575.486/0001-63	3.334			3.334,00
ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO 565.834.005-53	3.333			3.333,00
MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO 295.633.645-20	3.333			3.333,00
TOTAL	10.000			10.000,00
Processo nº 53900.017941/2014-17				

SECIR/nsa.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 96, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.017941/2014-17, resolve:

Art. 1º Autorizar a Rádio 91 FM Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, a realizar a transferência indireta da outorga, nos termos da minuta da alteração contratual da qual resultará no seguinte quadro societário:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Pan BT Participações Ltda.	3.334	3.334,00
Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	3.333	3.333,00
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	3.333	3.333,00
TOTAL	10.000	10.000,00

Art. 2º A alteração autorizada no art. 1º deverá ser registrada no prazo de até sessenta dias, a contar da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A comprovação do registro a que se refere o caput deverá ser apresentada para aprovação deste Ministério no prazo de até sessenta dias, a contar da data do registro.

Art. 3º A efetivação da mudança do controle societário ora autorizado poderá vir a obstar eventual assinatura de contrato relativos a outras delegações.

Art. 4º O Congresso Nacional deverá ser comunicado acerca da aprovação dos atos de alteração societária a que se refere o art 3º, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição da República.

Art. 5º No caso de descumprimento de quaisquer dos prazos previstos nos artigos anteriores, a presente autorização perderá automaticamente sua eficácia.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 01/11/2016, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1437285** e o código CRC **E04E7A5B**.

PUBLICADO
DIRETÓRIO OFICIAL
de 03 / 11 / 1983
Página 11.
M



Portaria n.º 199, de 27 de OUTUBRO de 1983

O Ministro de Estado das Comunicações, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 19 do Decreto nº 70.563, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 5.660/82 (Edital nº 32/82), resolve:

I - Outorgar permissão à Rádio Itaparica FM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, e sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, com os preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

III - Determinar que a operação do serviço de radiodifusão, objeto desta Portaria, se faça no canal nº 217/A, com sistema irradiante colinear com o canal nº 222/A.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

POMILO VILLAR FURTADO

OFICIAL	06	05	04
Página:	50	Série:	1
ANOTADO POR:	Elisângela		

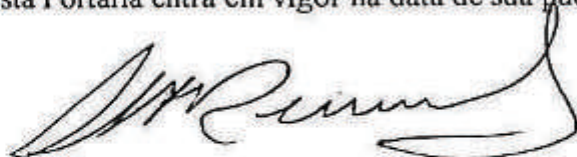
PORTARIA Nº 35 , DE 20 DE abril DE 2004.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 237 do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria MC nº 313, de 23 de junho de 2003, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 53000.045305/2003, resolve:

I. Autorizar a Rádio Itaparica FM Ltda., com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, a utilizar, nas transmissões de sua estação em frequência modulada na mesma localidade, a denominação de fantasia **“RÁDIO 91”**.

II. Revogar a Portaria nº 106, de 09/11/1994, que autorizou o nome fantasia **“RÁDIO 91 FM”**.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

799-4

Serviço Público Federal	
Ministério das Comunicações	
Publicado no D.O.U. em	
17/01/2011	
Seção 1	Página 63
Trilés	
Rubrica	

PORTARIA Nº 1396 , DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.045304/2003, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 3 de novembro de 2003, a permissão outorgada à RÁDIO ITAPARICA FM LTDA., pela Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de novembro de 1983, renovada pela Portaria nº 266, de 7 de maio de 1997, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de junho de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 289, de 2001, publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de agosto de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações



Diário Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII Nº 163 - E Brasília - DF, sexta-feira, 24 de agosto de 2001 R\$ 1,64

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Aviso

Esta edição é composta de um total de 176 páginas, incluindo o Caderno Eletrônico com 168 páginas e o Convencional com 8.

Sumário

	PÁGINA
Atos do Congresso Nacional	1
Atos do Senado Federal	2
Atos do Poder Executivo	3
Presidência da República	26
Ministério da Justiça	27
Ministério da Defesa	34
Ministério das Relações Exteriores	34
Ministério da Fazenda	35
Ministério dos Transportes	66
Ministério da Agricultura e do Abastecimento	66
Ministério da Educação	70
Ministério da Cultura	78
Ministério do Trabalho e Emprego	79
Ministério da Previdência e Assistência Social	79
Ministério da Saúde	82
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	133
Ministério de Minas e Energia	137
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	139
Ministério das Comunicações	140
Ministério da Ciência e Tecnologia	143
Ministério do Meio Ambiente	143
Tribunal de Contas da União	145
Poder Judiciário	146
Índice	149

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2001

Aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO

Presidente do Senado Federal,

Interno

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no DSE, de 9.1.99.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 287, DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO CASTELO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 600, de 15 de agosto de 1994, que renova por dez anos, a partir de 20 de fevereiro de 1989, a permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO

Presidente do Senado Federal,

Interno

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 288, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à fundação universidade regional de Blumenau - Furb para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 31, de 10 de fevereiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Universidade Regional de Blumenau - Furb para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educacionais, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO

Presidente do Senado Federal,

Interno

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 289, DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio ITAPARICA FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 266, de 7 de maio de 1997, que renova por dez anos, a partir de 3 de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de agosto de 2001

Senador EDISON LOBÃO

Presidente do Senado Federal,

Interno

(Of. 11, nº 76/2001)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interno, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

Por motivos técnicos, a Imprensa Nacional não mais disponibilizará em seu site as matérias constantes do Caderno Convencional dos Jornais Oficiais. Somente as matérias enviadas por meio eletrônico estarão disponíveis para consulta (www.in.gov.br).

Imprensa Nacional - Informações Oficiais - (0XX61) 441-9961



PORTARIA Nº 266 , DE 7 DE maio DE 1997.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001363/93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 3 de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Itaparica FM Ltda., pela Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União em 3 de novembro subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



SÉRGIO MOTTA



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35226507300	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 14/05/2012	INÍCIO DAS ATIVIDADES 09/05/2012	PRAZO DE DURAÇÃO			
SITUAÇÃO INCORPORADA							
NOME COMERCIAL PAN BT PARTICIPACOES LTDA.						TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J. 15.575.486/0001-63	ENDEREÇO RUA MARIO LUCHESI			NÚMERO 45	COMPLEMENTO SALA 03		
BAIRRO JARDIM SAO PAULO	MUNICÍPIO SAO CARLOS		UF SP	CEP 13570-380	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 1.100.000,00	

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

SÓCIO					
NOME CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA.					
ENDEREÇO RUA REGINA NOGUEIRA			NÚMERO 120	COMPLEMENTO SALA 18	
BAIRRO JARDIM SAO GABRIEL	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13045-290	
NIRE 35226425311	CARGO SÓCIO				QUANTIDADE COTAS 550.000,00

SÓCIO					
NOME SFO PARTICIPACOES LTDA.					
ENDEREÇO AVENIDA SELMA PARADA			NÚMERO 201	COMPLEMENTO CONJ. 01, SAL	
BAIRRO VILA MADALENA	MUNICÍPIO CAMPINAS		UF SP	CEP 13091-904	
NIRE 35226425460	CARGO SÓCIO				QUANTIDADE COTAS 550.000,00

REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR		
NOME PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO		
ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO

RUA REGINA NOGUEIRA		120			
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG	
JARDIM SAO GABRIEL	CAMPINAS	SP	13045-290	132784373	
CPF	CARGO				QUANTIDADE COTAS
059.238.728-38	REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR				

REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR					
NOME					
STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA					
ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA REGINA NOGUEIRA			120		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG	
JARDIM SAO GABRIEL	CAMPINAS	SP	13045-290	11583958	
CPF	CARGO				QUANTIDADE COTAS
212.996.408-77	REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR				

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA	NÚMERO	
13/11/2018	538.075/18-1	
INCORPORADA POR NIRE 35300436369.		

<p>FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226507300</p> <p>DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/12/2018</p>



Certidão Simplificada emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por FLÁVIA REGINA BRITTO GONÇALVES, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 110298503, terça-feira, 11 de dezembro de 2018 às 20:14:17.



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35226425311	07/05/2012	11/12/2018 20:14:56
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
25/04/2012	15.513.836/0001-67	

CAPITAL
R\$ 437.500,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E SETE MIL, QUINHENTOS REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA REGINA NOGUEIRA	NÚMERO: 120	
BAIRRO: JARDIM SAO GABRIEL	COMPLEMENTO: SALA 18	
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13045-290	UF: SP

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 059.238.728-38, RG/RNE: 132784373, RESIDENTE À RUA REGINA NOGUEIRA, 120, JARDIM SAO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-290, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10,00.
STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.996.408-77, RG/RNE: 11583958, RESIDENTE À ALAMEDA DAS PALMEIRAS, 600, COND. ALTO DA, GRAMADO, CAMPINAS - SP, CEP 13101-676, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 437.490,00.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS
NUM.DOC: 244.088/15-9 SESSÃO: 08/07/2015
ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2015. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES

FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2014 E DELIBERAR SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DA SOCIEDADE.

CORREÇÃO DE CNPJ 15.513.836/0001-67

NUM.DOC: 419.197/16-3 SESSÃO: 26/09/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 29/04/2016. (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2015 E DELIBERAR SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DA SOCIEDADE.

NUM.DOC: 294.894/17-2 SESSÃO: 27/06/2017

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 28/04/2017. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2016 E DELIBERAR SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) APRECIACAO E APROVACAO DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, BEM COMO A RATIFICAÇÃO DOS DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016.

NUM.DOC: 459.250/18-8 SESSÃO: 11/10/2018

RETIRA-SE DA SOCIEDADE CARLA PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 213.767.958-25, RG/RNE: 349987142, RESIDENTE À ALAMEDA DAS PALMEIRAS, 600, COND. ALTO DA, GRAMADO, CAMPINAS - SP, CEP 13101-676, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 428.750,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 212.996.408-77, RG/RNE: 11583958, RESIDENTE À ALAMEDA DAS PALMEIRAS, 600, COND. ALTO DA, GRAMADO, CAMPINAS - SP, CEP 13101-676, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 437.490,00.

REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DE PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 059.238.728-38, RG/RNE: 132784373, RESIDENTE À RUA REGINA NOGUEIRA, 120, JARDIM SÃO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-290, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 459.445/18-2 SESSÃO: 18/10/2018

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2018. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017 E DELIBERAR SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) APRECIACAO E APROVACAO DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31/12/2017.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226425311

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/12/2018



Ficha Cadastral Simplificada emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 110298512, terça-feira, 11 de dezembro de 2018 às 20:14:56.



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
SFO PARTICIPACOES LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35226425460	09/05/2012	11/12/2018 20:16:06
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
30/04/2012	15.513.828/0001-10	

CAPITAL
R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AVENIDA SELMA PARADA	NÚMERO: 201	
BAIRRO: VILA MADALENA	COMPLEMENTO: CONJ. 01, SAL	
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13091-904	UF: SP

OBJETO SOCIAL
HOLDINGS DE INSTITUIÇÕES NÃO-FINANCEIRAS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 287.712.248-40, RG/RNE: 244219114 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SELMA PARADA, 201, VILA MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.800,00.
EDSON FIRMINO DE PAULA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 079.498.888-14, RG/RNE: 11442321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SELMA PARADA, 201, VILA MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 059.238.728-38, RG/RNE: 132784373 - SP, RESIDENTE À RUA REGINA NOGUEIRA, 120, JARDIM SAO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-290, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 358.130/16-5 SESSÃO: 11/08/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2015. DELIBERACOES: APOS DISCUSSAO DAS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS QUOTISTAS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM RESERVAS OU QUAISQUER RESTRICOES, COM ABSTENCAO DOS LEGALMENTE IMPEDIDOS, DELIBERARAM O QUANTO SEGUE: (I) APROVAR, POR UNANIMIDADE E SEM RESSALVAS, AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2014; (II) APROVAR AS CONTAS DA ADMINISTRACAO, SEM QUAISQUER RESSALVAS; E (III) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DE R\$ 1.420.346,58 (UM MILHAO, QUATROCENTOS E VINTE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS) PARA RESERVA DE RETENCAO DE LUCROS DA SOCIEDADE.

NUM.DOC: 443.163/16-9 SESSÃO: 14/10/2016

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 29/04/2016. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2015 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA SOCIEDADE.

NUM.DOC: 503.772/16-1 SESSÃO: 30/11/2016

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 287.712.248-40, RG/RNE: 24421911-4 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SELMA PARADA, 201, VILA MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 99.800,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 059.238.728-38, RG/RNE: 13278437-3 - SP, RESIDENTE À RUA REGINA NOGUEIRA, 120, JARDIM SAO GABRIEL, CAMPINAS - SP, CEP 13045-290, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE EDSON FIRMINO DE PAULA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 079.498.888-14, RG/RNE: 11442321 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SELMA PARADA, 201, VILA MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-904, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 100,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 335.403/17-7 SESSÃO: 24/07/2017

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 28/04/2017. DELIBERACOES: APOS DISCUSSAO DAS MATERIAS DA ORDEM DO DIA, OS QUOTISTAS, POR UNANIMIDADE DE VOTOS E SEM RESERVAS OU QUAISQUER RESTRICOES, COM ABSTENCAO DOS LEGALMENTE IMPEDIDOS, DELIBERARAM O QUANTO SEGUE: (I) APROVAR, POR UNANIMIDADE E SEM RESSALVAS, AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2016; (II) APROVAR AS CONTAS DA ADMINISTRACAO, SEM QUAISQUER RESSALVAS; E (III) APROVAR A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DE R\$ 311.531,36 (TREZENTOS E ONZE MIL, QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS) PARA RESERVA DE RETENCAO DE LUCROS DA SOCIEDADE

NUM.DOC: 485.597/18-4 SESSÃO: 31/10/2018

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 30/04/2018. ORDEM DO DIA: (I) EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA SOCIEDADE REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2017 E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL; (II) TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES; E (III) DELIBERAR ACERCA DA DESTINACAO DO RESULTADO DA SOCIEDADE.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35226425460

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/12/2018



Ficha Cadastral Simplificada emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 110298521, terça-feira, 11 de dezembro de 2018 às 20:16:06.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiofusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

NOTA TÉCNICA Nº 27087/2018/SEI-MCTIC**Processo nº** 01250.010623/2018-49**Assunto:** ANOTAÇÃO CADASTRAL. Alteração Contratual.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado de ofício em desfavor da Rádio 91 FM Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, com vistas à atualização dos assentamentos cadastrais da Entidade.

ANÁLISE

2. A última análise realizada por esta Pasta, nos termos da Nota Técnica nº 17261/2018/SEI-MCTIC (evento SEI nº 3217142), concluiu pela remessa do Ofício nº 30293/2018/SEI-MCTIC (evento SEI nº 3217170) à Entidade, com vistas à complementação da documentação instrutória. Em resposta, por meio dos protocolos nº 01250.052366/2018-12, 01250.052377/2018-01, e, 01250.052512/2018-18, a Interessada atendeu às exigências formuladas consoante se pode atestar da "Lista de Verificação de Documentos" (evento SEI nº 3660647).

3. Por conseguinte, visando à atualização dos assentamentos da Interessada, foram extraídas do processo de renovação nº 53000.044858/2013-75, todas as alterações contratuais realizadas anteriormente aos últimos quadros aprovados por esta Pasta, senão vejamos:

- a) Alteração do Contrato Social, realizada em 12.06.1984, registrada na JUCEB sob o nº 114947, em 02.10.1984, constante do evento SEI nº 2690241, às págs. 1/6;
- b) Alteração Contratual, registrada na JUCEB sob o nº 130739, em 10.04.1986, constante do evento SEI nº 2690241, às págs. 7/14;
- c) Alteração Contratual, realizada em 21.12.1993, registrada na JUCEB sob o nº 940612585, em 27.10.1994, constante do evento SEI nº 2690241, às págs. 15/24;
- d) Alteração Contratual, realizada em 27.05.1994, registrada na JUCEB sob o nº 940713101, em 15.12.1994, constante do evento SEI nº 2690241, às págs. 25/34;
- e) Alteração Contratual, realizada em 09.05.1995, registrada na JUCEB sob o nº 950340278, em 29.05.1995, constante do evento SEI nº 2690241, às págs. 35/38;
- f) Alteração Contratual, realizada em 02.01.1997, registrada na JUCEB sob o nº 96265688, em 28.08.2000, constante do evento SEI nº 2690241, às págs. 39/41;
- g) 7ª Alteração Contratual, realizada em 09.01.2005, registrada na JUCEB sob o nº 96605292, em 29.03.2005, constante do evento SEI nº 2690241, às págs. 42/49.

4. Por sua vez, esclareça-se que a composição societária relacionada na Certidão Simplificada Digital emitida em 18.10.2017 (evento SEI nº 2866993) consiste naquela aprovada pela Portaria nº 4509/2016/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União de 08.11.2016 (decorrente da Alteração do Contrato Social realizada em 08.11.2016), ao passo que a diretiva diverge da última conhecida por esta Secretaria, constante da Alteração do Contrato Social realizada em 30.10.2013, à medida em que há apenas o Sr. Maurício Rollemberg da Fonseca Filho no quadro, o que indicaria a retirada do Sr. Paulo Augusto Alves Brasileiro do aludido.

4.1. A respeito da divergência em questão, consigne-se que, apesar de na Certidão da Junta constar apenas um Diretor, a remoção do Sr. Paulo Augusto Alves Brasileiro do quadro diretivo não restou comprovada, isso porque, dos estudos realizados aos instrumentos apresentados, não foi verificada operação que tenha tratado da retirada do referido Administrador da diretoria da empresa. Em face disso, por inexistir ato particular que comprove a destituição do Sr. Paulo Augusto Alves Brasileiro do cargo de Administrador da Entidade, a atualização dos sistemas informatizados e da Pasta Jurídica da Entidade, neste ponto, está condicionada à apresentação do instrumento contratual que tenha tratado da efetivação de tal operação.

4.2. No tocante à composição societária, colaciona-se, à título de conhecimento, os quadros societário e diretivo da pessoa jurídica sócia, Pan BT Participações Ltda (evento SEI nº 2941352):

NOMES	VALOR - R\$
CAP Sorria Participações Ltda	550.000,00
SFO Participações Ltda	550.000,00
TOTAL	1.100.000,00

NOME	CARGO
Paulo Augusto Alves Brasileiro	Administrador
Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	Administradora

4.2.1. Tendo em vista a existência de duas pessoas jurídicas sob a condição de sócias indiretas, colaciona-se a seguir os quadros societário e diretivo de cada empresa (evento SEI nº 2941361 / 2941371):

<i>CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA</i>	
NOMES	VALOR - R\$
Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	428.750,00
Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	8.750,00
TOTAL	437.500,00

NOME	CARGO
Carla Paes de Almeida Coutinho Nogueira	Administradora
Paulo Augusto Alves Brasileiro	Administrador
Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira	Administradora

<i>SFO PARTICIPAÇÕES LTDA</i>

NOMES	VALOR - R\$
Adriana Coutinho Nogueira	99.800,00
Edson Firmino de Paula	100,00
Paulo Augusto Alves Brasileiro	100,00
TOTAL	100.000,00

NOME	CARGO
Adriana Coutinho Nogueira	Administradora
Paulo Augusto Alves Brasileiro	Administrador

5. Quanto à análise da documentação pessoal dos sócios/diretores, restou constatado o preenchimento dos requisitos necessários para este tipo de operação, conforme atesta a Lista de Verificação de Documentos (evento SEI nº 3660647), uma vez que restou comprovada a (i) condição de brasileiro nato/naturalizado; e (ii) apresentação de declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previsto no art. 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64/1990.

6. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes não extrapolam os limites de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 06.12.2018 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 3659689 / 3660308 / 3660379 / 3660493 / 3660507).

7. Por fim, constatada a regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a anotação cadastral e posterior arquivamento, haja vista ter se exaurido a sua finalidade.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa:

- a) de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta;
- b) dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica as Alterações Contratuais relacionadas no parágrafo 3. (evento SEI nº 2690241), e posterior remessa do feito ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Vassalo Silva, Analista de Nível Superior**, em 12/12/2018, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 12/12/2018, às 15:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 12/12/2018, às 17:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



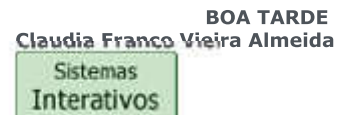
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3660671** e o código CRC **FF402BF2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.010623/2018-49

SEI nº 3660671


[Menu Principal](#)

 SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 13.065.495/0001-89

RADIO 91 FM LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 17/12/2018

Hora: 14:46:14

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 565.834.005-53

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHAES NETO	565.834.005-53	TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Sócio	8242243	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Itabuna
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO BAHIA S.A.	13.425.269/0001-61	Sócio	0	0,00%	0,00%	TV	--	BA	Salvador

Usuário: [claudiaf.mc](#) - [Claudia Franco Vieira Almeida](#)Data: [17/12/2018](#)Hora: [14:46:22](#)


[Menu Principal](#)

 SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 295.633.645-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO	295.633.645-20	RADIO MERIDIONAL DA BAHIA LTDA	16.284.812/0001-46	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Itabuna
		TELEVISAO SANTA CRUZ LTDA	13.476.833/0001-75	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Itabuna
		TELEVISAO BAHIA S.A.	13.425.269/0001-61	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3333	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 17/12/2018

Hora: 14:46:36

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 15.575.486/0001-63**RADIO 91 FM LTDA**

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida**Data:** 17/12/2018**Hora:** 14:46:45


[Menu Principal](#)

 SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 059.238.728-38

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A	59.152.629/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SP	São Carlos
		TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA	16.395.923/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	BA	Barreiras
		TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA	16.315.327/0001-92	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Juazeiro
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO SUL DE MINAS S/A	25.166.281/0001-88	Diretor (CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	MG	Varginha

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 17/12/2018

Hora: 14:46:53

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 15.575.486/0001-63**RADIO 91 FM LTDA**

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAN BT PARTICIPACOES LTDA	15.575.486/0001-63	RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Sócio	3334	0,00%	0,00%	FM	--	BA	Salvador

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida**Data:** 11/12/2018**Hora:** 20:45:04

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor**Nome Sócio/Diretor:** CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** **11/12/2018****Hora:** **20:48:05**

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 15.513.836/0001-67

·
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** [11/12/2018](#)**Hora:** [20:47:02](#)

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor**Nome Sócio/Diretor:** SFO PARTICIPACOES LTDA

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** **11/12/2018****Hora:** **20:49:11**

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 15.513.828/0001-10

·
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** [11/12/2018](#)**Hora:** [20:49:59](#)


[Menu Principal](#)

 SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 059.238.728-38

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A	59.152.629/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SP	São Carlos
		TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA	16.395.923/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	BA	Barreiras
		TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA	16.315.327/0001-92	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Juazeiro
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO SUL DE MINAS S/A	25.166.281/0001-88	Diretor (CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	MG	Varginha

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**Data: **11/12/2018**Hora: **20:11:13**

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor**Nome Sócio/Diretor:** STELLA SOMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** **11/12/2018****Hora:** **20:37:07**

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 212.996.408-77

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** **11/12/2018****Hora:** **20:39:44**

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor**Nome Sócio/Diretor:** CAP SORRIA PARTICIPACOES LTDA

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - [Claudia Franco Vieira Almeida](#)**Data:** [11/12/2018](#)**Hora:** [20:48:05](#)

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 15.513.836/0001-67

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** [11/12/2018](#)**Hora:** [20:47:02](#)


[Menu Principal](#)

 SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 059.238.728-38

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A	59.152.629/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SP	São Carlos
		TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA	16.395.923/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	BA	Barreiras
		TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA	16.315.327/0001-92	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Juazeiro
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO SUL DE MINAS S/A	25.166.281/0001-88	Diretor (CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	MG	Varginha

Usuário: [claudiaf.mc](#) - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 11/12/2018

Hora: 20:11:13

[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor**Nome Sócio/Diretor:** STELLA SOMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** [11/12/2018](#)**Hora:** [20:37:07](#)

[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 212.996.408-77

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** 11/12/2018**Hora:** 20:39:44

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor**Nome Sócio/Diretor:** SFO PARTICIPACOES LTDA

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida](#)**Data:** 12/12/2018**Hora:** 14:28:02

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ**CNPJ:** 15.513.828/0001-10

·
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** [12/12/2018](#)**Hora:** [14:27:35](#)

[Menu Principal](#) ▼SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor**Nome Sócio/Diretor:** ADRIANA COUTINHO NOGUEIRA

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - [Claudia Franco Vieira Almeida](#)**Data:** [12/12/2018](#)**Hora:** [14:10:26](#)

[Menu Principal](#) ▼SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 287.712.248-40

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - [Claudia Franco Vieira Almeida](#)**Data:** [12/12/2018](#)**Hora:** [14:11:03](#)


[Menu Principal](#)

 SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 059.238.728-38

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO	059.238.728-38	EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISAO S/A	59.152.629/0001-08	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	SP	São Carlos
		TELEVISAO OESTE BAIANO LTDA	16.395.923/0001-20	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	BA	Barreiras
		TELEVISAO NORTE BAIANO LTDA	16.315.327/0001-92	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	BA	Juazeiro
		RADIO 91 FM LTDA	13.065.495/0001-89	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	BA	Salvador
		TELEVISAO SUL DE MINAS S/A	25.166.281/0001-88	Diretor (CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	MG	Varginha

Usuário: **claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida**Data: **11/12/2018**Hora: **20:11:13**

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor**Nome Sócio/Diretor:** EDSON FIRMINO DE PAULA

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** **12/12/2018****Hora:** **14:29:24**

[Menu Principal](#)SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 079.498.888-14

·
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [claudiaf.mc](#) - **Claudia Franco Vieira Almeida****Data:** [12/12/2018](#)**Hora:** [14:29:59](#)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais

NOTA TÉCNICA Nº 2918/2018/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.044858/2013-75.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO 91 FM LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 217 (duzentos e dezessete), classe A1, na localidade de SALVADOR-BA, referente aos períodos 03.11.2003 a 03.11.2013 e 03.11.2013 a 03.11.2023. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, doc. 1405076, às fls. 1 a 18 e 2578547, às fls. 1 a 12.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998 e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;

x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);

aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da

República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;

33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;

34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Considerando a documentação apresentada, doc. 1405076, às fls. 1 a 18 e 2578547, às fls. 1 a 12, composta de Laudo de Vistoria da Estação e Laudo de Ensaio dos transmissores principal e auxiliar, verifica-se através das medições apresentadas que a estação estava funcionando na data da execução dos referidos laudos de acordo com as características técnicas definidas em regulamento técnico para o serviço específico. A interessada apresentou as declarações do representante legal e do profissional habilitado, conforme definido no regulamento técnico, tendo apresentado ainda a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente quitada. Dessa forma, constatamos que a permissionária na época dos laudos de vistoria da estação e de ensaio dos transmissores estava executando o serviço em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, entendemos que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio do(s) transmissores principal e auxiliar e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando **apta tecnicamente** para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga. Por fim, opinamos pelo encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para continuidade do processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Lucilio Augusto Petrucci, Engenheiro**, em 07/02/2018, às 16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Coordenador do Grupo de Trabalho da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais**, em 07/02/2018, às 16:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2636951** e o código CRC **A0BDD0E0**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - Serad

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.044858/2013-75		
Entidade: Rádio 91 FM LTDA.	CNPJ: 130.65.495/0001-89	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: Salvador	UF: BA
Validade da Outorga: vencida	Período: 03/11/2013 a 03/11/2023	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	2 (0359963)
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	4 (2362950)
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	OK	4 (2362950)
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	4 (2362950)
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	4 (2362950)
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	4 (2362950)
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar n.º 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	4 (2362950)
1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3696825

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	2086704 2374734 6/89
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	2941973
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	2362950 6/8
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	2362950 10
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	2373299
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	25 26 27
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	2801870 1
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	23 31
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	1951192 3
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	2-6 (1072276)

2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE		
2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
<p>2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	OK	<p>PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA</p> <p>CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA</p> <p>SOF PARTICIPAÇÕES LTDA</p> <p>3043077</p>
<p>2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;</p>	OK	<p>PAN BT PARTICIPAÇÕES LTDA 3697130</p> <p>CAP SORRIA PARTICIPAÇÕES LTDA 3697114</p> <p>SOF PARTICIPAÇÕES LTDA 3697123</p>

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
<p>NOME: Cláudia Franco</p> <p>CARGO: Técnico em Nível Superior</p>	17/12/2018

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 27743/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.044858/2013-75

Assuntos: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio 91 FM Ltda. (anteriormente denominada Rádio Itaparica FM Ltda.), relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, referente ao período de 3.11.2013 a 3.11.2023.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 3 de novembro de 1983 (evento SEI n.º 3211223, fl. 4). A última renovação se deu por meio da Portaria nº 266, de 7 de

maio de 1997, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 24 de junho de 1997 (evento SEI n.º 3211223, fl. 8), chancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 289, de 2001, publicado no D.O.U. de 24 de agosto de 2001 (evento SEI n.º 3211223, fl. 7). Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 3.11.2003 (evento SEI nº 2801870, fl. 4).

6.1. Por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º 53000.045304/2003-13, em 18.12.2003, a Interessada apresentou requerimento objetivando continuar executando o serviço em questão pela decênio de 2003 a 2013. Considerando que o prazo legal vigente à época, para apresentação do pleito renovatório, era compreendido entre os dias 3.5.2003 a 3.8.2003, se verifica que o pedido foi apresentado naquela ocasião de forma intempestiva.

6.1.1. Conforme se verifica do subitem 6.1, a Interessada manifestou interesse, ainda que de forma intempestiva, na renovação da outorga. O pedido foi recepcionado por esta Pasta devido à praxe administrativa adotada na época. A praxe carecia de fundamentação jurídica, embora parecesse a medida mais razoável.

6.1.2. Aliás, foi em razão desse entendimento equivocado que o então Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, buscou uniformizar o entendimento acerca da admissibilidade e procedimento dos pedidos de renovação de outorga intempestivos. Para isso, editou a Portaria n.º 153, de 16.3.2012, publicada no D.O.U. de 19.3.2012, cujo interior teor transcreve-se abaixo:

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008396/2012, e

considerando a necessidade de rever e uniformizar o entendimento administrativo no âmbito do Ministério das Comunicações a respeito da admissibilidade e do processamento de pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados intempestivamente;

considerando o disposto no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve:

Art. 1º - Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados até 31 de maio de 2012, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Art. 2º - Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados após a data a que se refere o artigo 1º desta Portaria e que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º - Expirado o prazo de vigência de outorga de serviço de radiodifusão sem a apresentação de pedido de renovação ou sendo este considerado intempestivo, o Ministério das Comunicações providenciará a instauração de processo de revisão de outorga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

6.1.3. Com efeito, percebe-se que foi estabelecida a data de 31.5.2012, para acolhimento/conhecimento dos

eventuais pedidos intempestivos existentes. A definição daquela data se mostrou necessária, pois a Administração buscou não prejudicar aqueles administrados que já haviam sido beneficiados com o entendimento equivocado-passado. Se objetivou, portanto, evitar a aplicação retroativa de nova interpretação administrativa. Ademais, nota-se da dicção dos arts. 2º e 3º que, a partir de 31.5.2012, os pedidos intempestivos não poderiam ser conhecidos por esta Pasta e, em sendo o caso, deveria se providenciar a instauração do correspondente processo de revisão de outorga.

6.1.4. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada foi agasalhado pelos efeitos da susodita Portaria n.º 153/2012, de modo passou a deter legítima condição de procedibilidade.

6.2. O processo foi alvo de várias análises desta Pasta de modo que a Interessada, sempre que intimada à apresentar os documentos instrutórios sempre apresentou resposta às exigências formuladas por esta Pasta. Todavia, o decênio de 2003 a 2013 se encerrou e não houve a prolação de decisão conclusiva acerca da renovação, razão pela qual se entende que houve a perda do objeto dos autos, sendo o serviço mantido em funcionamento em caráter precário, não impedindo, portanto, a renovação do período.

6.3. Diante desse contexto fático é importante que se reconheça que inexistente, em ambos os processos, elemento que indique espécie de desídia da Interessada que tenha contribuído para a mora processual.

6.4. Nessa acepção é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática, no âmbito do serviço público, que impedem um quadro de ideal celeridade na apreciação dos feitos em geral. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que, ressalta-se, não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

6.5. Esta Pasta possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. O que se busca, diante desse necessário, é promover a análise de pleitos observando a ordem cronológica de suas apresentações, de modo que os processos mais recentes são analisados após a conclusão dos processos mais antigos.

6.6. Evidencia-se, assim, que esta Pasta vem buscando, apesar das dificuldades, atender todo o País de forma responsável.

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado em 25.7.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo

legal vigente à época, para manifestação de interesse na renovação da delegação, era o compreendido entre os dias 3.5.2013 a 3.8.2013, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI nº 3211142.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 2362950, fls. 6-8). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 2362950, fl. 10). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º 2941973), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	3.333	3.333,00
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	3.333	3.333,00
PAN BT Participações Ltda.	3.334	3.334,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	Administrador
Paulo Augusto Alves Brasileiro	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.010623/2018-49. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 27.087/2018/SEI-MCTIC (cujas cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n. 3696825), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

12.2. Ademais, por se tratar de permissionária que possui em seu quadro de sócios pessoa jurídica, se torna imprescindível demonstrar a composição societária dessa, conforme a seguir:

Composição societária da **PAN BT Participações Ltda.** (conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - evento SEI n.º 3697130)

NOME	AÇÕES	VALOR
CAP Sorria Participações Ltda.	550.000	550.000,00

SFO Participações Ltda.	550.000	550.000,00
TOTAL	1.100.000	1.100.000,00

12.3.1. Tendo em vista a existência de duas pessoas jurídicas sob a condição de sócias indiretas, colaciona-se a seguir os quadros societário de cada empresa:

Composição societária da **CAP Sorria Participações Ltda.** (conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - evento SEI n.º 3697114)

NOME	AÇÕES	VALOR
Paulo Augusto Alves Brasileiro	10	10,00
Stella Simonsen Paes de Almeida C. N.	437.490	437.490,00
TOTAL	437.500	437.500,00

Composição societária da **SFO Participações Ltda.** (conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - evento SEI n.º 3697123)

NOME	AÇÕES	VALOR
Adriana Coutinho Nogueira	99.800	99.800,00
Paulo Augusto Alves Brasileiro	100	100,00
Edson Firmino de Paula	100	100,00
TOTAL	100.000	100.000,00

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios (**diretos e indiretos**) e dirigentes da entidade, conforme os registros mantidos por esta Pasta, e consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, no dia 17.12.2018 (evento SEI nº 3697056, 3697067, 3697150 e 3697098).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos.

13.2. O Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessões do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Itabuna/BA, e em Salvador/BA (na qualidade de sócio).

13.3. O Sr. Maurício Rolemberg da Fonseca Filho participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de uma permissão de frequência modulada em Itabuna/BA. Participa, também, de duas concessões de serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Itabuna, e em Salvador/BA (todas na qualidade de administrador não-sócio).

13.4. O Sr. Paulo Augusto Alves Brasileiro participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessões de radiodifusão de sons e imagens em Varginha/MG, São Carlos/SP, Juazeiro/BA e Barreiras/BA (todas na qualidade de administrador

não-sócio).

13.5. A PAN BT Participações Ltda. participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.6. A CAP Sorria Participações Ltda. participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.7. A Sra. Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.8. A SFO Participações Ltda. participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

3.9. A Sra. Adriana Coutinho Nogueira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.10. O Sr. Edson Firmino de Paula participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

14. Não é inoportuno aduzir, ainda sobre os limites de outorga, que a aferição realizada pela Serad se pautou nos dados contidos no Siacco e nos registros cadastrais mantidos nesta Pasta. A consulta junto ao Siacco não se mostra suficiente para a aferição dos limites, pois o referido sistema não retrata participação indireta das pessoas físicas/jurídicas das concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão. Se trata de limitação imposta pelo próprio sistema. Apesar disso, conforme alinhavado em outras ocasiões, a Serad efetiva, manualmente, a análise de toda a cadeia societária das concessionárias/permissionárias, com o fito de identificar todas as pessoas naturais envolvidas na operação, para, por conseguinte, aferir se os limites de outorga estabelecidos pela legislação específica de radiodifusão estão sendo respeitados.

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 2801870, fl. 3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 2152717).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Técnica n.º 2918/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2636951), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos

encaminhados à Doutra Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

19. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

CLÁUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA

Técnico de Nível Superior

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenador-Geral de Pós-Outorga

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER

Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida**, Técnico de Nível Superior, em 21/12/2018, às 11:38 (horário oficial de



Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 21/12/2018, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 21/12/2018, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/12/2018, às 15:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3696758** e o código CRC **7F3B7D7F**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º_____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda. (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria n.º Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da

Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda. (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 3696758



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

NOTA n. 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044858/2013-75

INTERESSADOS: RÁDIO 91 FM LTDA

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão,

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de Rádio 91 FM Ltda., encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, **no Município de Salvador**, estado da Bahia, referente ao período de 3.11.2013 a 3.11.2023.

2. Na análise levada a efeito pela área técnica, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 27743/2018/SEI-MCTIC**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, opinou-se pelo deferimento do pedido, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela remessa do feito à análise desta CONJUR: "*Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito*".

3. Sem qualquer divergência quanto à conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão, apenas com o objetivo de tornarem inequívocas as conclusões obtidas na análise da matéria, faz-se necessário que a Secretaria de Radiodifusão se manifeste acerca da Portaria nº 1396, de 22 dezembro de 2010, juntada aos autos no Doc. SEI nº 3211223. Explica-se. É que, em sua análise quanto à outorga originária e suas renovações, o órgão informou que o período de 2003 e 2013 expirou sem que houvesse decisão conclusiva do Poder Público sobre o pedido de renovação relativo a esse interregno legal, senão vejamos:

6.1. Por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º [53000.045304/2003-13](#), em 18.12.2003, a Interessada apresentou requerimento objetivando continuar executando o serviço em questão pela decênio de 2003 a 2013. Considerando que o prazo legal vigente à época, para apresentação do pleito renovatório, era compreendido entre os dias 3.5.2003 a 3.8.2003, se verifica que o pedido foi apresentado naquela ocasião de forma intempestiva.

6.1.1. Conforme se verifica do subitem 6.1, a Interessada manifestou interesse, ainda que de forma intempestiva, na renovação da outorga. O pedido foi recepcionado por esta Pasta devido à praxe administrativa adotada na época. A praxe carecia de fundamentação jurídica, embora parecesse a medida mais razoável.

6.1.2. Aliás, foi em razão desse entendimento equivocado que o então Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, buscou uniformizar o entendimento acerca da admissibilidade e procedimento dos pedidos de renovação de outorga intempestivos. Para isso, editou a Portaria n.º 153, de 16.3.2012, publicada no D.O.U. de 19.3.2012, cujo interior teor transcreve-se abaixo:

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o que consta do Processo

Administrativo nº 53000.008396/2012, e

considerando a necessidade de rever e uniformizar o entendimento administrativo no âmbito do Ministério das Comunicações a respeito da admissibilidade e do processamento de pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados intempestivamente;

considerando o disposto no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve:

Art. 1º - Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados até 31 de maio de 2012, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Art. 2º - Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados após a data a que se refere o artigo 1º desta Portaria e que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º - Expirado o prazo de vigência de outorga de serviço de radiodifusão sem a apresentação de pedido de renovação ou sendo este considerado intempestivo, o Ministério das Comunicações providenciará a instauração de processo de revisão de outorga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

6.1.3. Com efeito, percebe-se que foi estabelecida a data de 31.5.2012, para acolhimento/conhecimento dos eventuais pedidos intempestivos existentes. A definição daquela data se mostrou necessária, pois a Administração buscou não prejudicar aqueles administrados que já haviam sido beneficiados com o entendimento equivocado-passado. Se objetivou, portanto, evitar a aplicação retroativa de nova interpretação administrativa. Ademais, nota-se da dicção dos arts. 2º e 3º que, a partir de 31.5.2012, os pedidos intempestivos não poderiam ser conhecidos por esta Pasta e, em sendo o caso, deveria se providenciar a instauração do correspondente processo de revisão de outorga.

6.1.4. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada foi agasalhado pelos efeitos da susodita Portaria n.º 153/2012, de modo passou a deter legítima condição de procedibilidade.

6.2. O processo foi alvo de várias análises desta Pasta de modo que a Interessada, sempre que intimada à apresentar os documentos instrutórios sempre apresentou resposta às exigências formuladas por esta Pasta. **Todavia, o decênio de 2003 a 2013 se encerrou e não houve a prolação de decisão conclusiva acerca da renovação, razão pela qual se entende que houve a perda do objeto dos autos, sendo o serviço mantido em funcionamento em caráter precário, não impedindo, portanto, a renovação do período.** (Grifei).

4. Todavia, referida Portaria nº 1396, de 22 dezembro de 2010 trata exatamente da renovação da outorga relativa ao período de 2003 a 2013. Dessa forma, para evitar confusão e questionamentos posteriores, é importante que o órgão técnico se manifeste sobre esse ato que aparentemente está em vigor.

5. Pelas razões expostas, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, com os cumprimentos de praxe, para que se manifeste sobre a Portaria nº 1396, de 22 de dezembro de 2010, nos termos expostos, para que se alcance mais robusta preservação dos imperativos da atividade administrativa.

À consideração superior.

Brasília, 9 de janeiro de 2019.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044858201375 e da chave de acesso 993f7337

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 212110631 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 09-01-2019 16:53. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00033/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044858/2013-75

INTERESSADOS: RÁDIO 91 FM LTDA.

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a **NOTA n° 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 11 de janeiro de 2019.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC n° 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC n° 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044858201375 e da chave de acesso 993f7337

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 212736731 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 11-01-2019 10:55. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044858/2013-75

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Comercial.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, Substituto**, em 11/01/2019, às 16:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3757551** e o código CRC **C9B52E27**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 3757551

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Comercial

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044858/2013-75

Referência: Nota nº 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (3757308)

Interessado: Radio 91 FM Ltda

Assunto: Renovação de outorga. Devolução dos autos

De ordem do Sr. Diretor, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas (CGPO) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administradora**, em 11/01/2019, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3759309** e o código CRC **5F9D16C5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 3759309

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 12270/2019/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.044858/2013-75

Assuntos: DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio 91 FM Ltda. (anteriormente denominada Rádio Itaparica FM Ltda.), relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, referente ao período de 3.11.2013 a 3.11.2023.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que o pedido de que trata o parágrafo 1º foi analisado pela Secretaria de Radiodifusão - Serad que, nos termos da Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 3696758), concluiu pela possibilidade do seu deferimento e envio dos autos à Douta Consultoria Jurídica - Conjur, órgão setorial da Advocacia-Geral da União junto a esta Pasta, para exame e manifestação acerca do assunto.

3. Ato contínuo, a Conjur, nos termos da Nota nº 18/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI n.º 3757308), restituiu os autos à Serad aduzindo o seguinte, tal qual como escrito:

3. Sem qualquer divergência quanto à conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão, apenas com o objetivo de tornarem inequívocas as conclusões obtidas na análise da matéria, faz-se necessário que a Secretaria de Radiodifusão se manifeste acerca da Portaria nº 1396, de 22 dezembro de 2010, juntada aos autos no Doc. SEI nº 3211223. Explica-se. É que, em sua análise quanto à outorga originária e suas renovações, o órgão informou que o período de 2003 e 2013 expirou sem que houvesse decisão conclusiva do Poder Público sobre o pedido de renovação relativo a esse interregno legal, senão vejamos:

6.1. Por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º 53000.045304/2003-13, em 18.12.2003, a Interessada apresentou requerimento objetivando continuar executando o serviço em questão pela decênio de 2003 a 2013. Considerando que o prazo legal vigente à época, para apresentação do pleito renovatório, era compreendido entre os dias 3.5.2003 a 3.8.2003, se verifica que o pedido foi apresentado naquela ocasião de forma intempestiva.

6.1.1. Conforme se verifica do subitem 6.1, a Interessada manifestou interesse, ainda que de forma intempestiva, na renovação da outorga. O pedido foi recepcionado por esta Pasta devido à praxe administrativa adotada na época. A praxe carecia de fundamentação jurídica, embora parecesse a medida mais razoável.

6.1.2. Aliás, foi em razão desse entendimento equivocado que o então Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, buscou uniformizar o entendimento acerca da admissibilidade e procedimento dos pedidos de renovação de outorga intempestivos. Para isso, editou a Portaria n.º 153, de 16.3.2012, publicada no D.O.U. de 19.3.2012, cujo interior teor transcreve-se abaixo:

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/212110631> 2/3 Administrativo nº 53000.008396/2012, e considerando a necessidade de rever e uniformizar o entendimento administrativo no âmbito do Ministério das Comunicações a respeito da admissibilidade e do processamento de pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados intempestivamente; considerando o disposto no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve: Art. 1º - Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados até 31 de maio de 2012, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor. Art. 2º - Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados após a data a que se refere o artigo 1º desta Portaria e que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 31 de outubro de 1963. Art. 3º - Expirado o prazo de vigência de outorga de serviço de radiodifusão sem a apresentação de pedido de renovação ou sendo este considerado intempestivo, o Ministério das Comunicações providenciará a instauração de processo de revisão de outorga. Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

6.1.3. Com efeito, percebe-se que foi estabelecida a data de 31.5.2012, para acolhimento/conhecimento dos eventuais pedidos intempestivos existentes. A definição daquela data se mostrou necessária, pois a Administração buscou não prejudicar aqueles administrados que já haviam sido beneficiados com o entendimento equivocado-passado. Se objetivou, portanto, evitar a aplicação retroativa de nova interpretação administrativa. Ademais, nota-se da dicção dos arts. 2º e 3º que, a partir de 31.5.2012, os pedidos intempestivos não poderiam ser conhecidos por esta Pasta e, em sendo o caso, deveria se providenciar a instauração do correspondente processo de revisão de outorga.

6.1.4. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada foi agasalhado pelos efeitos da susodita Portaria n.º 153/2012, de modo passou a deter legítima condição de procedibilidade.

6.2. O processo foi alvo de várias análises desta Pasta de modo que a Interessada, sempre que intimada à apresentar os documentos instrutórios sempre apresentou resposta às exigências formuladas por esta Pasta. Todavia, o decênio de 2003 a 2013 se encerrou e não houve a prolação de decisão conclusiva acerca da renovação, razão pela qual se entende que houve a perda do objeto dos autos, sendo o serviço mantido em funcionamento em caráter precário, não impedindo, portanto, a renovação do período. (Grifei).

4. Todavia, referida Portaria nº 1396, de 22 dezembro de 2010 trata exatamente da renovação da outorga relativa ao período de 2003 a 2013. Dessa forma, para evitar confusão e questionamentos posteriores, é importante que o órgão técnico se manifeste sobre esse ato que aparentemente está em vigor. 5. Pelas razões expostas, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, com os cumprimentos de praxe, para que se manifeste sobre a Portaria nº 1396, de 22 de dezembro de 2010, nos termos expostos, para que se alcance mais robusta preservação dos imperativos da atividade administrativa.

4. Diante disso, os autos retornam à Coordenação-Geral de Pós-Outorga - CGPO, para manifestação acerca do assunto.

5. É o resumo do necessário. Passa-se, então, à efetiva análise do feito.

6. De fato, da análise do processo nº 53000.045304/2003-13, referente ao período 2003 a 2013, resultou a Portaria nº 1396, de 22 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 17 de janeiro de 2011 (evento SEI nº 0359938). No entanto, por motivos desconhecidos, possivelmente relacionados à troca do titular da pasta,

não há registros de que o processo tenha sido enviado à Casa Civil, nem no próprio processo, nem nos sistemas internos do Ministério e da Casa Civil. Uma vez que o período a ser renovado pela supracitada Portaria, 2003 a 2013, já se esgotou, verifica-se a perda do objeto do ato.

7. Diante disso, entende-se que a publicação de portaria não ratificada pelo Congresso Nacional não produz efeitos jurídicos para fins de renovação da outorga, conforme art. 223§ 3º da Constituição Federal, tampouco obsta a renovação do novo período, conforme esboçado na própria Nota nº 18/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de modo que a conclusão lançada na Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC merece ser ratificada.

CONCLUSÃO

8. Face ao exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação de outorga, ratificando-se, assim, os termos da Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC, e restituição dos autos à Conjur, para exame e manifestação acerca do assunto.

9. Registra-se que as minutas de Portaria e Exposição de Motivos, a serem submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em caso de acolhimento da presente proposta, se encontram dispostas no campo próprio abaixo.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
CLÁUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA
Técnico de Nível Superior

Aprovo a Nota Técnica n.º 12.270/2019/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
JOÃO EDUARDO TABALIPA FERREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga, substituto

Aprovo a Nota Técnica n.º 12.270/2019/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Secretário de Radiodifusão.

(assinado eletronicamente)
FLÁVIO FERREIRA LIMA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial

Aprovo a Nota Técnica n.º 12.270/2019/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)
ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 12/08/2019, às 16:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 13/08/2019, às 15:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 15/08/2019, às 18:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 16/08/2019, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4428707** e o código CRC **76D452B6**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º_____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda., nos termos da Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de

1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº XXXX, de ____ de ____ de _____, publicada no Diário Oficial da União de ____ de ____ de _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda. (CNPJ Nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00632/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044858/2013-75

INTERESSADOS: RÁDIO 91 FM LTDA.

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela Rádio 91 FM Ltda. com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, referente ao período de 3.11.2013 a 3.11.2023.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.424/2017, previsão pormenorizada pelo disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelo Decreto nº 9.138/2017.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 27743/2018/SEI-MCTIC, complementada pela NOTA TÉCNICA Nº 12270/2019/SEI-MCTIC, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decidir. Encaminhamento do ato à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 25, III, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de atualização dos documentos indicados no item 28 deste Parecer, antes do encaminhamento dos autos ao Gabinete do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
- VII. Restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento da Rádio 91 FM Ltda. e encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, referente ao período de 3.11.2013 a 3.11.2023.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 12270/2019/SEI-MCTIC, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (Doc. SEI nº 2731868):

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 3 de novembro de 1983 (evento SEI n.º [3211223](#), fl. 4). A última renovação se deu por meio da Portaria nº 266, de 7 de maio de 1997, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 24 de junho de 1997 (evento SEI n.º [3211223](#), fl. 8), cancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 289, de 2001, publicado no D.O.U. de 24 de agosto de 2001 (evento SEI n.º [3211223](#), fl. 7). Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 3.11.2003 (evento SEI n.º [2801870](#), fl. 4).

3. Em relação ao período de 2003 a 2013, registre-se que a entidade apresentou pedido de renovação de outorga. O processo foi instruído e editada a Portaria nº 1.396, de 22 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 2011. Contudo, o ato não foi ratificado pelo Congresso Nacional, motivo pelo qual não produziu efeitos. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão, na NOTA TÉCNICA Nº 12270/2019/SEI-MCTIC, prestou as seguintes informações:

6. De fato, da análise do processo nº 53000.045304/2003-13, referente ao período 2003 a 2013, resultou a Portaria nº 1396, de 22 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 17 de janeiro de 2011 (evento SEI n.º [0359938](#)). No entanto, por motivos desconhecidos, possivelmente relacionados à troca do titular da pasta, não há registros de que o processo tenha sido enviado à Casa Civil, nem no próprio processo, nem nos sistemas internos do Ministério e da Casa Civil. Uma vez que o período a ser renovado pela supracitada Portaria, 2003 a 2013, já se esgotou, verifica-se a perda do objeto do ato.

7. Diante disso, entende-se que a publicação de portaria não ratificada pelo Congresso Nacional não produz efeitos jurídicos para fins de renovação da outorga, conforme art. 223§ 3º da Constituição Federal, tampouco obsta a renovação do novo período, conforme esboçado na própria Nota nº 18/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de modo que a conclusão lançada na Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC merece ser ratificada.

4. No requerimento protocolado em 25.7.2013 (Doc. SEI nº 0359963, fl. 2), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA Nº 12270/2019/SEI-MCTIC, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCTIC: *"Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Doutra Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito"*.

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

6. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução Advocacia-Geral da União que têm por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União, instituída pela Lei Complementar nº 73/1993. Em decorrência das normas em tela, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais aspectos jurídicos correlatos são atribuições das Consultorias Jurídicas, sendo certo que os assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e os aspectos fáticos relacionados ao exame de casos, tais como a autenticidade dos documentos acostados aos autos, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico consultivo analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Para tanto, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelo Decreto nº 9.138/2017, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, além de revogar o Decreto nº 88.066/1983, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

9. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

10. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

11. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

12. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

13. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

14. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

15. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

16. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972, reverberado pelo §1º do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao então criado Ministério das Comunicações, com a sucessiva incidência do art. 27, III, da Lei nº 13.502/2017, que elucida tratar-se do

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o órgão do Poder Executivo atualmente competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

17. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

18. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

19. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação. Destaca-se o fato de que **a outorga encontra-se vencida desde 3.11.2003**. Sobre a questão, a Secretaria de Serviços de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

6.1. Por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º [53000.045304/2003-13](#), em 18.12.2003, a Interessada apresentou requerimento objetivando continuar executando o serviço em questão pela decênio de 2003 a 2013. Considerando que o prazo legal vigente à época, para apresentação do pleito renovatório, era compreendido entre os dias 3.5.2003 a 3.8.2003, se verifica que o pedido foi apresentado naquela ocasião de forma intempestiva.

6.1.1. Conforme se verifica do subitem 6.1, a Interessada manifestou interesse, ainda que de forma intempestiva, na renovação da outorga. O pedido foi recepcionado por esta Pasta devido à praxe administrativa adotada na época. A praxe carecia de fundamentação jurídica, embora parecesse a medida mais razoável.

6.1.2. Aliás, foi em razão desse entendimento equivocado que o então Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, buscou uniformizar o entendimento acerca da admissibilidade e procedimento dos pedidos de renovação de outorga intempestivos. Para isso, editou a Portaria n.º 153, de 16.3.2012, publicada no D.O.U. de 19.3.2012, cujo interior teor transcreve-se abaixo:

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008396/2012, e

considerando a necessidade de rever e uniformizar o entendimento administrativo no âmbito do Ministério das Comunicações a respeito da admissibilidade e do processamento de pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados intempestivamente;

considerando o disposto no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve:

Art. 1º - Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados até 31 de maio de 2012, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Art. 2º - Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados após a data a que se refere o artigo 1º desta Portaria e que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º - Expirado o prazo de vigência de outorga de serviço de radiodifusão sem a apresentação de pedido de renovação ou sendo este considerado intempestivo, o Ministério das Comunicações providenciará a instauração de processo de revisão de outorga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

6.1.3. Com efeito, percebe-se que foi estabelecida a data de 31.5.2012, para acolhimento/conhecimento dos eventuais pedidos intempestivos existentes. A definição daquela data se mostrou necessária, pois a Administração buscou não prejudicar aqueles administrados que já haviam sido beneficiados com o entendimento equivocado-passado. Se objetivou, portanto, evitar a aplicação retroativa de nova interpretação administrativa. Ademais, nota-se da dicção dos arts. 2º e 3º que, a partir de 31.5.2012, os pedidos intempestivos não poderiam ser conhecidos por esta Pasta e, em sendo o caso, deveria se providenciar a instauração do correspondente processo de revisão de outorga.

6.1.4. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada foi agasalhado pelos efeitos da susodita Portaria n.º 153/2012, de modo passou a deter legítima condição de procedibilidade.

6.2. O processo foi alvo de várias análises desta Pasta de modo que a Interessada, sempre que intimada à apresentar os documentos instrutórios sempre apresentou resposta às exigências formuladas por esta Pasta. Todavia, o decênio de 2003 a 2013 se encerrou e não houve a prolação de decisão conclusiva acerca da renovação, razão pela qual se entende que houve a perda do objeto dos autos, sendo o serviço mantido em funcionamento em caráter precário, não impedindo, portanto, a renovação do período.

6.3. Diante desse contexto fático é importante que se reconheça que inexistente, em ambos os processos, elemento que indique espécie de desídia da Interessada que tenha contribuído para a mora processual.

6.4. Nessa acepção é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática, no âmbito do serviço público, que impedem um quadro de ideal celeridade na apreciação dos feitos em geral. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que, ressalta-se, não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

6.5. Esta Pasta possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. O que se busca, diante desse necessário, é promover a análise de pleitos observando a ordem cronológica de suas apresentações, de modo que os processos mais recentes são analisados após a conclusão dos processos mais antigos.

6.6. Evidencia-se, assim, que esta Pasta vem buscando, apesar das dificuldades, atender todo o País de forma responsável.

20. Acrescente-se que, conforme esclarecido na NOTA TÉCNICA Nº 12270/2019/SEI-MCTIC, a entidade apresentou toda documentação relativa ao período de 2003 a 2013, fato que ensejou a edição da Portaria nº 1396, de 22 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 17 de janeiro de 2011, não ratificada pelo Congresso Nacional, em razão de ter expirado o período. Essa circunstância corrobora a conclusão do órgão técnico que a não renovação não deve atribuída à entidade.

21. **No que se refere ao período de 3.11.2013 a 3.11.2023**, o pedido de renovação foi protocolado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, segundo a qual o pedido deveria ser apresentado entre os seis e três meses anteriores ao término do prazo da permissão. No caso, o último período da permissão expirou em 3.11.2013 e o pedido fora apresentado em 25.7.2013.

22. O requerimento foi subscrito por Waldemar Marques da Silva, à época, sócio-administrador da entidade, nos termos da Cláusula Quarta da Sétima Alteração Contratual (Doc. SEI nº 2374734, fls. 11/18). Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação da documentação apresentada, conforme a "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI nº 3211142).

23. Nos termos do art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, deve o processo renovatório ser instruído com os seguintes documentos, *in verbis*:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº

9.138, de 2017)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

24. Ademais, por obediência ao disposto no art. 15, §2º do já multicitado Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, mostra-se igualmente necessária a apresentação das seguintes declarações, quando pertinentes, por ocasião da renovação:

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterà as declarações de que: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

25. Verificamos que a interessada e suas sócias, PAN BT Participações Ltda., CAP Sorria Participações Ltda. e SFO Participações Ltda., apresentaram todas as **declarações exigidas**, firmadas por seus representantes legais a saber, respectivamente: Maurício Rollemberg da Fonseca Filho (Doc. SEI nº 2374734, fls. 6/10); Stella Simonsen Coutinho Nogueira e Paulo Augusto Alves Brasileiro (Doc. SEI nº 3697114), Stella Simonsen Coutinho Nogueira (Doc. SEI nº 3697150) e Adriana Coutinho Nogueira (Doc. SEI nº (Doc. SEI nº 3697123)). Conferimos especial destaque à declaração prestada, nos termos da lei, no sentido de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que teve por finalidade substituir a análise anterior feita pela Administração acerca da idoneidade moral dos sócios e dirigentes da prestadora do serviço público, a fim de conferir critério mais objetivo de avaliação.

26. **No que diz respeito à habilitação jurídica**, a entidade carrou aos autos cópia de seu ato constitutivo e das alterações realizadas no contrato social, registrados no órgão competente (Doc. SEI nº 02374734, fls. 6/89, e nº 2086704, do Protocolo nº 01250.045634/2017-69) e certidão emitida pela Junta Comercial respectiva (Doc. SEI nº 2941973), que demonstram conformidade do quadro societário com aquele aprovado por esta Pasta Ministerial, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 27087/2018/SEI-MCTIC** (Doc. SEI nº 3029599), além de indicar objeto social compatível com a execução do serviço. A esse respeito, assim se manifestou a Secretaria de Radiodifusão:

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI nº [2941973](#)), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	3.333	3.333,00
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	3.333	3.333,00
PAN BT Participações Ltda.	3.334	3.334,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	Administrador
Paulo Augusto Alves Brasileiro	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo nº 01250.010623/2018-49. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica nº 27.087/2018/SEI-MCTIC (cujá cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI nº [3696825](#)), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

12.2. Ademais, por se tratar de permissionária que possui em seu quadro de sócios pessoa jurídica, se torna imprescindível demonstrar a composição societária dessa, conforme a seguir:

Composição societária da **PAN BT Participações Ltda.** (conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - evento SEI nº [3697130](#))

NOME	AÇÕES	VALOR
CAP Sorria Participações Ltda.	550.000	550.000,00
SFO Participações Ltda.	550.000	550.000,00
TOTAL	1.100.000	1.100.000,00

12.3.1. Tendo em vista a existência de duas pessoas jurídicas sob a condição de sócias indiretas, colaciona-se a seguir os quadros societário de cada empresa:

Composição societária da **CAP Sorria Participações Ltda.** (conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - evento SEI n.º [3697114](#))

NOME	AÇÕES	VALOR
Paulo Augusto Alves Brasileiro	10	10,00
Stella Simonsen Paes de Almeida C. N.	437.490	437.490,00
TOTAL	437.500	437.500,00

Composição societária da **SFO Participações Ltda.** (conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - evento SEI n.º [3697123](#))

NOME	AÇÕES	VALOR
Adriana Coutinho Nogueira	99.800	99.800,00
Paulo Augusto Alves Brasileiro	100	100,00
Edson Firmino de Paula	100	100,00
TOTAL	100.000	100.000,00

27. Para demonstrar a **manutenção da qualificação econômico-financeira** para prestação dos serviços, a entidade apresentou cópia do **balanço patrimonial e demonstrativo de resultados**, relativo ao último exercício então disponível, exigidos pela legislação de regência (Doc. SEI nº 2362950, fls. 6/8, Protocolo nº 01250.068119/2017-57) e **certidão negativa de falência ou recuperação judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Doc. SEI nº 2362950, fl. 10, Protocolo nº 01250.068119/2017-57). De acordo com a Secretaria de Radiodifusão, “*Quanto à qualificação econômico-financeira, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º [2362950](#), fls. 6-8). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI [2362950](#), fl. 10)*”.

28. A **regularidade fiscal**, por sua vez, restou demonstrada por meio das certidões positiva/negativa e negativa de débito relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Doc. SEI nº 1951192, fl. 2), FGTS (Doc. SEI nº 1951192, fl. 4), FISTEL (Doc. SEI nº 2801870) e Fazendas estadual (Doc. SEI nº 0359963, fl. 26) e municipal ((Doc. SEI nº 0359963, fl. 27). E, também, nos termos exigidos pela legislação de licitações, foi demonstrada a **regularidade trabalhista** com a juntada da certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho (Doc. SEI nº 1951192, fl. 3). Vale assinalar que parte das certidões remontam à data de protocolização do pedido, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão, em regra, não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente. **Contudo, no presente caso, verificamos que as certidões relativas aos tributos federais e Dívida Ativa da União e aos tributos relativos ao município de Salvador ostentam a condição de positivas com efeito de negativas, nos termos da legislação. Por esse motivo, por cautela, sugerimos que, antes de se proceder à remessa dos autos ao Gabinete do Senhor Ministro, sejam extraídas novas certidões, a fim de aferir a regularidade quanto ao pagamento destes tributos.**

29. **Em relação à verificação da regularidade técnica da entidade para prosseguir em operação**, consta do processo administrativo em epígrafe a **NOTA TÉCNICA Nº 9249/2018/SEI-MCTIC (SEI nº 2917044)**, segundo a qual “*o Laudo de Vistoria Técnica da Estação, o Laudo de Ensaio do(s) transmissores principal e auxiliar e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando apta tecnicamente para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga*”.

30. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulсар nos documentos aludidos:

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º [2801870](#), fl. 3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º [2152717](#)).

31. Consigne-se, em sequência, que a área técnica responsável verificou não ter sido identificada infração à regra disposta no art. 12 do Decreto-lei nº 236/1967, que estabelece limites para exercício de concessão ou permissão do serviço de radiodifusão para cada entidade, bem como à regra instituída pela alínea "g" do art. 38 da Lei nº 4.117/1962, que restringe a participação, pela mesma pessoa, em administração ou gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou nos seguintes termos:

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios (**diretos e indiretos**) e dirigentes da entidade, conforme os registros mantidos por esta Pasta, e consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 17.12.2018 (evento SEI nº [3697056](#), [3697067](#), [3697150](#) e [3697098](#)).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos.

13.2. O Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessões do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Itabuna/BA, e em Salvador/BA (na qualidade de sócio).

13.3. O Sr. Maurício Rolemberg da Fonseca Filho participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de uma permissão de frequência modulada em Itabuna/BA. Participa, também, de duas concessões de serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Itabuna, e em Salvador/BA (todas na qualidade de administrador não-sócio).

13.4. O Sr. Paulo Augusto Alves Brasileiro participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessões de radiodifusão de sons e imagens em Varginha/MG, São Carlos/SP, Juazeiro/BA e Barreiras/BA (todas na qualidade de administrador não-sócio).

13.5. A PAN BT Participações Ltda. participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.6. A CAP Sorria Participações Ltda. participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.7. A Sra. Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.8. A SFO Participações Ltda. participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

3.9. A Sra. Adriana Coutinho Nogueira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.10. O Sr. Edson Firmino de Paula participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

32. Ainda, sobre os referidos limites, a Secretaria prestou o seguinte esclarecimento: "*Não é inoportuno aduzir, ainda sobre os limites de outorga, que a aferição realizada pela Serad se pautou nos dados contidos no Siacco e nos registros cadastrais mantidos nesta Pasta. A consulta junto ao Siacco não se mostra suficiente para a aferição dos limites, pois o referido sistema não retrata participação indireta das pessoas físicas/jurídicas das concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão. Se trata de limitação imposta pelo próprio sistema. Apesar disso, conforme alinhavado em outras ocasiões, a Serad efetiva, manualmente, a análise de toda a cadeia societária das concessionárias/permissionárias, com o fito de identificar todas as pessoas naturais envolvidas na operação, para, por conseguinte, aferir se os limites de outorga estabelecidos pela legislação específica de radiodifusão estão sendo respeitados*".

33. Registre-se, em sequência, que constam do processo em testilha diversos outros documentos que comprovariam requisitos exigíveis ao tempo em que protocolizado o pedido de renovação, mas cuja análise deixou de ser

indicada pelas normas atualmente vigentes, conforme já narrado.

34. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, **atendido o disposto no item 28 deste Parecer**, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

35. Em adendo consigne-se a **necessidade da materialização de termo aditivo junto à parte interessada por este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Na oportunidade **deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da entidade**, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

36. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão para adoção das providências mencionadas no item 28 deste Parecer, com posterior remessa dos autos ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações para prosseguimento.

37. É o Parecer, produzido e assinado eletronicamente por meio do Sistema Sapiens e submetido à consideração superior.

À consideração superior.

Brasília, 2 de setembro de 2018.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044858201375 e da chave de acesso 993f7337

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 305942782 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 02-09-2019 18:19. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01232/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044858/2013-75

INTERESSADOS: RÁDIO 91 FM LTDA;

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico, para avaliação.

Brasília, 03 de setembro de 2019.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044858201375 e da chave de acesso 993f7337

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 310572354 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 03-09-2019 14:45. Número de Série: 264097435512019350. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01246/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044858/2013-75

INTERESSADOS: RÁDIO 91 FM LTDA.

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **DESPACHO N° 01232/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** da lavra do Advogado da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, Dr. Emmanuel Felipe Borges Pereira Santos, aprovando o **PARECER N° 00632/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** exarado pela Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares, Dra, Danielle Lustz Portela Brasil.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes.

Brasília, 04 de setembro de 2019.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044858201375 e da chave de acesso 993f7337

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 311197243 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 04-09-2019 14:48. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINUTA DE

Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria nº XXXX, de ____ de ____ de _____, publicada no Diário Oficial da União de ____ de ____ de _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda. (CNPJ Nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 04/09/2019, às 17:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4598520** e o código CRC **88063FCF**.

MINUTA DE

Portaria

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, cancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda., nos termos da Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 04/09/2019, às 17:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4598509** e o código CRC **85AD1066**.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 4598509

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.044858/2013-75

Referência: Despacho GDCOM (3759309)

Interessado: Radio 91 FM Ltda

Assunto: Renovação de outorga

Trata-se de minuta de portaria e de minuta de exposição de motivos, que visa a renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda., nos termos da Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 09/09/2019, às 09:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4601204** e o código CRC **F8EFCAD9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 4601204



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4852/2019/SEI-MCTIC
DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 632/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda., nos termos da Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 18/09/2019, às 20:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4644487** e o código CRC **F65ADDAB**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 34435/2019/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC

Brasília, 23 de setembro de 2019.

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO 91 FM LTDA (CNPJ nº 13.065.495/0001-89)

Rua Professor Aristides nº. 123 - Anexo I - 1º Andar - Federação

40210-630 - Salvador/BA

Assunto: **Renovação de Outorga. Deferimento. Pagamento de taxa de publicação. Processo nº 53000.044858/2013-75.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO da solicitação contida no processo em referência, efetuada por essa entidade.

2. Diante do exposto, encaminho anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação no Diário Oficial da União.

3. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 04/10/2019, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4656773** e o código CRC **31A21E83**.

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 4656773



001-9

00190.00009 02941.021004 00180.407173 1 80640000029736

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000180407
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 05/11/2019		Valor documento 297,36	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

RÁDIO 91 FM LTDA

Rua Professor Aristides nº. 123 - Anexo I - 1º Andar, Federação

Salvador, BA - CEP: 40210-630

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 5550130 enviado em 16/10/2019

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00180.407173 1 80640000029736

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 05/11/2019	
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X	
Data do documento 16/10/2019	Nº documento 4		Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 16/10/2019	Nosso número 00029410210000180407	
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001		Valor Documento 297,36	(=) Valor documento 297,36	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 5550130 enviado em 16/10/2019

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

RÁDIO 91 FM LTDA

Rua Professor Aristides nº. 123 - Anexo I - 1º Andar, Federação

Salvador, BA - CEP: 40210-630

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 16/10/2019 09:25:56**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** VITOR TORRES DA SILVA**Ofício:** 5550130**Data prevista de publicação:** 17/10/2019**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12108623	53000.0448582013-75.rtf	a88b47608fd23b98 7d0d218cd0fadcc6	9,00	R\$ 297,36
	Total da matéria		9,00	R\$ 297,36
TOTAL DO OFICIO			9,00	R\$ 297,36

Data de Envio:

16/10/2019 16:07:27

De:

MCTIC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

manuela.monteiro@redebahia.com.br
mauricio.fonseca@redebahia.com.br
cleriston.franca@redebahia.com.br
erica.pinheiro@redebahia.com.br
marianna.cataldi@redebahia.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga

Prezado(a),

Ref: 53000.044858/2013-75

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4656773.html
Anexo_4744427_Boleto_53000.0448582013_75.pdf
Anexo_4744428_Comprovante_53000.0448582013_75.pdf

III - Executar ações de prospecção, escavação, acompanhamento ou monitoramento arqueológicos;
IV - Executar ações de análise, curadoria e interpretação de bens arqueológicos;
V - Ministrar disciplinas relacionadas à arqueologia, enquanto professor arqueólogo;
VI - Elaborar documentos técnicos relacionados a análise de projetos e relatórios de pesquisa arqueológica ou exercer as atividades relacionadas nos demais incisos desse artigo, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como em órgãos particulares, na condição de servidor público, empregado contratado, prestador de serviços ou cooperado, enquanto profissional de arqueologia.
Parágrafo Único: A relação constante no caput é exemplificativa, cabendo ao Iphan, com base nos documentos comprobatórios descritos no artigo 4º, aceitar atividades cuja descrição não esteja explicitamente contemplada.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 356, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, em conformidade com a Portaria nº 186, de 01/07/2019, publicada no DOU de 15/07/2019, edição 134, seção 01, página 12, que regulamentou o Edital Bolsa Funarte de Estímulo à Conservação Fotográfica Solange Zúñiga, edição 134, seção 03, páginas 10 e 11, e retificações publicadas no DOU de 19/07/2019, edição 138, seção 03, página 09 e disponíveis na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br/editais, resolve:

Tornar público o resultado final, conforme cláusula 10.11 do edital:

Nº	MÓDULO	PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	UF	CIDADE	PONT. FINAL
08	1	Elson de Assis Rabelo	Recuperação do Acervo de Voltaire Fraga	BA	Salvador	66,83
11	1	Juliana Bittencourt Bovolenta	Identificação e caracterização de fotografias de Militão Augusto de Azevedo	SP	Osasco	66,33
35	2	Millard Wesley Long Schisler	Práticas para a preservação de fotografias nativo digitais	SP	São Paulo	69,33
25	2	Guilherme Vieira Pinto da Cunha	Retratistas do Morro: Sistema Modular de Digitalização, Armazenamento e Distribuição de Imagem	MG	Belo Horizonte	62,50
44	3	Camila Targino e Souza	Ambrotipia, a imagem imortal: história, produção e salvaguarda	PE	Recife	65,40

Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação no DOU e disponível na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br/editais.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 5.278, DE 7 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e o MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, resolvem:

Art. 1º Aprovar as normas complementares que disciplinam o processo de escolha e indicação dos representantes da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGIbr, para o processo eleitoral de 2019.

Art. 2º Instituir, no âmbito do CGIbr, uma Comissão Eleitoral, com as seguintes atribuições:

- I - conduzir o processo eleitoral para definição dos representantes do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade científica e tecnológica;
- II - deliberar sobre a inscrição das entidades no processo eleitoral;
- III - homologar a composição dos colégios eleitorais;
- IV - homologar a relação dos candidatos por colégio eleitoral;
- V - propor calendário do processo eleitoral no segundo turno, se houver; e
- VI - apurar e publicar o resultado do processo eleitoral.

§ 1º As deliberações da Comissão Eleitoral serão tomadas pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros, cabendo recurso ao pleno do CGIbr, em caso de impossibilidade de decisão.

§ 2º Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral.

§ 3º Os recursos sobre as decisões da Comissão Eleitoral serão analisados e julgados pelo pleno do CGIbr, que será a instância final de decisão.

§ 4º O CGIbr homologará o resultado final da eleição.

§ 5º Os membros do CGIbr em exercício, que sejam candidatos ao Processo de Eleição do CGIbr em 2019, ficarão impedidos de participar dos atos decisórios.

Art. 3º A Comissão Eleitoral será composta por:

- I - Maximiliano Salvadori Martinhão;
- II - Luiz Fernando Martins Castro;
- III - Franselmo Araújo Costa;
- IV - Demi Getschko;
- V - Miriam Wimmer;
- VI - Frederico Augusto de Carvalho Neves; e
- VII - Kelli Angelini Neves.

Parágrafo único. As funções de membro da Comissão Eleitoral não ensejarão qualquer espécie de remuneração.

Art. 4º Em complementação ao disposto nos arts. 5º, § 1º, 6º, § 1º, e 7º, § 1º, do Decreto nº 4.829, de 2003, estabelecer que a entidade inscrita no processo eleitoral será reconhecida pelo elemento básico do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sendo que cada entidade com o mesmo CNPJ básico será considerada entidade única.

Art. 5º Em complementação ao disposto nos arts. 5º, § 3º, 6º, § 2º, e 7º, § 2º, do Decreto nº 4.829, de 2003, estabelecer que cada entidade deve atender aos seguintes requisitos para inscrição no colégio eleitoral de seu respectivo setor ou segmento:

- I - ter existência legal de, no mínimo, dois anos em relação à data de início da inscrição dos candidatos;
- II - possuir representatividade nacional ou estadual; e
- III - comprovar atuação em temas diretamente vinculados à Internet, ou relação com tais temas.

Art. 6º Em complementação ao disposto nos arts. 6º, § 5º, e 7º, § 5º, do Decreto nº 4.829, de 2003, estabelecer que, na indicação dos representantes do terceiro setor e da comunidade científica e tecnológica, o voto será efetivado pelo representante legal da entidade homologada, que poderá votar em apenas um candidato.

Art. 7º Em complementação ao disposto no art. 5º, § 6º, do Decreto nº 4.829, de 2003, estabelecer que somente em casos de declaração de vacância, pelo CGIbr, o representante suplente assumirá o cargo do representante titular, sendo que, nos casos de impedimento eventual, o suplente participará das reuniões do CGIbr desde que indicado pelo titular.

Art. 8º Durante o processo eleitoral e após efetuada a indicação dos candidatos e sendo um mesmo candidato indicado em mais de um segmento, este deverá obrigatoriamente decidir qual segmento deseja representar, renunciando ao outro.

Art. 9º O Coordenador do CGIbr publicará Chamada Pública para convocação do processo eleitoral de 2019, estabelecendo normas que disciplinam prazos e procedimentos a serem observados para escolha e indicação dos representantes da sociedade civil, dando ciência de seu teor ao CGIbr.

Parágrafo único. As normas previstas no caput entrarão em vigor na data de sua publicação em um jornal de grande circulação e serão divulgadas no endereço eletrônico do CGIbr na internet.

Art. 4º O Iphan aceitará como Arqueólogo Coordenador ou Arqueólogo Coordenador de Campo os profissionais que cumpram os requisitos do artigo 2º da Lei nº 13.653/2018.

Art. 5º Os profissionais que possuam pós-graduação em arqueologia e que não atendam o art. 2º da Lei 13.653/2018 poderão integrar a equipe de pesquisa arqueológica na condição de especialistas, mestres ou doutores em arqueologia.

Art. 6º O Iphan criará um cadastro com profissionais que cumpram os requisitos da presente portaria.

Art. 7º Os casos não previstos nesta Portaria serão decididos pelo Centro Nacional de Arqueologia.

Art. 8º Fica revogado o Ofício-Circular nº 01, de 22 de fevereiro de 2013.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA SANTOS BOGÉA

MIGUEL ANGELO ORONÓZ PROENÇA

Art. 10. Concluída a eleição e homologado o resultado final, os representantes eleitos serão designados mediante portaria interministerial do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 8º do Decreto nº 4.829, de 2003.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX LORENZONI

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PORTARIA Nº 5.927 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7o do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta no processo MCTIC no 01250.065429/2018-09, que o produto e respectivos modelos, descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa HT Micron Semicondutores S.A, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF no 11.386.376/0001-00, atendem à condição de componente eletrônico semicondutor com tecnologia desenvolvida no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCTIC no 356, de 19 de janeiro de 2018:

Produto: Componente semicondutor multicomponente de alta integração e densidade eMCP.

Modelos: eMCP 16GB+16Gb e eMCP 16GB+8Gb.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.852-SEI, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 632/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda., nos termos da Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.849-SEI, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.039832/2016-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.496/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 18/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de outubro de 2016, a permissão outorgada à Rádio FM Bahia Sol Ltda., nos termos da Portaria nº 277, de 15 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2005, chancelada pelo Decreto



Brasília, 11 de Novembro 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pela Nota n.º 00018/2019, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria n.º 4.852, de 18 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 5 de Novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda. (CNPJ Nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 43663/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.044858/2013-75.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 12/11/2019, às 17:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4838751** e o código CRC **CF1EF473**.

Usuário Externo (signatário):	Pedro Paulo Verano de Souza
IP utilizado:	200.198.212.5
Data e Horário:	06/12/2019 10:33:25
Tipo de Peticionamento:	Processo Novo
Número do Processo:	00001.008741/2019-47
Interessados:	Pedro Paulo Verano de Souza
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Documento Principal:	
- Requerimento Outorga de radiodifusão	1605243

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Brasília, 11 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pela Nota n.º 00018/2019, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, acompanhado da Portaria n.º 4.852, de 18 de Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 5 de Novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda. (CNPJ Nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 27743/2018/SEI-MCTIC**Processo nº** 53000.044858/2013-75**Assuntos:** DEFERIMENTO. Renovação de Outorga.**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Rádio 91 FM Ltda. (anteriormente denominada Rádio Itaparica FM Ltda.), relativo ao pedido de renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia, referente ao período de 3.11.2013 a 3.11.2023.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que a Constituição Federal estabelece, em seu art. 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço, consoante regras dispostas na Lei nº 4.117/1962 (alterada pela Lei nº 13.424/2017) e no Decreto nº 52.795/1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138/2017).

3. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões e concessões para exploração de serviço de radiodifusão de sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de 10 (dez) anos e as concessões referentes aos serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos. Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.

4. De acordo com a nova redação dada pelos (i) § 1º do inciso X do art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017, no caso de serviços de radiodifusão sonora, competirá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações emitir portaria de renovação de outorga e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional, via mensagem da Presidência da República; e, (ii) § 2º do inciso X do mesmo artigo, competirá à Presidência da República a expedição de Decreto e encaminhamento de mensagem ao Congresso, para deliberação do pedido de renovação, procedimento este precedido de regular instrução do processo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5. Feitos os esclarecimentos, passa-se ao exame do pedido.

6. A outorga da permissão para a execução do referido serviço se materializou por meio da Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 3 de novembro de 1983 (evento SEI nº 3211223, fl. 4). A última renovação se deu por meio da Portaria nº 266, de 7 de maio de 1997, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. de 24 de junho de 1997 (evento SEI nº 3211223, fl. 8), chancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 289, de 2001, publicado no D.O.U. de 24 de agosto de 2001 (evento SEI nº 3211223, fl. 7). Com efeito, depreende-se que a permissão em questão se encontra vencida desde 3.11.2003 (evento SEI nº 2801870, fl. 4).

6.1. Por meio de petição autuada nesta Pasta sob o nº 53000.045304/2003-13, em 18.12.2003, a Interessada apresentou requerimento objetivando continuar executando o serviço em questão pela decênio de 2003 a 2013. Considerando que o prazo legal vigente à época, para apresentação do pleito renovatório, era compreendido entre os dias 3.5.2003 a 3.8.2003, se verifica que o pedido foi apresentado naquela ocasião de forma intempestiva.

6.1.1. Conforme se verifica do subitem 6.1, a Interessada manifestou interesse, ainda que de forma intempestiva, na renovação da outorga. O pedido foi recepcionado por esta Pasta devido à praxe administrativa adotada na época. A praxe carecia de fundamentação jurídica, embora parecesse a medida mais razoável.

6.1.2. Aliás, foi em razão desse entendimento equivocado que o então Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, buscou uniformizar o entendimento acerca da admissibilidade e procedimento dos pedidos de renovação de outorga intempestivos. Para isso, editou a Portaria n.º 153, de 16.3.2012, publicada no D.O.U. de 19.3.2012, cujo interior teor transcreve-se abaixo:

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008396/2012, e

considerando a necessidade de rever e uniformizar o entendimento administrativo no âmbito do Ministério das Comunicações a respeito da admissibilidade e do processamento de pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados intempestivamente;

considerando o disposto no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve:

Art. 1º - Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados até 31 de maio de 2012, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Art. 2º - Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados após a data a que se refere o artigo 1º desta Portaria e que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º - Expirado o prazo de vigência de outorga de serviço de radiodifusão sem a apresentação de pedido de renovação ou sendo este considerado intempestivo, o Ministério das Comunicações providenciará a instauração de processo de revisão de outorga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

6.1.3. Com efeito, percebe-se que foi estabelecida a data de 31.5.2012, para acolhimento/conhecimento dos eventuais pedidos intempestivos existentes. A definição daquela data se mostrou necessária, pois a Administração buscou não prejudicar aqueles administrados que já haviam sido beneficiados com o entendimento equivocado-passado. Se objetivou, portanto, evitar a aplicação retroativa de nova interpretação administrativa. Ademais, nota-se da dicção dos arts. 2º e 3º que, a partir de 31.5.2012, os pedidos intempestivos não poderiam ser conhecidos por esta Pasta e, em sendo o caso, deveria se providenciar a instauração do correspondente processo de revisão de outorga.

6.1.4. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada foi agasalhado pelos efeitos da susodita Portaria n.º 153/2012, de modo passou a deter legítima condição de procedibilidade.

6.2. O processo foi alvo de várias análises desta Pasta de modo que a Interessada, sempre que intimada à apresentar os documentos instrutórios sempre apresentou resposta às exigências formuladas por esta Pasta. Todavia, o decênio de 2003 a 2013 se encerrou e não houve a prolação de decisão conclusiva acerca da renovação, razão pela qual se entende que houve a perda do objeto dos autos, sendo o serviço mantido em funcionamento em caráter precário, não impedindo, portanto, a renovação do período.

6.3. Diante desse contexto fático é importante que se reconheça que inexistente, em ambos os processos, elemento que indique espécie de desídia da Interessada que tenha contribuído para a mora processual.

6.4. Nessa acepção é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática, no âmbito do serviço público, que impedem um

quadro de ideal celeridade na apreciação dos feitos em geral. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que, ressalta-se, não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

6.5. Esta Pasta possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. O que se busca, diante desse necessário, é promover a análise de pleitos observando a ordem cronológica de suas apresentações, de modo que os processos mais recentes são analisados após a conclusão dos processos mais antigos.

6.6. Evidencia-se, assim, que esta Pasta vem buscando, apesar das dificuldades, atender todo o País de forma responsável.

7. Por meio do requerimento citado no parágrafo 1, protocolizado em 25.7.2013, a Interessada manifestou interesse em continuar a executar o serviço em questão, por novo período de 10 (dez) anos. Assim, considerando que o prazo legal vigente à época, para manifestação de interesse na renovação da delegação, era o compreendido entre os dias 3.5.2013 a 3.8.2013, verifica-se que a manifestação da Interessada foi TEMPESTIVA.

8. Em decorrência da recente alteração legislativa, a instrução dos pedidos de renovação de outorga deverão seguir as diretrizes previstas no art. 113 do Decreto nº 52.795/63, in verbis:

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

9. Em relação à documentação exigida pela legislação em vigor, cumpre informar que a pessoa jurídica Interessada, assim como os sócios/diretores, apresentaram todas elas, conforme se pode

inferir da “Lista de Verificação de Documentos” juntada aos autos sob o evento SEI n.º 3211142.

10. Para a concessão de ato de renovação de outorga, além da comprovação dos requisitos necessários, relativos à (i) habilitação jurídica, (ii) qualificação econômico-financeira, (iii) regularidade fiscal, e (iv) regularidade técnica, imprescindível também apurar se os limites de outorga estão sendo respeitados pela Concessionária e por seus sócios e dirigentes; se a outorga não está sendo objeto de processo de apuração de infração, cuja penalidade resulte em cassação; e, por fim, se seus sócios e administradores observam os ditames da Lei Complementar nº 64/1990.

11. Pertinente à *habilitação jurídica*, infere-se do ato constitutivo e sua última alteração que a execução de serviços de radiodifusão, dentre o rol de atividades a serem desempenhadas pela empresa, está sendo mantida. Quanto à *qualificação econômico-financeira*, observa-se que a Interessada apresentou o balanço patrimonial, conforme disposição contida no art. 15, § 4º, I, do RSR (evento SEI n.º 2362950, fls. 6-8). Ademais, da certidão de falência expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, denota-se inexistirem ações falimentares ou de recuperação judicial (evento SEI 2362950, fl. 10). Já no tocante à *regularidade fiscal*, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas.

12. De acordo com a certidão atualizada da Junta Comercial apresentada nos autos (evento SEI n.º 2941973), os atuais quadros societário e diretivo da Interessada coadunam com os últimos aprovados/conhecidos por esta Pasta, quais sejam:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto	3.333	3.333,00
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	3.333	3.333,00
PAN BT Participações Ltda.	3.334	3.334,00
TOTAL	10.000	10.000,00

NOME	CARGO
Maurício Rollemberg da Fonseca Filho	Administrador
Paulo Augusto Alves Brasileiro	Administrador

12.1. É imperioso consignar que as referidas composições societária e diretiva da permissionária foram analisadas nos autos do Processo n.º 01250.010623/2018-49. No bojo daqueles autos, por meio da Nota Técnica n.º 27.087/2018/SEI-MCTIC (cuja cópia se encontra colacionada nestes autos sob o evento SEI n. 3696825), foi constatado que as modificações societárias implementadas pela permissionária poderiam ser recepcionadas por esta Pasta, haja vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação específica de radiodifusão.

12.2. Ademais, por se tratar de permissionária que possui em seu quadro de sócios pessoa jurídica, se torna imprescindível demonstrar a composição societária dessa, conforme a seguir:

Composição societária da **PAN BT Participações Ltda.** (conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - evento SEI n.º 3697130)

NOME	AÇÕES	VALOR
CAP Sorria Participações Ltda.	550.000	550.000,00
SFO Participações Ltda.	550.000	550.000,00
TOTAL	1.100.000	1.100.000,00

12.3.1. Tendo em vista a existência de duas pessoas jurídicas sob a condição de sócias indiretas, colaciona-se a seguir os quadros societário de cada empresa:

Composição societária da **CAP Sorria Participações Ltda.** (conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - evento SEI n.º 3697114)

NOME	AÇÕES	VALOR
Paulo Augusto Alves Brasileiro	10	10,00
Stella Simonsen Paes de Almeida C. N.	437.490	437.490,00
TOTAL	437.500	437.500,00

Composição societária da **SFO Participações Ltda.** (conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - evento SEI n.º 3697123)

NOME	AÇÕES	VALOR
Adriana Coutinho Nogueira	99.800	99.800,00
Paulo Augusto Alves Brasileiro	100	100,00
Edson Firmino de Paula	100	100,00
TOTAL	100.000	100.000,00

13. Em relação aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236 de 28 de fevereiro de 1967, cumpre informar que estes estão sendo obedecidos pela pessoa jurídica da Interessada, seus sócios (**diretos e indiretos**) e dirigentes da entidade, conforme os registros mantidos por esta Pasta, e consulta realizada ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no dia 17.12.2018 (evento SEI nº 3697056, 3697067, 3697150 e 3697098).

13.1. A pessoa jurídica da Interessada detém apenas a permissão objeto de análise nestes autos.

13.2. O Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessões do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Itabuna/BA, e em Salvador/BA (na qualidade de sócio).

13.3. O Sr. Maurício Rolemberg da Fonseca Filho participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de uma permissão de frequência modulada em Itabuna/BA. Participa, também, de duas concessões de serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Itabuna, e em Salvador/BA (todas na qualidade de administrador não-sócio).

13.4. O Sr. Paulo Augusto Alves Brasileiro participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessões de radiodifusão de sons e imagens em Varginha/MG, São Carlos/SP, Juazeiro/BA e Barreiras/BA (todas na qualidade de administrador não-sócio).

13.5. A PAN BT Participações Ltda. participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.6. A CAP Sorria Participações Ltda. participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.7. A Sra. Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.8. A SFO Participações Ltda. participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

3.9. A Sra. Adriana Coutinho Nogueira participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

13.10. O Sr. Edson Firmino de Paula participa, além da permissão objeto de análise nestes autos, de concessão do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em Juazeiro/BA (sócia indireta).

14. Não é inoportuno aduzir, ainda sobre os limites de outorga, que a aferição realizada pela Serad se pautou nos dados contidos no Siacco e nos registros cadastrais mantidos nesta Pasta. A consulta junto ao Siacco não se mostra suficiente para a aferição dos limites, pois o referido sistema não retrata participação indireta das pessoas físicas/jurídicas das concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão. Se trata de limitação imposta pelo próprio sistema. Apesar disso, conforme alinhavado em outras ocasiões, a Serad efetiva, manualmente, a análise de toda a cadeia societária das concessionárias/permissionárias, com o fito de identificar todas as pessoas naturais envolvidas na operação, para, por conseguinte, aferir se os limites de outorga estabelecidos pela legislação específica de radiodifusão estão sendo respeitados.

15. No tocante à regularidade no curso da prestação do serviço cabe aduzir que, de acordo com consulta realizada junto ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, a Interessada não foi punida com a pena de cassação (evento SEI n.º 2801870, fl. 3). Ademais, conforme informação oriunda da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI, não está em trâmite processo de apuração de infração, instaurado em desfavor da Interessada, cuja penalidade cabível seja a cassação (evento SEI n.º 2152717).

15. Em relação à regularidade técnica registra-se que, de acordo com os termos da Nota Técnica n.º 2918/2018/SEI-MCTIC (evento SEI n.º 2636951), da lavra de engenheiro desta Pasta, a Interessada atende aos requisitos técnicos mínimos previstos na legislação em vigor, estando, portanto, apta tecnicamente a ser renovada.

17. Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito.

CONCLUSÃO

18. Diante do exposto, opina-se pelo deferimento do pedido de renovação da outorga, devendo o processo ser remetido à Conjur.

19. Oportunamente, em caso de acolhimento das presente proposta, seguem dispostas no campo próprio abaixo minutas de Portaria e Exposição de Motivos, as quais devem ser submetidas ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)
CLÁUDIA FRANCO VIEIRA ALMEIDA
Técnico de Nível Superior

De acordo. Submeta-se o feito à consideração da Coordenador-Geral de Pós-Outorga

(assinado eletronicamente)

RAFAEL FERREIRA LARCHER
Coordenador de Renovação de Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC. Submeta-se o feito à consideração do Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial.

(assinado eletronicamente)
ALTAIR DE SANTANA PEREIRA
Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Aprovo a Nota Técnica n.º 27.743/2018/SEI-MCTIC. Encaminhem-se os autos à Conjur.

(assinado eletronicamente)
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial⁽¹⁾

(1) Por delegação da Secretária de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.783, de 20 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2017



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Franco Vieira Almeida, Técnico de Nível Superior**, em 21/12/2018, às 11:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Larcher, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 21/12/2018, às 14:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 21/12/2018, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 26/12/2018, às 15:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3696758** e o código CRC **7F3B7D7F**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º _____, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda. (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria n.º Portaria n.º 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC

Brasília, de de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo n.º 53000.044858/2013-75, acompanhado de Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Radio 91 FM Ltda. (pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria n.º Portaria nº 199, de 27 de outubro de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

SEI nº 3696758



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL E DE SERVIÇOS ANCILARES - CORSA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

NOTA n. 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044858/2013-75

INTERESSADOS: RÁDIO 91 FM LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão,

1. Trata-se de processo administrativo iniciado a requerimento de Rádio 91 FM Ltda., encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCTIC, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada, **no Município de Salvador**, estado da Bahia, referente ao período de 3.11.2013 a 3.11.2023.

2. Na análise levada a efeito pela área técnica, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 27743/2018/SEI- MCTIC**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o feito, opinou-se pelo deferimento do pedido, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela remessa do feito à análise desta CONJUR: *" Dessa forma, entende-se que a Interessada atende a todos os requisitos necessários para o deferimento do presente pedido de renovação de outorga, razão pela qual opina-se seja a presente manifestação submetida à consideração superior, sugerindo-se, caso aprovada, sejam os autos encaminhados à Douta Conjur, para manifestação quanto a legalidade do feito".*

3. Sem qualquer divergência quanto à conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão, apenas com o objetivo de tornarem inequívocas as conclusões obtidas na análise da matéria, faz-se necessário que a Secretaria de Radiodifusão se manifeste acerca da Portaria nº 1396, de 22 dezembro de 2010, juntada aos autos no Doc. SEI nº 3211223. Explica-se. É que, em sua análise quanto à outorga originária e suas renovações, o órgão informou que o período de 2003 e 2013 expirou sem que houvesse decisão conclusiva do Poder Público sobre o pedido de renovação relativo a esse interregno legal, senão vejamos:

6.1. Por meio de petição autuada nesta Pasta sob o n.º [53000.045304/2003-13](#), em 18.12.2003, a Interessada apresentou requerimento objetivando continuar executando o serviço em questão pela decênio de 2003 a 2013. Considerando que o prazo legal vigente à época, para apresentação do pleito renovatório, era compreendido entre os dias 3.5.2003 a 3.8.2003, se verifica que o pedido foi apresentado naquela ocasião de forma intempestiva.

6.1.1. Conforme se verifica do subitem 6.1, a Interessada manifestou interesse, ainda que de forma intempestiva, na renovação da outorga. O pedido foi recepcionado por esta Pasta devido à praxe administrativa adotada na época. A praxe carecia de fundamentação jurídica, embora parecesse a medida mais razoável.

6.1.2. Aliás, foi em razão desse entendimento equivocado que o então Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, buscou uniformizar o entendimento acerca da admissibilidade e procedimento dos pedidos de renovação de outorga intempestivos. Para isso, editou a Portaria n.º 153, de 16.3.2012, publicada no D.O.U. de 19.3.2012, cujo interior teor transcreve-se abaixo:

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o que consta do Processo

Administrativo nº 53000.008396/2012, e

considerando a necessidade de rever e uniformizar o entendimento administrativo no âmbito do Ministério das Comunicações a respeito da admissibilidade e do processamento de pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados intempestivamente;

considerando o disposto no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que veda a aplicação retroativa de nova interpretação; resolve:

Art. 1º - Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados até 31 de maio de 2012, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

Art. 2º - Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão apresentados após a data a que se refere o artigo 1º desta Portaria e que não atendam ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 31 de outubro de 1963.

Art. 3º - Expirado o prazo de vigência de outorga de serviço de radiodifusão sem a apresentação de pedido de renovação ou sendo este considerado intempestivo, o Ministério das Comunicações providenciará a instauração de processo de revisão de outorga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

6.1.3. Com efeito, percebe-se que foi estabelecida a data de 31.5.2012, para acolhimento/conhecimento dos eventuais pedidos intempestivos existentes. A definição daquela data se mostrou necessária, pois a Administração buscou não prejudicar aqueles administrados que já haviam sido beneficiados com o entendimento equivocado-passado. Se objetivou, portanto, evitar a aplicação retroativa de nova interpretação administrativa. Ademais, nota-se da dicção dos arts. 2º e 3º que, a partir de 31.5.2012, os pedidos intempestivos não poderiam ser conhecidos por esta Pasta e, em sendo o caso, deveria se providenciar a instauração do correspondente processo de revisão de outorga.

6.1.4. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da Interessada foi agasalhado pelos efeitos da susodita Portaria n.º 153/2012, de modo passou a deter legítima condição de procedibilidade.

6.2. O processo foi alvo de várias análises desta Pasta de modo que a Interessada, sempre que intimada à apresentar os documentos instrutórios sempre apresentou resposta às exigências formuladas por esta Pasta. **Todavia, o decênio de 2003 a 2013 se encerrou e não houve a prolação de decisão conclusiva acerca da renovação, razão pela qual se entende que houve a perda do objeto dos autos, sendo o serviço mantido em funcionamento em caráter precário, não impedindo, portanto, a renovação do período.** (Grifei).

4. Todavia, referida Portaria nº 1396, de 22 dezembro de 2010 trata exatamente da renovação da outorga relativa ao período de 2003 a 2013. Dessa forma, para evitar confusão e questionamentos posteriores, é importante que o órgão técnico se manifeste sobre esse ato que aparentemente está em vigor.

5. Pelas razões expostas, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, com os cumprimentos de praxe, para que se manifeste sobre a Portaria nº 1396, de 22 de dezembro de 2010, nos termos expostos, para que se alcance mais robusta preservação dos imperativos da atividade administrativa.

À consideração superior.

Brasília, 9 de janeiro de 2019.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044858201375 e da chave de acesso 993f7337

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 212110631 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 09-01-2019 16:53. Número de Série: 1787513. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 00033/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044858/2013-75

INTERESSADOS: RÁDIO 91 FM LTDA.

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a **NOTA nº 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Dra. Danielle Lustz Portela Brasil, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 11 de janeiro de 2019.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044858201375 e da chave de acesso 993f7337

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 212736731 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 11-01-2019 10:55. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 11 de dezembro de 2019.

AO PROTOCOLO DA SAI, CGAP e SAG

Assunto: SALVADOR-BA - FM MENSAGEM - Rádio 91 FM Ltda.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 1.337 2019 MCTIC.

Rodrigo Eusébio Pereira
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Eusébio Pereira, Supervisor**, em 11/12/2019, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1615298** e o código CRC **7CA1112E** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****Casa Civil**

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Nota Informativa nº 560/2020/AS/SAINF/SAG

Assunto: Renovação da Outorga de permissão para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Salvador/BA**Interessado: Rádio 91 FM Ltda (CNPJ nº 13.065.495/0001-89)****Referência: EM nº 01337/2019 MCTIC, de 11/11/2019 – Processo nº 53000.044858/2013-75**

1. Trata-se da [PORTARIA Nº 4.852-SEI, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019](#) que renova a outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Salvador/BA, pelo prazo de dez anos, a partir de 03/11/2013, com o uso do canal 217, sem direito a exclusividade, para a Rádio 91 FM Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, de acordo com o disposto na [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[2].
2. Os órgãos técnico e jurídico do Ministério se manifestaram favoráveis ao ato de renovação da outorga de permissão, nos termos da Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCTIC, de 21/12/2018 (615295), a qual pontua que a Interessada continua a atender a todos os requisitos necessários e se posiciona pelo deferimento do pedido de renovação de outorga; e pelo Parecer Jurídico nº 00632/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 02/09/2018 (SEI MCTIC 4598229), que destaca a viabilidade jurídica do pedido de renovação da outorga, com sugestões para a atualização de alguns documentos.
3. No Relatório do Canal que integra o MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro (Módulos de radiodifusão - SCR)^[5], disponível em: http://sistemas.anatel.gov.br/se/eApp/reports/b/srd/resumo_sistema.php?id=57dbac131e806&state=FM-C4, verificou-se não constar nos campos de Histórico de Documentos Emitidos o registro da Portaria 4852/2019 MCTIC, objeto do presente processo.
4. Impende ainda informar que foi constatada diferença entre os nomes dos sócios acostados nos autos do processo e o Quadro de Sócios e Administradores – QSA, disponível na página da Receita Federal (posição 04/06/2020).
5. Considerando as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do Ministério, em especial a informação consignada pela Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCTIC, complementada com o Despacho Interno SECEX_RADIO 4601204 de 09/09/2019, e ponderando que a eventual necessidade de atualização do Mosaico não impede o prosseguimento do feito, esta assessoria não identificou óbices ao encaminhamento da matéria ao Senhor Presidente da República para posterior envio de mensagem ao Congresso Nacional, em conformidade com o § 1º do art. 31 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[3], uma vez que o ato de renovação de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal^[4], observada a necessária oitiva da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, em especial no que concerne ao item 4 desta Nota.

Brasília/DF, 04 de junho de 2020.

À consideração superior,

CICERO COELHO DE ABREU ROCHA FILHO

Assessor

De Acordo,

JOSÉ CRUZ FILHO

Subchefe Adjunto de Infraestrutura

Aprovo. Encaminhe-se à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República,

RODRIGO PEREIRA DE MELLO


Subchefe Adjunto Executivo

^[1] Publicada no DOU de 05/11/2019.^[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).^[3] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, com [redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#), combinado com a competência da Secretaria de Radiodifusão do MCTIC em coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, de pós-outorga e de renovação ([Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019](#)).^[4] Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da

complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

(...)

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 13.065.495/0001-89 RA118LZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/08/1992
NOME EMPRESARIAL RADIO 91 FM LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)		FORTE DEMAIS
CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.10-1-00 - Atividades de rádio		
CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 46.10-4-02 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente 47.52-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas 47.89-0-02 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 59.11-1-01 - Salões cinematográficos 59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade 59.11-1-09 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.12-6-00 - Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão 59.20-1-00 - Atividades de produção de som e de edição de música 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.02-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 63.10-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 73.11-4-00 - Agências de publicidade 73.12-0-00 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente 74.20-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 82.30-6-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 93.01-9-02 - Produção musical 93.12-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos		
CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 2054 - Sociedade Empresária Limitada		
COGRADUADO Nº PROPOSTA/ARBITRIS NOVS	NUMERO T22	COMPLEMENTO ANEXO I - 1 ANEXO
CEP 40.210-420	CARRO/DESTINATÓ FEDERACAO	MUNICIPIO SALVADOR
ENDEREÇO ELETRÔNICO MAURICIA.CATALDI@RADIO91FM.COM.BR	TELEFONE (71) 3203-1148 / (71) 3203-1401	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) -----		
SITUAÇÃO CADASTRAL Ativa		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL -----		
SITUAÇÃO ESPECIAL -----		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL -----

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.853, de 27 de dezembro de 2018.
Emissão no dia 04/08/2020 às 18:00:09 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 13.065.495/0001-89
NOME EMPRESARIAL: RADIO 91 FM LTDA
CAPITAL SOCIAL: R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO
Qualificação: 05-Administrador

Nome/Nome Empresarial: PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
Qualificação: 05-Administrador

Nome/Nome Empresarial: PAULA MARON MAGALHAES GUSMAO
Qualificação: 22-Sócio

Nome/Nome Empresarial: MARIA DO ROSARIO VIANNA DE MAGALHAES
Qualificação: 22-Sócio

Nome/Nome Empresarial: PAN BAHIA PARTICIPACOES S.A.
Qualificação: 22-Sócio
Nome do Repres. Legal: STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO
Qualif. Rep. Legal: 05-Administrador

Nome/Nome Empresarial: CARAT PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA
Qualificação: 22-Sócio
Nome do Repres. Legal: IVAN PEDRO BARRETO SANTOS
Qualif. Rep. Legal: 05-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emissão no dia 04/08/2020 às 18:01 (data e hora de Brasília).



Documento assinado eletronicamente por **Cícero Coelho de Abreu Rocha Filho, ASSESSOR**, em 04/06/2020, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Cruz Filho, Subchefe Adjunta**, em 05/06/2020, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Pereira de Mello, Subchefe Adjunto Executivo**, em 08/06/2020, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1929495** e o código CRC **4BEF9281** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 15 de junho de 2020.

C E R T I D ã O

Processo nº 53000.044858/2013-75.

Brasília, 15 de junho de 2020.

Analisando os autos do Processo nº 53000.044858/2013-75, que versa sobre RENOVAÇÃO da outorga de serviços de radiodifusão, foram observados os seguintes documentos, que balizarão a análise por esta Subchefia para Assuntos Jurídicos – SAJ:

- Exposição de Motivos nº: **01337/2019** MCTIC
- Tipo de Serviço:
 - ☐ Rádio Comunitária - Renovação da outorga
 - ☒ Rádio Comercial FM – Renovação da outorga
 - ☐ Rádio Educativa – Renovação da outorga
 - ☐ Radiodifusão de sons e imagens (TV aberta) – Renovação da outorga
- Entidade: **Rádio 91 FM Ltda**
- CNPJ nº: **13.065.495/0001-89**
- Número da Nota Técnica MCTIC, com posição favorável à renovação da outorga: 27743/2018/SEI-MCTIC, de 21/12/2018
- Número do Parecer da Consultoria Jurídica do MCTIC, com posição favorável à renovação outorga: 0632/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de 02/09/2018
- Portaria MCTIC nº: [4.852-SEI, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019](#), que renova a outorga a partir de 03/11/2013

- Data de publicação da Portaria MCTIC de renovação no DOU: 05/11/2019.

Uma vez presentes os documentos acima, o processo encontra-se em condições de ser enviado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º da Constituição.

Ana Beatriz Fumian Gomes
Estagiária
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Fumian Gomes, Estagiário(a)**, em 15/06/2020, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1945064** e o código CRC **5967D1A4** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Substitua pelo nome do Órgão/Ministério)
(Substitua pelo nome da Secretaria ou Diretoria, se houver)
Coordenação-Geral de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 26 de junho de 2020.

À Chefia de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos - GABIN/SAJ

Assunto: **Processo nº 53000.044858/2013-75 - Devolução da Exposição de Motivos, devido à criação de Ministério e posse do Ministro.**

1. Conforme previamente acordado com os representantes ministeriais e considerando a recriação do Ministério das Comunicações - MC, por meio da Medida Provisória nº 980/2020, bem com a posse do novo Ministro das Comunicações, procede-se a devolução da presente Exposição de Motivos à referida Pasta, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, com o consequente arquivamento do Processo SEI nº 53000.044858/2013-75.
2. Relembra-se, em caráter adicional, que o futuro reenvio e reinserção da presente proposta nos sistemas deverá considerar as regras e diretrizes previstas no Decreto nº 9.191/2017, para elaboração e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República.

DANIEL CHRISTIANINI NERY
Assessor
Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/06/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1970738** e o código CRC **FD3A65BF** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicação de Atos Oficiais da Coordenação de Documentação

Brasília, 5 de julho de 2020.

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DA EXM 1337 2019 MCTIC

Informa a devolução da Exposição de Motivos via SIDOF, de ordem da SAAL, para reavaliação do novo Ministro das Comunicações e eventual instrução processual complementar.

HUGO VINÍCIUS ALVES
Supervisor



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Vinícius Alves, Supervisor**, em 05/07/2020, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1986085** e o código CRC **D9FD0815** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**AO SENHOR SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES – MCOM.**

**REF. PROCESSO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA Nº 53000.044858/2013-75
(53000.045304/2003-13)**

A **RÁDIO 91 FM LTDA.**, sociedade empresária limitada, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Professor Aristides Novis, n. 123, Federação, Salvador (BA), CEP: 40.210-630, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 13.065.495/0001-89, em conformidade com o que dispõe a Portaria MCOM nº 4.149, de 2021, encaminha, por seus representantes legais, em anexo, para admissão por Vossa Senhoria, atualização da documentação necessária à renovação da outorga, conforme consta do artigo 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão-RSR.

Termos em que pede deferimento.

De Salvador (BA) para Brasília (DF), 23 de dezembro de 2021.

RÁDIO 91 FM LTDA.
13.065.495/0001-89

Rádio 91 FM - Petição - Renovação Outorga - Portaria MCOM 4 149 pdf

Código do documento 71660160-352d-4787-aa23-4a874330d856



Assinaturas



Marianna Cunha Cataldi de Araujo
Marianna.Cataldi@redabahia.com.br
Aprovou



MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO
mauricio.fonseca@redabahia.com.br
Assinou



PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
Paulo.brasileiro@eptv.com.br
Assinou



Eventos do documento

23 Dec 2021, 17:51:12

Documento 71660160-352d-4787-aa23-4a874330d856 **criado** por MARIANNA CUNHA CATALDI DE ARAUJO (3427e0dd-006d-4403-a290-f38237f91595). Email: Marianna.Cataldi@redabahia.com.br. - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:51:12-03:00

23 Dec 2021, 17:51:32

Assinaturas **iniciadas** por MARIANNA CUNHA CATALDI DE ARAUJO (3427e0dd-006d-4403-a290-f38237f91595). Email: Marianna.Cataldi@redabahia.com.br. - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:51:32-03:00

23 Dec 2021, 17:54:04

MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO **Assinou** (3572ad6d-45d3-49c6-8c01-fb4e9a455a4c) - Email: Mauricio.Fonseca@redabahia.com.br - IP: 191.213.209.33 (191-213-209-33.user3g.veloxzone.com.br porta: 41930) - Documento de identificação informado: 295.633.645-20 - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:54:04-03:00

23 Dec 2021, 18:07:00

MARIANNA CUNHA CATALDI DE ARAUJO **Aprovou** (3427e0dd-006d-4403-a290-f38237f91595) - Email: Marianna.Cataldi@redabahia.com.br - IP: 187.107.10.103 (bb6b0a67.virtua.com.br porta: 63262) - Documento de identificação informado: 013.078.525-30 - DATE_ATOM: 2021-12-23T18:07:00-03:00

24 Dec 2021, 10:03:03

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO **Assinou** (29b00986-5614-41b8-93fa-7e69fc09637b) - Email: paulo.brasileiro@eptv.com.br - IP: 177.76.227.232 (ip-177-76-227-232.user.vivozap.com.br porta: 52650) - Geolocalização: -21.970654 -47.897716 - Documento de identificação informado: 059.238.728-38 - DATE_ATOM:



2021-12-24T10:03:03-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a64e8344c6fcceec744bbe3f7750f74b60af6a1418e35ef1d70f064cf0230cd3

(SHA512):db803c6075ee13bcfb126fca795a316b27ceab4ea01b5bbf5975764a96fe0dd74eff7073a9664c300d9096435d582cd4fb841363755fc72d1ef9682be1bda34

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<i>Nome da Pessoa Jurídica:</i>	RÁDIO 91 FM LTDA.		
<i>CNPJ:</i>	13.065.495/0001-89	<i>CEP da sede:</i>	40.210-630
<i>Endereço da sede:</i>	Rua Professor Aristides Novis, 123, Federação, Salvador (BA)		
<i>E-mail de contato:</i>	Manuela.monteiro@redabahia.com.br		
<i>Serviço a ser renovado:</i>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p>(X) Radiodifusão sonora</p> <p>() Radiodifusão de sons e imagens</p> </div> <div style="width: 50%;"> <p>(X) em frequência modulada</p> <p>() em ondas curtas</p> <p>() em ondas médias</p> <p>() em ondas tropicais</p> </div> </div>		
<i>Período da renovação:</i>	03/11/2013 a 03/11/2023		
<i>Localidade da renovação:</i>	Salvador	<i>UF:</i>	BA

Nós, **Maurício Rollemberg da Fonseca Filho e Paulo Augusto Alves Brasileiro**, inscritos respectivamente nos CPF sob os nº 295.633.645-20 e 059.238.728-38, na qualidade de representantes legais da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARAMOS, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967;

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- (e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- (h) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (i) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (j) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (k) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (l) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (m) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (n) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Salvador (BA), 23 de dezembro de 2021.

RÁDIO 91 FM LTDA.
13.065.495/0001-89

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 2

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

Rádio 91 FM - Formulário de Renovação de Outorga - Declarações pdf

Código do documento 892b53ab-b655-4227-9b08-83bfd544f0a4



Assinaturas



Marianna Cunha Cataldi de Araujo
Marianna.Cataldi@redabahia.com.br
Aprovou



MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO
mauricio.fonseca@redabahia.com.br
Assinou



PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
Paulo.brasileiro@eptv.com.br
Assinou



Eventos do documento

23 Dec 2021, 17:50:25

Documento 892b53ab-b655-4227-9b08-83bfd544f0a4 **criado** por MARIANNA CUNHA CATALDI DE ARAUJO (3427e0dd-006d-4403-a290-f38237f91595). Email: Marianna.Cataldi@redabahia.com.br. - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:50:25-03:00

23 Dec 2021, 17:50:56

Assinaturas **iniciadas** por MARIANNA CUNHA CATALDI DE ARAUJO (3427e0dd-006d-4403-a290-f38237f91595). Email: Marianna.Cataldi@redabahia.com.br. - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:50:56-03:00

23 Dec 2021, 17:53:32

MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO **Assinou** (3572ad6d-45d3-49c6-8c01-fb4e9a455a4c) - Email: Mauricio.Fonseca@redabahia.com.br - IP: 191.213.209.33 (191-213-209-33.user3g.veloxzone.com.br porta: 4338) - Documento de identificação informado: 295.633.645-20 - DATE_ATOM: 2021-12-23T17:53:32-03:00

23 Dec 2021, 18:07:00

MARIANNA CUNHA CATALDI DE ARAUJO **Aprovou** (3427e0dd-006d-4403-a290-f38237f91595) - Email: Marianna.Cataldi@redabahia.com.br - IP: 187.107.10.103 (bb6b0a67.virtua.com.br porta: 63262) - Documento de identificação informado: 013.078.525-30 - DATE_ATOM: 2021-12-23T18:07:00-03:00

24 Dec 2021, 10:03:35

PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO **Assinou** (29b00986-5614-41b8-93fa-7e69fc09637b) - Email: paulo.brasileiro@eptv.com.br - IP: 177.76.227.232 (ip-177-76-227-232.user.vivozap.com.br porta: 52938) - Geolocalização: -21.970654 -47.897716 - Documento de identificação informado: 059.238.728-38 - DATE_ATOM:



2021-12-24T10:03:35-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b861c1eb8c6e7adb08fa584d59919f5a537fa74741232373665065a42420238b

(SHA512):fdd77d4f374631e72be5f59cc5247bf41917e2fab5d485b1ed46fb78152498465d6fc8563cf1c6a2dbe492ea97d6b33e1ca649730e8e888ac7e50e46429755a5

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13.065.495/0001-89

Razão Social: RADIO 91 FM LTDA

Endereço: QV JOANA ANGELICA 251 PREDIO / NAZARE / SALVADOR / BA / 40050-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/01/2022 a 13/02/2022

Certificação Número: 2022011500332159156714

Informação obtida em 25/01/2022 14:16:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

BALANÇO PATRIMONIAL			
31/12/2020			
(EM REAIS)			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e Bancos	5.862,97	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Aplicações Financeiras	339.979,35	Fornecedores	3.267,23
Clientes	244.014,34	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.455,24
Outros créditos	3.395,89	Obrigações tributárias	194.870,11
Tributos a recuperar	13.477,45	Tributos provisionados	0,00
Tributos antecipados	2.547,37	Créditos de pessoas ligadas	0,00
Antecipação de Dividendos	0,00	Outras contas a pagar	430.498,19
Créditos com pessoas ligadas	0,00	Provisões trabalhistas	9.114,59
Despesas Antecipadas	511,52		
TOTAL CIRCULANTE	609.788,89	TOTAL CIRCULANTE	645.205,36
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo		Obrigações trabalhistas e previdenciárias	0,00
Créditos com pessoas ligadas	0,00	Obrigações tributárias	442.448,38
Depósitos Judiciais	140.937,17	Créditos de pessoas ligadas	7.691.780,57
Impostos Diferidos	36.741,13	TOTAL NÃO CIRCULANTE	8.134.228,95
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	225.358,40	Capital social	10.000,00
Intangíveis	31.914,35	Prejuízos acumulados	7.744.694,37-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	434.951,05	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.734.694,37-
TOTAL DO ATIVO	1.044.739,94	TOTAL DO PASSIVO	1.044.739,94

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
31/12/2020			
(EM REAIS)			
Receita Operacional Bruta			
Venda de Serviço Local		1.000.850,17	
Venda de Outros Serviços		13.083,57	
Total Receita Operacional Bruta		1.013.933,74	
Deduções da Receita Bruta			
Impostos Incidentes		53.604,45-	
Cancelamentos e abatimentos		0,00	
Total Deduções da Receita Bruta		53.604,45-	
Receita Operacional Líquida		960.329,29	
Custos dos serviços		576.249,95-	
Lucro ou prejuízo operacional bruto		384.079,34	
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas administrativas		196.754,79-	
Despesas com vendas		202.602,88-	
Despesas Financeiras		98.759,76-	
Receitas financeiras		10.222,94	
Despesas Tributárias		10.474,14-	
Depreciação		46.932,78-	
Outras despesas		28.315,31-	
Outras receitas		91.958,51	
Operacionais, líquido		510,58-	
Total de Receitas (Despesas) operacionais		482.168,79-	
Resultado Operacional		98.089,45-	
(-) Participação de empregados		3.577,30-	
Resultado antes da CSLL e do IRPJ		101.666,75-	
Reversão do Juros de Capital Próprio		0,00	
(-) Provisão para Contrib. Social		0,00	
(-) Provisão para Contrib. Social - Diferida		5.346,07-	
(-) Provisão para Imposto de Renda		0,00	
(-) Provisão para Imposto de Renda - Diferida		14.850,72-	
Lucro (Prejuízo) do Exercício		121.863,54-	

BALANÇO e DRE - DEZ 2020 G11 - PÓS AUDITORIA

Código do documento b82ee145-d233-44be-a6d9-0c0c9224df6c

Anexo: 02_TVSB 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
Anexo: 03_TVSV 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
Anexo: 04_TVSC 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
Anexo: 05_TVOB 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
Anexo: 06_TVNB 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
Anexo: 07_RGFM 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
Anexo: 08_FMSUL 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
Anexo: 09_BAFM 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
Anexo: 10_91 FM 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
Anexo: 11_ICONT 12_2020 (Pós Auditoria).PDF



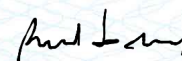
Assinaturas



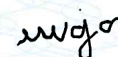
MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO
Mauricio.Fonseca@redebahia.com.br
Assinou



ROMILDO FAUSTO DE SOUSA JUNIOR
Romildo.Fausto@redebahia.com.br
Assinou



Márcia Maria Azevedo Najar
marciaazevedo.najar@hotmail.com
Assinou



KLEBER COSTA SANTOS
Kleber.Santos@redebahia.com.br
Aprovou



Eventos do documento

20 Sep 2021, 14:47:41

Documento número b82ee145-d233-44be-a6d9-0c0c9224df6c **criado** por KLEBER COSTA SANTOS (Conta f612f262-4db9-47f3-b6f0-0b0fc76a565d). Email :kleber.santos@redebahia.com.br. - DATE_ATOM: 2021-09-20T14:47:41-03:00

20 Sep 2021, 14:54:03

Lista de assinatura **iniciada** por KLEBER COSTA SANTOS (Conta f612f262-4db9-47f3-b6f0-0b0fc76a565d). Email: kleber.santos@redebahia.com.br. - DATE_ATOM: 2021-09-20T14:54:03-03:00

20 Sep 2021, 14:54:55

KLEBER COSTA SANTOS **Aprovou** (Conta f612f262-4db9-47f3-b6f0-0b0fc76a565d) - Email: kleber.santos@redebahia.com.br - IP: 200.223.84.240 (200.223.84.240 porta: 22618) - Documento de identificação informado: 005.331.525-18 - DATE_ATOM: 2021-09-20T14:54:55-03:00

20 Sep 2021, 16:32:16

MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO **Assinou** (Conta 3572ad6d-45d3-49c6-8c01-fb4e9a455a4c) - Email: Mauricio.Fonseca@redebahia.com.br - IP: 177.69.29.31 (177-069-029-031.static.ctbctelecom.com.br porta: 39018) - Documento de identificação informado: 295.633.645-20 - DATE_ATOM: 2021-09-20T16:32:16-03:00

22 Sep 2021, 05:35:39

ROMILDO FAUSTO DE SOUSA JUNIOR **Assinou** (Conta 90b6c685-ec38-4029-baca-efba4f44e117) - Email: romildo.fausto@redebahia.com.br - IP: 177.148.192.99 (99.192.148.177.isp.timbrasil.com.br porta: 32470) - Documento de identificação informado: 939.881.335-15 - DATE_ATOM: 2021-09-22T05:35:39-03:00

28 Sep 2021, 13:19:37

MÁRCIA MARIA AZEVEDO NAJAR **Assinou** - Email: marciaazevedo.najar@hotmail.com - IP: 152.234.153.74 (152-234-153-74.user.veloxzone.com.br porta: 30358) - Documento de identificação informado: 290.102.685-00 - DATE_ATOM: 2021-09-28T13:19:37-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b409f13b78fc30b1fe57491a386d702e08b8a5b15c543547e06db6e45eeee4d6
(SHA512):dc7f7620566bd03cf0a0b8c6e7a713ddb248c94df76b92bd0e8d2bd3f1cdd8ad8361a887d6c237f2ee9e97e868a972c08b94e482e4e3ff1c6e40ba40f23e9a65

Hash dos documentos anexos

Nome: 02_TVSB 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):2df8f082076f8e50089078ef5e616b004ca7a4f9bd18119feb69ad66497e0377
(SHA512):1de40afa8f66d175b8b2c0af6d913ae46c06491cbd31f065cf6ddcd6dbc3ae38d8db1528a31249b21e6fd514771b9194cd29d0877dcb1fc3837983a0450a0db8

Nome: 03_TVSV 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):bd2b1a49711c29273b1413181838fd7a7a9ece885ca2d90c9e69da9b35a4780d
(SHA512):e4c8b6c59f5c0646dd8f70720998ac410b08661cd354c37916ccf7cbffda39dde601b1bd4b62a6b9f5988fa64df964d19df2e5c82533ffcd46d3ede563c8b1bf

Nome: 04_TVSC 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):43ce32b4e5deb3a976506504898d7ed7cc7cc80b43703eb89a444e91a5d5dad7
(SHA512):4a72363f05e933d096013e20b3c3f59bfc2cd449e9b4b622eb2366a9a3bd0d08b46eeb80dff77f24b8a4a1d42b215f7871a3a3a86135befee5d10cc010525d2

Nome: 05_TVOB 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):d45665094df493f562696289ffa91a841c7a753980ce9f8517d54c66c0b79f0
(SHA512):0e173e54195a50c548e739a87a26e85873ffe8e8bc522df8d2fa15d57ca8f2f2200e48a9ddef785c4eaa3f345bf48123d4443e6cf7e04a9c7fee6eadcded034

Nome: 06_TVNB 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):f1f25462197dd3a15a81aa8d733bd9464cabd99034ed9067e46fc39e71b23699
(SHA512):9f5687ccab33f40b19bbcf4732d57a31ec1a65d2a2aa3f3d6cb4e90b3d3640737a21140532c2189d5514202a23ac8ed61742f8eba88554e41e835f802ba26527

Nome: 07_RGFM 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):9712658769e644e9fea184a04ebd92c658ead168bdfc234972a99f729fac6d0a
(SHA512):1da6ae87a2185a63e6d9980121b6f3ed9639db82be0ec765621829ee06bc444608103eefc6935ec425b42440276960b9177399a8eaa3ff26d4c5c79de0758809

Nome: 08_FMSUL 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):c0a4e4add4a46ecc87891e762ad9a1e744512e2f56d9b92877c34660ddefb2d
(SHA512):4463bfff9bda5ddf3a066f7fc5bd9e06182e05e2d61cda603ce9911045732d82f14d0c25fa1644435c0462dc4f6ea542e3e1494fb198f3e58034e64f99f3c2b3e

Nome: 09_BAFM 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):d5677b61a451c4c59024fdd0db278302069377df17c53fd692dcb501df524db7
(SHA512):1995c8b6593e8fd958adac927bfc37337a0f1786ef56d08f0766b96141bd3d4cd2dd4cab78aff8fc0d77a8c7e47850f3bc7f3a218f63c4cbf0a381e6c1bc934a

Nome: 10_91 FM 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):591ed2318a5a63f4b97b18f6b1cc06efceb48ebaa8bd5f884dcd347a83b4f335
(SHA512):5250c0ebf6c3e1529f7885c7f48447f335a1bb80272dff59108e652f935af4f4116aeadebb9bd35c0d5bb0aeab5591095000908c3f48cfd6f516c0c41289dff1

Nome: 11_ICONT 12_2020 (Pós Auditoria).PDF
(SHA256):a756e64f283ec1677556314e671af7324ceb2364c39696d82ffe5422e7ada3ea
(SHA512):c456891d7e7f3fbfd025efc94afad4261c521243b0faa2a9e6b46ba73f89d7b283581baaa7abadf7588d45150f32780c89893641694ce1c96778d5eaf958762e

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

BOM DIA
MARIANNA CUNHA CATALDI DE ALMEIDASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda

- ↳ Nada Consta
- ↳ BOLETO BANCÁRIO
- ↳ Parcelamentos
- ↳ Sair do Sistema

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO 91 FM LTDA

CNPJ: 13.065.495/0001-89

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:21:34 do dia 20/01/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 19/02/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

--

Imprimir

Voltar

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 1874, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no art. 156 e incisos, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigo 163 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 67, de 12 de novembro de 1998, que aprova o Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, e no Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO a atribuição de competências estabelecida na Portaria nº 448, de 4 de junho de 2013, do Conselho Diretor da Anatel;

CONSIDERANDO o constante dos autos Processo nº 53500.010032/2018-86,

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO 91 FM LTDA, CNPJ 13.065.495/0001-89, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Salvador, do estado da Bahia, mediante a utilização da radiofrequência de 91.3 MHz, correspondente ao canal 217, até a data de 03/11/2023, sendo o uso da radiofrequência não exclusivo, em caráter precário e primário.

Art. 2º Fixar em R\$ 349,06 (trezentos e quarenta e nove reais e seis centavos), o preço público pelo direito de uso da radiofrequência autorizada no art. 1º, ficando condicionada a entrada em vigor da presente Autorização de Uso de Radiofrequência à efetivação do recolhimento do referido valor.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação deste Ato no DOU, para que a entidade apresente laudo de vistoria da estação, elaborado por profissional habilitado, para fins de licenciamento.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação**, em 17/04/2018, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2527856** e o código CRC **99EEAA2C**.



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO 91 FM LTDA				CNPJ 13065495000189	
Nº DA ESTAÇÃO 322640628	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 13° 00' 14.0" S	LONGITUDE 38° 30' 41.0" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS, nº 123.				DISTRITO *****	
BAIRRO FEDERACAO				MUNICÍPIO Salvador	UF BA

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO:	Salvador	UF:	BA
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	91.3 MHz	CANAL:	217
CLASSE:	A1	COTA BASE DA TORRE:	50.9
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYC315		
NOME FANTASIA:	RADIO 91	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Salvador		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RUA PROFESSOR ARISTIDES NOVIS	BAIRRO:	FEDERACAO
MUNICÍPIO:	Salvador	UF:	BA
NUMERO:	123	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	MTA Eletrônica Industrial Ltd	MODELO:	FM25000S
CÓDIGO:	008330700518	POTÊNCIA:	25.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	MTA Eletrônica Industrial Ltd	MODELO:	FM10000
CÓDIGO:	005960300518	POTÊNCIA:	10.000 kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	IF TELECOM ANTENAS LTDA	MODELO:	IFFMCAP-02-91,3-30-AI
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	.41
DESCRIÇÃO:	Antena FM Circular Alta Potên	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	350 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	160 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	TRANS - TEL / CONTI & CIA LTD	MODELO:	TTFM3A-4
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	3.23
DESCRIÇÃO:	--	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	330 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	96 m	BEAM TILT:	***** graus

RDS

Código PI:

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 11/11/2019 18:27:41

APLICAÇÃO

Emitido Em
06/03/2019

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDE5NWVM3ZjcZGU4MzVhMg==>



05/01/2022

005390455

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO ESTADUAL
CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 005390455**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 05/01/2022, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

RÁDIO 91 FM LTDA., portador do CNPJ: 13.065.495/0001-89, estabelecida na Rua Professor Aristides Novis, 123, Federação, Salvador - BA. *****

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quarta-feira, 5 de janeiro de 2022.

PEDIDO Nº:**005390455**



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão N°: **20215305466**

RAZÃO SOCIAL RADIO 91 FM LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 120.991.936	CNPJ 13.065.495/0001-89

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 23/12/2021, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS PODE SER COMPROVADA NAS INSPETÓRIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.065.495/0001-89 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 16/06/1982	
NOME EMPRESARIAL RADIO 91 FM LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.18-4-99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 59.11-1-01 - Estúdios cinematográficos 59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.13-8-00 - Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 73.11-4-00 - Agências de publicidade 73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-02 - Produção musical 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R PROFESSOR ARISTIDES NOVIS		NÚMERO 123	COMPLEMENTO ANEXO: I; : 1 ANDAR;
CEP 40.210-630	BAIRRO/DISTRITO FEDERACAO	MUNICÍPIO SALVADOR	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ALAN.MERELLES@REDEBAHIA.COM.BR		TELEFONE (71) 3203-1146/ (71) 3203-1401	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/01/2022** às **16:45:01** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)
[VOLTAR](#)
[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO 91 FM LTDA
CNPJ: 13.065.495/0001-89

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:07:18 do dia 05/01/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/07/2022.

Código de controle da certidão: **C271.E8E4.7450.84A6**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA



CERTIDÃO ESPECÍFICA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO 91 FM LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE 29200448514		CNPJ 13.065.495/0001-89	
OBSERVAÇÕES			
INFORMAMOS QUE A SOCIEDADE RADIO 91 FM LTDA, POSSUI ENDEREÇO NA R PROFESSOR ARISTIDES NOVIS, ANEXO: I; : 1 ANDAR, 123 FEDERAÇÃO - CEP 40210630, SALVADOR-BAHIA.			
Ato	Número	Data	Descrição
B02	29200448514	14/06/1982	REGISTRO/CONSTITUICAO
B05	114947	02/10/1984	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
310	027002	18/07/1985	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
B05	130739	10/04/1986	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	940612585	27/10/1994	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	940713101	18/11/1994	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	950340278	29/05/1995	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
B05	96265688	28/08/2000	ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)
002	96605292	29/03/2005	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	96605292	29/03/2005	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	97344795	18/12/2013	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	97350910	20/01/2014	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
002	97435732	20/12/2014	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	97441384	27/01/2015	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	97523886	16/12/2015	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
002	97610216	10/11/2016	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
310	97620346	17/12/2016	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	97720886	15/12/2017	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
021	97813640	04/12/2018	ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS
002	97819010	20/12/2018	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	97819010	20/12/2018	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
310	97820452	28/12/2018	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
310	97935806	02/01/2020	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
002	97938389	13/01/2020	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
002	97938389	13/01/2020	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
310	98146717	04/01/2022	OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO

SALVADOR - BA, 14 de Janeiro de 2022

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO



RÁDIO 91 FM LTDA.
NIRE 29.200.448.514
CNPJ Nº 13.065.495/0001-89

ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL COM CONSOLIDAÇÃO

PAN BAHIA PARTICIPAÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, composta exclusivamente por brasileiros natos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.418.618/0001-43, com sede na Rua Regina Nogueira, n.º 120, sala 21, Jardim São Paulo, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.045-290, neste ato representada por seus Diretores **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 11.583.958 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o n.º 212.996.408-77; e **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 13.278.437-3 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o n.º 059.238.728-38, ambos com endereço na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Regina Nogueira, 120, Jardim São Gabriel, CEP 13045-290; **MARIA DO ROSÁRIO VIANNA DE MAGALHÃES**, brasileira, natural de Salvador/BA, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, psicóloga, portadora da Carteira de Identidade SSP/BA n.º 01024904-49, inscrita no CPF/MF sob o n.º 293.465.765-53, residente e domiciliado na Avenida Sete de Setembro, n.º 2354, apto. 3401, Vitória, Salvador/BA, CEP 40080-002; **PAULA MARON MAGALHÃES GUSMÃO**, brasileira, natural de Salvador/BA, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora de Cédula de Identidade RG n.º 05.670.358-91 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 947.694.355-68, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Av. Lafayette Coutinho, n.º 426, apt.º 404, Comércio, CEP 40.015-160, e, **CAROLINA PIMENTEL DE MAGALHÃES**, brasileira, natural de Salvador/BA, separada judicialmente, empresária, portadora de Cédula de Identidade RG n.º 05.521.366-97 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 790.369.295-04, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Armando Petrella, n.º 431, ap. 240, Torre 08, Jardim Panorama, CEP 05.679-010,

Únicos sócios representando a totalidade do capital social da **RÁDIO 91 FM LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Aristides Novis, n.º 123, Anexo I, 1.º andar, Bairro Federação, CEP 40.210-630, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.065.495/0001-89, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o n.º 29.200.448.514, na data de 14 de Junho de 1982 (a “Sociedade”), resolvem, por unanimidade, alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, na forma do Artigo 1.072, §3º da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, de acordo com os seguintes termos e condições:



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 24

1. A sócia **CAROLINA PIMENTEL DE MAGALHÃES**, acima qualificada, com expressa anuência dos demais sócios, retira-se da Sociedade mediante cessão e transferência da totalidade das suas 1.666 (hum mil, seiscentas e sessenta e seis) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, com tudo o que as mesmas representam, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, para a **CARAT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia, da Rua João Hipólito de Azevedo, nº 18, Edifício Ranulfo Teles, Centro, CEP: 44.245-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.429.950/0001-60, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) sob o NIRE 29204546871, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo seu sócio administrador Ivan Pedro Barreto Santos, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 03.301.540-60 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 490.187.285-00, residente e domiciliado na cidade de Salvador, estado da Bahia, onde possui endereço na Rua Plínio Moscoso, nº 294, Edifício Vivenda da Colina, apartamento 101, Jardim Apipema, CEP 40.155-810.

1.1. Os demais sócios expressamente concordam com a transferência de quotas deliberada no item 1 acima e renunciam ao seu direito de preferência na aquisição das referidas quotas.

2. Em razão do disposto no item acima, o Artigo 4.º do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 4.º. O capital social é de R\$10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas iguais, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quotas	R\$	%
PAN BAHIA PARTICIPAÇÕES S.A.	3.334	3.334,00	33,34
MARIA DO ROSÁRIO VIANNA DE MAGALHÃES	3.333	3.333,00	33,33
PAULA MARON MAGALHÃES GUSMÃO	1.667	1.667,00	16,67
CARAT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.	1.666	1.666,00	16,66
Total	10.000	10.000,00	100

“



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 25

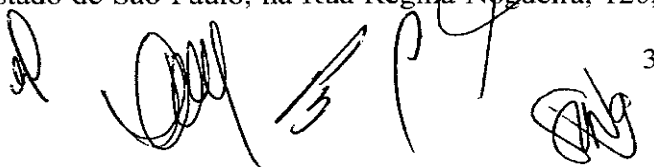
3. Os sócios resolvem excluir do objeto social da Sociedade a atividade “k) A participação em empreendimentos, empresas ou negócios, como acionista ou sócia”. Sendo assim, o Artigo 3.º do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

”Artigo 3º. Os sócios resolvem alterar o objeto social da Sociedade, que passa a ser o seguinte: (a) A execução de serviços de radiodifusão (televisão ou rádio), outorgados ou que lhe sejam transferidos pelo Governo Federal, observando sempre as finalidades educacional, cultural, informativa e recreativa; (b) A produção, a comercialização, a administração e a veiculação, inclusive via internet ou meio de transmissão, de obras audiovisuais, textos, fotos ou demais conteúdos de qualquer natureza, inclusive produzidos por terceiros; (c) A produção e a realização de espetáculos artísticos de qualquer natureza; (d) Explorar a publicidade e a propaganda comercial ou institucional, inclusive via internet; (e) A cessão, a aquisição, o licenciamento e o sublicenciamento de marcas, direitos autorais, softwares, produtos, serviços ou demais criações, seja de que natureza for, de titularidade da sociedade ou de terceiros; (f) Representar comercialmente outras emissoras ou entidades congêneres; (g) A transmissão e a operação de portal na internet e de todos os produtos e serviços inerentes a esse meio eletrônico; (h) A prestação de serviços interativos na internet ou em redes de transmissão de dados existentes ou que venham a ser criadas; (i) Intermediação no comércio de produtos e serviços por meio eletrônico; e, (j) A produção, o comércio, a importação e a exportação de gravações de áudio e vídeo com discos fonográficos, fitas magnéticas ou demais meios eletrônicos.”

4. Por fim, resolvem os sócios consolidar o Contrato Social da Sociedade o qual já alterado conforme deliberações tomadas acima, passa a vigorar com a seguinte e nova redação:

**“CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA
RÁDIO 91 FM LTDA.**

PAN BAHIA PARTICIPAÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, composta exclusivamente por brasileiros natos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.418.618/0001-43, com sede na Rua Regina Nogueira, n.º 120, sala 21, Jardim São Paulo, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13.045-290, neste ato representada por seus Diretores **STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 11.583.958 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o n.º 212.996.408-77; e **PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO**, brasileiro, casado, jornalista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 13.278.437-3 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o n.º 059.238.728-38, ambos com endereço na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Regina Nogueira, 120,

 3



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Jardim São Gabriel, CEP 13045-290; **MARIA DO ROSÁRIO VIANNA DE MAGALHÃES**, brasileira, natural de Salvador/BA, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, psicóloga, portadora da Carteira de Identidade SSP/BA n.º 01024904-49, inscrita no CPF/MF sob o n.º 293.465.765-53, residente e domiciliado na Avenida Sete de Setembro, n.º 2354, apto. 3401, Vitória, Salvador/BA, CEP 40080-002; **PAULA MARON MAGALHÃES GUSMÃO**, brasileira, natural de Salvador/BA, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, administradora de empresas, portadora de Cédula de Identidade RG n.º 05.670.358-91 SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 947.694.355-68, residente e domiciliada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço na Av. Lafayette Coutinho, n.º 426, apt.º 404, Comércio, CEP 40.015-160, e, **CARAT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Conceição do Jacuípe, Estado da Bahia, da Rua João Hipólito de Azevedo, n.º 18, Edifício Ranulfo Teles, Centro, CEP: 44.245-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 31.429.950/0001-60, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) sob o NIRE 29204546871, neste ato representada, na forma de seu Contrato Social, pelo seu sócio administrador Ivan Pedro Barreto Santos, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG n.º 03.301.540-60 SSP-BA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 490.187.285-00, residente e domiciliado na cidade de Salvador, estado da Bahia, onde possui endereço na Rua Plínio Moscoso, n.º 294, Edifício Vivenda da Colina, apartamento 101, Jardim Apipema, CEP 40.155-810,

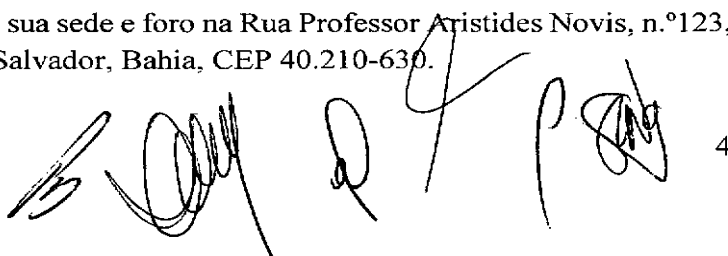
Únicos sócios representando a totalidade do capital social da **RÁDIO 91 FM LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Professor Aristides Novis, n.º 123, Anexo I, 1.º andar, Bairro Federação, CEP 40.210-630, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.065.495/0001-89, com o Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado da Bahia sob o n.º 29.200.448.514, na data de 14 de Junho de 1982 (a “Sociedade”), consolidam o contrato social da Sociedade, que passa a vigorar com as seguintes cláusulas:

Nome e Duração

Artigo 1º. RÁDIO 91 FM LTDA. (“Sociedade”) é uma sociedade empresária limitada, detida por brasileiros natos, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Contrato Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial o Código Civil e, supletivamente, a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores (“Lei 6.404/76”).

Sede Social e Filiais

Artigo 2º. A Sociedade tem sua sede e foro na Rua Professor Aristides Novis, n.º 123, Anexo I, 1.º andar, Federação, Salvador, Bahia, CEP 40.210-630.



4



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 27

Parágrafo 1º. Os sócios podem abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Reunião de Sócios.

Objeto Social

Artigo 3º. Os sócios resolvem alterar o objeto social da Sociedade, que passa a ser o seguinte: (a) A execução de serviços de radiodifusão (televisão ou rádio), outorgados ou que lhe sejam transferidos pelo Governo Federal, observando sempre as finalidades educacional, cultural, informativa e recreativa; (b) A produção, a comercialização, a administração e a veiculação, inclusive via internet ou meio de transmissão, de obras audiovisuais, textos, fotos ou demais conteúdos de qualquer natureza, inclusive produzidos por terceiros; (c) A produção e a realização de espetáculos artísticos de qualquer natureza; (d) Explorar a publicidade e a propaganda comercial ou institucional, inclusive via internet; (e) A cessão, a aquisição, o licenciamento e o sublicenciamento de marcas, direitos autorais, softwares, produtos, serviços ou demais criações, seja de que natureza for, de titularidade da sociedade ou de terceiros; (f) Representar comercialmente outras emissoras ou entidades congêneres; (g) A transmissão e a operação de portal na internet e de todos os produtos e serviços inerentes a esse meio eletrônico; (h) A prestação de serviços interativos na internet ou em redes de transmissão de dados existentes ou que venham a ser criadas; (i) Intermediação no comércio de produtos e serviços por meio eletrônico; e, (j) A produção, o comércio, a importação e a exportação de gravações de áudio e vídeo com discos fonográficos, fitas magnéticas ou demais meios eletrônicos.

Capital Social e Quotas

Artigo 4º. O capital social é de R\$10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas iguais, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quotas	R\$	%
PAN BAHIA PARTICIPAÇÕES S.A.	3.334	3.334,00	33,34
MARIA DO ROSÁRIO VIANNA DE MAGALHÃES	3.333	3.333,00	33,33
PAULA MARON MAGALHÃES GUSMÃO	1.667	1.667,00	16,67
CARAT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.	1.666	1.666,00	16,66
Total	10.000	10.000,00	100%

Artigo 5º. As quotas da Sociedade são indivisíveis em relação à Sociedade.

5



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 28

Artigo 6º. Nos termos do artigo 1.058 do Código Civil a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Deliberação de Sócios

Artigo 7º. As Reuniões de Sócios realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei.

Artigo 8º. As Reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Contrato Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Sócios.

Artigo 9º. As Reuniões de Sócios, ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas por qualquer Sócio, devendo, para tanto, observadas todas as formalidades previstas em lei, ser encaminhada comunicação por escrito aos demais Sócios, no prazo mínimo de 08 (oito) dias de antecedência, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados, independentemente de solicitação adicional de qualquer Sócio.

Parágrafo 1º. As Reuniões de Sócios serão presididas por um Sócio indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá indicar o Secretário.

Parágrafo 2º. Serão dispensadas as formalidades de convocação previstas neste Artigo 9º caso compareçam à Reunião os Sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade.

Artigo 10. Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, em eventual Acordo de Sócios arquivado na sede da Sociedade e no presente Contrato Social, as deliberações da Reunião serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco. As matérias elencadas abaixo dependerão de aprovação de Sócios representando, no mínimo:

(a) 80% (oitenta por cento) do capital social:

(i) qualquer alteração do presente Contrato Social, que afete os direitos políticos e/ou econômicos dos Sócios da Sociedade previstos neste Contrato Social e/ou em eventual Acordo de Sócios arquivado na sede da Sociedade, inclusive extinção de órgãos estatutários;

6



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 29

(ii) alteração do objeto social que implique mudança do ramo de atividade da Sociedade;

(iii) qualquer aumento do capital da Sociedade;

(iv) qualquer redução do capital social da Sociedade;

(v) a cisão, fusão, incorporação da Sociedade por outra sociedade ou de outra sociedade pela Sociedade, transformação ou outras formas de reorganização societária;

(vi) liquidação ou dissolução da Sociedade, bem como a autorização aos administradores da Sociedade para confessar falência, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial;

(vii) a participação da Sociedade em licitações ou concorrências públicas específicas para concessões, permissões ou autorizações de serviço de radiodifusão, bem como a aquisição, alienação, direta ou indireta, solicitação e/ou oneração de concessões, permissões ou autorizações governamentais relacionadas a referido serviço pela Sociedade ou qualquer de suas controladas;

(viii) a deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante superior a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício;

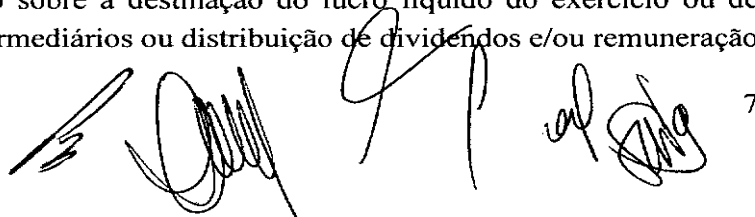
(ix) outorga, seja pela Sociedade ou qualquer de suas controladas, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros;

(x) a aquisição ou alienação, pela Sociedade, de participações societárias; e

(xi) autorização aos administradores da Sociedade ou de suas controladas para exercerem o direito de voto da Sociedade ou de suas controladas em qualquer sociedade na qual a Sociedade ou suas controladas detenham participação societária com relação às matérias previstas na letra (a) do Artigo 10.

(b) 51% (cinquenta e um por cento) do capital social:

(i) a deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários ou distribuição de dividendos e/ou remuneração



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

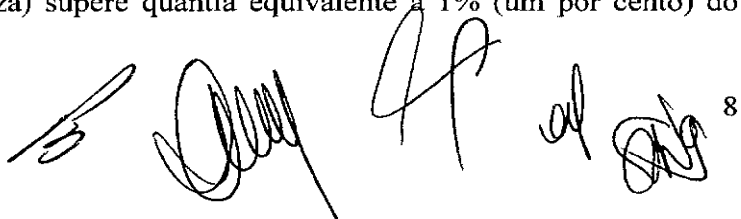
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 30

sobre o capital próprio, observado o disposto no subitem (viii) da letra (a) deste Artigo 10 acima;

- (ii) a aprovação dos balanços e demonstrações financeiras da Sociedade;
- (iii) autorização aos administradores da Sociedade ou de suas controladas para exercerem o direito de voto da Sociedade ou de suas controladas em qualquer sociedade na qual a Sociedade ou suas controladas detenham participação societária com relação às matérias previstas na letra (b) do Artigo 10;
- (iv) fixação da remuneração global dos Diretores da Sociedade e a distribuição entre os seus membros;
- (v) aprovação para contratação, seja pela Sociedade ou por qualquer de suas Controladas, como devedora, de empréstimos ou outras obrigações de qualquer natureza, desde que em valor superior (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (vi) aprovação do plano anual de negócios com orçamento operacional e de investimentos da Sociedade e das sociedades controladas pela Sociedade, e qualquer de suas alterações, bem como aprovação de quaisquer novos investimentos em projetos de qualquer natureza que não aqueles previstos nos aludidos planos e orçamento;
- (vii) aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Sociedade e/ou qualquer de suas sociedades controladas ou coligadas, com: (vii.a) qualquer Sócio ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou que esteja sob controle comum de qualquer Sócio; ou (vii.b) qualquer dos Diretores da Sociedade ou de qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou que esteja sob controle comum de qualquer Diretor da Sociedade;
- (viii) aprovação para alienação, oneração ou aquisição de direitos ou bens móveis (exceto participações societárias, conforme subitem (x) da letra (a) deste Artigo 10) ou imóveis pela Sociedade ou por suas controladas, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) supere quantia equivalente a 1% (um por cento) do



8



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 31

faturamento anual da Sociedade ou respectiva sociedade controlada, conforme o caso, no exercício social imediatamente anterior;

- (ix) aprovação da política salarial e plano de carreira da Sociedade;
- (x) contratação, pela Sociedade e/ou de suas sociedades controladas, de empresa de auditoria independente, que deverá ser escolhida entre aquelas de notória reputação;
- (xi) proposta ou destino do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários; e
- (xii) aprovação para contratação, alteração, renovação ou rescisão pela Sociedade ou por qualquer de suas Controladas de contratos de programação/convenção comercial para transmissão de programação audiovisual, radiofônica e/ou mídia digital.

Administração da Sociedade

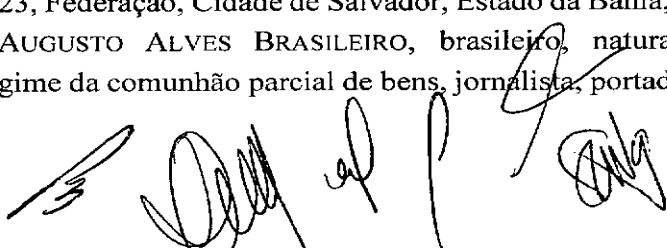
Artigo 11. A Sociedade será administrada por uma Diretoria, na forma da lei, deste Contrato Social e observado o disposto em eventual Acordo de Sócios arquivado na sede da Sociedade.

Artigo 12. A Reunião fixará, anualmente, o montante global da remuneração dos Diretores da Sociedade, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, bem como deliberará sobre a forma de distribuição do valor fixado entre Diretores da Sociedade.

Diretoria da Sociedade

Artigo 13. A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 01 e no máximo, 03 (três) Diretores sem designação específica, residentes no país, eleitos de acordo com o previsto em eventual Acordo de Sócios.

Parágrafo 1º. A administração da Sociedade será exercida pelos Srs.(i) MAURÍCIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO, brasileiro, natural de Salvador/BA, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade SSP/BA n.º3.114.712-77, inscrito no CPF/MF sob o n.º 295.633.645-20, com endereço profissional na Rua Professor Aristides Novis, n.º 123, Federação, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.210-630; e, (ii) PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO, brasileiro, natural de Altinópolis/SP, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, jornalista, portador da



9



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 32

Cédula de Identidade SSP/SP nº 13.278.437-3, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.238.728-38, domiciliado na Rua Regina Nogueira, n.º 120, Jardim São Gabriel, Campinas, SP, CEP 13045-290.

Parágrafo 2º. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada em Reunião de Sócios da Sociedade, a ser convocada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da vacância, observado o disposto em eventual Acordo de Sócios.

Artigo 14. Compete à Diretoria a representação da Sociedade, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou no presente Contrato Social.

Artigo 15. Observadas as disposições contidas neste Contrato Social, a representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete a todos os Diretores, sempre em conjunto de dois; ou a qualquer um dos Diretores em conjunto com um ou mais procuradores; ou, ainda, a dois procuradores nomeados por dois Diretores conforme instrumento de mandato, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, dispondo dos poderes necessários para (a) a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais; (b) a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais, inclusive a compra, a venda, a troca ou a alienação, por qualquer forma, de bens móveis e imóveis da Sociedade, com poderes para determinar os respectivos termos, preços e condições; e (c) a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros. A Sociedade poderá ser representada por apenas um dos Diretores perante as entidades certificadoras, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Parágrafo 1º. As procurações outorgadas em nome da Sociedade o serão sempre por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano.

Parágrafo 2º. Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Sociedade, com exceção das procurações para fins judiciais, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 3º. As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por um único Diretor ou pelo procurador por ele nomeado, não precisando conter período de

10



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 33

validade determinado.

Artigo 16. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Reunião de Sócios.

Parágrafo Único: É vedada a outorga pela Sociedade, ou por qualquer de suas controladas, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de sócios e/ou Diretores.

Artigo 17. As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer dos Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos presentes.

Exercício Social e Lucros

Artigo 18. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados.

Parágrafo 1º. A Sociedade poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido.

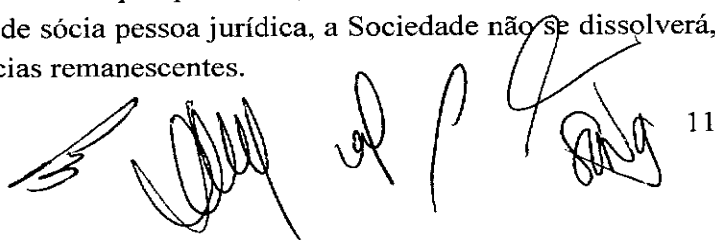
Parágrafo 2º. Observadas as disposições legais pertinentes, a Sociedade poderá pagar a seus Sócios, por deliberação da Reunião, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Liquidação

Artigo 19. A Sociedade será liquidada nos casos previstos em lei, sendo os sócios competentes para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante.

Continuidade da Sociedade

Artigo 20. No caso de exclusão de qualquer sócia, ou falecimento de sócia pessoa física, ou liquidação ou falência de sócia pessoa jurídica, a Sociedade não se dissolverá, salvo se assim decidido pelas sócias remanescentes.



11



Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Petição (9288039)

SEI 53115.001976/2022-92 / pg. 34

Parágrafo 1º. Em caso de falecimento de qualquer sócio pessoa física, a sociedade continuará com os herdeiros necessários do sócio falecido

Parágrafo 2º. Até que se ultime no processo de inventário do sócio falecido a partilha dos bens deixados, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva do Espólio do falecido, perante a sociedade, sem direito de co-gestão.

Disposições Finais

Artigo 21. A Sociedade deverá observar os acordos de Sócios arquivados em sua sede, devendo o Presidente da Reunião abster-se de computar votos contrários aos seus termos.

Artigo 22. Os sócios poderão ceder suas quotas, total ou parcialmente, a terceiros ou a quem seja sócio, observado o disposto em eventual Acordo de Sócios celebrado e arquivado na sede da Sociedade.

Artigo 23. A Sociedade será regida pelos arts. 1.052 a 1.087 do Código Civil; supletivamente pelas normas da Lei das S.A., nos termos do Parágrafo Único do art. 1.053 do Código Civil; e, ainda, pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 24. Os Diretores/Administradores, ora nomeados, declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, e nem condenados ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade mercantil em virtude de condenação criminal.

E por estarem justas e contratadas, as partes lavram este instrumento, em três vias de igual teor e forma, que são assinadas pelos sócios, ficando autorizados os registros próprios.

Salvador, 27 de agosto de 2019.

PAN BAHIA PARTICIPAÇÕES S.A.

por: Stella Simonsen P. de A. C. Nogueira
cargo: Diretora

por: Paulo Augusto Alves Brasileiro
cargo: Diretor

Continuação da página de assinaturas do Instrumento de Alteração com Consolidação do Contrato Social da Rádio 91 FM Ltda. datado de 27 de agosto de 2019.

CARAT PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.

07/12 →
por: Ivan Pedro Barreto Santos
Administrador

07/12 →
PAULA MARON MAGALHÃES GUSMÃO

07/12 →
MARIA DO ROSÁRIO VIANNA DE MAGALHÃES

07/12 →
CAROLINA PIMENTEL DE MAGALHÃES

Testemunhas:

1. Carolina Bezerra da Silva
Nome: CAROLINA BEZERRA DA SILVA
RG: 13307602-33 SSP/BA
CPF: 033.257.035-50

2. Marianna Cunha Cataldi de Araújo
Nome: MARIANNA CUNHA CATALDI DE ARAUJO
RG: 1153213110 SSP/BA
CPF: 013.078.525-70

13º Tabelionato de Notas de Salvador
Belª Cristina Maria Rocha de Almeida - Tabela
Av. Leovigildo Figueiras, 112 - Garcia - CEP 40100-000 - Salvador - BA
Telefone: (71) 3036-7500

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[LEbqnt21]-IVAN PEDRO BARRETO SANTOS
[LEbqnt11]-PAULA MARON MAGALHÃES GUSMÃO
Salvador - BA, 06 de Dezembro de 2019
Em Teste ca vercade
LUCIANO DE FARIAS LEME PRIMO - ESCRIVENTE
AUTORIZADO
Selo: 1599.AC243026-6 e 1599.AC243026-4, Valor: R\$10,00
Consulte o selo em: www.tjba.jus.br/autenticidade

13º Tabelionato de Notas de Salvador
Belª Cristina Maria Rocha de Almeida - Tabela
Av. Leovigildo Figueiras, 112 - Garcia - CEP 40100-000 - Salvador - BA
Telefone: (71) 3036-7500

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[LEbqnt21]-IVAN PEDRO BARRETO SANTOS
[LEbqnt11]-PAULA MARON MAGALHÃES GUSMÃO
Salvador - BA, 06 de Dezembro de 2019
Em Teste ca vercade
LUCIANO DE FARIAS LEME PRIMO - ESCRIVENTE
AUTORIZADO
Selo: 1599.AC243026-6 e 1599.AC243026-4, Valor: R\$10,00
Consulte o selo em: www.tjba.jus.br/autenticidade

13º Tabelionato de Notas de Salvador
Belª Cristina Maria Rocha de Almeida - Tabela
Av. Leovigildo Figueiras, 112 - Garcia - CEP 40100-000 - Salvador - BA
Telefone: (71) 3036-7500

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[LEbqnt21]-IVAN PEDRO BARRETO SANTOS
[LEbqnt11]-PAULA MARON MAGALHÃES GUSMÃO
Salvador - BA, 06 de Dezembro de 2019
Em Teste ca vercade
LUCIANO DE FARIAS LEME PRIMO - ESCRIVENTE
AUTORIZADO
Selo: 1599.AC243026-6 e 1599.AC243026-4, Valor: R\$10,00
Consulte o selo em: www.tjba.jus.br/autenticidade

13º Tabelionato de Notas de Salvador
Belª Cristina Maria Rocha de Almeida - Tabela
Av. Leovigildo Figueiras, 112 - Garcia - CEP 40100-000 - Salvador - BA
Telefone: (71) 3036-7500

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[LEbqnt21]-IVAN PEDRO BARRETO SANTOS
[LEbqnt11]-PAULA MARON MAGALHÃES GUSMÃO
Salvador - BA, 06 de Dezembro de 2019
Em Teste ca vercade
LUCIANO DE FARIAS LEME PRIMO - ESCRIVENTE
AUTORIZADO
Selo: 1599.AC243026-6 e 1599.AC243026-4, Valor: R\$10,00
Consulte o selo em: www.tjba.jus.br/autenticidade



205010245

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

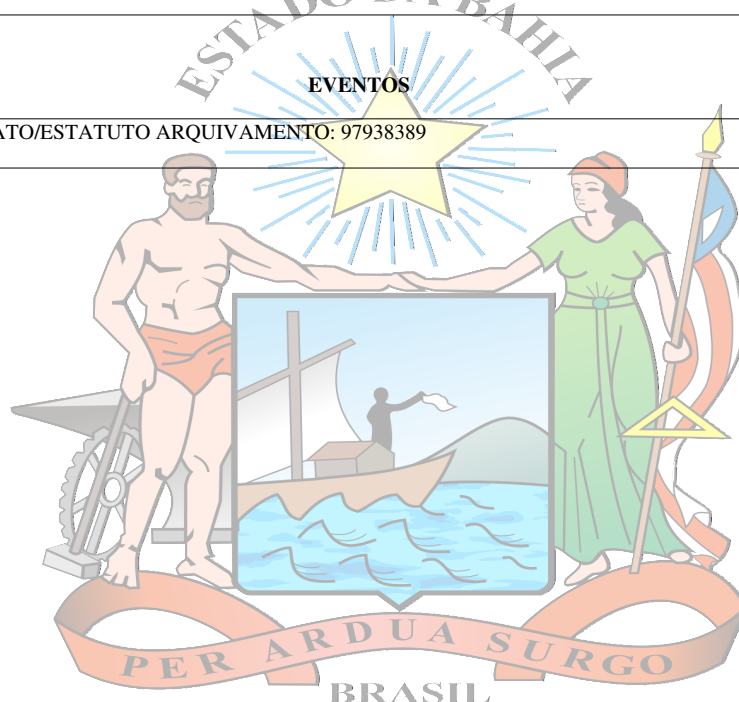
NOME DA EMPRESA	RADIO 91 FM LTDA
PROTOCOLO	205010245 - 09/01/2020
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29200448514
CNPJ 13.065.495/0001-89
CERTIFICO O REGISTRO EM 13/01/2020
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 97938389 DE 13/01/2020 DATA AUTENTICAÇÃO 13/01/2020

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 97938389



Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

13/01/2020

Certifico o Registro sob o nº 97938389 em 13/01/2020

Protocolo 205010245 de 09/01/2020

Nome da empresa RADIO 91 FM LTDA NIRE 29200448514

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 108847084012820

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/01/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO 91 FM LTDA
CNPJ: 13.065.495/0001-89

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:20:20 do dia 25/10/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/04/2022.

Código de controle da certidão: **31FE.7351.B6A8.07A8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO 91 FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 13.065.495/0001-89

Certidão nº: 278714/2022

Expedição: 05/01/2022, às 17:17:36

Validade: 03/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO 91 FM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.065.495/0001-89**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53000.044858/2013-75

INTERESSADA: RÁDIO 91 FM LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCTIC e do Parecer nº 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Rádio 91 FM Ltda (CNPJ nº 13.065.495/0001-89), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Salvador/BA, referente ao período de 3 de novembro de 2013 a 3 de novembro de 2023 (SUPER 3696758 e 3757308).
2. Na sequência, foi publicada a Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, no Diário Oficial da União do dia 5 de novembro de 2019, renovando a supramencionada outorga por novo período de 10 (dez) anos (SUPER 4813476). O processo foi, então, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, em razão da mudança de titularidade desta Pasta Ministerial, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para ratificação da(s) minuta(s) proposta(s) na referida Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCTIC (SUPER 3696758).
3. Nesse sentido, foi editada nova minuta de Exposição de Motivos, colacionada aos autos sob o SUPER 11027354, a ser remetida à deliberação das autoridades competentes pela renovação da supramencionada outorga.
4. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 25/07/2023, às 12:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 25/07/2023, às 12:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/07/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 25/07/2023, às 19:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11027353** e o código CRC **087EDF07**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Exposição de Motivos (11027354)

Referência: Processo nº 53000.044858/2013-75

Documento nº 11027353

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, publicada em 5 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda. (CNPJ nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria nº 199, datada em 27 de outubro de 1983, publicada em 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 25/07/2023, às 12:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 25/07/2023, às 12:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 25/07/2023, às 15:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 25/07/2023, às 19:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11027354** e o código CRC **CADA2318**.



EM Nº 140/2023/MCOM

Brasília, 26 de julho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27.743/2018/SEIMCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, publicada em 5 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à RÁDIO 91 FM LTDA. (CNPJ nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria nº 199, datada em 27 de outubro de 1983, publicada em 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11031146** e o código CRC **413E7331**.

Ofício Interno nº 39224/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Exposição de Motivos (11031146)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCTIC (3696758) e Parecer Jurídico nº 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (3757308), encaminho a Exposição de Motivos (11031146), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 24/08/2023, às 18:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11031153** e o código CRC **92DBC224**.

Ofício Interno nº 40791/2023/MCOM

Brasília, 30 de agosto de 2023.

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11031146)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 4852/2019/SEI-MCTIC (4813476), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11031146), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 30/08/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11087912** e o código CRC **DD7E7D22**.

Brasília, 13 de setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00018/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, publicada em 5 de novembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à RÁDIO 91 FM LTDA. (CNPJ nº 13.065.495/0001-89), nos termos da Portaria nº 199, datada em 27 de outubro de 1983, publicada em 3 de novembro de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Salvador, estado da Bahia.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 27182/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.044858/2013-75.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 14/09/2023, às 12:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11111820** e o código CRC **0AD63102**.

Usuário Externo (signatário):	Helenucia Bezerra de Araujo
Data e Horário:	26/09/2023 11:35:32
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	53000.044858/2013-75

Interessados:

RÁDIO ITAPARICA FM LTDA.

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Processo anexado 53115.001976/2022-92	4601182
- Despacho Coordenação de Renovação de Outorga de R	4601183
- Minuta DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	4601184
- Exposição de Motivos Nº 140/2023/MCOM	4601185
- OFICIO Interno nº 39224/2023/MCOM	4601186
- OFICIO Interno nº 40791/2023/MCOM	4601187
- Exposição de Motivos nº 00575/2023 MCOM	4601188
- OFICIO Nº 27182/2023/MCOM	4601189

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.044858/2013-75

Nota SAJ - Radiodifusão nº 147 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO 91 FM LTDA.
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53000.044858/2013-75

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53000.044858/2013-75, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)**^[1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO 91 FM LTDA**, CNPJ nº 13.065.495/0001-89, na localidade de **Salvador/BA**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo, de acordo com o Parecer de Mérito (1615295). Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 4.852, de 18 de**

setembro de 2019, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM ^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.044858/2013-75, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Adjunta de Infraestrutura

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCELO WEICK POGLIESE

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituto

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 26/04/2024, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 26/04/2024, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 26/04/2024, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Weick Pogliese, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 29/04/2024, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5697367** e o código CRC **D75556AB** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental

Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica

Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 157/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53000.044858/2013-75.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00575/2023 MCOM, de 13 de setembro de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Salvador (BA).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00575/2023 MCOM (4601188), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.044858/2013-75, acompanhado da [Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de novembro de 2013, no município de Salvador, estado da Bahia, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO 91 FM LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 13.065.495/0001-89, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].

2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.

3. O Ministério das Comunicações (MCOM), por meio da Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCOM, de 26 de dezembro de 2018 (1615295), da então Secretaria de Radiodifusão (SERAD)^[3], ratificada pelo Despacho da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), de 25 de julho de 2023 (4601183), posicionou-se pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora na localidade de Salvador (BA), nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.

4. Por sua vez, o Parecer Jurídico nº 00632/2019/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 2 de setembro de 2018 (1605243, p.1152), posicionou-se pela viabilidade jurídica do pedido de renovação, destacando que *"todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica, nessa ocasião, atendido o disposto no item 28 deste Parecer, qualquer outro óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão"* (atual SECOE/MCOM). Em relação ao item 28 do parecer jurídico, tem-se o seguinte:

28. (.....) Vale assinalar que a maioria das certidões remontam à data de protocolização do pedido, o que não constitui irregularidade, uma vez que o ato foi praticado, ao seu tempo, em conformidade com o exigido. A questão, em regra, não gera riscos ao poder público, pois, como será consignado mais adiante, deverá ser reapresentada a documentação probatória atualizada da entidade por ocasião da assinatura do aditivo contratual, para que sejam absorvidos os efeitos naturais que decorrem do lapso temporal que envolve a edição de um ato administrativo complexo, como o presente. **Contudo, no presente caso, verificamos que a certidão relativa aos tributos federais e Dívida Ativa da União e a certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho ostentam a condição de positiva com efeito de negativa, nos termos da legislação. Por esse motivo, por cautela, sugerimos que, antes de se proceder à remessa dos autos ao Gabinete do Senhor Ministro, sejam extraídas novas certidões, a fim de aferir a regularidade quanto ao pagamento destas verbas.**

5. Sobre tal ponto, a Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCOM (1615295) menciona que: *"Já no tocante à regularidade fiscal, as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, atestam a regularidade da Pessoa Jurídica em questão perante o fisco em cada uma daquelas esferas"*. Portanto, segundo o MCOM, o item 28 do parecer jurídico foi atendido.

6. O quadro societário e diretoria da empresa [RÁDIO 91 FM LTDA](#) se encontra registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4].

7. A consulta ao [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) constante da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	13.065.495/0001-89
NOME EMPRESARIAL:	RADIO 91 FM LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	PAULA MARON MAGALHAES GUSMAO
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	PAN BAHIA PARTICIPACOES S.A.		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome do Repres. Legal:	STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA COUTINHO NOGUEIRA	Qualif. Rep. Legal:	05-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	PAULO AUGUSTO ALVES BRASILEIRO
Qualificação:	05-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CAROLINA PIMENTEL DE MAGALHAES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	MARIA DO ROSARIO VIANNA DE MAGALHAES
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	MAURICIO ROLLEMBERG DA FONSECA FILHO
Qualificação:	05-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/04/2024 às 13:44 (data e hora de Brasília).

8. Os registros administrativos de cadastro do canal devem ser mantidos pelo MCOM no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro^{\[5\]}](#), cujo Relatório do Canal está disponível no sítio da [Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel](#).

9. Nesse sentido, considerando (i) as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) a informação constante no item 9 da Nota Técnica nº 27743/2018/SEI-MCTIC, de 26 de dezembro de 2018 (1615295), de que a pessoa jurídica interessada apresentou toda a documentação exigida pela legislação em vigor; (iii) a necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) ponderando que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

10. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no § 3º do [art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 25 do Decreto nº 9.191, de 2017.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Sucetida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM) conforme [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 07/05/2024, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 08/05/2024, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 08/05/2024, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5701031** e o código CRC **0631DE19** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, a qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2019, que renova, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado, substituta

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura digital.

À Senhora Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, substituta
Casa Civil da Presidência da República
Dra. Miriam Belchior

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº XXX, de X de junho de 2024, ao Congresso Nacional referente ao ato constante da Portaria nº 4.852, de 18 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 5 de novembro de 2019, que renova, a partir de 3 de novembro de 2013, a permissão outorgada à Rádio 91 FM Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Senhora Ministra,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura da Ministra - Minuta do Ofício (5842332)

Encaminhe-se ao Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

SÉRGIO VIANA CAVALCANTE

Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos, substituto
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República